UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus Presidente Prudente

ALAN DA SILVA VINHAES

O Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP:

Estudo da Agricultura Urbana e Periurbana e de Seus Efeitos Socioespaciais

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA



PRESIDENTE PRUDENTE – SP

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

O Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP: Estudo da Agricultura Urbana e Periurbana e de Seus Efeitos Socioespaciais

Alan da Silva Vinhaes

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico, sob a orientação do Professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

Orientando: Alan da Silva Vinhaes

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente
2026

V784p

Vinhaes, Alan da Silva
O Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP : estudo da agricultura urbana e periurbana e de seus efeitos socioespaciais / Alan da Silva Vinhaes. -- Presidente Prudente, 2026
457 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. Agricultura urbana e periurbana. 2. Políticas públicas. 3. Planejamento urbano. 4. Jundiaí (SP). 5. Hortas comunitárias. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP: Estudo da Agricultura Urbana e Periurbana e de seus efeitos socioespaciais

AUTOR: ALAN DA SILVA VINHAES
ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

ANTONIO NIVALDO HESPANHOL:43139183968
Assinado de forma digital por ANTONIO NIVALDO HESPANHOL:43139183968
Dados: 2026.09.22 13:40:41 -03'00'

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / UNESP / Câmpus de Presidente Prudente - FCT

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIANO ANTONIO FURINI
Data: 25/09/2026 17:36:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. LUCIANO ANTONIO FURINI (Participaçao Virtual)
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / UNESP / Câmpus de Presidente Prudente - FCT

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO FELICIANO
Data: 22/09/2026 16:25:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / UNESP / Câmpus de Presidente Prudente - FCT

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO CLEPS JUNIOR
Data: 22/09/2026 14:32:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. JOÃO CLEPS JUNIOR (Participaçao Virtual)
Instituto de Geografia / Universidade Federal de Uberlândia

gov.br Documento assinado digitalmente
ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS
Data: 22/09/2026 14:25:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS (Participaçao Virtual)
Geografia / Universidade Federal Fluminense

Presidente Prudente, 17 de setembro de 2026.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às derrotas que me ensinaram mais do que as vitórias. Aos dias em que duvidei de mim, mas continuei. E a todos que, mesmo cansados, não desistiram de tentar.

AGRADECIMENTOS

Encerrar um ciclo é sempre um exercício de memória, emoção e gratidão. Este trabalho, que marca o fim de uma longa caminhada de pesquisa, dedicação e amadurecimento pessoal, não é apenas o resultado de um doutorado — é o reflexo de uma trajetória construída por muitas mãos, vozes e corações que estiveram comigo ao longo desses anos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela presença constante e silenciosa em todos os momentos — nas incertezas, nas alegrias e nas superações. Foi Ele quem me deu forças para seguir, mesmo quando o cansaço insistia em dominar, e quem me mostrou que cada etapa, por mais difícil que parecesse, tinha um propósito maior.

Aos meus pais, Jesus Donizete Vinhaes e Ermelinda Gomes da Silva Vinhaes, o meu amor e gratidão eterna. Vocês foram o alicerce de tudo. Obrigado por acreditarem em mim, mesmo quando eu duvidava, e por me ensinarem o valor da honestidade, do esforço e da fé. Todo o meu percurso acadêmico — do primeiro livro aberto ao último capítulo desta tese — só foi possível porque vocês nunca deixaram de acreditar que eu seria capaz.

Ao meu irmão Jônatas e à minha sobrinha Alice, que cresceram junto com minhas conquistas. Obrigado pela presença constante, pelo apoio e pelos momentos de leveza. As nossas conversas, risadas e lembranças de família sempre foram meu refúgio e minha força.

Agradeço, à minha avó Leonor e à minha tia Marilza, por representarem o verdadeiro significado de afeto, fé e força. Foram tantos os gestos, as orações e as palavras que chegaram sempre na hora certa — como quem acende uma luz em meio à incerteza. O carinho de vocês me acompanhou em cada passo, e carrego comigo o aconchego das lembranças, das conversas simples e dos conselhos que me ensinaram a não desistir. Nada seria o mesmo sem o amor constante que sempre me ofereceram.

À minha sogra Maria Nilza, deixo meu sincero agradecimento por sua presença gentil e pelas palavras de incentivo ao longo dessa jornada. Seu apoio e compreensão foram essenciais, especialmente nos momentos em que o equilíbrio entre a vida pessoal e acadêmica parecia mais difícil.

A você, Tamires, minha companheira, amiga, confidente e agora esposa: não existem palavras suficientes para expressar minha gratidão. Obrigado por ter estado ao meu lado em todas as fases dessa jornada — nas madrugadas de escrita, nos dias de ansiedade, nos momentos em que

a vida parecia pesar. Obrigado pelas conversas, pelos silêncios, pelos sorrisos e, claro, pelas *pizzas* improvisadas que viraram nossa tradição de alívio e amor. Você é e sempre será uma das maiores conquistas da minha vida.

Foram incontáveis as horas em que o tema deste trabalho se misturou à nossa rotina, às conversas diárias e até aos nossos momentos de descanso. Discutimos ideias à mesa do café, revisamos trechos durante viagens e rimos de parágrafos que pareciam nunca terminar. Em cada etapa, sua opinião foi essencial, sua escuta atenta me guiou e sua sensatez me ajudou a enxergar o que, às vezes, o cansaço não deixava ver. Esse trabalho carrega também a sua marca, o reflexo das nossas conversas e da cumplicidade que sempre existiu entre nós.

Hoje entendo que este trabalho não é apenas o resultado de anos de pesquisa, mas também um retrato do que construímos juntos: paciência, parceria e amor. Você me ensinou que caminhar ao lado de alguém é dividir tanto o fardo quanto o brilho da conquista, e que o verdadeiro companheirismo está nas pequenas coisas — no olhar de incentivo, no silêncio que conforta, na presença que acalma. Esta tese carrega, entre suas páginas, não só o meu esforço, mas o eco da nossa história, escrita a muitas mãos. Obrigado por ser o meu porto seguro e o meu lar em meio a todas as tempestades.

E, claro, ao nosso querido Bartholomeu, o pequeno *pug* que entrou em nossas vidas em 2024 e transformou nossos dias com seu olhar doce e incondicional. Ele trouxe leveza, alegria e amor em um período em que o tempo parecia escasso. Obrigado, “Nego” por ser essa companhia silenciosa, fiel e amorosa em cada manhã e cada retorno ao lar.

Ao meu orientador, Professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, minha admiração e respeito profundo. Foram anos de aprendizado que ultrapassam o campo acadêmico. Desde o início da graduação até o doutorado, o senhor foi mais que um orientador — foi um verdadeiro mestre e exemplo de dedicação, ética e humanidade. Sua paciência, seus conselhos e sua confiança foram fundamentais para que eu me tornasse o pesquisador que sou hoje. Serei eternamente grato por ter caminhado sob sua orientação por quase uma década.

À Professora Rosangela, que acreditou em mim quando tudo ainda era início, e aos professores do Departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente, deixo meu sincero agradecimento. Cada disciplina, cada diálogo e cada crítica construtiva contribuíram para minha formação como geógrafo e pesquisador.

Durante meu estágio doutoral na Universidade de Alicante, tive a oportunidade de ser orientado pelo Professor José Antonio Segrelles Serrano, cuja postura profissional e humana marcou profundamente essa fase da pesquisa. Sempre disponível, claro nas orientações, ele soube conduzir minhas dúvidas, sugerir caminhos e fortalecer minhas escolhas acadêmicas com uma tranquilidade que fez toda diferença. Sua forma simples e direta de trabalhar, sem perder a profundidade, transformou cada encontro em um aprendizado concreto e muito valioso.

Além de um excelente pesquisador, o professor Segrelles mostrou-se uma pessoa absolutamente generosa e acessível. Mesmo sabendo da correria do dia a dia, ele sempre arrumava tempo para esclarecer uma questão, comentar uma ideia ou orientar ajustes importantes. Sua acolhida em Alicante, seu bom humor e sua maneira leve de conduzir conversas fizeram com que eu me sentisse realmente bem-vindo, mesmo vivendo longe do Brasil. A ele, deixo meu sincero agradecimento e o reconhecimento por ter tornado esse período mais produtivo, tranquilo e cheio de sentido.

Ao grupo GEDRA (Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária), minha segunda casa acadêmica por tantos anos.

À Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, minha gratidão por ter sido o espaço onde cresci intelectual e humanamente. Aqui, aprendi não apenas sobre Geografia, mas sobre a vida, a responsabilidade social e o poder transformador do conhecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001).

Por fim, agradeço à própria jornada. Cada página escrita, cada dado analisado, cada visita de campo e cada entrevista realizada representam mais do que etapas de uma tese — são fragmentos de uma história de resistência, aprendizado e amor pela ciência e pela vida. Se este é o encerramento de um ciclo, é também o início de outro. Carrego comigo o sentimento pleno de gratidão por todos que, de alguma forma, caminharam ao meu lado nessa travessia.

A todos vocês, meu mais sincero e eterno obrigado.

EPÍGRAFE

“Nobody believes in you. You’ve lost again, and again, and again. The lights are cut off, but you still are looking at your dream, reviewing it every day and say to yourself, ‘It’s not over until I win” (*Les Brown)*

“Ninguém acredita em você. Você perdeu de novo, e de novo, e de novo. As luzes foram desligadas, mas você continua atrás dos seus sonhos, perseguindo-os todos os dias e dizendo para si mesmo: Não vai acabar até eu vencer” (Tradução Nossa)

RESUMO

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) constitui uma prática que ultrapassa a produção de alimentos, envolvendo dimensões sociais, econômicas, ambientais e territoriais e assumindo importância diante das transformações decorrentes da expansão urbana. Esta tese tem como objetivo analisar como o Programa Horta Urbana, implementado em 2021 no município de Jundiaí-SP, tem contribuído para o desenvolvimento da AUP e quais são seus efeitos sobre os agricultores e o espaço urbano e periurbano. A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa e quantitativa, combinando levantamento bibliográfico e documental, análise de legislações e documentos institucionais, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, observações diretas, registros fotográficos e análise espacial por meio de ferramentas cartográficas e imagens de satélite. Foram analisadas sete hortas ativas vinculadas ao Programa Horta Urbana e entrevistados seus agricultores, além de oito agricultores que desenvolvem práticas de AUP de forma independente. Os resultados evidenciam que a agricultura urbana e periurbana em Jundiaí apresenta diversidade de práticas e sujeitos, contribuindo para o autoconsumo, a comercialização local, a geração de renda, a segurança alimentar, o bem-estar e a ocupação produtiva de áreas urbanas e periurbanas. As hortas também constituem espaços de convivência, sociabilidade e fortalecimento de vínculos com o território. Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas à infraestrutura, ao acesso à água e à energia elétrica, à assistência técnica, à manutenção das áreas e à articulação entre agricultores e poder público. Embora o Programa Horta Urbana represente um avanço na institucionalização da AUP no município, sua consolidação como política pública permanente ainda depende de maior integração ao planejamento urbano, ampliação da infraestrutura, articulação intersetorial e continuidade das ações. Conclui-se que a AUP apresenta potencial para contribuir para a inclusão socioespacial, a geração de renda e a valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mas não constitui, isoladamente, uma solução estrutural para as desigualdades existentes. Sua efetividade depende do fortalecimento institucional e da integração entre políticas públicas, agricultores e sociedade.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana; Jundiaí; Espaço Periurbano; Políticas Públicas; Programa Horta Urbana.

ABSTRACT

Urban and Peri-Urban Agriculture (UPA) is a practice that goes beyond food production, encompassing social, economic, environmental, and territorial dimensions and gaining importance in the context of transformations resulting from urban expansion. This thesis aims to analyze how the Urban Garden Program, implemented in 2021 in the municipality of Jundiaí, São Paulo, has contributed to the development of UPA and what effects it has on farmers and urban and peri-urban space. The research was conducted using a qualitative and quantitative approach, combining bibliographic and documentary research, analysis of legislation and institutional documents, fieldwork, semi-structured interviews, direct observation, photographic records, and spatial analysis using cartographic tools and satellite imagery. Seven active gardens linked to the Urban Garden Program were analyzed, and their farmers were interviewed, in addition to eight farmers who independently engage in UPA practices. The results show that urban and peri-urban agriculture in Jundiaí encompasses diverse practices and social actors, contributing to self-consumption, local commercialization, income generation, food security, well-being, and the productive use of urban and peri-urban areas. The gardens also constitute spaces for social interaction, community life, and the strengthening of ties with the territory. However, limitations were identified regarding infrastructure, access to water and electricity, technical assistance, maintenance of the areas, and coordination between farmers and the public authorities. Although the Urban Garden Program represents progress in the institutionalization of UPA in the municipality, its consolidation as a permanent public policy still depends on greater integration into urban planning, expanded infrastructure, intersectoral coordination, and continuity of actions. It is concluded that UPA has the potential to contribute to socio-spatial inclusion, income generation, and the valorization of urban and peri-urban spaces, but it does not constitute, by itself, a structural solution to existing inequalities. Its effectiveness depends on institutional strengthening and integration among public policies, farmers, and society.

Keywords: Urban and Periurban Agriculture; Jundiaí; Periurban Space; Public Policies; Urban Garden Program.

RESUMEN

La Agricultura Urbana y Periurbana (AUP) constituye una práctica que va más allá de la producción de alimentos, abarcando dimensiones sociales, económicas, ambientales y territoriales, y adquiriendo importancia ante las transformaciones derivadas de la expansión urbana. Esta tesis tiene como objetivo analizar cómo el Programa Horta Urbana, implementado en 2021 en el municipio de Jundiaí, estado de São Paulo, ha contribuido al desarrollo de la AUP y cuáles son sus efectos sobre los agricultores y el espacio urbano y periurbano. La investigación se desarrolló mediante un enfoque cualitativo y cuantitativo, combinando revisión bibliográfica y documental, análisis de legislación y documentos institucionales, trabajo de campo, entrevistas semiestructuradas, observaciones directas, registros fotográficos y análisis espacial mediante herramientas cartográficas e imágenes satelitales. Se analizaron siete huertos activos vinculados al Programa Horta Urbana y se entrevistó a sus agricultores, además de otros ocho agricultores que desarrollan prácticas de AUP de manera independiente. Los resultados evidencian que la agricultura urbana y periurbana en Jundiaí presenta una diversidad de prácticas y actores sociales, contribuyendo al autoconsumo, la comercialización local, la generación de ingresos, la seguridad alimentaria, el bienestar y el aprovechamiento productivo de áreas urbanas y periurbanas. Los huertos también constituyen espacios de convivencia, sociabilidad y fortalecimiento de los vínculos con el territorio. Sin embargo, se identificaron limitaciones relacionadas con la infraestructura, el acceso al agua y a la electricidad, la asistencia técnica, el mantenimiento de las áreas y la articulación entre los agricultores y las administraciones públicas. Aunque el Programa Horta Urbana representa un avance en la institucionalización de la AUP en el municipio, su consolidación como política pública permanente todavía depende de una mayor integración en la planificación urbana, la ampliación de la infraestructura, la coordinación intersectorial y la continuidad de las acciones. Se concluye que la AUP presenta potencial para contribuir a la inclusión socioespacial, la generación de ingresos y la valorización de los espacios urbanos y periurbanos, pero no constituye, por sí sola, una solución estructural a las desigualdades existentes. Su efectividad depende del fortalecimiento institucional y de la integración entre las políticas públicas, los agricultores y la sociedad.

Palabras clave: Agricultura Urbana y Periurbana; Jundiaí; Espacio Periurbano; Políticas Públicas; Programa Horta Urbana.

LISTA DE FIGURAS

Nº		Pág.
1	Tipologias dos espaços rurais	52
2	Expansão urbana no município de Jundiaí 1940-2010	54
3	A Estação Ferroviária de Jundiaí inaugurada no ano de 1867	69
4	A Estação Ferroviária por volta de 1910	69
5	Estação Ferroviária de Jundiaí atualmente	70
6	Oficinas da Cia. Paulista de Estrada de Ferro	72
7	Companhia Paulista (Expressa) atualmente	72
8	1ª Festa da Uva de Jundiaí – 1934	80
9	Festa da Uva de 1953 no Parque Comendador Antônio Carbonari (Parque da Uva)	80
10	Crescimento da população de Jundiaí no período de 1940 – 1967	85
11	Geração de empregos por setores da economia no município de Jundiaí	92
12	Características econômicas do município de Jundiaí-SP	93
13	Estação de Tratamento de Esgoto Jundiaí, operada pela Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ)	109
14	*Slogan* da 39ª Festa da Uva em Jundiaí	120
15	Definições da agricultura urbana	127
16	Atividades que circundam a agricultura urbana e periurbana	139
17	Agricultura Urbana e Periurbana: Contribuições para Saúde, Economia e Meio Ambiente	141
18	Multifuncionalidade da agricultura urbana em diversos segmentos nas dimensões econômica, social e ambiental	146
19	Categorias e subcategorias da atividade de agricultura urbana	149
20	Horta Comunitária da iniciativa *GreenThumb*	154
21	Agricultura urbana em Filadélfia: transformação de áreas urbanas degradadas em espaços produtivos	155
22	Cultivos de hortaliças e frutíferas pelo Philadelphia Guild of Handweavers	156
23	Associações de Apoio ao Henry Got Crops	157

24 Programa Urban Huerta, no bairro Chinampac de Juárez, na Cidade do México 159
25 Hortas Urbanas na Cidade do México..... 160
26 Agricultura Urbana em Cuba..... 162
27 Horta no Jardim Garay, em Buenos Aires 166
28 Colheita de hortaliças e alface em um terraço na Comuna 13 em Medellín 167
29 Horta Urbana em Santiago, no Chile..... 169
30 Fazendas Verticais em Singapura..... 170
31 Agricultura Urbana no Quênia..... 171
32 Cultivo em Sacos no Quênia..... 172
33 Horta do Programa *Parisculteurs* 174
34 Horta Urbana na cidade de Lisboa, Portugal..... 179
35 Horta escolar do CEIP San Gabriel em Alicante, Espanha..... 181
36 Alimentos Cultivados em Alicante, Espanha..... 182
37 Evolução da Agricultura Urbana em Madrid na Espanha 185
38 Ciclo de políticas públicas 193
39 Horta Comunitária em Maricá 205
40 Horta Comunitária do Município de Diadema 206
41 Hortas Comunitárias no município de São Paulo 208
42 Horta Comunitária Santa Rita, localizada em Curitiba 209
43 Horta Comunitária do bairro Manguinhos, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro..... 213
44 *Banner* do Programa Horta Urbana 222
45 Proposta de Cercamento para a Horta Urbana no Bairro Fazenda Grande 267
46 Preparação do Terreno para a Horta Urbana 268
47 Programação da Semana do Meio Ambiente em 2022 269
48 Inauguração da Horta Modelo Localizada no Bairro Fazenda Grande 269
49 Participantes do curso criam mapa para a construção da cisterna 271
50 Horta Urbana da Fazenda Grande Começa a Produzir as Primeiras Verduras.... 272
51 M. L. Comprando Hortaliças na Horta no Bairro Fazenda Grande 273

52 Alunos da EMEB Nassib Cury em Visita a Horta no Bairro da Fazenda Grande 274
53 Croqui da Area da Horta localizada no bairro Jardim do Lago 281
54 Permissionário da área no bairro Jardim do Lago 286
55 Croqui da Horta localizado no bairro Jardim Guanabara 290
56 Visita dos Alunos da EMEB Nelson Brito a Horta 293
57 Parque ao Livre ao Lado da Horta No Jardim Guanabara 298
58 Croqui da Área da Horta no bairro Anhangabaú 301
59 Jovens da Casa Transitória Visitam a Horta no Anhangabaú 304
60 Proposta de Cercamento para Implantação de Horta no Novo Horizonte 312
61 Permissionários da Horta localizada no Jardim Novo Horizonte 316
62 Proposta de Cercamento para a Horta do Jardim do Lago 317
63 Proposta de Cercamento para Horta Urbana – Turma 2 - Bairro Novo Horizonte 320
64 Visita da Escola EMEB Fátima Damasio dos Santos Pandolpho 325
65 Croqui da Horta Inativa Localizada na Rua Diamante Negro 330
66 Croqui da Área do Jardim Pacaembu 333
67 Croqui da Horta Inativa Localizada na Rua Londrina, 885 334
68 Croqui da Horta Inativa Localizada Rua Professor Luiz Rivelli 336
69 Croqui da Área Localizada na Rua Hans Staden 338
70 Croqui da Área Localizada na Rua Cláudio Lucato 340
71 Croqui da Área localizada na Rua Dr. Tolmino Martini 342
72 Plano de Cercamento e Infraestrutura para a Horta Urbana na Rua Armando Rigolo 343
73 Projeto de Cercamento e Infraestrutura para Horta Urbana na Rua Ângelo Vettori 344
74 Plano de Cercamento e Estrutura para Horta Urbana na Rua Bragança Paulista 346
75 Projeto de Cercamento e Infraestrutura para Horta Urbana na Rua Maria Aparecida Carletti Copelli 348
76 Plano de Cercamento e Infraestrutura para Horta Urbana 350

77 Croqui da Área Localizada na Avenida Henrique Brunini 351
78 Croqui da Área Localizada na Rua Dimas Bento de Almeida 353

LISTA DE FOTOS

Nº		Pág.
1	Localização da Prefeitura Municipal de Jundiaí-SP em que fica situado o Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente	223
2	Realização do Curso de Capacitação do Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP	233
3	Capacitação para o Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP	233
4	Primeira horta do Programa Horta Urbana em que houve a implementação de técnicas bioconstrutivas	241
5	Horta no Bairro Fazenda Grande em 2024	276
6	Horta no Bairro Fazenda Grande	277
7	Caixa d'água utilizada pela permissionária da área	277
8	Produção de Hortaliças na horta no bairro Fazenda Grande	278
9	Horta Ativa da Primeira Turma do Programa Horta Urbana	279
10	Horta Urbana Integrante do Programa Horta Urbana	280
11	Caixa d'agua da horta localizada no bairro Jardim do Lago	282
12	Canteiros da horta do Jardim do Lago forma a palavra Jesus Cristo	283
13	Produção de Hortaliças na Horta no bairro Jardim do Lago	285
14	Ponto de Venda na Horta	287
15	Horta Urbana no Bairro Jardim do Lago	289
16	Horta Localizada no Jardim Guanabara	289
17	Caixa d'agua da Horta no bairro Jardim Guanabara	291
18	Produção de Hortaliças na Horta localizada no Jardim Guanabara	294
19	Implantação do Jardim de Chuva	296
20	Muro de Contenção na Horta localizada no Jardim Guanabara	299
21	Horta localizada no Bairro Anhangabaú	301
22	Cartão com os dados Da Horta para os clientes acessar	302
23	Condomínio Lindemberg em Jundiaí	303
24	Espaço Social na Horta localizada no bairro Anhangabaú	306
25	Produção de Hortaliças na Horta localizada no bairro Anhangabaú	307

26 Quadro com os tipos de produtos cultivados na Horta 308
27 Horta no Bairro Novo Horizonte 313
28 Produção de Hortaliças na Horta localizada no Jardim Novo Horizonte 314
29 Mudas Adquiridas da Empresa Mingotti em Jundiaí 315
30 Produção de Hortaliças no Bairro Jardim do Lago 318
31 Horta Urbana Ativa no Bairro Novo Horizonte em Jundiaí-SP 320
32 Horta no bairro Jardim Novo Horizonte transforma áreas ociosas em produtivas 322
33 Produção de frutas na horta do permissionário J.B.G. 323
34 Horta Inativa – Rua Diamante Negro 330
35 Horta Inativa – Rua Luiz Rinaldi Júnior 331
36 Futura Horta localizada no Jardim Pacaembu 332
37 Horta Inativa – Rua Londrina, 885 334
38 Horta Inativa – Rua Professor Luiz Rivelli 335
39 Área Inativa na Rua Hans Staden 337
40 Área localizada na Rua Cláudio Lucato 338
41 Condomínio de Classe Média Alta ao Lado da Futura Horta 339
42 Área Inativa Localizada na Rua Dr. Tolmino Martini 341
43 Vista Geral da Área Inativa para Implantação da Horta Urbana 342
44 Visão Geral da Área para Implementação da Horta Urbana na Rua Ângelo Vettori 345
45 Área Ampla e Preparatória para Horta Urbana na Rua Bragança Paulista 346
46 Visão da Vegetação e Estrutura Atual na Área para Horta Urbana 347
47 Área Inativa do Programa Horta Urbana Localizada na Avenida Dr. Paulo Moutran 349
48 Área Inativa do Programa Horta Urbana localizada na Avenida Henrique Brunini 350
49 Área Inativa do Programa Horta Urbana Localizada na Rua Dimas Bento de Almeida 352
50 Paisagem Produtiva e Integração Urbana 362

51 Cultivo Independente e Produção Sustentável em Pequenas Hortas Periurbanas 363
52 Bananal e Hortaliças: Diversificação Produtiva em Espaços Periurbanos 365
53 Práticas de Agricultura Urbana e Periurbana Independente: Sustentabilidade e Resistência 367
54 Produção de Hortaliças 368
55 Produção de Hortaliças e Ervas Medicinais em Jundiaí 370
56 Diversificação de Culturas na Agricultura Urbana e Periurbana 371
57 Produção Sustentável no Quintal: Uma Alternativa para Saúde e Bem-Estar.. 373

LISTA DE GRÁFICOS

Nº		Pág.
1	População Total, Rural e Urbana no município de Jundiaí (1950-2022)	102
2	Pirâmide Etária do município de Jundiaí – Censo de 2022	104
3	Taxa de Alfabetização de Jundiaí – 2022	105
4	Moradores por características dos domicílios – Jundiaí	106
5	Crescimento Populacional do Município de Jundiaí-SP	110
6	Número de estabelecimentos agropecuários no município de Jundiaí segundo grupos de área total (1950 - 1995/96)	112
7	Distribuição de Gênero nas Hortas Urbanas de Jundiaí	249
8	Distribuição Etária dos Participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí...	250
9	Distribuição de Escolaridade dos Participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí	252
10	Distribuição Ocupacional dos Participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí	253
11	Distribuição do Tempo de Prática da Agricultura Urbana e Periurbana entre os Participantes do Programa Horta Urbana	255
12	Razões para a Prática da Agricultura Urbana e Periurbana entre Participantes do Programa Horta Urbana em Jundiaí	257
13	Frequência da Realização de Atividades de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Programa Horta Urbana de Jundiaí	259

LISTA DE MAPAS

Nº		Pág.
1	Mapa do território de Jundiaí de 1615 – 1767	63
2	Jundiaí e seus arredores em 2006	84
3	Localização dos Estabelecimentos Industriais em Jundiaí – 2010	89
4	Bairros Aprovados para a Turma 1 do Programa Horta Urbana	228
5	Bairros Aprovados para a Turma 2 do Programa Horta Urbana	230
6	Bairros Aprovados para o Programa Horta Urbana	232
7	Bairro em que está localizado as Quatro Hortas Ativas da Primeira Turma do Programa Horta Urbana em Jundiaí	266
8	Localização das Hortas Ativas da Turma Dois do Programa Horta Urbana	311

LISTA DE QUADROS

Nº		Pág.
1	Fatores Causadores da Expansão Urbana	39-40
2	Consolidação da Rede Ferroviária Paulista no final do século XIX	71
3	Indústrias instaladas em Jundiaí no período entre as décadas de 1970 e 1990..	86-87
4	Diferenças entre agricultura rural e agricultura urbana	131
5	Comparação entre as características da agricultura rural e urbana	133-135
6	Espaços possíveis para a prática de agricultura urbana e periurbana	136
7	Síntese das características dos sistemas de produção na agricultura urbana	144
8	Modalidades de AUP em Curitiba-PR	210
9	Tipos de Hortas de Recife – PE	211-212
10	Coordenação do Programa Horta Urbana no município de Jundiaí	235-236
11	Primeira Turma Aprovada no Programa Horta	237
12	Segunda Turma Aprovada no Programa Horta	238
13	Hortas Ativas do Programa Horta Urbana	239

LISTA DE TABELAS

Nº		Pág.
1	Evolução da produção de uvas nas propriedades vitícolas de Jundiaí	78-79
2	Indústrias implantadas no município de Jundiaí nos anos 1950 e 1960	85
3	Classificação dos tipos de indústrias e número de unidades em Jundiaí – 2014	90
4	Evolução do PIB do município de Jundiaí-SP	93
5	Ranking das 50 maiores empresas em Jundiai/SP até 2023	95-97
6	Bairros com mais empresas em Jundiai/SP em 2023	98
7	Empresas em Jundiaí/SP por Segmento (CNAE - Atividade Econômica)	100
8	Utilização das Terras nos Estabelecimentos Agropecuários (em hectares) 1950, 1975, 1995/96, 2006 e 2017	115
9	Resultados da AUP em Recife	212-213
10	Indicadores do Programa Hortas Cariocas	215

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1. O LUGAR NA CIDADE: CONCEITOS E DEFINIÇÕES 17

1.1. Conceitos e definições de lugar: bases teóricas para a compreensão do espaço urbano ... 19

1.2. A cidade se expande para o rural – urbanização difusa 32

1.3. O espaço periurbano – o caso do município de Jundiaí..... 43

CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP.....57

2.1. Jundiaí e a sua história... 59

2.2. O processo de industrialização do município de Jundiaí-SP 83

2.3. As condições sociais do município de Jundiaí..... 101

2.4. Dinâmica agropecuária do município de Jundiaí.....110

CAPÍTULO 3. ENTRE O URBANO E O RURAL: A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO EXPRESSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DO TERRITÓRIO.....122

3.1. As Definições e Tipologias da Agricultura Urbana e Periurbana 124

3.2. O papel da agricultura urbana e periurbana no contexto global 153

3.3. A transformação da agricultura urbana e periurbana no Brasil..... 190

3.3.1. A agricultura urbana e periurbana: atores sociais, práticas e políticas públicas 190

3.3.2. Exemplos de Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil: Contribuições e Desafios 205

3.4. O Programa Horta Urbana de Jundiaí-SP 217

CAPÍTULO 4. A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM JUNDIAÍ-SP: O CASO DO PROGRAMA HORTA URBANA 246

4.1. A Primeira e a Segunda Turma do Programa Horta Urbana 248

4.1.1. Análise Contextual e Narrativa: Evidências de Campo no Programa Horta Urbana.. 264

4.2. Áreas Inativas no Programa Horta Urbana: Desafios e Oportunidades..... 328

4.3. Agricultores Urbanos e Periurbanos: Práticas Independentes e Desafios Fora do Programa Horta Urbana..... 356

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 376

REFERÊNCIAS 392

APÊNDICE 422

INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica teve início na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente, instituição que se tornou um verdadeiro alicerce na minha formação científica, crítica e pessoal. Foi nesse ambiente de intenso diálogo intelectual, marcado pela tradição dos estudos geográficos e pela presença de grandes pesquisadores, que comecei a compreender a Geografia como uma ciência viva — voltada à leitura do mundo e à interpretação das contradições do espaço no ano de 2014.

Durante a graduação, as experiências de pesquisa e extensão consolidaram o desejo de compreender as transformações do território, em especial aquelas que decorrem da urbanização e de suas relações com o meio rural.

No mestrado, também realizado na UNESP de Presidente Prudente, aprofundei o olhar sobre as dinâmicas territoriais e sobre o papel das políticas públicas na configuração dos espaços urbanos e rurais, trabalhando com o tema da AUP no município de Porto Ferreira. A convivência com orientadores e colegas, somada ao rigor teórico e metodológico exigido pelo programa, ampliou minha capacidade de análise e despertou um interesse crescente pelas temáticas relacionadas à agricultura, à cidade e às formas de organização social do espaço.

A escolha de Jundiaí como recorte empírico desta tese não foi casual. O município representa, ao mesmo tempo, um símbolo do desenvolvimento paulista e um espaço de transição entre o urbano e o rural, onde antigas práticas agrícolas convivem com as pressões da urbanização e da industrialização.

Além disso, dois fatores pessoais e acadêmicos contribuíram decisivamente para essa escolha: o primeiro, o fato de Jundiaí ser a cidade natal de minha esposa, o que facilitou o processo de inserção no território, o conhecimento das dinâmicas locais e o diálogo com os atores envolvidos; o segundo, a trajetória de pesquisa dela, que desde a graduação se dedica a investigar o município e suas transformações socioespaciais, contribuindo significativamente para o aprofundamento das discussões e para o enriquecimento desta pesquisa.

Ao longo desse percurso, percebi que estudar Jundiaí significava também compreender as contradições de muitas cidades médias brasileiras — espaços que crescem sob a lógica do capital, mas preservam fragmentos de ruralidade e sociabilidade local. Nesse contexto, a agricultura urbana e periurbana AUP) se revelou não apenas como uma prática produtiva, mas como expressão de

resistência e reorganização territorial. O contato com agricultores, técnicos e gestores públicos ao longo do trabalho de campo revelou uma dimensão humana da pesquisa que ultrapassa as estatísticas e demonstra como o espaço urbano é permanentemente recriado pelo trabalho, pela memória e pela identidade.

O ingresso no doutorado em Geografia representou, portanto, a continuidade natural de uma trajetória de pesquisa comprometida com a leitura crítica do espaço e com o diálogo entre teoria e prática. Sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, esta tese foi desenvolvida com o propósito de compreender de que maneira as políticas públicas voltadas à AUP se articulam com o planejamento territorial e com as demandas sociais da cidade contemporânea. O percurso acadêmico até aqui reafirma o papel da universidade pública como espaço de construção coletiva do conhecimento e de compromisso com a realidade brasileira.

O trabalho que agora se apresenta é fruto de uma trajetória intelectual e pessoal entrelaçada, marcada por anos de estudo, pesquisa de campo e reflexão crítica sobre a cidade, o território e a agricultura. É uma tese que nasce do diálogo entre a experiência empírica e o pensamento teórico, entre o chão da horta e o espaço da universidade, buscando compreender as múltiplas dimensões que compõem a vida urbana contemporânea e suas interfaces com o meio rural.

Esta tese, intitulada “O Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP: Estudo da Agricultura Urbana e Periurbana e de Seus Efeitos Socioespaciais”, tem como objetivo compreender como a implementação do Programa Horta Urbana, enquanto política pública contemporânea, tem contribuído para o fortalecimento da AUP no município. A pesquisa insere-se no campo da Geografia Urbana e Regional, com ênfase nas transformações do espaço periurbano e nas relações entre políticas públicas, produção agrícola e dinâmicas territoriais.

A investigação partiu da hipótese de que AUP em Jundiaí possui potencial para contribuir com a inclusão socioespacial — ao ofertar meios de subsistência, promover práticas comunitárias e aproximar a produção do consumo em contexto urbano —, mas que sua efetividade depende de institucionalização robusta, articulação intersetorial e integração ao planejamento urbano formal. Em outras palavras: sim, a AUP tem potencial; contudo ela não está automaticamente consolidada como política estruturante.

Com o objetivo de testar essa hipótese, a presente pesquisa organiza-se em três vertentes principais. Primeiramente, propõe-se a compreensão teórica das categorias “lugar” e “urbanização

difusa", como chaves para entender as transformações dos espaços submetidos à expansão urbana e à prática agrícola contemporânea.

Em segundo lugar, define-se a AUP e suas tipologias, explorando contextos internacionais, nacionais e locais de sua manifestação, bem como os atores sociais, políticas públicas e modelos operativos associados.

Finalmente, o estudo focaliza o município de Jundiaí, investigando o Programa Horta Urbana, as práticas agrícolas urbanas e periurbanas ali desenvolvidas, e o contexto de ordenamento territorial e institucional que as abriga ou restringe.

Além disso, a relevância desta investigação se manifesta em múltiplas frentes. Do ponto de vista acadêmico, ela contribui à geografia e ao estudo dos lugares em transição, ao conectar agricultura, cidade e território em diálogo com as teorias críticas do espaço. No plano prático, oferece subsídios para gestores públicos municipais que buscam políticas de AUP mais integradas e eficazes.

A compreensão das dinâmicas urbanas de Jundiaí exige considerar a evolução de seu processo de expansão territorial. A cidade, tradicionalmente reconhecida por seu papel agrícola e industrial, passou, nas últimas décadas, por uma transformação espacial acentuada, marcada pela conurbação com municípios vizinhos e pela intensificação de fluxos de pessoas, bens e serviços. A urbanização difusa, processo caracterizado pela dispersão de atividades urbanas em áreas periféricas e rurais, tornou-se evidente no território jundiaiense, alterando profundamente sua morfologia. Essa difusão não se dá apenas pela construção física de novas áreas habitacionais, mas pela incorporação de novas funções econômicas, pela fragmentação das atividades produtivas e pela modificação dos usos tradicionais da terra (Noronha, 2008; Rocha, 2022).

Tais transformações não são neutras. Elas revelam contradições próprias do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, no qual a expansão da cidade, muitas vezes, ocorre sem a devida integração entre planejamento, infraestrutura e preservação dos modos de vida locais. Os espaços periurbanos de Jundiaí expressam justamente essa tensão: convivem ali condomínios fechados, áreas industriais, remanescentes rurais produtivos e terrenos ociosos, que simbolizam a transição e o conflito entre o capital imobiliário e as práticas tradicionais de cultivo. É nesse entremeio que a AUP encontra espaço para emergir como forma de resistência e de reapropriação do território.

Ao observar esse contexto, torna-se evidente que as práticas agrícolas urbanas e periurbanas não se restringem à produção de alimentos. Elas simbolizam formas de uso e de significação do espaço urbano. Em muitos casos, funcionam como alternativa à exclusão econômica e ao desemprego, especialmente entre populações de baixa renda, e permitem que o território seja ressignificado como espaço de trabalho, convivência e pertencimento. Estudar a AUP é compreender a maneira como o urbano se reinventa a partir de suas margens — onde o planejamento técnico muitas vezes é insuficiente para conter ou interpretar as dinâmicas sociais que ali se desenvolvem.

O Programa Horta Urbana de Jundiaí surge como uma experiência emblemática. Instituído por meio do Decreto nº 30.050/2021, ele marca um esforço da administração municipal em promover a AUP como política pública. O programa prevê a cessão de áreas públicas ociosas, o apoio técnico da prefeitura e a articulação entre diferentes secretarias para fomentar a produção de hortaliças, frutas, ervas medicinais e outros cultivos. Em paralelo, busca fortalecer a segurança alimentar, gerar renda e promover a economia solidária. Mais do que uma ação pontual, trata-se de uma iniciativa que insere a agricultura no cerne das políticas urbanas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022; 2023; 2024).

A pesquisa propõe um olhar geográfico e crítico sobre as hortas urbanas de Jundiaí, reconhecendo nelas não apenas uma atividade produtiva, mas também uma prática social e política. A AUP, em sua expressão local, reflete os processos mais amplos de urbanização, desigualdade e reconfiguração territorial. Essa leitura se aproxima da perspectiva de Santos (1996), para quem o espaço é produto e condição das relações sociais. As hortas urbanas tornam-se microterritórios onde se manifestam as contradições entre o capital e o trabalho, entre o Estado e o cidadão, entre o espaço regulado e o espaço vivido.

O trabalho parte da necessidade de compreender a AUP em Jundiaí como fenômeno espacial e social articulado. Por um lado, ela revela políticas públicas inovadoras, ainda que limitadas; por outro, reflete a criatividade e a resistência das populações que se apropriam de espaços ociosos e os transformam em áreas produtivas. Essa tensão entre o institucional e o cotidiano é o que dá densidade ao fenômeno e justifica a abordagem desta tese.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, articulando diferentes procedimentos de investigação com o objetivo de compreender a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) em Jundiaí-SP e, particularmente, analisar a implementação e os

efeitos do Programa Horta Urbana. A opção por combinar diferentes estratégias metodológicas decorre da própria natureza do objeto investigado, uma vez que a AUP envolve simultaneamente dimensões produtivas, econômicas, sociais, territoriais e institucionais.

Desse modo, a compreensão do fenômeno não poderia estar restrita à análise dos espaços destinados ao cultivo ou aos resultados produtivos das hortas, exigindo também a consideração das experiências dos agricultores, das ações do poder público, das condições materiais dos espaços e das relações estabelecidas entre os sujeitos e o território.

A investigação foi orientada por uma perspectiva geográfica, considerando a agricultura urbana e periurbana como uma prática que se realiza concretamente no espaço e que mantém relações com os processos de urbanização, com as formas de apropriação e uso da terra e com as políticas públicas.

Nesse sentido, os espaços destinados à produção agrícola não foram considerados apenas como áreas físicas destinadas ao cultivo, mas como parte de uma dinâmica territorial mais ampla, na qual se articulam diferentes sujeitos, interesses e formas de apropriação. Essa perspectiva foi particularmente importante para a análise de Jundiaí, município marcado pela expansão urbana, pela presença de atividades agrícolas e pela existência de áreas de transição entre usos urbanos e rurais. A investigação buscou, portanto, compreender de que maneira a AUP se manifesta nesse contexto e como as políticas públicas interferem em sua organização e continuidade.

O município de Jundiaí foi definido como recorte espacial da pesquisa em razão da existência de experiências de agricultura urbana e periurbana desenvolvidas tanto por meio de iniciativas institucionais quanto por práticas realizadas de forma independente. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Horta Urbana, implementado pela administração municipal em 2021. A escolha desse programa como objeto central permitiu analisar uma experiência institucionalizada de AUP e, simultaneamente, estabelecer uma comparação com agricultores que desenvolvem atividades de cultivo sem vínculo com o programa. Essa comparação foi considerada relevante porque possibilitou verificar se as condições, motivações, dificuldades e estratégias dos agricultores participantes do programa diferem daquelas encontradas entre os agricultores que desenvolvem suas atividades de forma independente.

A investigação foi organizada em diferentes etapas, que não foram desenvolvidas de maneira isolada, mas de forma articulada ao longo da pesquisa. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico, que teve como finalidade construir a base teórica necessária à

compreensão da AUP, de sua relação com a produção do espaço urbano e periurbano e das políticas públicas relacionadas à agricultura e ao abastecimento alimentar. Foram consultadas produções acadêmicas relacionadas à Geografia Urbana, à Geografia Agrária, à agricultura urbana e periurbana, às políticas públicas e às transformações decorrentes da urbanização. Essa etapa permitiu identificar conceitos, debates e pesquisas anteriores que contribuíram para a delimitação do problema de pesquisa e para a definição das categorias utilizadas posteriormente na interpretação dos dados empíricos.

Paralelamente ao levantamento bibliográfico, foi realizada pesquisa documental. Essa etapa teve como finalidade compreender o processo de institucionalização da AUP em Jundiaí e identificar as bases legais e administrativas que orientam a atuação do poder público municipal. Foram analisados documentos oficiais, legislações municipais, o Plano Diretor de Jundiaí, decretos, relatórios institucionais, documentos relacionados ao Programa Horta Urbana e materiais disponibilizados pelo poder público.

Também foram consultadas informações divulgadas pela imprensa local, especialmente aquelas relacionadas à implementação e ao desenvolvimento das hortas urbanas. A análise documental possibilitou compreender não apenas a existência formal do programa, mas também seus objetivos, diretrizes, formas de organização e relação com outras políticas municipais.

A análise da legislação municipal assumiu importância particular porque permitiu verificar o lugar atribuído à agricultura urbana e periurbana no planejamento do município. O Plano Diretor de Jundiaí, instituído pela Lei nº 9.321/2019, e o Decreto Municipal nº 30.050/2021 constituem referências fundamentais para a compreensão da institucionalização da AUP e do Programa Horta Urbana.

A análise desses documentos foi posteriormente confrontada com as informações obtidas no trabalho de campo, permitindo verificar possíveis diferenças entre as disposições estabelecidas formalmente pelo poder público e as condições encontradas nos espaços efetivamente utilizados pelos agricultores. Dessa maneira, a legislação não foi analisada de forma dissociada da realidade empírica, mas como parte de um conjunto de informações a ser confrontado com as práticas observadas.

A pesquisa de campo constituiu uma etapa fundamental da investigação, uma vez que permitiu conhecer diretamente os espaços destinados à agricultura e as condições nas quais as

atividades são desenvolvidas. Foram realizadas visitas às sete hortas ativas vinculadas ao Programa Horta Urbana identificadas no período da pesquisa.

Para esse conjunto, adotou-se uma abordagem censitária, contemplando todos os agricultores vinculados às hortas ativas analisadas. Essa escolha permitiu trabalhar com a totalidade dos participantes encontrados no universo definido para a pesquisa, evitando a seleção de uma amostra parcial dentro do programa. As visitas possibilitaram observar as características específicas de cada horta, as condições de infraestrutura, os cultivos existentes, a organização das atividades, as formas de utilização dos espaços e as relações estabelecidas entre os agricultores e a comunidade.

Para preservar a identidade dos agricultores vinculados ao Programa Horta Urbana, os participantes da pesquisa foram identificados por códigos alfanuméricos, utilizando-se a letra “E”, correspondente a “Entrevistado”, seguida de numeração sequencial. Dessa forma, os sete agricultores entrevistados foram identificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7, sem a utilização de seus nomes ou de outras informações que permitissem sua identificação direta. A adoção dessa forma de identificação foi utilizada ao longo da tese para apresentar e discutir os depoimentos dos participantes, garantindo maior uniformidade na organização das informações e preservando sua identidade. Assim, quando os resultados apresentados nos capítulos de análise fazem referência a E1, E2, E3, E4, E5, E6 ou E7, trata-se, respectivamente, do primeiro ao sétimo agricultor entrevistado no âmbito do Programa. Essa codificação foi mantida de forma padronizada em tabelas, quadros, análises e discussões dos depoimentos, permitindo identificar as diferentes falas e experiências dos participantes sem expor seus nomes.

A observação direta foi utilizada como procedimento complementar às entrevistas e à análise documental. Durante as visitas, foram registradas informações relacionadas às condições físicas das hortas, à disponibilidade de água e energia elétrica, às estruturas utilizadas para o cultivo, às formas de organização dos espaços, aos tipos de produtos cultivados e às condições de conservação das áreas.

A observação também possibilitou identificar situações que poderiam não aparecer de forma suficientemente detalhada nos documentos oficiais ou nas respostas obtidas durante as entrevistas. Dessa forma, a presença em campo permitiu confrontar os discursos dos diferentes sujeitos com as características concretas dos espaços analisados.

Os registros fotográficos constituíram outro recurso utilizado durante o trabalho de campo. As fotografias foram empregadas como forma de documentação das características espaciais e das condições observadas nas hortas, contribuindo para a interpretação da organização dos espaços e para a apresentação das evidências empíricas ao longo da tese. Esses registros foram realizados de maneira complementar às demais técnicas, não sendo utilizados isoladamente para a interpretação dos fenômenos. A combinação entre observação, registros fotográficos e entrevistas possibilitou uma compreensão mais abrangente das características materiais e sociais das áreas estudadas.

As entrevistas semiestruturadas constituíram um dos principais instrumentos de coleta de informações junto aos agricultores. A escolha desse instrumento permitiu estabelecer um conjunto de questões comuns aos entrevistados, ao mesmo tempo em que possibilitou aprofundar temas específicos que surgiram durante as conversas. As questões abordaram aspectos relacionados à trajetória dos agricultores, às formas de acesso e utilização das áreas, às condições de trabalho, aos tipos de produção, às formas de comercialização, ao autoconsumo, às dificuldades encontradas, às relações com a comunidade e à atuação do poder público. O roteiro também permitiu identificar as percepções dos agricultores sobre o Programa Horta Urbana e sobre as possibilidades e limitações da agricultura urbana e periurbana no município.

No caso dos agricultores vinculados ao Programa Horta Urbana, a opção pela inclusão de todos os participantes permitiu contemplar diferentes experiências existentes dentro do próprio programa, considerando que as hortas apresentam características espaciais e condições de funcionamento distintas. As informações obtidas nas entrevistas foram posteriormente relacionadas às observações realizadas em cada área, permitindo compreender como as características particulares de cada horta interferem nas práticas e nas experiências dos agricultores.

Além dos agricultores vinculados ao programa, a pesquisa contemplou oito agricultores urbanos e periurbanos que desenvolvem suas atividades de forma independente. A inclusão desse segundo grupo teve como finalidade ampliar a compreensão da AUP em Jundiaí para além das iniciativas institucionalizadas pelo poder público. Esses agricultores apresentam formas distintas de organização, produção e comercialização e, justamente por não estarem inseridos no Programa Horta Urbana, permitem identificar outras possibilidades de realização da agricultura em espaços urbanos e periurbanos. A análise desse grupo também contribuiu para compreender as razões pelas quais determinados agricultores optam por manter suas atividades de maneira independente.

A seleção dos oito agricultores independentes foi realizada com base no critério de saturação. Esse procedimento foi adotado porque não existia um cadastro único que permitisse identificar previamente a totalidade dos agricultores urbanos e periurbanos que desenvolvem atividades de forma independente no município. Assim, a definição do número de entrevistados ocorreu durante o próprio processo de investigação.

A noção de saturação tem origem nos trabalhos de Glaser e Strauss (1967), que a relacionam ao momento em que a coleta de novos dados deixa de acrescentar propriedades relevantes às categorias analíticas desenvolvidas durante a pesquisa. Para os autores, a decisão de interromper a coleta não deve ser determinada exclusivamente por um número previamente estabelecido de participantes, mas pela avaliação sistemática das informações produzidas e pela identificação de recorrências que indiquem o desenvolvimento suficiente das categorias analisadas. Nesse sentido, a saturação estabelece uma relação entre coleta e análise dos dados, permitindo que a definição do número de entrevistas seja orientada pelo próprio processo investigativo.

A utilização desse critério também encontra respaldo em estudos posteriores que buscaram discutir empiricamente a quantidade de entrevistas necessária em pesquisas qualitativas. Guest, Bunce e Johnson (2006), ao analisarem 60 entrevistas em profundidade, verificaram que a maior parte dos temas identificados em seu estudo havia emergido nas primeiras entrevistas, observando a ocorrência de saturação temática dentro das primeiras doze entrevistas.

Os autores ressaltam, entretanto, que a saturação não deve ser entendida como um número universal aplicável a qualquer investigação, uma vez que sua ocorrência depende das características do grupo estudado, da especificidade do problema de pesquisa e da diversidade das informações produzidas. Dessa forma, o número de participantes deve ser definido considerando-se a natureza do objeto e a recorrência dos conteúdos identificados ao longo da análise.

No presente estudo, o critério de saturação foi aplicado especificamente ao grupo de agricultores urbanos e periurbanos que desenvolvem suas atividades de forma independente, ou seja, sem vínculo com o Programa Horta Urbana. A coleta foi realizada de maneira progressiva, acompanhada da análise das informações obtidas nas entrevistas, permitindo observar a recorrência de temas relacionados às formas de produção, às motivações para o cultivo, às condições de infraestrutura, às dificuldades encontradas, às formas de comercialização, ao acesso a recursos e às relações com o poder público.

Após a realização da oitava entrevista, verificou-se a repetição dos principais conteúdos e a ausência de informações substancialmente novas para os objetivos estabelecidos, indicando a saturação das informações consideradas relevantes para esse grupo. Assim, a definição de oito entrevistados não decorreu de uma escolha arbitrária ou de uma tentativa de estabelecer uma amostra estatisticamente representativa, mas do acompanhamento do processo de coleta e análise até o momento em que novas entrevistas deixaram de acrescentar elementos relevantes à interpretação das práticas independentes de AUP em Jundiaí. Esse procedimento é coerente com a compreensão da saturação como uma decisão metodológica vinculada ao conteúdo produzido pela pesquisa, e não simplesmente à quantidade de participantes.

A pesquisa também incorporou a dimensão institucional por meio da análise das informações fornecidas por representante do poder público municipal. Essa etapa foi necessária porque o Programa Horta Urbana constitui uma iniciativa da administração municipal e sua compreensão exige considerar tanto a perspectiva dos agricultores quanto aquela dos agentes responsáveis pelo planejamento e pela implementação das ações.

Nesse sentido, foi realizada entrevista com a diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, contribuindo para a análise das relações entre o programa, o planejamento municipal e as políticas públicas voltadas à ocupação e utilização dos espaços urbanos.

A utilização de diferentes grupos de entrevistados permitiu estabelecer relações entre distintas perspectivas sobre a AUP em Jundiaí. As informações dos agricultores vinculados ao Programa Horta Urbana foram analisadas conjuntamente com aquelas fornecidas pelos agricultores independentes e pelo poder público municipal. Essa estratégia permitiu identificar aproximações e diferenças entre as experiências individuais, as condições encontradas nas hortas e as ações institucionais. A comparação não teve como finalidade estabelecer uma hierarquia entre os diferentes modos de realização da AUP, mas compreender a diversidade de situações existentes no município e verificar como a presença ou ausência de uma política pública interfere nas práticas agrícolas.

Além das informações qualitativas obtidas por meio das entrevistas e observações, foram utilizados dados quantitativos para caracterizar as atividades desenvolvidas e identificar padrões relacionados à produção, comercialização, utilização dos recursos e características dos agricultores. Os dados quantitativos foram sistematizados e organizados em tabelas e gráficos, permitindo

sintetizar informações provenientes do trabalho de campo e facilitar a comparação entre os diferentes grupos pesquisados. A utilização desses dados não teve como objetivo reduzir a complexidade da AUP a indicadores numéricos, mas complementar as informações qualitativas e contribuir para uma interpretação mais abrangente do fenômeno.

A dimensão espacial da pesquisa foi desenvolvida por meio da utilização de ferramentas cartográficas e imagens de satélite. Esses procedimentos permitiram localizar as áreas de cultivo, observar sua inserção na estrutura urbana e periurbana e analisar as características espaciais dos locais onde a AUP se desenvolve.

A representação cartográfica foi utilizada, portanto, como instrumento de análise e não apenas como recurso de apresentação dos resultados. A espacialização das hortas contribuiu para compreender sua distribuição no município e suas relações com diferentes usos do solo e com a estrutura urbana.

A sistematização das informações foi realizada de maneira articulada entre os diferentes procedimentos empregados. As entrevistas foram organizadas a partir dos temas investigados, enquanto as informações provenientes da observação de campo, dos documentos, dos dados quantitativos e da análise espacial foram utilizadas para complementar e confrontar os depoimentos dos entrevistados. Esse procedimento permitiu realizar uma análise integrada da AUP em Jundiaí, evitando que os resultados fossem interpretados exclusivamente a partir de uma única fonte de informação. Assim, a análise buscou estabelecer relações entre aquilo que está previsto nos documentos institucionais, aquilo que é relatado pelos sujeitos e aquilo que pode ser observado concretamente nos espaços de produção.

Do ponto de vista analítico, a metodologia adotada permitiu compreender a AUP em diferentes escalas. Em uma escala mais ampla, foram considerados os processos de urbanização, as transformações do espaço urbano e periurbano e as políticas públicas relacionadas à agricultura e à segurança alimentar. Em escala municipal, foram analisadas as características de Jundiaí, a legislação e a estrutura institucional relacionada ao Programa Horta Urbana. Em escala local, foram observadas as condições específicas das hortas, as práticas dos agricultores e as relações estabelecidas com as comunidades próximas. A articulação dessas escalas foi necessária para evitar uma interpretação fragmentada do fenômeno e compreender como processos mais amplos se manifestam nas práticas concretas desenvolvidas nos espaços estudados.

A comparação entre agricultores vinculados ao Programa Horta Urbana e agricultores independentes constitui, nesse sentido, uma estratégia central da pesquisa. Enquanto o primeiro grupo permite avaliar uma experiência de AUP inserida em uma política pública municipal, o segundo possibilita compreender práticas que se desenvolvem fora dessa estrutura institucional. A comparação entre esses grupos contribuiu para identificar diferentes formas de acesso aos recursos, organização do trabalho, comercialização da produção, relação com o poder público e utilização dos espaços urbanos e periurbanos. Também possibilitou observar que a AUP não se restringe às áreas formalmente reconhecidas pelo poder público, apresentando uma diversidade de práticas que extrapola os limites do programa municipal.

A escolha dessa estratégia metodológica está diretamente relacionada ao problema e aos objetivos da tese. Ao investigar a contribuição do Programa Horta Urbana para o desenvolvimento da AUP em Jundiaí, não seria suficiente analisar somente o conteúdo da legislação ou somente as experiências dos agricultores participantes. Da mesma forma, a análise exclusiva das hortas vinculadas ao programa poderia limitar a compreensão da diversidade da AUP existente no município. A inclusão dos agricultores independentes, portanto, permitiu ampliar o universo empírico e compreender o programa em relação ao conjunto mais amplo de práticas agrícolas desenvolvidas no espaço urbano e periurbano.

A pesquisa também reconhece que os dados produzidos em campo correspondem a um determinado período e refletem as condições encontradas durante o desenvolvimento do trabalho. As hortas urbanas são espaços sujeitos a transformações, tanto em razão das decisões dos agricultores quanto das ações do poder público, das condições climáticas, das alterações na disponibilidade de recursos e das mudanças no uso do solo. Por essa razão, os resultados apresentados na tese devem ser compreendidos a partir do recorte temporal da investigação, sem desconsiderar o caráter dinâmico das práticas de AUP e das políticas públicas que incidem sobre elas.

A análise dos dados foi realizada de forma integrada, considerando os objetivos específicos da pesquisa e os principais eixos identificados durante o trabalho de campo. As informações foram organizadas de modo a possibilitar a análise das dimensões social, econômica, espacial e institucional da AUP, permitindo relacionar as experiências dos agricultores às condições territoriais e às ações desenvolvidas pelo poder público municipal. Essa organização orientou a

interpretação dos resultados apresentados nos capítulos destinados à análise do Programa Horta Urbana e das práticas independentes de agricultura urbana e periurbana.

Dessa forma, a metodologia adotada buscou combinar procedimentos capazes de apreender tanto as características objetivas dos espaços de produção quanto as experiências e percepções dos sujeitos envolvidos. A pesquisa bibliográfica e documental forneceu as bases teóricas e institucionais; as entrevistas permitiram compreender as experiências dos agricultores e do poder público; as observações e os registros fotográficos possibilitaram analisar as condições concretas das hortas; os dados quantitativos contribuíram para identificar padrões e estabelecer comparações; e a cartografia, o geoprocessamento e as imagens de satélite permitiram compreender a dimensão espacial do fenômeno. A articulação desses procedimentos possibilitou construir uma análise integrada da Agricultura Urbana e Periurbana em Jundiaí.

Por fim, a metodologia foi estruturada de modo a responder ao objetivo central da tese e à hipótese formulada na pesquisa. A análise conjunta das dimensões institucional, espacial, social e econômica permitiu avaliar em que medida o Programa Horta Urbana contribui para o desenvolvimento da AUP e quais são seus efeitos sobre os agricultores e sobre os espaços urbanos e periurbanos do município. Mais do que verificar a existência formal do programa, buscou-se compreender suas condições concretas de funcionamento, seus resultados, suas limitações e suas possibilidades de consolidação enquanto política pública. A estratégia metodológica adotada permitiu, assim, relacionar a dimensão normativa da política pública às práticas efetivamente desenvolvidas pelos agricultores, fornecendo elementos para a interpretação dos resultados apresentados nos capítulos seguintes.

A abordagem geográfica adotada nesta tese parte da compreensão de que o espaço urbano não é apenas cenário, mas produto e condicionante das relações sociais. Sob essa ótica, a AUP é vista como prática espacial que reconfigura o território, materializando contradições e possibilidades. A análise das hortas urbanas, portanto, ultrapassa o nível descritivo e busca interpretar as mediações entre o local e o estrutural — entre o vivido e o planejado — que definem o caráter híbrido da cidade contemporânea. Essa leitura se ancora na geografia crítica, particularmente nas reflexões de Milton Santos (1996), Henri Lefebvre (2001) e Rogério Haesbaert (2014), que concebem o espaço como campo de disputa, apropriação e significação.

A relação entre o “lugar” e a prática agrícola também é central neste estudo. O lugar, entendido como dimensão concreta e simbólica da existência social, é o ponto onde o global e o

local se encontram e se traduzem em práticas cotidianas. A horta urbana, nesse sentido, é mais que um espaço de cultivo: é um território de sociabilidade, de identidade e de resistência. Em Jundiaí, os agricultores urbanos e periurbanos atribuem novos sentidos a áreas antes marginalizadas, transformando-as em pontos de encontro, trabalho e convivência. Essa perspectiva dialética permite compreender o Programa Horta Urbana não apenas como política de gestão, mas como fenômeno territorial que redefine a relação entre o homem e a cidade.

A relevância científica da presente pesquisa reside na articulação entre teoria e empiria, entre o plano das ideias e a materialidade dos espaços. Ao tratar da AUP em Jundiaí, a tese não se limita a descrever experiências locais, mas busca contribuir para a reflexão mais ampla sobre as relações entre cidade, território e produção alimentar. Essa contribuição é particularmente importante em um momento em que o debate sobre o direito à cidade, a revalorização do espaço público e as novas formas de produção e consumo ganham centralidade nas ciências humanas.

A investigação está estruturada em quatro capítulos interdependentes, que dialogam entre si e constroem, de forma progressiva, o arcabouço teórico, metodológico e analítico necessário para compreender a AUP em Jundiaí.

No Capítulo 1, "**O Lugar na Cidade: Conceitos e Definições**", dedica-se à exploração teórica das noções de lugar e cidade, com foco nas transformações que esses conceitos sofreram ao longo do tempo. A partir de uma abordagem multidisciplinar, o capítulo busca entender como a cidade, enquanto fenômeno social, se reconstrói à medida que as relações de produção, os fluxos de pessoas e mercadorias e as dinâmicas culturais e políticas mudam. Com base em teorias geográficas, o capítulo reflete sobre como a cidade moderna e a contemporânea são definidas e como seus limites, muitas vezes, se tornam difusos, principalmente com o processo de urbanização difusa, que leva a uma expansão para o rural e à redefinição do espaço urbano. Esse movimento de híbrido entre o urbano e o rural resulta na criação de um novo espaço, o periurbano, caracterizado pela convivência de elementos urbanos e rurais, mas sem uma delimitação clara. O capítulo também discute a concepção de lugar a partir das teorias geográficas e urbanísticas, analisando a cidade não apenas como um espaço físico, mas como uma construção simbólica e social. A noção de lugar, nesse contexto, é entendida como um espaço carregado de significados, onde as relações entre os indivíduos e o território são mediadas por aspectos culturais, históricos e políticos. Ao focar na cidade e no seu entorno, o capítulo examina como a urbanização e a expansão do tecido urbano para as áreas rurais transformam o espaço e as relações sociais, propondo uma reflexão

sobre como esses processos alteram a vida dos habitantes e as dinâmicas socioeconômicas do município de Jundiaí.

O Capítulo 2 "**Formação do Município de Jundiaí-SP**" destina-se a apresentar o processo histórico de formação do município de Jundiaí, com ênfase nas principais etapas e eventos que marcaram sua configuração atual.

O Capítulo 3 **"Entre o Urbano e o Rural: A Agricultura Urbana e Periurbana como Expressão da Multifuncionalidade do Território"** aborda a forma como as práticas agrícolas em espaços urbanos e de transição revelam a complexidade e a sobreposição de funções presentes no território contemporâneo. O capítulo discute como a AUP ultrapassa a dimensão produtiva e assume múltiplos papéis — sociais, econômicos, ambientais e simbólicos —, expressando a coexistência e a interdependência entre o urbano e o rural. Ao analisar a AUP como manifestação concreta da multifuncionalidade territorial, busca-se compreender como essas práticas contribuem para a reorganização do espaço, o fortalecimento das relações comunitárias e a ressignificação dos usos e significados do solo nas cidades médias brasileiras, com destaque para o caso de Jundiaí.

O Capítulo 4 **"A Agricultura Urbana e Periurbana em Jundiaí-SP: O Caso do Programa Horta Urbana"** é dedicado a um estudo aprofundado do Programa Horta Urbana de Jundiaí, com ênfase nas experiências e resultados observados ao longo dos anos. A análise não se restringe apenas à descrição das ações implementadas pelo programa, mas busca compreender seu impacto na dinâmica socioeconômica da cidade, especialmente nas áreas periféricas e periurbanas. O programa, que visa promover a segurança alimentar, gerar renda e estimular o engajamento comunitário, será abordado à luz de suas fases de implantação, as dificuldades enfrentadas e as soluções adotadas para garantir sua continuidade. A partir de uma revisão das políticas públicas que o sustentam, serão discutidos os objetivos, as metodologias e os critérios de seleção dos participantes, analisando-se como os diferentes atores sociais envolvidos (agricultores urbanos, poder público e organizações da sociedade civil) contribuem para o sucesso ou os desafios do programa. Além disso, o capítulo também explora as interações entre o Programa Horta Urbana e outras práticas e iniciativas de AUP, destacando as sinergias e as possíveis lacunas que ainda precisam ser preenchidas. A pesquisa busca ir além de uma avaliação quantitativa das hortas, investigando também as transformações sociais e culturais geradas por essa prática no contexto urbano. Aspectos como o fortalecimento do tecido social, a construção de redes de solidariedade, a capacitação dos participantes e o desenvolvimento de uma consciência ambiental mais crítica

serão abordados de maneira detalhada. O capítulo visa fornecer uma visão detalhada do Programa Horta Urbana, analisando seus resultados sob diferentes perspectivas, e propondo possíveis caminhos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à AUP no município de Jundiaí e em outras cidades com características semelhantes.

Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados e reflexões, reafirmando a hipótese de que a AUP em Jundiaí constitui uma alternativa viável para enfrentar as desigualdades socioespaciais, embora sua consolidação dependa de institucionalização efetiva e de articulação intersetorial entre Estado e sociedade civil. A tese encerra-se apontando caminhos para futuras pesquisas e políticas públicas que possam fortalecer a AUP como parte integrante da estrutura urbana e das dinâmicas locais de produção e vida. Além de, apresentar as referências bibliográficas utilizadas. Também são anexados os formulários e o roteiro de entrevista aplicados, proporcionando transparência e detalhamento metodológico.

CAPÍTULO 1

O LUGAR NA CIDADE: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A cidade é o lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente porque se perde nas formas sempre tão fluídas e móveis
Carlos, Ana Fani Alessandri.

O espaço urbano contemporâneo caracteriza-se por um processo contínuo de expansão, fragmentação e complexificação das dinâmicas territoriais. A cidade, tradicionalmente entendida como núcleo de concentração populacional e de funções econômicas, passa a extrapolar seus limites físicos e administrativos, configurando novas formas de organização espacial que articulam o urbano e o rural. Essa transição, marcada pela fluidez das fronteiras e pela intensificação das redes de circulação e comunicação, suscita uma necessária reflexão acerca das transformações no modo de produção do espaço e, consequentemente, na forma como o lugar é concebido, vivido e apropriado pelos sujeitos.

Nesse contexto, compreender o "lugar" significa ultrapassar a visão puramente física e geográfica para alcançar sua dimensão simbólica e relacional. O lugar não é apenas o suporte material da vida social, mas o resultado das interações humanas, das experiências cotidianas e das memórias coletivas que nele se inscrevem.

O presente capítulo tem como propósito discutir as bases conceituais e teóricas que sustentam a compreensão do lugar e suas múltiplas dimensões no contexto da cidade contemporânea, articulando-as à análise da expansão urbana e das reconfigurações territoriais em municípios de interface urbano-rural, como Jundiaí.

O objetivo é compreender como diferentes teóricos abordam a relação entre espaço e experiência humana.

Parte-se da perspectiva de autores como Yi-Fu Tuan (1977), e Edward Relph (1976), que tratam o lugar como uma experiência vivida, carregada de afetos, pertencimento e identidade. Essa visão entende o lugar como o cenário das práticas humanas, no qual o sentido emerge do cotidiano e da relação emocional entre sujeito e espaço.

Em contraponto, Santos (1996), propõe uma leitura crítica do lugar, destacando sua dimensão social e política. Para ele, o lugar é o ponto de articulação entre o global e o local, onde se manifestam as contradições entre o capital e a vida cotidiana. Essa visão dialética permite compreender o lugar como um campo de disputas simbólicas e materiais, no qual se expressam tanto a alienação quanto a resistência. Complementarmente, Lefebvre (1974), argumenta que o espaço — e, portanto, o lugar — é produzido socialmente, resultando das relações econômicas, políticas e culturais que moldam a sociedade.

Ao analisar o caso de Jundiaí, pretende-se evidenciar como as contradições entre o urbano e o rural se materializam em práticas e representações concretas. A coexistência entre hortas

urbanas, áreas industriais e loteamentos residenciais ilustra a complexa rede de relações que compõe o espaço periurbano, no qual o lugar é constantemente reconstruído. Essa abordagem permitirá compreender como o território, mesmo submetido às pressões do capital e da expansão urbana, ainda preserva dimensões de resistência, memória e pertencimento.

1.1. Conceitos e definições de lugar: bases teóricas para a compreensão do espaço urbano

No estudo da geografia urbana, o conceito de "lugar" desempenha um importante papel na compreensão da organização e dinâmica das cidades. O lugar não se limita apenas a coordenadas geográficas ou a uma descrição física, mas abrange uma multiplicidade de significados sociais, culturais e econômicos que definem a identidade e a função de determinados espaços dentro do contexto urbano. Neste capítulo, exploraremos os diversos conceitos e definições relacionados ao lugar na cidade, buscando compreender como essas noções influenciam nossa percepção e interação com o ambiente urbano.

Ao investigarmos o lugar na cidade, nos deparamos com uma complexa teia de relações entre espaço, sociedade e poder. Os lugares urbanos são mais do que meros cenários em que as atividades humanas ocorrem; são palcos em que se desenrolam narrativas de pertencimento, conflito e transformação. Ao analisarmos as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre o lugar na cidade, buscamos não apenas decifrar sua morfologia física, mas também compreender as dinâmicas sociais e simbólicas que moldam sua existência e significado dentro do contexto urbano.

Afinal, o espaço geográfico é mutável e suas transformações se sucederam na relação espaço-tempo nos âmbitos social, ambiental, econômico e cultural.

A Geografia possui cinco categorias de análise: o espaço geográfico, o território, o lugar, a região e a paisagem. Juntas, combinam a ação humana com a dinâmica planetária. Ao mesmo tempo existem ideias em categorias associadas para criar essa conexão. Isso acontece de acordo com sua visão de mundo, culturas e suas respectivas características.

Pensar no processo de formação das cidades nos faz remeter ao encontro da história, as primeiras civilizações e a busca de um local que tenha água para se desenvolverem, portanto, de maneira sintetizada, isso se caracteriza em um processo humano de constituir uma cidade.

Exploraremos o conceito de lugar[1], considerando-o como uma representação do espaço geográfico que abrange significados intrínsecos e interações humanas.

No entanto, não há consenso entre os estudiosos do tema. A definição de lugar dependerá do método utilizado, por isso há muitos debates sobre o seu uso por geógrafos e outros estudiosos que se dedicaram ao estudo de lugar ao longo dos anos.

Nas várias áreas do conhecimento, o conceito de lugar tem adquirido diversas interpretações. Para Aristóteles, o "lugar seria o limite do corpo". Descartes, em sua obra "Princípios Filosóficos", aprimorou o conceito trabalhado por Aristóteles, que, além de delimitar o corpo, o lugar também deve ser estabelecido no que diz respeito a posição de outros corpos (Ribeiro, 1993).

Desde a década de 1970, o conceito de lugar foi considerado como conceito chave por Sauer (1972), além disso, tal conceito foi empregado sem aprofundamento relacionando-o ao conceito de região (Ferreira, 2000).

É possível identificar dois significados, "sendo estes considerados em dois de seus eixos epistemológicos, o da geografia humanística, que considera lugar como produto da experiência humana. E a Geografia Radical ou dialética marxista, em que o lugar assume uma compreensão enquanto espaço de singularidade" (Stanisk; Kundlatsch; Pirehowski, 2014, p. 4)

Para Yi-Fu Tuan (1983), o conceito de lugar é uma fragmentação de um respectivo espaço, que sofre diversas modificações ao longo do tempo, apesar do lugar, ser considerado uma categoria de estudo da Geografia, pode ser compreendido não apenas como um meio de localização do espaço, mas sim, tal conceito remete a Geografia.

O lugar é onde existem as referências pessoais e os sistemas de valores que orientam as diversas maneiras de perceber e compor paisagens e o espaço geográfico. Na verdade, trata-se de uma espacialidade imbuída de vínculos afetivos, de como desenvolvemos nossas vidas no processo de coexistência com lugares e com os outros. O conceito de lugar é subjetivo, pois as pessoas possuem uma experiência direta de seu espaço e lugar, deste modo, a vivência com o local resulta no sentimento de pertencimento (Stanisk; Kundlatsch; Pirehowski, 2014).

[1] Lugar, do latim "*localis*", é um termo que designa uma parte delimitada de um local, região, área ou espaço. Ele é também usado para se referir um local onde se deve estar. Se trata de um termo polissêmico, que conta com mais de um significado (Sousa, 2022).

A experiência de lugar abrange ainda diferentes escalas. Para Santos (2006, p. 212) “os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”. Desta maneira, o bairro em que o indivíduo vive pode ser denominado de lugar, bem como, o seu próprio quintal ou mesmo o país em que reside. Para a ciência geográfica, tudo está organizado em apenas um só lugar, relativo ao geoespacial.

Durante o processo de análise, surge a necessidade de desagregar o objeto de estudo em unidades distintas. Neste contexto, surge a questão sobre a equiparação das localizações a elementos passíveis de análise na Geografia. Uma análise importante seria se as localizações podem ser utilizadas como unidades operacionais para a reconstrução do espaço-tempo social em sua totalidade (Santos, 1989).

Cada localização representa um momento dentro do vasto movimento do mundo, representado em um ponto geográfico específico, um lugar. É devido a esse constante movimento social que cada lugar está em constante mudança de significado: a composição das frações da sociedade associadas a ele não permanece estática a cada instante. É importante destacar que localização e lugar são distintos. Enquanto, um lugar pode manter sua identidade inalterada ao longo do tempo, as localizações dentro desse lugar podem variar. O lugar pode ser concebido como um objeto ou conjunto de objetos, enquanto a localização é caracterizada por um conjunto de forças sociais convergentes em um lugar específico (Santos, 1989).

Nas palavras de Buttimer (1985, p. 178), “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”. Os indivíduos, desenvolvem referências a diferentes lugares emocionais por meio de experiências em diferentes localizações espaciais, por meio de viagens e atividades diretamente implantadas. Um lugar também pode ser entendido como uma memória, afinal, a mobilidade faz do lugar uma imagem da vida (Santos, 2006).

Nas suas reflexões, Silva (2005) faz menção à existência de lugares míticos e concebidos

> Os lugares míticos são aqueles espaços que embora nunca tenham sido experienciados concretamente, trazem uma visão do paraíso, o qual foi alimentado em nossos desejos de manter um contato direto com o mesmo, por exemplo, uma cidade, ou um país com o qual existe o desejo de conhecer e visitar, que traz a noção de atração. Já o lugar concebido é aquele construído a partir das experiências de outras pessoas com o lugar, e relatadas de forma a construir um referencial de espaço ou lugares que não conhecemos pessoalmente, porém que tomamos conhecimento a partir da descrição afetiva de outras pessoas e através

> de veículos de comunicação, também têm potencial para se tornarem lugares: são os chamados lugares concebidos (Silva, 2005, p. 4).

Segundo Buttimer (1985, p. 228) "o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas". A partir de conhecimentos decorrentes da ciência geográfica, vem a constatação de que o lugar pode ir além das explicações anteriores e se tornar uma ferramenta fundamental para a compreensão dos processos que ocorrem no espaço, o lugar tem como característica a particularidade e possui um vínculo com o sujeito. Em outras palavras, podemos perceber o mundo a partir da categoria de "lugar" por meio da realidade que vivenciamos (Rosa; Marinho; Rosa, 2019).

Corroborando com Tuan (1983), no lugar há um sentimento de pertencimento, já que, é no lugar que adquirimos diferentes sensações entre elas destacam-se a solidez e a segurança. As conexões com o lugar podem levar ao bem-estar ou descômodo, afeição ou repúdio, encanto ou denegação, nessa perspectiva, o autor elaborou os conceitos de topofilia e topofobia.

O Lugar possibilita uma vasta análise dos fenômenos, pois os aspectos espaciais se tornam mais eficientes à medida que tomam como ponto inicial os lugares, isto é, em que sucedem as experiências cotidianas e simbólicas. Para Milton Santos, a compreensão do lugar é menos importante do que a compreensão do mundo. A esse respeito, Santos (2005), assegura que: "muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente" (Santos, 2005, p. 158).

E as relações existentes dos lugares nunca vão se encerrar, e ao mesmo tempo que as relações da rede de fluxo e sua análise de relação espaço-tempo prosseguirem em atividade, os lugares vão continuar a ter as suas particularidades na ótica postas sob a divisão ao outro. Afinal, "o lugar faz parte do mundo e faz parte da sua história" (Santos, 1988, p. 35).

De acordo com o autor supracitado, a concepção de Lugar está intrinsecamente ligada à definição de espaço, uma vez que tudo que existe em um determinado lugar mantém relações com outros elementos desse mesmo espaço. O que caracteriza um lugar é precisamente uma rede de objetos e atividades interligados por relações de causa e efeito, formando um contexto que influencia todas as variáveis já presentes internamente e aquelas que são introduzidas e assimiladas posteriormente (Santos, 1994).

Moreira (2007, p. 61) destaca que o Lugar se refere, ao fruto da rede, e que sob uma "nova visão política a corrida para incluir um lugar na rede, a um só tempo, aproxima e afasta os homens hoje. Compreender o lugar na rede é ir além da noção da ligação, é perceber que as singularidades influenciam nas questões: politicas, históricas, sociais e econômicas".

Para Tuan (1983) a partir do momento em que o espaço se torna familiar, transforma-se em lugar. O espaço e o Lugar se relacionam e correlacionam, neste sentido, há três tipos de espaços: "o mítico, o pragmático e o abstrato". O espaço torna-se lugar a partir do momento que é vivenciado e reconhecido, que passa a ter um significado para o indivíduo, portanto, lugar é mais sólido que o espaço.

Na visão dialética marxista o lugar é considerado

> [...] a partir de uma dinâmica que é única, resultado de características históricas e culturais pertinentes ao seu processo de formação, mas também pode estar relacionado como uma expressão de globalidade a origem desta percepção encontra-se intimamente relacionada a processo de expansão do modo capitalista de produção que através de uma ampla rede de fluxos (de transportes, de informação e de mercadorias), que conseguiu incorporar progressivamente todos os pontos da superfície do planeta, inclusive aqueles considerados como remotos (Leite, 1998, p. 15).

O conceito de Lugar emerge no contexto da geografia histórica da acumulação de capital, sendo considerado um dos componentes essenciais do mundo espaço-temporal caracterizado por complexas relações sociais e valorações universais. A construção do lugar é intrinsecamente ligada, de forma direta ou indireta, ao processo de acumulação de capital e representa um estágio de consolidação das relações sociais, instituições e práticas político-econômicas de natureza capitalista. Busca-se compreender o local como uma manifestação do global, destacando a interconexão e interdependência entre os fenômenos locais e os processos mais amplos que permeiam a ordem socioeconômica global (Ferreira, 2000).

Segundo Moreira (2007) a partir da Revolução Industrial ocorreram muitas transformações tecnológicas e foi neste contexto que as cidades se tornaram ainda mais multifacetadas fazendo com que as características da Geografia obtivessem outro sentido. Ainda para o autor, o Lugar passa a ter dois ângulos diferentes em que, o Lugar pode ser compreendido como a ocupação de um espaço se inserindo na geopolítica ou também pode ser analisado como pertencimento ao espaço vivido.

Levando em consideração a importância do lugar na rede, Corrêa (2001, p. 107) ao analisar as dimensões das redes geográficas esclarece que esta constitui "[...] um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações'". As análises de Santos (1999, p. 14) reforçam essa relação "[...] cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais". O Lugar passa a adquirir aspectos próprios, como "afetivas, simbólicas, de pertencimento, espaço vivido e que, não está isolado, mas numa rede geográfica, constituindo um ponto de ligação, conexão da construção socioespacial" (Stanisk; Kundlatsch; Pirehowski, 2014, p. 5).

Relph (1976) expõe que o Lugar não está apenas relacionado a localização em si, pensando do ponto de vista da Geografia. Não está unicamente relacionado aos objetos, particularidades das localizações, mas sim, as diferentes práticas e ligações com o mundo, ou seja, a necessidade de vínculos, de proteção. Já para Bartoly (2011, p. 86) "as realidades dos lugares são cada vez mais complexas e, nesse sentido, são percebidas e vividas de diferentes formas, por diferentes indivíduos".

Para Moreira e Hespanhol (2008), o conceito de lugar passa a ser compreendido como uma composição socioespacial, marcada simultaneamente pela colaboração e pelo conflito. Essa dualidade decorre do fato de o lugar constituir-se como resultado das práticas sociais, econômicas e culturais que nele se desenvolvem, e das múltiplas relações de poder que o atravessam. O conflito, não é apenas um embate físico ou territorial, mas também simbólico e político — manifesta-se entre diferentes grupos sociais, entre distintas formas de apropriação do espaço e entre concepções divergentes de pertencimento e uso.

Conforme Milton Santos (1996), o lugar é o espaço vivido, em que se materializam as relações entre o global e o local, entre o técnico e o cotidiano. Essa coexistência de racionalidades distintas gera tensões: de um lado, a lógica hegemônica do capital e da técnica; de outro, as práticas cotidianas, o afeto e as identidades locais que resistem ou se adaptam. Assim, o conflito presente no lugar pode ser entendido como o embate entre o espaço da homogeneização — produzido pelas forças globais — e o espaço da singularidade — construído pelas experiências e significados dos sujeitos que o habitam.

Tuan (1983), ao discutir a dimensão experiencial do espaço e do lugar, reforça essa perspectiva ao afirmar que o lugar se forma a partir da experiência vivida, do enraizamento e do significado atribuído pelos indivíduos. No entanto, esses significados são múltiplos e nem sempre

convergentes, o que revela que o lugar é um campo de disputas simbólicas e afetivas. O que representa pertencimento e identidade para alguns pode significar exclusão, esquecimento ou perda para outros.

De modo semelhante, Massey (1994) concebe o lugar como um “encontro de trajetórias”, ou seja, como um ponto de articulação de relações sociais mais amplas. Para a autora, o lugar não é fixo, mas dinâmico, e justamente por isso é atravessado por conflitos decorrentes das diferentes posições e interesses daqueles que o produzem. Essa multiplicidade o torna um espaço de negociações constantes entre o local e o global, entre a permanência e a mudança.

A relação controversa do conceito de lugar refere-se ao fato de ele ser simultaneamente um espaço de pertencimento e de disputa; um território de cooperação social, mas também de desigualdade e conflito. Como observa Porto-Gonçalves (2006), o lugar é uma arena em que se confrontam projetos distintos de sociedade, modos de vida e racionalidades ambientais, evidenciando as contradições inerentes ao processo de produção do espaço. Nessa perspectiva, compreender o lugar exige reconhecer não apenas os embates materiais e simbólicos que o constituem, mas também as dimensões afetivas e identitárias que nele se manifestam.

O conflito presente no conceito de lugar é multifacetado: ocorre entre o global e o local, entre o econômico e o simbólico, entre grupos sociais com interesses distintos e entre modos diferentes de conceber e habitar o espaço. É dessa tensão que emerge a complexidade e a riqueza analítica do lugar como categoria da geografia e das ciências sociais.

Pode-se dizer “que o estudo do lugar deve levar em conta a possível abordagem do lugar enquanto o seu espaço físico, ressaltando a identidade do lugar, ou então as experiências dos indivíduos com o lugar, no qual as subjetividades humanas terão maior ênfase” (Stanisk; Kundlatsch; Pirehowski, 2014, p. 5).

Como já mencionado, o espaço geográfico passa a ser analisado como o resultado do persistente processo de construção social, em que sua forma, função e estrutura são reconfiguradas de acordo com a atividade social (Santos, 1985), criando paisagens únicas.

É importante analisar o espaço geográfico em sua dinâmica complexa, tanto em um nível abstrato, considerando conceitos e teorias, quanto em um nível concreto, levando em conta as realidades específicas e as interações concretas que ocorrem nesse espaço (Ferreira; Castilho, 2003).

Entende-se que para a totalidade de um fenômeno geográfico, é essencial ter conhecimento tanto dos elementos particulares que o constituem quanto das interações entre esses elementos em diferentes escalas. Como Santos (1988) ressaltou, os territórios são estruturados em subespaços interligados, formando, assim, o 'espaço global'.

Para compreender o conceito de Lugar destacamos o trabalho de Carlos (2007), no qual o Lugar é visto a partir da produção social, pois

> A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (Carlos, 2007, p. 20).

O Lugar é considerado a base para a reprodução da vida, e pode ser compreendido através da relação entre habitante, lugar e identidade. Esta abordagem é proposta por Carlos (1996), com o intuito de estimular uma discussão teórica acerca do conceito de lugar no contexto contemporâneo, caracterizado pela influência da globalização e pela complexidade das relações entre o local e o global.

É importante reconhecer o Lugar como o cenário em que os eventos ocorrem, devido à sua dimensão tangível e material. Além do que, podemos considerá-lo como uma construção formada por interações sociais no espaço vivido, que estabelecem uma rede de significados e sentido, interligados na história e na cultura. O lugar abrange uma multiplicidade de usos e significados, incluindo a vida social, a identidade e o senso de pertencimento (Carlos, 1996).

No âmbito do lugar, o ser humano interpreta o mundo por meio de seu corpo e de seus sentidos, estabelecendo um espaço que pode ser habitado. É importante que esse espaço seja vivenciado, conhecido e reconhecido em toda a sua extensão. O corpo desempenha um papel fundamental na apropriação desse espaço; esta é a perspectiva de Carlos (1996) sobre o conceito de lugar e sua especificidade. Desta forma, a autora argumenta que uma metrópole está distante de caracterizar-se como um autêntico lugar, devido à natureza efêmera das interações próximas.

O bairro se configura como um espaço devido à sua proximidade na vida cotidiana, em que as interações entre vizinhos, encontros com conhecidos e a formação de laços de identidade entre os residentes e com o próprio lugar ocorrem de forma imediata (Carlos, 1996; 2001).

Os locais em que o ser humano reside dentro do contexto urbano são fundamentais para seu cotidiano e modo de vida, uma vez que refletem as formas pelas quais ele ocupa o espaço e atribuem sentido por meio de seu uso, tornando-se espaços concretos e palpáveis, conforme enfatizado por Carlos (1996).

Carlos (1996) expõe que o Lugar é passível de compreensão dentro de seu contexto, que transcendem a delimitação específica de uma função ou forma, incluindo um conjunto de significados e práticas. O lugar proporciona uma reflexão sobre aspectos do viver, habitar, trabalhar e desfrutar de momentos de lazer como experiências vividas. Esta abordagem permite a análise dos conflitos que emergem ou emergiram no cenário cotidiano, evidenciando a intersecção entre o local e o global na manifestação de tensões sociais.

O lugar é caracterizado por uma variedade de interações simultâneas, ao mesmo tempo em que pode ser percebido como uma realidade tangível, refletindo o uso e as práticas cotidianas vivenciadas. Dessa forma, por um lado, observamos a diversidade das relações locais e, por outro, a singularidade da produção do espaço em escala global. Consequentemente, todos os lugares têm o potencial de serem considerados globais (Carlos, 1996).

Conforme argumentado por Carlos (1996), o lugar não deve ser entendido como uma entidade autônoma, mas sim como um componente inseparável de uma totalidade espacial, que é formada pela divisão espacial do trabalho. Na contemporaneidade marcada pela disseminação das redes, os progressos nos meios de transporte e comunicação estão acelerando, visando reduzir as distâncias tanto físicas quanto temporais.

O lugar, enquanto entidade específica, incorpora dinâmicas globais, fazendo parte de uma rede interligada de outros lugares. Ele se beneficia de uma rede de difusão que abrange fluxos de informação, bens e serviços. Esse processo reflete a globalização abrangente da sociedade, economia, cultura e espaço, tendo como resultado na formação de um espaço mundial cada vez mais planejado e conectado. Diante desse cenário, surge a necessidade de uma nova abordagem em relação ao local, reconhecendo sua interconexão com o contexto global (Carlos, 1996).

É relevante salientar que, de acordo com Carlos (2001), embora o foco seja em bairros urbanos, algumas características podem ser praticadas para os bairros rurais, como a noção de identidade e as relações entre vizinhos. É evidente a noção dos moradores dos bairros rurais em relação às transformações (econômicas, culturais e territoriais) decorrentes do avanço da urbanização em direção às áreas rurais circundantes.

Santos (1999, p. 65) expõe que “o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos indivíduos”.

A AUP possui mecanismos que permitem a execução de fluxos que apresentam relações profundas entre os espaços rurais e os urbanos, tendo em vista que, a cidade também se apresenta como um lugar, que assume as funcionalidades distintas a cada período que as situações se alteram.

O Lugar é composto por objetos que são independentes de existência pelos elementos que o constituem – “ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos” (Santos, 1988, p. 18) – porém, não possuem independência de significados afinal, todos os dias novas funcionalidades substituem as existentes, ou seja, não há autonomia de antigas e novas funções, que são impostas e executadas (Santos, 1988).

Nesse sentido, a cidade, refletindo a sociedade, torna-se

> [...] o lugar onde o homem utiliza-se das inúmeras disponibilidades espaciais nela existentes para desenvolver-se economicamente. Nesse processo, a agricultura urbana e periurbana, também tem desempenhado papel fundamental, acontecendo no espaço urbano e trazendo consigo não apenas a prática do cultivo per se, como também um conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais. Esta “nova” atividade, então, assume características do modo de vida urbano, constituindo aí novos lugares, assumindo diversas interpretações quanto ao seu conceito (Ferreira; Castilho, 2003, p. 8).

As relações existentes entre os lugares nunca chegarão ao fim, pois ao mesmo tempo em que as conexões de redes de fluxo e da relação espaço-tempo prosseguirem em execução, os lugares irão continuar assumindo particularidade na perspectiva da divisão determinada a cada um (Santos, 1988). Afinal, “o lugar é parte do mundo e desempenha um papel na sua história” (Santos, 1988, p. 35).

Moreira (2007, p. 61) destaca que “o Lugar é o ponto de referência, o fruto da rede, e que sob uma nova visão política a corrida para incluir um lugar na rede, a um só tempo, aproxima e afasta os homens hoje”. Entender o Lugar na ótica da rede é muito mais que a simples noção de conexão, é notar que as peculiaridades interferem nas questões: políticas, históricas, sociais, econômicas etc.

Nas palavras de Carlos (2007), a realidade do mundo moderno se reproduz em diferentes escalas,

> Definido a partir do sujeito que se revela nas formas de apropriação pelo corpo o lugar se completa pela fala, a troca alusiva a algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores. Assim, trata-se de uma articulação de textos que enfoca a possibilidade da análise do lugar no mundo moderno, mas também do mundo que se descortina no e através do lugar. A premissa que desenvolveremos refere-se ao fato de que a realidade do mundo moderno se reproduz em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos. O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, aos poucos, vai revelando (Carlos, 2007, p. 14-15).

Neste sentido, isso vem ocorrendo tendo em vista, a combinação existente entre o espaço, o mundo e o lugar. Deve-se ter em mente que o espaço e o mundo estão ligados ao lugar, mesmo que estejam em movimento dialético e tenham significados distintos, mesmo que, um dependa do outro para continuar operando. Na Geografia, o espaço e o tempo estão intimamente relacionados. Entende-se que o tempo é determinado pela historicidade/rugosidade e a Geografia tem o espaço como objeto de estudo (Stanisk; Kundlatsch; Pirehowski, 2014).

Para entendermos essa relação, Moreira (2007), ressalta em sua obra intitulada: O que é Geografia? Que o processo histórico diz respeito ao tempo no espaço, enquanto, que o espaço representa a Geografia no tempo, já a categoria Lugar, está inserida nesse diálogo devido a compreensão dos processos e suas respectivas modificações desde o vivido, o percebido, portanto, da realidade.

Compreender as particularidades do Lugar e a sua pertinência na formação de indivíduos entendedores dos processos e demandas do espaço vivido, é um fator importante para a Geografia. Callai (2000, p. 72) destaca que analisar o Lugar em que se "vive permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem. Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas em um espaço maior, mas por hipótese alguma é isolado, independentemente".

Seguindo essa mesma perspectiva, as relações entre os níveis globais e locais, assim como, a produção do conhecimento geográfico estruturado em diversos acoplamentos, são as categorias de Lugar e como efetivamente o entendemos. É concebível se essa globalidade estiver correlacionada com o espaço cotidiano, ou seja, a experiência do Lugar ali vivido (Rosa; Marinho; Rosa, 2019).

O dia a dia na perspectiva miltoniana, possibilita encontrar as relações de convívio com a vizinhança e, os diferentes conflitos existentes no Lugar. As noções de mudança e nostalgia, no que diz respeito ao tempo de cultivo, está muito presente nos bairros rurais, em que ocorrem as grandes festividades religiosas, bem como, da tranquilidade e da convivência familiar (Moreira; Hespanhol, 2008).

Diante dessa ideia torna-se importante

> atrelar o lugar ao rural, justamente porque no campo a unidade produtiva e a unidade familiar são, em muitos casos, indissociáveis. A dimensão do lar como o lugar da sociabilidade da família e a dimensão da unidade de produção como local das estratégias de reprodução social e econômica, denotam a indissociabilidade do local de moradia e o local de trabalho. Contudo, o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas acabam por separar esses locais (Moreira; Hespanhol, 2008, p. 57).

A terra se constitui como um meio essencial na relação entre as pessoas e o Lugar, já que, é o elemento básico para o trabalho e subsistência das famílias. Os vínculos entre a vizinhança e a ideia de pertencimento ao lugar, resultam no afeto e a identidade ao lugar. “A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado” (Alves, 2004, p. 209). Segundo Santos (1999, p. 65), “o sentimento de pertencimento a um determinado lugar constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos indivíduos”.

Na contemporaneidade, a experiência do lugar é cada vez mais tensionada pelos processos de globalização, mobilidade e desterritorialização. Como afirma Haesbaert (2014), os lugares não desaparecem, mas se reconfiguram, tornando-se híbridos e multifuncionais, atravessados por múltiplas escalas e pertencimentos. Essa reconfiguração implica compreender o lugar não como um espaço fixo, mas como um campo de fluxos, interconexões e resistências, no qual se manifestam tanto as forças homogeneizadoras do capital quanto as práticas de reafirmação identitária e territorial.

Por fim, entender o conceito de lugar e suas respectivas categorias, levando em conta suas experiências ali vividas, a terra e todo ao seu redor em uma perspectiva de relação espaço-tempo, nos permite pensar: como surgiu essa identificação com o lugar vivido? Como essa identificação com as características do meio rural, persiste em se manter cada vez mais viva na cidade? Por que

nas entrevistas realizadas sempre são identificadas que o uso da agricultura faz remeter ao passado, quando as pessoas viviam na área rural? Seria então o tema da AUP, algo simbólico e que exerce o fator de identidade com a terra e o passado, ao mesmo tempo?

São várias questões a se pensar, o conceito de lugar, possui várias peculiaridades, que para entendê-las, teremos que percorrer o processo histórico e entender o quão o conceito de lugar, tão abordado na linguagem geográfica se identifica com o tema estudado: o da AUP.

A compreensão do lugar transcende sua dimensão física e material, configurando-se como uma construção social e simbólica permeada por valores, práticas e significados. O lugar é, conforme defende Milton Santos (1996), o resultado da articulação entre o mundo material e o mundo vivido, entre a materialidade espacial e a subjetividade dos sujeitos que o habitam.

Assim, "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto e agente do processo histórico" (Santos, 1996, p. 262), revelando-se como palco das contradições entre o global e o local, entre o cotidiano e o técnico, entre a permanência e a mudança. Essa complexidade faz do lugar um conceito dinâmico, constantemente reconfigurado pelas forças econômicas, políticas e culturais que o atravessam.

Nessa perspectiva, Lefebvre (1974), em *La Production de l'Espace*, argumenta que o espaço não é apenas um cenário passivo, mas o produto de relações sociais que nele se manifestam e se reproduzem. O lugar, enquanto expressão concreta dessas relações, reflete tanto a experiência vivida quanto a estrutura social que o condiciona. A dialética entre o vivido e o produzido torna o lugar uma categoria central para a compreensão dos processos urbanos, pois nele se inscrevem as práticas cotidianas, as representações e as disputas pelo uso do espaço. Entender o lugar implica reconhecer sua natureza conflitiva, marcada por relações de poder, pertencimento e resistência.

Entretanto, as transformações contemporâneas da cidade vêm tensionando essa dimensão identitária do lugar. A intensificação dos processos de urbanização, especialmente a partir da segunda metade do século XX, tem produzido uma nova organização espacial em que os limites entre o urbano e o rural tornam-se difusos e instáveis. Corrêa (1995), destaca que a expansão da cidade não ocorre apenas em termos físicos, mas também por meio de um processo de difusão de práticas, valores e lógicas urbanas sobre o território.

Essa "urbanização difusa", como definida por Souza (2015), em O Lugar no Mundo: a Geografia e o Cotidiano, expressa a incorporação de áreas rurais ao circuito urbano, gerando espaços híbridos, de usos múltiplos e identidades fragmentadas.

Esse fenômeno provoca uma profunda reconfiguração das relações socioespaciais e dos significados atribuídos ao território. O avanço da cidade sobre o campo, impulsionado pela valorização imobiliária, pela infraestrutura e pela reestruturação produtiva, converte antigas áreas agrícolas em zonas de transição — nem plenamente urbanas, nem inteiramente rurais. Conforme observa Carlos (2011), em A Cidade, essa expansão traduz-se na emergência de um "novo tecido urbano" que sobrepõe e substitui as práticas tradicionais de uso do solo, fragilizando vínculos simbólicos com o lugar e promovendo uma homogeneização espacial ditada pela lógica do capital. O que se observa é uma constante tensão entre o espaço vivido — enraizado na memória, na identidade e na prática cotidiana — e o espaço produzido — submetido à racionalidade técnica e econômica.

Nesse contexto, a AUP emerge como uma forma de resistência simbólica e material à homogeneização do espaço. Como destaca Haesbaert (2004), em O Mito da Desterritorialização, a territorialidade é constantemente reinventada pelos sujeitos na tentativa de reafirmar o pertencimento e reconstruir laços identitários diante das transformações impostas pelo urbano. O cultivo de hortaliças não se reduz a uma prática produtiva: ele reativa memórias, reconstrói sentidos e refaz a mediação entre o homem e a terra. É nesse reencontro com o território — ainda que dentro de um contexto urbano — que o conceito de lugar adquire nova vitalidade e significado.

Compreender o fenômeno da urbanização difusa é essencial para entender os desdobramentos da expansão urbana sobre o rural, especialmente em municípios como Jundiaí, onde o avanço da cidade sobre antigas áreas agrícolas tem reconfigurado paisagens, modos de vida e vínculos identitários. O próximo item abordará a forma como a cidade se expande para o rural, analisando o processo de urbanização difusa e suas implicações sociais, espaciais e simbólicas. Tal análise permitirá compreender como o lugar — enquanto categoria de mediação entre o espaço e o vivido — se transforma e resiste em meio às novas lógicas de produção do espaço urbano contemporâneo.

1.2. A cidade se expande para o rural – urbanização difusa

O período atual é caracterizado pela intensa urbanização de algumas áreas, havendo repercussão sobre os espaços rurais situados nas proximidades das cidades, os chamados espaços periurbanos, que são resultados do processo de urbanização difusa. Se no passado as atividades

desenvolvidas nos espaços urbano e rural os diferenciava, atualmente, o meio rural deixou de ser exclusivo das atividades agrícolas incorporando funções até então exclusivas das cidades.

Para Lefebvre (2001, p. 68), "a relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção" e são resultados da divisão social do trabalho.

O fenômeno da expansão urbana iniciou pós Segunda Guerra Mundial, com destaque para os Estados Unidos. Nesse contexto, houve aumento na construção de residências em áreas periféricas, principalmente por projetos de desenvolvimento em larga escala. Esse padrão de urbanização se caracterizou pela conversão de extensas áreas anteriormente destinadas à agricultura para uso urbano (Gottdiener, 1997).

A urbanização difusa é um conceito que vem ganhando relevância do meio acadêmico para entender a relação cidade-campo. Um dos principais autores que trabalhou sobre o tema, foi Gottman (1961), ao analisar o nordeste dos Estados Unidos. A partir deste período, muitas expressões foram criadas ou recuperadas para analisar tal processo e as formas espaciais associadas a ele, que são: urbanização e cidades difusas, urbanização e cidades dispersas, difusão reticular, suburbanização, periurbanização, contraurbanização, entre outras.

Sposito (2007, p. 45) se baseando nos estudos de Dematteis (1998) sobre difusão reticular do território, identifica os principais fatores que "caracterizam a urbanização difusa: a) crescimento populacional e territorial, sendo o último com maior proporção em relação ao primeiro; b) ruptura da continuidade da malha urbana (consolidação de fragmentos com vazios intersticiais); e, c) aumento da diferenciação".

Dematteis (2015, p. 23) faz uso da expressão difusão reticular da cidade e analisa a "urbanização difusa como o restabelecimento, nos campos e nas pequenas cidades, de uma população não agrícola que podia disseminar no território elementos tipicamente urbanos: casas de campo, galpões, centros comerciais ao longo das estradas e similares".

Nas últimas décadas tem ocorrido transformações de cunho tecnológico, econômico, social e político que têm afetado os limites dos sistemas urbanos. "O processo de crescimento das aglomerações urbanas, associado ao alargamento dos perímetros urbanos, permitiram configurar tecidos urbanos com um padrão mais disperso e descontínuo, muito dependente das acessibilidades e do modo de transporte individual" (Barbosa, 2005, p. 1). Essas mudanças têm resultado em dificuldades, tanto para a organização do espaço geográfico quanto para o desenvolvimento urbano.

No passado era de fácil identificação a divisão existente entre as áreas rurais e urbanas. No período atual, ocorre o oposto, as novas maneiras de ordenação e ocupação do espaço resultam em efeitos importantes no cotidiano de cada indivíduo (Baldissera *et al.*, 2017).

A urbanização difusa é um fenômeno que tem se caracterizado pelo crescimento urbano disperso e desordenado, geralmente ocorrendo nos arredores das cidades tradicionais ou em áreas rurais próximas a centros urbanos consolidados. Esse padrão de urbanização é impulsionado por uma série de fatores, incluindo o aumento da mobilidade, o desenvolvimento das redes de transporte e comunicação, bem como, as mudanças nas políticas de planejamento urbano. A urbanização difusa resulta na expansão irregular das áreas urbanas, com a criação de novos núcleos habitacionais, centros comerciais e industriais ao longo das principais vias de acesso (Elias, 2013).

O processo de urbanização se dá de maneira complexa, pois abrange aspectos humanos sociais e territoriais, resultando assim, na transformação do modo de vida por meio da admissão de outros valores, novas condutas que, expõem a relação do consumo, que por sinal diz respeito as novas formas de habitar. “Estas correspondem, ao longo da multimilenária história urbana, as cidades, nas suas várias tipologias, decorrentes das circunstâncias geográficas, históricas, sociais e económicas” (Gaspar; Afonso; Alves; 2000, p. 10).

A urbanização difusa não está relacionada exclusivamente a mudanças nos valores e nas atividades familiares, mas também a outros aspectos.

> Com efeito, a dispersão da cidade, antes de suas periferias, depois ao redor delas e, depois ainda, na cidade difusa, é o que aumenta vertiginosamente a diversidade das situações: a cidade, a cidade difusa principalmente, é ao mesmo tempo, concentração, reinvenção de suas partes mais antigas, modificação das partes modernas, densificação em rarefação, produção de novos lugares centrais de densidade, de proximidade e de distanciamento, de distância e de separação (Secchi, 2007, p. 118).

Há muitos fatores por trás do colapso desse novo modo de vida. Entres esses fatores, destacam-se as mudanças sociais e econômicas nas famílias; a complexidade técnica e social das atividades; bem como, as mudanças na estrutura do tempo (do tempo produtivo para o tempo livre e de lazer), o aumento da cultura urbana relacionada com as melhorias nos transportes e nos meios de comunicação, o que proporcionou a diminuição das distâncias e da maneira de ocupação do espaço. A busca pelo espaço se intensifica. Os limites existentes nas cidades foram sendo desfeitos,

os subúrbios foram ocupados, as áreas periurbanas e rurbanas foram expandidas e a urbanização difusa proporcionou a modelação da paisagem (Barbosa, 2005).

Segundo a *American Planning Association*, entende-se por *urbanização difusa* (ou crescimento urbano descontrolado):

> um processo de crescimento e de desenvolvimento de conjuntos urbanos de forma pouco controlada, normalmente de baixa densidade em áreas anteriormente rurais e com uma relativa proximidade a áreas urbanas, equipamentos e infra-estruturas. Neste sentido, o debate coloca-se sobretudo em torno da densidade da ocupação do território e na oposição entre a "cidade compacta" e a "cidade difusa". Com a "explosão urbana", a cidade tradicional foi perdendo a sua compactação em prol de um mosaico heterogêneo de tecidos urbanos em espontânea expansão territorial (Barbosa, 2005, p. 2).

Nesse processo de mudança tanto no aspecto social, quanto no espacial, que se caracteriza pela expansão da ocupação urbana não linear, é adotado a forma de uma mancha de óleo. Surgem diversos impactos tanto urbanos quanto ambientais. Um dos conceitos-chave associados a essa dispersão urbana é o "*sprawl*" (Barbosa, 2005).

De acordo com Vale (2005, p. 37) nos países desenvolvidos, vemos,

> que a urbanização compacta deu lugar a um fenômeno que gera confusões conceituais: contra-urbanização ou urbanização difusa (Estados Unidos e em parte da Europa); suburbanização (Inglaterra, Espanha e Itália), e rurbanização e periurbanização (França e Espanha). Para se ter uma ideia, há autores que consideram que todos esses termos possuem significados diferentes.

Um clássico exemplo sobre a respectiva forma de desenvolvimento suburbano é o "*urban sprawl*" muito utilizada no território dos Estados Unidos e que diz respeito a uma configuração predominante de urbanização dispersa (Barbosa, 2005). Segundo Gillham (2002, p. 3), "nossas áreas metropolitanas contemporâneas têm sido amplamente descritas como um vasto mundo horizontal de lugares e coisas acessíveis apenas por meio de direção implacável (tradução nossa).[2]" e deste modo, quando abordamos o termo "*sprawl"* estamos nos referindo aos locais com mais de 30 km de distância por meio do transporte privativo, atingindo assim, "*the limitless city*"[3].

[2] Trecho Original: "Our contemporary metropolitan areas have been widely described as a vast horizontal world of places and thing that are accessible only through relentless driving".

[3] Trecho Original: A cidade sem limites (tradução nossa).

Para Harvey e Clark (1965, p. 1) o termo "*urban sprawl* tem como característica três formas de expansão da malha urbana, que diz respeito a "(1) uma expansão contínua acompanhada de uma densificação e verticalização da malha urbana, (2) a uma multiplicação de anéis concêntricos periféricos e (3) a um crescimento tentacular". A essas formas acrescenta-se o *leapfrog* caracterizado por meio de uma expansão descontínua do tecido urbano, conforme descrito por Gottman (1961, p. 334).

De acordo com Karakayaci (2016, p. 815), o termo *urban sprawl*

> são zonas de transição com fronteiras indefinidas entre áreas rurais e urbanas. Muitos fatores causam a expansão urbana, tais como o aumento populacional, fatores socioeconómicos, desenvolvimento tecnológico e políticas de desenvolvimento. Ter as fronteiras indefinidas da expansão urbana parece ser um grande problema, porque a expansão urbana ocorreu como resultado de um crescimento descontrolado e não planejado. Devem ser tomadas medidas para resolver as incertezas na expansão urbana para eliminar estes problemas (Tradução nossa).[4]

Diversas interpretações podem ser atribuídas à *urban sprawl*, dependendo das perspectivas adotadas (Karakayaci, 2016, p. 815). Galster *et al*., (2001) propuseram definições específicas que oferecem alternativas ou podem ser consideradas em conjunto para compreender a expansão urbana: "modelo específico de utilização do solo, processo de desenvolvimento do solo, razões dos comportamentos de utilização do solo, resultados dos comportamentos de utilização do solo urbano[5]" (Karakayaci, 2016, p. 815, tradução nossa).

Ainda para Karakayaci (2016) a *urban sprawl* tem sua definição associada ao espaço que perdeu as características rurais e ainda não podem ser definidas como áreas urbanas, portanto, a autora expõe que a *urban sprawl* pode ser compreendida como um interior entre as áreas rurais e urbanas.

Morris (2005) é um dos autores que analisa o "*sprawl*" nos Estados Unidos, destacando o impacto humano desse fenômeno. Ele observou que a deterioração das relações sociais, resultante

---

[4] Trecho Original: "are transition zones with indefinite borders between rural and urban areas. Many factors cause to the urban sprawl such as population increase, socio-economic factors, technological development and development policies. To have the indefinite borders of the urban sprawl is appeared as a major problem, because urban sprawls have occurred as a result of uncontrolled and unplanned growth. The arrangements should be made for resolving of uncertainties in urban sprawl to eliminate these problems".

[5]. Trecho Original: specific land utilization model, land development process, reasons of land utilization behaviours results of urban land utilization behaviours.

do estilo de vida associado ao "*sprawl*", conduz à formação de uma sociedade fragmentada, caracterizada por falta de conexões sociais e, por um aumento de incidência à depressão. Isso ocorre à medida que os espaços públicos de interação social são progressivamente substituídos por ambientes privados, como condomínios fechados, *shoppings centers* etc.

Além do que, a ascensão de uma cultura individualista está conectada com o uso dos meios de comunicação, por exemplo o uso da televisão, o que resulta em uma série de outros desafios, como o aumento da violência urbana, a prevalência da solidão e o comprometimento do desenvolvimento infantil. No contexto brasileiro, a tendência ao isolamento muitas vezes é atribuída à sensação de insegurança presente nos grandes centros urbanos (Polidoro; Lollo; Barros, 2011).

Entretanto, a maioria dos pesquisadores concentra suas análises do fenômeno do "*sprawl*" principalmente nas implicações ambientais nas áreas urbanas. Um exemplo ilustrativo é o estudo de Su (2010), que analisa a interação entre as áreas de vegetação nas periferias urbanas e a redução das áreas agrícolas na China. O autor destaca que, por meio de iniciativas governamentais, têm sido implementadas medidas para proteger as áreas de preservação ambiental contra a expansão urbana (Polidoro; Lollo; Barros, 2011).

O estudo realizado por Tu (2007) analisa os efeitos do desenvolvimento urbano disperso (*sprawl*) na qualidade da água na cidade de Boston, nos Estados Unidos. A pesquisa analisa como o processo de urbanização tem afetado as características das águas na região. Por outro lado, Ritter *et al.,* (2008) investigou a conexão entre o *sprawl* urbano e a poluição do ar na Alemanha, empregando modelos matemáticos em um contexto de Geoprocessamento para avaliar essa relação.

Na literatura norte-americana, é comum encontrar uma série de estudos que abordam os impactos do desenvolvimento urbano disperso (*sprawl*). Estudos que demonstram o meio ambiente, os padrões de vida da comunidade estadunidense, bem como, os desafios enfrentados pelo planejamento urbano e regional. Os subúrbios dos Estados Unidos, frequentemente retratados na mídia como locais de conforto e paisagens atraentes, representam uma das principais preocupações referente ao planejamento urbano nas últimas décadas (Polidoro; Lollo; Barros, 2011).

Percebe-se que o crescimento das áreas urbanas é predominantemente marcado por uma ocupação dispersa e fragmentada, acompanhada de uma distribuição populacional irregular. Esse fenômeno não apenas gera impactos significativos no meio ambiente e na qualidade de vida das

populações urbanas e rurais, mas também representa um desafio considerável para as estruturas e recursos do Estado (Polidoro; Lollo; Barros, 2011).

No decorrer do tempo, a cidade difusa, tem sofrido diversas críticas devido ao fato de provocar o crescimento da ocupação do solo, alta demanda para os serviços públicos e para os transportes. Deste modo, por exemplo os estadunidenses não se importam no aspecto financeiro pois, desejam ter suas próprias residências com espaço aberto, deslocando-se para as habitações distantes das grandes metrópoles (Barbosa, 2005).

Lencioni (2015) considera que há um problema em entender os limites da urbanização dispersa,

> uma vez que o termo "disperso" predispõe a ação de separar os elementos e romper a unidade de um conjunto, fragmentá-lo. Dizendo com outras palavras, a unidade (totalidade) e a fragmentação se desenvolvem num quadro de dispersão e é a integração na fragmentação que garante o conjunto, a totalidade. Sem a integração não seria possível visualizar os limites da dispersão e nem capturar as relações que são estabelecidas entre os fragmentos. É a integração que permite entender a tensão entre fragmentação e totalidade e que permite compreender que a dispersão significa dispersão de partes de um todo. Sem a compreensão do entendimento preciso da palavra dispersão e de seu contraponto, a totalidade, cada fragmento em si, comporia uma unidade, um ponto isolado (Lencioni, 2015, p. 9).

No caso francês, a expressão "*urban sprawl*" foi traduzida como *"étalement urbain*", contudo, tal expressão passou a receber críticas. Realmente, a expansão da malha urbana passa a assumir diferentes formas com características cada vez mais descontínuas, já as formas complexas do povoamento, passam a desenvolver tanto nas proximidades das cidades, quanto do campo (Chatel; Sposito, 2015).

Contudo, deve-se denominar as novas formas de uso da terra, distanciando-se do "binômio do urbano/rural um pouco ultrapassado pelo fenômeno de expansão urbana. Além disso, a questão do desenvolvimento, adote-se ou não para adjetivá-lo a ideia de "sustentável" que anima particularmente as pesquisas atuais, levanta o problema da expansão urbana" (Chatel; Sposito, 2015, p. 113). Deste modo, ao artificializar o solo, ocorre a destruição das paisagens naturais, bem como das áreas produtivas vinculadas a agricultura (Chatel; Sposito, 2015).

Já em português e em espanhol, a expressão "*urban sprawl*" é conhecida por "dispersão urbana", que não é utilizado na literatura francesa. "Este oximoro se liberta da referência a um centro do qual vem a expansão, enquanto, o movimento de dispersão se refere às forças centrífugas,

contraditórias com a noção de urbanização que supõe um processo de concentração" (Chatel; Sposito, 2015, p. 113). A utilização da expressão é pouca questionada nas traduções de maneira geral (Chatel; Sposito, 2015).

No Brasil, além da utilização da expressão dispersão urbana (Ojima, 2007; Catalão, 2013), também são utilizados outras nomenclaturas tais como: "urbanização dispersa" (Reis Filho, 2006 e 2007; Ojima, 2007; Limonad, 2011), "descontinuidades urbanas" (Sposito, 2005), "cidade dispersa" e "urbanização difusa" (Sposito, 2009; Lencioni, 2015). Podemos observar que seguindo o mesmo pensamento da literatura europeia, é evidente que os autores procuram utilizar a expressão que melhor se insere no seu respectivo contexto de pesquisa (Chatel; Sposito, 2015).

O tecido urbano, segundo Reis (2006, p. 61), "é uma definição geométrica de relações de propriedades e uma definição social das formas de uso, para ele todos os tecidos urbanos se desmancham sobre o território e no tempo".

Os fatores que ocasionam a *urban sprawl* variam de acordo com cada país ou a estrutura da sociedade. "Por exemplo, na América, a procura por uma casa grande separada com jardim que esteja em contato com a natureza, os estilos de vida introvertidos (Bruegmann, 2005) e o racismo (Nechyba; Walsh, 2004, p. 184) são as principais razões da expansão urbana[6]" (Karakayaci, 2016, p. 815, Tradução nossa).

Por outro lado, um relatório elaborado pela Comissão Europeia identifica sete motivos principais que conduzem à expansão urbana na Europa (Quadro 1).

Quadro 1. Fatores Causadores da Expansão Urbana

FATORES	PROBLEMAS
Fatores macroeconômicos	Crescimento Econômico
	Globalização
	integração europeia
Fatores microeconômicos	Aumento dos padrões de vida
	Preço dos terrenos
	Disponibilidade de terras agrícolas baratas
	Concorrência entre municípios
Fatores demográficos	Crescimento populacional
	Aumento na formação de famílias
Preferências de habitação	Mais espaço por pessoa
	Preferências de habitação

[6] Trecho Original: "For example, in America demand for having a large house detached with garden which is in touch with nature, introverted life styles (Bruegmann, 2005) and racism (Nechyba and Walsh, 2004, p. 184) are the main reasons of urban sprawl".

Problemas do centro da cidade	Má qualidade do ar
	Barulho
	Apartamentos pequenos
	Ambientes inseguros
	Problemas sociais
	Falta de espaço verde aberto
	Má qualidade da escola
Transporte	Propriedade de carro particular
	Disponibilidade de estradas
	Baixo custo de combustível
	Transporte público ruim
Marcos regulatórios	Planejamento fraco do uso da terra
	Má aplicação dos planos existentes
	Falta de coordenação e colaboração horizontal e vertical

Fonte: Adaptado de Karakayaci, 2016, p. 816.

A partir da década de 1990, o espaço rural passa a ser analisado em diferentes vertentes, pois, vem se alterando de maneira significativa. Deste modo, cabe destacar os trabalhos acadêmicos que expõem importante relevância para a temática. Dentre os autores destacam-se: Silva (1999) Schneider (1994 e 1999), Alentejano (1997) Kageyama (1998), Giuliani (1990), entre outros (Locatel, 2013).

No Brasil, a dispersão passa a assumir diferentes expressões no quesito da sua localização espacial. Seja por meio da forma de expansão "das periferias metropolitanas, seja através da multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de *clusters* industriais, de serviços ou turísticos acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios fora das áreas urbanas" (Limonad, 2007, p. 35).

Ao considerarmos o Estado de São Paulo, a dispersão urbana se expressa não apenas nos arredores da Região Metropolitana de São Paulo, em regiões concentradas como Sorocaba, ou até mesmo em municípios que ficam localizados próximos a rodovia Castelo Branco (Reis, 2006).

Também deve-se considerar os municípios no interior de São Paulo, destacando principalmente as cidades médias que passaram a ter um crescimento disperso, como demonstram as pesquisas de Spósito (2007). Cabe destacar que, o crescimento disperso com a junção de aglomerações urbanas de acordo com Caiado e Monteiro (2003) caracteriza o fim da dicotomia rural-urbano, pensando do ponto de vista do interior paulista (Limonad, 2007).

No caso do objeto de pesquisa, a cidade de Jundiaí,

> é plausível contextualizar, em primeiro lugar, o processo de produção do espaço urbano e, em segundo lugar, sua expansão para além da cidade, o que denota o crescimento das manchas urbanas e o surgimento de 'novos conteúdos às periferias da cidade e áreas rurais' situadas nos limites de transição rural urbana. Nessa perspectiva de análise, tanto o campo quanto a cidade, no contexto da urbanização difusa, representam realidades espaciais complexas que se transformam, que se adaptam, mas que também mantêm suas especificidades, como é o caso dos espaços rurais tradicionais (Noronha; Hespanhol, 2008, p. 86)

Sposito (2004) expõe que o processo de urbanização difusa, no caso do município de Jundiaí, resultou em uma realidade multifacetada, pois sua localização é próxima as grandes Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas. Além disso, o município é cortado por eixos rodoviários que estão entre os mais importantes no Estado de São Paulo: Rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Portanto, é um meio com alta densidade urbana, bem como, com setor industrial desenvolvido.

Nas cidades de Barcelona, na Espanha, e de Veneza, na Itália, esses processos vêm ocorrendo em outra intensidade diferentemente do Brasil. Em Veneza ocorreu a migração dos habitantes das Ilhas Mestre para outros locais, fazendo com que o governo procurasse meios de baixar os preços dos imóveis para que os moradores se mantivessem nas ilhas, em que, a atividade turística prevalece frente as demais. Tais lugares deixaram de ser voltados ao consumo, se tornando acessíveis para um público seleto, resultando assim, do consumo no lugar, para o consumo do lugar (Limonad, 2007).

A formação de perímetros urbanos, não resulta no impedimento do avanço desordenado, da fragmentação socioespacial, e a deformação da malha urbana (Pardal, Correa, Lobo, 1998, p. 147). "Se a sua intenção era controlar a urbanização – ocupação contida às áreas localizadas no seu interior – o que se verifica é que as construções ocorrem de igual forma no seu exterior, retirando a eficácia como conceito e como instrumento de ordenamento do território" (Barbosa, 2005, p. 6).

Em relação ao crescimento da malha urbana, existe um mercado imobiliário em que atuam diferentes atores, como: o Estado, o proprietário, o capital imobiliário e o próprio utilizador, que possuem objetivos distintos, resultando em divergências no processo de planejamento e ordenação (Barbosa, 2005).

A urbanização difusa tende a reproduzir a hierarquia socioespacial, priorizando os interesses das camadas de maior renda e dos grandes empreendedores dos mercados imobiliários.

No entanto, este processo vai além das mudanças físicas no espaço urbano, buscando uma transformação tanto na estrutura social quanto no ambiente urbano. Seu propósito é melhorar o bem-estar das pessoas, promover a justiça social e o fomento da participação pública nas práticas de gestão e planejamento urbano (Cabette, 2022).

Ao questionar "Para quem a cidade é construída?", Carlos (2011, p. 45) nos convida a refletir sobre os atores e interesses envolvidos na construção e organização das cidades: “a cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”.

Nesta ótica, os consórcios imobiliários são disponibilizados por diversas instituições financeiras, impulsionando ainda mais a atividade da construção civil. O crescimento exponencial do mercado imobiliário, em conjunto com os incentivos governamentais, caracteriza o período de expansão da construção civil. Na região do Litoral Norte, no estado do Rio Grande do Sul, a presença cada vez mais marcante de grandes empreendimentos, juntamente com projetos habitacionais voltados para as pessoas de baixa renda, os quais são construídos em áreas periféricas das centralidades urbanas, o que evidencia o fenômeno da urbanização difusa (Cabette, 2022).

Cabette (2022, p, 26) expõe que a urbanização difusa é

> uma especificidade da urbanização contemporânea mais recente. Em geral, esse entendimento vem acompanhado da discussão sobre dispersão e concentração espacial. Também é comum uma outra referência, a homogeneização do espaço. Mas gostaríamos de destacar um terceiro elemento, a hierarquia. O espaço não é só fragmentado e homogêneo. O processo de transformações dos espaços litorâneos, a configuração de espaços turísticos destinados à classe média e alta, é acompanhado por uma crescente hierarquização do espaço social, e do convívio entre as diferentes camadas socioeconômicas da população. Na medida em que a distância espacial entre ricos e pobres diminui, a distância socioeconômica aumenta e as barreiras que impedem o convívio entre as distintas classes sociais tornam-se presentes.

Embora este tema tenha sido amplamente pesquisado, “estamos longe de conseguirmos tratar com profundidade e amplitude maiores o que seria particular à formação social brasileira e o que pode ser compreendido como singular quando se considera uma dada dimensão da realidade e/ou uma dada área urbana” (Sposito, 2015, p. 2).

O certo é que os espaços rurais,

> em especial de estados do Sul e do Sudeste do Brasil, estão passando por transformações, incorporando cada vez mais ciência e técnica, perdendo o caráter de espaços tradicionais, homogêneos e de uma só função (produção agropecuária) e se convertendo em espaços heterogêneos e multifuncionais, refletindo o processo de urbanização do território, que podem ser enfocados a partir de diversas ópticas (Albarello, 2017, p. 3).

O estudo da temática do espaço urbano possui grande relevância não apenas no âmbito acadêmico, mas também, no cenário político-administrativo. Analisar o espaço urbano e as diferentes particularidades que possui, requer o estudo de diversas variáveis para as diferentes problemáticas (Pinheiro *et al*., 2016).

Por fim, a delimitação entre urbano e rural se torna uma tarefa cada vez mais difícil, pois, as atividades presentes em ambos se confundem, perdendo as características especificas que possuíam anteriormente, em que, no campo eram realizadas as atividades ligadas à agricultura e pecuária, e na cidade as atividades relacionadas a indústria e aos serviços. As novas conformações ou características podem resultar na constituição de espaços periurbanos nos quais estão presentes atividades consideradas essencialmente urbanas, assim como, atividades rurais.

1.3. O espaço periurbano – o caso do município de Jundiaí

O espaço rural vem sofrendo transformações em sua forma. Essas mudanças resultaram em um espaço diversificado no que diz respeito ao uso do solo, além de que, cabe destacar que vivenciamos um momento caracterizado pelo avanço do processo de urbanização sobre as áreas rurais, o que caracteriza a periurbanização.

Deste modo, anteriormente as atividades realizadas no espaço rural e urbano poderiam ser utilizadas para diferenciá-los, contudo, atualmente, o espaço rural deixa de ser caracterizado apenas por atividades voltadas para a agricultura, já que, novas funções com características urbanas foram sendo implementadas (Rocha; Hespanhol; Vinhaes, 2018).

Definir cidade, urbano e rural é uma tarefa desafiadora, principalmente devido à diversidade de aspectos e termos utilizados por diversos países, levando em conta suas diferentes realidades socioeconômicas e culturais. Essa falta de consenso no cenário internacional não é um problema, mas sim um reflexo da riqueza e complexidade das diversas realidades ao redor do mundo. Seria um equívoco tentar impor um único padrão que não levasse em consideração a diversidade e particularidades dessas realidades (Gomes; Pinto, 2021).

A busca pela conceituação do que é o rural e do que é o urbano tem sido longa,

> foram elaborados vários critérios e metodologias diferentes, modificadas de acordo com a abordagem de cada autor. Podem, então, ser considerados critérios relacionados ao tipo de atividades econômicas, ao quantitativo populacional, questões sociais, entre outros. Longe de consensos, o entendimento do rural e do urbano não deve se valer de uma definição no sentido estrito, mas se apoiar num conjunto de elementos que possa permitir a leitura de um espaço num determinado tempo, pois sendo a realidade sujeita a constantes transformações é preciso sempre se redimensionar os conceitos que permitem sua compreensão. Noutras palavras, isso significa que os conceitos não devem ser lidos como definições prontas e acabadas, sempre restritivas, mas permitir apreender o movimento da realidade, entendendo-os em uma perspectiva histórica (Bernadell, 2006, p. 49).

Pode-se destacar, os fundamentos principais adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam critérios para a definição do que é urbano e rural. Contudo, estes, são classificados como ultrapassados por diversos estudiosos, pois não ponderam diferentes alterações que ocorreram, considerando desde o processo de modernização tecnológica, bem como, outros de característica social e econômica (Gomes; Pinto, 2021).

A classificação do IBGE leva em consideração o Decreto lei nº 311 de 2 de março de 1938, "o qual determina a categoria de cidade para as sedes dos municípios, e tudo o que estivesse fora deste enquadramento corresponderia ao rural. Caberia aos municípios estabelecer esta diferenciação, bem como definir os limites de cidades, vilas e, por consequência, das áreas rurais" (IBGE, 2017, p. 37). Deste modo, cabe ao município classificar o seu respectivo perímetro urbano, considerando que, as áreas que não estiveram inclusas neste respectivo perímetro são consideradas rurais (Gomes; Pinto, 2021).

A definição dos limites entre o urbano e o rural, no âmbito municipal, é abordada por Sparovek; Leonelli; Barretto (2004) enquanto uma decisão permeada por interesses econômicos.

> Os critérios que definem o limite entre o urbano e rural na base legislativa dos municípios carecem de uniformidade, normatização e pecam por não considerar a funcionalidade dos territórios demarcados. As linhas traçadas, separando o rural do urbano, geralmente representam os interesses citadinos e setoriais ligados às forças e grupos que exploram o capital imobiliário local. Surgem divisões que pouco refletem o que realmente acontece nesses territórios, quanto à funcionalidade, dinâmica e papel no desenvolvimento municipal (Sparovek; Leonelli; Barretto, 2004, p. 15).

No nosso ponto de vista, enxergamos uma interdependência entre as áreas urbanas e rurais, em que, ocorrem trocas e continuidades nas atividades econômicas. Em muitos casos, essas atividades se estendem graças à proximidade, uma vez que esses espaços frequentemente se limitam entre si. Essa interdependência está vinculada à troca de recursos, inclusão de diferentes atividades e implementação de serviços diversos. O espaço urbano oferece tecnologias ao espaço rural, o espaço rural também reforça o espaço urbano com sua variedade de recursos e produtos (Gomes; Pinto, 2021). Deste modo, podemos afirmar que:

> Tal complementaridade se materializa nas trocas simbólicas e nas trocas econômicas, que implica em fluxo de informações (a TV que se vê no campo e na cidade, por exemplo), fluxos de mercadorias (o produto do campo que se torna dinheiro, completando o ciclo da mercadoria da cidade), fluxos de capitais (o "agronegócio"). Assim, urbano e rural não se definiram apenas pelo que contêm, mas pelo que se relacionam e se articulam (Whitacker, 2006, p. 131).

Os espaços rurais, de acordo com Costa (2002), são caracterizados como espaços relacionados à natureza, muitas das vezes desordenado e desprotegido (diferentemente das cidades que são classificadas com espaços organizados e conservados), pois, depende das condições climáticas, já que é caracterizado pela elevada demanda por produção agrícola. Contudo, para a autora essa afirmação é ultrapassada, tendo em vista que, o uso de técnicas e recursos diminui as interferências do clima nas áreas rurais, a natureza não está presente somente nas áreas rurais, já que, a cidade cada vez mais vai se expandindo sobre o rural.

É comum também nos depararmos com interpretações como a de Serra (1997) mencionado por Santos (2001), que defende a ideia de que, apesar de serem ambos produtos da intervenção humana, os espaços rurais e urbanos se distinguem pela forma como ocorre a adaptação. Na visão deste autor, o ser humano molda seu ambiente por meio de sua luta diária e do apoderamento dos frutos de seu trabalho. Enquanto nas áreas urbanas as construções assumem diversas funções, no campo é comum vermos a substituição da vegetação natural por lavouras e plantações.

Podemos destacar o conceito de modo de vida [7]como um critério adicional para distinguir o ambiente rural do urbano. É importante lembrar que essa oposição varia de acordo com o período estudado, uma vez que a ideia de cidade se transforma ao longo do tempo (Capel, 1975).

Para Santos (1996, p. 68) "à distinção entre espaços rurais e urbanos ou entre cidades grandes e pequenas, já que nas regiões agrícolas, o campo é quem comanda a vida econômica e social da cidade, enquanto nas regiões urbanas este comando é representado pelas atividades secundárias e terciárias".

No Brasil, quando nos reportamos ao rural, precisamos compreender que sua definição está relacionada à definição de cidade, conforme argumenta Wanderley (2000):

> [...] Aqui, toda sede municipal, independentemente da dimensão de sua população e dos equipamentos coletivos de que dispõe, é considerada cidade e sua população é contada como urbana. O meio rural corresponde ao entorno da cidade, espaço de habitat disperso onde predominam as paisagens naturais e os usos atribuídos às terras apropriadas, tradicionalmente à produção ou os espaços improdutivos. Em consequência, o "rural" está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária e a vida da sua população depende, direta e indiretamente, do núcleo urbano que a congrega. Seu habitante deve sempre se deslocar para a cidade que se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à igreja paroquial. [...] (Wanderley, 2000, p. 31-32).

Mais complexa é a delimitação de rural/urbana quando consideramos que, a cidade se estende muito além das suas áreas urbanas, se tornando uma combinação única de espaços agrícolas e transicionais que dão vida a essa paisagem urbano-rural. Enquanto as plantações de hortaliças, milho e mandioca, por exemplo crescem em pequenas "ilhas" agrícolas espalhadas pela cidade, também se estende uma faixa de transição que conecta o rural e o urbano. Os anglo-saxões chamam essa área de franja rural-urbana, enquanto os franceses a chamam de espaço periurbano. É nesse espaço de transição que a cidade revela sua capacidade de se adaptar e de encontrar um perfeito equilíbrio entre o agrícola e o urbano (Vale, 2005).

[7] O conceito de modo de vida, apesar de amplamente discutido na literatura internacional, carece de uma maior precisão em termos da sua definição. Guerra (1993), ao analisar os modos de vida, ressalta que devem-se levar em conta três dimensões, que geralmente são pouco utilizadas; o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Essas três dimensões deveriam ser articuladas de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social (Braga *et al*., 2017, p. 371).

España (1991, p. 8) “definiu o espaço periurbano como aquele caracterizado pela plurifuncionalidade, onde as características e os usos do solo urbano e rural coexistem e sofrem transformações sociais, econômicas e físicas”. Pereira (2000) relata que na França, é utilizado o conceito de espaço periurbano

> [...] para designar comunidades rurais localizadas ao redor das cidades, onde seu crescimento é interpretado como alargamento das atividades urbanas, dando continuidade ao padrão anterior das migrações. Na categoria periurbana são incluídas as comunidades industriais com no mínimo 100 empregos industriais e uma empresa com no mínimo 20 assalariados (Pereira, 2000, p. 2).

Para Andrade (1995) esse processo já tinha sido identificado, do mesmo modo que o tecido urbano se estende para o meio rural, este também, se expande para as áreas periféricas da cidade, formando conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda, em locais que ainda existem práticas agrícolas, que são favorecidas devido à proximidade com a área urbana. Porém, estas áreas vão sendo pouco a pouco desfeitas frente à pressão urbana e a especulação imobiliária.

Pensando na lógica capitalista o espaço urbano apresenta diferentes temporalidades e características, pois “o cotidiano tenso e intenso do urbano produz necessidades que aumentam a procura por realidades adversas, em busca de um outro tempo menos racional e mecânico e mais atrelado a lógica natural” (Bagli, 2006, p. 85). Hoje em dia, é cada vez mais comum depararmos com espaços urbanos que preservam características típicas da vida rural, como a presença de vegetação natural. Um exemplo de atividade produtiva que se destaca nesse contexto é a AUP, que vem se desenvolvendo de maneira surpreendente em meio às cidades, adotando diferentes formatos e técnicas. É visível como a natureza e a vida urbana podem coexistir de forma harmoniosa e sustentável (Gomes; Pinto, 2021).

O espaço rural não deve ser caracterizado como um espaço destinado apenas a produção de mercadorias ou *commodities*, mas sim, “como um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais, os quais caracterizam a diversidade regional e as formas de produção de cada território. O campo é um espaço de produção de vida” (Klöckner, Oliveira, 2020, p. 53).

As áreas periurbanas estão em constante expansão nas cidades médias e grandes, especialmente nas regiões metropolitanas. Esse aumento é resultado tanto do deslocamento dos habitantes das áreas rurais, quanto dos habitantes das áreas urbanas, que vêm das áreas centrais. Nas últimas décadas, tornou-se comum nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos que os

cidadãos busquem morar em áreas mais afastadas do centro para desfrutar de uma melhor qualidade de vida. No entanto, essa preferência por residir e estabelecer indústrias nessas áreas periféricas, conhecidas como (cidade difusa), pode acarretar consequências negativas para o meio ambiente (Kageyama, 1998).

Corellano (1998) explica que existe no espaço periurbano uma justaposição e a coparticipação dos três tipos de espaço:

> a) os espaços naturais (com áreas recreativas que permitem o contato com a natureza); b) os espaços rurais (tendo como principal expressão a horticultura) e; c) os espaços urbanos (representados pelos bairros periféricos, com a presença de residências principais ou secundárias, instalações turísticas, distritos industriais, grandes infra-estruturas urbanas, etc.) (Vale, 2005, p. 88)

O aumento da migração para as áreas periurbanas nos últimos anos é resultado de uma série de fatores significativos, especialmente em países desenvolvidos, segundo España (1991) entre os fatores principais destacam-se: “a) a saturação dos espaços urbanos; b) a degradação ambiental nas cidades; c) a relocalização do aparato produtivo; d) a generalização do transporte individual e; e) as novas preferências residenciais dos citadinos” (Vale, 2005, p. 3-4).

Neste espaço, há uma combinação intrigante das "lógicas" rurais e urbanas de uso do solo. Enquanto, no contexto rural o local em que está situado o lote, bem como a sua fertilização natural é determinante para o valor do solo, no contexto urbano deve-se considerar o uso do solo como suporte para atividades ligadas as indústrias, aos serviços, as moradias, a circulação, entre outros aspectos. Como resultado, encontramos uma paisagem confusa, que aparentemente é rural, mas esconde uma lógica urbana de ocupação do solo (Souza, 2004). Por exemplo, áreas utilizadas para pecuária podem ser apenas uma "maquiagem" para terrenos considerados como “reserva de valor pelos empreendedores urbanos, são, assim, terras de especulação, "em pousio social", por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após muitas décadas, em loteamentos populares ou loteamentos fechados de *status*, dependendo da localização” (Souza, 2004, p. 28).

De acordo com España (1991), a análise do espaço periurbano se torna importante devido à diversidade de usos do solo, que demanda uma abordagem que leve em consideração suas interações tanto com o ambiente urbano quanto com o rural. É importante compreender os processos econômicos, sociais e culturais que exercem pressões sobre o meio rural nesse contexto.

No espaço periurbano, podemos observar uma contínua disputa pelo uso do solo entre indústrias, comércio, residências e infraestruturas variadas. Esse fenômeno acarreta, simultaneamente, a redução das áreas agrícolas e a ocupação das terras mais adequadas para essa atividade.

O foco principal na análise do espaço periurbano reside na compreensão da complexidade dessas interações e nas implicações que elas trazem tanto para o desenvolvimento urbano quanto para o rural. É importante considerar a sustentabilidade e o planejamento territorial para garantir um crescimento equilibrado e sustentável nessas áreas (Vale, 2005).

A crescente urbanização faz com que nas áreas periurbanas, ocorram mudanças no custo e na disponibilidade de recursos, nas estruturas físicas dos locais, na qualidade do solo e nas possibilidades de comercialização dos produtos. A AUP diz respeito, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), [...] "às unidades agrícolas situadas perto da área urbana que exploram intensivamente granjas comerciais ou semicomerciais, cultivando hortaliças e outros produtos hortícolas, criando frangos e outros animais, além de produzir leite e ovos" (Pereira, 2000, p. 2).

No espaço periurbano, o núcleo familiar, além de utilizar atividades não agrícolas, ocorre a dependência pelas atividades agrícolas, por meio do uso de técnicas que proporcionam a diversificação produtiva, sendo de suma importância para a sua reprodução social e econômica (Rathmann *et al*., 2008).

Deste modo, os espaços periurbanos possuem um alto nível de complexidade, já que, está em constante mudança e estabelece conexões políticas, culturais e socioeconômicas contínuas entre a cidade e o campo (Rocha; Hespanhol; Vinhaes, 2018).

O espaço periurbano é caracterizado por transformações econômicas, em que a tradicional economia rural, centrada na agricultura, dá lugar a uma dinâmica mais urbana, baseada na indústria e nos serviços. Essa região pode ser considerada um *continuum* entre o urbano e o rural, um cenário de interseção entre essas duas realidades distintas (Pereira, 2013).

Silva (1997) *apud* Cunha (2005, p. 12) "enfatizava a dificuldade crescente de se delimitar o que é rural e o que é urbano no Brasil, e que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial".

Chaves *et al*., (2016, p. 5) realçam que existem duas grandes abordagens sobre as definições de campo e cidade:

> A dicotômica e o *continuum*. Na abordagem dicotômica o campo se opõe a cidade; já na abordagem do continuum a industrialização seria elemento que aproximaria o campo da realidade urbana. Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986) são referências da abordagem dicotômica e enfatizam diferenças entre rural e urbano.

Na perspectiva dicotômica, o âmbito da sociologia rural apresenta definições para a análise da dicotomia entre urbano e rural. Sorokin *et al*., (1986, p. 199) ressaltam que a delimitação sociológica entre campo e cidade não deve ser baseada unicamente em características quantitativas, tais como: "o tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes".

Reis (2006) salienta que a visão referente a dicotomia campo-cidade se estabelece e reflete uma perspectiva notadamente segmentada, na qual o campo é concebido principalmente como o domínio da produção agropecuária, enquanto a cidade é associada predominantemente à produção industrial e à prestação de serviços e bens para a população residente e seus arredores. Nas definições clássicas, que remontam ao final do século XIX, observa-se uma análise detalhada de diversos aspectos da realidade, com o propósito de destacar as principais disparidades entre o espaço rural e o urbano. Estas definições constituem, uma base para a formulação de conceitos dicotômicos que distinguem o rural do urbano.

Para Locatel (2013, p. 88) é relevante observar que por um longo período o termo "espaço agrário" foi utilizado como sinônimo de "espaço rural". Historicamente, essa terminologia era empregada para descrever tudo aquilo que não se enquadra na categoria de urbano. Alguns pesquisadores, em seus estudos, definem que o espaço rural é a área compreendida por "terras cultivadas ou cobertas por vegetação nativa", que não está sujeita à influência direta da área urbana. Nesse contexto, a dicotomia entre campo e cidade é amplamente utilizada e aplicada como categorias distintas de análise.

Ao analisar a vertente do *continuum* rural-urbano, é possível destacar as perspectivas de Carneiro, Bagli, Medeiros, Alentejano, e outros estudiosos, os quais, apesar de adotarem abordagens diversas, convergem em um aspecto fundamental: a concepção do espaço rural transcende sua mera função produtiva e econômica (Santos; Hespanhol, 2013).

Ianni (1996, p. 60) expõe que a cidade absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural e, portanto, "acabou com a contradição de cidade e campo à medida que o modo de vida urbano, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem e recriam o campo com outros significados".

Batista (2015) propõe uma abordagem que contempla o rural e o urbano a partir da perspectiva dos agentes sociais envolvidos nas interações entre campo e cidade. Ele os considera como espaços socialmente construídos, habitados por diversos grupos sociais que mantêm relações distintas entre si e com aqueles que são percebidos como "outros".

Cunha (2005, p. 14) exemplifica que no Brasil existe as “áreas de transição” entre o “meio rural e urbano e são percebidas nas grandes aglomerações urbanas. Isso ocorre em particular nas áreas metropolitanas, em função do crescimento de áreas cada vez mais distantes do centro e pela intensificação dos deslocamentos populacionais no sentido urbano-rural”.

Em contrapartida, é válido destacar que o ambiente rural desempenha um papel facilitador no desenvolvimento urbano, assim como, o crescimento das áreas urbanas impulsiona o desenvolvimento rural. Isso ocorre porque, à medida que as cidades expandem, há uma demanda crescente por um ambiente rural mais produtivo para atender ao aumento da demanda por recursos (Marcuzzo; Ramos, 2005).

Nesse contexto, é importante ressaltar as mudanças nas dinâmicas das relações sociais e de trabalho no ambiente rural, as quais têm dificultado cada vez mais a distinção clara entre o que é considerado rural e urbano (Vinhaes, 2021).

Deste modo, o campo não se restringe apenas às atividades agrícolas, e a cidade não se limita ao ambiente urbano-industrial. A abordagem de Carneiro (1999), defensora da perspectiva do *continuum* (rural-urbano), se destaca com maior notoriedade para a discussão da temática da AUP, particularmente no contexto do município de Jundiaí-SP.

Na figura 1, com base em Durán (2003), é realizada uma tentativa de delimitar o rural, o autor acrescenta que a Comissão Europeia determinou cinco critérios para os espaços rurais: nos círculos 1,2 e 3 estão os espaços rurais caracterizados como periurbanos ou que estão em um processo de periurbanização, enquanto que nos círculos 4 e 5 estão os espaços rurais.

A figura 2 ilustra as tipologias dos espaços rurais em relação à sua proximidade com o núcleo urbano e suas respectivas funções econômicas e sociais. A partir do centro, em que, está localizado o núcleo urbano, observamos cinco zonas concêntricas que representam diferentes tipos de espaços rurais, cada uma com características e usos específicos.

Na primeira zona, identificada com a cor amarela e o número 1, encontram-se os espaços rurais mais próximos ao núcleo urbano. Estas áreas são caracterizadas pela presença de empreendimentos residenciais, atividades industriais e de lazer, além de práticas de agricultura

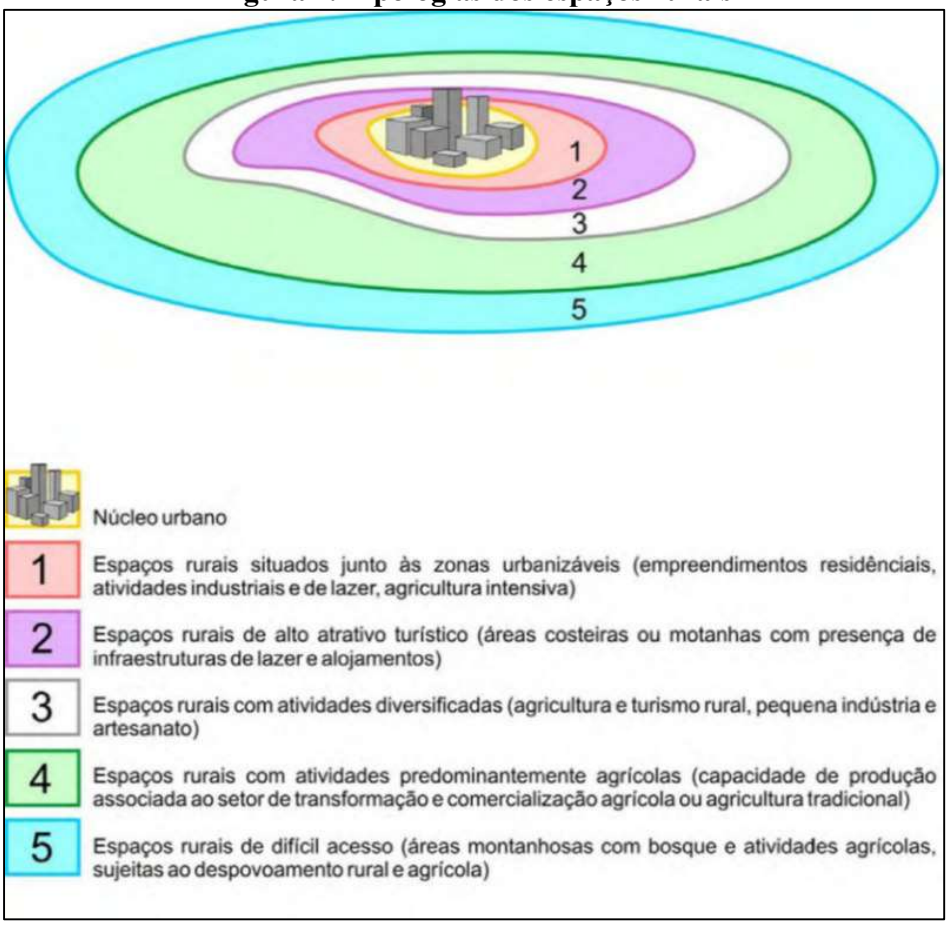
intensiva. A proximidade ao núcleo urbano facilita a integração dessas áreas com a cidade, promovendo um desenvolvimento misto que combina funções urbanas e rurais.

A segunda zona, marcada em rosa com o número 2, destaca-se pelo seu alto atrativo turístico, incluindo áreas costeiras ou montanhosas que oferecem infraestrutura de lazer e alojamentos. A terceira zona, representada pela cor lilás e o número 3, inclui espaços rurais com atividades diversificadas, como agricultura, turismo rural, pequenas indústrias e artesanato.

Já a quarta zona, em verde e identificada pelo número 4, é predominantemente agrícola, focando na capacidade de produção e comercialização agrícola tradicional. Finalmente, a quinta zona, em azul e número 5, representa os espaços rurais de difícil acesso, tipicamente áreas montanhosas com bosques e atividades agrícolas, muitas vezes sujeitas ao despovoamento rural.

Esta classificação evidencia a diversidade funcional dos espaços rurais e sua relação dinâmica com o núcleo urbano.

Figura 1. Tipologias dos espaços rurais



Fonte: Dados da Comissão Europeia Europa, 2000 *apud* Durán (2003, p.57-58).

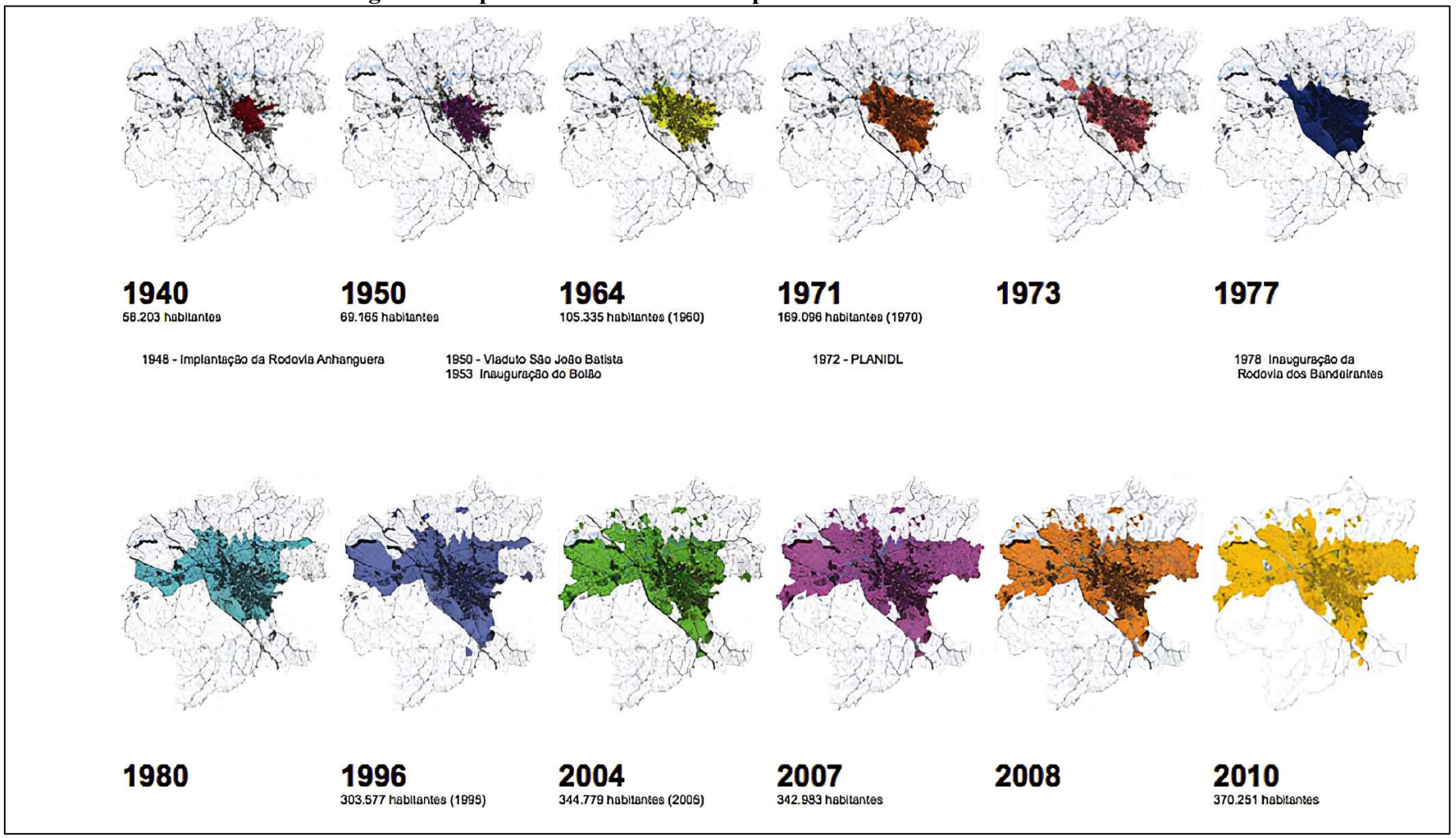
Dessa maneira, cabe destacar os trabalhos de Dematteis (1998), Durán (2003), Gualdani; Braga; Oliveira (2005), Souza (2005), Vale (2006), e Otani; Arraes; Verdi (2007), em que o conceito do espaço periurbano facilita a análise e compreensão dos processos que estão ocorrendo nas áreas de transição rural-urbana no município de Jundiaí. Deste modo, "muito próximo ao que definiu esses autores, as áreas de transição rural-urbana correspondem em complexos laboratórios sociais resultantes dos processos urbanos cada vez mais intensos" (Noronha, 2008, p. 107).

Para Noronha e Hespanhol (2008, p. 91), municípios como Jundiaí, estão localizados, em uma área de "espraiamento da metrópole que, somados a outros processos, como é caso da intensa especulação imobiliária, do surgimento de condomínios irregulares e de alto padrão e a mercantilização da paisagem rural ainda predominante em algumas áreas, adquirem novas conformações urbanas".

O processo de expansão dos espaços urbanos em Jundiaí avançou significativamente sobre as áreas rurais devido à intensificação do processo de urbanização difusa a partir da década de 1980. Esse crescimento foi impulsionado pelos investimentos públicos realizados pela prefeitura, com o objetivo de atrair o mercado imobiliário. A construção de vias de acesso permitiu a expansão de grandes condomínios de classe média e alta, loteamentos de moradias populares, bem como a instalação de unidades industriais e comerciais. Essas transformações, no entanto, acabaram reduzindo o espaço agrícola e ocupando as melhores terras, o que valorizou consideravelmente essas áreas (Sposito, 2004).

Na Figura 2 é demonstrada a expansão significativa da malha urbana do município de Jundiaí no período de 1940-2010.

Figura 2. Expansão urbana no município de Jundiaí 1940-2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2012.

Tendo como base a figura 2, um dos aspectos presentes é a descontinuidade territorial, que resulta em uma cidade cada vez mais dispersa, bem como, na sua fragmentação socioespacial e na intensificação da circulação de mercadorias e pessoas (Rocha; Hespanhol; Vinhaes, 2018).

Para Whitacker (2006, p. 41), "tais aspectos configuram o rompimento do clássico modelo de cidade contínua ou concentrada. A partir do processo de produção do espaço urbano – constituição de novas morfologias – e tendências da urbanização contemporânea".

Para Noronha e Hespanhol (2008) o processo de urbanização difusa resulta no aparecimento dos espaços periurbanos que ocasionam em relações de conflitualidade e tensionalidade. A constituição desses espaços no município de Jundiaí, tem resultado em conteúdos e particularidades distintas.

Entender o espaço periurbano assume uma relevância indiscutível para a análise do meio urbano e sua relação íntima com o meio rural, em uma dinâmica intrincada, que retrata a interseção entre o espaço urbano e o campo (Gomes; Pinto, 2021). "Situado no entorno das cidades, o espaço periurbano agregou ao seu cotidiano funções e modos de vida especificamente urbanos, que contrastam com uma aparência de caráter tipicamente rural" (Pereira; Alves; Costa, 2012, p. 6).

Embora seja válido discutir o espaço periurbano, é impossível separar a cidade central das áreas ao redor ao estudar o uso do solo e o crescimento demográfico, social e econômico. Divisões arbitrárias do espaço só atrapalham a compreensão dos processos de mudança social e espacial nas regiões urbanas. Devemos considerar a cidade, o espaço periurbano e o espaço rural como componentes de um sistema unificado, a fim de compreender esse processo.

Ao reconhecer essa interdependência entre o urbano e o rural, torna-se necessário direcionar o olhar para o modo como tais dinâmicas se materializam em contextos específicos. Em Jundiaí-SP, por exemplo, o espaço periurbano expressa de maneira nítida essa continuidade territorial, em que fluxos, práticas e identidades se sobrepõem, revelando um território multifacetado e em constante transformação. Compreender a dinâmica que caracteriza esse espaço e as atividades que nele se desenvolvem — como a AUP — exige uma análise que ultrapasse a mera observação empírica do território, atentando-se ao processo histórico de formação e às singularidades socioespaciais que moldaram o município.

O espaço, entendido aqui como uma construção histórica e social, é resultado das múltiplas interações entre o urbano e o rural, em uma contínua (re)produção de formas, funções e sentidos. Investigar o espaço periurbano de Jundiaí implica considerar o modo como a cidade se

constituiu e se expandiu, incorporando gradativamente áreas rurais e resignificando seus usos. Essa expansão ocorre de forma complexa e multifacetada, em que práticas agrícolas, atividades industriais, logísticas e residenciais coexistem e se entrelaçam. A multifuncionalidade desse espaço emerge como expressão de uma territorialidade híbrida, onde o rural e o urbano não se opõem de maneira estanque, mas se complementam e se redefinem mutuamente.

Compreender a AUP como prática inserida nesse contexto não é apenas reconhecer sua função produtiva, mas entendê-la como expressão simbólica e material da permanência de valores, memórias e modos de vida ligados à terra. O município de Jundiaí, marcado por uma trajetória histórica de valorização do cultivo e da terra, revela, através da AUP, a persistência de laços identitários e afetivos que resistem à homogeneização imposta pela urbanização difusa.

A análise da dinâmica periurbana em Jundiaí exige uma leitura das relações entre espaço, tempo e sociedade, observando como o processo de urbanização reconfigura usos, sentidos e práticas territoriais. É nessa relação entre o urbano e o rural, o passado e o presente, o material e o simbólico, que se revela a essência multifuncional do espaço, elemento central para compreender as novas formas de produção, de sociabilidade e de pertencimento que caracterizam a cidade contemporânea.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP

O nome Jundiaí tem origem tupi e vem da palavra 'jundiá', que significa 'bagre' e 'y' significa 'rio'. Alguns estudiosos também consideram o termo 'yundiaí' como 'alagadiços de muita folhagem e galhos secos (IBGE, 2024).

Entender o passado do município de Jundiaí requer mais do que conhecer os eventos específicos ou tentar recriá-los com precisão. Envolve, em primeiro lugar, mergulhar nas fontes históricas disponíveis e compreender a singularidade histórica da cidade. Isso implica reconhecer a importância das experiências humanas e da cultura dos habitantes de Jundiaí.

Esses elementos desempenham um papel na obtenção de uma visão completa da história, da identidade social e da memória coletiva do município, uma vez que essa exploração ocorre em contextos e períodos variados, seguindo uma trajetória histórica complexa. A sociedade jundiaiense, como qualquer outra, não pode ser facilmente categorizada teoricamente. Ela é uma entidade dinâmica, moldada pela consciência e pelos valores que influenciam as lutas sociais, o processo de estruturação social e as tensões presentes na comunidade (Camoleze, 2017).

Nesse sentido, compreende-se que a história de Jundiaí foi,

> construída pelos homens e com múltiplas perspectivas, não tem seu ponto final determinado pelas circunstâncias históricas contidas numa linearidade, ou seja, a história é feita por homens e mulheres, embora eles a façam sob condições que não escolheram. Em última instância, o que interessa é a maneira como as pessoas interagem como pensam e agem sobre o mundo e como, ao transformar o mundo, transformam a si mesmas (Costa, 1998, p. 32).

Para Thompson (1981, p. 71), "[...] os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influenciar nessas escolhas.".

É importante reconhecer que a composição social do município de Jundiaí foi moldada ao longo do tempo pela interação de diferentes grupos, incluindo povos indígenas, africanos escravizados, imigrantes europeus e, mais recentemente, pessoas vindas de outras partes do Brasil. Cada um desses grupos trouxe suas próprias experiências e vivências, contribuindo para a riqueza da identidade social da cidade (Camoleze, 2017).

Nesse contexto, é possível entender que a identidade social de Jundiaí não está associada há um único grupo, mas sim, pela convergência de conhecimentos e saberes que se entrelaçaram ao longo do tempo. Esses elementos continuam a moldar e reconstruir ativamente a história da cidade no dia a dia (Camoleze, 2017).

Ao entender o processo de formação do município de Jundiaí, considerando seus diversos grupos sociais e, posteriormente, sua evolução política, social e econômica, ganhamos uma perspectiva que ressalta a importância das ações para preservar a memória social e institucional do município.

2.1. Jundiaí e a sua história...

A fim de compreender mais profundamente o processo histórico de formação do município de Jundiaí, recorremos à pesquisa de Noronha (2008) intitulada "O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP)".

Noronha (2008) identificou três eventos-chave que, em conjunto com o processo de formação territorial do Estado de São Paulo, destacam a complexidade espacial em que o município está inserido: o movimento bandeirante, a chegada da ferrovia e a imigração. Esses elementos, quando combinados, revelam os processos de ocupação, apropriação e desenvolvimento do município ao longo de sua história.

Conforme, Santos (1996), os eventos são impulsionados por acontecimentos históricos, e, como resultado, o espaço é constantemente reconfigurado, pois está em constante evolução. O autor enfatiza que os eventos levam em consideração a dimensão temporal e são moldados por atores por meio de ações humanas que transformam o ambiente, conferindo-lhe novas características. Isso significa que os eventos históricos não apenas ocorrem em um determinado espaço, mas também influenciam sua natureza e desenvolvimento ao longo do tempo, contribuindo para a constante mutação e redefinição do espaço geográfico.

Noronha (2008), em sua dissertação de mestrado, escolheu abordar os três eventos mencionados como uma maneira de capturar esses processos sem a necessidade de analisar detalhadamente, ao longo de um período específico, todos os componentes que compõem a complexa história do município de Jundiaí. A seleção desses eventos e sua caracterização têm como objetivo compreender as diferentes funções desempenhadas pelo município de Jundiaí desde os primórdios de sua ocupação, ou seja, a partir de uma perspectiva geográfica e temporal, traçando a evolução e as transformações ao longo do tempo. Essa abordagem permite uma análise mais focalizada e abrangente das mudanças ocorridas na região ao longo de sua história.

Outra dissertação utilizada foi a de Camoleze (2017) sobre a "Memória coletiva e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal em Jundiaí – SP". O autor estudou como a memória coletiva e o patrimônio histórico são abordados e regulamentados pela legislação municipal em Jundiaí.

A origem do município de Jundiaí está intrinsecamente ligada ao **movimento bandeirante**, que foi o **primeiro evento** significativo responsável pela ocupação da antiga

Capitania de São Vicente. Antes da chegada dos colonizadores, a região era habitada por povos indígenas que se dedicavam à agricultura, cultivando milho e mandioca, entre outros. No entanto, com a chegada dos bandeirantes e colonizadores, os indígenas foram expulsos da área e se refugiaram nas matas próximas. Esse processo de ocupação é um importante capítulo na história da região e marcou o início da presença europeia em Jundiaí e sua posterior evolução como município (Noronha, 2008).

O livro "Jundiaí e sua História" de Mazzuia (1979) relata que a chegada de Rafael de Oliveira, sua esposa, filhos, genros e um considerável grupo de escravos, índios e homens armados, ocorrida em 15 de agosto de 1639, é considerada um evento significativo que marcou o início do povoamento de colonizadores brancos na região de Jundiaí. Essa data é considerada como um ponto de partida para a presença europeia na área e para o desenvolvimento da cidade ao longo dos séculos subsequentes. É importante reconhecer o papel desses eventos e personagens históricos na formação da comunidade e da identidade de Jundiaí.

As pesquisas de Pontes (1970) revelam evidências relevantes sobre a história de Jundiaí. Em 1625, já havia registros de testamentos que mencionavam Jundiaí, o que indica que a região estava presente na documentação da época. Além disso, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, vol. LXIV, p. 245), conforme destacado por Pontes (1970), sugere que em 1634 já existia a capela de Nossa Senhora do Desterro na região central de Jundiaí. A existência dessa capela e sua elevação à categoria de Freguesia naquela época são indícios da formação de uma comunidade na região, o que representa um importante marco na história do município de Jundiaí. Essas fontes históricas contribuem para o entendimento da evolução da ocupação europeia e do desenvolvimento da localidade (Izaias, 2012).

No entanto, a data em que a povoação foi erigida à condição de vila, em 1655, sob o título de *Villa Fermosa de Nossa Senhora do Desterro do Mato Grosso de Jundiaí da Capittania de Sam Vicente*

> é consenso entre os pesquisadores, como explica o Padre Antonio Maria Toloi Stafuzza, fundador do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí: Jundiahy foi elevada a Vila em 14 de dezembro de 1655, depois de um curto período de existência como freguesia de São Paulo. Era então locotenente donatário d. Alvaro Pires de Castro, o novo Conde de Monsanto, cujo direito à Capitania de São Vicente era contestada pelos parentes, o capitão Manoel Coraça de Mesquita que tinha como ouvidor geral Manoel de Cabedo Vasconcelos (tido indevidamente como Quevedo de Vasconcelos). O fato deve-se a uma delegação dos maiores, de que não

> participaram os dois fundadores do povoamento — Manoel Preto Jorge e Francisco Gaia — que andavam pelo sertão. O argumento apresentado para elevação de Jundiaí a Vila é que os maiorais da época se sentiam vexados para prestar os serviços públicos obrigatórios devido à distância e a ruindade dos caminhos (Stafuzza, 1967, p. 52).

Contudo, a Villa de Jundiahy desempenhou um papel significativo na história da ocupação do interior brasileiro, consolidando-se como um ponto estratégico para o comércio e a expansão para o interior do país. Nesse processo, diversos protagonistas desempenharam papéis importantes, e os indígenas se destacaram como os construtores das primeiras rotas (Camoleze, 2017).

"Em 1657, a entrega das *Cartas de Dactas* indicava a distribuição das terras na cidade a fim de poder construir casas e quintais e começou a criar o conjunto arquitetônico local" (Camoleze, 2017, p. 51).

Com os custos elevados da produção agrícola na região e a estagnação econômica em São Paulo, durante os primeiros tempos da exploração portuguesa no Brasil, Jundiaí tomou uma nova direção. Nesse período, a cidade deixou de se concentrar na produção agrícola e passou a desempenhar um papel fundamental como ponto de entrada para o sertão. Sua localização geográfica privilegiada, situada em uma planície entre áreas montanhosas, com rios e caminhos traçados pelos indígenas, tornou-a um ponto de partida estratégico para a exploração e expansão em direção ao interior do Brasil. Jundiaí se tornou uma base importante para os colonizadores, facilitando a exploração e o estabelecimento de rotas comerciais que levavam ao sertão brasileiro (Camoleze, 2017).

Essas condições favoreciam a região da atual cidade de Jundiaí a ser um ponto de comércio do sertão, como explica Spix e Martius (1938, p. 155):

> A Vila de Jundiaí, pequeno povoado em uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo para Minas Gerais, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamentos das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão lugar feição de atividades e riqueza, e como razão, dá-lhe o título de porto seco. Daqui partem as estradas trilhadas para as províncias acima citadas.

De acordo com Noronha (2008), a complexidade

> [...] do movimento bandeirante, na passagem do século XVI ao XVII, deve-se ao fato de que, ao promover a ocupação efetiva das terras paulistas, foi de fundamental importância para a fundação de vilas e freguesias, como a de São Paulo de Piratininga em 1554 e da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy em 1615. A formação dessas vilas deu origem a importantes cidades, cujas funções e tamanhos também são distintos. Do ponto de vista geográfico, o elemento que chama a atenção é a localização, assim como, o contexto regional em que o município de Jundiaí se encontra inserido. Por sua situação estratégica, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy logo se tornou o primeiro ponto de parada das expedições que partiam de São Paulo de Piratininga, conformando os primeiros traçados urbanos nas proximidades da capela – Nossa Senhora do Desterro (Noronha, 2008, p. 38).

Conforme Souza (1956), na segunda metade do século XVII, a freguesia de Jundiaí já estava envolvida nas primeiras expedições em direção ao interior do Brasil. No entanto, o desenvolvimento do núcleo urbano e a prática agrícola na freguesia seguiram um ritmo lento, caracterizado por um longo período de atividade agrícola baseada na produção de milho, mandioca, algodão e feijão.

Esse avanço gradual na agricultura estava relacionado ao fato de que muitos habitantes da região se deslocaram para as áreas de mineração em busca de riqueza, o que limitou o progresso da agricultura em Jundiaí durante os primeiros dois séculos de sua história como município. A busca por oportunidades nas regiões mineradoras teve um impacto significativo no desenvolvimento econômico da área naquela época (Rocha, 2022; Vinhaes, Hespanhol, 2022).

A elevação da freguesia à categoria de vila e de cidade ocorreu em 1655 e em 1865, respectivamente.

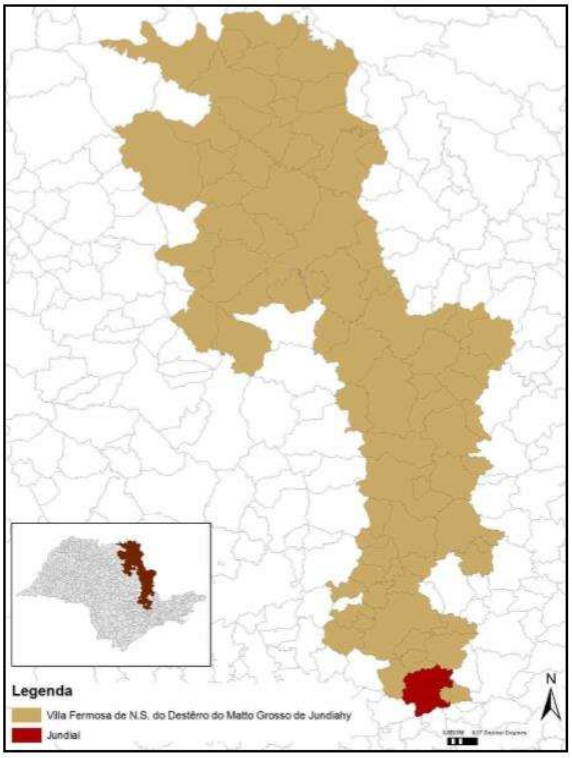
> [...] o principal aspecto para o desenvolvimento da agricultura nessa porção do Estado de São Paulo foi o esgotamento e a decadência da mineração, o que permitiu o crescimento de núcleos urbanos situados nesse trajeto bandeirante. A decadência da mineração, portanto, representou uma gradativa libertação de Jundiaí do papel até então desempenhado. Com o esgotamento da mineração, a agricultura desenvolveu-se, basicamente, com o crescimento das áreas plantadas com a cultura da cana-de-açúcar. Este fato não foi diferente nas áreas rurais do município de Jundiaí, colocando, pela primeira vez, um papel de destaque à agricultura local (Souza, 1956, p. 16).

De acordo com Mazzuia (1979), no início do século XVIII, “os limites do município de Jundiaí se estendiam até o Rio Grande, que hoje marca a divisão entre o Estado de São Paulo e

Minas Gerais. Além disso, o município compartilhava fronteiras com a Vila de Santana de Parnaíba e a Vila de São Paulo[8]" Izaias (2012, p. 16).

Essa delimitação territorial é ilustrada no mapa 1 que demonstra "o território sob a jurisdição da então Villa Fermosa de Nossa Senhora do Desterro do Mato Grosso de Jundiahy (posteriormente cidade de Jundiaí), antes do desmembramento de Mogi Mirim em 1768". Isso destaca a extensão territorial e a importância de Jundiaí como um centro regional naquela época (Camoleze, 2017).

Mapa 1 - Mapa do território de Jundiaí de 1615 – 1767



Fonte: Izaias (2012, p. 16).

A ocupação de Jundiaí pelos portugueses e seus descendentes, embora tenha se beneficiado de atributos geográficos e logísticos específicos, compartilhou algumas características comuns com o restante do território paulista (Camoleze, 2017). No entanto, ao longo de sua história, Jundiaí passou por mudanças em seu padrão de povoamento e economia. Entretanto, o crescimento de vários povoados dentro do território, que formava a *Villa Fermosa de Nossa*

[8] Mazzuai (1979) considera esses limites como sendo os da cidade, é pertinente esclarecer que, na realidade, ele se refere aos limites do município e não da área urbana propriamente dita.

Senhora do Desterro do Matto Grosso de Jundiahy, levou a sua "[...] ascendência na condição de 'porto seco' no século XVII, para uma economia de subsistência no século XVIII" (Morales, 2000, p. 18). "Em 1769, com o desmembramento de Mogi Mirim e, posteriormente, com o de Campinas, em 1797, ocorreu uma redução populacional e territorial" (Camoleze, 2017, p. 52).

No século XVIII, o sequestro e a comercialização de indígenas que viviam em tribos ou aldeamentos jesuíticos eram práticas comuns, juntamente com a busca por metais preciosos. Embora o movimento bandeirante tenha desempenhado um papel importante na expansão das fronteiras do território brasileiro, é relevante destacar que essa expansão frequentemente envolveu a violência, resultando na escravização e no trágico declínio de um grande número de populações indígenas (Camoleze, 2017).

Izaias (2012, p. 36) apresenta os dados da população em 1799:

> [...] a população de Jundiaí era composta por 3.876 habitantes, entre livres e escravos, espraiados por 735 fogos. A população livre com um total de 3.196 pessoas era composta por 1.560 (48,8%) homens e 1.636 (51,2%) mulheres; e a escrava com um total de 735 pessoas, sendo 587(79,9%) homens e 148 (20,1%) mulheres. O crescimento anual correspondente ao período de 1798 a 1799 foi de 2,43% ao ano. Verificamos ainda que, de acordo com Reis (2010), havia aproximadamente 141 fogos com cativos, o que correspondia a 19,2% dos 735 fogos arrolados em 1799. A população livre correspondia a 82,5% e a escrava 17,5%.

É importante ressaltar que, até o final do século XVIII, o núcleo urbano de Jundiaí tinha como principal objetivo atender às demandas externas, uma vez que as atividades internas eram limitadas, devido ao pequeno crescimento demográfico e econômico da região. No entanto, foi com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar que Jundiaí, juntamente com outras vilas como Mogi Guaçu, Porto Feliz e Piracicaba, começou a fortalecer suas atividades comerciais no início do século XIX. Isso marcou uma transição significativa, transformando a cidade de um local que servia principalmente como ponto de descanso e partida de caravanas para um centro comercial em crescimento. Essa mudança reflete a evolução das funções econômicas e sociais de Jundiaí ao longo de sua história (Souza, 1956).

"A Lei Estadual nº 771, de 28 de março de 1865, elevou Jundiaí à categoria de cidade. Segundo Izaias (2012, p. 79), neste período, a população de Jundiaí [...] apresenta um crescimento anual de 1,97% e passa a ter uma população total de 10.254 em 1886" (Camoleze, 2017, p. 53).

A agricultura de subsistência que fornecia alimentos para os moradores da vila, tropeiros e bandeirantes nos séculos XVII, XVIII e no início do XIX passou por mudanças significativas. Isso ocorreu principalmente com o início da monocultura de cana-de-açúcar na região, o que teve um impacto profundo nas relações econômicas e sociais da cidade (Camoleze, 2017). Conforme relatam Luna e Klein (2005, p. 70):

> Inicialmente, Jundiaí era uma localidade pobre, com unidades agrícolas pequenas movidas pelo trabalho familiar e alguns escravos. Mas o aumento constante nas culturas de gêneros alimentícios, em especial o milho, e o início de uma moderna economia açucareira no último quartel do século XVIII geraram profundas mudanças estruturais, como se vê no aumento do tamanho das unidades agrícolas e da população escrava residente. Foi essa expansão que levou ao desmembramento da vila em 1797, quando uma grande parte das terras açucareiras e da população de Jundiaí serviram de base para a criação da vila de Campinas.

Para Noronha (2008), no início do século XIX, o município de Jundiaí desempenhava papéis importantes em sua economia e função regional: a) era um fornecedor vital de alimentos para a cidade de São Paulo, contribuindo significativamente com produtos agrícolas essenciais para o abastecimento da capital, b) Continuava a servir como ponto de partida e organização de caravanas, c) também se destacava como fornecedor de trabalhadores livres, especialmente devido ao desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar na região.

Contudo, é essa concentração da atividade comercial, mesmo irrisória que

> [...] resultará em uma dinamicidade econômica própria ao núcleo urbano. Ao desenvolver esse tipo de atividade comercial, Jundiaí passa a ser conhecida como Porto Seco, ou seja, como ponto de abastecimento do litoral e interior. Jundiaí fornecia para São Paulo e para Santos mandioca, farinha, milho e açúcar e para as caravanas que rumavam para o sertão: fazendas, sal, ferro e mantimentos (Souza, 1956, p. 18).

As atividades comerciais proporcionaram uma dinâmica importante aos núcleos urbanos da região. No entanto, é notável que essas cidades não tiveram um crescimento demográfico significativo até o final do século XVIII (Noronha, 2008).

Segundo Langenbuch (1971), em 1836, a população do município de Jundiaí correspondia a 5.893 habitantes, passando, em 1874 a 7.805. O autor salienta que essa população era notadamente rural e que

> [...] parte das casas pertenciam a agricultores residentes em suas terras e que afluíam à vila (ou cidade) apenas nos dias de ofícios e festas religiosas, ou nela residiam temporariamente. Trata-se de um fato comum nas cidades paulistas da época. No tocante aos arredores da Capital encontramos referências expressas ao fato com relação a Jundiaí e Santo Amaro (Langenbuch, 1971, p. 45).

O município de Jundiaí teve um crescimento demográfico baixo, o que contribuiu para o enfraquecimento econômico do núcleo urbano após o declínio da indústria da cana-de-açúcar. Essa situação persistiu até o final dos anos 1860, quando ocorreu o **segundo evento** significativo na história da cidade: **a chegada da ferrovia** (Noronha, 2008).

Para ilustrar esse período, o Barão Von Tschudi que visitou a localidade em 1860 expõe que:

> [...] a decadência da cidade se relaciona, por um lado, com a perda de importância de sua função de prestação de serviços a circulação e, por outro lado, à decadência da lavoura canavieira, ainda não substituída suficientemente pela cafeeira. Esta circunstância, por sua vez, deve ter afetado as funções de prestação de serviços à população rural e religiosa, intrinsecamente associadas ao desenvolvimento agropecuário circunvizinho. Note-se ainda que na mesma época Campinas [...] conhecia notável desenvolvimento chegando a rivalizar com São Paulo, fato sobejamente conhecido. Ora, é possível que também isso tenha contribuído para a decadência de Jundiaí, pois esta localidade ficava a meio caminho entre duas maiores, em progresso, com eventual captura de oportunidades comerciais (Langenbuch, 1971, p. 62).

Desta forma, fica evidente que o processo de formação do município de Jundiaí está intrinsecamente ligado à participação em ciclos econômicos que desempenharam papéis fundamentais na história do Brasil, como a ocupação das terras do interior e a atividade mineradora. Além disso, o desenvolvimento do núcleo urbano de Jundiaí estava diretamente relacionado à necessidade de atender às demandas do movimento bandeirante, que desempenhou um importante papel na expansão e ocupação do território brasileiro. Essa interação entre os eventos econômicos e a presença dos bandeirantes moldou a trajetória histórica da cidade (Noronha, 2008).

Esse fato corrobora a leitura que vem sendo

> [...] proposta nesse exercício de reflexão sobre a formação territorial do município de Jundiaí: o território, como uma realidade histórica e socialmente construída, constitui-se a partir de forças internas e externas. No entanto, a formação de um

> território, cujo conteúdo social esteja fortemente relacionado às características de um povoamento precedente e de relações, somente veio a ocorrer a partir do século XIX, com a ocupação efetiva das terras e o estabelecimento das primeiras correntes imigratórias em áreas do município (Noronha, 2008, p. 41).

No século XIX, o município de Jundiaí voltou a ser favorecido devido à sua posição estratégica. No final do século XVIII, a cultura do café estava se expandindo em direção ao interior da Província de São Paulo, impulsionando o surgimento de várias vilas e se espalhando, principalmente, pela região do Vale do Paraíba. Esse fenômeno levou ao esgotamento dos solos nessas áreas e contribuiu para a formação de pequenas redes de cidades à medida que a cultura do café avançava. Essa mudança na economia e na expansão geográfica do café trouxe benefícios para Jundiaí, já que a cidade estava estrategicamente localizada para participar desse novo ciclo econômico (Noronha, 2008).

Como lembra Souza (1956, p. 21), a lavoura cafeeira

> [...] só toma grande incremento na segunda metade do século XIX. O cultivo da cana entrara, então, em declínio, não só pela baixa mundial dos preços, como porque terras mais produtivas foram conquistadas em outras regiões da província pela lavoura açucareira. Como consequência, o algodão juntamente com o café entra a sobressair na agricultura de Jundiaí.

Com a chegada do complexo cafeeiro à Província de São Paulo e, em particular, os investimentos relacionados, como a construção da ferrovia, o papel desempenhado por Jundiaí passou por uma transformação significativa. A cidade começou a desempenhar novas funções, que incluíam aspectos urbanos, agrícolas e industriais. Esses novos elementos não substituíram inteiramente as funções anteriores, mas coexistiram lado a lado. Antigas e novas funções interagiram e se complementaram, como é evidenciado pelo vínculo entre atividades industriais e agrícolas (Noronha, 2008).

O perfil de cidade industrial que hoje marca o município está

> [...] sem dúvida, atrelado ao ciclo de café, à expansão da ferrovia e à urbanização, processos que são simultâneos e se relacionam entre si. A marcha do café para o oeste paulista promoveu o crescimento da cidade; junto com ela, vieram os trilhos e as indústrias. Ao mesmo tempo, naquela segunda metade do século XIX, começaram a chegar os primeiros imigrantes europeus (Prefeitura Municipal de Jundiaí De Jundiaí, 2005).

Quando analisamos a complexa conjuntura relacionada ao segundo elemento histórico, ou seja, a chegada da ferrovia e sua conexão com a expansão da cultura cafeeira, podemos identificar a formação de um segundo evento histórico significativo. É importante ressaltar que a expansão da cafeicultura foi impulsionada pela economia já estabelecida pela cultura da cana-de-açúcar, fornecendo estímulos adicionais para o crescimento do setor cafeeiro. Esse período de transformação econômica e expansão geográfica teve um impacto profundo na história de Jundiaí e na região como um todo (Noronha, 2008).

Com o surgimento da economia cafeeira, a Província de São Paulo experimentou um novo impulso econômico durante o século XIX. A complexidade dessa economia, baseada na cultura do café, estava diretamente ligada a dois fatores principais: a imigração e os investimentos na rede ferroviária, especialmente nas áreas que antes eram dedicadas ao transporte de açúcar até o final do século XVIII (Noronha, 2008).

Matos (1990, p. 121) relata que seis são os aspectos que estão relacionados ao processo "de formação econômica e social de São Paulo quando o assunto é a expansão da malha ferroviária: a) a marcha de povoamento; b) a cultura do café; c) a abertura de diversas frentes pioneiras; d) a captura de outras regiões; e) as migrações internas; e f) a criação de uma consciência ferroviária".

Segundo Langenbuch (1971, p. 75) foi na economia cafeeira que

> [...] em conformidade com o surgimento e expansão da rede de trilhos, que houve a consolidação de territórios complexos, seja com o crescimento e o aumento do número de cidades, seja com os novos atores sociais trazidos para o trabalho a ser realizado nas fazendas de café. No município de Jundiaí, em particular, o surgimento da ferrovia em 1867 resultou, a partir da segunda metade do século XIX, na consolidação de processos e dinâmicas territoriais complexas. A ferrovia, como resultado dos investimentos ingleses, favoreceu, de maneira intensa, o crescimento do núcleo urbano, que entre 1874 e 1900, dobrou a população total. Nos anos de 1874 e 1900 a população do município de Jundiaí correspondia a 7.805 e 14.990 habitantes, respectivamente.

A cidade de Jundiaí experimentou um rápido crescimento

> a partir do momento em que foi conectada por via férrea a São Paulo, em fevereiro de 1867. A partir desse momento, todas as cargas do interior passaram a chegar a Jundiaí, onde eram direcionadas para o transporte ferroviário em direção ao porto. Inicialmente, o transporte era feito em lombo de burro, mas a partir de 1872, com a construção das ferrovias da Companhia Paulista e da Companhia Ytuana a partir de Jundiaí, o transporte ferroviário se tornou a principal rota (SÃO PAULO, 2004).

Em 2021, a estação de trem de Jundiaí passou por um processo de reforma sob a "supervisão da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Em 17 de fevereiro de 2022, a estação foi reinaugurada após a reforma, mantendo seu projeto arquitetônico original. Esse marco histórico reflete a importância da ferrovia na história e no desenvolvimento da cidade de Jundiaí" (G1, 2022).

As Figuras 3, 4, 5 se referem a Estação Ferroviária de Jundiaí no ano de 1867 e atualmente (2023).

Figura 3. A Estação Ferroviária de Jundiaí inaugurada no ano de 1867



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2020.

Figura 4. A Estação Ferroviária por volta de 1910



Fonte: Giesbrecht, 2023.

Figura 5. Estação Ferroviária de Jundiaí atualmente



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

Conforme apontado por Monbeig (1984), o período abrangendo os anos de 1860 a 1880, como descrito no Quadro 2, desempenhou um papel na história da cafeicultura na Província de São Paulo. As transformações técnicas, sociais e econômicas que resultaram da construção da Ferrovia Santos-Jundiaí foram fundamentais para a economia paulista e para a expansão em direção às regiões externas, que o autor denomina como "sertão ocidental". Esse período marcou um momento de mudança significativa na economia e na geografia da Província de São Paulo, com a ferrovia desempenhando um papel central nesse processo de transformação.

Quadro 2. Consolidação da Rede Ferroviária Paulista no final do século XIX

COMPANHIA	LIGAÇÃO	DATA DE INAUGURAÇÃO
São Paulo Railway Co. Limited	Santos-Jundiaí	11 de fevereiro de 1867
Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Ligações Fluviais	Jundiaí-Campinas	11 de agosto de 1872
Companhia Ituana	Jundiaí –Itu	17 de abril de 1873
Companhia Bragantina	Campo Limpo-Bragança Paulista	4 de maio de 1884
Companhia Itatibense	Louveira-Itatiba	19 de novembro de 1890

Fonte: Tomanik (2001) *apud* Silva (2007, p. 69). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2023.

Nesse período de expansão da agricultura em Jundiaí e no interior de São Paulo, o café emergiu como uma das principais *commodities* produzidas e exportadas na região. As grandes propriedades rurais em Jundiaí, que também adotaram o cultivo do café, empregavam mão de obra escrava, o que teve um impacto significativo na dinâmica econômica da cidade e impulsionou seu crescimento, como observado por Izaias (2012).

Embora a produção de café em Jundiaí fosse inferior à realizada no Vale do Paraíba, o município desempenhou um papel relevante nesse setor econômico. Isso demonstra como o café se tornou um elemento-chave na economia e no desenvolvimento de Jundiaí durante esse período (Noronha, 2008).

Sobre o "complexo cafeeiro" no contexto da Província de São Paulo, Noronha (2008) salienta que:

> [...] o favorável intercâmbio proporcionado com a cidade de São Paulo. Esse intercâmbio, acrescido por sua situação estratégica, permitiu ao município de Jundiaí, desenvolver outras funções, como foi o caso da distribuição e conservação da produção de café destinada à exportação via férrea até o porto da cidade de Santos. O processo de formação da Província de São Paulo apresentou dois elementos significativos que, simultaneamente, resultaram na estruturação de uma rede de cidades mais complexa, assim como, dos eixos de transportes e comunicações, portanto, o desenvolvimento dos primeiros capitais industriais (Noronha, 2008, p. 45).

Esta expansão do café no Oeste Paulista indicava a entrada de São Paulo "[...] em um processo de transformação no sentido da constituição de uma economia capitalista" (Fausto, 2009, p. 203). Nesse cenário, emergiu a chamada burguesia do café paulista, que acumulou capital por meio da exportação desse produto e passou a desempenhar um papel de grande influência política e econômica no país. Esse grupo de elite, impulsionado pelo sucesso da cafeicultura, desempenhou um papel significativo na moldagem do panorama político e econômico do Brasil durante esse período (Noronha, 2008).

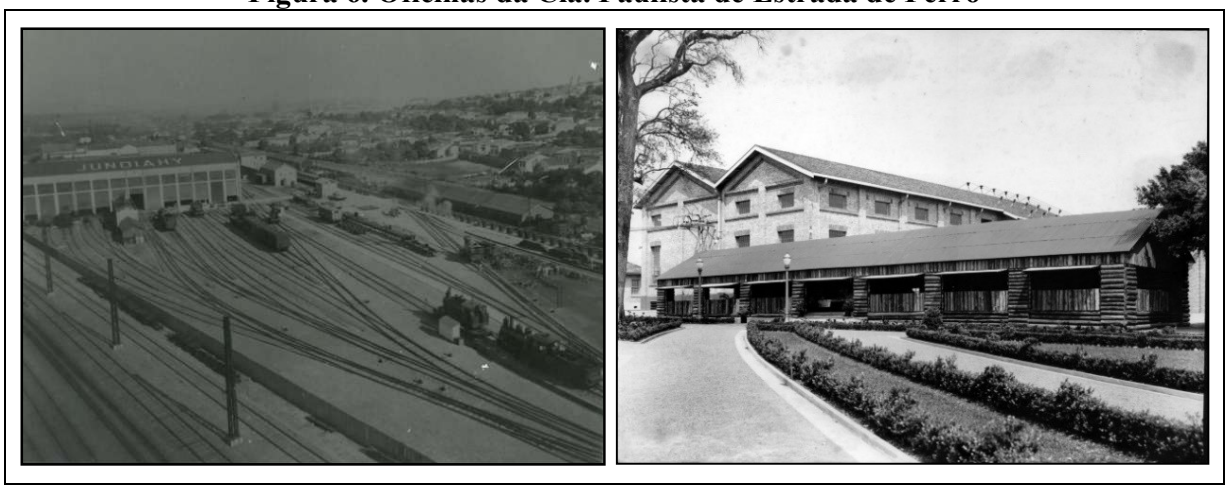
A instalação da Oficina da Companhia Paulista em Jundiaí não apenas transformou a cidade com a criação de vilas operárias e um novo projeto arquitetônico, mas também desempenhou um papel fundamental na consolidação de Jundiaí como um importante polo logístico. Além disso, contribuiu para a participação da cidade no processo de integração do Brasil na economia global capitalista do século XIX, impulsionada pela produção de café e pela expansão das ferrovias. Esse evento teve um impacto significativo na história e no desenvolvimento de

Jundiaí, conectando a cidade às principais tendências econômicas e tecnológicas da época (Noronha, 2008).

Para Bem (2014, p. 108), com o crescimento da ferrovia, a cidade de Jundiaí "[...] tem relações com a construção de uma sociedade singular, identificada como um modo de viver fortemente vinculado à vida do trabalho e este com a função ferroviária".

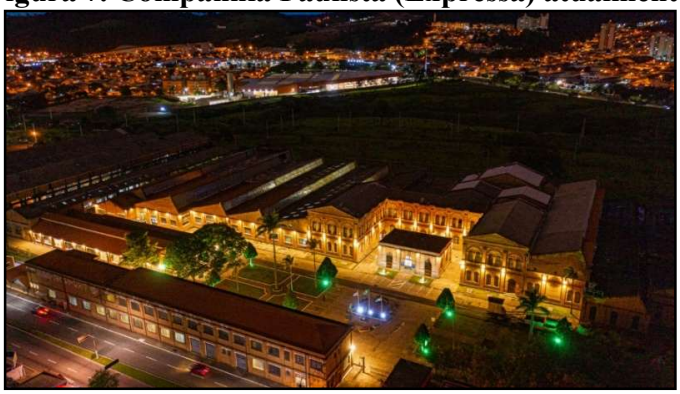
Atualmente, a cidade de Jundiaí preserva um significativo conjunto de bens culturais que estão ligados ao período de auge da ferrovia. Entre esses bens, destacam-se as vilas operárias, os trilhos, as antigas Oficinas da Companhia Paulista, o time de futebol, as escolas e várias outras referências que estão disseminadas pelo espaço urbano. Esses elementos constituem um patrimônio histórico e cultural que atesta a importância da ferrovia na história e na identidade da cidade de Jundiaí (Bem, 2014).

Figura 6. Oficinas da Cia. Paulista de Estrada de Ferro



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

Figura 7. Companhia Paulista (Expressa) atualmente



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

O Expressa[9] é o único patrimônio material do Município de Jundiaí,

> com tombamento em nível nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente, ocupam o Expressa diversas Unidades de Gestão da Prefeitura, como Cultura (UGC), Mobilidade e Transporte (UGMT), Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS); além do Museu da Cia. Paulista, do Arquivo Histórico de Jundiaí, da Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ), da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), do Poupatempo e da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí (Fatec) Deputado Ary Fossen (Prefeitura Municipal de Jundiaí [20--]).

É importante destacar que, apesar da promulgação das legislações contrárias ao sistema escravocrata, a luta contra o trabalho escravo e a busca por uma inserção digna dos negros na sociedade persistiram em Jundiaí. Tanto no período colonial quanto no imperial, a cidade abrigou quilombos que resistiram ativamente à escravidão. Mesmo após a promulgação da Lei da Abolição, os movimentos negros em Jundiaí continuaram a lutar por seus direitos (Noronha, 2008).

Um exemplo dessa resistência é a fundação do Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaiense em 28 de setembro de 1897, assim como a existência da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e outras iniciativas culturais que demonstram a persistência do movimento negro na cidade. Essas ações destacam a importância da comunidade negra em Jundiaí na luta pela igualdade e pelo reconhecimento de seus direitos ao longo da história (Noronha, 2008).

Nesse período, os lucros provenientes das vendas de café no sudeste brasileiro, incluindo o município de Jundiaí, e o superávit comercial resultante das exportações desse produto

---

[9] Com área total de 111 mil metros quadrados, sendo 46 mil deles de área construída, o Espaço Expressa (antigo Complexo Fepasa) teve sua construção iniciada na década de 1890, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a fim de abrigar as oficinas de locomotivas à vapor da empresa. A princípio, as oficinas da empresa localizavam-se em Campinas, mas devido ao tamanho limitado do terreno e a um surto de febre amarela que atingiu aquele Município, a empresa decidiu transferir suas oficinas para Jundiaí. Ao longo dos anos, o prédio, com 34 edificações, passou por diversas transformações e intervenções, devido às modificações desenvolvidas pela Companhia e aos avanços tecnológicos do setor, como a implantação da tração elétrica aos veículos. Na década de 1970, com a incorporação da Companhia à Fepasa (Ferrovia Paulista S/A), empresa estatal paulista de transporte ferroviário de cargas e de passageiros, o Complexo sofreu as suas últimas intervenções significativas, que deram às suas instalações a configuração com que o conhecemos na atualidade, além da mudança de seu nome. Com a falência da Fepasa, sua inserção no programa de desestatizações do início da década de 1990 e a posterior privatização da malha ferroviária, as antigas oficinas da Companhia Paulista foram adquiridas pela Prefeitura em 2001. No período entre 2002 a 2013, o espaço ficou sob a gestão da (à época) Secretaria Municipal de Educação e Esportes, passando à responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, em 2014, e à Unidade de Gestão de Cultura (UGC), em 2017, ano em que também a sede da UGC foi transferida para o espaço. O Expressa é o único patrimônio material do Município com tombamento em nível nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente, ocupam o Expressa diversas Unidades de Gestão da Prefeitura, como Cultura (UGC), Mobilidade e Transporte (UGMT); além do Museu dos Ferroviários, do Arquivo Histórico de Jundiaí, da Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ), da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), do Poupatempo e da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí (Fatec) Deputado Ary Fossen (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

impulsionaram o crescimento econômico. Esse crescimento, por sua vez, possibilitou a realização de obras públicas e, posteriormente, o desenvolvimento de setores industriais no país. Entre 1821 e 1830, o Brasil exportou 3.187 sacas de café de 60 quilos. Já entre 1881 e 1890, esse número aumentou para aproximadamente 5.163 sacas (conforme dados de Prado Júnior, 1963), representando 61,5% das exportações brasileiras. O café não apenas impulsionou a economia como também serviu como fonte de investimento para os avanços tecnológicos do final do século XIX (Noronha, 2008).

Nesse contexto, é importante destacar outro elemento histórico fundamental para compreender o processo de formação do município de Jundiaí: **a imigração estrangeira**, que constitui o **terceiro evento** significativo. O fenômeno da imigração estrangeira na Província de São Paulo deve ser examinado a partir da segunda metade do século XIX, considerando as transformações políticas, sociais e econômicas, com foco especial na Lei Eusébio de Queirós (1850) e na abolição da escravidão (1888). Os resultados desses eventos foram essenciais para a introdução do trabalho de colonos, especialmente imigrantes europeus de origem italiana, portuguesa e espanhola (Noronha, 2008).

O cenário urbano industrial de Jundiaí permaneceu intrinsecamente ligado à produção agrícola. Após seu papel relevante na produção cafeeira, o município expandiu sua vitivinicultura, que adquiriu um papel de suma importância no quesito econômico, especialmente a partir da década de 1930, após a crise da cafeicultura. Entre os produtos agrícolas de Jundiaí, nos dias atuais, destacam-se, especialmente, as frutas, notadamente a uva (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2013).

A produção de uva em Jundiaí ganhou proeminência com o surgimento, em 1933, da variedade Niágara Rosada na região. Essa variedade, que se tornou a principal uva de mesa do país, surgiu de uma mutação genética espontânea da Niágara Branca, originária dos Estados Unidos da América (Rocha, 2022).

Tavares dos Santos (1984, p. 15), enfatiza que a colonização “deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos, o que representava, em seu conjunto, os princípios ideológicos difundidos pelo movimento em favor da imigração. Do mesmo modo, a imigração somente foi concretizada por meio da formação dos núcleos de colonização”.

Com base nas análises de Beiguelman (1981, p. 33) sobre a crise do sistema escravista e o pico da imigração estrangeira, é importante identificar os diversos conflitos que surgiram entre

colonos e fazendeiros. Além disso, é evidente o interesse dos fazendeiros pelos imigrantes, impulsionado pelos incentivos governamentais da época. Para a referida autora:

> [...] embora, em tese se pudesse considerar vantajosa a introdução de trabalho livre em quaisquer condições, dado o alto preço do escravo, contudo só a garantia de uma relativa estabilidade, que não obrigasse a renovar continuamente essas despesas (proibindo-se, na verdade, a mobilidade do colono entre as fazendas e na direção dos núcleos urbanos), é que permitiria ao lavrador (que podia apelar para a alternativa do braço escravo) encarar o trabalho imigrante como comparativamente interessante, na competição entre ambos os tipos.

Segundo Martins (1973), os fazendeiros necessitavam de trabalhadores livres para suprir a grande escassez de mão-de-obra nas plantações de São Paulo. A solução encontrada foi buscar trabalhadores nos países europeus que tinham uma quantidade significativa de população rural excedente e empobrecida. No contexto específico do município de Jundiaí, os imigrantes italianos constituíram a principal corrente migratória do final do século XIX.

Os núcleos de povoamento desempenharam um papel essencial no estabelecimento da imigração na Província de São Paulo. A consolidação desses núcleos deve ser pesquisada, considerando a implementação do trabalho assalariado, bem como, a expansão da cultura cafeeira, representando um capítulo importante da imigração no Brasil, especialmente no que diz respeito aos italianos (Filippini, 1990).

"Em fins do século XIX, o município de Jundiaí passou a ser um polo atrativo de imigrantes, o que resultou na conformação dos primeiros núcleos baseados no regime de colonato, como foi o caso do Núcleo Barão de Jundiaí criado em 1887" (Noronha, 2008, p. 47). Esse fato representa o **terceiro elemento histórico**, no qual a conjuntura política, social e econômica vivenciada faz com que ele seja considerado um evento. Ele conecta tempos e espaços em diferentes escalas, proporcionando uma compreensão mais ampla e complexa desse período histórico (Rocha, 2022).

A relevância dos imigrantes, especialmente dos italianos, na formação econômica e social do município de Jundiaí é significativa, uma vez que introduziram outras atividades agrícolas, como a produção de frutas. Além disso, uma característica herdada desse processo de ocupação foi a estrutura fundiária, que se destaca pela presença de pequenas propriedades rurais, na qual a força de trabalho é concentrada na unidade familiar. Esses elementos desempenharam um papel

fundamental na configuração da economia local e na construção da identidade social da comunidade (Noronha, 2008).

Assim, de forma paralela ao crescimento do núcleo urbano,

> [...] em virtude do prematuro ciclo industrial – impulsionado pelo complexo cafeeiro –, a agricultura desenvolveu-se a partir de pequenos núcleos rurais, originando os primeiros bairros rurais do município: os bairros rurais do Traviú; do Caxambú e da Colônia. Segundo Mattos (1951), a formação desses bairros, como foi o caso do Traviú, seguiu uma mesma lógica, ou seja, o fracionamento das grandes propriedades rurais produtoras de café. Em fins do século XIX, seguindo essa mesma lógica, ou seja, a partir do fracionamento constante das fazendas situadas nos bairros rurais da Colônia e do Caxambú, originaram-se outros bairros rurais, como é o caso da Roseira, da Toca, do Ivoturucaia. Pode-se dizer, portanto, que a formação desses últimos caracteriza uma segunda etapa de ocupação das áreas rurais no município de Jundiaí, mormente com os colonos-imigrantes e suas respectivas famílias (Noronha, 2008, p. 48).

A relação entre o trabalho do colono-imigrante e a formação dos principais núcleos de povoamento no processo de consolidação das áreas rurais do município de Jundiaí estão intimamente relacionadas" (Rocha, 2022, p. 102). A criação desses bairros apresenta diferenças tanto no tamanho populacional quanto na origem dos habitantes. O surgimento dos bairros rurais é resultado da interação de vários fatores, incluindo fatores sociais, econômicos e políticos. No entanto, esse processo foi marcado por conflitos, especialmente relacionados à aquisição de terras e à definição dos limites das propriedades rurais. Esses desafios refletem as complexidades da época e contribuem para a formação única dessas comunidades (Noronha, 2008).

Torna-se claro que a formação dos espaços rurais no município de Jundiaí teve origem em uma série de conflitos que estão diretamente ligados a um conjunto de processos inter-relacionados (Noronha, 2008).

É importante observar que:

> [...] o estabelecimento dos colonos-imigrantes em terras do município de Jundiaí representa um segundo momento na vida dessas famílias, uma vez que a primeira etapa foi realizada junto às fazendas de café situadas em distintas localidades no Estado de São Paulo. A título de exemplo, destacam-se as famílias Marquesin e Donati que inicialmente foram estabelecidas na Fazenda Nossa Senhora da Conceição e em fazendas pelo interior de São Paulo, respectivamente e, posteriormente compraram terras nas áreas rurais do Bairro da Toca (Noronha, 2008, p. 49).

Quando analisamos o desenvolvimento da agricultura e a colonização estrangeira, que resultaram no surgimento dos primeiros territórios rurais em Jundiaí, é de suma importância destacar o cultivo da uva. Antes da chegada dos primeiros imigrantes, já havia cultivo de uva na região (da variedade Isabel). No entanto, é evidente que o aumento das áreas plantadas com essa fruta ocorreu devido ao trabalho das famílias dos colonos nas propriedades rurais (Noronha, 2008).

De acordo com Souza (1956), os primeiros núcleos inicialmente estavam dedicados ao cultivo do café. No entanto, gradualmente, os colonos italianos começaram a cultivar a variedade de uva Isabel. De início, esse cultivo tinha propósitos domésticos, ou seja, as uvas eram plantadas nos intervalos das atividades da lavoura cafeeira para a produção caseira de vinho destinado ao consumo próprio. Contudo, rapidamente a viticultura evoluiu e se tornou uma das principais riquezas do Núcleo Barão de Jundiaí, resultando no surgimento do primeiro bairro vitivinícola de Jundiaí.

Dois fatos colaboraram, simultaneamente, para o desenvolvimento da viticultura no Estado de São Paulo: "a) a introdução de outras variedades de uvas – principalmente norte-americanas –; e b) a colonização estrangeira, notadamente de italianos. Isso não foi diferente no município de Jundiaí" (Mattos, 1951 *apud* Noronha, 2008, p. 51).

Mattos (1951) *apud* Noronha (2008, p. 51) expõe que o crescente:

> [...] desenvolvimento da cidade de São Paulo também pode ser considerado um fenômeno desencadeante do processo de formação dos vinhedos nas regiões de Jundiaí e de São Roque. Essa conjugação de fenômenos históricos, aliadas à crise da economia cafeeira, impulsionou a formação dos vinhedos em Jundiaí. Entretanto, como bem descreveu o autor, a viticultura somente apresentou sintomas de renda econômica a partir dos anos 1930, quando, por meio da substituição dos cafezais, tornou-se uma alternativa econômica aos colonos que, gradativamente, transformavam-se em pequenos proprietários de terras. Do mesmo modo, a cultura da uva desenvolveu-se nessas áreas a partir da decadência das antigas áreas de produção de café: Cunha, Sorocaba e São Paulo.

A partir desse conjunto de afirmações apresentadas por Mattos (1951) *apud* Noronha (2008, p. 52) é possível identificar três pontos:

> [...] **a)** o consórcio entre o colono e a uva ocorreu como um 'equívoco' da história, uma vez que esses imigrantes, num primeiro momento, estiveram envolvidos com a produção de café em fazendas sob o regime do colonato; **b)** a introdução da uva em base comercial somente passou a ser desenvolvida a partir do lento processo

> de transformação dos colonos em proprietários de terras; e, **c)** a proximidade com a cidade de São Paulo e as condições naturais favoráveis do município de Jundiaí.

No início do século XX, devido à diminuição das áreas cultivadas com o café, a uva emergiu como a principal cultura agrícola nas zonas rurais do município de Jundiaí (Noronha, 2008). Souza (1956, p. 78-79) aponta que, "ao lento declínio do café correspondia o lento despertar da vinha, em áreas em que a vinha se deu bem, a propriedade foi intensamente fracionada".

Mattos (1951) *apud* Noronha (2008) apresenta dados que, dos 69 vinhedos existentes no município de Jundiaí em 1904, 50,7% ou 35 estavam relacionados ao trabalho dos colonos imigrantes nas fazendas de café, enquanto 49,3% ou 34 já estavam situados em pequenas propriedades rurais. Quanto ao tamanho dessas propriedades rurais dedicadas ao cultivo de uva, observou-se a predominância da pequena propriedade rural: 49,3% ou 34 tinham uma área entre 1 e 3 hectares; 30,4% ou 21 tinham entre 3 e 6 hectares; e 20,3% ou 9 possuíam mais de 6 hectares destinados ao cultivo da vinha.

Para Noronha (2008, p. 53-54), a cultura da uva,

> [...] como uma alternativa econômica aos colonos imigrantes, possui técnicas e condições de trabalho específicas. Igualmente, o colono e a vinha se encontraram, formando, portanto, novas relações com a terra e um novo cotidiano de trabalho. Esse encontro casual resultou numa expressão territorial que não anulou a anterior. Em sua nova relação com o território, o colono não se despregou de suas raízes e expressões pretéritas. Entretanto, entende-se que a maior expressão desse novo cotidiano de trabalho e de relação com a terra foi a cultura da uva. Pressupõe-se, assim, que foi o processo de trabalho diferenciado em relação ao exercido nas regiões de origem das famílias dos colonos-imigrantes que resultou na conformação de uma nova relação cotidiana com o território e também de identidade e apego, confirmando também a constituição de lugares. Primeiro, com o trabalho de colonos nas fazendas de café e, posteriormente, já na condição de pequeno proprietário, com a cultura da vinha.

Na Tabela 1 são apresentados dados referentes a evolução da produção de uvas em quilos no município de Jundiaí entre os anos de 1904 e 1956.

Tabela 1. Evolução da produção de uvas nas propriedades vitícolas de Jundiaí

Ano	Quantidades (em quilos)
1904-1905	436.852
1928	2.578.170
1935	3.483.500
1948	10.700.000

1955-1956	16.000.000

Fonte: Rocha (2022). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2023.

Ao examinar a Tabela 1, nota-se um aumento significativo na produção de uvas, especialmente a partir de 1928, quando atingiu 2.578.170 quilogramas. Esse aumento coincide com o declínio da cafeicultura em larga escala no Brasil. Entre os anos de 1955 e 1956, a produção de uvas alcançou a marca de 16.000.000 quilogramas no município.

Atualmente, aproximadamente 30% da produção de uva no estado de São Paulo provém de Jundiaí. Na região, existem mais de 500 produtores e cerca de 10 milhões de pés de uva. Por exemplo, a safra de 2014 foi de aproximadamente 27,6 mil toneladas e a estimativa para o ano de 2024 é de 38 mil toneladas. Isso confirma o papel fundamental de Jundiaí como uma das principais regiões produtoras de uva, consolidando sua reputação como a terra da uva (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

A capacidade industrial de Jundiaí e a sua produção agrícola, especialmente de uva, foram destacadas pela realização da primeira Festa da Uva, que aconteceu simultaneamente à primeira Exposição Industrial em 1934. Uma das manchetes do jornal "A Cidade de Jundiahy" em janeiro de 1934 foi a seguinte: "A realização das duas grandes exposições que ora se realizam, como testemunhos flagrantes de nosso desenvolvimento e progresso". Isso ressalta a interligação bem-sucedida entre a indústria e a agricultura na região naquele período (Camoleze, 2017).

Em 1934, realizou-se a primeira Festa da Uva (Figura 8) no município de Jundiaí, que atraiu mais de 100 mil visitantes durante sua primeira edição, ocorrida nas ruas do centro da cidade (Turismo Jundiaí, [20--]).

Figura 8. 1ª Festa da Uva de Jundiaí – 1934



Fonte: Turismo Jundiaí, [20--].

Devido ao sucesso da primeira festa, foi construído um espaço especialmente para recebê-la: o Parque Comendador Antônio Carbonari, popularmente conhecido como Parque da Uva, inaugurado em 1953. Esse parque tornou-se o local oficial para a realização da Festa da Uva em Jundiaí, proporcionando um espaço dedicado para celebrar a rica tradição vitivinícola da região (Figura 9) (Turismo Jundiaí, 20--).

Figura 9. Festa da Uva de 1953 no Parque Comendador Antônio Carbonari (Parque da Uva)



Fonte: Turismo Jundiaí, [20--].

Nos primeiros anos da Festa, a eleição da Corte da Uva era intrinsecamente ligada à atividade agrícola no Município,

> de modo que rainha e princesas eram geralmente filhas de agricultores e moradoras de bairros rurais. Por conta do fenômeno da urbanização, essa tradição acabou dando espaço para que também as mulheres ligadas às atividades da cidade, e não só do campo, pudessem se candidatar. Nos últimos dois anos, no entanto, por meio de seletivas nos bairros rurais, a Prefeitura vem resgatando as tradições iniciais da Festa (Prefeitura de Municipal de Jundiaí, [20--]).

Contudo, podemos afirmar que ocorreram dois processos coexistentes e que se complementam no município de Jundiaí: o primeiro foi o processo de desterritorialização e, o segundo foi o processo de reterritorialização. A interligação desses dois processos contribui para a criação de novas territorialidades, ou seja, novas expressões e conexões com o território. Nesse contexto, essas relações, enraizadas em princípios sociais e culturais, representam, do ponto de vista histórico, a interligação de diferentes tempos e espaços, como discutido por Noronha (2008).

Saquet (2005) adverte que no processo de reterritorialização há,

> [...] ao mesmo tempo, a reprodução de aspectos da vida anterior. Essa reprodução, por sua vez, pode ser de elementos e aspectos culturais, assim como de aspectos materiais e também ideológicos. Dito isso, a imigração torna-se um exemplo didático de formação de novas territorialidades. Essa constatação confirma a declaração de Saquet (2003) ao enfatizar que o processo de produção e de apropriação do território não é meramente econômico, mas também por razões políticas e culturais (Saquet, 2005, p. 13.889).

Com efeito, há criação "de territórios mais complexos e, sobretudo, a sobreposição de territorialidades. Como exemplo, é destacável o dialeto falado entre pessoas dos bairros rurais constituídos a partir da imigração italiana. Esse exemplo corrobora a existência de uma territorialidade mutilada" (Bagli, 2005*,* p. 22).

No município de Jundiaí, o cultivo de uva pelos colonos imigrantes exemplifica o que Saquet (2005) e Bagli (2005) descreveram. Quando o colono imigrante introduz os costumes de seu país de origem na forma como lida com a terra, nas tradições, hábitos e expressões utilizadas no Brasil e, especialmente, na região de Jundiaí, ele estabelece uma nova identidade com seu ambiente e, consequentemente, um novo território de vida. Esse processo representa uma fusão

cultural e identitária que enriquece tanto a comunidade local quanto a experiência dos próprios imigrantes (Noronha, 2008).

Pode-se dizer que os últimos anos do século XIX,

> [...] resultaram na conformação de territórios complexos – campo e cidade –, de territorialidades e também na sobreposição de velhas e novas relações cotidianas com a terra. Por certo, seja no campo, seja na cidade, a constituição desses territórios tem particularidades, influindo no grau de manifestação dessas representações. A formação dos bairros rurais e também urbanos a partir da colonização italiana corrobora a complexidade territorial do município de Jundiaí já na transição dos séculos XIX e XX (Noronha, 2008, p. 56).

Conforme destacado por Noronha (2008), é fundamental ressaltar a transição de uma economia predominantemente agrária para uma economia na qual as atividades secundárias e terciárias são mais expressivas. Langenbuch (1971) revela esse período de transformação. Na década de 1920, a população economicamente ativa (PEA) no setor primário representava 52,8%, enquanto a soma dos setores secundário e terciário equivalia a 47,2%. No entanto, na década de 1940, houve uma inversão desses números: o setor primário passou a corresponder a 42,2%, enquanto o segundo grupo, englobando os setores secundário e terciário, aumentou para 57,8%. Esse padrão reflete a mudança significativa na estrutura econômica do município de Jundiaí ao longo do tempo (Noronha, 2008).

A transformação econômica em Jundiaí está intimamente ligada às mudanças que ocorreram em São Paulo no início do século XX. Entre essas mudanças, destacam-se: “primeiro, o intenso processo de industrialização e, segundo os fatores de circulação como a abertura de estradas, por exemplo, promovendo, mais uma vez, repercussões sobre a organização espacial” (Noronha, 2008, p. 58).

O processo de formação de Jundiaí é marcado por uma complexidade espacial, resultando na formação de vários territórios urbanos que atualmente ultrapassaram os limites geográficos da cidade estabelecidos pelas autoridades municipais para fins de planejamento e equidade territorial. Esse fenômeno, inerente à sociedade capitalista e refletido na urbanização contemporânea, tem destacado a existência de um "campo" que vai além do âmbito agrário e agrícola (Noronha, 2008).

Para entender essa complexidade espacial é necessário responder a seguinte questão: como compreender a dinâmica agropecuária no município de Jundiaí em um cenário em que as atividades industriais, comerciais e de serviços predominam? A questão se torna ainda mais

complexa quando consideramos a dinâmica econômica e social dos agricultores urbanos que participam do Programa Horta Urbana no município.

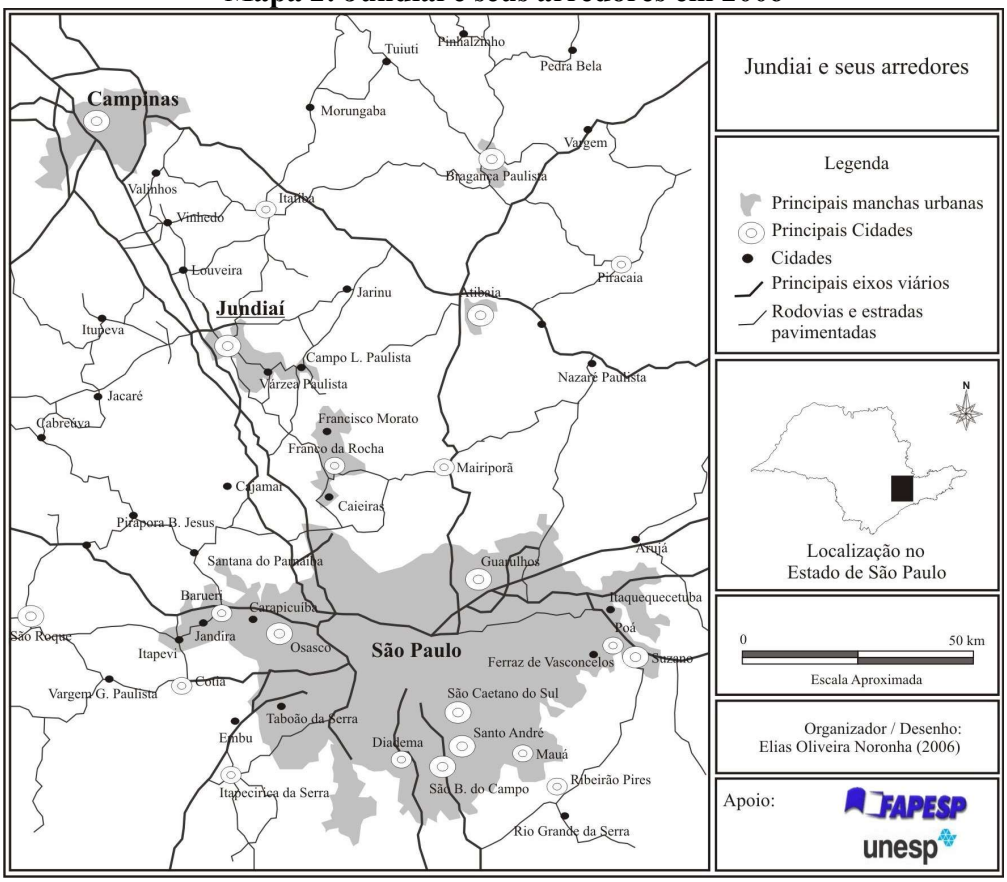
2.2. O processo de industrialização do município de Jundiaí-SP

Partimos da premissa de que o processo atual de urbanização tem dado forma a uma realidade territorial mais intricada. Isso implica que o ambiente no qual o Município de Jundiaí está situado - uma região altamente urbanizada e industrializada - assemelha-se muito aos acontecimentos no contexto da urbanização difusa, conforme descrito por Dematteis (1998) e Sposito (2004) em sua pesquisa sobre os centros urbanos paulistas (Noronha; Hespanhol, 2008).

De fato, um dos elementos distintivos nesse processo, especialmente no contexto regional onde se encontra o Município de Jundiaí (mapa 2), é a descontinuidade territorial das cidades. Esse aspecto, presente no atual desenvolvimento do espaço urbano, resulta em uma cidade cada vez mais dispersa. Além disso, contribui para a formação de uma morfologia urbana caracterizada pelo redesenho do espaço: aumento da área urbana, fragmentação da cidade e intensificação do movimento, motivado pela presença de pontos fixos no território. Como observado por Whitacker (2006), esses aspectos representam uma quebra do modelo tradicional de cidade contínua ou concentrada (Noronha; Hespanhol, 2008).

A abertura e pavimentação da Rodovia Anhanguera nos anos 1940 representou uma mudança significativa na estrutura logística, marcando a transição da predominância do transporte ferroviário para o transporte rodoviário, especialmente acentuada a partir da década de 1950.

Mapa 2: Jundiaí e seus arredores em 2006

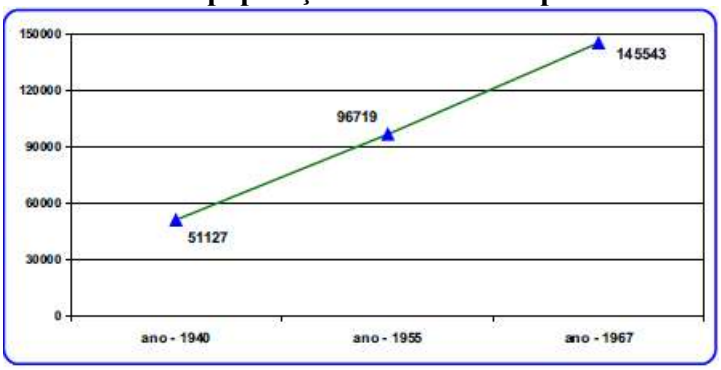


Assim, teve início uma nova era industrial que se estendeu por toda a segunda metade do século XX e continuou até o início do século XXI. A cidade de Jundiaí continuou como ponto de distribuição de mercadorias e como elo entre o interior e o litoral. Mesmo com o declínio das ferrovias, a construção de rodovias importantes ao redor da cidade a transformou em um ponto estratégico para o transporte da produção industrial e para a conexão entre o interior e a capital (Rocha, 2022).

Analisando o cenário regional em que se encontra o município de Jundiaí, fica evidente que as alterações na dinâmica populacional, especialmente após os anos 1950, estão diretamente relacionadas às transformações na estrutura econômica. Esse fenômeno é especialmente marcado pelo intenso processo de industrialização na região (Noronha, 2008).

Na Figura 10 são demonstrados os dados relacionados ao aumento da população total do município de Jundiaí durante o período de 1940 a 1967, um período caracterizado pela implementação das principais indústrias e pela expansão das áreas periféricas da cidade.

Figura 10. Crescimento da população de Jundiaí no período de 1940 – 1967



Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1940, 1955, 1967. Org. Elias Oliveira Noronha (2008).

A análise da Figura 10 revela um aumento notável na população do município de Jundiaí durante o período de 1940 a 1967. Em 1940, o município possuía 51.127 habitantes, número que cresceu continuamente, atingindo 96.719 habitantes em 1955 e 145.543 em 1967, ou seja, se analisarmos o período de 1940 a 1955, temos um aumento da população de 89,2% e o período de 1955 a 1967, temos um acréscimo de 50,4%.

Conforme observado por Noronha (2008), esse aumento constante está diretamente ligado à atração de trabalhadores devido ao desenvolvimento industrial. Esse progresso resultou na criação de um parque industrial diversificado em Jundiaí, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2. Indústrias implantadas no município de Jundiaí nos anos 1950 e 1960

Setor	Número	%	Setor	Número	%
Abatedouro	4	4,7	Gráfica	4	4,5
Mecânica	8	9,5	Têxtil	7	8,3
Alimentos	6	7,1	Química	3	3,6
Madeira	5	5,9	Elétrica	4	4,7
Cerâmica	11	13,1	Plásticos	5	5,9
Metalúrgica	11	13,1	Calçados	2	2,4
Bebidas	5	5,9	Outros setores	9	10,7
Total de indústrias instaladas no período					**84**

Fonte: Revista, “Jundiaí 350 anos”; Org. Alan Da Silva Vinhaes, 2023.

Com base nos dados mostrados na Tabela 2, é possível observar que os principais setores industriais estabelecidos nas décadas de 1950 e 1960 foram a metalurgia e a cerâmica, que juntos representavam 26,2% (22) do total. Outros setores importantes incluíam têxtil, com 8,3% (7), e

alimentício, com 7,1% (6). A distribuição entre esses diversos setores industriais instalados durante os anos 1950 e 1960 reflete a existência de um parque industrial diversificado na região.

Marques (2008) aponta que na década de 1970, foi marcada pela Lei Municipal nº 1945, em emenda à Lei 1598/69, que criou o Distrito Industrial, localizado às margens das rodovias Anhanguera (SP 330) e Bandeirantes (SP 348). O autor acrescenta que:

> O Distrito Industrial foi instalado em área de propriedade municipal e ficaram por conta da municipalidade suas obras de infraestrutura como arruamento, pavimentação, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações, lembrando que os incentivos anteriores de isenção de impostos continuaram. A partir da criação do Distrito Industrial todas as indústrias passaram a se instalar nesta área (Marques, 2008, p. 106).

No Quadro 3 constam as principais indústrias instaladas no município de Jundiaí no período 1970 – 1990, após a criação do Distrito Industrial.

Quadro 3. Indústrias instaladas em Jundiaí no período entre as décadas de 1970 e 1990

INDÚSTRIA	ORIGEM	INICIO DA ATIVIDADE
IMPLEMENTOS YAMASHITA	Brasileira	ABRIL DE 1972
PETRI DO BRASIL S/A	Alemã	ABRIL DE 1973
VINAGRE CASTELO	Brasileira	JULHO DE 1973
APA - Associados de Produtos Alimentícios	Chinesa	SETEMBRO DE 1973
OLINKRAFT - Celulose e Papel	Americana	OUTUBRO DE 1973
ANTENAS JUNDIAÍ	Brasileira	NOVEMBRO DE 1973
Indústrias de Máquinas SOBERANA	Brasileira	FEVEREIRO DE 1973
FANTEX S/A	Japonesa	MAIO DE 1974
KANEBO TEXTIL S/A	Japonesa	JULHO DE 1974
LORD INDUSTRIAL LTDA	Americana	JULHO DE 1974
Indústrias de MEIAS AÇO S/A	Brasileira/Espanhola	JANEIRO DE 1975
WINTER do BRASIL - Ferramentas Ltda.	Alemã	SETEMBRO DE 1975
Caldeiraria YANQUE Ltda.	Brasileira/Americana	MAIO DE 1975
FUNDINOX - Ind. e Com. de Matais Ltda.	Brasileira/Inglesa	JULHO DE 1975
Cia. Brasileira de Caldeiras Mitsubishi - C.B.C	Japonesa	OUTUBRO DE 1976
Revestimentos Industriais FLOCOTÉCNICA	Brasileira	MAIO DE 1976
ERMETO - Equipamentos Industriais Ltda.	Brasileira/Francesa	MARÇO de 1976
PLÁSTICOS JUNDIAÍ Ltda.	Brasileira	MAIO DE 1976
Pré Moldados REAGO Ind. e Com. S/A	Brasileira	MARÇO DE 1979
SPUMA-PAC – Grupo Dow Química	Alemã	SETEMBRO DE 1982
PLACAR S/A – Metalúrgica	Brasileira	NOVEMBRO DE 1984

ITAUTEC Comp. S/A / ADIBORD / ITAUCOM	Brasileira	FEVEREIRO DE 1985
Indústria de Máquinas SIGIMA	Brasileira/Japonesa	NOVEMBRO DE 1986
WHITE MARTINS Gases Industriais S/A	Brasileira	OUTUBRO DE 1989
YOLAT Ind. e Com. de Laticínios (PARMALAT)	Brasileira/ Italiana	JUNHO DE 1991
KLABIN - Papeis e Celulose	Brasileira	SETEMBRO DE 1991
SPAL / COCA COLA Ind. Bras. de Bebidas S/A	Brasileira / Norte americana	NOVEMBRO DE 1991
ELF ATHOCHEM Brasil Química S/A	Francesa	NOVEMBRO DE 1992
AMBEV - Ind. Bras. de Bebidas S/A	Americana	JULHO DE 1994

Fonte: Coordenadoria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Org. Alan da Silva Vinhaes, 2023.

Marques (2008) destaca que a criação do Distrito Industrial foi planejada em uma localização estratégica, próxima às rodovias duplicadas. Isso facilitou o transporte acessível de matérias-primas e mercadorias. Além disso, naquela época, essa área estava afastada do núcleo urbano, uma vez que era essencial manter uma separação clara entre as zonas residenciais e industriais devido às preocupações com a poluição.

Durante as décadas de 1980 e 1990, houve um aumento significativo de indústrias no Parque Industrial. A presença de uma infraestrutura bem estabelecida facilitou a atração de novas empresas para a região.

> [...] na década de 1980, veio se instalar em Jundiaí o Grupo Itautec, unidades de componentes eletrônicos e informática, Jundiaí já contava com empresas do grupo Itaú instaladas na cidade como a Duratex S/A e a Cerâmica Deca que na mesma época expandia duas unidades para o Distrito Industrial. Na década de 1990 instala-se na cidade a indústria da Coca-Cola e a AmBev, atraindo indústrias de insumos como, a instalação da indústria de garrafas plásticas INJEPET, ao lado da Coca-Cola (Marques, 2008, p. 111).

O município de Jundiaí tornou-se um local relevante para a instalação de grandes empresas no setor de alimentos, especialmente no segmento de bebidas. Essas empresas optam por estabelecer suas operações em Jundiaí devido à infraestrutura viária disponível, como as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Além disso, a proximidade com as duas maiores regiões metropolitanas do Estado de São Paulo: Campinas e São Paulo, faz de Jundiaí um ponto estratégico para essas indústrias (Silva, 2014).

O município de Jundiaí se tornou um importante centro para as grandes empresas, como por exemplo: as megas unidades produtivas da Coca-Cola e da AmBev, que estão estrategicamente localizadas entre o município de Jundiaí e de Itupeva (Antigo Distrito de Jundiaí). Essa escolha faz parte das reorganizações produtivas dessas empresas, que envolveram o fechamento de várias fábricas em outras partes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) durante a década de 1990. Essa decisão é um reflexo da reestruturação produtiva em São Paulo, influenciada pelas deseconomias de aglomeração [10]da RMSP. Ambas as empresas optaram por se estabelecer no entorno metropolitano, próximo aos seus principais mercados consumidores (Silva, 2014).

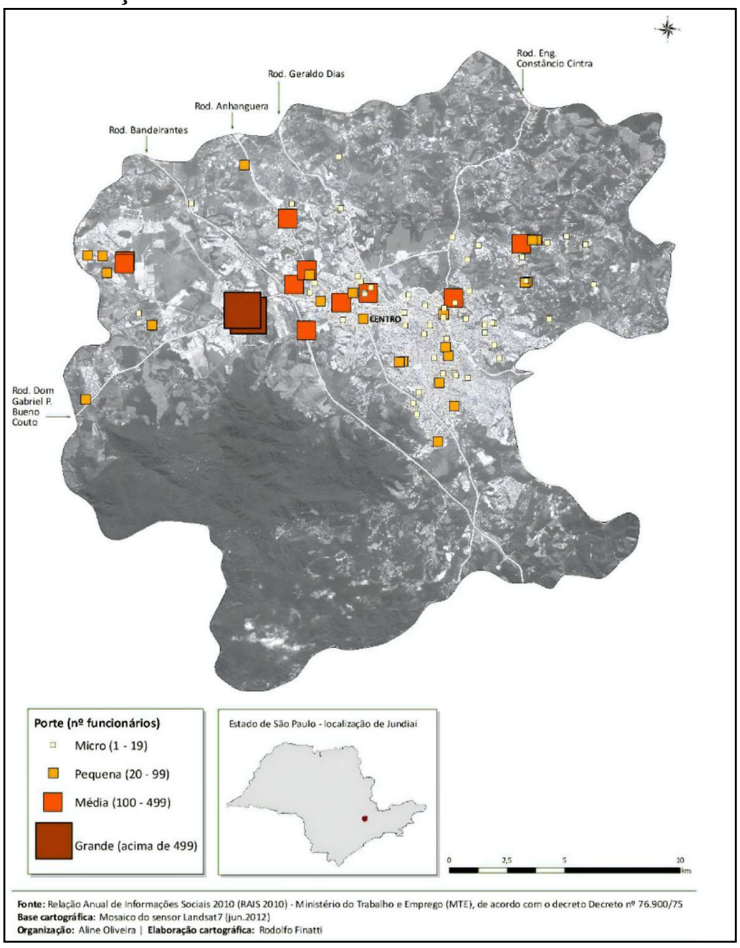
Por outro lado, as pequenas e microempresas de alimentos e bebidas em Jundiaí seguiram um caminho diferente. Muitas delas são empresas familiares, como as vinícolas, que aproveitaram a dinâmica histórica da cidade e estabeleceram-se ali para atender o seu mercado consumidor local. Essas empresas têm uma ligação intrínseca com o território e realizam todas as etapas necessárias para sua sobrevivência dentro da cidade. Elas estabelecem seus próprios circuitos espaciais de produção, operando em uma escala local (Silva, 2014).

O processo de industrialização em Jundiaí resultou na formação de um parque industrial com atividades bastante diversificadas, atualmente dispersas principalmente nas proximidades das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ou seja, nas regiões oeste e central do município, conforme indicado na Figura 4. Em 2002, de acordo com o IBGE, o complexo industrial de Jundiaí alcançou o oitavo maior valor adicionado industrial do estado de São Paulo e o trigésimo do Brasil.

No Mapa 3, é demonstrada a distribuição das empresas em Jundiaí, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2010). É fato que o município possui uma forte presença de empresas de grande, médio e pequeno porte, o que cria uma dinâmica de interação entre o global e o local. Nesse contexto, enquanto as grandes empresas capitalistas utilizam o território para suas operações, as empresas locais coexistem, não sendo afetadas pelo crescimento das inovações tecnológicas e pelas diversas redes que se formam globalmente (Silva, 2014).

[10] As aglomerações urbanas e industriais apresentam, de modo geral, uma série de vantagens que atraem novos investimentos empresariais. Elas representam amplos mercados consumidores e oferecem mão-de-obra abundante e qualificada. A base industrial instalada em uma determinada região e um diversificado setor comercial oferecem bens e serviços que são demandados pelas novas empresas. Esse conjunto de vantagens constitui a chamada "economia de aglomeração", que explica a expansão das aglomerações urbanas e industriais. Contudo, a partir de um certo ponto, essas aglomerações passam a apresentar desvantagens que, do ponto de vista de diversas indústrias, superam as vantagens. Aumentam os custos dos imóveis, a força dos sindicatos gera elevação dos salários, o congestionamento de tráfego amplia os custos dos deslocamentos, as regulamentações municipais geram despesas maiores etc. Essas "deseconomias de aglomeração" ajudam a explicar a chamada " fuga de indústrias" que ocorre em metrópoles de diversos lugares do mundo (Magnoli; Araújo, 2005, p. 425).

Mapa 3. Localização dos Estabelecimentos Industriais em Jundiaí - 2010



Em 2013, o complexo industrial de Jundiaí foi responsável pelo quinto maior valor adicionado industrial no Estado de São Paulo, de acordo com dados do IBGE no estudo "Produto Interno Bruto dos Municípios de 2013". A indústria, incluindo a construção civil, contribuiu com 27,08% para a composição do valor adicionado municipal. Isso destaca a significativa contribuição da indústria, incluindo a construção civil, para o desenvolvimento econômico de Jundiaí naquele ano.

No ano de 2014, o governo federal conduziu um novo levantamento e classificou os tipos de indústrias, bem como o número de plantas industriais instaladas no município de Jundiaí, de acordo com a RAIS, esses dados foram sistematizados na Tabela 3.

Tabela 3. Classificação dos tipos de indústrias e número de unidades em Jundiaí – 2014

SETORES	QUANTIDADE
Extração Mineral	10
Produtos de Origem Vegetal	30
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	150
Indústria Metalúrgica	500
Indústria Mecânica	60
Indústria de Material Elétrico e de Comunicações	110
Indústria de Material de Transporte	70
Indústria da Madeira	24
Indústria de Mobiliário	30
Indústria do Papel e Papelão	88
Indústria da Borracha	10
Indústria de Couros e Peles e de Produtos Similares	01
Indústria Química	260
Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	140
Indústria de Perfumarias, Sabões e Velas	70
Indústria de Produtos de Matéria Plástica	200
Indústria Têxtil	189
Indústria do Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	234
Indústria de Produtos Alimentares	100
Indústria de Bebidas e Álcool Etílico	60
Indústria Editorial e Gráfica	72
Indústrias Diversas	230
TOTAL	**2.637**

Fonte: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, 2014. Org. Alan da Silva Vinhaes, 2023.

Ao examinar a tabela 3, nota-se que em 2014 o município de Jundiaí abrigava um total de 2.637 indústrias. Dentre essas, a metalurgia se destacava como o principal setor, com cerca de 500 indústrias ou 18,9% do total. No entanto, outros setores igualmente importantes estavam presentes na cidade, incluindo Indústrias Químicas (260 ou 9,8%), Indústrias de Produtos de Matérias

Plásticas (200 ou 7,5%), Indústria do Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (234 ou 8,8%), e Indústrias Diversas (230 ou 8,7%).

O município de Jundiaí utiliza a circulação como um princípio fundamental para atrair empresas para seu território. A prefeitura investe continuamente em suas vias de transporte, além de desenvolver novas estratégias de promoção para incentivar a instalação de negócios na região (Silva, 2014).

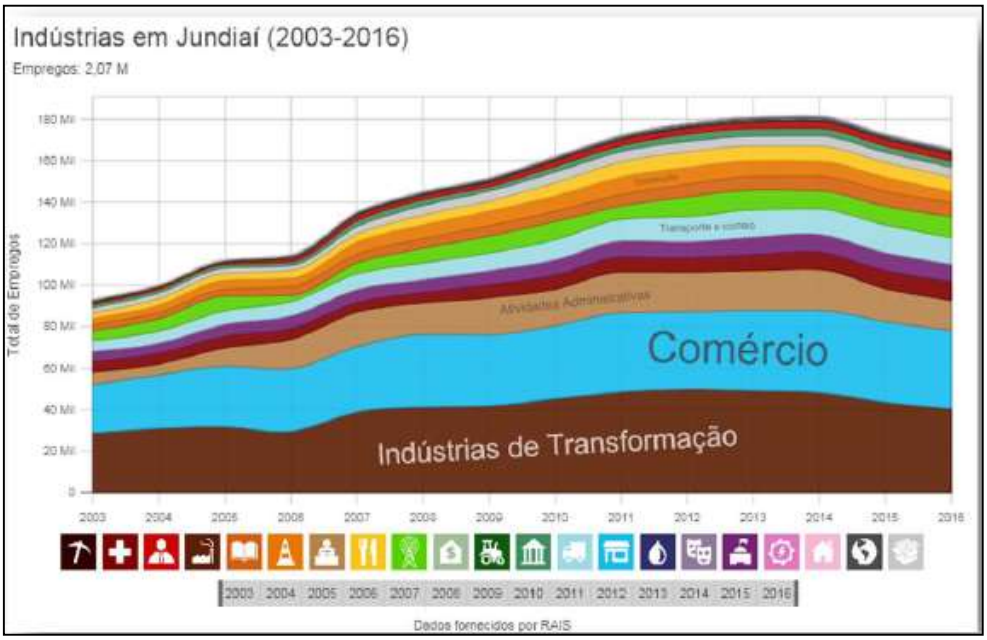
Jundiaí utiliza seu sistema de circulação eficiente como base para estratégias de "*marketing*" próprio, sendo comuns em publicações municipais dizeres como "Excelente local para circulação", "Logística Invejável", "Jundiaí, Terra de Gigantes" e afirmações como "o município está localizado no centro da região mais desenvolvida e rica do Estado de São Paulo", são frequentemente usadas para destacar a localização estratégica de Jundiaí e atrair investidores e empresas para a região. Essas ações de *marketing* enfatizam a infraestrutura de transporte eficiente da cidade e sua posição geográfica privilegiada no estado (Fonseca, 2010, p. 36).

De acordo com dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego,

> [...] foram criados 1.483 empregos formais em Jundiaí no período de janeiro a abril de 2019. O número representa um crescimento de 124% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram geradas 660 vagas com carteira assinada. O levantamento é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os setores de maior destaque seguem sendo a indústria e os serviços. Nos quatro primeiros meses de 2019 já foram criadas 783 vagas formais em fábricas da cidade, enquanto o setor de serviços contribuiu com 1.297 postos. A construção civil, que dá sinais de recuperação, gerou 128 novas vagas no primeiro quadrimestre (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2019).

Na Figura 11, são apresentados os setores que mais geraram empregos em Jundiaí no período de 2003 a 2016, conforme dados da RAIS. A Indústria de Transformação e o Comércio conjuntamente criaram mais de 40 mil empregos no município durante esse período. Esse dado ressalta a importância desses setores na geração de empregos e no desenvolvimento econômico local.

Figura 11. Geração de empregos por setores da economia no município de Jundiaí



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2019, p. 17.

Em 2017, segundo dados do IBGE, Jundiaí possuía o 7º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo, totalizando R$ 39,8 bilhões, com um PIB *per capita* de R$ 105.187,60. Este valor era superior ao de todas as capitais do país e 109% maior do que o PIB *per capita* médio do Estado de São Paulo (IBGE, 2017). Esses números ilustram o vigor econômico do município em comparação com outras regiões do Brasil e do próprio estado. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,822, sendo considerado alto em referência ao Estado de São Paulo (IBGE, 2016).

No ano de 2019, de acordo com dados da Prefeitura Municipal, o município de Jundiaí ocupava a 9ª posição no Produto Interno Bruto (PIB) industrial do Estado de São Paulo e o 7º lugar em termos de PIB na prestação de serviços e comércio. Apesar da relevância dos setores industrial, comercial e de serviços, a agricultura e o espaço rural continuaram a desempenhar um papel importante no processo de formação e consolidação do município. Jundiaí é nacionalmente conhecida como a "capital da uva e do morango", destacando-se por sua produção agrícola, especialmente nessas culturas. Essa herança agrícola é parte integrante da identidade do município, mesmo em meio ao desenvolvimento industrial e urbano (Rocha, 2022).

Na tabela 4 é mostrada a evolução do PIB de Jundiaí entre 2019 e 2020. Nota-se que Jundiaí subiu de posição no Estado, na região Sudeste e no Brasil entre 2019 para 2020, isso reflete

o poder industrial que o município dispõe a seu favor, além da característica geográfica para atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros.

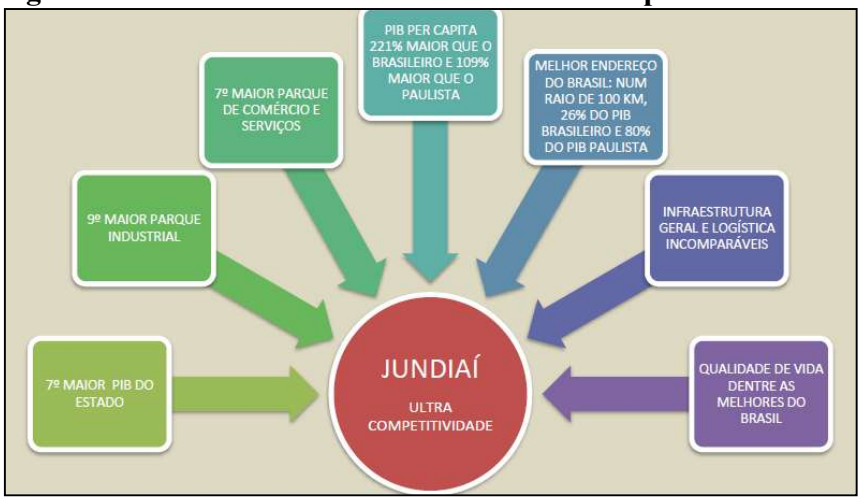
Tabela 4. Evolução do PIB do município de Jundiaí-SP

EVOLUÇÃO DO PIB	2019	VARIAÇÃO	2020
PIB Município – Posição no Estado	7ª	⬇	6ª
PIB Município – Posição na Região Sudeste	9ª	⬇	8ª
PIB Município – Posição no Brasil	17ª	⬇	15ª
PIB Município – Exceto Capitais	6ª	⬇	5ª
PIB per capita – Posição na Região Geográfica Imediata	3ª	〓	3ª
PIB per capita – Posição no Estado	16ª	⬇	15ª
PIB per capita – Posição no Brasil	65ª	⬆	74ª

Fonte: IBGE; Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

Na Figura 12 são mostrados os aspectos realçados pela Prefeitura Municipal de Jundiaí para atrair novos investimentos.

Figura 12. Características econômicas do município de Jundiaí-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2019, p. 2.

Antigos distritos foram elevados a categoria de município, com áreas desmembradas de Jundiaí, principalmente nos anos 1960, mas isto não resultou na perda de sua função central na

região. A criação de municípios independentes não diminuiu sua influência e centralidade regional. Noronha (2008) destaca que, apesar da emancipação de antigos distritos, Jundiaí manteve sua relevância como um centro econômico e cultural na região, continuando a exercer uma função central para as áreas circunvizinhas.

> Nos anos de 1960, movimentos de emancipação política foram concretizados e alguns municípios surgiram, a saber: Jarinu, Várzea Paulista, Itupeva, e Campo Limpo Paulista. Por um lado, tal fato não reduziu o papel atrativo da população migrante desempenhado pelo município de Jundiaí. Por outro, a partir dos anos 1970, o crescimento demográfico – em números relativos – nesses municípios vai ser maior do que no próprio município de Jundiaí. Essa evidência, ainda que parcial, confere a centralidade dos serviços e atividades comerciais desenvolvidas no município, uma vez que os municípios emancipados cresceram na condição de "cidades dormitórios" (Noronha, 2008, p. 65).

Jundiaí possui um total de 2.768 indústrias, incluindo o subsetor da construção civil, conforme dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2019, divulgados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. O setor industrial representa o segundo maior empregador de mão-de-obra formal no município, empregando 171.931 funcionários. Estes números destacam a importância significativa da indústria como um setor vital para a economia de Jundiaí e para o emprego na região (Rocha, 2022).

Na diversidade do parque industrial jundiaiense, destacam-se os setores de:

> Alimentos e Bebidas, com uma das maiores fábricas de refrigerantes do mundo – a Coca Cola, além da Ambev (Pepsi Cola), Vinagre Castelo e Vinagre Toscano, com expressiva participação na produção nacional de vinagre, Sara Lee, Sadia, Frigor Hans, Cereser (que inaugurou no Município, em 2009, a maior linha de produção de espumantes do mundo), Belesso, Passarin e outros; Louças e Cerâmica: Incepa/Roca, Deca, Ideal Standard, também responsáveis por fração expressiva da produção nacional; Papel e Embalagens: Klabin, Injepet, Rexan, Henry Pack, etc.; Autopeças: Mahle Metal Leve, Plascar, EBF Vaz, Neumayer Tekfor, Takata-Petri, Continental, Alpino, Bollhoff, Balzers, Eltek, Eckerle, etc.; Máquinas e Equipamentos: Sifco, Siemens, CBC Indústrias Pesadas, BT International, Husky, Korper, Radio Frigor, Wofgang Loch, GTS Thielmann, etc.; Produtos Químicos: Dow Chemical, National Chemical, Eka Chemicals, Ecopur, AGA S/A, Air Liquide, White Martins, Messer, IBG, etc.; Material Eletrônico: Foxconn, Compal, Arima, etc., Têxtil, Farmacêutica, Construção, Plástico e Borracha, e muitos outros setores (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2021).

O parque industrial de Jundiaí é conhecido por sua diversidade, com uma ampla gama de setores representados. Isso é resultado de décadas de desenvolvimento econômico e industrial na região.

Alguns dos setores industriais presentes em Jundiaí incluem: **Metalurgia e Mecânica**: Empresas que produzem peças metálicas, máquinas e equipamentos, sendo uma parte significativa da indústria local. **Alimentício:** Jundiaí é conhecida nacionalmente como a "capital da uva e do morango", indicando uma forte presença de indústrias alimentícias, incluindo fabricantes de sucos, conservas e produtos derivados de frutas. **Químico e Farmacêutico**: Empresas químicas e farmacêuticas, incluindo fabricantes de produtos químicos, medicamentos e produtos para cuidados pessoais. **Têxtil e Vestuário**: Indústrias de confecção, produção de tecidos e vestuário. **Automotivo**: Empresas relacionadas à fabricação de peças e componentes para a indústria automotiva. **Eletroeletrônicos**: Produção de equipamentos e dispositivos eletrônicos, incluindo aparelhos domésticos e componentes eletrônicos. **Logística e Distribuição**: Devido à localização estratégica de Jundiaí, muitas empresas de logística e distribuição têm operações significativas na região. **Construção Civil**: Empresas de construção, incluindo construção de edifícios, infraestrutura e serviços relacionados (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A diversidade do parque industrial de Jundiaí é um reflexo da economia dinâmica da região. Essa variedade de setores como é demonstrado na tabela 5, contribui para a resiliência econômica da cidade, pois não depende excessivamente de uma única indústria.

Tabela 5. *Ranking* das 50 maiores empresas em Jundiai/SP até 2023

EMPRESA	CAPITAL (R$)
ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZAÇÃO DE TEXTEIS S.A.	R$ 2.285.402.741,00
SOLISTICA	R$ 2.096.850.841,00
MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A.	R$ 1.209.073.558,00
VULCABRAS S/A.	R$ 1.142.547.132,00
ALLIED TECNOLOGIA S.A.	R$ 1.021.574.733,00
PLASCAR S/A	R$ 931.454.939,00
JUNERGY LTDA	R$ 919.383.009,00
PLASCAR COMPONENTES PLÁSTICOS	R$ 838.565.144,00
OKI BRASIL	R$ 785.523.000,00
FIS SOLUÇÕES	R$ 576.442.706,00

ASAP LOG - LOGISTICA E SOLUÇÕES LTDA.	R$ 556.338.615,00
SAINT-GOBAIN DISTRIBUICAO BRASIL LTDA	R$ 537.114.215,00
OMRON HEALTHCARE BRASIL	R$ 511.505.780,00
APTAR JUNDIAI	R$ 484.639.251,00
APS ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA A SAÚDE LTDA	R$ 416.129.079,00
SIEMENS ENERGY	R$ 413.088.386,00
AAK DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE OLEOS VEGETAIS LTDA	R$ 404.876.487,00
VULCABRAS SP COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	R$ 402.995.239,00
AMCOR RIGID PACKAGING DO BRASIL LTDA	R$ 397.875.562,00
SANDVIK MINING AND ROCK TECHNOLOGY	R$ 397.330.000,00
LOCCITANE	R$ 392.206.477,00
JOYSON SAFETY SYSTEMS BRASIL LTDA	R$ 369.488.576,00
CBC INDÚSTRIAS PESADAS S A	R$ 365.136.103,00
BIGNARDI PAPÉIS	R$ 359.626.755,00
ANDRADE & LATORRE PARTICIPAÇÕES S/A	R$ 350.000.000,00
SILGAN DISPENSING SYSTEMS AND PACKAGING DO BRASIL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.	R$ 342.451.704,00
FIDELITY HOLDING LTDA.	R$ 340.715.048,00
FIDELITY PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	R$ 338.402.153,00
DAE	R$ 283.324.025,00
ROCA SANITÁRIOS BRASIL LTDA	R$ 278.648.058,00
SANDVIK COROMANT DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA	R$ 274.010.058,00
NOURYON PULP AND PERFORMANCE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	R$ 266.400.562,00
OXFORD PACKAGING SOLUTIONS DO BRASIL LTDA	R$ 255.323.255,00
JD AGRICULTURA E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS LTDA.	R$ 244.587.067,00
FOXCONN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R$ 234.108.849,00
J M BROS	R$ 220.000.000,00
BERRY HOLDING COMPANY DO BRASIL LTDA.	R$ 214.781.345,00
BERRY ACQUISITION COMPANY DO BRASIL LTDA.	R$ 214.264.970,00
THE FINI COMPANY BRASIL	R$ 203.568.648,00
ARAUJO	R$ 200.005.000,00
GRAHAM PACKAGING DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R$ 197.089.657,00

ADUFÉRTIL	R$ 190.230.112,00
DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA.	R$ 185.918.140,00
KOTHE TRANSPORTES E LOGISTICA	R$ 184.242.008,00
BERRY DO BRASIL LTDA.	R$ 184.153.762,00
DESTRO PARTICIPAÇÕES S.A.	R$ 180.520.832,00
CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S/A	R$ 175.000.000,00
CROWN LIFT TRUCKS DO BRASIL - COMÉRCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA	R$ 157.901.303,00
DOVER DO BRASIL LTDA.	R$ 157.010.973,00
VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA.	R$ 153.062.890,00

Fonte: Empresaqui, 2024.

Na Tabela 5 é evidenciada a gama diversificada de empresas instaladas em Jundiaí. A empresa ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A., que lidera o *ranking*, se constitui na maior lavanderia da América Latina e uma parte essencial do Grupo Elis, uma empresa líder no mercado europeu de lavanderia industrial. O Grupo Elis tem uma presença internacional, operando em 10 países, incluindo França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Suíça, Brasil e Portugal. Com mais de 18.000 funcionários em 159 unidades operacionais, o grupo possui um volume de negócios de aproximadamente 4 bilhões de Reais por ano e atende a mais de 290 mil clientes (Linkedin, 2023).

A empresa *VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL* LTDA, que ocupa a quinquagésima posição no *ranking*, se instalou em Jundiaí no ano de 2018. Ela se dedica à produção de aceleradores lineares, equipamentos essenciais para tratamentos de radioterapia. A instalação da empresa reforça a diversidade industrial em Jundiaí, trazendo uma empresa especializada em tecnologia médica para a região (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2018).

Essas duas empresas, representando setores tão distintos, ilustram a variedade econômica de Jundiaí, desde indústrias têxteis de grande escala até tecnologia médica de ponta, indicando uma economia robusta e diversificada na cidade.

Jundiaí, apresenta uma diversificada paisagem urbana caracterizada por seus bairros, muitos dos quais têm se destacado como polos empresariais. Alguns desses bairros, conforme é demonstrado na tabela 6, como Vila Arens, Distrito Industrial, Anhangabaú, Medeiros, entre outros, abrigam um grande número de empresas de diversos setores. Esses bairros são vitais para o cenário

empresarial de Jundiaí, refletindo seu contínuo desenvolvimento como um importante centro industrial e comercial.

Tabela 6. Bairros com mais empresas em Jundiai/SP em 2023

BAIRRO	NÚMERO DE EMPRESAS
Centro	4.235
Anhangabaú	2.505
Recanto Quarto Centenário	1.197
Parque Residencial Jundiaí	1.064
Medeiros	1.051
Engordadouro	1.006
Parque Residencial Eloy Chaves	985
Vila Vianelo	917
Fazenda Grande	849
Caxambu	844
Vila Arens II	823
Jardim Tamoio	821
Jardim Ana Maria	810
Vila Rio Branco	802
Ponte São João	787
Tulipas	759
Chácara Urbana	753
Jardim do Lago	690
Jardim Pacaembu	671
Distrito Industrial	665

Fonte: Empresaqui, 2024.

O fato do Centro de Jundiaí ter mais empresas do que o distrito industrial pode ser atribuído a várias fatores: História e desenvolvimento urbano: O centro de Jundiaí tem uma história mais longa de estabelecimento comercial e empresarial, remontando a períodos anteriores ao desenvolvimento do distrito industrial. Isso pode ter levado à concentração inicial de empresas na região central.

Há também a questão da diversificação de negócios: O centro de Jundiaí muitas vezes abriga uma variedade de empresas, incluindo comércio varejista, serviços, restaurantes, escritórios e pequenas empresas locais. Essa diversidade pode contribuir para um maior número de empresas em comparação com o distrito industrial, que geralmente se concentra em indústrias específicas e de maior porte físico.

Os incentivos fiscais e as políticas públicas são outros fatores que direcionam a região central ter maior quantidade de empresas, pois o poder público municipal implementa políticas de incentivo e facilidades para a instalação de empresas no centro da cidade, visando revitalizar a área central e promover o desenvolvimento econômico.

A infraestrutura e acessibilidade: O centro de Jundiaí possui uma infraestrutura mais desenvolvida, incluindo redes de transporte público, instalações de estacionamento e acesso a serviços essenciais. Isso atrai empresas que valorizam a acessibilidade para clientes e funcionários.

Por fim, a diversificação de atividades: o distrito industrial é mais especializado em um setor específico da indústria, enquanto o centro da cidade acomoda uma gama mais ampla de atividades econômicas, atraindo um número maior e mais variado de empresas.

É importante ressaltar que as razões podem variar de cidade para cidade e dependem das políticas locais, do histórico de desenvolvimento e das necessidades específicas da comunidade empresarial e no caso de Jundiaí, fica claro a disparidade numérica do Centro em relação ao Distrito Industrial.

A tabela 7 demonstra as empresas localizadas no município de Jundiaí por segmento. Cabe destacar a alta quantidade de empresas que estão vinculadas ao setor “Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente”, essas empresas são capacitadas para

> uma série de tarefas que podem ser realizadas para ajudar as empresas a serem mais eficientes e eficazes. Essas tarefas podem incluir: Organização de arquivos e documentos, Digitação e edição de documentos, Agendamento de compromissos, Gerenciamento de e-mail, Pesquisa e análise de dados, Preparando apresentações e relatórios, Gerenciamento de projetos, Apoio à equipe, etc... (Evercontabil, 2022).

Tabela 7. Empresas em Jundiaí/SP por Segmento (CNAE - Atividade Econômica[11])

TIPO	NÚMERO	(%)
Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	3.361	5%
Promoção de vendas	2.613	4%
Cabeleireiros manicure e pedicure	2.535	3%
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	2.358	3%
Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças municipal	1.742	2%
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	1.718	2%
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	1.455	2%
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	1.329	2%
Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal interestadual e internacional	1.236	2%
Lanchonetes, casas de chá de sucos e similares	1.131	2%
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	1.065	1%
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	1.030	1%
Restaurantes e similares	1.017	1%
Obras de alvenaria	985	1%
Instalação e manutenção elétrica	879	1%
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	870	1%
Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	793	1%
Condomínios prediais	708	1%
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	701	1%
Atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica	695	1%
Serviços de organização de feiras congressos exposições e festas	655	1%

Fonte: Empresaqui, 2024.

[11]O CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é um sistema padronizado de classificação de atividades econômicas utilizado no Brasil. Ele é utilizado para categorizar as atividades das empresas e estabelecer um padrão na coleta, organização, análise, apresentação e disseminação de informações estatísticas relacionadas às atividades econômicas no país.

As empresas em Jundiaí/SP, assim como em todo o Brasil, são classificadas por segmento de atividade econômica usando o CNAE. As empresas são classificadas, por códigos, pela CNAE, por tipo de atividade que ela realiza. Esses códigos são usados em vários contextos, incluindo registros empresariais, pesquisas econômicas e estatísticas, planejamento governamental e análises de mercado.

Por exemplo, diferentes códigos de CNAE podem representar atividades como indústria de alimentos, comércio varejista de roupas, prestação de serviços de saúde, entre muitos outros. Cada código de CNAE é específico para um tipo de atividade econômica e ajuda a categorizar as empresas de acordo com a natureza de suas operações.

Essa classificação é fundamental para compreender a estrutura econômica de uma região, identificar setores em crescimento, analisar a concorrência no mercado e fornecer informações valiosas para o planejamento econômico e empresarial (Empresaaqui, 2024)

É importante ressaltar que o município de Jundiaí tem uma economia diversificada, o que contribui para sua resiliência econômica e seu papel como um centro empresarial no interior do estado de São Paulo. O perfil das empresas na cidade pode continuar a evoluir com o tempo em resposta às mudanças econômicas e às demandas do mercado.

2.3. As condições sociais do município de Jundiaí

A análise das condições sociais de Jundiaí proporciona uma visão detalhada da estrutura social do município. As informações demográficas revelam uma diversidade significativa em termos de idade, composição familiar e níveis educacionais. Além disso, dados socioeconômicos indicam uma relativa estabilidade econômica, com setores como comércio, serviços e indústria desempenhando papéis preponderantes na sustentação do tecido social.

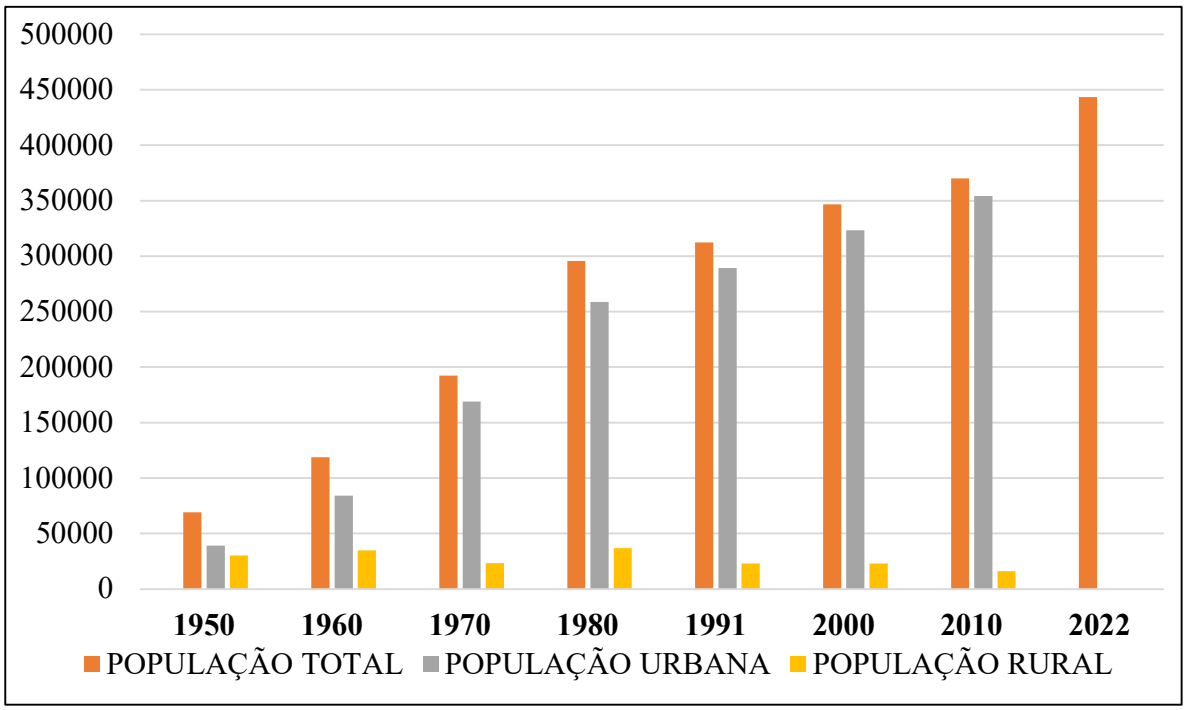
No contexto social, é relevante observar também a presença de instituições culturais, educacionais e de assistência social que desempenham um importante papel na sociedade. A análise dos indicadores sociais de Jundiaí não apenas oferece uma compreensão da dinâmica demográfica local, mas também destaca áreas potenciais para intervenções e melhorias na qualidade de vida da população, pois de acordo com o IBGE (2017), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,822, sendo considerado alto em referência ao Estado de São Paulo.

O município de Jundiaí tem

> uma das melhores qualidade de vida do Estado de São Paulo. É conhecida como "cidade saudável", título conferido pela Universidade de Toronto, do Canadá. Para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Estado de São Paulo, o município figura em segundo lugar, para cidades com mais de 300.000 habitantes, e o quarto lugar no ranking geral entre os 645 municípios do Estado, para o mesmo indicador (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Além das mudanças ocorridas no âmbito da estrutura populacional devido às modificações no quadro econômico, é possível perceber alterações também no perfil da população rural e urbana (Gráfico 1).

Gráfico 1. População Total, Rural e Urbana no município de Jundiaí (1950-2022)



Fonte: IBGE (Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 2000, 2010 e 2022). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2023.

A partir das informações apresentadas no Gráfico 1 é possível chamar a atenção para dois aspectos: **primeiro**, o declínio, em números absolutos e relativos, da população rural entre 1950 e 2010, passando de 33.144 (47,9%) para 15.922 (4,3%) habitantes e, **segundo** o expressivo crescimento da população urbana.

O crescimento populacional de Jundiaí tem sido notável desde a década de 1950, refletindo o desenvolvimento econômico e a urbanização do município. Na década de 1950, Jundiaí começou a se industrializar, o que atraiu migrantes em busca de oportunidades de emprego, resultando em um aumento significativo da população. Esse crescimento se manteve constante nas décadas seguintes, impulsionado pela expansão industrial e pela melhoria da infraestrutura urbana.

Durante as décadas de 1970 e 1980, Jundiaí continuou a ter um crescimento populacional, com a implantação de novas indústrias e o desenvolvimento do setor de serviços. A construção de rodovias importantes, como a Via Anhanguera e a Rodovia dos Bandeirantes, também contribuiu para a atração de empresas e moradores, consolidando Jundiaí como um importante polo econômico e logístico no estado de São Paulo.

No período posterior aos anos 1970 houve o crescimento do número de pessoas vivendo na cidade de Jundiaí. Em 1950, o número de pessoas vivendo na área urbana correspondia a 39.014 (56,4% do total).

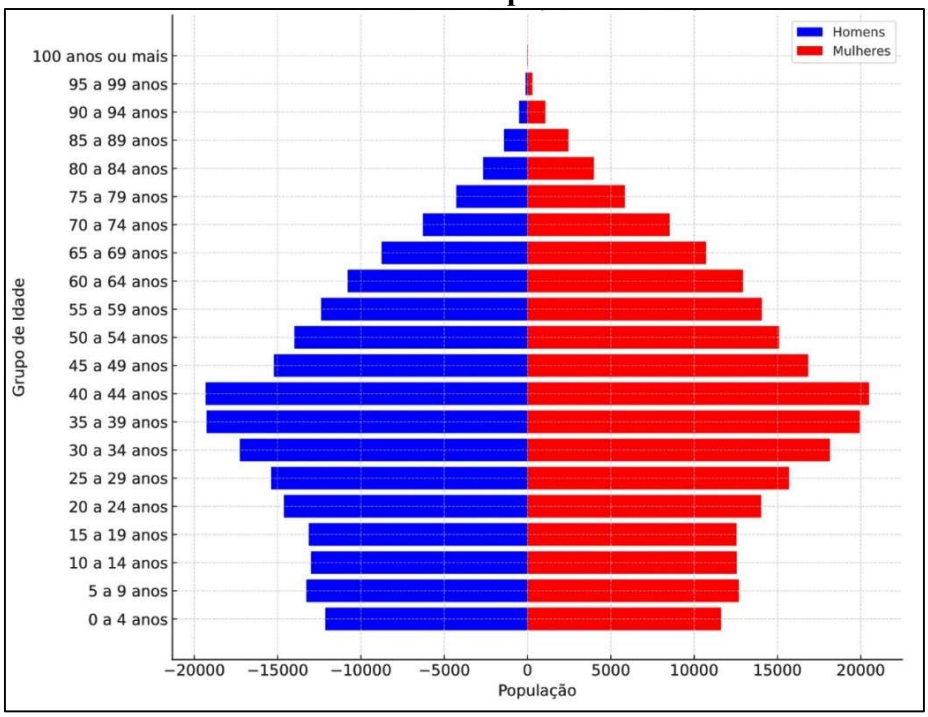
Nos anos 1990 e 2000, a população de Jundiaí continuou a crescer de forma expressiva. O município investiu em infraestrutura urbana, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida e atraindo novos moradores. Este período foi marcado por um desenvolvimento equilibrado entre os setores industrial, comercial e de serviços, o que reforçou a atratividade da cidade.

De 2010 a 2022, o crescimento populacional de Jundiaí manteve-se em ritmo acelerado, com a população superando os 440 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE. Este aumento contínuo reflete tanto o crescimento natural da população quanto a migração interna, motivada pela oferta de emprego, qualidade de vida e a proximidade com a capital paulista.

Cabe destacar que o Censo Demográfico de 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não obteve resultados específicos referentes à distribuição da população urbana e rural. Essa lacuna representa um obstáculo significativo para a análise detalhada das condições de vida e das necessidades diferenciadas entre os residentes de áreas urbanas e rurais. A ausência desses dados compromete a formulação de políticas públicas, o planejamento urbano e rural, bem como a alocação adequada de recursos. A distinção entre populações urbanas e rurais é importante para o desenvolvimento de estratégias de intervenção que atendam às particularidades de cada grupo, e a falta dessas informações limita a eficácia das ações governamentais direcionadas a essas populações.

No gráfico 2 são apresentados dados referentes a estrutura etária da população do município de Jundiaí, nota-se que a densidade demográfica e a taxa geométrica de crescimento da população são superiores à média do Estado de São Paulo.

Gráfico 2. Pirâmide Etária do município de Jundiaí – Censo de 2022



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2022). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A pirâmide etária de Jundiaí, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, revela uma estrutura populacional que reflete tanto o envelhecimento quanto a dinâmica de crescimento populacional. A base da pirâmide, correspondente à população jovem (0-14 anos), mostra uma proporção relativamente menor em comparação com as faixas etárias intermediárias, indicando uma tendência de redução na taxa de natalidade ao longo dos anos. Esse padrão é comum em regiões mais urbanizadas e desenvolvidas, onde fatores como acesso à educação e planejamento familiar influenciam a decisão de ter filhos. As faixas etárias de adultos jovens (15-34 anos) ainda são significativas, refletindo a atratividade da cidade para famílias e trabalhadores em busca de oportunidades econômicas.

No entanto, as faixas etárias superiores (35-64 anos e 65 anos ou mais) têm mostrado um crescimento, sinalizando um processo de envelhecimento populacional. A proporção crescente de idosos (65 anos ou mais) é particularmente relevante, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para o atendimento dessa população, como serviços de saúde especializados, acessibilidade e programas de bem-estar social. Esse envelhecimento demográfico impõe desafios,

que precisa se adaptar para garantir uma infraestrutura adequada e promover a qualidade de vida para todas as idades, especialmente para os idosos que necessitam de maior suporte e cuidados.

No gráfico 3, é apresentada a taxa de alfabetização no município de Jundiaí, cabe destacar que 360.549 (98%) pessoas são alfabetizados e apenas 7.427 (2%) não são alfabetizados.

Gráfico 3. Taxa de Alfabetização de Jundiaí – 2022



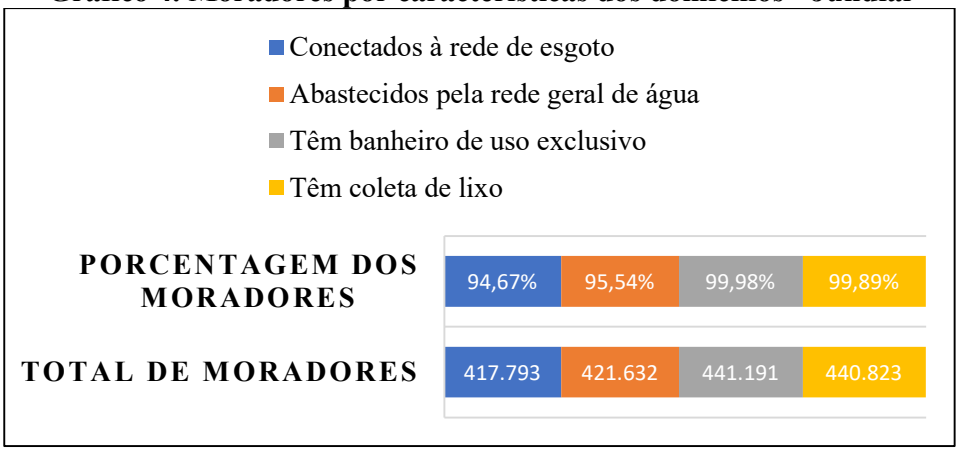
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2022). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A taxa de alfabetização em Jundiaí (gráfico 3), conforme os dados do Censo Demográfico de 2022, destaca-se como uma das mais elevadas do estado de São Paulo, atingindo 97% da população com 15 anos ou mais. Esse indicador reflete o resultado de políticas educacionais eficazes e o investimento contínuo na melhoria da qualidade do ensino básico e médio na cidade.

Além disso, programas de educação de jovens e adultos (EJA) têm desempenhado um papel importante na inclusão daqueles que, por diversos motivos, não concluíram a educação formal em idade regular. A elevada taxa de alfabetização em Jundiaí é indicativa de um ambiente propício para o desenvolvimento socioeconômico, pois uma população alfabetizada está melhor equipada para participar ativamente do mercado de trabalho, além de ter maior acesso a informações e oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

A implementação dos serviços de coleta de lixo e tratamento de esgoto, abastecimento pela rede geral de água, emerge como uma necessidade imperativa em ambientes urbanos, e Jundiaí não constitui uma exceção a esta regra, conforme se verifica no gráfico 4.

Gráfico 4. Moradores por características dos domicílios - Jundiaí



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2022). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O Censo Demográfico de 2022 revela que Jundiaí apresenta altos indicadores em termos de infraestrutura domiciliar, refletindo a qualidade de vida dos seus moradores. No que diz respeito ao abastecimento de água, a maioria dos domicílios é servida pela rede geral de abastecimento, garantindo acesso confiável e seguro à água potável. Segundo os dados, mais de 95% das residências estão conectadas à rede pública, o que demonstra a eficiência dos serviços municipais de saneamento básico e a prioridade dada ao fornecimento de recursos hídricos de qualidade para a população. A disponibilidade de água tratada e de fácil acesso é fundamental para a saúde pública e o bem-estar dos cidadãos, conforme destacado por Silva *et al.*, (2023), que argumenta que o acesso universal à água potável é um dos principais indicadores de desenvolvimento humano.

Em termos de coleta de lixo, Jundiaí também se destaca positivamente, com mais de 99% dos domicílios atendidos por serviços regulares de coleta de resíduos sólidos. Este alto índice de cobertura reflete a eficácia das políticas municipais de gestão de resíduos e a infraestrutura bem estabelecida para lidar com a geração de lixo urbano. A coleta sistemática de lixo é essencial para a manutenção da higiene e salubridade dos espaços urbanos, prevenindo doenças e contribuindo para a preservação do meio ambiente. A coleta eficiente de resíduos sólidos desempenha um papel fundamental na sustentabilidade das cidades, contribuindo para a redução da poluição e a melhoria da qualidade de vida. Em cidades como Jundiaí, onde mais de 99% dos domicílios têm acesso a serviços regulares de coleta, a gestão de resíduos é um reflexo de políticas públicas eficazes que buscam preservar o meio ambiente e promover a saúde pública. A gestão adequada permite minimizar os impactos negativos do descarte inadequado, como a contaminação do solo e da água,

e possibilita a reciclagem e reutilização de materiais, promovendo uma economia mais sustentável (Bio Resíduos Ambiental, 2023; Academia Lixo Zero, 2023).

A coleta adequada de resíduos sólidos não apenas salvaguarda a saúde pública, mitigando riscos de contaminação e proliferação de doenças, mas também contribui para a preservação ambiental, evitando a poluição do solo e corpos d'água. Da mesma forma, o tratamento adequado de esgoto é essencial para prevenir a contaminação hídrica, protegendo recursos naturais essenciais e promovendo a sustentabilidade ambiental (Soler, 2021). Além dos benefícios sanitários e ambientais, a implementação eficaz desses serviços é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que comunidades com infraestrutura de saneamento básico tendem a atrair investimentos e promover uma qualidade de vida mais elevada para seus residentes.

Além disso, a infraestrutura sanitária de Jundiaí é altamente desenvolvida, com 99,98% dos domicílios possuindo banheiros exclusivos e sendo conectados à rede de esgoto. A conexão à rede de esgoto é vital para o manejo adequado dos efluentes domésticos, evitando a contaminação do solo e dos corpos d'água.

Dados do Censo Demográfico de 2022 indicam que aproximadamente 99% das residências em Jundiaí têm acesso a essas facilidades, o que é um indicador claro do progresso em saneamento básico. A infraestrutura de esgoto adequada não só melhora as condições de saúde pública, mas também contribui para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável da cidade. Como aponta Silva (2014), a universalização do saneamento básico é fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável e para a promoção da saúde coletiva.

A execução da coleta e do afastamento de esgoto no município de Jundiaí é realizada pela DAE Jundiaí. O tratamento do esgoto, por sua vez, é conduzido pela Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ), mediante concessão pública.

O sistema de saneamento básico da cidade tem se destacado nacionalmente, sendo reconhecido pelo Instituto Trata Brasil como um dos mais eficientes do país. Esse reconhecimento é resultado de investimento que remonta à criação do Comitê de Estudos e Recuperação do Rio Jundiaí (Cerju) em 1984 (DAE Jundiaí, 2024).

O Cerju, uma iniciativa conjunta entre o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Jundiaí, a DAE, a Cetesb e diversas indústrias locais, tinha como objetivo principal promover a despoluição do Rio Jundiaí. Nesse contexto, buscou-se eliminar o despejo de esgoto *in natura* nos cursos d’água da cidade e afastar os efluentes a céu aberto das áreas urbanas. À época,

Jundiaí era responsável por aproximadamente 84,8% das 50 toneladas de poluentes lançados no rio diariamente (DAE Jundiaí, 2024).

As obras de despoluição tiveram início em 1985 e consistiram, em grande parte, na instalação de coletores tronco, interceptores e emissários ao longo do Rio Jundiaí e de seus principais afluentes, como os córregos Tanque Velho, Guapeva, Colônia, Vila Joana, Guanabara, Primavera e Walquírias. Esses sistemas foram integrados à rede pública coletora de esgoto, totalizando cerca de 52 quilômetros de extensão (DAE Jundiaí, 2024).

No início da década de 1990, o projeto de saneamento de Jundiaí enfrentou limitações financeiras, que inviabilizaram a instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Apesar disso, o projeto executivo da estação foi elaborado, com base nas tecnologias recomendadas pela Cetesb. Diante desse cenário, a administração municipal optou por conceder os serviços de tratamento de esgoto a empresas privadas, em troca da construção e operação da ETE. Esse processo foi discutido com a sociedade, culminando em uma audiência pública realizada em dezembro de 1994 (DAE Jundiaí, 2024).

Em 1996, a Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ) venceu o processo licitatório para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto de Jundiaí, que foi inaugurada em setembro de 1998 (DAE Jundiaí, 2024).

Com a operação da ETE (figura 13), o esgoto tratado passou a ser despejado no Rio Jundiaí de forma ambientalmente adequada. Além disso, a estação incorporou um sistema de compostagem, no qual o lodo de esgoto é transformado em um produto registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse material, devidamente higienizado, é utilizado como insumo agrícola em cultivos de cana-de-açúcar e eucalipto, em áreas devidamente autorizadas (DAE Jundiaí, 2024).

Figura 13. Estação de Tratamento de Esgoto Jundiaí, operada pela Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ)

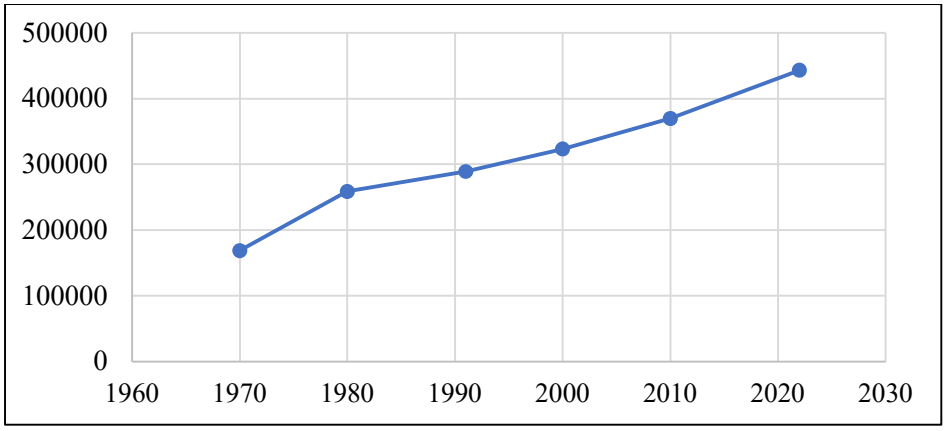


Fonte: DAE Jundiaí, 2024.

No gráfico 5 é exposto o crescimento populacional de Jundiaí entre 1970 e 2022, e reflete uma trajetória marcada por transformações significativas na dinâmica demográfica do município. Durante as últimas décadas do século XX, Jundiaí experimentou um crescimento acelerado impulsionado por fatores como a industrialização, a migração de trabalhadores em busca de oportunidades e o desenvolvimento econômico. Durante este período houve uma expansão urbana expressiva, acompanhada pelo estabelecimento de infraestrutura e serviços públicos para atender à crescente demanda populacional.

Ao longo das últimas duas décadas, Jundiaí continuou a sua trajetória de crescimento, embora, mais moderada. O desenvolvimento econômico, a diversificação de setores produtivos e a melhoria da qualidade de vida contribuíram para a manutenção do atrativo da região.

Gráfico 5. Crescimento Populacional do Município de Jundiaí-SP



Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2022). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

No próximo subitem iremos trabalhar com os dados do Censo Agropecuário, como instrumento essencial de coleta de dados estatísticos sobre a agricultura e a pecuária. Em Jundiaí, a condução periódica do Censo Agropecuário oferece uma visão abrangente da estrutura agrícola local, incluindo informações sobre a extensão das propriedades, as práticas agrícolas adotadas, a distribuição das culturas cultivadas e o perfil dos produtores rurais.

Estes dados não apenas fornecem subsídios para a formulação de políticas agrícolas mais eficazes, mas também facilitam o monitoramento das mudanças nas atividades agropecuárias ao longo do tempo.

Além disso, o Censo Agropecuário contribui para a promoção da transparência, ao oferecer informações para a implementação de programas de desenvolvimento rural e para a tomada de decisões informadas por parte dos agentes públicos, pesquisadores envolvidos na gestão do meio rural em Jundiaí, um desses programas é o Programa Horta Urbana. Analisaremos a sua função, características, aspectos e particularidades, levando em conta o papel do poder público municipal e também da população que é beneficiária do Programa.

2.4. Dinâmica agropecuária do município de Jundiaí

A região de Jundiaí, situada no interior do estado, destaca-se pela agricultura e agroindústria. Renomada por suas culturas frutíferas, notadamente uvas e morangos, a área também abriga vinícolas e empresas dedicadas ao processamento de alimentos. A situação geográfica

favorável contribuiu para o florescimento dessas atividades, consolidando Jundiaí como um importante polo na produção e transformação de produtos agrícolas na região.

As alterações na configuração da produção agropecuária em Jundiaí estão intrinsicamente ligadas ao seu processo de formação territorial, especialmente caracterizado pelo desenvolvimento das práticas agropecuárias (Rocha, 2022).

Especificamente, o cultivo da uva emergiu como elemento central nesse contexto, predominando em pequenas propriedades rurais de caráter familiar no final do século XIX. Este fenômeno não apenas redefiniu as dinâmicas agrícolas locais, mas também propiciou a formação de bairros rurais como resultado da concentração dessas atividades vitivinícolas. A agricultura familiar, centrada no cultivo da uva, não só moldou a paisagem produtiva, mas também desempenhou um papel na estruturação territorial, destacando-se como um elemento precursor na trajetória histórica e econômica de Jundiaí (Noronha, 2008).

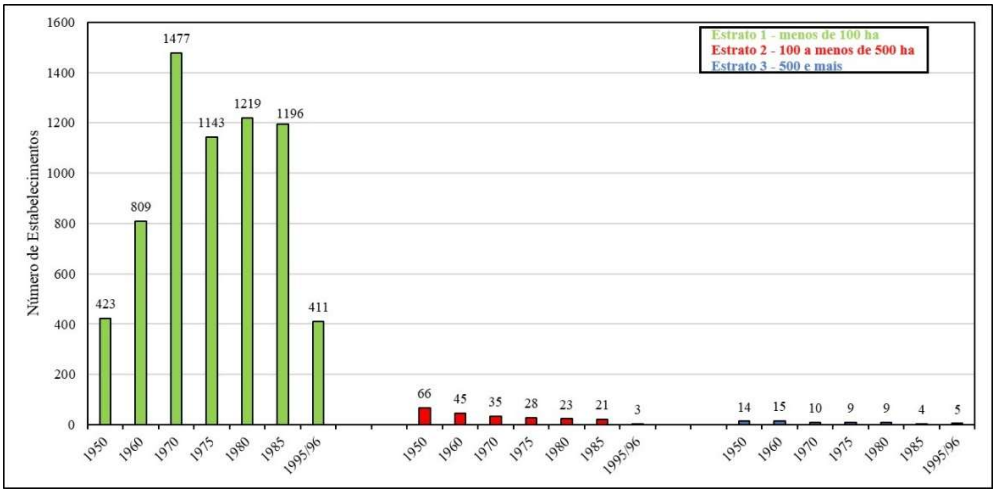
Do ponto de vista histórico, um componente distintivo no desenvolvimento territorial do município de Jundiaí é a influência preponderante do colono imigrante como agente central desse processo. Este período histórico foi caracterizado pela formação de uma estrutura fundiária notadamente definida pelo predomínio de pequenas propriedades. Essa transição foi desencadeada pelo declínio da grande propriedade dedicada ao cultivo de café, e a subsequente ascensão de um modelo agrícola mais diversificado. Nesse novo contexto, destaca-se a centralidade do trabalho familiar como fundamento essencial para as atividades agrícolas (Noronha, 2008).

Dessa maneira, ao final do século XX, o município de Jundiaí revela uma realidade agrária intrincada, moldada por transformações no meio rural e influenciada por duas dinâmicas distintas. Em primeiro lugar, o processo de industrialização desempenhou um papel significativo, evidenciado pela implementação de uma robusta infraestrutura de comunicações e transportes que conecta os principais centros urbanos regionais e os distritos industriais locais (Noronha, 2008).

Essa evolução infra estrutural não apenas impactou as atividades agrícolas, mas também teve implicações amplas na interação entre os meios rural e urbano. Em segundo lugar, a urbanização, notadamente a partir da década de 1950, emergiu como um fator determinante, provocando mudanças substanciais na paisagem e na estrutura socioeconômica de Jundiaí, conforme observado por Noronha (2008). Essas dinâmicas interconectadas delinearam uma complexidade na realidade agrária municipal, sinalizando uma transição multifacetada impulsionada por fatores industriais e urbanos ao longo do século XX.

Em relação às mudanças no espaço rural do município de Jundiaí, são demonstrados dados no Gráfico 6, sobre a estrutura fundiária do município no período de 1950 a 1995/96.

Gráfico 6. Número de estabelecimentos agropecuários no município de Jundiaí segundo grupos de área total (1950 - 1995/96)



Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O gráfico 6, apresenta a distribuição do número de estabelecimentos agrícolas no Brasil ao longo de diferentes períodos, divididos em três estratos de tamanho de área: menos de 100 hectares (ha), entre 100 e menos de 500 ha e 500 ha ou mais. Nota-se um aumento significativo no número de estabelecimentos do Estrato 1 (menos de 100 ha) entre 1960 e 1970, passando de 423 para 1477 estabelecimentos. Esse aumento é um reflexo das políticas agrárias e do processo de fragmentação fundiária, como discutido por Noronha (2008), que destacou a expansão da agricultura familiar e o crescente número de pequenos produtores como consequência das políticas de reforma agrária e de redistribuição de terras nesse período.

Por outro lado, o número de estabelecimentos do Estrato 2 (100 a menos de 500 ha) apresentou uma trajetória de estabilidade até o período de 1975, quando se observa uma ligeira queda, e continuou declinando até 1995/96. Isso indica a concentração de terras em propriedades maiores, pois houve um aumento da concentração fundiária em mãos de poucos proprietários. Segundo Noronha (2008), essa tendência reflete as limitações das políticas públicas em garantir a sustentabilidade de médios estabelecimentos diante da pressão por expansão das grandes propriedades.

Adicionalmente, o gráfico 6 evidencia a baixa representatividade de estabelecimentos com mais de 500 ha (Estrato 3) ao longo dos anos. A partir de 1980, os dados mostram uma diminuição progressiva nesse tipo de propriedade. Essa queda pode ser explicada tanto pela fragmentação de grandes propriedades, como discutido por Noronha (2008), quanto pela incapacidade de algumas dessas fazendas de se manterem competitivas frente à modernização agrícola e às mudanças econômicas, como a crise do setor agrícola e a abertura do mercado nos anos 1990.

O gráfico retrata, a transformação estrutural do setor agrícola brasileiro nas últimas décadas, marcada pela fragmentação dos pequenos estabelecimentos e pela redução das grandes propriedades. Esse cenário se alinha com a análise de Noronha (2008), que sugere que as políticas públicas não foram suficientemente eficazes para estabilizar a agricultura familiar e combater a concentração de terras, resultando em um cenário de alta desigualdade agrária no Brasil.

Portanto, se entende que um caminho interpretativo é a identificação de dois ritmos distintos, “um primeiro que vai até 1970, em que há um aumento significativo do número de estabelecimentos agropecuários e, um segundo, pós 1970, que ocorre ao contrário, ou seja, a diminuição do número de estabelecimentos. Entre 1970 e 1995/96 houve uma diminuição de 1.103 estabelecimentos agropecuários” (Noronha, 2008, p. 75).

Conforme os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), o município de Jundiaí abrigava 747 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área total de 21.212 hectares. Em contraste, os registros do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 indicam uma notável diminuição nesse cenário, com o município apresentando 399 estabelecimentos, ocupando uma área total de 8.182 hectares. Essa análise evidencia um ritmo acentuado de redução no número de estabelecimentos agropecuários no período mais recente, revelando mudanças significativas na configuração da atividade agropecuária em Jundiaí ao longo dessa década.

A redução no número de estabelecimentos agropecuários emerge como a principal característica da estrutura fundiária do município de Jundiaí. Importante salientar que tal fenômeno foi conduzido pelo processo de desconcentração fundiária, o qual, no entanto, não resultou na eliminação dos grandes estabelecimentos agropecuários. De maneira geral, esse processo revelou duas dinâmicas fundamentais: em primeiro lugar, a diminuição da extensão territorial dos grandes estabelecimentos; em segundo lugar, o fracionamento, desencadeando o desenvolvimento do

processo de minifundiarização[12], especialmente entre os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, conforme destacado por Noronha (2008). Essa evolução na estrutura fundiária de Jundiaí aponta para transformações significativas na organização agrária, sinalizando uma reconfiguração que impacta não apenas a distribuição de terras, mas também aspectos socioeconômicos e ambientais do município (Noronha, 2008).

A minifundiarização, fenômeno caracterizado pela subdivisão de grandes propriedades rurais em unidades menores, tem implicações profundas para o desenvolvimento rural e a sustentabilidade agrícola. Do ponto de vista teórico, a minifundiarização pode ser analisada através de várias lentes, incluindo a teoria da modernização, que vê a fragmentação da terra como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e tecnológico das áreas rurais. Pequenos estabelecimentos agrícolas frequentemente enfrentam desafios significativos, como acesso limitado a crédito, tecnologia e mercados, o que pode perpetuar ciclos de pobreza e baixa produtividade (Rostow, 1960). A teoria da reforma agrária, por outro lado, sugere que a redistribuição de terras pode empoderar pequenos agricultores, melhorar a segurança alimentar e promover a equidade econômica, embora a fragmentação excessiva possa comprometer a viabilidade econômica das propriedades (Lipton, 1977). Compreender a minifundiarização requer uma abordagem interdisciplinar que considere tanto os fatores estruturais quanto as dinâmicas locais e institucionais.

Consequentemente, percebe-se que as alterações na estrutura fundiária de Jundiaí foram marcadas predominantemente pelo fenômeno da minifundiarização. No entanto, é relevante ressaltar que esse processo não anulou a ocorrência simultânea de concentração de terras, conforme apontado por Noronha (2008).

A análise da tabela 8, intitulada "Utilização das Terras nos Estabelecimentos Agropecuários (em hectares) 1950, 1975, 1996, 2006 e 2017", fornece dados sobre a distribuição e evolução das áreas destinadas a diferentes atividades agrícolas ao longo de décadas significativas, desde meados do século XX até o século XXI. Ao examinar os números apresentados nesta tabela, é possível identificar padrões e tendências que refletem não apenas as transformações na economia

[12] A minifundiarização refere-se ao processo pelo qual grandes propriedades rurais são subdivididas em unidades menores de terra, resultando em um aumento de pequenos estabelecimentos agrícolas. Esse fenômeno pode ser observado em várias partes do mundo, especialmente em regiões em que a terra é um recurso escasso. A minifundiarização tem implicações significativas para a economia rural, a sustentabilidade agrícola e o desenvolvimento social (Rocha, 2022).

agrícola, mas também os impactos das políticas públicas e das condições ambientais ao longo do tempo.

Tabela 8. Utilização das Terras nos Estabelecimentos Agropecuários (em hectares) 1950, 1975, 1995/96, 2006 e 2017

Tipos de Uso	1950 Área	1975 Área	1995/96 Área	2006 Área	2017 Área
Lavouras Permanentes	2.935	3.716	1.876	3.451	1.675
Lavouras Temporárias	3.021	1.774	877	864	850
Pastagens	9.760	7.458	3.084	2.728	3.909
Matas e Reservas Naturais	3.373	3.460	2.260	7.756	6.304
Subtotais por período	19.089	16.408	8.097	14.799	12.738

Fonte: IBGE (Censos Agropecuário: 1950; 1975; 1995/96; 2006 e 2017). Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Após uma análise da Tabela 8, constata-se que o ano de 1950 registra a maior extensão territorial ocupada pelos diferentes usos da terra, totalizando 19.089 hectares, enquanto, que o ano de 1996 apresenta a menor área ocupada, com 8.097 hectares. Observa-se que as lavouras permanentes, representadas principalmente por culturas como café, laranja, uva e banana, mantêm uma participação relativamente maior em comparação com outros tipos de uso da terra, com exceção das pastagens e matas e reservas naturais em 2006 e 2017. No entanto, as lavouras temporárias, como cana-de-açúcar, feijão, milho e algodão, têm demonstrado uma tendência de declínio desde a década de 1950. O mesmo padrão decrescente é observado nas áreas de pastagens, que ocupavam 9.760 hectares em 1950 e diminuíram para 3.909 hectares em 2017. Por fim, a utilização das terras para matas e reservas naturais apresentou um aumento significativo, passando de 3.373 hectares em 1950 para 6.304 hectares em 2017.

A análise da evolução do uso das terras nos estabelecimentos agropecuários em Jundiaí, conforme os dados na tabela 8, demonstra variações significativas na ocupação do solo ao longo das décadas. A redução expressiva das áreas destinadas às lavouras permanentes e temporárias, bem como das pastagens, contrasta com o aumento das áreas de matas e reservas naturais, especialmente a partir de 2006. Essa mudança pode ser explicada por fatores como a intensificação do processo de urbanização, a expansão de áreas protegidas e políticas ambientais mais rigorosas.

No entanto, a hipótese de que essa diminuição também se deve à emancipação de distritos de Jundiaí deve ser analisada com base em evidências documentais e geográficas. De fato, Jundiaí

passou por processos de desmembramento territorial ao longo do século XX. Municípios como Louveira (1963), Várzea Paulista (1965) e Itupeva (1965) eram anteriormente distritos de Jundiaí e tornaram-se independentes (Prefeitura Municipal de Itupeva, 2022). A emancipação desses territórios resultou na redução da área total do município, o que inevitavelmente impacta as estatísticas agrícolas agregadas de Jundiaí ao longo dos censos. A diminuição das áreas agrícolas em Jundiaí não se deve apenas a transformações estruturais no uso da terra, mas também à redefinição de seus limites municipais.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município de Jundiaí, as principais áreas agrícolas concentram-se principalmente na região norte do perímetro urbano, onde se encontram a maioria dos bairros rurais, caracterizados pela presença de pequenas propriedades. Enquanto isso, nas demais áreas do município estão localizadas as grandes explorações voltadas para atividades como o reflorestamento (Rocha, 2022).

Os bairros rurais são originários do processo de fracionamento das fazendas que cultivavam café e estão localizados "nas encostas de pequenas bacias hidrográficas e, por isso, são reconhecidos a partir do codinome geográfico. A título de exemplo tem-se: Bairro do Caxambu em virtude da presença do Córrego do Caxambu; Bairro da Roseira em virtude da presença do Córrego da Roseira, dentre outros" (Noronha, 2008, p. 82).

A produção agropecuária é realizada preponderantemente pela Agricultura Familiar em Jundiaí, representada majoritariamente por pequenas e médias propriedades, onde os agricultores e suas famílias residem e trabalham. O município possui um total de 1.578 Unidades Produtoras, com 95% destas possuindo até 50 hectares. A extensão territorial municipal abrange 432 km², dos quais 320 km² compreendem a Zona Rural. Este território inclui a emblemática Serra do Japi, além dos territórios dos bairros rurais. A prática agrícola, voltada para o abastecimento dos mercados local e regional, constitui uma tradição intrínseca à história do município, remontando ao século XVII, durante os primórdios de seu povoamento (Jornal de Jundiaí, 2018).

Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma pressão crescente para a ocupação urbana dessas áreas, resultante da acelerada urbanização e industrialização. Essa transição representa um desafio para a preservação da tradição agrícola local, promovendo reflexões sobre a sustentabilidade e coexistência harmônica entre os setores rural e urbano, bem como, a preservação de práticas agrícolas ancestrais em face das dinâmicas contemporâneas (Jornal de Jundiaí, 2018).

Em Jundiaí, a preservação das áreas rurais constitui um dos pilares fundamentais, sustentado por princípios que se ancoram tanto nos benefícios econômicos, como nos empregos diretos e indiretos gerados pelas atividades agrícolas, quanto na salvaguarda de características ambientais distintivas. Este comprometimento também se justifica pela necessidade de assegurar o abastecimento local com produtos hortifrutigranjeiros de qualidade, perpetuando a tradição de oferecer à população alimentos frescos e saudáveis (Jornal de Jundiaí, 2018).

A Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT) assume um papel preponderante nesse contexto, incumbida da coordenação, fiscalização e manutenção do sistema de abastecimento em Jundiaí. Essa entidade desempenha um papel na promoção da interlocução efetiva entre os setores público e privado, visando à preservação do equilíbrio entre as atividades agrícolas e os interesses urbanos, fortalecendo, a sustentabilidade e resiliência do agronegócio local (Jornal de Jundiaí, 2018).

Diante da análise com o uso do trabalho de campo, foi possível observar de forma mais concreta as limitações e desafios enfrentados pela Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT) em Jundiaí. Durante a pesquisa de campo, foram identificados diversos obstáculos que impactam diretamente a eficácia das ações da UGAAT. Entre eles, destacam-se a falta de recursos humanos e financeiros, que comprometem a capacidade da unidade de realizar suas atividades de forma abrangente e eficiente. Além disso, foi evidente a existência de uma complexa teia de interesses políticos e econômicos que muitas vezes dificultam a tomada de decisões em prol do equilíbrio entre o meio rural e urbano.

Outro aspecto observado durante o trabalho de campo foi a lacuna na comunicação e colaboração entre os diversos atores envolvidos no sistema de abastecimento. As relações entre o setor público, representado pela UGAAT, e o setor privado, incluindo agricultores, comerciantes e empresários, muitas vezes se mostraram a falta de diálogo construtivo. Essa falta de conexão prejudica não apenas a eficiência das operações relacionadas ao abastecimento, mas também a busca por soluções sustentáveis e inclusivas para os desafios enfrentados pelos agricultores.

Em suma, a análise com base no trabalho de campo destaca a necessidade premente de fortalecer a capacidade institucional da UGAAT e promover uma maior colaboração e participação entre os diversos atores envolvidos no sistema de abastecimento.

A reputação de Jundiaí como produtora de uvas, embora emblemática, é apenas um aspecto da rica diversidade agrícola que caracteriza a Zona Rural do município. Além das uvas, a

produção local engloba variedades notáveis como a tangerina poncã, o caqui, o pêssego, bem como uma ampla gama de legumes e verduras. Essa diversificação ressalta a resiliência e adaptabilidade da agricultura local, que continua a evoluir em resposta às demandas dinâmicas do mercado e às preferências do consumidor local (Jornal de Jundiaí, 2018).

A Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT) desempenha uma importante função nesse contexto, dispondo de um corpo técnico especializado para atender às necessidades dos produtores municipais. Além de fornecer orientações, a UGAAT trabalha para disseminar inovações e técnicas modernas, visando o aprimoramento contínuo da prática agrícola no município. Dentre as suas responsabilidades, destacam-se as ações e políticas de agronegócio, abastecimento e fomento ao turismo no município, suportada pela seguinte estrutura orgânica básica: Núcleo de Planejamento, Gestão e Finanças; Departamento de Agronegócio; Departamento de Abastecimento; Departamento de Fomento ao Turismo e a Unidade de Entregas Setorial (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A UGAAT, ao fomentar a comercialização dos produtos rurais do município, desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade econômica dos agricultores locais, consolidando, a interseção entre a preservação das tradições agrícolas e a inserção dinâmica no contexto contemporâneo de produção e comercialização agrícola (Jornal de Jundiaí, 2018).

Jundiaí se destaca por apresentar uma grande diversificação em suas atividades agrícolas, destacando-se, sobretudo, na fruticultura. A cultura da Uva Niágara, configurando-se como a principal atividade agrícola no município, em mais de 550 propriedades. Essa concentração reflete não apenas a relevância econômica da viticultura local, mas também sua significativa contribuição para a identidade agrícola da região (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

A horticultura em Jundiaí está estruturada na produção de folhosas, destacando-se a produção de alface e almeirão, além de hortaliças de frutos. Essa diversificação produtiva reflete a adaptação da agricultura local às demandas do mercado e à preferência do consumidor por produtos frescos e de alta qualidade. Isso se reproduz na constituição de várias políticas públicas em que o município dispõe a fim de atender a essa demanda, sendo uma delas o Programa Horta Urbana, nosso objeto de estudo.

Além disso, as áreas de pastagens desempenham um papel complementar fundamental na ocupação agrícola, enriquecendo a paisagem agrícola e contribuindo para a sustentabilidade do setor. Essa abordagem diversificada da agricultura em Jundiaí não apenas promove a resiliência

econômica, mas também solidifica a posição do município como um polo agrícola dinâmico e adaptável (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Um exemplo do papel da UGAAT, no município de Jundiaí, é a entrevista realizada por um proprietário que possui mais de 60 mil pés de uva, o agricultor João Bardi que cita o cultivo protegido em "Y"[13] como um exemplo de inovação implementada em sua propriedade no bairro Jundiaí Mirim. "Embora exija um pouco mais de investimento, essa técnica eleva a produtividade e, no fim, acaba compensando", diz. "Apesar de toda a tecnologia disponível, o fator mais relevante continua sendo o clima. Se o tempo não ajudar fica muito complicado produzir de forma competitiva", pondera. Além da uva, Bardi produz em sua propriedade ameixa, banana e caqui. Como comercializa salada de frutas, ele construiu um espaço isolado na propriedade onde é feito o processamento dos produtos que são vendidos em uma barraquinha no Paço Municipal e também diretamente na propriedade. O agricultor emprega 15 pessoas no local (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Por fim, apesar do avanço no processo de diversificação produtiva, a cultura da uva mantém sua proeminência como o principal produto agrícola no município de Jundiaí, atribuída à sua natureza familiar e cultural. A celebração anual da Festa da Uva destaca-se como um indicador significativo dessa importância. Além de proporcionar um espaço para os produtores rurais apresentarem e comercializarem seus produtos vinícolas e derivados, o evento também desempenha um papel na promoção comercial da cultura da uva. Esse esforço contribui para a consolidação da reputação de Jundiaí como a "terra da uva de mesa" no Estado de São Paulo, como destacado por Noronha (2008). Essa tradição não apenas fortalece os laços culturais e familiares ligados à produção da uva, mas também solidifica a identidade agrícola distintiva do município.

No ano de 2024, foi realizada a 39ª Festa da Uva e 10ª Expo Vinhos de Jundiaí, e de acordo com o prefeito Luiz Fernando Machado, a festa recebeu 242 mil pessoas nos quatro finais de semana e movimentou financeiramente R$ 32 milhões de reais em vendas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

[13] O cultivo protegido em "Y" é uma técnica introduzida e adaptada pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC) para as condições do estado de São Paulo e consiste em associar o cultivo em sistema "Y" com o cultivo protegido da uva. No estado, o cultivo de uva de mesa, principalmente a Niágara Rosada, costuma utilizar o sistema de condução em espaldeira, uma espécie de cerca com três fios de arame, onde as plantas são conduzidas. Esse sistema é bastante simples com custo relativamente baixo. Por outro lado, o cultivo em "Y" associado ao protegido aumenta a produtividade em até 100% e diminui até 70% a incidência de doenças. Nessa técnica, os mourões são mais altos com estruturas em "Y", que permitem que a arquitetura da planta seja modificada (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

"A festa reuniu 220 expositores e 48 entidades beneficiadas e mais de 900 artistas locais contratados para as apresentações musicais, espalhadas nos cinco palcos temáticos e pelas ruas do Parque, além de ter comercializado mais de 90 mil quilos de frutas". (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Os demais 4,2 mil quilos de frutas que ficaram expostas durante o evento, foram doados para o Fundo Social de Solidariedade de Jundiaí (FUNSS), que transferiu os produtos para organizações assistenciais da cidade (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Por fim, no ano em que a Festa da Uva completou 90 anos, há planejamento da Prefeitura Municipal de Jundiaí para o ano de 2025, pois

> conseguimos encantar as pessoas e difundir a importância da uva para a economia e cultura da cidade. Recebemos público de 406 cidades, 26 estados e 30 países. Além disso, recebemos 408 ônibus turísticos e na Festa as Agências de Turismo Receptivo da cidade levaram 1.500 turistas para conhecer um pouco de nossas rotas turísticas. O sucesso vem com muito trabalho e, com os principais atores, faremos os ajustes necessárias para planejar um evento ainda mais especial em 2025", avalia Eduardo Alvarez (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Na Figura 14 é possível observar o *slogan* de divulgação da Festa da Uva no município no ano de 2024.

Figura 14. *Slogan* da 39ª Festa da Uva em Jundiaí



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

O primeiro final de semana da 39ª Festa da Uva e 10ª Expo Vinhos de Jundiaí foi

> um sucesso de público e crítica. Segundo dados levantados pela organização, 53.933 pessoas prestigiaram os quatro primeiros dias de festividades, aumento de 7,5% em comparação ao ano passado. Em 2023, 50.152 visitantes passaram pelo parque nos primeiros quatro dias. Foram registrados, em 2024, visitantes de 196 cidades, 22 estados e do Distrito Federal, o que reforça a potência do evento em âmbito nacional (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Em síntese, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em Jundiaí têm desempenhado um importante papel na preservação das tradições agrárias locais. Ao incentivar a diversificação produtiva e proporcionar apoio técnico, o município demonstra um comprometimento em fortalecer a resiliência e a competitividade dos agricultores familiares. A realização de iniciativas como a Festa da Uva, além de valorizar a produção local, fomenta também o orgulho cultural e a identidade rural de Jundiaí.

No próximo capítulo iremos abordar o conceito de políticas públicas e os programas em que o município de Jundiaí dispõe para o âmbito de produção de hortaliças ou vendas de produtos hortifrutigranjeiros a população local[14]. Também nesse capítulo iremos pautar o Programa Horta Urbana e o papel da UGAAT na elaboração e execução dessa política pública.

[14] Hortifrutigranjeiros é uma atividade ligada a plantação de hortaliças, legumes e frutas, sendo uma ótima fonte de renda para pequenas propriedades (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, 2016).

CAPÍTULO 3

ENTRE O URBANO E O RURAL: A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO EXPRESSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DO TERRITÓRIO

"A agricultura urbana não é apenas uma tendência, é uma necessidade global para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade nas cidades." (Autor Desconhecido).

A compreensão da AUP exige, antes de tudo, um olhar sobre o território e as suas múltiplas dimensões — material, simbólica, social e política. O território, entendido não apenas como recorte físico, mas como espaço produzido por relações de poder, de trabalho e de pertencimento, constitui a base sobre a qual as práticas agrícolas urbanas e periurbanas se desenvolvem.

Discutir as definições e tipologias da AUP implica reconhecer que ela é, ao mesmo tempo, expressão de um modo particular de uso do território e de uma resposta social às transformações que as cidades contemporâneas impõem sobre o espaço e sobre os sujeitos que nele vivem.

A AUP requer uma abordagem que ultrapasse a visão simplificada de práticas agrícolas inseridas em meio à cidade. Trata-se de um fenômeno multidimensional, que envolve dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, e cuja relevância se intensifica à medida que os espaços urbanos se expandem, transformando-se em territórios híbridos, onde o rural e o urbano se entrelaçam de maneira complexa.

A AUP não deve ser reduzida a uma prática meramente complementar ao abastecimento alimentar, mas entendida como um elemento constitutivo das dinâmicas territoriais contemporâneas e das novas formas de reapropriação da cidade pelos seus habitantes.

Ao longo das últimas décadas, o tema ganhou destaque no contexto global, impulsionado por desafios como o crescimento demográfico, a urbanização acelerada e a busca por sistemas alimentares mais sustentáveis. Cidades de diversas partes do mundo passaram a incorporar a agricultura em suas políticas públicas, reconhecendo seu potencial de mitigar desigualdades sociais, promover segurança alimentar e nutricional, e fortalecer laços comunitários.

No item 3.1, será abordado o papel da AUP no contexto global, enfatizando suas múltiplas funções e as experiências internacionais que consolidaram esse campo de prática e pesquisa, sobretudo em países em desenvolvimento, onde a AUP tem se mostrado estratégica para o enfrentamento da pobreza urbana e da insegurança alimentar.

No caso brasileiro, a AUP adquire contornos particulares, influenciados pela herança agrária, pelos processos de industrialização e urbanização desigual, bem como pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e à economia solidária.

A análise permitirá identificar como o programa dialoga com os conceitos discutidos ao longo do capítulo — em especial a multifuncionalidade da AUP, sua contribuição à segurança alimentar e sua dimensão identitária —, evidenciando as especificidades de um modelo de gestão que alia práticas tradicionais à modernização do espaço urbano.

Em síntese, este capítulo busca articular teoria e prática, escalas globais e locais, para compreender a AUP como expressão contemporânea das relações entre cidade, território e sociedade. Mais do que uma atividade produtiva, a AUP se revela um fenômeno que de resistências, pertencimentos e novas formas de habitar o espaço urbano.

3.1. As Definições e Tipologias da Agricultura Urbana e Periurbana

A AUP tem se consolidado como uma estratégia para enfrentar os desafios da segurança alimentar e da sustentabilidade nas cidades modernas. De acordo com Mougeot (2006), a incorporação de práticas agrícolas em ambientes urbanos não apenas melhora o abastecimento de alimentos frescos e saudáveis, mas também contribui significativamente para a resiliência das cidades frente às mudanças climáticas.

Assim, "desde o final do século passado até os dias atuais, a disseminação das hortas urbanas reascendeu essas preocupações, mesmo entre muitos segmentos da população urbana, pouco interessados em ecologia" (Azevedo *et al.*, 2020, p. 2).

Azevedo *et al.,* (2020, p.11) destacam que é importante

> (...) enfatizar que a agricultura é considerada uma das atividades econômicas mais antigas da história da humanidade. Mais do que isso, é uma prática social que se relaciona com várias outras dimensões da vida cotidiana e da própria existência, ou seja, está imbuída e articulada com a cultura em suas multifaces, com a alimentação, celebrações e festas (colheita, por exemplo), crenças (eventos e fenômenos da natureza, como estações da lua e do sol), etc. Em relação à manifestação desse fenômeno na cidade, sua origem remonta à própria história da urbanização, porque na medida em que as cidades foram se expandindo, a agricultura continuou existindo ou até mesmo expande-se dentro e/ou ao redor dos espaços urbanos em expansão em todo o mundo, como uma estratégia de garantia, sobretudo, como base alimentar para a população da cidade.

A AUP não é uma ideia recente. Desde os primeiros centros urbanos, construções e práticas agrícolas coexistem para atender às demandas da comunidade. Em períodos de crise, especialmente econômica, quando o desemprego e as baixas remunerações prevalecem, a AUP ganha relevância, desempenhando um papel de suporte às populações mais vulneráveis (Malta, 2010 *apud* Velasco; Kuhn, 2015).

A AUP tem mostrado uma capacidade significativa de contribuir para a diversificação e fortalecimento das estratégias de planejamento e gestão urbana. A AUP pode ser definida como às

práticas agrícolas desenvolvidas dentro ou nas proximidades das áreas urbanas, voltadas tanto para o autoconsumo quanto para o abastecimento de mercados locais. Essa forma de agricultura inclui a produção de hortaliças, frutas, criação de pequenos animais, além de atividades de cultivo em espaços reduzidos, como hortas comunitárias e telhados verdes. Segundo Mougeot (2000), a AUP desempenha um papel importante na segurança alimentar das cidades, especialmente para as populações de baixa renda, uma vez que oferece acesso direto a alimentos frescos e de baixo custo, além de contribuir para a melhoria da dieta.

Por sua vez, a AUP é praticada nas zonas limítrofes[15] das cidades, em áreas rurais adjacentes, e se caracteriza por um maior uso de terra e técnicas agrícolas mais intensivas em comparação com a agricultura urbana. Esse tipo de agricultura visa não apenas o consumo local, mas também o abastecimento de cadeias de distribuição maiores. Para De Zeeuw, Van Veenhuizen e Dubbeling (2011), a agricultura periurbana contribui para a economia local, reduz os custos de transporte de alimentos e mitiga os impactos ambientais associados à urbanização, ao mesmo tempo em que promove a ocupação sustentável das terras periurbanas.

A AUP, com suas diversas engrenagens, facilita fluxos que demonstram intensas relações entre o espaço rural e a cidade. A cidade, apesar de sua aparência estática, assume diferentes funções conforme as situações se alteram (Ferreira e Castilho, 2007).

O espaço urbano é composto por um conjunto de elementos que têm autonomia de existência pelas estruturas físicas que os constituem, como ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação e calçamentos. No entanto, esses elementos não possuem autonomia de significação, pois novas funções frequentemente substituem as antigas, impondo-se e exercendo-se continuamente (Santos, 1988).

A definição de AUP para Rosa (2011, p. 3-4), perpassa por uma "variedade de categorias de análise que buscam a diferenciação do conceito, afim de que aquela se torne um objeto de investigação distinto da agricultura praticada no meio rural, bem como objeto de políticas públicas específicas".

A *United Nations Development Programme* (UNDP) destaca a relevância da AUP pois traz "significativamente para o desenvolvimento socioeconômico das cidades e em todo o mundo. Em várias economias, principalmente nas em desenvolvimento, é uma das maiores indústrias

[15] "Limítrofes" refere-se a algo que está localizado nas fronteiras ou divisas de uma área, ou seja, adjacente a um limite geográfico. No contexto urbano, áreas limítrofes são aquelas que ficam nas bordas ou regiões vizinhas de uma cidade, como as zonas periurbanas, que fazem a transição entre o ambiente urbano e o rural (Ferreira, 2010, p. 211).

produtivas urbanas. Nas cidades de baixa renda, é a principal geradora de empregos" (UNDP, 1996, p. 3-4) (tradução nossa).[16]

Rosa (2011, p. 3-4) relata que o conceito mais utilizado na literatura atualmente sobre o tema da AUP, é o formulado por Mougeot (2000), pois o autor "se posiciona pela evolução do termo baseado tanto na sua funcionalidade externa quanto na coerência interna, alertando para o cuidado que se tem que ter com a popularização do uso do termo, pois pode deixar de se consolidar como uma ferramenta útil".

Mougeot (2000, p. 5), apresenta o conceito de AUP como

> (...) a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.

O conceito de AUP abrange diversos elementos que transcendem a organização externa e os limites físicos da produção. Essa atividade se manifesta como um conceito multidimensional que inclui a produção, transformação e prestação de serviços de maneira segura, gerando produtos agrícolas (como hortaliças, frutas, plantas medicinais e ornamentais, cultivadas ou obtidas por meio do extrativismo) e pecuários (pequeno, médio e grande porte) destinados ao autoconsumo, trocas, doações ou comercialização. Utiliza de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais (como solo, água, resíduos, mão-de-obra e conhecimentos). Essas atividades podem ser realizadas em espaços urbanos ou periurbanos, vinculados às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e integrados à gestão territorial e ambiental das cidades (Santandreu; Lovo, 2007).

Para o governo federal brasileiro, a AUP

> (...) é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação, a comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas [...] e pecuários [...] voltados ao autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais [...]. Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões

[16] (…) significantly to the socio-economic development of towns and cities throughout the word. In several economies, particularly developing ones, it is one of the largest urban productive industries. In low-income cities, it is a prime generator of jobs (UNDP, 1996, p. 3-4).

> metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (BRASIL, 2007, p. 6).

Rosa (2011, p. 4) expõe que a AUP "varia de acordo com os tipos de atividades econômicas, sua localização, tipos de áreas em que é praticada, sua escala e sistema de produção, suas categorias de produtos e a destinação desses produtos".

A figura 15 demonstra uma visão detalhada dos principais componentes que constituem a agricultura urbana, destacando sua complexidade e multifuncionalidade. No centro, a agricultura urbana é identificada como o núcleo, circundado por seis elementos-chave: destinação, atividades econômicas, localização, áreas, escala e produtos. Cada um desses componentes representa uma dimensão que deve ser considerada para entender e implementar a agricultura urbana de maneira eficaz e sustentável.

Figura 15. Definições da agricultura urbana



Fonte: Mougeot (2000, p. 3)

Como abordado na figura 15, "o conceito de agricultura urbana está associado a produção, entretanto, os conceitos mais atuais inserem também o processamento e a comercialização, e as interações entre todas essas fases" (Vinhaes, 2021, p. 58).

A destinação refere-se aos diferentes objetivos que a agricultura urbana pode atender, como a produção de alimentos para consumo próprio, comercialização ou doação. As atividades

econômicas associadas abrangem desde a geração de renda adicional até a criação de empregos diretos e indiretos. Essa capacidade de impulsionar a economia local é, especialmente em áreas urbanas em que as oportunidades de emprego podem ser limitadas. Autores como Mougeot (2005) destacam que a integração da agricultura urbana nas políticas de desenvolvimento econômico pode trazer benefícios significativos para as comunidades urbanas.

"Na agricultura urbana, a produção e a venda (e também o processamento) tendem a estar mais interrelacionados no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápido" (Mougeot, 2000, p. 3).

A localização e as áreas designadas para a agricultura urbana são igualmente importantes. A escolha do local influencia diretamente a viabilidade dos projetos agrícolas, incluindo fatores como a disponibilidade de água, qualidade do solo e acesso a mercados.

Já o critério tipo de áreas varia de um autor para outro. Para Mougeot (2000, p. 4):

> há o critério da área com relação à residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ou com relação ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); ou com relação à modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, direito consuetudinário ou transação comercial); ou com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional, etc.).

Mougeot (2000, p. 3-4) destaca que poucos estudos realizam uma verdadeira diferenciação entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou,

> se o fazem, usam critérios muito variados. Os que consideram essas diferenças têm usado como critérios, para definir a "agricultura intra-urbana", o número de habitantes; a densidade mínima; os limites oficiais da cidade (Gumbo e Ndiripo, 1996; Murray, 1997); os limites municipais da cidade (Maxwell e Armar-Klemesu, 1998); o uso agrícola da terra zonificada para outra atividade (Mbiba, 1994); e a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas (Aldington, 1997).

A diversidade das áreas – que pode incluir telhados, terrenos baldios, parques e até mesmo varandas – demonstra a adaptabilidade da agricultura urbana às condições específicas disponíveis. Além disso, a escala das operações, que pode variar desde pequenas hortas comunitárias até fazendas urbanas comerciais, permite uma abordagem flexível que pode ser ajustada de acordo com os recursos disponíveis e as necessidades da comunidade. De acordo com Mougeot (2000), a

adaptação da escala é essencial para maximizar os benefícios sociais e ambientais da agricultura urbana.

No quesito de sistemas e escalas de produção, "geralmente, o esforço investigativo se concentra nas micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares, em oposição às empresas de grande escala, nacionais ou internacionais" (Mougeot, 2000, p. 4).

Os conceitos em relação aos tipos de produto costumam destacar a produção de alimentos para consumo humano ou animal. Além disso,

> também se diferenciam os tipos de colheita (grãos, raízes, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas e outras); e os tipos de animais (galinhas, coelhos, cabras, carneiros, bovinos, suínos, hamsters, peixes etc.) produzidos. Dentro da categoria de produtos alimentícios, as definições podem enfatizar as hortaliças, perecíveis, mas com preços relativamente mais valorizados; e os produtos de origem animal, in natura ou processados. Porém não se deve excluir a categoria dos produtos não alimentícios do conceito de agricultura urbana, pois isso truncaria a compreensão mais ampla do que seja a agricultura nas cidades. A maioria das definições de agricultura urbana inclui a produção agrícola tanto para autoconsumo como para algum tipo de comércio. Geralmente ambos os objetivos são visados pelos produtores, ou nos lares em que se pratica a agricultura urbana. Algumas pesquisas recentes têm focalizado a produção orientada especificamente para a exportação, e assim, ajuda a ver o desempenho econômico da agricultura urbana e suas vantagens comparativas com relação a outras fontes de abastecimento, tanto do ponto de vista do produtor como do consumidor (Mougeot, 2000, p. 4-5).

Por fim, os produtos resultantes da agricultura urbana vão além dos alimentos frescos. Incluem também plantas ornamentais, ervas medicinais e outros produtos que contribuem para a biodiversidade e bem-estar das comunidades.

O principal aspecto no qual a agricultura urbana difere da rural, no entanto, é o ambiente, pois a agricultura urbana "pode ser realizada em qualquer ambiente urbano ou periurbano, podendo ser praticada diretamente no solo, em canteiros suspensos, em vasos, ou onde a criatividade sugerir" (Roese, 2003, p. 1).

A AUP estimula a

> produção orgânica de alimentos nos grandes centros urbanos, aproveitando as áreas ociosas para promover o plantio de hortaliças, ervas medicinais e aromáticas, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e instalação de microagroindústrias. As *urban farms* (fazendas urbanas) podem ser definidas como hortas plantadas em vasos, em containers adaptados, em praças, varandas,

> sacadas ou telhados de edifícios e casas (Cook *et al.*, 2015 *apud* Valent *et al.*, 2017, p. 6).

De acordo com Corbould (2013) a agricultura urbana, que se destaca pela ausência de agrotóxicos e pela promoção de uma economia mais cooperativa, pode ser considerada uma estratégia política eficaz no combate à fome e na promoção da segurança alimentar. Esse tipo de prática pode se tornar um modelo de negócio rentável. A migração de pessoas de áreas rurais para áreas urbanas em todo o mundo tem impulsionado o crescimento da AUP. Em áreas urbanas, as pessoas são mais vulneráveis à insegurança alimentar porque dependem de fontes externas para suprir suas necessidades, o que as coloca em maior risco de problemas de abastecimento.

Azevedo *et al*., (2018, p. 9) destacam que a realização de diversas atividades voltadas à produção de alimentos nas áreas internas e periféricas das cidades emerge como uma estratégia eficaz para a "produção, processamento, circulação e consumo de alimentos". Além disso, tais atividades promovem a geração de trabalho, emprego e renda, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e a melhoria da nutrição dos habitantes urbanos em escala global.

No entanto, para Knowd *et al*., (2006, p. 2), a AUP é definida como um sistema complexo que abrange uma ampla diversidade e múltiplos interesses. Esses interesses vão "desde o núcleo tradicional de atividades associadas à produção, processamento, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, até a multiplicidade de outros benefícios e serviços que são amplamente reconhecidos e documentados".

Ainda Knowd *et al.,* (2006, p, 2) expõe que esses benefícios da AUP podem incluir a "recreação e o lazer, o empreendedorismo, saúde e bem-estar individual e comunitário, embelezamento da paisagem, além da restauração e remediação ambiental".

Apesar de ambas envolverem atividades agrícolas, a agricultura urbana se distingue da agricultura rural em diversos aspectos. Entre os elementos que se destacam estão a área disponível para cultivo, que é geralmente mais limitada nas zonas urbanas, e os conhecimentos técnicos dos agentes envolvidos, que podem variar significativamente.

Além disso, o tempo de dedicação necessário para as atividades urbanas pode diferir, influenciado pelas diversas demandas e dinâmicas presentes nas áreas urbanas. Essas diferenças são ilustradas detalhadamente no quadro 4.

Quadro 4. Diferenças entre agricultura rural e agricultura urbana

Aspectos	Agricultura Rural	Agricultura Urbana
Área Disponível	Abrangente	Restrita
Conhecimentos Técnicos	Elevados	Reduzidos ou nenhum
Tempo de Dedicação	Integral	Parcial
Diversidade de Produtos	Reduzida	Elevada
Uso de Fertilizantes Químicos	Sim	Não
Destino dos Produtos	Venda	Autoconsumo

Fonte: Adaptado de Pinto (2007) Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O quadro 4 ilustra as principais diferenças entre a agricultura rural e a agricultura urbana, destacando aspectos críticos que influenciam suas práticas e resultados. Primeiramente, a área disponível para cultivo é significativamente diferente entre os dois tipos de agricultura. Na agricultura rural, as áreas são amplas, permitindo o cultivo em grande escala (Pinto, 2007). Em contraste, a agricultura urbana lida com espaços limitados, muitas vezes adaptando terrenos baldios, telhados e pequenos lotes urbanos para produção agrícola (Knowd *et al*., 2006).

Além disso, os conhecimentos técnicos e o tempo de dedicação necessários variam entre as duas práticas. Na agricultura rural, os agricultores geralmente se dedicam em tempo integral às suas atividades, refletindo um compromisso profissional e profundo entendimento das técnicas agrícolas. Já na agricultura urbana, os agentes envolvidos frequentemente têm conhecimentos técnicos reduzidos ou inexistentes e dedicam apenas tempo parcial à agricultura, muitas vezes como atividade secundária ou de lazer (Azevedo *et al.*, 2018).

Outro ponto de diferenciação é a diversidade de produtos e o uso de fertilizantes químicos. A agricultura urbana procura produzir uma maior diversidade de produtos, adaptando-se à demanda local e às limitações espaciais (Mougeot, 2005). Além disso, a prática urbana geralmente evita o uso de fertilizantes químicos, preferindo métodos mais sustentáveis, como a compostagem e o uso de resíduos orgânicos (Drescher *et al.*, 1999). Em termos de destino dos produtos, a agricultura rural visa predominantemente o mercado, enquanto a agricultura urbana frequentemente se destina ao autoconsumo, contribuindo diretamente para a segurança alimentar das famílias envolvidas (Teixeira, 2011).

A AUP possui uma perspectiva diferenciada da agricultura tradicional “que ocorre no meio rural, sem, no entanto, desconsiderar que em ambas a agricultura familiar é muito representativa, pois mesmo na cidade a agricultura não deixa de ser praticada no seio da família” (Rosa, 2011, p. 8).

> Um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. Desta forma, se partiu do conceito de multifuncionalidade da AUP considerando seu potencial para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promove a segurança alimentar e nutricional (Santandreu e Lovo, 2007, p. 11).

Todavia, Locatel (2013, p. 87-88) relata que há várias abordagens teóricas sobre o rural e o urbano e, na Geografia, durante um longo período, se definiu o rural como campo e o urbano como cidade. Essa perspectiva está associada a duas concepções principais: “a dicotomia e o *continuum*, que durante muito tempo serviram de parâmetro para a explicação da realidade concreta”. A visão “dicotômica entre campo e cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural como processos distintos”, o que não é necessariamente verdade.

É comum encontrar trabalhos de "geografia agrária" ou de "geografia urbana" que limitam seus estudos aos seus respectivos “recortes de áreas, deixando de estabelecer a relação entre os processos presentes no campo e na cidade, ou seja, privilegiando as formas” em detrimento dos conteúdos (Locatel 2013, p. 88).

Historicamente, considerou-se o espaço agrário como sinônimo de espaço rural. De maneira tradicional e simplista, “esse espaço era definido como tudo aquilo que não é urbano” (Locatel, 2013, p. 88). Em alguns estudos, o espaço rural é descrito como “a superfície cultivada

ou com vegetação nativa, que não sofre influência direta da cidade" (Locatel, 2013, p. 88). No entanto, é notório que não se pode "entender o espaço rural como uma realidade isolada e matematicamente definida. Nas ciências sociais, a dicotomia entre campo e cidade é amplamente adotada e empregada separadamente como categorias de análise", mas essa separação simplista não reflete a complexidade e a interconexão entre esses espaços (Locatel, 2013, p. 88).

Locatel (2013, p. 89) explora a ideia de que a "intensificação das relações torna-se cada vez mais difícil separar o rural do urbano, o que não significa que esses subespaços não existam".

Entretanto, "fica claro que cada vez menos as categorias de análise campo e cidade ou rural e urbano, tomadas como dicotômicas e opostas não servem para explicar a realidade territorial de um município, de uma região ou de um país" (Locatel, 2013, p. 89).

Covarrubias (2011, p. 41) expõe que devido às "diferenças entre as condições do meio rural e urbano, assim como às interações da agricultura urbana com os sistemas ecológico e socioeconômico urbanos, a agricultura urbana frequentemente apresenta características distintas daquela convencionalmente praticada no campo".

No quadro 5 é possível comparar as principais diferenças entre agricultura rural e urbana.

Quadro 5. Comparação entre as características da agricultura rural e urbana

Característica	Agricultura Rural	Agricultura Urbana
Tipo de unidade agrícola	Convencional; sistema agrícola consiste em subunidades interdependentes; normalmente extensiva.	Não-convencional, móvel e transitória; parcialmente sem solo (ex. sobre telhado, hidropônica) ou sem posse da terra; unidades especializadas e independentes, atuando em conjunto; normalmente intensiva.
Agricultura como forma de vida	Primariamente agrícola; dedicação em tempo integral.	Agricultura é frequentemente uma atividade secundária; dedicação em tempo parcial.
Identidade do agricultor	Geralmente 'já nascem agricultores'; forte conhecimento agrícola tradicional.	Parte deles são iniciantes (citadinos envolvidos na agricultura por necessidade ou opção); pouco conhecimento agrícola tradicional.

Contexto social	Comunidade rural; maioria das famílias envolvidas em atividades agrícolas; relativamente estável; poucos interessados externos; agricultores mais organizados.	Cidade; percentual variável de famílias envolvidas na agricultura; ambiente dinâmico, com alta flutuação; muitos interesses externos, contrastantes com agricultura; agricultores dificilmente organizados.
Contexto político, econômico e cultural	Mais homogêneo.	Mais heterogêneo.
Uso da terra	Geralmente estável para agricultura.	Competem no uso da terra (agrícola e não-agrícola).
Produtos	Culturas básicas (ex. grãos); criação animal de porte maior	Produtos perecíveis (hortaliças) criação animal de porte menor.
Calendário agrícola	Planejamento sazonal	Cultivos que podem ser produzidos o ano todo; ciclos de cultivos múltiplos.
Fatores de produção	Terra a baixo custo; menor custo da mão-de-obra; alto custo de insumos comerciais; custo da água variável.	Elevado custo/escassez da terra; alto custo de mão-de-obra; disponibilidade de resíduos orgânicos e água residual; água (potável) a elevado custo.
Terrenos onde se produz	Próprios ou arrendados; extensão média ou grande.	Baldios, cedidos ou no domicílio próprio; pequena extensão.
Segurança da disponibilidade de terra para cultivar	Relativamente alta.	Baixa, frequentemente uso informal de terras públicas; competição por espaço.
Disponibilidade de pesquisa e extensão	Frequentemente disponível.	Dificilmente disponível (porém individualmente estes podem ter acesso a bibliotecas e centros de pesquisa).
Disponibilidade de serviços de crédito	Frequentemente disponível.	Dificilmente disponível.
Mercado	Distante; Uso de atravessadores; pouco processamento local.	Mais próximo do mercado; venda direta ao consumidor e cadeia informal; grau variável de processamento local.

Destino dos produtos	Distribuição regional, nacional ou para exportação.	Autoconsumo ou venda local.
Apoio político	Alta prioridade na agenda política.	Frequentemente políticas vagas ou inexistentes.
Intervenção municipal	Baixa ou nula.	Alta.

Fonte: Adaptado de De Zeeuw (2004) e Arruda (2006) *apud* Covarrubias (2011, p. 42-43) e Vinhaes (2021, p. 66).

A análise das diferenças entre a agricultura rural e a agricultura urbana apontadas no quadro 5 revela a complexidade e a especificidade de cada sistema, destacando as distintas realidades e desafios enfrentados por agricultores em contextos variados.

Conforme delineado no quadro, a agricultura rural se caracteriza por ser convencional e extensiva, com subunidades interdependentes, enquanto a agricultura urbana é mais intensiva, inovadora e frequentemente utiliza técnicas não-convencionais como hidroponia[17] e cultivos em telhados. Este contraste é bem exemplificado por Knowd *et al*., (2006), que destacam a multifuncionalidade da agricultura urbana, abrangendo desde a produção até a provisão de serviços sociais e ambientais.

A identidade do agricultor também difere significativamente entre os contextos rural e urbano. No meio rural, os agricultores geralmente têm uma herança agrícola, possuindo um vasto conhecimento tradicional e dedicando-se integralmente à agricultura. Por outro lado, os agricultores urbanos muitas vezes são iniciantes, citadinos que se voltam para a agricultura por necessidade ou opção, com pouco conhecimento prévio.

O contexto social e político também apresenta disparidades. As comunidades rurais são mais homogêneas e estáveis, com a maioria das famílias envolvidas em atividades agrícolas e poucos interessados externos. Em contraste, o ambiente urbano é dinâmico, com alta flutuação de interesses externos e uma menor organização dos agricultores. Isso se reflete na política e no apoio governamental, em que a agricultura rural geralmente tem alta prioridade, enquanto a agricultura urbana muitas vezes enfrenta políticas vagas ou inexistentes e uma intervenção municipal

[17] A hidroponia é um sistema de cultivo que permite que as plantas cresçam em uma solução de água com nutrientes, ou seja, sem terra. Além disso, a água utilizada pode ser recuperada e reciclada e os nutrientes podem ser obtidos de diversas fontes, inclusive a partir de excrementos de peixes (técnica conhecida como aquaponia) (Iberdrola, 2022).

significativa. Azevedo *et al*., (2018) salientam a importância da agricultura urbana na segurança alimentar e na melhoria da nutrição, o que deveria refletir-se em políticas mais eficazes e específicas.

Finalmente, o uso da terra e a segurança da posse são questões críticas que diferenciam os dois tipos de agricultura. Na agricultura rural, a terra é geralmente estável e disponível a baixo custo, enquanto na agricultura urbana a terra é escassa, cara e frequentemente utilizada de maneira informal. Essa diferença impacta diretamente a sustentabilidade e a expansão da agricultura urbana, um ponto que Drescher *et al.,* (1999) destacam ao discutir as barreiras institucionais para o acesso à terra nos contextos urbanos. A competição por espaço e a necessidade de políticas de apoio específicas são essenciais para a viabilidade e o crescimento da agricultura urbana.

No quadro 6, são apresentadas as características e diversidades de espaços possíveis de serem utilizados para AUP.

Quadro 6. Espaços possíveis para a prática de agricultura urbana e periurbana

Tipologia	Espaços característicos
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização
Verdes Urbanos	Verdes Urbanos, Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Postos de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e Privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; laterais de estradas e avenidas; margens de cursos d'água; áreas inundáveis; faixa sob linhas de alta tensão; ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades De Conservação	Áreas de Proteção Ambiental (APP); reservas ecológicas; outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; lagoas de oxidação.

Fonte: Santandreu e Lovo (2007) adaptado por Terrile (2006).

No quadro 6 são indicadas várias categorias de espaços urbanos, incluindo espaços privados, públicos, institucionais, não edificáveis, unidades de conservação e áreas de tratamento. Cada uma dessas categorias desempenha papéis distintos na estruturação e no funcionamento das cidades. Espaços privados, como lotes vagos e terrenos baldios, são muitas vezes subutilizados, refletindo questões de propriedade e gestão urbana. Esses espaços podem contribuir para a fragmentação urbana e, se mal administrados, aumentar problemas sociais e ambientais (Harvey, 2008).

Por outro lado, espaços públicos como praças e parques são importantes para a coesão social e o bem-estar urbano, proporcionando áreas de recreação, encontro comunitário e contato com a natureza (Frumkin *et al.*, 2001).

Áreas não edificáveis, como margens de cursos d'água e faixas sob linhas de alta tensão, são reservadas por razões ambientais e de segurança, contribuindo significativamente para a preservação dos recursos naturais e na redução de riscos urbanos (Benedict e McMahon, 2002).

Já as unidades de conservação, como áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas, são fundamentais para a biodiversidade urbana e a sustentabilidade ambiental, proporcionando habitats naturais e áreas para recreação ao ar livre (Miller e Hobbs, 2002).

As áreas de tratamento, como aterros sanitários e lagoas de oxidação, são importantes para o manejo de resíduos e águas residuais nas cidades, garantindo a saúde pública e a qualidade ambiental (Tchobanoglous *et al.*, 2003).

Valent *et al.*, (2017, p. 7) destacam que na agricultura urbana a economia solidária se caracteriza por sua fundamentação em princípios de cooperação, trabalho associado e autogestão, com a solidariedade como valor central.

Nesse contexto, as populações de setores populares se organizam em cooperativas e associações, buscando tanto facilitar o acesso aos mercados quanto a resistência às desigualdades estruturais do mundo atual. Paralelamente, a agricultura urbana também se destaca por agregar uma série de conexões, como demonstrado na Figura 17.

A Figura 16 apresentada sintetiza de forma esquemática as relações existentes entre produção, distribuição, consumo e reaproveitamento de recursos no interior das cidades e em suas áreas de transição.

A distinção entre AUP, destacada na figura 16, reflete uma abordagem amplamente discutida por autores como Mougeot (2000) e Dubbeling *et al*. (2010), que enfatizam as

especificidades funcionais e espaciais dessas práticas. A agricultura urbana, representada por hortas comunitárias, jardins verticais e cultivos em telhados, assume um papel relevante não apenas na produção de alimentos, mas também na promoção de inclusão social, e na educação ambiental. Já a agricultura periurbana, associada a propriedades agrícolas e horticultura intensiva, contribui com maior escala produtiva, garantindo volume e regularidade no abastecimento. A complementaridade entre esses dois espaços evidencia uma lógica de integração territorial essencial para sistemas alimentares sustentáveis.

Outro aspecto central da figura 16 é a presença dos circuitos curtos de comercialização, representados por mercados locais, feiras e cooperativas. Esses canais são fundamentais para aproximar produtores e consumidores, reduzindo intermediários e fortalecendo economias locais. Marsden, Banks e Bristow (2000) destacam que tais circuitos curtos contribuem para a reterritorialização dos sistemas alimentares, promovendo relações de confiança e valorização dos produtos locais. A figura 17 ilustra uma transição de modelos agroalimentares globalizados para arranjos mais territorializados e socialmente enraizados.

A dimensão do consumo local aparece como eixo articulador entre produção, distribuição e reciclagem, indicando sua centralidade no funcionamento do sistema. Essa abordagem está alinhada com a perspectiva de sistemas alimentares sustentáveis, que considera o consumo como elemento ativo na transformação das cadeias produtivas (HLPE, 2017).

Ao incentivar o consumo de alimentos produzidos localmente, o sistema reduz emissões associadas ao transporte, fortalece produtores regionais e contribui para a soberania alimentar. O consumo deixa de ser apenas uma etapa final e passa a desempenhar papel estratégico na organização do território.

Por fim, o ciclo de recursos, representado pela reciclagem de resíduos orgânicos e sua reintegração ao sistema produtivo, evidencia uma lógica de economia circular. Esse elemento dialoga com as contribuições de Gliessman (2015), que defendem a agroecologia como base para sistemas sustentáveis, nos quais resíduos são transformados em insumos.

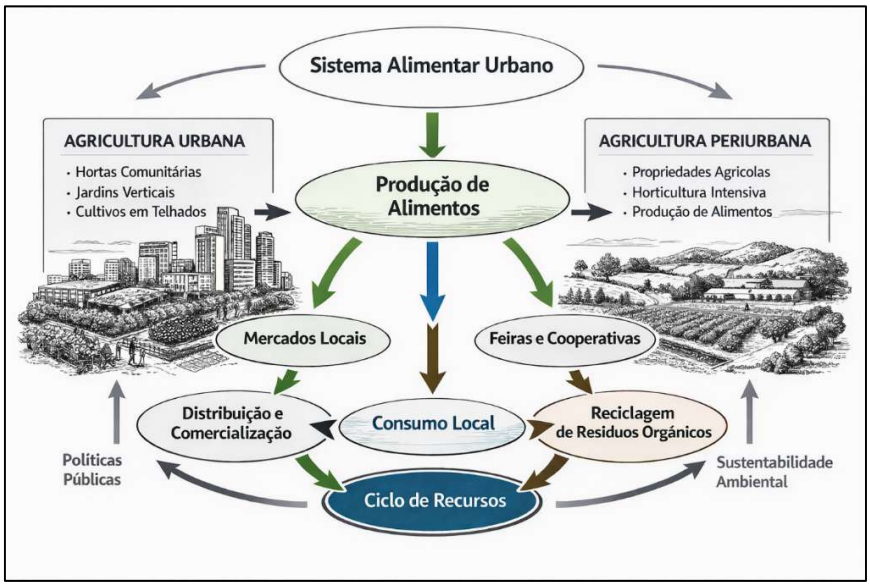
A presença das políticas públicas e da sustentabilidade ambiental como elementos transversais reforça que a viabilidade desse sistema depende de governança territorial e de instrumentos institucionais adequados.

A figura 16 sintetiza um modelo integrado que articula produção, consumo e gestão de recursos, apontando para caminhos mais sustentáveis de organização dos sistemas alimentares urbanos.

Conforme argumentam Dubbeling *et al*. (2010), os sistemas alimentares urbanos não devem ser compreendidos apenas como cadeias de abastecimento, mas como estruturas territoriais complexas que articulam práticas produtivas, políticas públicas e dinâmicas socioeconômicas locais.

A AUP emerge como um elemento fundamental para compreender como as cidades organizam sua relação com a produção e circulação de alimentos.

Figura 16. Atividades que circundam a agricultura urbana e periurbana



Fonte: Elaboração própria, com base em Morgan (2015), De Zeeuw e Drechsel (2015), Friedmann (2007) e Barthel e Colding (2013), 2026.

Os projetos sociais ligados à AUP desempenham um importante papel na coesão comunitária e no desenvolvimento social. A agricultura urbana pode servir como plataforma para iniciativas de inclusão social, proporcionando oportunidades de emprego e capacitação para grupos marginalizados, conforme apontam Azevedo *et al*., (2018).

A economia solidária, outro aspecto destacado na figura 16, refere-se a práticas econômicas que priorizam a cooperação, a justiça social e a sustentabilidade. A agricultura urbana, ao promover mercados locais e cadeias curtas de produção, reforça esses princípios, contribuindo

para uma economia mais justa e equitativa. Knowd *et al.,* (2006) ressaltam que a economia solidária na agricultura urbana pode transformar comunidades, criando redes de apoio econômico e social que beneficiam a todos.

Já a identidade cultural é também um elemento significativo promovido pela agricultura urbana. Essa prática permite a preservação e a valorização das tradições agrícolas locais, fortalecendo a conexão das pessoas com suas raízes culturais. A integração de técnicas agrícolas tradicionais em contextos urbanos contemporâneos não só mantém viva a herança cultural, mas também enriquece a diversidade cultural das cidades, promovendo um sentimento de pertencimento e orgulho comunitário, conforme foi exposto no capítulo 1, o sentimento de identidade com o lugar.

Por fim, a educação ecológica da AUP desempenha um papel fundamental na conscientização ambiental e na promoção de práticas sustentáveis. Através de hortas comunitárias e programas educacionais, os agricultores urbanos e periurbanos podem aprender sobre a importância da sustentabilidade, do ciclo de nutrientes e da conservação dos recursos naturais.

Covarrubias (2011, p. 63) expõe que a AUP proporciona o desenvolvimento de melhores “hábitos alimentares, seja pela diversificação, pelo consumo de alimentos mais frescos ou pelo bem-estar alcançado durante a participação de atividades, sendo que são notadas melhorias na saúde física e mental das famílias produtoras e em suas comunidades”.

A figura 17 intitulada "Agricultura Urbana e Periurbana: Contribuições para Saúde, Economia e Meio Ambiente" ilustra de forma didática como a AUP impacta em diversas áreas da vida urbana. No aspecto do bem-estar, a AUP promove uma maior segurança alimentar, garantindo acesso a alimentos frescos e nutritivos. Além disso, contribui para a melhoria da saúde da população ao proporcionar uma alimentação mais equilibrada e criar ambientes mais limpos e duradouros. Segundo Resende e Cleps Júnior (2006), a inclusão de espaços verdes e produtivos nas cidades também pode elevar o bem-estar psicológico dos moradores.

Figura 17. Agricultura Urbana e Periurbana: Contribuições para Saúde, Economia e Meio Ambiente



Fonte: Covarrubias, 2011, p. 34.

Em termos econômicos, a AUP oferece diversas vantagens, como a geração de empregos e o fortalecimento da base econômica local. Ela pode ser uma fonte significativa de renda, especialmente para mulheres e grupos vulneráveis e incentivando o empreendedorismo. Este tipo de agricultura, conforme apontado por Azevedo *et al.,* (2018), não apenas cria oportunidades de trabalho, mas também promove uma economia mais solidária e sustentável, ajudando a integrar os produtores locais diretamente com os consumidores.

No que tange ao meio ambiente, a AUP desempenha um papel importante na conservação dos recursos naturais. A prática promove comunidades mais sustentáveis por meio do gerenciamento aprimorado de resíduos e da reutilização de resíduos orgânicos (Knowd *et al*., 2006).

Além disso, Abreu (2013, p. 2) destaca que ao aproximar campo e a cidade, a AUP

> contribui para a estruturação de circuitos de proximidade de produção e consumo curtos e curtíssimos de comercialização, construindo dinâmicas que vão além da ligação geográfica, transformando a dinâmica de cidades rurais e urbanas. A aproximação do produtor e consumidor em espaços urbanos, proporciona à população processos educativos de resgate do ciclo da alimentação e de sistemas sustentáveis de produção de alimentos. A AUP pode ser uma estratégia eficaz para

> auxiliar no enfrentamento da miséria, melhorar a segurança alimentar e nutricional de comunidades e criar um espaço urbano melhor, do ponto de vista social e ambiental.

Covarrubias (2011, p. 65) relata que outras questões podem ser consideradas "quando se aborda a potencialização dos benefícios da agricultura urbana dizem respeito às características do sistema de produção e dos agricultores, o seu grau de inserção no sistema de gestão do espaço urbano, e às políticas públicas de fomento às atividades existentes".

Para Dubbeling e Mertzthal (2006, p. 38) "tornam-se fundamentais os esforços para a identificação do perfil das atividades de agricultura urbana em andamento, assim como o reconhecimento das demandas na comunidade para que as ações estratégicas de fomento sejam efetivas".

Como consequência, a AUP pode criar oportunidades de emprego para jovens, idosos e mulheres; reduzir os riscos de insegurança alimentar ao fornecer "uma maior quantidade de alimentos frescos, nutritivos e baratos"; e ainda proporcionar uma melhoria significativa nas condições de vida e saúde dos moradores urbanos, ao criar espaços verdes que promovam a "produção de oxigênio e o bem-estar" (Resende; Cleps Júnior, 2006, p. 192).

No entanto, não são apenas benefícios que essa prática traz,

> podendo também trazer sérios problemas para a sociedade, dentre eles, a contaminação do meio ambiente pelo uso indevido de insumos, sejam eles orgânicos ou químicos, a possibilidade de contaminação dos alimentos produzidos com produtos químicos ou patologias provenientes do uso de águas contaminadas para irrigação, entre outros (Resende; Cleps Júnior, 2006, p. 192).

Neste contexto, Resende e Cleps Júnior (2006) ressaltam a importância de considerar a AUP como uma atividade legítima dentro do ambiente urbano. Eles defendem a integração de ações, projetos e políticas públicas da AUP com outras áreas já focadas pelo planejamento e preocupações do poder público e da sociedade. É essencial alinhar as políticas voltadas à AUP com aquelas direcionadas à saúde, ao saneamento (resíduos sólidos e líquidos) e ao planejamento urbano (uso e ocupação do solo, zoneamento, entre outros). Esse alinhamento visa criar novas formas de urbanismo e urbanidade, garantindo a realização de um projeto de desenvolvimento urbano sustentável.

Teixeira (2011, p. 64-65) relata que a AUP apresenta uma abordagem dinâmica para a sociedade, pois

> tem como objetivo resolver alguns dos problemas que se coloca em áreas urbanas. Aborda especificamente o problema de recursos e de gestão, segurança alimentar e apresenta soluções concretas para aumentar o valor agregado para os agricultores. Além disso, as populações mais carentes terminam possuindo renda, habilidades técnicas, melhorando sua consciência e dando-lhes voz. Além disso, na AUP está predominando o gênero feminino, visto que nos países subdesenvolvidos a renda da mulher não está aliada apenas na complementação de renda, mas também no conjunto do bem-estar social.

A urbanização impacta em todos os aspectos da produção e do consumo de alimentos, tais como: "rápido crescimento populacional, recessão econômica e políticas de ajustamento estrutural que têm reduzido as despesas do governo e diminuído as oportunidades de emprego, têm contribuído para aumentar o número de pessoas na faixa da miséria absoluta" (Teixeira, 2011, p. 66).

Nesse contexto, a AUP constitui uma estratégia importante para a geração de trabalho e melhoria das condições de vida das populações urbanas de baixa renda, contribuindo simultaneamente para o fortalecimento da segurança alimentar e para o aproveitamento sustentável dos espaços urbanos disponíveis (Teixeira, 2011).

Covarrubias (2011, p. 65-66) expõe que, em relação a produção da AUP,

> há diversos sistemas de produção e cada um apresenta práticas de manejo, modos de processamento e produtos distintos. Smit *et al.,* (1996) efetuou uma classificação dos sistemas de produção, em que foi baseada no tipo de produtos cultivados, nas práticas gerais adotadas e nas técnicas específicas de cultivo, assim, foi proposto uma divisão em que há cinco tipos de sistemas: a aquicultura, a criação animal, a horticultura, a agrofloresta e outros sistemas diversificados. Esta classificação vem sendo adotada em diversos estudos acerca da produção na agricultura urbana (Margiotta, 1997; Baumgartner; Belevi, 2001; Arruda, 2006).

O quadro 7, apresenta uma visão das diversas modalidades de agricultura urbana, destacando seus sistemas, produtos, localização e técnicas. Em primeiro lugar, a horticultura se mostra como uma das práticas mais versáteis, abrangendo uma ampla gama de produtos como olerícolas, frutos, plantas medicinais e especiarias. A localização dessas atividades varia desde jardins e quintais até terrenos baldios e outros espaços urbanos e periurbanos. As técnicas utilizadas

são igualmente variadas, incluindo cultivo protegido, hortas convencionais, hidroponia e estufas, ou que permitem uma produção adaptada às diferentes condições urbanas (Smit *et al.,* 2001).

Quadro 7. Síntese das características dos sistemas de produção na agricultura urbana

Sistemas	Produtos	Localização	Técnicas
Horticultura	Olerícolas, frutos, medicinais, especiarias, composto.	Jardins, quintais, terrenos baldios e outros espaços urbanos e periurbanos.	Cultivo protegido, hortas, hidroponia, estufas.
Aquicultura	Peixes, frutos-do- mar, algas marinhas.	Lagos, riachos, estuários, lagunas, zonas pantanosas.	Criação em gaiolas ou em viveiros.
Criações	Leite, ovos, carne, esterco, peles e pelos.	Áreas de encosta, espaços abertos urbanos e periurbanos.	Confinamento, criação integrada.
Agrofloresta	Combustíveis, frutas, sementes, composto, materiais para construção.	Ruas, jardins, áreas de encostas, cinturões verdes, parques, zonas agrícolas.	Arborização de ruas e parques, implantação de pomares e cercas vivas.
Diversificadas	Plantas ornamentais, plantas com atividade inseticida, cogumelos, mel.	Telhados e jardins residenciais, parques.	Floricultura, Cultivo protegido, cultiva em vasos e canteiros suspensos, colmeias.

Fonte: Covarrubias (2011, p. 66).

A aquicultura, por sua vez, destaca-se pela produção de peixes, frutos-do-mar e algas marinhas, localizando-se principalmente em lagos, riachos, estuários, lagunas e zonas pantanosas. As técnicas predominantes incluem a criação de gaiolas ou viveiros, o que permite uma gestão eficiente dos recursos hídricos e o controle de parâmetros ambientais essenciais para a produção sustentável desses produtos (Costa-Pierce, 2002).

As criações de animais, que fornecem leite, ovos, carne, esterco, peles e pelos, são realizadas em áreas de encosta e espaços abertos urbanos e periurbanos. As técnicas de confinamento e criação integrada são amplamente utilizadas para maximizar a produção em espaços reduzidos e com recursos limitados. Este tipo de agricultura urbana é importante para a

segurança alimentar das cidades, proporcionando produtos frescos e de alta qualidade diretamente às comunidades locais (FAO, 2019).

Por fim, o tema da agrofloresta e as suas práticas oferecem uma gama de produtos que incluem combustíveis, frutas, sementes, materiais de construção, plantas ornamentais, cogumelos e mel. Essas atividades acontecem em ruas, jardins, áreas de encostas, cinturões verdes, parques e zonas agrícolas. As técnicas aplicadas desde a arborização de ruas e parques até a implantação de pomares e cercas vivas, além de floricultura e cultivo protegido. Essas práticas não só prejudicam a sustentabilidade ambiental e a estética urbana, mas também promovem a biodiversidade e a resiliência ecológica das cidades (Nair, 1993).

Wandscheer e Medeiros (2015) expõem que a AUP surge em grande parte como resultado do processo de modernização da agricultura, à urbanização dos municípios e ao crescimento das populações, tanto devido à escassez nos núcleos urbanos quanto às necessidades individuais, surgem desafios significativos. Essas mudanças resultaram em *déficits* ou, no mínimo, em uma redução na disponibilidade de recursos alimentares. Isso é especialmente crítico diante de uma população cada vez mais urbana e numerosa, em que há altas demandas por alimentos e empregos.

A conscientização e o incentivo à prática da AUP, especialmente nas grandes cidades, têm o potencial para promover, transformar e melhorar a qualidade de vida dos moradores urbanos. Segundo Teixeira (2011), a AUP pode oferecer soluções práticas para problemas sociais e econômicos ao fornecer alimentos frescos, reduzir a insegurança alimentar e criar oportunidades de emprego para as populações mais vulneráveis.

Azevedo *et al*., (2020, p. 3) destacam que a AUP pode desempenhar funções ambientais, sociais e econômicas significativas. Nos países mais pobres, o papel socioeconômico da AUP é ainda mais importante, pois oferece às comunidades carentes uma fonte direta de alimentos frescos e acessíveis. Em países mais ricos, a função social da AUP também tem ganhado importância, visto que o cultivo de alimentos tem mostrado benefícios significativos para a saúde das pessoas e pode ajudar na superação de problemas sociais.

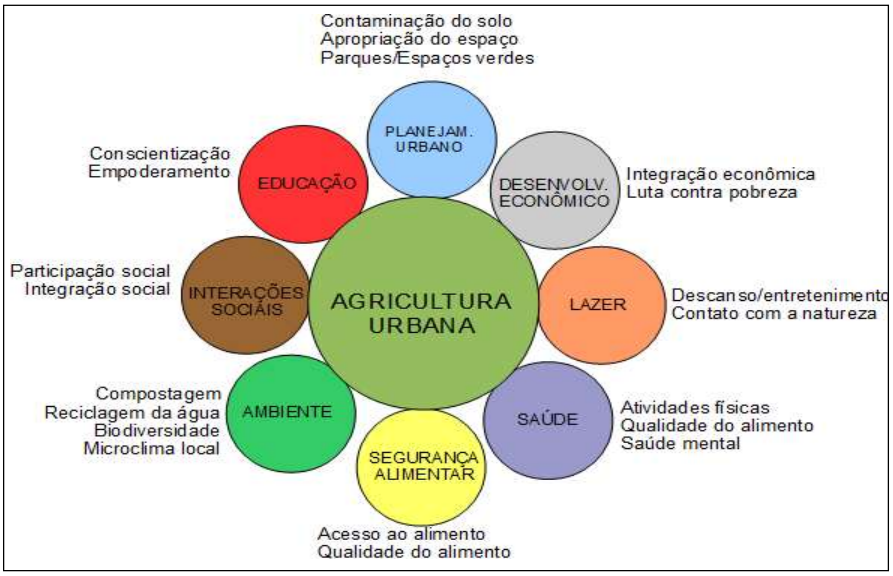
Além disso, essas práticas agrícolas promovem a reciclagem de resíduos orgânicos urbanos, contribuindo para a redução do volume de lixo encaminhado para aterros sanitários e a produção de compostos para a melhoria do solo.

“As práticas de cultivo na cidade com frequência ainda são tratadas com desprezo, marginalizadas ou consideradas um mero resquício de hábitos rurais. Os benefícios da agricultura

urbana se escondem sob mitos conduzidos pelos vieses políticos e culturais urbanos" (Covarrubias, 2011, p. 44).

Duchemin *et al.,* (2008) *apud* Covarrubias (2011, p. 34) expõem que "a participação das atividades de agricultura urbana nas diversas áreas do desenvolvimento ambiental, social e econômico onde tais atividades se interagem, desempenhando assim múltiplas funções", como é abordado na figura 18.

Figura 18. Multifuncionalidade da agricultura urbana em diversos segmentos nas dimensões econômica, social e ambiental



Fonte: Adaptação de Duchemin *et al.,* (2008) *apud* Covarrubias (2011, p. 34).

Podem ser verificadas na figura 18 que as interações sociais são outro aspecto abordado pela AUP. Para facilitar a participação e integração social, a AUP promove um senso de comunidade e cooperação. Espaços de cultivo urbano comunitários podem servir como pontos de encontro onde indivíduos de diferentes origens e idades colaboram, trocam experiências e fortalecem os laços sociais.

A dimensão ambiental da AUP é destacada pela sua capacidade de contribuir para a compostagem, reciclagem da água, biodiversidade e melhoria do microclima local. Ao incorporar práticas sustentáveis, a agricultura urbana ajuda a mitigar a contaminação do solo e a promover a apropriação e valorização dos espaços verdes urbanos.

Finalmente, a segurança alimentar e a saúde são elementos centrais beneficiados pela AUP. Para garantir o acesso a alimentos frescos e de qualidade, a prática agrícola urbana melhora a nutrição das populações urbanas e reduz a dependência de sistemas alimentares externos. Além disso, o envolvimento em atividades agrícolas promove a saúde física e mental, proporcionando uma forma de lazer saudável e contato direto com a natureza. A AUP desempenha papel importante na promoção do bem-estar geral das comunidades urbanas.

A multifuncionalidade da AUP pode gerar externalidades positivas, resultando em um maior enriquecimento de seu significado em determinado contexto. Esse conceito é primeiramente abordado em termos espaciais: quando tomadores de decisão e planejadores urbanos começam a reconhecer a importância dos espaços abertos nas cidades para criar um ambiente urbano sustentável (Fleury; Ba, 2005).

A multifuncionalidade também abrange todas as atividades da cadeia produtiva, incluindo desenvolvimento local, vivências, processamento, entre outros, bem como os conhecimentos e técnicas empregadas. A multifuncionalidade adquire um significado particular no contexto da AUP, referindo-se à diversificação e pluriatividade, ou seja, uma variedade de atividades com conhecimentos específicos que frequentemente melhoram o padrão de vida das famílias dos produtores (Fleury; Ba, 2005).

Logo, a AUP "possui um grande potencial transformador capaz de tornar as cidades mais sustentáveis. A dinâmica de sua prática envolve a reciclagem de materiais e nutrientes, porém, essa atividade deve receber alguns cuidados para prevenir possíveis risco (sic) à saúde humana" (Paula *et al.*, 2016, p. 4).

Pouw; Wilbers (2005, p. 61) afirmam que as hortas urbanas podem fornecer à população vários aspectos positivos, em que:

> (...) as hortas urbanas oferecem à população um espaço de lazer onde as pessoas podem estar ao ar livre, divertir-se de modo ativo e a baixo custo, e onde eles podem estar em contato com a natureza, o que é raro no ambiente urbano. Em segundo lugar, as hortas urbanas fornecem um espaço onde as crianças (por meio da integração de aulas sobre a natureza no currículo das escolas primárias) e os adultos podem ser educados sobre a natureza e o meio ambiente. A terceira função envolve seu impacto na natureza e na ecologia urbana: as hortas oferecem uma oportunidade para práticas agrícolas ambientalmente favoráveis, e contribuem para a manutenção da biodiversidade urbana, colaborando para a presença de uma variedade de animais, insetos e plantas. (...) A quinta função é ajudar os distritos mais centrais da cidade a manterem lá os moradores de classe média, ou seja, pessoas que poderiam mudar-se para os subúrbios em busca de melhor qualidade

> de vida o que usualmente envolve mais áreas verdes. Por isso, manter "o verde" nas áreas centrais da cidade, na forma de hortas urbanas, ajuda a evitar o empobrecimento desses distritos. Mais ainda: as hortas urbanas fornecem à população da cidade a oportunidade de viver em um ambiente mais verde, que já se comprovou ser benéfico para a saúde tanto física quanto mental das pessoas.

"A agricultura urbana também é vista como uma atividade paisagística, pois contribui juntamente com o embelezamento da cidade, prevenir a erosão do solo e até mesmo deslizamentos de terras dentro das fronteiras municipais, promovendo a reciclagem de resíduos" (Dias, 2002 *apud* Alves *et al.*, 2019, p. 173).

O acesso aos recursos produtivos, "como disponibilidade de terra, água e outros insumos são os maiores problemas para o estabelecimento da produção de alimentos em âmbito local. O apoio técnico aos agricultores urbanos via serviços de extensão e de pesquisa é importante para o incremento da produção" (Machado; Machado, 2002, p. 20).

As repercussões da AUP, em termos sociais "podem ser bastante positivas, pois além de fomentar a valorização das culturas locais; o empoderamento comunitário e de gênero, esta forma de agricultura está historicamente relacionada à promoção da segurança alimentar e nutricional das populações citadinas" (Covarrubias, 2011, p. 63).

A AUP complementa a renda das famílias envolvidas nos cultivos urbanos e fornece alimentos básicos que muitas vezes essas famílias não conseguem adquirir no mercado. Além disso, ao permitir o acesso a alimentos mais frescos e saudáveis, a AUP contribui para a melhoria da dieta alimentar da população, possibilitando uma maior diversificação (Teixeira, 2011).

Enfim, os benefícios econômicos da AUP podem ser analisados em termos dos papéis que ela desempenha em diferentes escalas. No nível domiciliar, ela contribui para a geração de emprego e/ou renda alternativa, além de promover economia nas despesas com alimentação e saúde. No nível municipal, a AUP melhora o estado nutricional e a saúde da população, promove a reciclagem de resíduos, reduz a poluição e melhora a paisagem urbana, o que, em conjunto, valoriza a cidade como um todo. A nível nacional, a AUP contribui para a maior eficiência do sistema alimentar, oferecendo produtos perecíveis que estariam acessíveis de outra forma a algumas parcelas da população (Covarrubias, 2011).

Contudo, Azevedo *et al.,* (2020, p. 11) expõem que o fenômeno da AUP

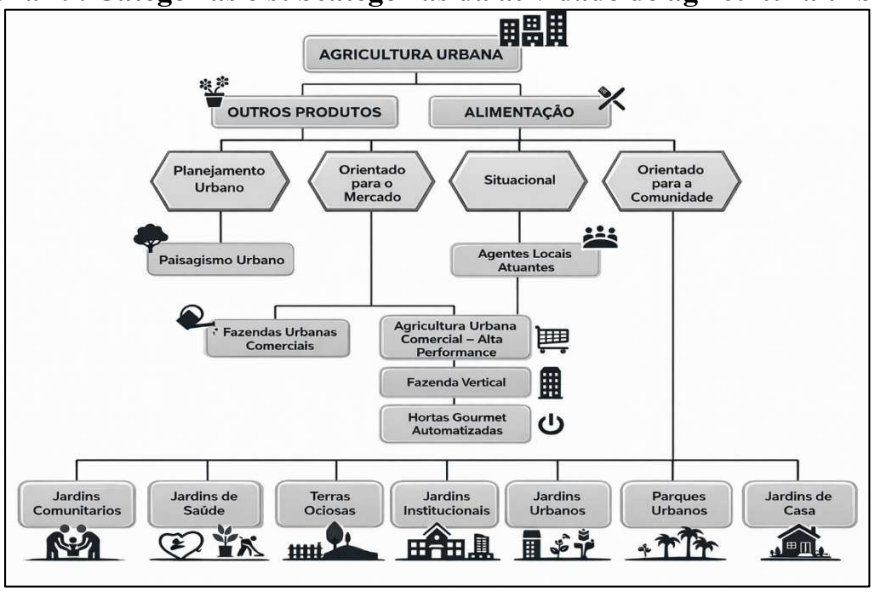
> (...) constitui um conjunto de territorialidades de resistência e resiliência, que remontam à própria gênese das cidades. Possui uma dimensão concreta, disposta

> no território, capaz de produzir e reproduzir espaços nas cidades de todo o mundo, articulando e engendrando circuitos econômicos que garantem o suprimento de alimentos e a reprodução social de vários indivíduos e grupos sociais. Esse fenômeno também apresenta uma dimensão abstrata e imaterial, baseada na subjetividade e em uma série de relações no território, estabelecidas com outros atores sociais.

Na figura 19 se resume a AUP em duas principais modalidades (produção de alimentos e de outros produtos) e assim, seus respectivos nichos (jardins comunitários, jardins de saúde, terras ociosas, jardins institucionais, jardins urbanos, parques urbanos e jardins de casa).

> Os 'Jardins de saúde' conforme menciona Witheridge *et al.,* (2016) são espaços físicos em meio aos centros urbanos com produções em pequenas escalas de árvores, flores, relvas nas quais o foco principal está na garantia da boa saúde mental e física aos participantes que se dá através do tratamento com a natureza. É relacionado à jardinagem como uma atividade de passatempo. O sentido dos jardins de saúde é essencialmente para fins Terapêuticos (Lucena; Silva, 2018, p. 383).

Figura 19. Categorias e subcategorias da atividade de agricultura urbana



Fonte: Lucena; Silva, (2018, p. 383) Adaptado de Souto (2017).

No campo do planejamento urbano, a agricultura urbana é utilizada para o paisagismo, promovendo a integração de espaços verdes nas cidades. Isso não apenas melhora a estética urbana, mas também contribui para o bem-estar da população, cria microclimas mais amenos e incentiva a biodiversidade local.

A presença de fazendas urbanas comerciais dentro deste contexto expõe a viabilidade de operações agrícolas de maior escala, adaptadas ao ambiente urbano, que podem fornecer produtos frescos diretamente aos consumidores urbanos.

Quando orientada para o mercado, a agricultura urbana assume formas mais avançadas e tecnológicas, como a agricultura urbana comercial de alta performance, fazendas referenciais e hortas *gourmet* automatizadas. Essas práticas demonstram como a inovação tecnológica pode ser aplicada à agricultura urbana, tornando-a mais eficiente e produtiva.

A vertente situacional da agricultura urbana é marcada pela atuação de agentes locais, o que deixa um papel na implementação e manutenção dessas práticas. Esses agentes podem ser organizações comunitárias, ONGs ou cooperativas que trabalham para integrar a agricultura urbana nas dinâmicas locais, promovendo a participação comunitária e garantindo que os benefícios da agricultura urbana sejam amplamente distribuídos.

A orientação para a comunidade é uma característica fundamental da agricultura urbana. Isso é evidente na variedade de espaços dedicados a essa prática, incluindo jardins comunitários, jardins de saúde, terras ociosas, jardins institucionais, jardins urbanos, parques urbanos e jardins residenciais. Esses espaços não só transferem alimentos, mas também promovem benefícios sociais, ambientais e culturais. A agricultura urbana atua como um meio de fortalecimento da coesão social ao engajar os moradores em atividades coletivas, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades (Mougeot, 2005).

Outro aspecto relevante é em relação ao meio ambiente, visto que esses espaços verdes ajudam a mitigar as ilhas de calor urbanas e a melhorar a qualidade do ar (Dubbeling *et al.*, 2010).

Em resumo, a figura 20 oferece uma visão abrangente e detalhada da agricultura urbana, destacando suas diversas aplicações e benefícios. Desde o planejamento urbano e inovação tecnológica até a integração comunitária e o empoderamento social, a agricultura urbana se apresenta como uma solução multifacetada para os desafios das cidades modernas.

Outra modalidade do segmento para o mercado é identificada como ‘Agricultura urbana comercial de alta performance’, “está também se concentra no lucro e é orientada para o mercado. Se difere das Fazendas urbanas comerciais da maneira que é produzido. Pode variar de telhados com ou sem estufas, como edifícios totalmente integrados ou ainda produção de estufas verticais” (Lucena; Silva, 2018, p. 383-384).

Já as ‘Fazendas Verticais’

> se caracterizam pela prática de produção de alimentos em camadas empilhadas verticalmente, tais como arranha-céus, em armazéns ou até mesmo em terraços de prédios urbanos. As ideias modernas das fazendas verticais estão no uso de técnicas de cultivo fechado com total controle tecnológico do ambiente, onde todos os fatores ambientais podem ser controlados. Estas instalações utilizam controle artificial da luz do ambiente (umidade, temperatura, gases, etc.) e fertirrigação. (...) Por último, as 'Hortas gourmet automatizadas' como sendo a nova forma de plantar e colher vegetais dentro de casa e/ou apartamentos. Esse segmento da Agricultura Urbana é a mais nova modalidade em levar a agricultura convencional de produção de pequenos vegetais para dentro de cada lar. Convencionalmente são máquinas desenvolvidas por agroindústrias que se apropriaram das tecnologias de 'mini – incubadoras' para uso doméstico. Grande maioria dessas máquinas são automatizadas, possuem feixes internos ou externos de OLEDs, ventilação e reservatório de nutrientes aos vegetais. A função da mesma é revolucionar os lares urbanos introduzindo uma horta do quintal para dentro das casas, ou simplesmente um eletrodoméstico de uso convencional sem a necessidade de amplo conhecimento em plantar ou colher por parte do usuário que venha fazer uso do aparelho. Essa revolução da agricultura urbana promete produzir verduras e hortaliças em geral com o conceito de colheita e consumo direto de alimentos orgânicos estilo gourmet (Lucena, 2016 *apud* Lucena; Silva, 2018, p. 384-385).

Somente com a "articulação de políticas ambientais, políticas voltadas à saúde e políticas urbanas com as atividades de agricultura urbana podem transformar vazios urbanos em espaços de convívio social que, além de função social, também possui funções ambiental e cultural bem definidas" (Rosa, 2011, p. 15).

Uma limitação institucional crítica da AUP é o acesso à terra para os cultivos. A incerteza legal que envolve a AUP resulta numa escassez de projetos e programas oficiais que pretendem incrementá-la. Com frequência, a AUP não é considerada no processo de planejamento urbano, o que limita seu desenvolvimento e integração nas políticas públicas (Drescher *et al*., 1999).

Neste contexto, "melhor seria reconhecer a AU como atividade legítima no contexto urbano, e integrar ações, projetos e políticas públicas com outras matérias que já são alvo de planejamento e preocupações do poder público e da sociedade" (Resende; Cleps Júnior, 2006, p. 198).

Logo, no contexto social e econômico, a AUP assume múltiplos papéis, que vão além da promoção da coesão comunitária. Embora parte das iniciativas derive de programas sociais voltados à inclusão e à melhoria da qualidade de vida, grande parcela das atividades agrícolas em áreas urbanas e periurbanas configura-se como empreendimento produtivo, orientado ao mercado e à geração de renda. A AUP articula dimensões sociais, econômicas e ambientais, combinando

práticas de subsistência, ação coletiva e estratégias empresariais que refletem a heterogeneidade de atores e interesses presentes no espaço urbano contemporâneo.

Além disso, essas iniciativas podem proporcionar oportunidades de educação ambiental e nutricional, promovendo hábitos alimentares saudáveis e conscientes. A acessibilidade a alimentos frescos e saudáveis, cultivados localmente, também é uma medida eficaz no combate à insegurança alimentar em áreas urbanas, onde o acesso a produtos frescos pode ser limitado.

Economicamente, a AUP pode contribuir para a diversificação das economias urbanas e a geração de emprego. Pequenos agricultores urbanos e periurbanos, bem como cooperativas agrícolas, podem encontrar mercados locais dispostos a pagar um prêmio por produtos frescos e sustentáveis. Também, a comercialização direta entre produtores e consumidores, através de mercados de agricultores e sistemas de entrega de cestas de produtos, pode aumentar a renda dos produtores e fortalecer a economia local. Programas de apoio e políticas públicas que incentivem a AUP podem amplificar esses benefícios, criando um ambiente favorável para o crescimento dessas práticas.

Além dos benefícios ambientais, a AUP desempenha um papel importante na promoção da coesão social e no combate à pobreza urbana. Armar-Klemesu (2000) destaca que projetos comunitários de agricultura urbana incentivam a participação ativa dos cidadãos, promovendo a inclusão social e fortalecendo os laços comunitários. Essas iniciativas proporcionam oportunidades de educação ambiental e nutricional, fomentando hábitos alimentares mais saudáveis e conscientes entre os moradores urbanos.

A AUP tem sido reconhecida como um benefício, pois

> (...) é um meio de subsistência para a população de baixa renda, além de uma alternativa para os trabalhadores migrantes, embora alguns autores destaquem que para melhorar o desempenho da mesma, há uma necessidade de novas técnicas além de requerer entre outras coisas, uma abordagem mais significativa quanto à questão do desempenho comercial, do sistema de crédito, dos insumos como serviços de extensão de mudas e sementes adequadas. (...) Dentre as várias ações da Agricultura Urbana de envolver o trabalhador se destaca a que aborda especificamente a questão de agregar valor às culturas de agricultura urbana e promover a associação de produtores, como forma de organizar marketing e comércio, bem como disseminar novas ideias e técnicas além das melhorias nas práticas entre os agricultores da agricultura urbana. (Teixeira, 2011, p. 63-64).

Ademais, Zezza e Tasciotti (2010) demonstram empiricamente que a AUP pode ser uma ferramenta eficaz para a redução da pobreza, oferecendo fontes adicionais de renda e melhorando a segurança alimentar das populações urbanas vulneráveis. A AUP emerge como uma solução multifacetada para os desafios contemporâneos das cidades, combinando benefícios ambientais, sociais e econômicos de maneira integrada.

3.2. O papel da agricultura urbana e periurbana no contexto global

A AUP tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma prática presente em diferentes partes do mundo, assumindo formas diversas conforme os contextos sociais, econômicos e territoriais em que se insere.

Longe de ser um fenômeno isolado ou recente, sua expansão acompanha as transformações das cidades contemporâneas, marcadas pelo crescimento urbano acelerado, pela reestruturação dos sistemas alimentares e pela necessidade de buscar alternativas mais sustentáveis de produção e consumo.

Nesse cenário, a AUP passa a ocupar um lugar cada vez mais relevante no debate internacional sobre planejamento urbano, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

Ao ampliar a análise para o contexto global, torna-se possível compreender que a AUP não se manifesta de maneira homogênea. Em países do Norte Global, muitas vezes está associada a iniciativas voltadas à sustentabilidade, ao consumo consciente e à requalificação de espaços urbanos.

Já em países do Sul Global, frequentemente assume um papel mais diretamente relacionado à subsistência, à geração de renda e à segurança alimentar de populações vulneráveis. Essa diversidade de funções e significados evidencia que a AUP deve ser analisada a partir das especificidades de cada território, evitando generalizações que possam obscurecer suas múltiplas dimensões.

Além disso, a difusão da agricultura urbana em escala global tem sido impulsionada por diferentes agentes e estratégias, que incluem desde políticas públicas institucionais até iniciativas comunitárias e movimentos sociais. Em várias cidades, programas governamentais passaram a incorporar a produção de alimentos como parte do planejamento urbano, enquanto, em outros contextos, a AUP se desenvolve de forma mais espontânea, a partir da ação de grupos locais. Essa

pluralidade de formas de organização revela a complexidade do fenômeno e reforça a necessidade de uma análise que considere tanto os aspectos estruturais quanto as dinâmicas locais.

Este subitem tem como objetivo apresentar um panorama da AUP em escala global, destacando suas principais características, funções e formas de organização em diferentes contextos. Ao explorar experiências internacionais, busca-se compreender como essas práticas se inserem nas dinâmicas urbanas contemporâneas e quais fatores influenciam seu desenvolvimento.

Em Nova York, por exemplo, a iniciativa "*NYC GreenThumb*" (**figura 20**) apoia mais de 550 jardins comunitários, promovendo a produção local de alimentos frescos e incentivando a participação comunitária. Este programa não só fornece alimentos saudáveis aos moradores, mas também transforma terrenos baldios em espaços verdes produtivos, melhorando a qualidade de vida e fortalecendo os laços sociais na comunidade (Mougeot, 2006).

Figura 20. Horta Comunitária da iniciativa *GreenThumb*



Fonte: Cather, 2016.

Cidades como Chicago e Los Angeles têm implementado diversos programas de apoio à agricultura urbana, que incluem a criação de hortas comunitárias, fazendas urbanas e mercados de produtores locais. Essas iniciativas visam não apenas aumentar o acesso a alimentos frescos e saudáveis, mas também fortalecer a coesão social e promover a educação ambiental (Mougeot, 2006).

A cidade de Filadélfia tem sido amplamente reconhecida na literatura como um dos principais exemplos de consolidação da agricultura urbana em contextos de reestruturação econômica e territorial nos Estados Unidos (Mougeot, 2006).

Como em outras cidades do chamado *Rust Belt*, Filadélfia enfrentou processos de desindustrialização, perda populacional e aumento de áreas ociosas, criando condições favoráveis para o surgimento de iniciativas de AUP.

Nesse contexto, essas práticas passaram a desempenhar um papel importante não apenas na produção de alimentos, mas também na reconfiguração do espaço urbano. Segundo Vitiello e Wolf-Powers, a agricultura urbana em cidades norte-americanas deve ser compreendida como parte de estratégias mais amplas de desenvolvimento urbano e inclusão social, conforme se verifica na figura 21 (Vitiello; Wolf-Powers, 2014).

Figura 21 – Agricultura urbana em Filadélfia: transformação de áreas urbanas degradadas em espaços produtivos



Fonte: Di Gioia, 2025.

Um dos principais agentes envolvidos nesse processo é a *Pennsylvania Horticultural Society* (PHS), organização que atua há décadas na recuperação de terrenos abandonados por meio de programas de jardinagem urbana e agricultura comunitária. De acordo com Vitiello e Nairn (2009), essas iniciativas têm contribuído significativamente para a melhoria das condições urbanas, reduzindo a degradação ambiental e promovendo maior valorização dos bairros.

Os autores supracitados destacam que a reutilização de terrenos vagos por meio da agricultura urbana representa uma estratégia eficiente de requalificação territorial em cidades com histórico de declínio industrial, conforme se verifica na figura 22.

Figura 22. Cultivos de hortaliças e frutíferas pelo *Philadelphia Guild of Handweavers*



Fonte: Di Gioia, 2025.

Além disso, a agricultura urbana na Filadélfia tem sido diretamente associada à promoção da segurança alimentar, especialmente em áreas caracterizadas como *food deserts*. Segundo Vitiello, Grisso e Whiteside (2015), a produção local de alimentos em hortas comunitárias e fazendas urbanas contribui para ampliar o acesso a alimentos frescos em comunidades de baixa renda, reduzindo a dependência de cadeias alimentares longas e pouco acessíveis.

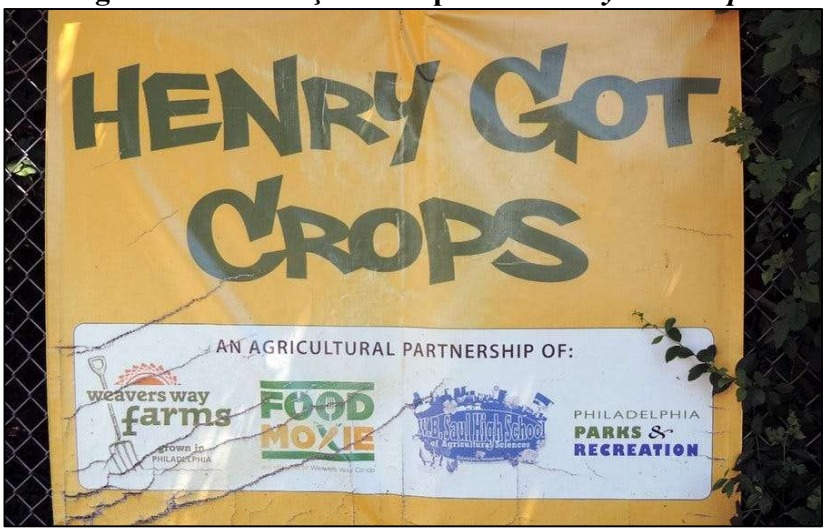
Outro aspecto relevante refere-se à dimensão social dessas iniciativas. A agricultura urbana na Filadélfia envolve fortemente a participação comunitária, sendo frequentemente organizada por associações locais, ONGs e grupos de moradores.

Conforme destaca McClintock (2014), a AUP nos Estados Unidos tem sido utilizada como ferramenta de justiça social, especialmente em bairros historicamente marginalizados, ao promover autonomia alimentar, geração de renda e fortalecimento das redes locais.

A atuação do poder público também tem contribuído para a consolidação dessas práticas. A cidade de Filadélfia incorporou a agricultura urbana em seus instrumentos de planejamento, reconhecendo seu potencial para o uso produtivo de terrenos ociosos e para o desenvolvimento sustentável, conforme se verifica na figura 23.

Segundo Vitiello e Wolf-Powers (2014), a institucionalização dessas iniciativas demonstra uma mudança na forma como as cidades passam a integrar a produção de alimentos às políticas urbanas, superando a visão tradicional que separava rigidamente o urbano do rural.

Figura 23. Associações de Apoio ao *Henry Got Crops*



Fonte: Di Gioia, 2025.

A experiência da Filadélfia evidencia que a AUP pode assumir múltiplas funções no espaço urbano contemporâneo, articulando produção de alimentos, regeneração territorial e inclusão social. Esse caso reforça a ideia de que a AUP não se limita à dimensão produtiva, mas se configura como uma estratégia territorial capaz de responder a desafios estruturais das cidades. Ao mesmo tempo, revela que seu desenvolvimento depende de condições específicas, como apoio institucional, mobilização social e disponibilidade de espaços urbanos, elementos que variam conforme o contexto analisado.

Além dos benefícios sociais e ambientais, a agricultura urbana nos Estados Unidos também contribui significativamente para a economia local. Estudos mostram que fazendas urbanas e hortas comunitárias podem criar empregos, fomentar o empreendedorismo e estimular a economia local por meio da venda direta de produtos agrícolas (Golden, 2013).

Em Detroit, uma cidade que tem enfrentado um declínio industrial significativo, a agricultura urbana acabou ajudando a repopular áreas abandonadas e oferecendo novas oportunidades econômicas para os residentes (Colasanti, Litjens, Hamm, 2010).

A expansão da agricultura urbana nos Estados Unidos também tem sido impulsionada por políticas públicas e apoios institucionais. Programas como o *Urban Agriculture Program* do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) fornecem financiamento e recursos técnicos para projetos de agricultura urbana em todo o país. Estas iniciativas são projetadas para apoiar o desenvolvimento de hortas comunitárias, fazendas urbanas e outras práticas agrícolas

sustentáveis em áreas urbanas e periurbanas (USDA, 2016). A legislação, como o "*Farm Bill*", também tem incluído disposições para apoiar a agricultura urbana, reconhecendo sua importância na promoção da segurança alimentar e na revitalização das comunidades urbanas (Brinkley, 2012).

Ademais, a agricultura urbana nos Estados Unidos está cada vez mais associada a iniciativas de justiça social e ambiental. Organizações comunitárias e grupos de defesa têm utilizado a agricultura urbana como uma ferramenta para combater as desigualdades socioeconômicas e raciais. Em cidades como Oakland e Baltimore, projetos de agricultura urbana são implementados em bairros historicamente marginalizados, oferecendo oportunidades para a construção de capacidades locais e o empoderamento econômico (Alkon e Agyeman, 2011). Esses projetos frequentemente incluem programas de formação profissional, oficinas de educação alimentar e iniciativas de empreendedorismo, promovendo uma abordagem holística para o desenvolvimento comunitário. A AUP não só contribui para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, mas também para a justiça social, criando um impacto positivo duradouro nas comunidades urbanas.

A AUP no México tem se consolidado como uma estratégia relevante para enfrentar desafios relacionados à segurança alimentar, à sustentabilidade ambiental e à desigualdade socioespacial nas grandes cidades. Em um contexto marcado por urbanização acelerada e crescimento de áreas periféricas com acesso limitado a serviços e alimentos de qualidade, a AUP emerge como uma alternativa que articula produção local, inclusão social e gestão sustentável dos recursos. Segundo Perfecto e Vandermeer, sistemas agrícolas urbanos podem contribuir significativamente para a resiliência das cidades latino-americanas ao integrar práticas agroecológicas ao ambiente urbano (Perfecto; Vandermeer, 2010).

A AUP tem ganhado destaque como uma resposta às necessidades crescentes de segurança alimentar e sustentabilidade em áreas urbanas. Cidades como a Cidade do México, Guadalajara e Monterrey têm implementado políticas e programas para incentivar o cultivo de alimentos dentro e ao redor das áreas urbanas. A Cidade do México, em particular, tem sido um exemplo com o programa "*Huertos Urbanos*" (**figura 24**), que visa transformar espaços urbanos subutilizados em hortas comunitárias produtivas. Essas iniciativas não só contribuem para o abastecimento de alimentos frescos, mas também promovem a coesão social e a educação ambiental entre os cidadãos (Sánchez *et al*., 2015).

Figura 24. Programa Urban Huerta, no bairro Chinampac de Juárez, na Cidade do México



Fonte: La Jornada, 2022.

No contexto das políticas públicas voltadas à agricultura urbana na Cidade do México, observa-se a atuação direta do poder público na promoção e expansão dessas práticas. Após a regulamentação da Lei de Hortas Urbanas, a Secretaria do Meio Ambiente da Cidade do México (SEDEMA), em articulação com a Procuradoria Social (PROSOC), passou a incentivar a implantação de hortas urbanas em unidades habitacionais e espaços públicos distribuídos pelos diferentes distritos da capital (SEDEMA, 2022, tradução nossa).

Como resultado dessas ações, foram implementadas diversas hortas urbanas em bairros e conjuntos habitacionais ao longo da cidade. Essas hortas foram instaladas tanto em áreas residenciais quanto em espaços coletivos, reforçando o caráter comunitário e descentralizado da agricultura urbana no contexto mexicano (SEDEMA, 2022, tradução nossa).

A criação dessas hortas está associada a objetivos mais amplos de sustentabilidade urbana, sendo compreendida como uma estratégia que contribui para a conservação ambiental, o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção do direito à cidade e a um ambiente saudável. O poder público tem atuado não apenas na implantação das hortas, mas também no incentivo à participação comunitária, estimulando moradores a se envolverem na criação e manutenção desses espaços produtivos (SEDEMA, 2022, tradução nossa).

Destaca-se também a implementação do Sistema de Hortas Urbanas (SHU), que funciona como uma rede de articulação entre diferentes iniciativas de agricultura urbana na cidade. Esse sistema conecta hortas comunitárias, escolares e residenciais, promovendo a troca de

conhecimentos, a difusão de práticas sustentáveis e a construção de uma rede colaborativa voltada à sustentabilidade urbana (SEDEMA, 2022, tradução nossa).

Além disso, as políticas públicas incluem suporte material e técnico para viabilizar a implementação dessas hortas. Os participantes recebem insumos agrícolas, como mudas, sementes, composto orgânico e estruturas básicas para cultivo, bem como acompanhamento técnico e orientação ambiental (SEDEMA, 2022, tradução nossa).

A experiência mexicana evidencia que a agricultura urbana tem sido incorporada de maneira estratégica às políticas ambientais e sociais, sendo reconhecida como uma solução baseada na natureza capaz de promover sustentabilidade, inclusão social e melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Iniciativas como os *Huertos Urbanos* buscam transformar espaços urbanos subutilizados em áreas produtivas, contribuindo para o abastecimento alimentar e para a valorização do espaço urbano. Além disso, a região de Xochimilco, reconhecida por seu sistema tradicional de *chinampas*, representa um caso emblemático de continuidade histórica da agricultura periurbana, conforme se verifica na figura 25 (Holt-Giménez, 2006).

Figura 25. Hortas Urbanas na Cidade do México



Fonte: SEDEMA, 2022.

Projetos como "*Azoteas Verdes*" incentivam a instalação de hortas em telhados, ajudando a reduzir a temperatura ambiente e a melhorar a qualidade do ar na cidade. Além disso, essas hortas

urbanas contribuem para a gestão sustentável da água, promovendo a captação e o uso eficiente da água da chuva (Buechler e Devi, 2003).

Em Guadalajara, a AUP tem sido promovida como uma ferramenta para o desenvolvimento comunitário e a redução da pobreza. Programas locais incentivam a criação de hortas familiares e comunitárias, fornecendo treinamento e recursos para que os moradores possam cultivar seus próprios alimentos. Esses projetos têm sido particularmente benéficos em áreas de baixa renda, em que o acesso a alimentos frescos é limitado. A participação comunitária nessas hortas não só melhora a segurança alimentar, mas também fortalece os laços sociais e promove a autossuficiência (González e Ascencio, 2015).

Monterrey, por sua vez, tem focado em integrar a AUP em seu planejamento urbano como uma estratégia para melhorar a sustentabilidade ambiental. Iniciativas como a criação de parques agrícolas e hortas escolares visam educar a população sobre práticas agrícolas sustentáveis e a importância da conservação ambiental. Esses projetos também servem como laboratórios vivos, onde estudantes e membros da comunidade podem aprender sobre biodiversidade, ciclos naturais e técnicas de cultivo orgânico (Rosset, 2006).

Além dessas experiências, cabe destacar que a agricultura urbana no México também está fortemente associada a movimentos sociais e práticas de economia solidária. Em diferentes cidades, organizações comunitárias têm utilizado a AUP como estratégia de resistência frente às desigualdades urbanas, promovendo inclusão social, geração de renda e valorização dos saberes locais.

A AUP no contexto mexicano revela-se como um fenômeno multifuncional, que articula dimensões produtivas, ambientais e sociais, assumindo características próprias conforme o contexto territorial em que se desenvolve.

As modalidades da AU que se destacam em Cuba são: “os organopônicos[18], áreas de cultivo de produtos hortícolas em canteiros e, em alguns casos, de criação de pequenos animais, que são instaladas em terrenos cedidos pelo Estado no interior e no entorno das cidades” (Hespanhol, R., e Hespanhol, A., 2018, p. 53). Esses sistemas de cultivo em canteiros elevados

[18] Organopônicos são um sistema de hortas orgânicas urbanas em Cuba. Eles consistem frequentemente de estruturas de concreto de baixo nível preenchidas com matéria orgânica do solo e, com linhas de irrigação por gotejamento colocada sobre a superfície do meio de crescimento (Embrapa, 2002).

com base orgânica — tornaram-se um dos principais símbolos da agricultura urbana cubana, conforme se verifica na figura 26.

Figura 26. Agricultura Urbana em Cuba



Fonte: EFE, 2016.

A agricultura urbana em Cuba é uma atividade que

> a) contribui para a ampliação da oferta de alimentos frescos e de qualidade à população do país, especialmente à parcela atendida pelas instituições; b) propicia o aproveitamento de terrenos ociosos no interior e na periferia das cidades; c) gera postos de trabalho, o que é de extrema importância numa economia que depende da importação de alimentos e que passou por uma profunda reestruturação, dispensando milhares de funcionários públicos nos últimos anos, deixando-os sem alternativas de renda no restrito mercado de trabalho cubano (Hespanhol, R., Hespanhol, A., 2018, p. 53).

De acordo Hespanhol, R. e Hespanhol, A. (2018) a agricultura urbana em Cuba é responsável por fornecer alimentos frescos diretamente à população urbana, reduzindo a dependência de cadeias longas de abastecimento e fortalecendo a soberania alimentar. Além do aspecto produtivo, a agricultura urbana em Cuba está fortemente vinculada à organização estatal e comunitária. O governo cubano institucionalizou essas práticas por meio de programas nacionais, promovendo assistência técnica, distribuição de insumos e capacitação.

Na Costa Rica, a AUP tem sido incorporada às políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, refletindo o histórico do país na promoção de práticas ecológicas. Em cidades como

San José, iniciativas de hortas urbanas têm sido incentivadas por programas governamentais e organizações não governamentais, com foco na educação ambiental e na produção de alimentos saudáveis (Pretty, 2008).

As práticas de agricultura urbana na Costa Rica estão frequentemente associadas a projetos educativos e comunitários, envolvendo escolas, universidades e associações locais. Essas iniciativas promovem o uso sustentável do solo, a compostagem e o cultivo orgânico, contribuindo para a formação de uma cultura ambiental urbana. De acordo com FAO (2014), programas de agricultura urbana em países latino-americanos têm sido fundamentais para promover segurança alimentar e educação ambiental em contextos urbanos.

Outro aspecto importante refere-se à inserção da AUP em programas educativos e comunitários. Na Costa Rica, escolas, universidades e centros comunitários desempenham papel ativo na disseminação dessas práticas, utilizando hortas urbanas como ferramentas pedagógicas, essas iniciativas contribuem para a formação de uma consciência ambiental desde a infância, além de promover hábitos alimentares mais saudáveis (Gliessman, 2015).

Além disso, a agricultura urbana costarriquenha está vinculada à promoção de circuitos curtos de comercialização e economias locais. Pequenos produtores urbanos participam de feiras agroecológicas e mercados locais, onde comercializam diretamente seus produtos, reduzindo intermediários e fortalecendo a economia territorial (Pretty, 2008).

A atuação do Estado também se mostra importante nesse processo como a criação de: políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à sustentabilidade ambiental têm incentivado a adoção de práticas agrícolas em áreas urbanas e periurbanas. Programas de apoio técnico, distribuição de insumos e incentivo à agroecologia demonstram que a agricultura urbana vem sendo gradualmente integrada às estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável (Altieri, 2009).

Por fim, a experiência da Costa Rica evidencia que a AUP pode assumir um papel estratégico na construção de cidades mais sustentáveis, articulando produção de alimentos, educação ambiental e desenvolvimento comunitário. Diferentemente de outros contextos marcados por crises estruturais, como Cuba, a AUP costarriquenha se desenvolve em um ambiente de planejamento ambiental consolidado, o que reforça seu caráter preventivo e educativo.

Outro país que a AUP desempenha um importante papel é na Guatemala, pois em um contexto marcado por fortes desigualdades socioeconômicas, precariedade urbana e insegurança alimentar persistente. Diferentemente de experiências mais institucionalizadas, como em Cuba, ou

orientadas por políticas ambientais consolidadas, como na Costa Rica, a AUP guatemalteca emerge, em grande medida, como uma estratégia de sobrevivência adotada por populações urbanas vulneráveis.

Em cidades como Guatemala City, o crescimento urbano desordenado e a expansão de assentamentos informais criaram condições em que o acesso a alimentos frescos e de qualidade é limitado, o que reforça a importância da produção local em pequena escala. Segundo a FAO (2014), países da América Central apresentam elevados índices de insegurança alimentar urbana, o que contribui para a difusão de práticas agrícolas em ambientes urbanos como forma de complementar a alimentação familiar.

A agricultura urbana na Guatemala caracteriza-se, predominantemente, por iniciativas de pequena escala, realizadas em quintais, terrenos baldios ou áreas comunitárias, com forte orientação ao autoconsumo. Essas práticas envolvem o cultivo de hortaliças, milho e plantas tradicionais, muitas vezes utilizando técnicas simples e baixo nível de insumos externos. Mougeot (2000), expõe que em contextos de baixa renda, a agricultura urbana tende a assumir uma função essencialmente de subsistência, sendo fundamental para a manutenção das condições mínimas de reprodução social de famílias urbanas.

No entanto, ao contrário de abordagens que enfatizam apenas os benefícios da AUP, é necessário reconhecer os limites estruturais que condicionam seu desenvolvimento na Guatemala. A falta de acesso à terra regularizada, a escassez de apoio técnico contínuo e a ausência de políticas públicas robustas dificultam a consolidação dessas práticas em escala mais ampla (Van Veenhuizen; Danso, 2007).

Além disso, muitos dos projetos de agricultura urbana na Guatemala são impulsionados por organizações não governamentais e organismos internacionais, o que revela uma dependência significativa de agentes externos para sua implementação e continuidade. Programas de capacitação, distribuição de insumos e incentivo à produção agrícola têm sido promovidos por essas instituições, mas frequentemente enfrentam dificuldades de permanência a longo prazo. Como apontam Zezza e Tasciotti (2010), a agricultura urbana pode contribuir para a segurança alimentar, mas dificilmente resolve, de forma isolada, problemas estruturais relacionados à pobreza urbana e à desigualdade no acesso a recursos.

Outro aspecto relevante refere-se à limitação da capacidade produtiva dessas iniciativas. A reduzida disponibilidade de espaço, aliada às condições ambientais adversas e à baixa

disponibilidade de insumos, restringe o volume de produção, o que impede que a agricultura urbana se consolide como uma alternativa econômica significativa. Embora contribua para complementar a alimentação das famílias, sua capacidade de geração de renda permanece limitada em muitos casos (Mougeot, 2000).

A experiência guatemalteca evidencia tanto o potencial quanto as limitações da AUP em contextos de elevada vulnerabilidade socioeconômica. Se, por um lado, essas práticas desempenham um papel importante na segurança alimentar e na sobrevivência de populações urbanas marginalizadas, por outro, sua eficácia é condicionada por fatores estruturais que vão além da escala local.A análise da AUP na Guatemala reforça a necessidade de compreender essas iniciativas de forma crítica, reconhecendo que, sem políticas públicas consistentes e transformação das condições estruturais, a agricultura urbana tende a operar mais como resposta emergencial do que como solução consolidada para os desafios urbanos.

Na América do Sul, a AUP tem se consolidado como uma resposta criativa aos desafios urbanos e ambientais enfrentados pelas cidades da região. Países como Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela têm adotado estratégias variadas para integrar práticas agrícolas sustentáveis dentro de seus contextos urbanos. Em Buenos Aires, Argentina, o programa "*Huertas de la Ciudad*" (Figura 27) tem transformado terrenos ociosos em hortas comunitárias, não apenas como fonte de alimentos frescos, mas também como espaços de integração social e educação ambiental para os moradores locais (Gallardo Araya, 2012).

A AUP na Argentina tem se consolidado como uma prática no enfrentamento da insegurança alimentar, na promoção da economia social e na reorganização de espaços urbanos, especialmente a partir das crises econômicas que marcaram o país nas últimas décadas. Em cidades como Buenos Aires, Rosário e Córdoba, a AUP passou a ser incorporada tanto por iniciativas comunitárias quanto por políticas públicas, configurando-se como uma estratégia de geração de renda e de acesso a alimentos frescos. Segundo Le Gall, a expansão da agricultura urbana no país está diretamente associada às transformações socioeconômicas e à necessidade de construção de alternativas locais de subsistência (Le Gall, 2011).

Figura 27. Horta no Jardim Garay, em Buenos Aires



Fonte: Diaz, 2019.

Um dos principais marcos da agricultura urbana na Argentina é o programa *ProHuerta*, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social. Criado na década de 1990, o programa tem como objetivo promover a autoprodução de alimentos por meio da distribuição de sementes, capacitação técnica e incentivo à criação de hortas familiares e comunitárias. De acordo com *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA), o *ProHuerta* alcançou milhares de famílias em áreas urbanas e periurbanas, contribuindo para melhorar a alimentação e fortalecer práticas de agricultura sustentável.

Além da dimensão alimentar, a AUP na Argentina está fortemente vinculada à economia social e solidária. Em cidades como Rosário, a agricultura urbana foi incorporada a políticas públicas municipais, articulando produção, comercialização e inclusão social. Hang *et al.*, (2015), destaca que essas iniciativas permitem que setores vulneráveis da população participem de circuitos produtivos e comerciais, gerando renda e fortalecendo a autonomia econômica.

Outro aspecto refere-se à organização territorial da agricultura periurbana, especialmente nos chamados cinturões verdes (*cinturones hortícolas*) que abastecem grandes centros urbanos. Nessas áreas, pequenos produtores desempenham papel fundamental no fornecimento de hortaliças e alimentos frescos para as cidades. No entanto, esses territórios enfrentam pressões decorrentes da expansão urbana, especulação imobiliária e precarização das condições de trabalho, pois a

agricultura periurbana na Argentina apresenta uma dualidade entre seu potencial produtivo e as dificuldades estruturais que limitam sua sustentabilidade (Hang *et al.*, 2018).

No entanto, assim como em outros países da América Latina, seu desenvolvimento é marcado por contradições, envolvendo tanto avanços institucionais quanto limitações estruturais. A AUP na Argentina revela-se como um campo em disputa, no qual diferentes atores — Estado, movimentos sociais e produtores — buscam afirmar modelos distintos de produção e organização do território urbano.

Na Colômbia, Medellín tem se destacado com seu projeto "*Medellín Verde*" (Figura 28), que utiliza técnicas inovadoras de agricultura urbana para transformar áreas urbanas em espaços produtivos e sustentáveis. Este programa inclui a criação de hortas comunitárias, cultivo em telhados e iniciativas de educação ambiental, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos residentes (EFE, 2016).

Figura 28. Colheita de hortaliças e alface em um terraço na Comuna 13 em Medellín



Fonte: EFE, 2024.

Na Comuna 13 de Medellín, um bairro historicamente afetado pela violência, o projeto *Terrazas Verdes* simboliza uma nova esperança através da agricultura hidropônica urbana. Este projeto não apenas visa melhorar a qualidade de vida dos moradores, mas também oferece oportunidades de emprego significativas, especialmente para mães solteiras que sustentam suas famílias (EFE, 2024).

Além da experiência da Comuna 13, a agricultura urbana na Colômbia tem se expandido em outras cidades como Bogotá, onde programas institucionais têm buscado integrar a produção

de alimentos ao planejamento urbano. A prefeitura da capital colombiana, por meio de iniciativas voltadas à segurança alimentar, tem incentivado a criação de hortas urbanas em bairros periféricos, escolas e espaços comunitários (EFE, 2024).

Nesse contexto, destaca-se o programa de AUP promovido pelo Jardim Botânico de Bogotá, que atua na capacitação de moradores, distribuição de insumos e acompanhamento técnico das hortas urbanas. O programa busca fortalecer a autonomia alimentar das famílias e incentivar práticas agroecológicas, contribuindo para a construção de sistemas alimentares mais locais e resilientes (EFE, 2024).

Outro ponto importante refere-se ao papel da agricultura urbana na promoção da inclusão social em áreas urbanas vulneráveis. Em diversas cidades colombianas, essas práticas têm sido adotadas como estratégia para gerar renda complementar e reduzir a insegurança alimentar, especialmente entre populações de baixa renda. Ao mesmo tempo, a participação em hortas comunitárias contribui para o fortalecimento das relações sociais e para a construção de redes de apoio entre os moradores.

Em Santiago, Chile, o programa "*Agricultura Urbana Sustentable*" tem incentivado a implantação de hortas urbanas e jardins comunitários como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento urbano sustentável, conforme se verifica na figura (Rodríguez *et al.*, 2019).

Em uma reportagem do jornal El País, María José Sepúlveda, ressaltou que ter uma horta é uma forma de cuidar de si mesma. É a primeira coisa que ela diz quando começa a se lembrar de como surgiu a ideia de criar um espaço para plantar e colher vegetais “em um pequeno terreno cercado por prédios de até 27 andares (...) para mim, o jardim é extremamente importante em termos materiais e imateriais” (tradução nossa).

De acordo com a entrevistada, a ideia nasceu em um contexto complexo: em meio à onda de protestos sociais no Chile e ao início da pandemia de Covid-19. “Naquele momento, quando estávamos todos confinados, era absolutamente necessário que minha mente e meu corpo colocassem a mão na massa. Estávamos entre quatro paredes hostis, então colocar a ideia em prática foi muito rápido, desde o momento em que a apresentamos na assembleia”, diz Sepúlveda (tradução nossa).

Figura 29. Horta Urbana em Santiago, no Chile



Fonte: Yanjari, 2023.

Além dos exemplos já citados, a cidade de Cingapura tem se destacado na implementação de práticas de AUP, adaptando-se à sua alta densidade populacional e limitada disponibilidade de terras.

O governo de Cingapura investiu em tecnologias avançadas como a agricultura vertical e a aquaponia[19], permitindo a maximização da produção de alimentos em espaços reduzidos (Sanyé-Mengual *et al*., 2015).

Em Singapura, a AUP assume características bastante distintas daquelas observadas em países latino-americanos, estando fortemente associada à inovação tecnológica e à segurança alimentar em um território com severas limitações físicas. Com menos de 1% de sua área destinada à agricultura, o país depende amplamente da importação de alimentos, o que levou o governo a desenvolver estratégias para aumentar a produção local por meio de sistemas altamente intensivos e tecnologicamente avançados (Sanyé-Mengual *et al*., 2015).

Um dos exemplos mais emblemáticos é o sistema de agricultura vertical desenvolvido por empresas como a *Sky Greens*, que utiliza estruturas rotativas para otimizar a produção de vegetais em espaços reduzidos (figura 30).

De acordo com a URBAN REDEVELOPMENT AUTHORITY (2024), essas fazendas verticais permitem produzir alimentos em ambientes urbanos com uso eficiente de água, energia e espaço, sendo uma resposta direta às limitações territoriais do país. Esses sistemas utilizam

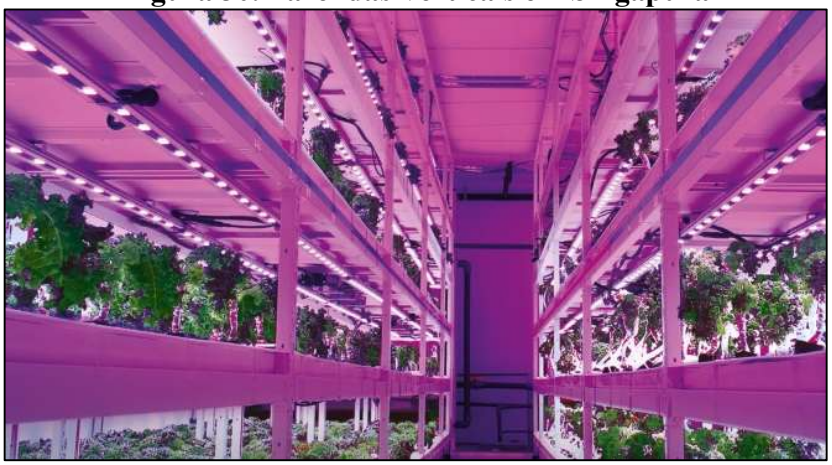
[19] Produção integrada de peixes e vegetais tendo como base a recirculação de água e nutrientes em sistema fechado. É um sistema completo e de fácil manejo, que permite a semeadura e a produção de mudas vegetais, possibilitando, a condução de todo o ciclo de produção no mesmo local (Embrapa, 2022).

tecnologia hidropônica e controle climático, reduzindo a dependência de condições naturais e aumentando a produtividade por área, conforme se verifica na figura 30.

Além disso, o governo de Singapura tem implementado políticas públicas específicas para fortalecer a produção local de alimentos, como a estratégia "*30 by 30*", que estabelece a meta de produzir 30% das necessidades nutricionais do país até 2030. Segundo a *Singapore Food Agency*, essa iniciativa envolve investimentos em tecnologia agrícola, incentivos financeiros e apoio a startups do setor agroalimentar, evidenciando o papel central do Estado na promoção da agricultura urbana (URBAN REDEVELOPMENT AUTHORITY, 2024).

Outro aspecto refere-se à integração entre agricultura urbana e planejamento urbano. Em Singapura, hortas em telhados, *fazendas indoors* e espaços produtivos são incorporados ao tecido urbano como parte de uma estratégia mais ampla de cidade sustentável. Conforme destaca a FAO (2019), cidades altamente urbanizadas têm adotado soluções baseadas em tecnologia para integrar a produção de alimentos ao ambiente urbano, reduzindo a vulnerabilidade dos sistemas alimentares frente a crises globais.

Figura 30. Fazendas Verticais em Singapura



Fonte: *Urban Redevelopment Authority*, 2024.

Entretanto, apesar dos avanços tecnológicos, a agricultura urbana em Singapura enfrenta limitações relacionadas ao alto custo de implementação e à dependência de tecnologia intensiva. Esses fatores restringem a expansão dessas práticas a modelos altamente especializados, muitas vezes inacessíveis para iniciativas comunitárias de pequena escala.

Diferentemente de contextos latino-americanos, onde a AUP está ligada à subsistência e inclusão social, em Singapura ela se configura como uma estratégia estatal e empresarial voltada à eficiência produtiva e à segurança alimentar em larga escala.

No continente africano, a cidade de Dar es Salaam, na Tanzânia, adotou práticas de agricultura urbana para enfrentar os desafios da urbanização e da insegurança alimentar. Diversas iniciativas têm sido implementadas para incentivar o cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais em áreas urbanas e periurbanas. Esses projetos têm sido bem-sucedidos na melhoria da geração de renda adicional para famílias de baixa renda (Armar-Klemesu, 2000).

No Quênia, a agricultura urbana tem se consolidado como uma prática amplamente difundida em Nairobi (figura 31), especialmente em assentamentos informais, onde o acesso a alimentos e renda é limitado (Foeken, 2006).

Figura 31. Agricultura Urbana no Quênia



Fonte: Moyoyo, 2015.

Uma prática bastante difundida é o chamado *sack gardening* (cultivo em sacos), conforme se verifica na figura 32, técnica que permite produzir hortaliças em espaços extremamente limitados. Essa forma de cultivo tem sido especialmente importante em áreas densamente povoadas, onde a disponibilidade de terra é restrita. Segundo Foeken (2006), essas práticas demonstram a capacidade de adaptação das populações urbanas frente às limitações espaciais e econômicas.

Figura 32. Cultivo em Sacos no Quênia



Fonte: Moyoyo, 2015.

No entanto, cultivar em uma favela inevitavelmente apresenta suas complicações. Além da escassez de terra e espaço, encontrar áreas livres de contaminação também pode ser um desafio

> Segundo Eva Kadzo, oficial de saúde pública e estrategista comunitária do Ministério da Saúde, o cultivo em sacos em Kibera ajudou a desencorajar as pessoas de plantar perto de lixões e esgotos, prática comum na região. Muitos desses esgotos contêm metais pesados, como chumbo e mercúrio, representando um risco à saúde de quem consome vegetais cultivados nas proximidades.
> Joyce Anyango, de 30 anos, mãe de três filhos, diz que se tornar uma agricultora independente que vende seus vegetais em sacos mudou sua vida. Ela ganha entre US$ 40 e US$ 70 por mês com a venda de seus vegetais e planeja aumentar o número de sacos para impulsionar sua renda. “Eu costumava ter dificuldades para alimentar minha família", diz ela. "No entanto, hoje em dia não só tenho vegetais disponíveis com facilidade, como também consigo ganhar um dinheirinho extra com a venda deles” (Moyoyo, 2015, n.p.) (tradução nossa).

Além do cultivo vegetal, a criação de pequenos animais, como galinhas, também é comum e contribui para a diversificação alimentar das famílias. Essas atividades são realizadas, muitas vezes, de forma informal, sem regulamentação clara, o que gera conflitos relacionados ao uso do espaço urbano e à legislação sanitária, ainda assim, sua importância para a sobrevivência de muitas famílias é evidente.

Entretanto, a agricultura urbana em Nairobi enfrenta desafios significativos, como a insegurança fundiária, a falta de apoio institucional e as limitações sanitárias. Conforme destaca De Zeeuw e Drechsel (2015), a ausência de políticas públicas consistentes dificulta a consolidação dessas práticas, que permanecem, em grande parte, marginalizadas no planejamento urbano.

A experiência queniana evidencia uma agricultura urbana marcada pela informalidade e pela necessidade, sendo fundamental para a subsistência de populações vulneráveis, mas ainda pouco integrada às políticas urbanas formais.

Já na Oceania, na Austrália, a cidade de Melbourne tem investido na promoção da agricultura urbana como parte de sua estratégia de sustentabilidade. O projeto "*Melbourne Urban Forest Strategy*" integra a agricultura urbana no planejamento de espaços verdes da cidade, promovendo o cultivo de alimentos em jardins comunitários, telhados verdes e outras áreas urbanas (Mougeot, 2006).

É importante notar que a AUP tem tido um crescimento significativo não apenas no Brasil, mas também em países como Austrália, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, França e Nova Zelândia, conforme mencionado por Corbould (2013, p. 2).

> Terrenos para cultivo são diversos, incluindo parapeitos, telhados, porões, paredes, terrenos de recreio e beira de estrada. Estes jardins funcionam principalmente como jardins comunitários. Apesar de sua crescente popularidade, a agricultura urbana alimenta apenas uma pequena porcentagem da população nessas cidades. O Comitê de Agricultura Urbana da América do Norte estima que as áreas urbanas produzem apenas 5% do consumo de alimentos urbanos. A capacidade de produção é limitada pela quantidade de espaço disponível e pelos elevados custos associados à agricultura urbana (Tradução Nossa).[20]

Contudo, Corbould (2013, p. 3) afirma que a função da agricultura urbana na segurança alimentar é consideravelmente mais significativa nos países em desenvolvimento, pois é:

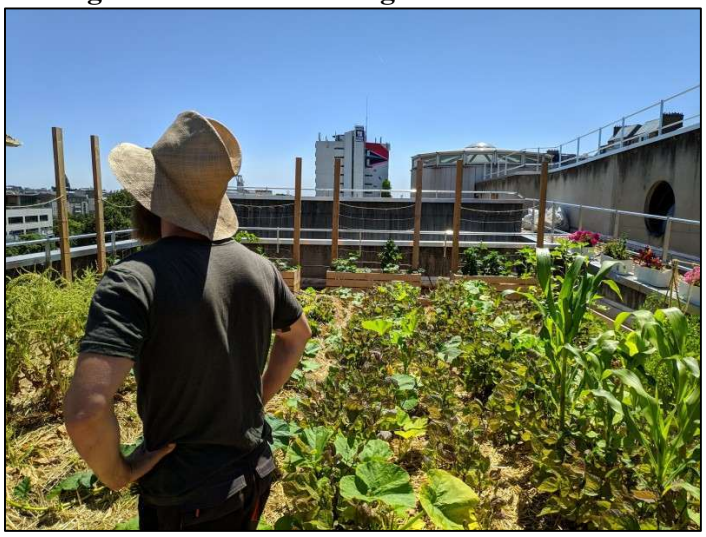
> É amplamente praticado em países em desenvolvimento, como Índia, Vietnã, China, Cuba, Gana, Uganda e Quênia. Em muitas destas áreas, a produção agrícola urbana constitui uma grande percentagem da produção agrícola total. Cerca de 90% do consumo de vegetais frescos na capital do Gana vem da produção dentro da cidade. Em Hanói, no Vietnã, 80% dos vegetais frescos e 40% dos ovos são produzidos pela agricultura urbana e periurbana. Este nível de produção pode ser atribuído à grande proporção da população envolvida. Em algumas cidades asiáticas, até 80% da população está envolvida na agricultura urbana; em países africanos, aproximadamente 40% da população urbana está envolvida. A agricultura urbana é particularmente benéfica para os pobres

[20] Land plots to grow crops are diverse, including windowsills, rooftops, basements, walls, recreational grounds and roadsides. These gardens mostly operate as community gardens. Despite its growing popularity, urban agriculture feeds only a very small percentage of the population in these cities. The North American Urban Agriculture Committee estimates that urban areas produce only 5 per cent of urban food consumption. Production capacity is limited by the amount of space available and the high costs associated with urban farming.

> urbanos, pois fornece uma fonte estável de alimentos ricos em nutrientes que de outra forma não estariam disponíveis (Tradução Nossa).[21]

Na Europa, a cidade de Paris tem implementado projetos para integrar a AUP em seu planejamento urbano. O programa "*Parisculteurs*" (Figura 33) visa criar dezenas de hectares de espaços verdes produtivos até 2024, incluindo jardins verticais, fazendas urbanas e telhados verdes. Esses projetos não apenas contribuem para a produção local de alimentos, mas também ajudam a reduzir a poluição, melhorar a qualidade do ar e aumentar a biodiversidade urbana (Dubbeling *et al*., 2010). A experiência de Paris evidencia como a AUP pode ser integrada de maneira eficaz no planejamento urbano moderno, trazendo benefícios ambientais, sociais e econômicos para as cidades.

Figura 33. Horta do Programa *Parisculteurs*



Fonte: *Parisculteurs*, 2023.

Nas últimas décadas, a agricultura tem se distanciado gradualmente das áreas urbanas. Para fomentar o engajamento dos moradores com as questões agrícolas atuais, a cidade de Paris apoia ativamente a agricultura urbana por meio dos *Parisculteurs*, além das seguintes iniciativas:

[21] It is practiced widely in developing countries such as India, Vietnam, China, Cuba, Ghana, Uganda and Kenya. In many of these areas, produce from urban agriculture constitutes a large percentage of total crop production. Around 90 per cent of fresh vegetable consumption in Ghana's capital comes from production within the city. In Hanoi, Vietnam, 80 per cent of fresh vegetables and 40 per cent of eggs are produced by urban and peri-urban agriculture. This level of production can be attributed to the large proportion of the population involved. In some Asian cities, as much as 80 per cent of the population is involved in urban agriculture; in African countries, approximately 40 per cent of the urban population is involved. Urban agriculture is particularly beneficial to the urban poor, as it provides a stable source of nutrient-rich food that would otherwise be unavailable.

> - *AgriParis Seine*, uma associação de cooperação territorial que une as forças de sete atores ou comunidades, incluindo Paris, para reduzir o impacto da produção de alimentos no meio ambiente. O objetivo é também melhorar a restauração coletiva parisiense;
> - A implementação de um novo plano alimentar sustentável que estabelece objetivos ambiciosos para uma restauração coletiva municipal 100% biológica e sustentável: 75% de alimentos com rótulo biológico, 100% de produtos sazonais e 50% produzidos num raio de 250 km de Paris em particular;
> - O desenvolvimento de projetos de agricultura sustentável num raio de 250 km em torno de Paris, através da mobilização de terras da cidade de Paris nesta área;
> - O estabelecimento de mecanismos de financiamento para apoiar a agricultura urbana com o "*Paris Sème*" e a formação em profissões agrícolas e alimentares sustentáveis com o "Paris Fértil";
> - Um incentivo ao desenvolvimento da agricultura urbana diretamente incluído no Plano Urbano Local da Cidade de Paris;
> - *La Ferme de Paris*, demonstrador na gestão de práticas agroecológicas. Lá também está instalado um espaço de teste administrado pela "*Cooperativa Les Champs des Possibles*";
> - A escola *Breuil*, um lugar para formar, entre outros, futuros agricultores urbanos.
> - Desenvolvimento e acesso a hortas partilhadas;
> - O desenvolvimento e manutenção da vinha parisiense (Les Parisculters, 2024) (Tradução nossa).[22]

Na Itália, a AUP tem se desenvolvido de forma articulada às transformações do espaço urbano e às políticas de planejamento territorial, assumindo um papel relevante na reconfiguração das relações entre cidade e campo. Segundo Barbati; Di Feliciantonio (2017), a agricultura urbana italiana deve ser compreendida no contexto da multifuncionalidade da agricultura europeia, na qual a produção de alimentos se combina com funções ambientais, sociais e culturais. Esse

[22] - AgriParis Seine, a territorial cooperation association which unites the forces of seven actors or communities, including Paris, to reduce the impact of food production on the environment. The goal is also to improve Parisian collective catering;
- The implementation of a new sustainable food plan which sets ambitious objectives for 100% organic and sustainable municipal collective catering: 75% organic-labelled foods, 100% seasonal products and 50% produced within 250 km from Paris in particular;
- The development of sustainable agriculture projects within a 250 km radius around Paris, through the mobilization of land from the City of Paris in this area;
- The establishment of financing mechanisms to support urban agriculture with "Paris Sème" and training in agricultural and sustainable food professions with "Paris Fertile";
- An incentive to develop urban agriculture directly included in the Local Urban Plan of the City of Paris;
- La Ferme de Paris, demonstrator in the management of agroecological practices. A test space run by "Les Champs des Possibles Cooperative" is also installed there;
- The Breuil school: a place to train, among others, future urban farmers. Development and access to shared gardens;
- The development and maintenance of Paris vines.

enquadramento permite entender a AUP não apenas como prática produtiva, mas como parte integrante das estratégias de sustentabilidade urbana.

Na Itália, cidades como Roma, Milão, Turim e Bolonha têm adotado programas e políticas para promover a agricultura urbana, reconhecendo seu papel na promoção da segurança alimentar. Em Roma, por exemplo, iniciativas como os "*Orti Urbani*" têm transformado terrenos ociosos e telhados em hortas comunitárias, proporcionando não apenas alimentos frescos, mas também espaços de encontro e educação ambiental para os cidadãos (Barbati e Di Feliciantonio, 2017).

De acordo com Salvia (2016), as hortas urbanas na Itália desempenham um papel importante na requalificação de espaços urbanos degradados, além de contribuírem para o fortalecimento das relações comunitárias.

Além disso, a Itália tem se destacado na valorização e preservação de práticas agrícolas tradicionais periurbanas, como as vinhas e olivais nas colinas ao redor das cidades históricas. Essas áreas periurbanas não só fornecem produtos agrícolas de qualidade para os mercados locais e internacionais, mas, também desempenham um papel na conservação da paisagem cultural e na biodiversidade. A integração da agricultura periurbana com o turismo rural tem promovido uma economia sustentável nessas regiões, destacando a importância da agricultura como um componente da identidade cultural e econômica italiana (Salvia, 2016).

Outro aspecto relevante refere-se à forte presença da agricultura periurbana, especialmente nas áreas de transição entre o urbano e o rural. Nessas regiões, a produção agrícola mantém importância econômica significativa, contribuindo para o abastecimento alimentar das cidades. Segundo Salvia (2016), a agricultura periurbana na Itália está inserida em sistemas agroalimentares territoriais que valorizam produtos locais e circuitos curtos de comercialização, reforçando a conexão entre produtores e consumidores.

A AUP italiana também se destaca pela valorização dos produtos locais e pela integração com políticas de qualidade alimentar, como as denominações de origem protegida (DOP) e os mercados locais. Essa articulação fortalece economias regionais e contribui para a preservação de práticas agrícolas tradicionais. Conforme argumenta Brunori (2007), os sistemas agroalimentares locais desempenham um papel estratégico na construção de modelos sustentáveis de produção e consumo na Europa.

Além disso, a agricultura urbana na Itália tem sido associada a iniciativas de inclusão social, envolvendo idosos, imigrantes e populações em situação de vulnerabilidade. As hortas

urbanas são frequentemente utilizadas como espaços de integração social, promovendo atividades comunitárias e educativas. De acordo com Tornaghi (2014), a agricultura urbana europeia, incluindo o caso italiano, apresenta uma forte dimensão social, sendo utilizada como instrumento de coesão e participação cidadã.

No entanto, a AUP na Itália também enfrenta desafios, especialmente relacionados à pressão urbana sobre o uso do solo e à especulação imobiliária em áreas periurbanas. A expansão das cidades tem reduzido a disponibilidade de terras agrícolas, colocando em risco a continuidade dessas práticas. Segundo Barbati; Di Feliciantonio (2017), a preservação da agricultura periurbana depende de políticas territoriais eficazes que consigam equilibrar crescimento urbano e proteção dos espaços agrícolas.

Outro ponto importante refere-se à institucionalização dessas práticas. Embora existam políticas locais de incentivo, a agricultura urbana na Itália ainda apresenta grande heterogeneidade, variando significativamente entre diferentes cidades. Algumas administrações municipais possuem programas estruturados, enquanto outras dependem de iniciativas comunitárias mais autônomas, o que resulta em diferentes níveis de consolidação da AUP no território.

A experiência italiana evidencia uma AUP fortemente integrada às dinâmicas territoriais e às políticas de planejamento, destacando-se pela multifuncionalidade e pela valorização dos sistemas alimentares locais. Ao mesmo tempo, revela a necessidade de políticas públicas mais consistentes para garantir sua continuidade frente às pressões urbanas, consolidando seu papel como elemento estratégico na construção de cidades mais sustentáveis.

A AUP também está presente em São Petersburgo, na Rússia e é uma importante estratégia para superar a escassez de alimentos e implementar melhorias na qualidade de vida. “Historicamente, ela se desenvolveu principalmente nas zonas periurbanas, mas hoje está sendo cada vez mais implementada dentro dos limites da cidade” (Moldakov, 2000, p. 57).

As principais razões pelas quais os residentes da cidade praticam a AUP são: “**autossuficiência**, especialmente no consumo de verduras frescas; **renda adicional**, obtida por meio da venda de frutas, hortaliças, ovos, leite e flores; **acesso a alimentos mais saudáveis; passatempo e lazer e uso produtivo de recursos "gratuitos"** (Moldakov, 1999, p. 58).

Ao longo dos anos, diversos tipos de agricultura urbana se estabeleceram na cidade. Atualmente, temos tanto os antigos tipos cooperativados (*dacha, sadovodstvo e ogorod*) quanto parcelas individuais coexistindo (Moldakov, 2000).

As *dachas* são conjuntos de pequenas hortas, variando entre 0,08 e 0,15 hectares (de 800 a 1.500 metros quadrados), acompanhadas de casas. Elas geralmente estão situadas nas áreas periurbanas das cidades mais antigas e, atualmente, são de propriedade privada. Na região de Leningrado, existem aproximadamente 150.000 dachas, a maioria localizada a cerca de 50 km da cidade. Essas hortas produzem basicamente para consumo próprio (Moldakov, 2000).

Um *sadovodstvo* é uma comunidade composta por aproximadamente 50 a 600 parcelas, geralmente com 0,06 hectares cada, contendo pequenas casas de verão e uma infraestrutura comum. Esses *sadovodstvos* estão localizados nas zonas periurbanas de novas cidades, povoados e áreas industriais, e agora são propriedades privadas. Atualmente, existem cerca de 2.800 comunidades hortícolas oficialmente registradas ao redor de São Petersburgo, totalizando aproximadamente 560.000 parcelas (Maydachenko, 1999a). A produção é majoritariamente destinada à subsistência (Moldakov, 2000).

Um *ogorod* são pequenas hortas, variando entre 0,02 e 0,3 hectares, sem construções e com pouca ou nenhuma infraestrutura. Na maioria dos casos, os *ogorods* são entidades informais ou até ilegais. “Eles estão geralmente localizados nas zonas periurbanas de povoados menores, em terrenos municipais ou de propriedade privada. Estima-se que existam cerca de 180.000 *ogorods*” (Moldakov, 2000, p. 59).

Em Portugal, a AUP tem ganhado maior visibilidade nas últimas décadas, especialmente em cidades como Lisboa e Porto, onde essas práticas passaram a ser incorporadas a políticas municipais e estratégias de sustentabilidade urbana.

Conforme destaca Madaleno (2001) em estudos sobre territorialidade e uso do espaço, a agricultura urbana portuguesa deve ser compreendida no contexto das transformações socioespaciais e da reapropriação de áreas urbanas por práticas produtivas e comunitárias. Nesse cenário, a AUP emerge tanto como estratégia ambiental quanto como resposta a demandas sociais.

Um dos principais marcos da agricultura urbana em Portugal é o programa das Hortas Urbanas Municipais de Lisboa (figura 34), que promove a criação de espaços agrícolas organizados em áreas públicas. Esses projetos são regulamentados pela prefeitura e incluem a concessão de parcelas para cultivo, além de orientação técnica e regras de uso sustentável (Madaleno, 2001).

Figura 34. Horta Urbana na cidade de Lisboa, Portugal



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2024.

Atualmente, Lisboa conta com 22 parques hortícolas, que somam 888 áreas de cultivo, ocupando cerca de 10 hectares de área agrícola (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2024).

Além disso, a agricultura urbana em Portugal está frequentemente associada à requalificação de espaços urbanos degradados. Terrenos abandonados, áreas periurbanas e espaços intersticiais passam a ser utilizados para o cultivo de alimentos, promovendo a revitalização urbana e a valorização do território (Delgado, 2017).

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão social da AUP em Portugal. As hortas urbanas são frequentemente utilizadas como instrumentos de inclusão social, envolvendo idosos, desempregados e populações em situação de vulnerabilidade. Esses espaços funcionam como locais de convivência, troca de conhecimentos e fortalecimento de vínculos comunitários (Madaleno, 2001).

De acordo com Madaleno (2001), a agricultura urbana em contextos europeus, como o português, assume uma função que vai além da produção de alimentos, incorporando elementos de coesão social e bem-estar.

A agricultura periurbana também mantém importância significativa em Portugal, especialmente em regiões próximas a grandes centros urbanos, onde a produção agrícola contribui para o abastecimento local. No entanto, essas áreas enfrentam pressões decorrentes da expansão urbana e da valorização imobiliária, conforme discutido por Madaleno (2001).

Durante o período de 1º de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026, foi realizado o estágio de doutorado sanduíche na Universidade de Alicante, Espanha, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Essa experiência representou uma etapa fundamental na consolidação do percurso acadêmico, permitindo o aprofundamento teórico e metodológico sobre as práticas de AUP em contextos europeus, com especial atenção ao caso do município de Alicante, localizado na Comunidade Valenciana.

O projeto desenvolvido, intitulado "Práticas de Agricultura Urbana e Periurbana em Alicante-Espanha: Análise das Políticas Públicas, Desafios e Impactos na Sustentabilidade e Segurança Alimentar", teve como propósito compreender como a AUP tem sido estruturada no território alicantino e quais as interfaces entre as políticas públicas locais, as iniciativas comunitárias e a sustentabilidade urbana.

A escolha de Alicante como campo de estudo não foi aleatória, mas motivada por seu papel no contexto espanhol em termos de gestão do espaço urbano. A cidade, situada em uma das regiões mais áridas da Espanha, enfrenta desafios significativos relacionados ao uso racional da água e à requalificação de espaços urbanos degradados.

Nesse cenário, a agricultura urbana surge como uma alternativa estratégica para promover o reaproveitamento de áreas ociosas, incentivar a produção local de alimentos e fortalecer as redes de solidariedade comunitária. Segundo Hernando e Morán (2022), Alicante tem investido em políticas de "*infraestructura verde*" e "*huertos urbanos*" como parte de um planejamento ambiental integrado, em consonância com as diretrizes da União Europeia para cidades resilientes.

O estudo desenvolvido em Alicante buscou dialogar com as experiências brasileiras analisadas anteriormente, especialmente o Programa Horta Urbana de Jundiaí-SP, permitindo estabelecer uma comparação crítica entre contextos distintos. Enquanto, no Brasil as políticas de AUP ainda se consolidam de forma incipiente e muitas vezes vinculadas à assistência social, na Espanha observa-se uma institucionalização dessas práticas, inseridas em políticas ambientais e urbanísticas. Como observa Hernando e Morán (2022), os "*huertos urbanos comunitarios*" espanhóis constituem verdadeiros laboratórios de cidadania, nos quais se articulam educação ambiental, consumo responsável e práticas agroecológicas.

A pesquisa em Alicante teve como base uma metodologia qualitativa, combinando análise documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas. Foram consultados documentos oficiais do *Ayuntamiento* de Alicante, como o *Plan de Acción por el Clima y la Energía Sostenible*

(PACES, 2021) e o *Plan General de Ordenación Urbana* (PGOU, 2022), além de legislações autonômicas relacionadas à gestão territorial e ambiental da Comunidade Valenciana. Esses instrumentos normativos foram fundamentais para compreender como o planejamento urbano local incorpora a agricultura urbana como componente da política de sustentabilidade.

O trabalho de campo incluiu visitas a cinco hortas urbanas distribuídas em diferentes bairros da cidade — entre eles *Huerto Comunitario de Carolinas, Huerto de Benalúa, Huerto de San Blas, Huerto de Tómbola* e *Huerto de Rabasa*. Esses espaços representam modalidades distintas de gestão: comunitária, escolar e institucional, conforme se verifica na figura 35.

Figura 35. Horta escolar do CEIP San Gabriel em Alicante, Espanha



Fonte: Prefeitura (Tradução Nossa)[23] de Alicante, 2024.

Foram realizadas entrevistas com agricultores urbanos, técnicos municipais, representantes de associações de bairro e integrantes da *Red de Huertos Urbanos de Alicante*. As conversas abordaram temas como o acesso à terra, os modelos de gestão participativa, o uso de recursos hídricos e os impactos sociais e educacionais das hortas.

Em termos de análise, a metodologia adotada baseou-se na triangulação de dados (Denzin, 2017), integrando informações qualitativas obtidas nas entrevistas com dados espaciais e normativos. As observações em campo foram registradas em diário e complementadas por registros fotográficos das áreas visitadas. Essa combinação metodológica permitiu construir uma leitura

[23] Ayuntamiento.

integrada das dimensões territorial, institucional e social da agricultura urbana em Alicante, estabelecendo conexões com a realidade brasileira.

A experiência espanhola revelou que a agricultura urbana é concebida como um elemento estruturante da política urbana, e não apenas como iniciativa pontual. O *Ayuntamiento de Alicante*, por meio de seu *Departamento de Medio Ambiente*, promove editais públicos para cessão de terrenos, incentiva a formação de associações e oferece apoio técnico contínuo aos agricultores urbanos.

Outro aspecto identificado foi a ênfase dada à educação ambiental. Os *huertos urbanos de Alicante* são utilizados como espaços pedagógicos, especialmente nas escolas públicas e centros de convivência. Projetos como "*Huertos Escolares Sostenibles*" e "*Educación Ambiental y Participación Ciudadana*" têm estimulado o engajamento de jovens e idosos em atividades agrícolas e de compostagem, conforme se verifica na figura 36.

Figura 36. Alimentos Cultivados em Alicante, Espanha



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2026.

No município de Alicante, existe a possibilidade de alugar parcelas destinadas à agricultura urbana, por meio da plataforma *Huerto360*, que oferece listagens detalhadas de *huertos* disponíveis na região. Nessas ofertas destacam-se valores que variam entre aproximadamente 25 €/mês até mais de 150 €/mês, dependendo de fatores como localização, acesso à água, ponto de eletricidade e dimensão da parcela (Huerto360, 2025).

Além do custo, a descrição das oportunidades de aluguel enfatiza a presença de infraestrutura básica, como sistemas de rega, ferramentas compartilhadas e, em alguns casos, até eletricidade, o que facilita o cultivo de hortaliças, ervas aromáticas e pequenas frutas em ambientes urbanos ou periurbanos (Huerto360, 2025).

O *site* menciona que "alugar um terreno para horta em Alicante não só lhe permitirá cultivar os seus próprios alimentos, como também conectar-se com a natureza e fazer parte de uma comunidade comprometida com o meio ambiente e a sustentabilidade" (Tradução Nossa)[24] (Huerto360, 2025).

Outro aspecto refere-se à adequação das práticas agrícolas ao clima mediterrâneo local, já que Alicante possui mais de 300 dias de sol por ano e precipitação limitada. A plataforma aponta que os *huertos* adaptados à região utilizam "Sistemas de irrigação por gotejamento ou captação de água da chuva, seleção de culturas resistentes à seca e implementação de cobertura morta para conservar a umidade do solo" (Tradução Nossa)[25] (Huerto360, 2025).

Os resultados obtidos demonstram que, embora as políticas públicas em Alicante avancem na integração entre agricultura, meio ambiente e cidadania, ainda há lacunas em termos de continuidade administrativa e financiamento. Muitos projetos dependem de voluntariado e associações civis, o que pode comprometer sua sustentabilidade a longo prazo. No entanto, a consolidação da *Red Española de Ciudades por la Agroecología* tem favorecido a troca de experiências e a ampliação do reconhecimento institucional da agricultura urbana no país.

A comparação entre Jundiaí e Alicante revelou que ambas compartilham desafios semelhantes, como o uso de áreas ociosas, a informalidade em certos processos produtivos e a necessidade de maior integração intersetorial. Todavia, a experiência espanhola demonstra que a articulação entre políticas locais e regionais, somada à participação cidadã, é um elemento para a durabilidade dessas práticas. Essa constatação contribui para repensar as estratégias brasileiras de AUP, destacando a importância da governança participativa e da institucionalização normativa.

Em termos teóricos, o estágio em Alicante permitiu ampliar o diálogo entre a Geografia Urbana e a Geografia Agrária, reforçando a compreensão do espaço urbano como território multifuncional. A leitura crítica de Lefebvre (1974) e em autores contemporâneos como Delgado

[24] Alquilar un huerto en Alicante no sólo te permitirá cultivar tus propios alimentos, sino también conectarte con la naturaleza y formar parte de una comunidad comprometida con el medio ambiente y la sostenibilidad.
[25] Sistemas de riego por goteo o recolección de aguas pluviales, elección de cultivos resistentes a la sequía y la implementación de acolchados para conservar la humedad del suelo.

(2016) possibilitou analisar as hortas urbanas não apenas como unidades produtivas, mas como espaços de resistência simbólica, sociabilidade e redefinição do urbano. Esse olhar interdisciplinar fortaleceu a dimensão comparativa da pesquisa de doutorado, agregando um componente internacional à análise.

Em síntese, a realização do PDSE na Universidade de Alicante consolidou-se como uma importante etapa na trajetória acadêmica, contribuindo para o amadurecimento teórico, metodológico e empírico da tese. O estudo desenvolvido em território espanhol proporcionou uma compreensão mais ampla das potencialidades e limites da agricultura urbana em contextos distintos, evidenciando que sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas, participação cidadã e consciência ambiental.

Por fim, a experiência em Alicante reforçou a noção de que a AUP transcende fronteiras nacionais e se insere em uma agenda global de transformação urbana. O diálogo entre Brasil e Espanha, ancorado em realidades diferentes, revelou que ambas as experiências convergem na busca por uma cidade mais inclusiva, sustentável e socialmente justa, em que o cultivo urbano se torna expressão concreta de pertencimento, solidariedade e reapropriação do território.

A AUP na Espanha tem se consolidado como uma prática crescente nas últimas décadas, associada tanto às transformações do espaço urbano quanto às novas demandas por sustentabilidade, qualidade de vida e segurança alimentar.

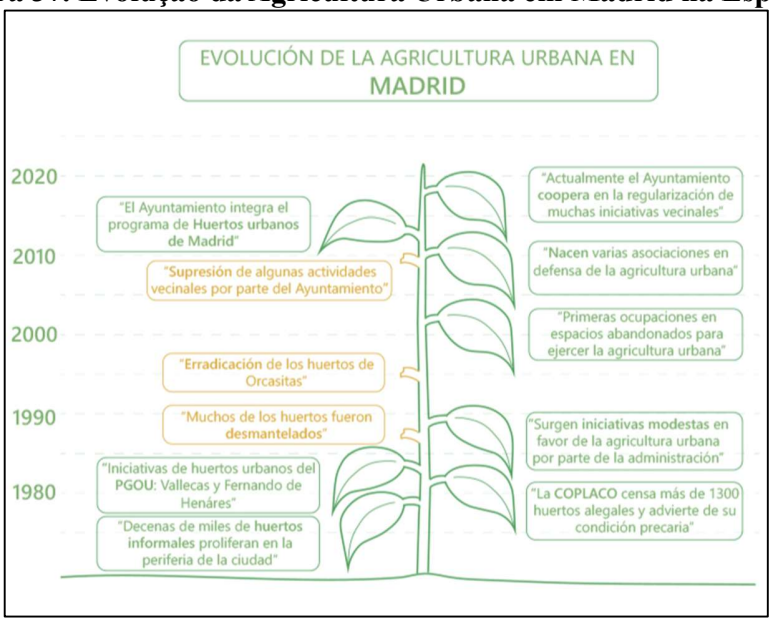
Conforme destacam Lohrberg *et al.* (2016), no contexto europeu, a expansão da AUP está diretamente relacionada à revalorização dos sistemas alimentares locais e à busca por cidades mais resilientes, no caso espanhol, esse movimento ganhou força especialmente a partir dos anos 2000, com a multiplicação de hortas urbanas em cidades como Madrid, Barcelona e Valência, muitas delas impulsionadas por iniciativas comunitárias que posteriormente passaram a ser incorporadas por políticas públicas municipais.

Além disso, a AUP na Espanha está fortemente vinculada a processos de requalificação urbana e participação social. Em cidades como Madrid, por exemplo, a criação de hortas comunitárias em terrenos ociosos tem sido utilizada como estratégia para revitalizar espaços degradados e fortalecer o tecido social urbano. Segundo Morán Alonso e Hernández Aja (2011), as hortas urbanas espanholas representam não apenas espaços de produção de alimentos, mas também locais de convivência, educação ambiental e construção de cidadania.

Ao mesmo tempo, relatórios da *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2017) indicam que a agricultura urbana em países do sul da Europa, como a Espanha, vem sendo progressivamente integrada às políticas de planejamento urbano e sustentabilidade, evidenciando seu papel estratégico nas dinâmicas territoriais contemporâneas.

A figura 37 revela as várias fases e desafios enfrentados pela prática da AUP ao longo das últimas quatro décadas em Madrid, na Espanha.

Figura 37. Evolução da Agricultura Urbana em Madrid na Espanha



Fonte: Martinez, 2022, p. 37.

Na década de 1980, observou-se a proliferação de hortas informais na periferia da cidade, motivadas pela falta de acesso a alimentos frescos e pelo desejo das comunidades de reocupar espaços urbanos. Esse fenômeno reflete uma dinâmica global observada em diversas metrópoles, onde as áreas urbanas e periurbanas passaram a ser utilizadas para a produção de alimentos, tanto para consumo pessoal quanto para a geração de renda. Esse tipo de agricultura responde à necessidade de segurança alimentar em tempos de crise econômica e ao desejo de reverter o processo de degradação ambiental em áreas urbanas (Martinez, 2022).

Nos anos 1990, em contrapartida, Madrid presenciou a erradicação de hortas, especialmente em regiões como Orcasitas. Isso indica um conflito de interesses entre a ocupação informal e os planos de desenvolvimento urbano da cidade. As autoridades frequentemente

priorizaram projetos imobiliários, resultando no desmantelamento de muitas dessas iniciativas de horta urbana (Martinez, 2022).

No entanto, ao mesmo tempo, surgiram movimentos de defesa da agricultura urbana, com a criação de associações que buscavam legitimar essas práticas. A reapropriação de terrenos urbanos abandonados para fins agrícolas começou a ganhar força, refletindo uma tendência crescente de organização comunitária e luta por direitos ao acesso à terra nas cidades (Martinez, 2022).

No início dos anos 2000, o município de Madrid ainda enfrentava um panorama de desmantelamento de hortas urbanas, mas também presenciava os primeiros esforços formais de regulamentação. A criação de políticas para legalizar essas iniciativas é um aspecto essencial, pois permite que a agricultura urbana se expanda de maneira sustentável, garantindo a inclusão dessas práticas no planejamento urbano oficial. Além disso, as associações que surgiram nas décadas anteriores tornaram-se atores-chave na mediação entre os cidadãos e o governo, possibilitando a formalização de muitas das hortas (Martinez, 2022).

A partir da crise econômica de 2008, foi que impulsionou iniciativas comunitárias voltadas ao uso produtivo de espaços urbanos ociosos. Conforme destacam Morán Alonso e Hernández Aja (2011), o surgimento de hortas urbanas na cidade esteve inicialmente associado a movimentos sociais e cidadãos organizados, que passaram a ocupar terrenos abandonados com o objetivo de promover produção de alimentos, convivência comunitária e reapropriação do espaço urbano.

Com o tempo, essas iniciativas passaram a ser reconhecidas pelo poder público, levando à criação de programas institucionais que regulamentam e incentivam a agricultura urbana. Um exemplo importante é a *Red de Huertos Urbanos Comunitarios* de Madrid, que articula diferentes hortas distribuídas pela cidade e estabelece diretrizes para seu funcionamento. Segundo o *Ayuntamiento de Madrid* (2018), essas hortas são geridas coletivamente e têm como objetivo promover a participação cidadã, a educação ambiental e o uso sustentável do espaço urbano.

Outro aspecto relevante refere-se à função educativa dessas iniciativas. Muitas hortas urbanas em Madrid estão vinculadas a escolas, centros comunitários e projetos de educação ambiental, funcionando como espaços de aprendizagem sobre práticas agrícolas sustentáveis e alimentação saudável, conforme apontam Morán Alonso e Hernández Aja (2011).

A evolução até a década de 2020 reflete uma transformação significativa no entendimento da agricultura urbana em Madrid. O apoio da prefeitura na criação de um programa de hortas

urbanas demonstra o reconhecimento oficial de sua importância para a cidade. A regularização das iniciativas comunitárias consolida a agricultura urbana como uma prática legítima, promovendo não apenas a segurança alimentar, mas também o bem-estar social, ao fortalecer laços comunitários e proporcionar espaços verdes dentro da cidade (Martinez, 2022).

Além disso, a transformação das políticas públicas ao longo do tempo, como observado na década de 2020 em Madrid, reflete um movimento mais amplo de institucionalização da agricultura urbana, discutido por pesquisadores como Delgado (2017) e Dubbeling (2013). Para esses autores, o reconhecimento oficial por parte das autoridades locais é importante para garantir que as iniciativas de agricultura urbana se consolidem e ampliem seus benefícios sociais, ambientais e econômicos. Em Madrid, a integração do programa de hortas urbanas pela prefeitura em 2020 simboliza uma mudança de paradigma, em que o poder público assume uma postura mais ativa e colaborativa, regulamentando e apoiando as atividades de horta comunitária em resposta às demandas dos próprios cidadãos.

O caso de Madrid ilustra uma trajetória semelhante ao que autores como Mougeot (2006) e Smit *et al.* (2001) destacam em relação ao desenvolvimento da agricultura urbana em outras cidades do mundo. Segundo esses autores, a agricultura urbana, além de suprir a demanda por alimentos, responde a questões econômicas e sociais emergentes em cenários urbanos. As hortas urbanas, ao oferecerem alimentos locais e sustentáveis, também contribuem para a resiliência das cidades em tempos de crise, reforçando um ciclo produtivo mais justo e acessível, como observado no caso de Madrid. Essa prática também pode ser vista como uma forma de apropriação dos espaços públicos, em que as comunidades reivindicam o direito à cidade (Lefebvre, 1968), dando novo uso a áreas subutilizadas e promovendo transformações sociais.

Conforme exposto por Martinez (2022, p. 37)

> A infraestrutura urbana da cidade de Madri conta atualmente com uma extensa rede de hortas urbanas localizadas em diferentes pontos da cidade. Muitas dessas hortas são geridas pela administração pública. No entanto, outras tantas são iniciativas informais criadas por coletivos de cidadãos através da ocupação de espaços públicos, fora do marco legal. O caso de Madri é um dos exemplos de negociação a longo prazo entre as iniciativas populares e a gestão das administrações públicas nas políticas de agricultura urbana, embora as dinâmicas urbanas frenéticas da capital dificultem a consolidação dessas iniciativas cidadãs. Entretanto, no caso da rede de hortas urbanas de Madri, foi possível, mediante intensas negociações ao longo do tempo, inserir a proposta iniciada por coletivos locais na agenda da administração pública. Atualmente, conseguiu-se, por meio do impulso popular, uma atitude colaborativa por parte da prefeitura de Madri,

> que regulamenta e integra muitas das iniciativas cidadãs para exercer a agricultura na cidade (tradução nossa).[26]

Em Barcelona, a AUP tem sido incorporada ao planejamento urbano como parte de uma estratégia mais ampla de sustentabilidade e resiliência alimentar, sendo analisada por diferentes autores a partir de perspectivas complementares.

Em Barcelona, a AUP tem sido analisada como parte das estratégias contemporâneas de sustentabilidade e planejamento urbano, sendo frequentemente articulada à infraestrutura verde e aos sistemas alimentares locais. Sanyé-Mengual *et al.* (2015), ao estudarem a produção agrícola em telhados na cidade, demonstram que essas iniciativas contribuem para a redução de impactos ambientais e para a eficiência no uso de recursos em áreas densamente urbanizadas. Na mesma linha, Bohn; Viljoen (2014) defendem que a incorporação da produção de alimentos no espaço urbano europeu, incluindo Barcelona, está relacionada à construção de cidades mais resilientes e integradas. Além disso, documentos institucionais do *Ajuntament de Barcelona* (2013), como o *Pla del Verd i de la Biodiversitat*, evidenciam que as hortas urbanas foram incorporadas às políticas públicas como instrumentos de educação ambiental, inclusão social e qualificação do espaço urbano.

Nesse contexto, ao deslocar o olhar para Valência, observa-se uma configuração distinta, na qual a agricultura periurbana assume protagonismo histórico e territorial. *Ajuntament de Barcelona* (2013) enfatiza que a *Huerta de Valencia* representa um dos sistemas agrícolas periurbanos mais antigos e preservados da Europa, articulando produção agrícola, identidade cultural e organização territorial.

Ao mesmo tempo, Zazo Moratalla (2015) argumenta que a permanência desse sistema depende de sua integração às dinâmicas urbanas contemporâneas, especialmente frente à pressão imobiliária e à expansão urbana.

---

[26] La infraestructura urbana de la ciudad de Madrid cuenta actualmente con una extensa red de huertos urbanos ubicados en diferentes enclaves de la ciudad. Muchos de estos huertos son gestionados desde la administración pública. Sin embargo, otros tantos son iniciativas informales creadas por colectivos ciudadanos a través de la ocupación de espacios públicos, fuera del marco legal. El caso de Madrid es uno de los ejemplos de negociación a largo plazo entre las iniciativas populares y la gestión de las administraciones públicas en las políticas de agricultura urbana, aunque las frenéticas dinámicas urbanas de la capital dificultan la consolidación de las iniciativas ciudadanas. Sin embargo, en el caso de la red de huertos urbanos de Madrid se logró, mediante intensas negociaciones a largo plazo, instaurar la propuesta iniciada por colectivos locales en la agenda de la administración pública. Actualmente, se ha conseguido, a través del impulso popular, una actitud colaborativa por parte del Ayuntamiento de Madrid, que regula e integra muchas de las iniciativas ciudadanas por ejercer la agricultura en la ciudad.

O autor supracitado ainda destaca que Valência exemplifica um modelo em que a agricultura não apenas resiste ao avanço urbano, mas também é progressivamente reconhecida como elemento estratégico no planejamento territorial.

Por fim, no âmbito das políticas públicas, observa-se que a AUP tem sido progressivamente incorporada às agendas governamentais em diferentes contextos geográficos, revelando seu reconhecimento como instrumento estratégico de desenvolvimento sustentável. Experiências em cidades como Nova York, Paris e Singapura evidenciam a institucionalização de políticas voltadas à produção alimentar urbana por meio de subsídios, incentivos fiscais e regulamentações específicas de uso do solo. De maneira semelhante, em países europeus como Portugal e Espanha, iniciativas em cidades como Madrid, Barcelona, Valência e Alicante têm integrado a agricultura ao planejamento urbano, articulando-a a políticas ambientais, sociais e territoriais.

No contexto latino-americano, experiências em países como Colômbia, Argentina e Equador reforçam o papel da agricultura urbana como estratégia de segurança alimentar, inclusão social e fortalecimento de economias locais. Essas iniciativas, frequentemente vinculadas a programas públicos e ações comunitárias, demonstram a capacidade dessas práticas de responder a contextos marcados por desigualdades socioespaciais, promovendo maior acesso a alimentos e geração de renda. Em regiões africanas, como no Quênia, e em contextos asiáticos, como Mumbai, a agricultura urbana também emerge como alternativa relevante diante de desafios como urbanização acelerada, insegurança alimentar e pressão sobre os sistemas tradicionais de abastecimento.

Adicionalmente, casos em países como França e Rússia demonstram que, mesmo em contextos distintos do ponto de vista econômico e institucional, a AUP tem sido mobilizada como ferramenta de resiliência territorial e sustentabilidade ambiental. Em todos esses cenários, observa-se a construção de arranjos que combinam iniciativas públicas, ações comunitárias e participação de diferentes atores sociais, evidenciando a natureza multifuncional dessas práticas.

A consolidação da AUP depende, fundamentalmente, da construção de políticas públicas integradas e de modelos de governança territorial capazes de articular escalas, atores e interesses diversos. Mais do que iniciativas pontuais, trata-se da incorporação dessas práticas como elemento estruturante do planejamento urbano contemporâneo. A AUP afirma-se não apenas como alternativa produtiva, mas como componente central na construção de sistemas alimentares mais

sustentáveis, resilientes e socialmente justos, reforçando sua relevância no debate sobre o futuro das cidades.

3.3. A transformação da agricultura urbana e periurbana no Brasil

A AUP emerge como uma estratégia heterogênea, integrando-se cada vez mais nas políticas da segurança alimentar urbana no Brasil. Este fenômeno abrange uma variedade de práticas agrícolas dentro e ao redor de áreas metropolitanas, respondendo às demandas crescentes por alimentos frescos e acessíveis, e ao mesmo tempo promovendo a sustentabilidade ambiental.

Segundo Mougeot (2000), a agricultura urbana desempenha um papel crítico não apenas na produção de alimentos, mas também na gestão de resíduos orgânicos, na conservação da biodiversidade e na mitigação de ilhas de calor urbanas.

No contexto brasileiro, essas práticas ganham especial relevância devido aos desafios socioeconômicos e ambientais enfrentados por grandes centros urbanos, como a desigualdade de acesso a alimentos nutritivos e a necessidade de áreas verdes.

Além disso, a AUP no Brasil deve ser entendida através de teorias de planejamento urbano. Autores como Lefebvre (1968) e Harvey (2012) destacam a importância da produção social do espaço urbano, em que a AUP pode ser vista como uma forma de reapropriação do espaço público e de resistência às dinâmicas de exclusão impostas pelo capital.

Essas práticas agrícolas não só proporcionam benefícios econômicos e sociais diretos para os agricultores urbanos, mas também promovem o empoderamento social. No cenário brasileiro, iniciativas como hortas comunitárias e projetos de agricultura familiar urbana são exemplos concretos de como a população pode se engajar ativamente na transformação de suas cidades em espaços mais sustentáveis.

3.3.1. A agricultura urbana e periurbana: atores sociais, práticas e políticas públicas

Durante a década de 1980, ocorreram transformações significativas no panorama político brasileiro, culminando com o término da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição Federal em 1988. Este novo ordenamento jurídico estabeleceu um marco para a formulação e implementação de políticas públicas, conferindo autonomia política e administrativa aos municípios. Com essa mudança, os municípios passaram a ser reconhecidos como entes

federativos, obtendo recursos financeiros e a capacidade de desenvolver e implementar suas próprias políticas públicas. Esta nova configuração trouxe consigo o desafio da coordenação intergovernamental na elaboração e execução dessas políticas (Vinhaes, 2021).

Até 1988, os municípios brasileiros desempenhavam um papel limitado na execução de políticas públicas, devido à escassez de recursos orçamentários. No entanto, com a descentralização orçamentária e administrativa promovida pela nova Constituição, surgiu a expectativa de que os municípios começariam a desenvolver novas políticas resultantes dessa descentralização (Vinhaes, 2021).

A promulgação da Constituição de 1988 foi um marco significativo no processo de redemocratização do Brasil, promovendo uma série de reformas estruturais que visavam a descentralização política, financeira e administrativa. De acordo com Souza (2001, p. 359), a nova Constituição representou "um compromisso com a institucionalização de valores democráticos, onde a descentralização assumiu um papel central. Este movimento buscou reorganizar o Estado brasileiro para permitir maior acesso aos recursos públicos e promover a democratização das políticas públicas".

A descentralização implementada pela Constituição de 1988 reconfigurou as ações governamentais, ampliando a participação dos municípios e outros entes federativos na formulação e execução de políticas públicas. Este reordenamento teve como objetivo não apenas a distribuição mais equitativa dos recursos, mas também a inclusão de uma maior diversidade de vozes na gestão pública. Segundo Mattei (2014, p. 74), "este processo de democratização facilitou uma maior intervenção dos atores sociais, especialmente por meio dos conselhos gestores que passaram a atuar nas diversas esferas governamentais".

Souza (2001, p. 5) expõe que a "política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)".

Centralizando a questão no âmbito "dos direitos sociais, o fundamento das políticas públicas assenta-se na própria existência dos direitos sociais, enquanto direitos constitucionalmente positivados, cuja nota distintiva é o fato de que sua concretização se dá por meio de prestações positivas do Estado" (Santos, 2006, p. 76).

O processo de execução das políticas públicas inclui várias etapas, como planejamento, criação e implementação. Esse trabalho é realizado de maneira colaborativa, em que, tanto o

Legislativo quanto o Executivo desempenham papéis significativos. O Legislativo é responsável pela criação das leis que fundamentam uma determinada política pública, enquanto, o Executivo se encarrega do planejamento de ação e da aplicação das medidas propostas. Essas políticas impactam todos os cidadãos, independentemente de escolaridade, sexo, raça, religião ou nível social (Macêdo, 2018).

Com o aprofundamento e a expansão da democracia, as responsabilidades dos representantes populares se diversificaram. Atualmente, é amplamente aceito que sua função principal é promover o bem-estar da sociedade. Esse bem-estar está intimamente ligado à qualidade das ações desenvolvidas e à sua execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança. Em outras palavras, as políticas públicas devem abranger todos os aspectos da qualidade de vida da população (Macêdo, 2018).

A promoção da qualidade de vida por meio de políticas públicas exige um compromisso contínuo dos governos em todos os níveis - federal, estadual e municipal. Para alcançar resultados satisfatórios, é necessário que essas políticas sejam bem planejadas, eficazmente implementadas e constantemente avaliadas. A capacidade de adaptação e a inclusão de novos direitos e demandas são fundamentais para manter a relevância e a eficácia das políticas públicas (Macêdo, 2018).

A formulação de políticas públicas (Figura 28) envolve um processo complexo que inclui a identificação de problemas, a inclusão na agenda pública, a formulação de alternativas, o planejamento para executar, implementar e avaliar os seus resultados. Kingdon (1984) destaca a importância da fase de definição da agenda, em que certos problemas são priorizados sobre outros.

A eficácia das políticas públicas depende da capacidade dos formuladores de políticas de identificar corretamente os problemas mais urgentes e de desenvolver soluções viáveis e sustentáveis. Além disso, a participação de múltiplos atores, incluindo sociedade civil, especialistas e organismos internacionais, é essencial para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, conforme se verifica na figura 38.

Figura 38. Ciclo de políticas públicas



Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2022.

As ações e programas desenvolvidos por políticas públicas podem abranger diversas áreas, incluindo educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura, moradia e transporte (Macêdo, 2018).

Além dos direitos expressamente previstos em lei, políticas públicas também podem garantir direitos emergentes, identificados como necessários para a sociedade ao longo do tempo (Macêdo, 2018). Esse processo de reconhecimento e inclusão de novos direitos nas políticas públicas reflete a dinâmica social e as mudanças nas prioridades e demandas da população. Por exemplo, questões como a proteção de dados pessoais, a inclusão digital e os direitos relacionados à diversidade e à equidade de gênero são temas que têm ganhado crescente atenção nas políticas públicas contemporâneas.

A capacidade de adaptação das políticas públicas é importante para atender às novas demandas sociais. Isso requer um constante monitoramento e avaliação das políticas existentes, bem como a abertura para a participação social no processo de formulação e revisão dessas políticas.

A inclusão de novos direitos nas políticas públicas é uma resposta à evolução das necessidades sociais e representa um compromisso contínuo com a justiça social e a promoção do bem comum.

A efetividade das políticas públicas depende não apenas da abrangência das áreas cobertas, mas também da sua capacidade de evoluir e incorporar novos direitos e demandas. Esse

dinamismo é fundamental para que as políticas públicas permaneçam relevantes e eficazes na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os conselhos gestores são mecanismos essenciais para a participação direta da sociedade civil na governança, garantindo que as políticas públicas reflitam as necessidades e prioridades da população. A institucionalização desses conselhos após a Constituição de 1988 possibilitou uma estrutura mais democrática e inclusiva, em que a população tem voz ativa na gestão das políticas de desenvolvimento (Macêdo, 2018).

Rosa (2011, p. 12) relata que posteriormente à Constituição,

> e com a ampliação das competências municipais, outra lei de destaque é o Estatuto das Cidades (Lei Federal n° 10.257, de 10/07/2001), que convalida o município como agente responsável pelo planejamento urbano e, com isso, permite que a participação popular exerça papel sobre o processo de planejamento. Também estabelece instrumentos, princípios e diretrizes para o planejamento urbano participativo, associando inclusão social com desenvolvimento econômico que abarque os aspectos socioambientais locais.

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para a organização e funcionamento das sociedades modernas. Elas representam as ações e estratégias desenvolvidas pelo Estado para resolver problemas públicos, promover o bem-estar social e garantir direitos fundamentais aos cidadãos. Segundo Dye (2013, p. 6), políticas públicas podem ser entendidas como “tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer”. Essa definição abrangente destaca a importância das decisões governamentais na gestão dos recursos e na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento social e econômico.

A implementação das políticas públicas é um desafio em si. Bardach (1977) ressalta que a implementação é frequentemente subestimada e que muitos programas falham devido à execução inadequada. A implementação requer não apenas a tradução de decisões políticas em ações práticas, mas também a coordenação entre diferentes níveis de governo e instituições. A capacidade administrativa, os recursos disponíveis e a resistência de grupos de interesse podem influenciar significativamente o sucesso ou fracasso das políticas públicas. Uma boa formulação deve ser acompanhada de uma estratégia de implementação sólida e adaptável às circunstâncias locais.

A avaliação de políticas públicas é uma etapa importante para assegurar a eficiência e a efetividade das ações governamentais. Dunn (2016) argumenta que a avaliação sistemática permite identificar os impactos das políticas, corrigir desvios e ajustar as estratégias conforme necessário.

A avaliação não apenas relata os resultados alcançados, mas também mostra o que é necessário ser feito para o aprimoramento contínuo das políticas. A prática de avaliar deve ser contínua e integrada ao ciclo de políticas públicas, contribuindo para uma governança mais transparente.

No âmbito da AUP, Rosa (2011, p. 12) expõe que é possível perceber que a "escala governamental de promoção da agricultura urbana e periurbana é, em sua essência, a municipal. No entanto, sem uma articulação com as demais esferas de governo, o município tem dificuldade de assegurar a viabilidade da AUP, em especial com relação à oferta de crédito".

Na esfera federal, a AUP tem o incentivo de políticas públicas para o setor,

> [...] sendo considerada uma estratégia política para o combate à fome e à promoção da segurança alimentar em territórios urbanos e metropolitanos dentro da política do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Há duas políticas federais que preveem o fomento da AUP: o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, vinculado ao MDS. [...] Outro importante passo foi dado com a publicação, em janeiro de 2006, das portarias n. 003/2006 e n. 004/2006, que permitem a transferência de recursos federais pelo INCRA aos projetos de AUP em São Paulo. Foram implantados 12 centros de apoio para AUP para desenvolver seus projetos nas regiões metropolitanas. Os objetivos desses projetos era estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades, aproveitando as áreas ociosas nas regiões metropolitanas para promover o plantio (hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas, plantas ornamentais), a criação de pequenos animais e a instalação de mini agroindústrias. (Giaché; Porto, 2015, p. 48-49).

As políticas públicas voltadas para a AUP no Brasil tiveram a ganhar relevância a partir de 2006, impulsionadas pela crescente preocupação com a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social em áreas urbanas.

Um marco importante nesse contexto é a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esta lei determina que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, incluindo a produção urbana e periurbana. Essa medida não apenas fortalece a agricultura local, mas também garante alimentos frescos e de qualidade nas escolas, promovendo a saúde e o desenvolvimento dos estudantes (Silva e Mendonça, 2015).

Além do PNAE, outras iniciativas, como o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social, têm sido

fundamentais. O PNAUP visa promover a inclusão produtiva, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, e a geração de renda através do apoio a projetos de AUP. Essas políticas incentivam a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, aproveitando espaços ociosos e integrando práticas sustentáveis que contribuem para a mitigação dos impactos ambientais urbanos (Lopes e Araújo, 2017). O incentivo à AUP ajuda a criar uma economia circular nas cidades, onde os resíduos orgânicos podem ser reutilizados como adubo, promovendo um ciclo sustentável de produção e consumo (Oliveira, 2018).

Contudo, a partir de 2015 e 2016, houve uma evidente estagnação nesse processo. A retração das políticas de AUP coincidiu com mudanças no cenário político e econômico do país, resultando em uma desaceleração das iniciativas voltadas para a agricultura urbana.

No governo Bolsonaro, essa situação se agravou, com o enfraquecimento de diversas políticas públicas e a extensão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que havia desempenhado papel importante na promoção da segurança alimentar. Com isso, as políticas de AUP não avançam, deixando um pacote nas iniciativas que antes buscavam integrar a produção de alimentos com questões urbanas como inclusão social e sustentabilidade

De acordo com a Portaria Nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, foi instituído o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana

> O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, resolve: Art. 1º Instituir o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
> Art. 2º O Plano é constituído por um conjunto de iniciativas que visam:
> I - Potencializar as ações de “sus;
> II - Contribuir para a inclusão social de moradores urbanos, em especial das mulheres;
> III - Promover a utilização de tecnologias agroecológicas;
> IV - Promover a educação ambiental;
> V - Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos orgânicos;
> VI - Estimular o convívio social e as atividades culturais relacionados com a produção agrícola;
> VII - Assegurar a capacitação técnica e de gestão aos agricultores urbanos;
> VIII - estimular hábitos saudáveis de alimentação;
> IX - Estimular hábitos sustentáveis; e
> X - Implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa dentre outras instituições e associações.

> Art. 3º São metas iniciais do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana:
> I - Formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador de segurança alimentar, geração de renda e inclusão social;
> II - Fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão e o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana;
> III - promover a conscientização de possíveis financiadores para a agricultura urbana e periurbana; e
> IV - Sensibilizar as esferas estaduais e municipais para desenvolver políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana, principalmente nas escolas e associações comunitárias.
> Art. 4º Para a execução do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive consórcios públicos, e com entidades privadas, na forma da legislação pertinente.
> Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.
> Parágrafo único. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana poderá ser custeado por outras fontes de recursos destinadas por Estados, Distrito Federal e Municípios e por instituições privadas.
> Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação (BRASIL, 2018, p. 64).

O Decreto nº 11.700 de 2023, publicado em 13 de junho, estabeleceu novo marco para as políticas de AUP no Brasil. Este decreto estabeleceu que o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, teve como objetivos que incluem a promoção da agricultura sustentável em áreas urbanas e periurbanas, a melhoria do acesso a alimentos saudáveis, e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população urbana. Adicionalmente, visa a preservação ambiental, a transição agroecológica, a inclusão socioeconômica das famílias de agricultores urbanos, e a participação ativa de mulheres e jovens na agricultura urbana e periurbana (BRASIL, 2023).

> DECRETO Nº 11.700, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023
>
> Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.
> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,
> DECRETA:

Art. 1º Este Decreto institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.
Parágrafo único. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana será executado pelos seguintes Ministérios:
I - do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
II - do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
III - do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e
IV - do Trabalho e Emprego.
Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, entende-se por agricultura urbana e periurbana as atividades agrícolas e as pequenas criações de animais desenvolvidas nas áreas urbanas ou nas regiões periurbanas, que contemple:
I - as etapas de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos, de plantas medicinais, de plantas aromáticas e ornamentais, de fitoterápicos e de insumos, para o autoconsumo ou a comercialização; e
II - os processos de gestão de resíduos orgânicos.
Art. 3º O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana será executado no âmbito:
I - da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito humano à alimentação adequada no País;
II - do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover a gestão intersetorial, participativa e articulada para a sua implementação e execução; e
III - da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais associado à oferta e ao consumo de alimentos saudáveis.
Art. 4º São princípios do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana:
I - o direito humano à alimentação adequada;
II - o direito à saúde;
III - o direito à cidade;
IV - a participação popular e social;
V - a economia popular e solidária;
VI - o cooperativismo e o associativismo;
VII - a agroecologia e a produção orgânica;
VIII - os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis;
IX - os circuitos curtos de comercialização;
X - o uso sustentável do solo, da água, dos ecossistemas e da agrossociobiodiversidade;
XI - o respeito à diversidade socioambiental e cultural;
XII - a alimentação como prática cultural e social; e
XIII - a bioeconomia.
Art. 5º O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana tem o objetivo de promover:
I - a agricultura sustentável nas áreas urbanas e nas regiões periurbanas;
II - o acesso à alimentação adequada e saudável e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população urbana;
III - a inclusão socioeconômica e a geração de renda;
IV - a conservação do meio ambiente e o manejo sustentável, de modo a garantir o apoio à transição agroecológica e à conservação das águas e do solo, e a restrição do uso de defensivos e insumos químicos de alta toxicidade em áreas urbanas e regiões periurbanas;

V - a circularidade dos alimentos, por meio de ações de produção, distribuição, consumo e reciclagem de resíduos orgânicos, de modo a reduzir a perda e o desperdício alimentar;
VI - o desenvolvimento de cidades mais saudáveis, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas, de modo a combater o racismo ambiental e incentivar a adoção de práticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas;
VII - a participação da juventude nas diversas atividades da agricultura urbana e periurbana;
VIII - a comercialização e a oferta de alimentos saudáveis, principalmente por meio de circuitos curtos;
IX - a atuação das mulheres na agricultura urbana e periurbana; e
X - o combate à insegurança alimentar decorrente das desigualdades sociais relacionadas a raça, etnia e gênero.
Art. 6º São linhas de ação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana:
I - produção de base agroecológica ou orgânica;
II - beneficiamento, abastecimento e comercialização de produtos da agricultura urbana e periurbana;
III - gestão de resíduos sólidos orgânicos ao longo da cadeia produtiva;
IV - educação alimentar, nutricional e ambiental;
V - assistência e fortalecimento de capacidades produtivas, técnicas e gerenciais das agricultoras e dos agricultores urbanos e periurbanos;
VI - processos formativos e construção do conhecimento e da informação;
VII - proteção e conservação do meio ambiente, da biodiversidade e dos mananciais para a promoção da qualidade ambiental em áreas urbanas e periurbanas;
VIII - recuperação de áreas degradadas e manutenção e manejo sustentável de áreas verdes integradas à produção de alimentos;
IX - promoção de tecnologias de reúso de água, de captação de água de chuva e de revitalização de rios, córregos e nascentes urbanas;
X - pesquisa, desenvolvimento e inovação; e
XI - apoio a iniciativas pedagógicas e comunitárias.
Art. 7º A adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios às iniciativas do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana será voluntária.
Parágrafo único. As ações executadas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana serão formalizadas por meio de contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, inclusive consórcios públicos, e com entidades privadas, na forma prevista na legislação.
Art. 8º No âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as iniciativas relativas à agricultura urbana e periurbana, tais como a instituição de programas e a elaboração de normas, serão apoiadas pelo Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.
Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, serão priorizados no Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana:
I - os entes federativos que tiverem aderido ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
II - os grupos em situação de vulnerabilidade social; e
III - as regiões periféricas.

Art. 9º Na implementação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios serão consideradas as especificidades locais e a aptidão e a vocação agrícola regional.
Parágrafo único. Os entes federativos serão incentivados a editar normas que permitam e assegurem as práticas agrícolas, no âmbito dos planos diretores e da legislação de parcelamento e uso do solo.
Art. 10. No âmbito do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, compete:
I - ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:
a) estabelecer parâmetros para a inserção das agricultoras e dos agricultores urbanos e periurbanos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar;
b) propor a inclusão da agricultura urbana e periurbana nas políticas de financiamento e proteção da produção; e
c) incluir a agricultura urbana e periurbana nas políticas e nos programas de assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, cooperativismo, circuitos curtos de comercialização e abastecimento alimentar;
II - ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome:
a) mapear iniciativas de agricultura urbana e periurbana e gerir informações a elas relacionadas;
b) estabelecer procedimentos para a integração da agricultura urbana e periurbana nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional; e
c) propor mecanismos para a promoção de ações de agricultura urbana e periurbana nos serviços de saúde e assistência social;
III - ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:
a) prestar assistência aos Municípios na avaliação e no monitoramento dos serviços ambientais fornecidos pela agricultura urbana e periurbana;
b) integrar a agricultura urbana e periurbana com o instrumento econômico de pagamento por serviços ambientais;
c) promover a agricultura urbana e periurbana como ação estratégica para adaptação das cidades aos efeitos das mudanças climáticas; e
d) incentivar ações de reciclagem de resíduos orgânicos, com a participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis, de maneira integrada à agricultura agroecológica urbana e periurbana; e
IV - ao Ministério do Trabalho e Emprego:
a) registrar as organizações coletivas da agricultura urbana e periurbana no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários;
b) apoiar a organização coletiva de agricultoras e agricultores urbanos e periurbanos sob a forma de empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação solidária; e
c) promover a aproximação da agricultura urbana e periurbana com os instrumentos de organização das finanças solidárias, tais como bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito.
Parágrafo único. Compete, ainda, aos Ministérios de que trata o caput:
I - firmar parcerias com o objetivo de promover a agricultura urbana e periurbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária ou doméstica, por meio do fomento de iniciativas de produção sustentáveis;
II - promover ações de capacitação e aperfeiçoamento da gestão da agricultura urbana e periurbana;
III - promover a inclusão da agricultura urbana e periurbana em políticas relativas a:

a) compras públicas;
b) cessão de áreas públicas para produção; e
c) concessão de incentivos fiscais;
IV - articular-se com pessoas jurídicas que disponibilizem recursos para financiar a agricultura urbana e periurbana; e
V - articular-se com os órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital e municipal com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana.
Art. 11. No âmbito do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, os órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital e municipal poderão planejar e implementar ações integradas com fundamento no documento "Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano".
Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, os órgãos da administração pública estadual, distrital e municipal observarão o seguinte:
I - estabelecimento dos espaços de governança do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como instância de coordenação da agenda municipal;
II - mapeamento e mobilização de atores relevantes para a construção da agenda municipal;
III - estabelecimento da agenda municipal, considerada a priorização de benefícios estratégicos que o Município pretende alcançar, preconizados no documento de que trata o caput;
IV - levantamento das iniciativas de agricultura urbana e periurbana em curso e das novas iniciativas a serem implementadas;
V - elaboração de plano de fortalecimento das agendas municipais de agricultura urbana e periurbana, garantida a ampla participação da sociedade civil e de diferentes atores públicos; e
VI - monitoramento e divulgação dos resultados da agenda municipal.
Art. 12. As despesas decorrentes do cumprimento do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e ao Ministério do Trabalho e Emprego, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.
Parágrafo único. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana poderá ser custeado por outras fontes de recursos destinadas:
I - pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
II - por entidades privadas sem conflito de interesses com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e
III - por organismos internacionais.
Art. 13. Fica instituído o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, com o objetivo de apoiar o planejamento, a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do referido Programa.
Art. 14. Ao Grupo de Trabalho compete:
I - elaborar e aprovar o seu regimento interno;
II - propor as diretrizes de planejamento anual das ações relativas à agricultura urbana e periurbana;
III - estabelecer o foco de ação e as regras operacionais de execução;
IV - monitorar as ações executadas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana;

> V - estabelecer metodologia de avaliação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; e
> VI - recomendar a instituição de comitês consultivos temporários para discussão de questões técnicas relacionadas com a agricultura urbana e periurbana.
> Art. 15. O Grupo de Trabalho é composto por representantes dos seguintes órgãos:
> I - um do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
> II - um do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
> III - um do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
> IV - um do Ministério do Trabalho e Emprego; e
> V - um do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
> § 1º A Coordenação do Grupo de Trabalho será exercida alternadamente pelos representantes dos Ministérios de que tratam os incisos I a IV do caput.
> § 2º O mandato do Coordenador do Grupo de Trabalho será de um ano, vedada a recondução.
> § 3º Cada membro do Grupo de Trabalho terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.
> § 4º Os membros do Grupo de Trabalho e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
> Art. 16. O Grupo de Trabalho se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de qualquer um de seus membros.
> § 1º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.
> § 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador do Grupo de Trabalho terá o voto de qualidade.
> § 3º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.
> § 4º Os membros do Grupo de Trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.
> Art. 17. A Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho será exercida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
> Art. 18. A participação no Grupo de Trabalho é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
> Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2023).

O decreto também cria um Grupo de Trabalho para atuar no âmbito do programa, promovendo uma ação coordenada entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Meio Ambiente, e do Trabalho e Emprego. O MDA, em particular, apoiará os agricultores urbanos e periurbanos através de políticas de crédito, assistência técnica, inovação, cooperativismo e abastecimento alimentar, em parceria com os demais ministérios. Esta iniciativa representa uma oportunidade para a construção de um

pacto federativo abrangente, mobilizando governos e sociedade civil para institucionalizar a AUP na agenda pública (BRASIL, 2023).

Segundo o decreto, cabe ao MDA estabelecer diretrizes para a inclusão dos agricultores urbanos e periurbanos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, propor a integração da AUP nas políticas de financiamento e proteção da produção, e incorporar estas práticas nas políticas e programas de assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, cooperativismo, e circuitos curtos de comercialização e abastecimento alimentar (BRASIL, 2023).

Em resumo, a Portaria Nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, estabeleceu diretrizes iniciais para a promoção da AUP. Seus principais objetivos incluíam a promoção da produção agrícola sustentável em áreas urbanas e periurbanas e a melhoria do acesso a alimentos saudáveis e frescos para a população urbana. A portaria também visava fortalecer a segurança alimentar e nutricional, promover a inclusão social e econômica dos agricultores urbanos e periurbanos e incentivar práticas ambientais sustentáveis.

Já o Decreto nº 11.700, de 2023, amplia e formaliza as iniciativas iniciadas pela portaria anterior, institucionalizando o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Este novo decreto introduz várias mudanças e avanços, tais como: institui um Grupo de Trabalho para atuar no âmbito do programa, com uma ação articulada entre múltiplos ministérios, incluindo o Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, e Trabalho e Emprego. Este grupo de trabalho é responsável por coordenar e implementar as ações do programa, promovendo uma abordagem mais integrada e abrangente.

O Decreto 11.700 especifica o apoio aos agricultores urbanos e periurbanos através de políticas de crédito, assistência técnica, inovação, cooperativismo e abastecimento alimentar, sob a coordenação do MDA e em parceria com outros ministérios.

Introduz a possibilidade de inclusão da AUP nas políticas de financiamento e proteção da produção, ampliando as oportunidades de suporte financeiro para esses agricultores.

Estabelece também parâmetros para a inserção dos agricultores urbanos e periurbanos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

Promove a inclusão socioeconômica de famílias de agricultores urbanos, com destaque para a participação ativa de mulheres e jovens na AUP.

Também o novo decreto destaca a colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), permitindo ao Brasil adotar metodologias e práticas de sucesso internacionais, qualificando suas ações com base em experiências globais.

Por fim, o Decreto nº 11.700 de 2023 representa uma evolução significativa em relação à Portaria Nº 467 de 2018, ao ampliar a coordenação interministerial, fortalecer o apoio e financiamento aos agricultores urbanos e periurbanos, promover a inclusão socioeconômica de forma mais abrangente e estabelecer parcerias internacionais estratégicas.

A importância das políticas públicas de AUP no Brasil reside em sua capacidade de abordar múltiplos desafios urbanos simultaneamente. Elas promovem a segurança alimentar ao garantir o acesso a alimentos frescos e nutritivos, contribuem para a sustentabilidade ao incentivar práticas agrícolas ecológicas, e fomentam a inclusão social ao gerar oportunidades de emprego e renda para populações vulneráveis (Pires e Almeida, 2020).

Além disso, essas políticas ajudam a criar uma conexão mais estreita entre os moradores urbanos e a produção de alimentos, aumentando a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e da resiliência das comunidades urbanas. Em um cenário de urbanização crescente, as políticas de AUP são essenciais para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e saudáveis.

Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos a serem enfrentados para que a AUP possa se desenvolver no Brasil. A fragmentação das políticas públicas, a falta de regulamentação específica e o acesso limitado a recursos são barreiras que necessitam de atenção contínua dos formuladores de políticas. Para superar esses obstáculos, é fundamental a criação de um marco regulatório unificado e a promoção de parcerias entre governos, ONGs e a sociedade civil.

Além disso, a educação e a conscientização sobre os benefícios da AUP podem incentivar uma maior participação comunitária e o apoio público, como observado por Santos *et al*., (2021).

Para avançar na implementação efetiva da AUP, é imperativo que as políticas públicas incorporem uma abordagem intersetorial que envolva não apenas os setores agrícola e ambiental, mas também saúde, educação e planejamento urbano. A integração dessas políticas pode resultar em programas mais abrangentes, capazes de atender às necessidades multifacetadas das populações urbanas.

Também é fundamental fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para otimizar a produção agrícola em ambientes urbanos e periurbanos. Incentivar a

inovação e apoiar a capacitação técnica dos agricultores pode aumentar significativamente a produtividade e a sustentabilidade dessas práticas.

O compromisso contínuo e a colaboração entre os diferentes níveis de governo, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e a comunidade são essenciais para consolidar a AUP como uma componente do desenvolvimento urbano sustentável no Brasil.

3.3.2. Exemplos de Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil: Contribuições e Desafios

Iniciando o estudo sobre os exemplos de AUP no Brasil, destacamos a diversidade e a inovação presentes nessas práticas em várias cidades do país. Tais cidades como: Maricá, Diadema, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e o Rio de Janeiro, em que os projetos de AUP têm demonstrado como a integração entre áreas verdes e produção agrícola pode transformar paisagens urbanas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O primeiro exemplo dessa prática pode ser observado no município de Maricá, localizado no Estado do Rio de Janeiro, especificamente no bairro de Araçatiba (Figura 39). A área ganhou uma praça agroecológica onde são cultivadas hortaliças, verduras, ervas e frutas, cuja colheita é destinada aos próprios moradores. A praça agroecológica possui 36 canteiros distribuídos em mais de 2 mil metros quadrados, em que são cultivadas plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, incluindo um canteiro inclusivo para deficientes (Sousa, 2020).

Figura 39. Horta Comunitária em Maricá



Fonte: Sousa, 2020.

Para garantir o cuidado adequado das plantações, foi implementado um sistema de irrigação por gotejamento. Para evitar a incidência de pragas, adotou-se o rodízio de culturas e a diversificação de espécies. Além de cumprir as funções típicas de uma praça comum, o espaço também oferece uma academia ao ar livre para jovens e adultos e um *playground* para crianças. Entre os alimentos livres de agrotóxicos já colhidos e distribuídos frescos para a população local estão: salsinha, alface, cebolinha, mostarda, tomate cereja, beterraba e almeirão. Os visitantes da praça podem receber mudas de hortaliças, bem como informações sobre plantio, manutenção e colheita de alimentos (Sousa, 2020).

Outro exemplo é o município de Diadema, localizado na Região Metropolitana de São Paulo (Figura 40), que, há dez anos, tem transformado seu cenário com a produção de alimentos em hortas urbanas comunitárias. Terrenos anteriormente utilizados para o descarte de lixo e entulho, agora produzem hortaliças, melancia, morango e até milho. Além de prevenir o mau uso dos espaços, as hortas, parte do programa municipal chamado Agricultura Urbana, auxilia os moradores na geração de renda e na preservação do meio ambiente. O programa foi inicialmente impulsionado por linhas de financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2003. Além das hortas, esses espaços também abrigam programas ocupacionais e educacionais (Silva, 2014).

Figura 40. Horta Comunitária do Município de Diadema



Fonte: Silva, 2014.

Atualmente, Diadema conta com 28 hortas ativas, totalizando 12 mil metros quadrados de área cultivada, com uma produção aproximada de 12 toneladas mensais - uma média de um quilo de alimento por metro quadrado. No início, uma equipe do governo identificava terrenos potenciais

para a implantação das hortas, realizando a limpeza, cercamento, adubação e plantio de mudas (Prefeitura Municipal de Diadema, 2024).

Alguns agricultores urbanos já tinham experiência e algum conhecimento em cultivo, mas a maioria era composta por trabalhadores da indústria ou comércio, sem qualquer contato com a agricultura. Para apoiar os iniciantes, o programa conta com uma equipe de 15 pessoas que visitam as hortas diariamente, orientando a população sobre os cuidados na manutenção dos canteiros, além de fornecer mão de obra e insumos como sementes e mudas (Prefeitura Municipal de Diadema, 2024).

As hortas não utilizam agrotóxicos, eliminando o risco de contaminação do solo, nascentes, animais e trabalhadores. A produção, além de atender à tendência de busca por alimentos saudáveis, tem alterado significativamente a vida dos moradores (Prefeitura Municipal de Diadema, 2023).

Além do consumo próprio, os moradores vendem o excedente ou doam os produtos a entidades sociais em quantidades variadas. Não há um valor fixo para a venda das hortaliças; alguns moradores conseguem complementar sua renda em até R$ 700 por mês. Nas hortas, um pé de alface pode custar até R$ 4,00, enquanto em feiras e supermercados o produto orgânico é vendido por cerca de R$ 5,50 (Prefeitura Municipal de Diadema, 2023).

Além das hortas ocupacionais, Diadema também implementa hortas voltadas para a educação. São sete pequenas hortas instaladas na rede municipal de ensino, em que, os alunos cultivam alimentos que podem ser consumidos por eles mesmos na escola (Prefeitura Municipal de Diadema, 2023).

As crianças se sentem entusiasmadas com a responsabilidade e

> botam o pé na roça. Os professores fazem a junção da atividade nas hortas com o conteúdo ministrado na sala de aula. A experiência de plantar e colher torna natural a curiosidade de se alimentar de forma mais saudável e serve como incentivo aos familiares porque os alunos também podem levar o resultado do cultivo para casa. O contato com o cultivo gera expectativas nas crianças em consumir os produtos que ajudaram a plantar, diz George (Prefeitura Municipal de Diadema, 2023).

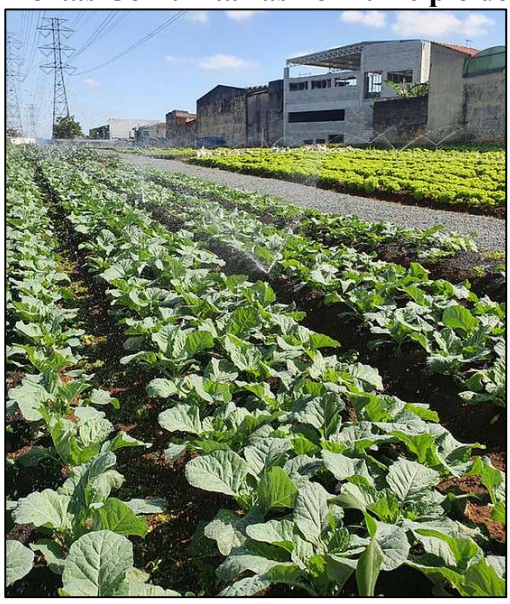
Na capital paulista, diversas iniciativas de agricultura urbana têm sido implementadas, como o projeto “Hortas Comunitárias” da Prefeitura de São Paulo (Figura 41). Esse programa transforma espaços públicos ociosos em áreas produtivas, incentivando a participação comunitária.

A horta da Vila Nova Esperança, por exemplo, envolve moradores na produção de alimentos orgânicos e promove a educação ambiental.

Outros exemplos em São Paulo, são as hortas verticais, uma delas é a horta cultivada no topo do *Shopping* Eldorado que fornece legumes, verduras e ervas livres de defensivos agrícolas aos funcionários e suas famílias.

> São Paulo tem um enorme potencial para a implantação de hortas nos topos dos edifícios. Além de possibilitar a produção de alimentos muito perto dos consumidores finais e de constituir espaços de socialização e educação ambiental, essas áreas verdes elevadas são também uma alternativa para a mitigação das ilhas de calor. Falta implantar políticas públicas duradouras que contribuam para isso, pondera Lourenço (Arantes, 2024).

Figura 41. Hortas Comunitárias no município de São Paulo



Fonte: Cidade Sem Fome, 2023.

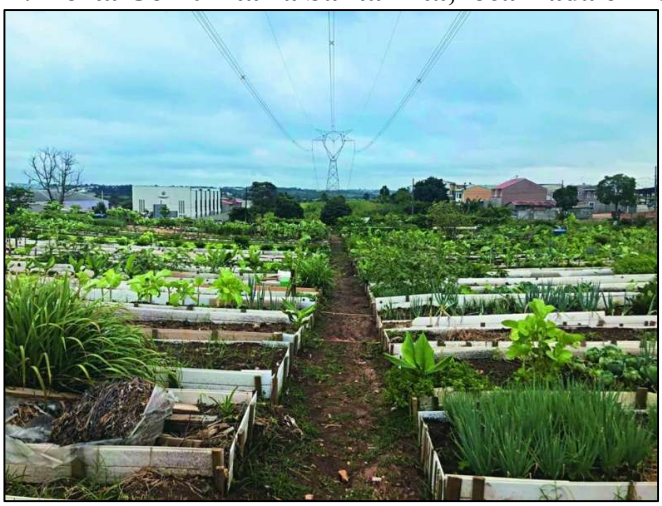
Belo Horizonte destaca-se por sua política de segurança alimentar, na qual a agricultura urbana desempenha um papel central. O Programa Hortas Urbanas, criado pela Prefeitura, incentiva a utilização de terrenos baldios para o cultivo de hortaliças. Além de melhorar a segurança alimentar, essas hortas se constituem em espaços educativos, onde a comunidade aprende técnicas agrícolas sustentáveis.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte possui uma longa trajetória de “experiências de AUP. Diversas ações e programas realizados pela autoridade local nos últimos vinte e cinco anos

receberam premiações e destaques devido ao impacto social e à efetividade das iniciativas". Entre eles, os programas: Direto da Roça, Hortas Escolares, Circuito de Educação Alimentar e Nutricional no Banco de Alimentos (Ornelas, 2021, p. 85).

Curitiba, conhecida por suas políticas ambientais, também tem trabalhado com o tema da AUP (Figura 42). O projeto "Horta do Ciclista", localizado em uma ciclovia desativada, é um exemplo de como a cidade reutiliza espaços urbanos para a produção de alimentos. Além de hortaliças, a horta cultiva plantas medicinais e aromáticas, promovendo a biodiversidade urbana. Esse projeto não só oferece alimentos frescos para a comunidade, mas também serve como modelo de sustentabilidade urbana. Atualmente são 147 hortas espalhadas pelo município com mais de 37 mil pessoas envolvidas direta e indiretamente. A Secretaria Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) coordena a ação (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2023).

Figura 42. Horta Comunitária Santa Rita, localizada em Curitiba



Fonte: Gazeta do Povo, 2019.

O Programa, conforme se verifica no quadro 8, promove a criação de hortas urbanas em áreas institucionais e terrenos públicos ou privados não utilizados, visando a produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos. A prefeitura oferece acompanhamento técnico durante a implementação das hortas, além de fornecer insumos e capacitar os agentes envolvidos no projeto (Instituto Escolhas, 2022).

Em 2021, os recursos do Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba (FAAC) vinculados ao programa somaram R$ 271.153,44, e o total de emendas parlamentares empenhadas foi de R$ 86.512,88, totalizando aproximadamente R$ 358 mil. Tais recursos foram utilizados na

aquisição de materiais, equipamentos e outras despesas nas áreas de cultivo, não incluindo as despesas com os sete funcionários cedidos pela prefeitura municipal (Instituto Escolhas, 2022).

Quadro 8. Modalidades de AUP em Curitiba-PR

MODALIDADE	TIPOS DE ÁREA	OBJETIVO	DESTINAÇÃO DOS ALIMENTOS	RESPONSÁVEIS
Hortas escolares	Escolas regulares, integrais, especiais ou Centros de Educação Infantil municipais e unidades conveniadas	Educação alimentar e ambiental	Consumo dos alunos, professores, funcionários e familiares	Diretor, dois professores, um ou mais membros da Associação de Pais, Professores e Funcionários
Hortas institucionais	Equipamentos públicos (centros de assistência social) e organizações sociais (ONGs)	Ocupacional e terapêutico	Consumo das pessoas atendidas, funcionários e voluntários	Funcionários e usuários dos equipamentos
Hortas comunitárias urbanas	Vazios urbanos, áreas públicas ou particulares como, por exemplo, aquelas sob as linhas de transmissão de energia	Acesso a alimentos saudáveis, inclusão social e destinação de uso sustentável para terrenos desocupados	Definida pela própria associação responsável, sendo normalmente o autoconsumo, a comercialização e a doação. Em geral, comercializa-se para a comunidade local e vende-se no próprio espaço da horta.	Associação de moradores

Fonte: Instituto Escolhas, 2022.

As parcerias institucionais desempenham um papel relevante na promoção das hortas urbanas. A Secretaria Municipal de Educação (SME) é responsável pela implementação e gestão das hortas nas escolas, enquanto, a Fundação de Ação Social (FAS) e diversas organizações sociais se encarregam da criação e administração das hortas em equipamentos de assistência social. Além disso, empresas concessionárias de energia, como Copel e Eletrosul, colaboram cedendo áreas localizadas sob linhas de alta tensão e oferecendo serviços através de convênios estabelecidos com a prefeitura e as associações responsáveis pelas hortas (Instituto Escolhas, 2022).

Desde de 2021, tem sido implementadas várias ações voltadas ao fortalecimento da agricultura urbana em Recife, como, por exemplo, a criação da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana (SEAU), vinculada à Secretaria Municipal de Política Urbana (SPU), e a elaboração do Plano de Agricultura Urbana do município (Prefeitura Municipal de Recife, 2021).

Também foram tomadas medidas para o reconhecimento das estruturas e articulações preexistentes, assim, como das hortas já em funcionamento. A agricultura urbana é incentivada através do projeto "Hortas Comunitárias do Recife". Este projeto transforma terrenos abandonados em áreas de cultivo, envolvendo a comunidade local na produção de alimentos. A iniciativa não apenas melhora a segurança alimentar, mas também promove a inclusão social, com programas voltados para jovens em situação de vulnerabilidade (Prefeitura Municipal de Recife, 2021).

O financiamento anual destinado às atividades da Secretaria Executiva de Agricultura Urbana (SEAU) é aproximadamente de R$ 500 mil, originando-se tanto do Tesouro Municipal quanto de emendas parlamentares (Instituto Escolhas, 2022).

O programa apoia as iniciativas de agricultura urbana já existentes (hortas, pomares, roçados, hortas fitoterápicas, escolares, sagradas/religiosas e outras) e a implantação de novas estruturas de produção. Dentre as principais ações de apoio, destacam-se: a distribuição de sementes, mudas, adubo e triturado de poda para os produtores; o suporte logístico; a oferta de assistência técnica; e a oferta de atividades de capacitação visando o envolvimento comunitário com a agroecologia, a segurança alimentar e a economia solidária e circular (Instituto Escolhas, 2022).

São seis modalidades de hortas incentivadas e/ou monitoradas pela prefeitura, conforme se verifica no quadro 9. A maior parte delas encontra-se em centros educacionais municipais ou conveniados com a Prefeitura do Recife, com 42 unidades produtivas em diversas regiões da cidade. À exceção das Hortas em Todo Canto (coordenadas pelo governo estadual de Pernambuco) e do Projeto de Quintais Produtivos (coordenado por ONGs), as outras quatro modalidades são acompanhadas e monitoradas exclusivamente pelo município (Instituto Escolhas, 2022).

Quadro 9. Tipos de Hortas de Recife - PE

MODALIDADE	TIPOS DE ÁREA	DESTINAÇÃO DOS ALIMENTOS
Hortas comunitárias	Terrenos privados e públicos	Autoconsumo
Hortas escolares	Centros educacionais municipais, estaduais e conveniados	Foco pedagógico, consumo dos alunos, professores, funcionários e familiares

MODALIDADE	TIPOS DE ÁREA	DESTINAÇÃO DOS ALIMENTOS
Hortas institucionais	Equipamentos públicos de assistência social, saúde e outros	Consumo das pessoas atendidas, funcionários e voluntários
Hortas em Todo Canto*	Centros comunitários, hospitais, parques e unidades prisionais	Autoconsumo
Hortas institucionais não governamentais	Equipamentos filantrópicos, centros comerciais	Autoconsumo e usos terapêuticos
Projeto Quintais Produtivos**	Quintais e canteiros em domicílios de bairros com famílias de baixa renda	Autoconsumo e comercialização de mudas e hortaliças

* Coordenada pelo governo estadual de Pernambuco

** Coordenado por organizações não governamentais

Fonte: Instituto Escolhas, 2022.

Verifica na Tabela 9 os dados relativos às modalidades de AUP em Recife revelam um panorama diversificado e significativo das iniciativas locais. As hortas escolares, com um total de 42 unidades, representam a modalidade mais presente, indicando um compromisso com a educação ambiental e a integração de práticas sustentáveis no currículo escolar.

Além disso, as hortas comunitárias, com 8 unidades, e as hortas institucionais não governamentais, com 9 unidades, destacam-se como espaços de engajamento social e comunitário, promovendo a coesão social e a segurança alimentar em áreas urbanas.

A modalidade "Hortas em Todo Canto," com 13 unidades, e os Projetos de Quintais Produtivos, com 400 unidades, evidenciam a extensão e a diversidade das práticas de AUP em Recife. Esses projetos demonstram como a adaptação de espaços urbanos subutilizados para a produção de alimentos pode contribuir significativamente para a sustentabilidade urbana. Segundo Silva *et al.,* (2020), iniciativas como estas têm um impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos, reduzindo a dependência de sistemas alimentares externos e fortalecendo a economia local.

As hortas institucionais, tanto governamentais (4 unidades) quanto não governamentais, desempenham um importante papel ao integrar a produção agrícola com instituições públicas e privadas, promovendo colaboração para o desenvolvimento urbano sustentável.

Tabela 9. Resultados da AUP em Recife

MODALIDADE	QUANTIDADE
Hortas comunitárias	8

MODALIDADE	QUANTIDADE
Hortas escolares	42
Hortas institucionais	4
Hortas em Todo Canto*	13
Hortas institucionais não governamentais	9
Projetos de Quintais Produtivos	400

*Coordenada pelo governo estadual de Pernambuco

Fonte: Instituto Escolhas, 2022.

No Rio de Janeiro, a agricultura urbana tem ganhado destaque por meio de iniciativas como o projeto “Hortas Cariocas”, que transforma terrenos públicos em áreas de cultivo. A horta do bairro Manguinhos (Figura 43), por exemplo, envolve moradores na produção de alimentos orgânicos, contribuindo para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Além disso, essas hortas promovem a inclusão social, proporcionando oportunidades de geração de renda e desenvolvimento comunitário (Observatório do Terceiro Setor, 2021).

Figura 43. Horta Comunitária do bairro Manguinhos, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro



Fonte: Observatório do Terceiro Setor, 2021.

Iniciado em 2006, o programa busca ampliar o acesso a alimentos saudáveis e orgânicos para a população mais vulnerável, gerar renda para a comunidades e dar uso a áreas ociosas ou sujeitas a usos indesejados. A Secretaria de Meio Ambiente da Cidade (SMAC) é o órgão responsável pela execução e gestão desta iniciativa, que vem transformando a paisagem urbana e promovendo a inclusão social por meio da agricultura urbana (Instituto Escolhas, 2022).

O programa tem como objetivo promover a implantação de hortas em escolas e em espaços vazios da cidade, além de incentivar práticas de compostagem, produção de mudas, capacitação em agroecologia e segurança alimentar, e a difusão de tecnologias voltadas para a agricultura urbana. A iniciativa se destaca por combinar objetivos de segurança alimentar e geração de renda, com foco nas populações vulneráveis e nas comunidades escolares (Instituto Escolhas, 2022).

Este programa representa a presença do Estado nos territórios de favelas e bairros periféricos cariocas, atuando em estreita colaboração e articulação com a comunidade (Instituto Escolhas, 2022).

De acordo com o Instituto Escolhas (2022, p. 51-52) o programa se divide em duas modalidades:

> Hortas Cariocas Comunidades e Hortas Cariocas Escolas. A primeira compreende as hortas instaladas em comunidades e conta com mão de obra comunitária para sua gestão e operação. Os terrenos utilizados são normalmente de propriedade municipal ou áreas de posse ou sob concessão de empresas operadoras de transmissão de energia.
> Metade da produção é doada para asilos, abrigos, orfanatos, creches e famílias em situação de maior vulnerabilidade identificadas por associação de moradores. A outra metade é comercializada, como forma de complementar a renda dos agentes envolvidos na produção, os hortelões. Durante a pandemia do coronavírus, excepcionalmente, 100% da produção foi doada.
> Nessa modalidade, são incentivadas as vendas do tipo "colha e pague" e a venda direta na horta ou em feiras. Entretanto, são os hortelões que decidem a forma de comercialização e os preços. A prefeitura os remunera, a fim de garantir a estabilidade da participação e de gerar renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social.
> Já na modalidade Hortas Cariocas Escolas, o consumo dos alimentos é realizado na própria unidade produtiva. Em geral, são áreas pequenas, em função do pouco espaço disponível para essa finalidade nas escolas municipais. As hortas são mantidas por funcionários da própria escola ou outros membros da comunidade escolar. A produção, doada integralmente, pode ser usada para complementar a merenda escolar ou encaminhada para as famílias dos alunos. Durante o recesso, todos os alimentos são doados às famílias – algo que ocorreu enquanto as escolas ficaram fechadas na pandemia.

"No primeiro semestre do ano de 2022, a produção computada pelo programa foi de cerca de 35 toneladas. Apenas no mês de junho foram produzidas 107 mil mudas e 7,2 toneladas de alimentos, sendo 3,1 toneladas comercializadas e 4,1 toneladas doadas" (Instituto Escolhas, 2022, p. 54).

Conforme se verifica na tabela 10, as 56 hortas do programa Hortas Cariocas ocupam "uma área de 25,3 hectares no total, sendo 12 hectares de roçados e as demais áreas de canteiros[27]. As hortas em comunidades são de maiores dimensões e ocupam 191 pessoas (119 homens, 72 mulheres), enquanto as hortas escolares ocupam 85 pessoas (40 homens, 45 mulheres)" (Instituto Escolhas, 2022, p. 54).

Tabela 10. Indicadores do Programa Hortas Cariocas

MODALIDADE	QUANTIDADE DE HORTAS	PESSOAS OCUPADAS
Escolas	27	191
Comunidades	29	85
Total	56	276

Fonte: Instituto Escolhas, 2022, p. 54.

A AUP no Brasil tem se destacado como uma resposta criativa e eficaz para os desafios enfrentados pelas áreas urbanas, como a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. Essas práticas não se limitam apenas à produção de alimentos, mas também englobam aspectos educativos, terapêuticos e econômicos que impactam positivamente as comunidades locais.

A AUP no Brasil demonstra uma capacidade significativa de transformar espaços urbanos, promover a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. As experiências de cidades como Maricá, Diadema, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e o Rio de Janeiro destacam a diversidade e a riqueza dessas iniciativas.

Autores como Mougeot (2000) argumentam que a agricultura urbana não é apenas uma solução para a falta de acesso a alimentos frescos nas cidades, mas também uma forma de promover a resiliência urbana e reduzir a vulnerabilidade social. Essas iniciativas fornecem uma fonte de alimentos frescos e nutritivos diretamente às comunidades, reduzindo a dependência de alimentos importados e mitigando os impactos ambientais associados ao transporte de alimentos.

Além disso, Silva (2015) destaca que a agricultura urbana fortalece os laços comunitários ao promover a colaboração e a cooperação entre os moradores. As hortas comunitárias não são apenas espaços de produção agrícola, mas também locais de encontro e troca de conhecimentos,

[27] Estes indicadores do programa são agregados para as duas modalidades. Roçados são normalmente as áreas de plantio de cultivos como aipim ou mandioca e feijão, enquanto nos canteiros são cultivados folhosas, legumes como cenoura e beterraba, entre outros (Instituto Escolhas, 2022, p. 54).

onde os residentes podem compartilhar experiências e desenvolver habilidades em cultivo e gestão ambiental.

Um exemplo dessas iniciativas é o Programa Horta Urbana em Jundiaí, que tem se consolidado como um modelo no estado de São Paulo. Este programa não só transforma áreas urbanas ociosas em espaços produtivos, mas também oferece oportunidades educacionais e ocupacionais para os moradores locais. A horta urbana de Jundiaí não se limita apenas à produção de alimentos; ela também integra programas de educação ambiental, ensinando práticas sustentáveis de cultivo e gestão de recursos naturais.

Jundiaí, assim como outras cidades brasileiras envolvidas em iniciativas de AUP, compartilha experiências que refletem os benefícios e desafios comuns dessas práticas. Segundo Mougeot (2000), a essência da agricultura urbana reside na sua capacidade de promover a segurança alimentar e a resiliência urbana, características que são visíveis em Jundiaí. A cidade não apenas diversifica suas fontes de alimentos, reduzindo a dependência de mercados externos, mas também fortalece a autonomia alimentar local através da produção interna. Esse aspecto é compartilhado por outras localidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, onde iniciativas semelhantes visam mitigar as vulnerabilidades associadas à distribuição alimentar urbana.

Além disso, as hortas urbanas de Jundiaí, assim como as de Curitiba, Recife e outras cidades, funcionam como centros de aprendizado e inclusão social. Silva (2015) argumenta que esses espaços não são apenas produtivos em termos agrícolas, mas também educativos, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de habilidades práticas e conhecimentos em gestão ambiental. Essa dimensão educativa não só fortalece a comunidade local, como também prepara os moradores para enfrentar desafios futuros relacionados à segurança alimentar e sustentabilidade urbana.

Jundiaí demonstra como a agricultura urbana pode ser uma estratégia eficaz para promover a inclusão social, proporcionando não apenas alimentos saudáveis, mas também emprego e renda para a população urbana. Através da participação ativa da comunidade, esses projetos contribuem para a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes, onde os benefícios econômicos, sociais e ambientais são maximizados.

3.4. O Programa Horta Urbana de Jundiaí-SP

Jundiaí sempre se destacou pelo seu pioneirismo em planejamento urbano, tendo instituído seu primeiro Plano Diretor em 1969, antes mesmo de São Paulo. A partir de então, o município tem revisado e atualizado constantemente seus instrumentos urbanísticos, incorporando diretrizes que visam melhorar as condições de vida de seus moradores e cumprir a função social da cidade. Em 11 de novembro de 2019, foi aprovada a revisão do Plano Diretor vigente – Lei nº 9.321 –, que sustenta o Programa Horta Urbana através de políticas públicas específicas.

> -Política de Desenvolvimento Urbano e Rural do Município, que determina como um dos seus princípios orientadores o atendimento da função social e ambiental da propriedade urbana, pública e privada, com a redução das vulnerabilidades urbanas, sociais e ambientais (art. 4°, inciso II);
> - Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que determina como uma de suas diretrizes o estímulo ao associativismo e ao empreendedorismo como forma alternativa de geração de trabalho e renda (art. 33, inciso IV);
> - Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar, que menciona as hortas comunitárias no perímetro urbano como parte do Plano Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar (art. 45, § 4º);
> - Sistema de Áreas Protegidas, Espaços Livres e Áreas Verdes do Município, que indica a necessidade de apoiar e incentivar a agricultura urbana nos espaços livres (art. 60, inciso XII) (Angelini, 2023, p. 2).

A Lei n.º 9.321/2019 — que institui o Plano Diretor do município de Jundiaí — permite identificar o ordenamento territorial como articula-se com o fenômeno da AUP e com práticas de uso produtivo do solo em contexto urbano. O Plano Diretor dispõe, em seu Art. 1º, que "esta Lei institui o Plano Diretor do Município de Jundiaí, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano…" (Lei 9.321/2019, Art. 1º). Nesse sentido, são definidas macroszonas e diretrizes de zoneamento, uso e ocupação do solo, adensamento e infraestrutura. Esses dispositivos, ao estabelecerem, por exemplo, densidades adequadas e incentivo ao uso misto do solo (Lei 9.321/2019, Capítulo III), criam potencial normativo para a inserção de iniciativas agrícolas em espaços urbanos ou de transição.

No rol dos instrumentos de política urbana apresentados pelo Plano se destacam os previstos no Capítulo VI: "São instrumentos de política urbana … parcelamento, edificação e utilização compulsória; IPTU progressivo no tempo; outorga onerosa do direito de construir; estudo de impacto de vizinhança; imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados." (Lei 9.321/2019, Arts. 81-82).

O reconhecimento de lotes ou imóveis ociosos e subutilizados pressupõe a possibilidade de reprogramação de tais espaços para fins alternativos, como o cultivo comunitário ou a agroprodução urbana. O ordenamento local fornece uma infraestrutura normativa que, em teoria, poderia apoiar a implantação e ampliação de programas de hortas urbanas ou de AUP no município.

Entretanto, ao confrontarmos a norma com a prática observada, emergem limites significativos. Embora o Plano Diretor incorporasse instrumentos que permitiriam a diversificação de usos, ele não trata especificamente da AUP ou das hortas urbanas como categoria de uso normatizada. Não existem no documento dispositivos que definam prioritariamente ou destinem explicitamente zonas para agricultura urbana, produção alimentar comunitária ou agroprodução de pequena escala em áreas urbanas ou periurbanas. A articulação entre o ordenamento formal e a atividade prática da AUP permanece dependente de iniciativas pontuais e da interpretação municipal de dispositivos genéricos.

Ademais, o plano reconhece a existência de imóveis não edificados ou subutilizados (Art. 82), o que poderia sinalizar oportunidades para práticas de AUP. Ainda assim, o destino desses espaços não está regulado para uso agrícola urbano, e sua transformação depende da iniciativa privada ou da articulação institucional para concessão, comodato ou requalificação. Em paralelo, a existência de loteamentos irregulares e empreendimentos em expansão no município reforça a necessidade de políticas de regularização e de definição de usos que garantam a permanência da AUP frente às pressões imobiliárias.

Do ponto de vista da articulação entre hortas urbanas, AUP e ordenamento territorial, o papel do Plano Diretor pode ser entendido em termos duplos: ele oferece suporte normativo — ou seja, cria a estrutura jurídica básica para usos diferenciados — e opera como limitação ao não endereçar explicitamente a AUP como parte integrante do tecido urbano. A integração da AUP ao tecido da cidade formal depende não apenas da existência da norma, mas também da forma como as práticas são ativadas por políticas públicas específicas, parcerias intersetoriais e gestão local articulada.

Em síntese, pode-se dizer que o Plano Diretor de Jundiaí contempla mecanismos que permitem a inserção de usos agrícolas urbanos e de transição no espaço municipal, por meio de zoneamento misto, instrumentos de política urbana e reconhecimento de imóveis subutilizados. Porém, por não tipificar claramente essas práticas como função urbana priorizada, o documento deixa lacunas que exigem intervenção adicional para que a AUP se consolide como prática

estruturante no território. Tal constatação reforça a hipótese desta tese: a AUP em Jundiaí apresenta potencial para promover inclusão social e territorial, mas sua efetivação plena está condicionada à articulação institucional, à regulação específica e à intervenção pública contínua.

O Decreto nº 30.050, de 2 de junho de 2021, de Jundiaí, SP, estabeleceu diretrizes para a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, visando promover a AUP como uma estratégia para o fortalecimento da segurança alimentar, a promoção da sustentabilidade ambiental e o incentivo à inclusão social. Entre as principais disposições do decreto destacam-se:

Estabelecimento de Diretrizes: O decreto define diretrizes para a implementação e o desenvolvimento de projetos de AUP, destacando a importância de promover práticas agrícolas sustentáveis e integradas ao ambiente urbano (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Criação de Programas e Projetos: A criação de programas e projetos voltados para a AUP, que busquem envolver a comunidade e fortalecer a rede de hortas urbanas, jardins comunitários e outras iniciativas relacionadas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Incentivo e Apoio: O decreto estabelece formas de incentivo e apoio às atividades de agricultura urbana, incluindo a disponibilização de recursos, suporte técnico e capacitação para os participantes do programa (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Parcerias e Colaboração: Enfatiza a importância de parcerias entre o poder público, organizações não governamentais e a comunidade local para o sucesso dos projetos de agricultura urbana (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Monitoramento e Avaliação: Define a necessidade de monitoramento e avaliação contínua das ações implementadas para garantir a eficácia e a sustentabilidade dos projetos de agricultura urbana e periurbana (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

O Decreto nº 30.050/2021 institui no município de Jundiaí o programa de hortas urbanas, definindo-se como instrumento legal de apoio à AUP em áreas públicas ou privadas. Em seu Art. 1º, § 1º-2º, o Decreto define como “hortas urbanas” os locais destinados ao desenvolvimento de práticas agrícolas de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, ornamentais e espécies frutíferas, e explicita que os produtos resultantes dessas hortas são passíveis de consumo, troca, doação e comercialização (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

O Decreto fundamenta-se, entre outros, no Art. 45 da Lei nº 9.321/2019 (Plano Diretor de Jundiaí), que dispõe sobre a Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar, e no Art.

60, inciso XII, da mesma Lei, que aponta o apoio e o incentivo à agricultura urbana nos espaços livres (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

O Decreto conecta diretamente a iniciativa das hortas à função social e ambiental da propriedade urbana ou periurbana, conforme previsto no ordenamento municipal.

Os objetivos elencados no § 2º do Art. 2º do Decreto reforçam a amplitude das finalidades da norma: I – fortalecer a segurança alimentar da população, ampliando as áreas produtivas no município; II – gerar alternativas de renda para a população e desenvolvimento local; III – estimular a economia solidária e as práticas comunitárias em espaços públicos; IV – melhorar a qualidade ambiental e paisagística; V – aproveitar áreas ociosas de imóveis urbanos ou periurbanos, públicos ou privados; e VI – estimular o contato de crianças e adolescentes com a natureza (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

Trata-se de uma norma que visa transcender a mera produção agrícola, articulando as hortas a dimensões sociais, econômicas e territoriais.

Um dos pontos positivos do Decreto está na clareza de que áreas públicas ou privadas que estejam ociosas ou subutilizadas podem ser objeto de cedência ou uso para a implantação de hortas urbanas. Esse enquadramento legal abre caminho para que terrenos residuais ou pouco aproveitados no contexto urbano ou periurbano possam ser reorganizados com função produtiva, social e comunitária — integrando-se à cidade formal de modo inovador. Entretanto, a operacionalização dessa possibilidade ainda depende de disposições complementares, de articulação entre unidades de gestão municipal e de clareza sobre critérios de escolha, cessão de uso e manutenção desses espaços.

Por outro lado, o Decreto revela certos limites práticos e normativos que merecem reflexão crítica à da geografia urbana. Apesar de sua natureza promissora, não contempla de forma detalhada os mecanismos de regulação das áreas privadas que poderiam ser convertidas em hortas urbanas. A norma estabelece a possibilidade, mas não define de modo pormenorizado como será a seleção, monitoramento, regularização ou garantia de permanência dessas hortas em face das pressões de valorização imobiliária ou de uso urbano intensivo.

Além disso, ainda que mencione a comercialização dos produtos agrícolas, não define estímulos específicos ou canais de integração das hortas ao mercado local ou circuitos de consumo diferenciados. Tais lacunas sugerem que, para além da norma, sua efetividade dependerá da articulação institucional e da implementação real.

No que se refere ao papel do Decreto na interface entre hortas urbanas, AUP e ordenamento territorial, ele constitui uma peça normativa que articula a AUP às diretrizes municipais de uso do solo, mas não cria independência automática dessa prática frente aos marcos mais amplos da cidade. Em contexto, esse decreto pode ser interpretado como um instrumento de ativação da AUP, mas que ainda requer ações complementares, como planos de educação, infraestrutura, acesso à terra, regulação fundiária.

Em resumo, o Decreto nº 30.050/2021 representa um passo significativo na institucionalização das hortas urbanas em Jundiaí — ele legitima legalmente a prática e conecta-a à função social do solo urbano e periurbano. No entanto, seu alcance real dependerá do grau de implementação, da articulação entre políticas públicas e da capacidade de vincular essas hortas ao planejamento urbano de maneira continuada.

Ele evidencia que a AUP em Jundiaí possui respaldo jurídico para existir, mas que sua consolidação como ferramenta transformadora requer superar os desafios de regulação, infraestrutura e integração ao território mais amplo.

O arcabouço jurídico municipal demonstra avanços formais na valorização da AUP, mas ainda não a transforma em política estruturante, o que confirma parcialmente a hipótese desta tese sobre a necessidade de institucionalização efetiva da AUP como vetor de inclusão socioespacial.

A confirmação parcial da hipótese não representa um ponto de encerramento, mas sim uma abertura analítica. As evidências reunidas até este momento indicam que o potencial transformador da AUP em Jundiaí existe, mas ainda encontra barreiras institucionais, territoriais e normativas que limitam sua consolidação como política pública permanente. Essa constatação orienta as reflexões que serão aprofundadas ao longo do corpo do texto, onde serão examinadas as práticas concretas dos agricultores urbanos e periurbanos, as dinâmicas socioespaciais geradas pelas hortas e as contradições entre o discurso da gestão pública e a experiência cotidiana dos sujeitos que produzem na cidade.

A hipótese será retomada em chave interpretativa, buscando compreender até que ponto a AUP pode ir além de um programa pontual para se tornar um componente efetivo da inclusão e do ordenamento urbano.

Figura 44. *Banner* do Programa Horta Urbana



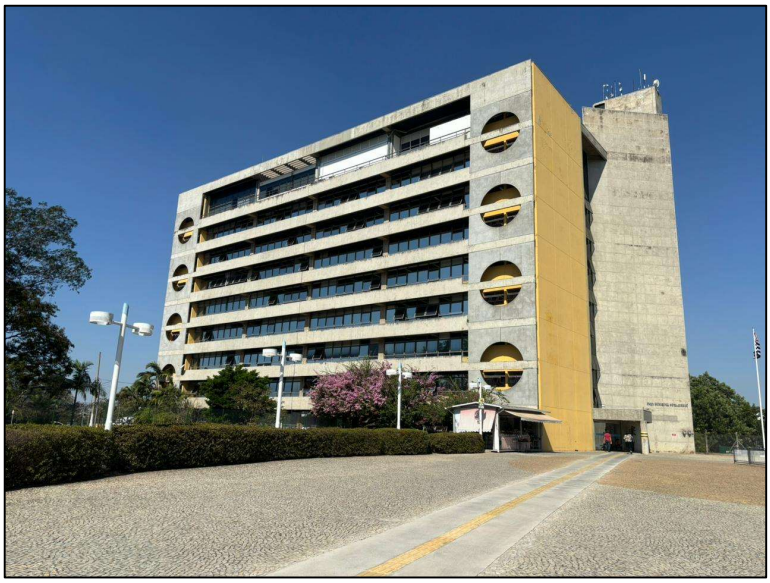
Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

Em 2017, Jundiaí implementou um novo modelo de gestão com o objetivo de promover maior integração entre as diversas áreas na esfera do poder público municipal, visando melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Essa nova estrutura organizou as antigas secretarias setoriais em plataformas de governo, reunindo áreas afins para atuar de forma integrada. Na avaliação da diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiaí, Senhora Sylvia Angelini, as políticas públicas municipais passaram a ser intersetoriais, resultando em uma administração mais enxuta e eficiente. Os recursos públicos passaram a ser utilizados de maneira mais eficaz na prestação de serviços aos cidadãos, segundo a entrevistada.

Nesse contexto de intersetorialidade, estrutura-se o Programa Horta Urbana e a política de uso de áreas públicas. Essa iniciativa, liderada pelo Departamento de Urbanismo (foto 1), conta com a colaboração do Departamento de Agricultura, do Departamento de Parques, Praças e Jardins, do Departamento de Obras Públicas e da Escola de Gestão Pública.

A Senhora Sylvia Angelini responde pelo Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente desde 2017 e foi responsável pela concepção do Programa Horta Urbana, a partir do trabalho “Inventário Municipal de Áreas Públicas do Município de Jundiaí” feito sob sua coordenação.

Foto 1. Localização da Prefeitura Municipal de Jundiaí-SP em que fica situado o Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Os órgãos envolvidos na implantação do Programa Hortas Urbanas em Jundiaí foram:

1 - Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - UGPUMA:
a) selecionar as áreas para implantação das hortas urbanas;
b) dar publicidade aos cursos de formação e aos selecionados no processo de cessão de áreas públicas na Imprensa Oficial do Município;
c) indicar as áreas públicas passíveis de uso em mapa do portal GeoJundiaí;
d) definir e monitorar os indicadores para implantação das hortas urbanas;
e) acompanhar o desenvolvimento das hortas para assegurar a adequada utilização das áreas públicas.
2 - Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo - UGAAT:
a) recomendar a quantidade de insumos e materiais a serem utilizados em cada área;
b) fornecer orientação técnica aos participantes;
c) oferecer o preparo inicial do solo, quando houver disponibilidade de maquinário, operador e logística, e de acordo com o estabelecido para a Patrulha Agrícola Mecanizada de Jundiaí para as áreas particulares;
d) realizar vistorias nas hortas, quando necessário, assegurando o adequado manejo;
e) fomentar o escoamento da produção.
3 - Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos – UGISP:
a) avaliar as áreas selecionadas pela Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;
b) realizar a limpeza dos terrenos;

> c) preparar os canteiros, ofertar os insumos e as primeiras mudas, no caso de vulnerabilidade social do
> responsável.
> **4 - Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social - UGADS:**
> a) fornecer informações sobre o Cadastro Único do Município para critério de seleção dos interessados;
> b) acompanhar os indicadores na implantação de hortas urbanas referentes à melhoria da qualidade de vida dos
> envolvidos, por meio de programas de visitação às famílias.
> **5 - Unidade de Gestão de Promoção da Saúde - UGPS:**
> a) utilizar os espaços das hortas e o conhecimento dos profissionais para desenvolver atividades de educação em saúde, a fim de fomentar hábitos alimentares saudáveis e de convivência;
> b) convidar os usuários dos serviços de saúde a participarem das hortas urbanas, explicitando seus benefícios;
> c) promover encontros para envolver as pessoas em mutirões, trocas de experiências, feiras de trocas de mudas e sementes.
> **6 - Escola de Gestão Pública de Jundiaí - EGP ou outra instituição parceira:**
> a) gerir a organização e a execução dos cursos de formação;
> b) certificar os participantes para uso da área pública.
> **7 - Conselho Municipal de Segurança Alimentar:**
> a) apoiar a implantação de hortas urbanas com a divulgação de informações;
> b) buscar parceiros para atingir os objetivos definidos no art. 2º desta Lei.
> **8 - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:**
> a) apoiar a implantação de hortas urbanas com a divulgação de informações e busca de parceiros;
> b) definir as ações referentes à Patrulha Agrícola Mecanizada de Jundiaí.
> **9 - Permissionários das áreas públicas**:
> a) indicar um responsável e um suplente para coordenação das atividades na horta, que farão a intermediação com o Município;
> b) realizar o cercamento da área com material indicado pelo Poder Público e manter uma placa indicativa com o número da licença municipal e o nome do responsável;
> c) arcar com sementes, insumos e ferramentas para o trabalho agrícola, exceto os inscritos no Cadastro Único do Município, que receberão auxílio inicial da Prefeitura;
> d) pagar pelo consumo de água e energia elétrica na área da horta;
> e) manter a área limpa e devidamente conservada;
> f) manter a horta aberta ao público no mínimo 6 horas por dia;
> g) não utilizar agrotóxicos no controle de pragas, doenças e plantas invasoras;
> h) informar ao Município sobre dificuldades e problemas existentes (Angelini, 2023, p. 3-4).

De acordo com a entrevistada, o Programa Horta Urbana de Jundiaí foi estruturado em 2021 com objetivos claros e abrangentes. Primeiramente, busca promover a ocupação sustentável de terrenos públicos ociosos na área urbana, garantindo que esses espaços cumpram suas funções sociais e ambientais. Em segundo lugar, visa melhorar a segurança alimentar da população, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, além de promover hábitos

alimentares mais saudáveis para todos, aumentando as áreas de cultivo e facilitando o acesso a alimentos naturais.

Outro objetivo é oferecer alternativas de ocupação e renda para a população, promovendo autonomia e bem-estar. Por fim, o programa favorece o contato de crianças e adolescentes com a natureza dentro da cidade, estimulando seu pleno desenvolvimento e incentivando atividades junto às suas famílias (Prefeitura Municipal De Jundiaí, 2021).

A entrevistada ressaltou os vários objetivos do Programa Horta Urbana que visam promover um impacto positivo em diversas esferas da sociedade. Primeiramente, o programa busca melhorar a qualidade ambiental e paisagística da cidade, criando espaços verdes que contribuem para um ambiente urbano mais saudável e agradável.

Outro objetivo complementar do programa é contribuir para a educação ambiental e nutricional da população. A entrevistada destacou a importância de envolver crianças e adolescentes nas atividades das hortas, transformando-os em agentes de mudança que promovem um mundo mais sustentável. Este aspecto é importante, pois a educação ambiental desde cedo pode levar a uma maior conscientização e responsabilidade em relação ao meio ambiente e à alimentação saudável (Prefeitura Municipal De Jundiaí, 2021).

Além disso, o Programa Horta Urbana apoia diretamente a Política Pública Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), garantindo que a população tenha acesso a alimentos frescos e nutritivos. Essa iniciativa também está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, contribuindo para metas globais de erradicação da fome, promoção de uma agricultura sustentável e melhoria da saúde e bem-estar das comunidades urbanas (FAO, 2017).

Essa iniciativa do Programa Horta Urbana visa envolver a comunidade no plantio e na manutenção das hortas comunitárias e urbanas. Esse envolvimento não apenas promove a cidadania e o engajamento dos moradores na melhoria do local onde vivem, mas também oferece uma possibilidade significativa de geração de renda. Ao incentivar a participação ativa dos cidadãos, o programa fortalece os laços comunitários e contribui para a criação de um ambiente urbano mais sustentável e resiliente, conforme aponta Sousa (2021).

O Programa Horta Urbana foi criado em 2021 e visa oferecer alternativas para promover a segurança alimentar dos munícipes de Jundiaí e uma fonte de renda alternativa para a população, estimular a economia solidária e as práticas comunitárias em espaços públicos e ainda estimular o

contato de crianças e adolescentes com a natureza. Além disso, as hortas também contribuem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Prefeitura Municipal De Jundiaí, 2021).

De acordo com a entrevistada o Programa Horta Urbana se apresenta como uma solução para enfrentar quatro questões principais: 1 - Subutilização de terrenos públicos urbanos, que não cumprem sua função social e ambiental, além de gerarem custos de manutenção para o poder público; 2 - Problemas relacionados à segurança alimentar e à adoção de hábitos alimentares pouco saudáveis, devido à dificuldade de acesso a alimentos frescos e naturais; 3 - Falta de opções para ocupação da população e geração de renda e 4 - Escassez de contato com a natureza, especialmente para crianças e jovens, o que pode levar a diversos problemas de saúde e comportamento.

O que motivou a criação do Programa Horta Urbana foi

> um plano de bairro no Novo Horizonte, que estava previsto no Plano Diretor e que fica mais próximo do território – (6 bairros). Foi adotada como diretriz urbanísticas em torno das escolas públicas, as crianças vão a pé a escola, então queríamos qualificar esses trajetos. Criou-se o Programa Criança Na Cidade, fizemos melhorias em volta desses trajetos. Porém, era necessário falar com outras secretarias e toda essa metodologia foi realizada em 2017. Em novembro de 2020 foi feita uma pesquisa com a participação de crianças e pais de 1.264 alunos de 15 escolas públicas da região Oeste da cidade, para elaboração do Plano de Bairro Novo Horizonte. As respostas indicaram que 66% dos pais gostariam de participar de um programa de horta comunitária; 51% das crianças pedem árvores, árvores frutíferas, jardins e flores no bairro; 40% das crianças têm contato com a natureza no máximo uma vez por semana; 11% das crianças nunca têm contato com a natureza no bairro e paralelo a isso foi realizado um levantamento de áreas públicas ociosas, que em Jundiaí temos um número de terrenos, sem cumprir sua função social e ambiental: por exemplo no ano de 2021, eram 2.994 áreas públicas na cidade, sendo 1.527 destinadas a sistemas de lazer, incluindo 493 áreas situadas no raio de 300 metros de escolas públicas – destas, 215 encontravam-se totalmente vazias. Assim, então criou-se a ideia em 2020 e o Programa entrou em execução em junho de 2021 que define as condições que qualquer morador da cidade possa ter um pedaço de terra, que segue algumas diretrizes: como realizar um curso oferecido pela prefeitura, para qualificar essas pessoas, entre outras condições (Entrevista realizada com Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Conforme a entrevistada o programa Horta Urbana enfrentou algumas dificuldades organizacionais. Inicialmente, o programa não recebeu um orçamento específico, e sua execução ficou a cargo de outra secretaria. A prefeitura foi responsável pelos gastos com a poda, enquanto, os canteiros são construídos por outra equipe. Porém, ao analisar os perfis dos participantes, constatou-se que muitos não estavam registrados no Cadastro Único e enfrentavam dificuldades

financeiras. J. B. G. e J. J. O. [28] (*in memoriam*), por exemplo, ocuparam uma área pública sem permissão e, posteriormente, foram integrados ao programa Horta Urbana.

"É importante ressaltar que nenhuma construção pode ser realizada sem a autorização da prefeitura, e todas as ações devem ser previamente aprovadas pela administração municipal" Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente em fevereiro de 2024).

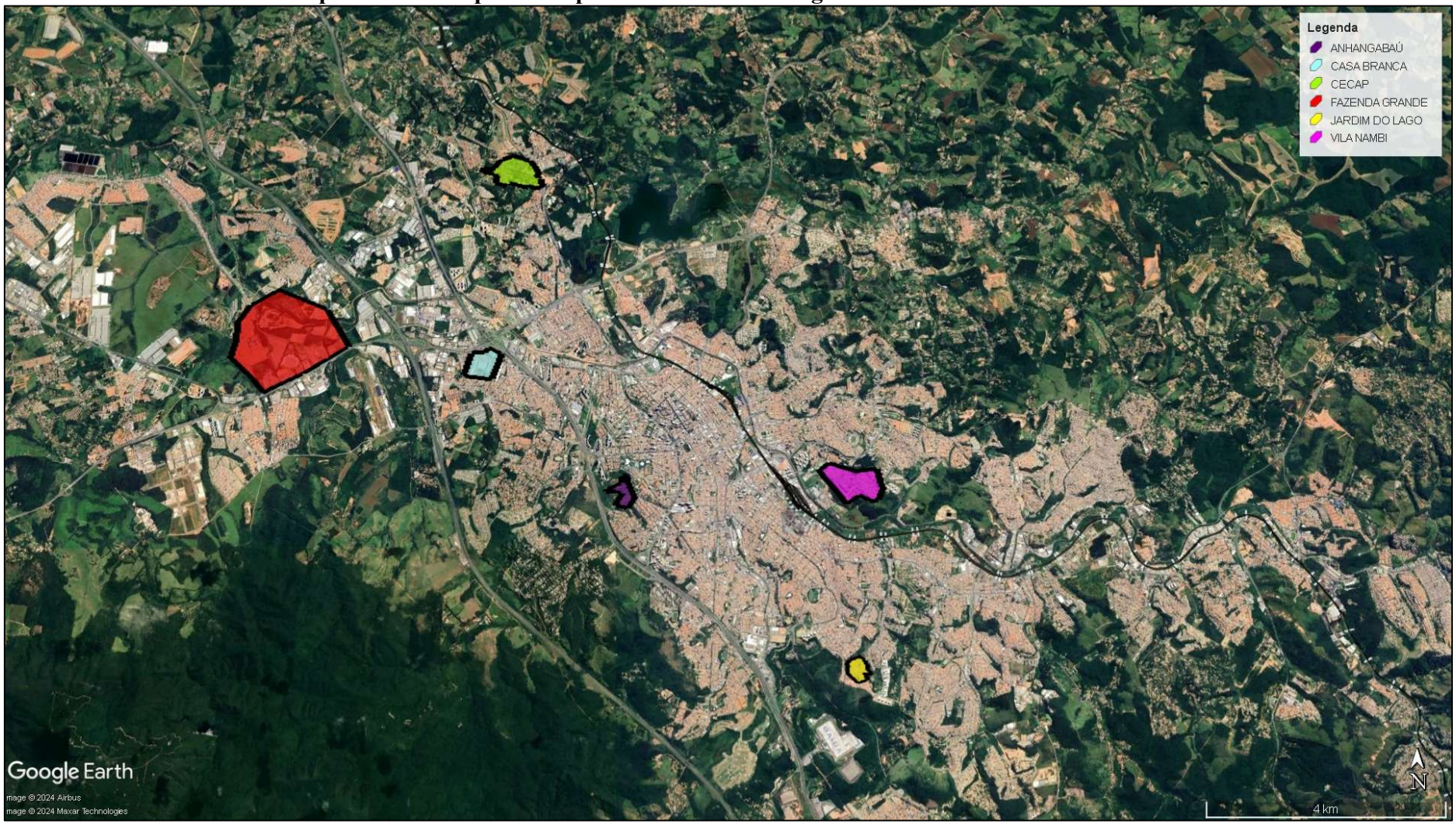
O levantamento das áreas com maior vulnerabilidade nos bairros foi realizado, e, a princípio, era um total de 15 áreas em 12 bairros que estavam disponíveis para o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, ornamentais e espécies frutíferas, que abrangem os bairros:

> Novo Horizonte, São Camilo, Santa Gertrudes, Vila Nambi, Fazenda Grande, Cecap, Jardim do Lago, Ivoturucaia, Jardim Tamoio, Caxambu, Vila Maringá e Alvorada (Entrevista realizada com Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Conforme o inciso VI do artigo 5º do Decreto nº 30.050, de 2 de junho de 2021, foi estabelecido que o Programa Horta Urbana, incluindo a primeira turma do programa, abrangeu seis áreas selecionadas: Anhangabaú, Jardim do Lago, CECAP, Bairro Fazenda Grande, Vila Nambi e Bairro Casa Branca, conforme se verifica no Mapa 4.

[28] O agricultor urbano J. J. O., participante ativo do Programa Horta Urbana, faleceu no início de 2024 devido a um câncer. No entanto, sua horta continuará em operação, uma vez que sua esposa M. O. é a permissionária suplente.

Mapa 4. Bairros Aprovados para a Turma 1 do Programa Horta Urbana



Fonte: *Google Earth* (2024). Organização: Alan da Silva Vinhaes (2024).

Contudo, conforme o inciso VI do artigo 5º do Decreto nº 30.050, de 2 de junho de 2021, foi estabelecido que o Programa Horta Urbana, incluindo as informações referentes à segunda turma do programa, abrangeu os seguintes bairros: Anhangabaú, Currupira, Bairro Alvorada, Fazenda Grande, Novo Horizonte, Jardim do Lago, Vila Maringá, Bairro da Roseira, Jardim Pacaembu e Bairro São Camilo, conforme se verifica no mapa 5.

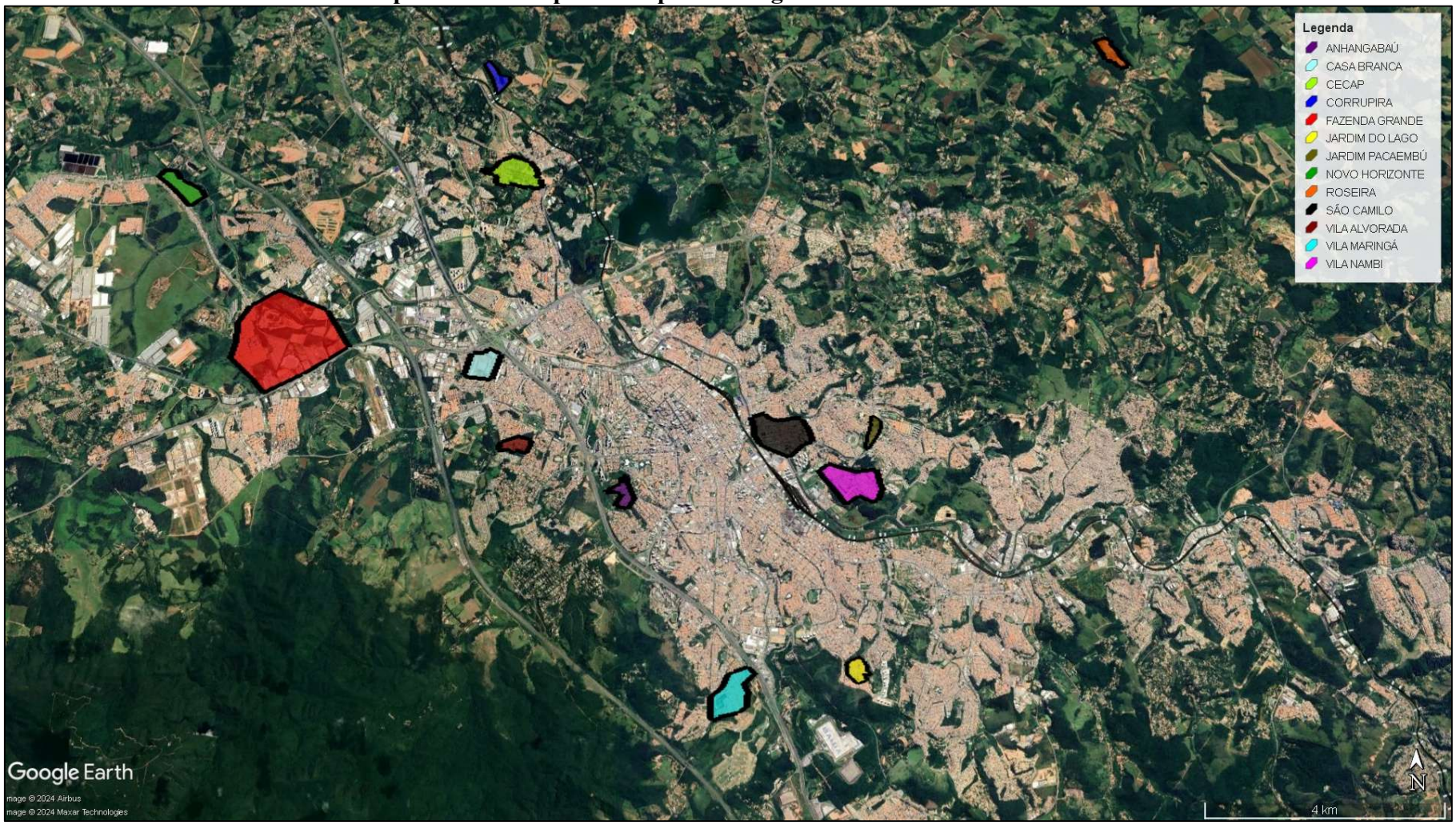
Mapa 5. Bairros Aprovados para a Turma 2 do Programa Horta Urbana



Fonte: *Google Earth* (2024). Organização: Alan da Silva Vinhaes (2024).

A primeira e segunda turmas do Programa Horta Urbana abrangeram treze bairros: Anhangabaú, Bairro da Roseira, Currupira, Bairro Alvorada, Jardim do Lago, Jardim Pacaembu, CECAP, Fazenda Grande, Novo Horizonte, Bairro São Camilo, Vila Maringá, Vila Nambi e Bairro Casa Branca, conforme se verifica no Mapa 6.

Mapa 6. Bairros Aprovados para o Programa Horta Urbana



Fonte: *Google Earth* (2024). Organização: Alan da Silva Vinhaes (2024).

Para a seleção das áreas foram considerados a topografia e a exposição solar dos terrenos, além da proximidade com zonas de maior vulnerabilidade social. Nas hortas serão cultivadas hortaliças, plantas medicinais, ervas aromáticas, espécies ornamentais e frutíferas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Para se candidatar ao Programa Horta Urbana é necessário se cadastrar no "*site* da Prefeitura, ser morador de Jundiaí, participar do curso de capacitação (foto 2 e 3), com obtenção do certificado de aptidão; comprometer-se com as atividades de manutenção da horta e atender as legislações vigentes. Cada interessado pode se candidatar para até duas áreas" (Tvtec Jundiaí, 2023).

Foto 2. Realização do Curso de Capacitação do Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP



Fonte: Angelini, 2023.

Foto 3. Capacitação para o Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP



Fonte: Angelini, 2023.

A prioridade foi para as pessoas que tinham residência próxima ao local da horta, que façam "o uso coletivo do espaço como grupos representados por associações de bairro e organizações sociais. O município ficou responsável pela preparação dos canteiros e pela oferta inicial de insumos aos interessados em situação de vulnerabilidade, inscritos no Cadastro Único" (Tvtec Jundiaí, 2023).

De acordo com a entrevistada,

> por meio de cessão de uso do solo concedida pelo poder público, a título precário e não oneroso, e mediante atendimento a algumas condições previstas em Decreto (como a frequência no curso prático de formação oferecido de forma gratuita pela Escola de Gestão Pública do município), os munícipes dão início às atividades de plantio das hortas, com o apoio e a supervisão dos servidores públicos. Os critérios para seleção dos interessados consideram o uso coletivo da horta, priorizando os grupos representados por famílias, associações de bairro e organizações sociais; a condição de vulnerabilidade social, priorizando os inscritos no Cadastro Único do Município; e a distância da residência do responsável em relação à horta, priorizando os moradores mais próximos da área. Os produtos das hortas – frutas, flores, hortaliças, ervas medicinais e aromáticas – podem ser utilizados para consumo, troca e comercialização (Entrevista realizada com Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Para o gestor da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), Sinésio Scarabello, este é um momento muito oportuno para a realização deste programa, considerando as dificuldades da pandemia, a necessidade de trabalho e de geração de renda. "Esta é mais uma forma que a gestão da Prefeitura de Jundiaí oferece para a população empreender, gerar renda e produzir em espaços que antes não eram utilizados" (Tribuna de Jundiaí, 2021).

Nas próximas semanas será feita a formalização da cessão de uso da área e o preparo da terra nestas áreas escolhidas, segundo a diretora de Urbanismo da UGPUMA, Sylvia Angelini. "A formação foi o primeiro passo. Agora começa a fase de formação dos canteiros e definição das culturas, com a orientação da nutricionista Rita Stringari, coordenadora do programa" (Tribuna de Jundiaí, 2021).

Para o gestor da Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT), Eduardo Alvarez, "os formados hoje agora serão tratados como produtores do Município, tendo direito a apoio técnico e participação nos programas da Prefeitura" (Tribuna de Jundiaí, 2021).

Um dos formados, está animado com o curso que recebeu. “Tivemos aulas teóricas e práticas, aprender a formar os canteiros, a plantar e a cuidar. Isso foi um achado na minha vida. Espero colocar em prática tudo isso. Quero colocar em prática também nas escolas, ajudar as crianças e suas famílias a ter uma alimentação mais saudável (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2021).

A ação multiplataforma da Prefeitura de Jundiaí

> com foco em incentivar o uso de espaços em área urbana para o cultivo de verduras e legumes, promovendo a geração de renda e a alimentação saudável, denominado Horta Urbana, teve o primeiro ciclo de capacitação realizado na Unidade de Desenvolvimento Ambiental (UNIDAM). A capacitação conta com módulos teóricos e práticos que auxiliarão as pessoas interessadas em cultivar os espaços desde o trato com o solo, plantio, colheita até a comercialização (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

O Programa Horta Urbana (Quadro 10) é coordenado pelo gestor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e pela diretora de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA). O programa também conta com o apoio das Unidades de Agronegócio, Abastecimento e Turismo, Infraestrutura e Serviços Públicos, Assistência e Desenvolvimento Social, Escola de Gestão Pública, Governo e Finanças, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (Prefeitura Municipal De Jundiaí, 2021).

Quadro 10. Coordenação do Programa Horta Urbana no município de Jundiaí

UNIDADE	ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
Planejamento Urbano e Meio Ambiente	Concepção do programa; Elaboração de decreto e editais; Organização dos cursos; Indicação de áreas; Monitoramento dos indicadores.
Agronegócio, Abastecimento e Turismo	Análise de solo e recomendação da quantidade de insumos; Oferta da patrulha agrícola para preparo inicial do solo; Orientação técnica em visitas regulares; Orientação para fomentar o escoamento da produção.
Infraestrutura e Serviços Públicos	Limpeza e cercamento das áreas.

Desenvolvimento Ambiental	Fornecimento de insumos iniciais para o plantio.
Escola de Gestão Pública	Contratação de instrutores para a capacitação técnica; Oferta de espaço e material didático para os cursos.
Assistência e Desenvolvimento Social	Indicação de integrantes do Cadastro Único.
DAE e CPFL	Tarifas sociais para as contas de água e energia.

Fonte: Angelini, 2023.

A implementação do Programa Horta Urbana em Jundiaí destaca-se pelo esforço coletivo e interdisciplinar das diversas unidades da administração municipal. Cada departamento desempenha seu papel para garantir a sustentabilidade do programa. A Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, por exemplo, é fundamental na concepção do programa, elaboração de decretos e editais, organização dos cursos e monitoramento dos indicadores. Esta unidade atua como a espinha dorsal do projeto, assegurando que todas as etapas estejam alinhadas com os objetivos ambientais e urbanos da cidade.

A colaboração com a Unidade de Agronegócio, Abastecimento e Turismo é importante para o Programa. Esta unidade não apenas realiza a análise de solo e recomenda a quantidade de insumos necessária, mas também oferece a patrulha agrícola para o preparo inicial do solo e presta orientação técnica através de visitas regulares. Além disso, fomenta o escoamento da produção, garantindo que os produtos cultivados nas hortas encontrem seu caminho até os consumidores, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico local.

A Unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos contribui significativamente ao garantir que as áreas destinadas às hortas estejam devidamente limpas e cercadas, proporcionando um ambiente seguro e adequado para o cultivo. O fornecimento de insumos iniciais para o plantio pela Unidade de Desenvolvimento Ambiental também é importante, pois facilita o início das atividades agrícolas, especialmente para aqueles que estão começando sem recursos próprios.

Por fim, a participação da Escola de Gestão Pública e da Unidade de Assistência e Desenvolvimento Social mostra a importância de uma abordagem inclusiva. A Escola de Gestão Pública é responsável pela contratação de instrutores para a capacitação técnica, além de oferecer espaço e material didático para os cursos. Já a Unidade de Assistência e Desenvolvimento Social identifica os integrantes do Cadastro Único, garantindo que aqueles em situação de vulnerabilidade social sejam incluídos no programa. A colaboração com DAE e CPFL, oferecendo tarifas sociais

para contas de água e energia, complementa o suporte necessário para a viabilidade econômica das hortas, tornando o programa verdadeiramente inclusivo e sustentável.

O quadro 11 detalha a situação da primeira turma aprovada no Programa Horta Urbana, oferecendo uma visão sobre a capacitação e o progresso das hortas de cada permissionário. Todos os participantes da turma completaram com o curso de capacitação oferecido pelo programa, evidenciando um compromisso coletivo com o aprendizado e a prática da agricultura urbana. No entanto, enquanto alguns já avançaram para a etapa de implementação das hortas, outros ainda estão na fase inicial, com projetos em andamento.

Dentre os permissionários, A. R. S., C. F. M. e M. O. B. se destacam por já terem suas hortas em funcionamento. A presença de hortas ativas entre esses participantes sugere que eles estão aplicando efetivamente os conhecimentos adquiridos no curso. Por outro lado, a maioria dos integrantes da turma ainda não iniciaram a instalação de suas hortas, o que pode indicar uma variedade de desafios, desde questões logísticas até a necessidade de mais suporte para a implementação.

A análise aponta positivamente em relação ao início do programa, mas também revela áreas em que mais esforços podem ser necessários para garantir que todos os participantes possam transformar o aprendizado em práticas concretas e produtivas.

Quadro 11. Primeira Turma Aprovada no Programa Horta

PERMISSIONÁRIOS	REALIZOU CURSO DE CAPACITAÇÃO	HORTA EM ANDAMENTO
A. R. S.	Sim	Não
A. R. S.	Sim	Sim
C. B. B. P.	Sim	Não
C. F. M.	Sim	Sim
C. A. C. R.	Sim	Não
D. C. S.	Sim	Não
D. J. O. V.	Sim	Não
J. D. P.	Sim	Não
J. C. R.	Sim	Sim
L. L. A. S. V. X.	Sim	Não
M. O. B.	Sim	Sim
R. C.	Sim	Não
S. T. T. B.	Sim	Não
T. A. P. L. V.	Sim	Não
V. C. S.	Sim	Não

Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024. Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O quadro 12 é referente à segunda turma aprovada no Programa Horta Urbana de Jundiaí revela os dados sobre a execução e os desafios do projeto. Todos os permissionários listados realizaram o curso de capacitação, indicando um compromisso inicial significativo com o programa. No entanto, a discrepância entre a participação no curso e a implementação prática das hortas é notada com facilidade. Dos dezesseis participantes, apenas três efetivamente mantêm hortas em andamento.

Esta disparidade reflete vários fatores, incluindo dificuldades financeiras, falta de apoio contínuo, e desafios logísticos ou pessoais enfrentados pelos participantes. A realização de hortas comunitárias exige não apenas conhecimento técnico, mas também recursos materiais e suporte institucional constante.

A análise do quadro permite que, embora o programa tenha um bom início na formação dos indivíduos, há uma necessidade crítica de mecanismos de suporte que assegurem a continuidade e a implementação das hortas. Para aumentar a eficácia do programa, pode ser necessário fortalecer o acompanhamento pós-capacitação, oferecendo assistência técnica contínua e suporte logístico, além de abordar possíveis impedimentos financeiros que possam estar dificultando a concretização das hortas.

Quadro 12. Segunda Turma Aprovada no Programa Horta

PERMISSIONÁRIOS	REALIZOU CURSO DE CAPACITAÇÃO	HORTA EM ANDAMENTO
C. C. F.	Sim	Não
D. C.	Sim	Não
E. B. L.	Sim	Não
F. R. G.	Sim	Não
J. J. O. (*in memoriam*)	Sim	Sim
J. A. P. P.	Sim	Sim
J. L. M.	Sim	Não
J. B. G.	Sim	Sim
L. G. S.	Sim	Não
L. C. M. F.	Sim	Não
L. M. P.	Sim	Não
M. A. S.	Sim	Não
N. M. N.	Sim	Não
R. L. S.	Sim	Não
V. T.	Sim	Não
V. C.	Sim	Não

Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024. Org. Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O quadro 13 apresenta informações sobre os sete permissionários das hortas vinculadas ao Programa Horta Urbana que estão ativas e seus respectivos endereços em diferentes bairros da cidade. Esses dados refletem a distribuição das hortas urbanas nos bairros mencionados, evidenciando a presença ativa do Programa Horta Urbana em diversas áreas da cidade.

Quadro 13. Hortas Ativas do Programa Horta Urbana

PERMISSIONÁRIO	ENDEREÇO	BAIRRO
E1	Rua Daniel da Silva, em frente ao n° 460	Fazenda Grande
E2	Rua Luiz de Oliveira Arruda, em frente ao n° 344	Jardim do Lago
E3	Rua Norivaldo Martins da Silva, ao lado do nº 161	Jardim Guanabara
E4	Av. Dona Manoela Lacerda Vergueiro, ao lado do nº 171	Anhangabaú
E5 *(in memoriam)*	Rua Benedito Cucharo, ao lado do nº 271	Novo Horizonte
E6	Rua Medina Pinto Bento, ao lado do nº 212	Jardim do Lago
E7	Rua Felizardo Silvestre, ao lado do nº 291	Novo Horizonte

Fonte: Organizado e elaborado por Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Para assegurar que os participantes do Programa Horta Urbana estivessem devidamente preparados, foram realizadas duas edições do curso prático em 2021, nos meses de julho e novembro. Nessas edições, 33 alunos (31 permissionários da área mais 2 permissionários suplentes) foram formados e se tornaram aptos a participar do programa. O curso teve como objetivo principal fornecer conhecimentos práticos e teóricos sobre agricultura urbana, garantindo que os participantes estivessem bem equipados para manejar suas hortas de maneira eficiente e sustentável (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

A escolha das áreas destinadas aos permissionários foi realizada seguindo critérios rigorosamente definidos no decreto que regulamenta o Programa Horta Urbana. Esses critérios levaram em consideração a viabilidade técnica e a acessibilidade das áreas, bem como o potencial de impacto positivo nas comunidades locais. A seleção criteriosa das áreas assegura que o programa não apenas funcione de maneira eficiente, mas também maximize os benefícios sociais, econômicos e ambientais para os bairros envolvidos (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Na entrevistada revelou o motivo pelo qual, dos 15 selecionados para a primeira turma do Programa Horta Urbana, apenas quatro hortas estão em execução e de 16 selecionados para a segunda turma do programa, quatro hortas estão ativas. Segundo ela, inicialmente acreditava-se que bastava apenas oferecer a terra para que as famílias pudessem iniciar o cultivo. Contudo, foi constatado que muitas dessas famílias, em condições de vulnerabilidade, necessitavam de mais apoio, incluindo as estruturas iniciais para a implantação das hortas. Embora, a prefeitura tenha oferecido ajuda para os inscritos no Cadastro Único, houve indivíduos que, apesar de não serem registrados, também não possuíam recursos financeiros suficientes para realizar as construções necessárias (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Essa situação levou a diversas desistências nas primeiras duas turmas do programa. O desenvolvimento das hortas foi realizado gradualmente, conforme a prefeitura obteve os recursos necessários para atender a todos os participantes. Apesar das dificuldades iniciais, há um compromisso de que todas as hortas estarão prontas até o fim do ano de 2024. Isso inclui as hortas que ainda não foram previstas, garantindo que todos os selecionados possam fazer parte do Programa Horta Urbana (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

A entrevistada destacou que o uso de agrotóxicos ou outros insumos químicos não é permitido nas hortas do Programa Horta Urbana. Apenas adubos orgânicos são autorizados, promovendo uma agricultura mais sustentável e saudável. Ela mencionou que a alface do permissionário E4 por exemplo, que é vendida a um preço mais elevado devido à sua qualidade, fora outras demandas de vendas, como por exemplo há reuniões para distribuir esses produtos para os restaurantes locais (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

O público-alvo do Programa Horta Urbana em Jundiaí é diversificado e inclui várias categorias de cidadãos, conforme delineado pela entrevistada. Primeiramente, o programa é direcionado aos cidadãos de Jundiaí que participam do curso de capacitação e obtêm o termo de permissão de uso para cultivar em áreas públicas. Há uma prioridade especial para aqueles em situação de vulnerabilidade social, especificamente os integrantes do Cadastro Único do

Município, garantindo que os mais necessitados tenham a oportunidade de melhorar sua segurança alimentar e ter uma fonte de renda (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2021).

Como parte das atividades de qualificação e expansão das práticas sustentáveis, a Horta Fazenda Grande (Foto 4) foi escolhida como área-piloto para a implementação de técnicas bioconstrutivas[29]. Em colaboração com o SESC, foi realizado um curso prático que reuniu permissionários das demais hortas urbanas e servidores municipais. Essa iniciativa não só fortaleceu o conhecimento técnico dos participantes, mas também promoveu a integração e o intercâmbio de experiências entre os diferentes atores envolvidos no programa, consolidando ainda mais a proposta de desenvolvimento urbano sustentável (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Foto 4. Primeira horta do Programa Horta Urbana em que houve a implementação de técnicas bioconstrutivas



Fonte: Angelini, 2023.

[29] As técnicas bioconstrutivas referem-se a métodos de construção que utilizam materiais e processos ecologicamente sustentáveis, buscando minimizar os impactos ambientais e promover a harmonia com o meio ambiente. Fundamentadas em princípios da arquitetura sustentável e permacultura, essas técnicas priorizam o uso de recursos locais e renováveis, como terra crua, bambu, madeira, palha e pedras, além de reciclarem materiais sempre que possível. Autores como Fathy (1986) e Kennedy (2002) destacam que a bioconstrução não apenas amplia a pegada ecológica das construções, mas também proporciona ambientes mais saudáveis e eficientes em termos energéticos.
Essas técnicas envolvem uma série de práticas, como o uso de tijolos de adobe, cob (uma mistura de terra, areia e palha) e superadobe (sacos de terra compactados), que possuem excelente capacidade de regulação térmica e hídrica. Além disso, incluem sistemas de captação de água da chuva, compostagem de resíduos orgânicos e integração de espaços verdes. A bioconstrução é intrinsecamente participativa e comunitária, incentivando o envolvimento direto dos futuros moradores no processo de construção, o que não apenas reduz custos, mas também fortalece os laços comunitários e o senso de pertencimento (Abdalla, 2017).
Em termos de sustentabilidade, as técnicas bioconstrutivas alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente no que tange à promoção de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e à ação contra a mudança global do clima (ODS 13). Ao integrar esses métodos em projetos urbanos e rurais, como os programas de hortas urbanas, é possível criar ambientes mais resilientes, sustentáveis e adaptáveis às mudanças climáticas, promovendo uma melhor qualidade de vida para as populações envolvidas (Abdalla, 2017).

Além disso, o programa também beneficia os moradores dos bairros em que as hortas urbanas estão localizadas. Esses moradores têm a vantagem de comprar produtos frescos diretamente da fonte, o que não apenas apoia a economia local, mas também garante o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. Este aspecto é fundamental para fortalecer a relação entre produtores e consumidores, promovendo uma economia solidária e sustentável (Silva *et al*., 2023).

Finalmente, crianças e adolescentes da rede pública municipal são outro público-alvo significativo do programa. Eles utilizam as hortas urbanas para atividades educativas e para o contato com a natureza. Essa interação não só enriquece seu conhecimento sobre agricultura e sustentabilidade, mas também contribui para seu desenvolvimento social, incentivando práticas de vida saudável e uma maior consciência ambiental desde cedo (FAO, 2017).

O Programa Horta Urbana é avaliado de forma positiva pelo poder público municipal. Essa avaliação deve ser às melhorias observadas no orçamento previsto para o programa e aos investimentos iniciais fornecidos, como cercamento, caixa de apoio e sementes iniciais, que permitem aos participantes manterem suas hortas de forma autônoma. Além disso, cursos e parcerias, como o curso de bioconstrução no SESC, o apoio do SEBRAE em empreendedorismo, orientações da escola técnica sobre calendários agrícolas e a coleta de solos pelo engenheiro agrônomo da UGAAT, têm contribuído para a sustentabilidade das hortas do programa (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2021).

A entrevistada foi questionada sobre o futuro do Programa Horta Urbana com as eleições municipais de 2024. Ela destacou que, embora as mudanças de governo possam influenciar a continuidade do programa, a satisfação das pessoas envolvidas é um fator importante para garantir sua permanência, independentemente de quem seja o novo prefeito. O programa atingiu seus objetivos, proporcionando lucro, função social às áreas cultivadas, fonte de renda para aqueles que antes não tinham nada, e estimulando o contato das crianças com a natureza e a comunidade.

Embora o Programa Horta Urbana tenha alcançado resultados positivos em diversos aspectos como a ocupação produtiva de áreas ociosas, o estímulo à produção de alimentos frescos e o fortalecimento de vínculos comunitários, é importante reconhecer que sua abrangência ainda é limitada. Com apenas sete hortas ativas, o impacto direto do programa sobre a geração de renda e a segurança alimentar da população urbana é restrito, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais amplas e estruturadas para consolidar a AUP como componente permanente do planejamento territorial e social do município.

Além disso, o programa revela um duplo caráter: ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, também enfrenta desafios relacionados à escala produtiva, à dependência de apoio público e à sustentabilidade econômica das hortas. Mais do que um projeto isolado, o Programa Horta Urbana de Jundiaí pode ser compreendido como uma experiência significativa — porém inicial — na busca por modelos de AUP capazes de integrar desenvolvimento local, uso social do espaço e políticas públicas de longo prazo.

A entrevistada também teve a ideia de associar um espaço de diversão dentro das hortas para ensinar as crianças a se conectarem com a natureza, alinhando-se ao programa "Cidade da Criança". Além disso, há iniciativas educativas sobre alimentação saudável, destacando os benefícios do consumo de produtos sem agrotóxicos e da redução de caminhões nas estradas. Material informativo, como folhetos, foi distribuído para promover os consumidores a adotarem esses hábitos (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Outras parcerias estão em desenvolvimento, como o Vale Verde, que integra unidades de educação, e a empresa Astra, que já teve reuniões para comprar produtos das hortas. Além disso, empresas como a Luchini fornecem pacotes para compostagem, beneficiando projetos como a horta do M. O. B. Estas iniciativas mostram o compromisso de várias entidades em apoiar e expandir o Programa Horta Urbana (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

Em relação ao futuro de uma possível 3ª Turma do Programa Horta Urbana, a entrevistada relatou que sim, existe uma perspectiva de oferecimento. Desde 2021, apenas duas turmas foram formadas, mas há uma lista de espera significativa para novas adesões. A administração municipal planeja concentrar-se nas atividades das duas turmas já formadas antes de iniciar a terceira. Esse processo será conduzido por meio da associação de bairro, com o objetivo de garantir que a responsabilidade pela manutenção das hortas não recaia apenas sobre uma ou duas pessoas, mas seja compartilhada de forma comunitária (Entrevista realizada com a Senhora Sylvia Angelini, diretora do Departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2024).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 marcou um importante avanço para o Programa Horta Urbana ao inseri-lo, pela primeira vez, como um item específico do governo, destinando

recursos financeiros para suas ações. Com uma alocação de R$ 378.900,00, esta medida reflete o reconhecimento oficial da importância do programa e seu potencial impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos de Jundiaí. A destinação de recursos específicos garante que as hortas urbanas possam continuar se desenvolvendo e expandindo suas atividades, promovendo sustentabilidade e segurança alimentar (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A inclusão do Programa Hortas Urbanas na LOA 2023 não apenas assegurou a continuidade das atividades existentes, mas também abriu novas possibilidades para a ampliação do programa. Com recursos garantidos, é possível investir em infraestrutura, capacitação e suporte técnico para os participantes, além de promover a educação ambiental e nutricional em maior escala. Essa alocação também permite a implementação de novas hortas, atendendo a crescente demanda da população e contribuindo para a melhoria das condições de vida nos bairros mais vulneráveis (Resende e Cleps Júnior, 2006).

Ao institucionalizar o programa na LOA, a administração municipal demonstra seu compromisso com a criação de um ambiente urbano mais justo, saudável e sustentável para todos os seus habitantes (Teixeira, 2011).

No caso de Jundiaí, a prefeitura considera o Programa Horta Urbana uma ferramenta essencial para promover a segurança alimentar. Além disso, o programa busca oferecer uma fonte de renda alternativa para a população, estimular a economia solidária e fomentar o contato de crianças e adolescentes com a natureza. Também visa incentivar as práticas comunitárias em espaços públicos, fortalecendo o senso de comunidade e a interação social entre os moradores.

O programa Hortas Urbana de Jundiaí é mais um exemplo de vários que trouxemos ao longo do trabalho de como a AUP pode ser utilizada como uma ferramenta para promover a inclusão social e a segurança alimentar. Este programa busca integrar a produção de alimentos frescos e saudáveis dentro do contexto urbano, oferecendo aos moradores a oportunidade de cultivar suas próprias hortaliças, frutas e legumes. Além de proporcionar uma fonte adicional de alimentos, a iniciativa também promove a educação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais, incentivando a participação cidadã e a cooperação.

Este tipo de projeto é essencial para cidades que buscam promover um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo, ao mesmo tempo em que fortalecem a resiliência das comunidades diante de crises econômicas e ambientais. O Programa Horta Urbana de Jundiaí serve

como um modelo (talvez) inspirador para outros municípios que desejam implementar práticas semelhantes.

A adoção de projetos voltados à AUP insere-se em um movimento mais amplo de busca por modelos de desenvolvimento urbano sustentáveis, nos quais a produção de alimentos, o uso racional do solo e a valorização das dinâmicas comunitárias tornam-se elementos estruturantes. Tais iniciativas, quando bem orientadas, podem contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar, para o aproveitamento de espaços subutilizados e para a promoção de práticas socioambientais mais responsáveis. No entanto, seu êxito depende de uma articulação efetiva entre as dimensões social, econômica e ambiental, o que exige políticas públicas de longo prazo e planejamento integrado.

No caso de Jundiaí, o Programa Horta Urbana demonstra a capacidade de uma política local em fomentar o uso produtivo e social de áreas urbanas ociosas, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de geração de trabalho e renda para determinados grupos.

Contudo, a limitação de sua abrangência territorial e o número reduzido de participantes indicam que o impacto do programa ainda é pontual, carecendo de ampliação institucional e de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos que assegurem sua efetividade e sustentabilidade.

Mais do que um modelo pronto a ser replicado, a experiência de Jundiaí deve ser compreendida como um exercício de práticas e aprendizados sobre o papel da AUP no contexto das cidades médias brasileiras. Sua relevância reside menos em seus resultados imediatos e mais em sua capacidade de suscitar debates sobre o uso social da terra urbana, a valorização da agricultura como instrumento de inclusão e a necessidade de repensar o planejamento territorial das múltiplas funções do espaço urbano e periurbano.

Por fim, no próximo capítulo iremos abordar as entrevistas realizadas com os agricultores urbanos e periurbanos, tanto daqueles que fazem parte do Programa Horta Urbana, quanto daqueles envolvidos em AUP fora do programa, proporcionando uma visão abrangente das práticas e benefícios dessa atividade na cidade. Essas entrevistas foram importantes para entender as experiências, desafios e percepções dos agricultores, destacando como o Programa Horta Urbana tem se mostrado como iniciativa. Desde sua implementação, o programa tem promovido a segurança alimentar, gerado renda e fortalecido o senso de comunidade, demonstrando seu impacto positivo na vida dos participantes de Jundiaí.

CAPÍTULO 4

A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM JUNDIAÍ-SP: O CASO DO PROGRAMA HORTA URBANA

"A agricultura urbana pode ser uma solução poderosa para alguns dos desafios mais difíceis que nossas cidades enfrentam hoje." – Michael Ableman

Conforme, exposto no capítulo anterior, o tema da AUP tem ganhado destaque como uma prática sustentável e benéfica para as comunidades, especialmente em cidades que buscam melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Em Jundiaí-SP, o Programa Horta Urbana surge como um exemplo significativo dessa tendência, promovendo o cultivo de alimentos em áreas urbanas e periurbanas. Este programa não apenas oferece uma solução para o aproveitamento de espaços ociosos, mas também contribui para a segurança alimentar, a educação ambiental e a inclusão social.

O Programa Horta Urbana de Jundiaí foi estruturado para atender diferentes segmentos da população, com um enfoque especial naqueles em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa promove a capacitação dos participantes através de cursos práticos, preparando-os para manejar hortas de maneira eficiente e sustentável.

Este capítulo examinará as duas turmas formadas pelo programa, destacando seus respectivos benefícios e desafios enfrentados. Além disso, serão discutidas as questões norteadoras da pesquisa apresentadas na introdução desta tese, proporcionando uma análise aprofundada dos impactos do programa na comunidade local.

Uma das premissas fundamentais do Programa Horta Urbana é a integração interdisciplinar, envolvendo diversas unidades da administração municipal. O planejamento urbano, o meio ambiente, o agronegócio, a infraestrutura e a assistência social trabalham em conjunto para assegurar o sucesso das hortas urbanas. Essa colaboração multifacetada permite não apenas a criação de espaços produtivos, mas também o monitoramento contínuo e a assistência técnica necessária para que os permissionários possam alcançar seus objetivos.

Um dos benefícios do Programa Horta Urbana é melhorar a segurança alimentar, o programa incentiva práticas agrícolas sustentáveis e promove a educação ambiental entre os participantes e a comunidade em geral. As crianças e adolescentes da rede pública municipal, por exemplo, utilizam as hortas como espaços de aprendizagem, em que, podem compreender melhor os ciclos naturais e a importância da alimentação saudável.

Este capítulo propõe uma análise aprofundada do Programa Horta Urbana de Jundiaí, examinando seus alcances, limites e repercussões sobre o território e a população local. A partir da articulação entre referencial teórico e dados empíricos obtidos em campo, busca-se compreender como essa iniciativa municipal se insere nas dinâmicas urbanas contemporâneas, revelando tensões, possibilidades e desafios inerentes à prática agrícola em contextos urbanos e periurbanos.

Mais do que um simples programa de incentivo à produção de alimentos, o Programa Horta Urbana de Jundiaí expressa um modo particular de gestão do espaço e de mediação entre políticas públicas e práticas sociais. Ao analisar suas estruturas de funcionamento, as condições de trabalho dos permissionários, a utilização do solo e a presença do poder público, procura-se evidenciar como o programa traduz, em escala local, questões mais amplas relativas à relação entre cidade, território e cidadania.

Por fim, o capítulo pretende destacar que a relevância do Programa Horta Urbana não reside apenas em seus resultados materiais, mas também na dimensão simbólica e social que ele assume para os sujeitos envolvidos. Ao possibilitar novas formas de uso e apropriação do espaço, o programa revela o potencial das práticas agrícolas urbanas como instrumento de inserção produtiva, fortalecimento comunitário e reconstrução de vínculos entre o homem e o território.

4.1. A Primeira e a Segunda Turma do Programa Horta Urbana

A primeira turma, composta por moradores de diferentes regiões de Jundiaí, foi capacitada em 2021, com abordagem em práticas de plantio sustentável e manejo agrícola. A formação incluiu técnicas de compostagem, controle biológico de pragas e promoção de uma agricultura orgânica (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Já a segunda turma, formada em 2021, ampliou o impacto do programa ao incluir mais participantes e expandir o número de hortas para 21 áreas, com foco em bairros como Cecap, Jardim Pacaembu e Fazenda Grande.

Após a formação, esses participantes da Turma 1 e 2 passaram a gerenciar hortas em sete bairros da cidade, incluindo Anhangabaú e Guanabara, em que foram as primeiras unidades do programa instaladas.

Esse aumento foi acompanhado por novas parcerias com escolas e unidades de saúde, utilizando as hortas para fins terapêuticos e educativos. Crianças de escolas locais participaram ativamente, aprendendo sobre o ciclo de plantio e colheita, enquanto pacientes de unidades de saúde utilizavam esses espaços para práticas ocupacionais (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

O ponto positivo do programa pode ser atribuído a uma combinação de fatores. Em primeiro lugar, o curso de capacitação, que é pré-requisito para que os moradores recebam a cessão de uso dos terrenos, garantindo que as hortas sejam geridas de maneira eficiente e sustentável.

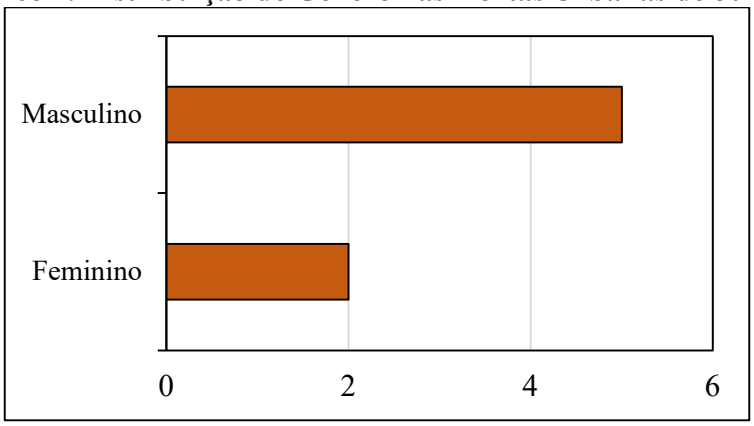
Outro fator relevante é a integração comunitária promovida pelas hortas. Esses espaços se tornaram pontos de encontro, em que os moradores de diferentes idades e origens trocaram conhecimentos e experiências. A interação entre crianças, idosos e trabalhadores da saúde é um exemplo de como o programa vai além da produção agrícola, gerando laços sociais e fortalecendo o senso de pertencimento à comunidade.

Em termos econômicos, o programa também desempenha um papel importante. As famílias participantes podem comercializar parte da produção, gerando uma fonte de renda complementar. Isso é especialmente relevante em áreas mais vulneráveis, em que a horta oferece tanto alimentos frescos quanto uma oportunidade de sustento financeiro.

As hortas urbanas de Jundiaí também têm um impacto significativo na paisagem urbana. Ao transformar terrenos subutilizados em áreas verdes produtivas, o programa contribui para a revitalização de bairros e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Além disso, o programa tem potencial para reduzir a insegurança alimentar, fornecendo alimentos frescos e acessíveis para a população local.

O gráfico 7 apresentado mostra a distribuição de participantes com hortas ativas no Programa Horta Urbana de Jundiaí, evidenciando uma predominância do gênero masculino em comparação ao feminino. Das sete hortas ativas até o momento, cinco são gerenciadas por homens, enquanto duas são gerenciadas por mulheres.

Gráfico 7. Distribuição de Gênero nas Hortas Urbanas de Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024

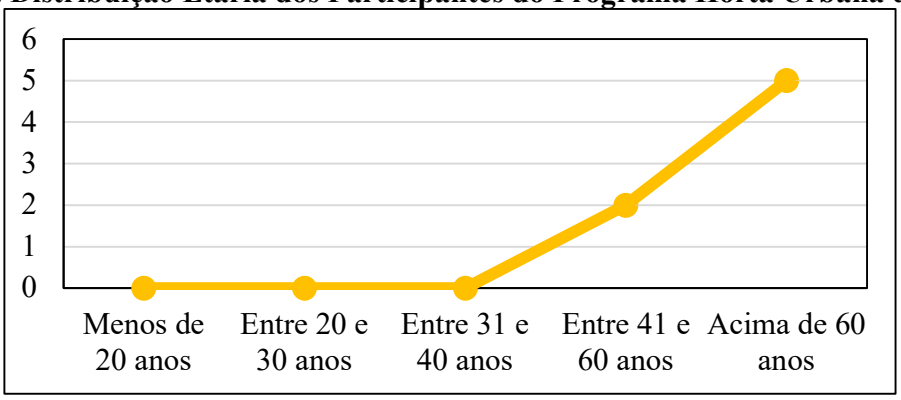
Essa disparidade pode ser atribuída a diversos fatores culturais e sociais que influenciam a maior participação masculina, como por exemplo a relação com os fatores históricos, nos quais

a agricultura tradicionalmente foi uma atividade mais associada ao trabalho masculino, mesmo em contextos urbanos. No entanto, o envolvimento crescente das mulheres, ainda que em menor número, reflete um avanço importante no acesso a esses espaços, principalmente quando associados a atividades de desenvolvimento comunitário e educação ambiental.

Embora o número de mulheres seja menor, sua contribuição nas hortas urbanas é importante, especialmente em áreas como o cultivo de plantas medicinais e a implementação de programas educacionais para crianças e adolescentes.

O gráfico 8 demonstra a distribuição etária dos participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí, evidenciando uma predominância de pessoas acima de 60 anos. Entre os cinco participantes com essa faixa etária, verifica-se um maior interesse e engajamento da população idosa em projetos comunitários de AUP. Essa tendência pode estar associada ao tempo livre que essa faixa etária apresenta, além de uma maior busca por atividades que promovam bem-estar.

Gráfico 8. Distribuição Etária dos Participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A participação em outras faixas etárias é consideravelmente menor, como observada na ausência de indivíduos com menos de 30 anos no programa. O envolvimento de pessoas entre 31 e 40 anos, embora também modesto, começa a se elevar, representando uma pequena parcela dos participantes. Essa variação pode ser explicada por fatores como rotina de trabalho e falta de tempo, dificultando o engajamento em atividades extracurriculares.

Houve um interesse inicial por parte de pessoas com menos de 30 anos em participar do Programa Horta Urbana de Jundiaí. Jovens dessa faixa etária identificaram nas hortas uma oportunidade para adquirir conhecimentos sobre a AUP para contribuir para o desenvolvimento da

comunidade. No entanto, apesar do interesse inicial, muitos desses participantes acabaram desistindo do projeto após conseguirem emprego. A rotina de trabalho intensivo, típica dessa fase da vida, tornou-se inviável a dedicação necessária ao cultivo das hortas.

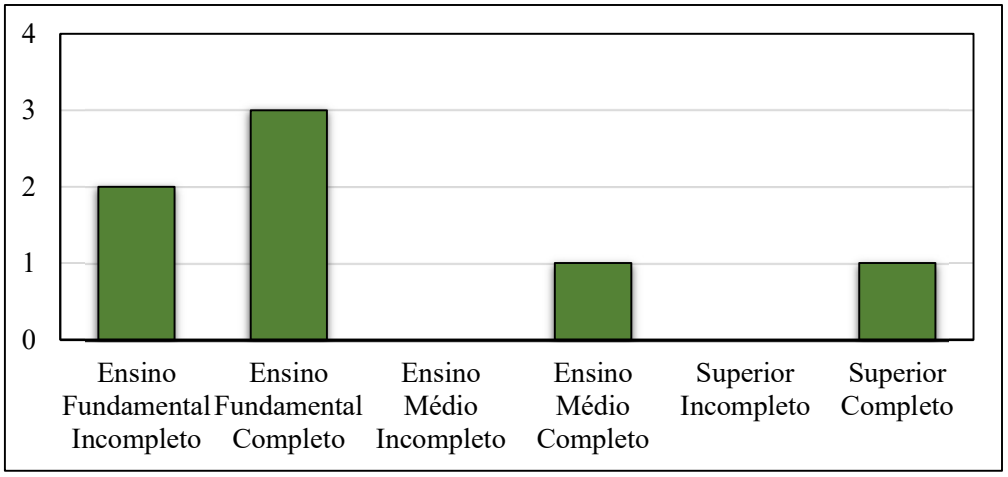
A principal razão para a resistência foi a falta de tempo livre, uma vez que o comprometimento com o novo emprego passou a exigir grande parte de suas energias e horários. Com as responsabilidades profissionais tendo prioridade, manter uma horta comunitária, que exige dedicação contínua, tornou-se inviável. Essa situação reflete um desafio comum entre jovens que buscam equilibrar o trabalho e a participação em atividades comunitárias, especialmente em projetos que exigem um cuidado regular, como as hortas urbanas.

Na faixa entre 41 e 60 anos, há um crescimento leve, com duas pessoas envolvidas no programa. Conforme os indivíduos se aproximam da aposentadoria, o interesse por projetos que proporcionem benefícios à saúde e à comunidade, como as hortas urbanas, tendem a aumentar. O trabalho com a terra tem sido planejado por estudos como uma atividade benéfica para o controle do estresse e para a melhoria da qualidade de vida, o que pode causar essa adesão gradual.

A participação dos idosos no programa de hortas urbanas reforça a importância de projetos comunitários voltados para esse público, que não apenas promovem o envelhecimento ativo, mas também fomentam a sustentabilidade e a segurança alimentar local. Iniciativas como essas permitem que os idosos continuem socialmente ativos e afetados para a revitalização de áreas urbanas.

O gráfico 9 demonstra o nível de escolaridade dos participantes das sete hortas ativas no Programa Horta Urbana de Jundiaí, revelando uma diversidade significativa entre os envolvidos. A maioria dos participantes possui ensino fundamental completo, com três pessoas nesta categoria, seguida por dois indivíduos com ensino fundamental incompleto. Esses dados indicam que o programa tem atraído predominantemente pessoas com menor nível de escolaridade formal.

Gráfico 9. Distribuição de Escolaridade dos Participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A prevalência de participantes com ensino fundamental completo ou incompleto reflete a realidade de que, em contextos de vulnerabilidade social, aqueles com menor escolaridade têm maior propensão a participar de atividades que possam contribuir para a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica de suas famílias. Segundo Sampaio (2015), programas de AUP tendem a atrair populações de baixa renda, pois oferecem alternativas para o fortalecimento da autonomia alimentar e o desenvolvimento de habilidades práticas que geram impactos positivos tanto no aspecto econômico quanto social.

Por outro lado, a presença de participantes com ensino médio completo e superior completo, com um representante em cada categoria, expõem que o programa de hortas urbanas também desperta interesse entre pessoas com maior nível educacional. Este grupo foi atraído pelo valor que as hortas oferecem em termos de sustentabilidade, saúde e qualidade de vida. A busca por práticas de cultivo orgânico e a valorização do trabalho comunitário é uma da motivação adicional para indivíduos com maior escolaridade, refletindo um interesse mais abrangente pela agricultura urbana como uma prática transformadora, como o caso do E3, que iremos abordar no próximo subitem.

A baixa participação de pessoas com ensino médio incompleto ou superior incompleto, com ausência de participantes nesses grupos, indica que esses indivíduos estão em uma fase transitória de suas vidas, onde o foco está mais voltado para a continuidade dos estudos ou para a

inserção no mercado de trabalho. Assim, há falta de tempo ou interesse para se envolver em atividades extracurriculares como as hortas comunitárias.

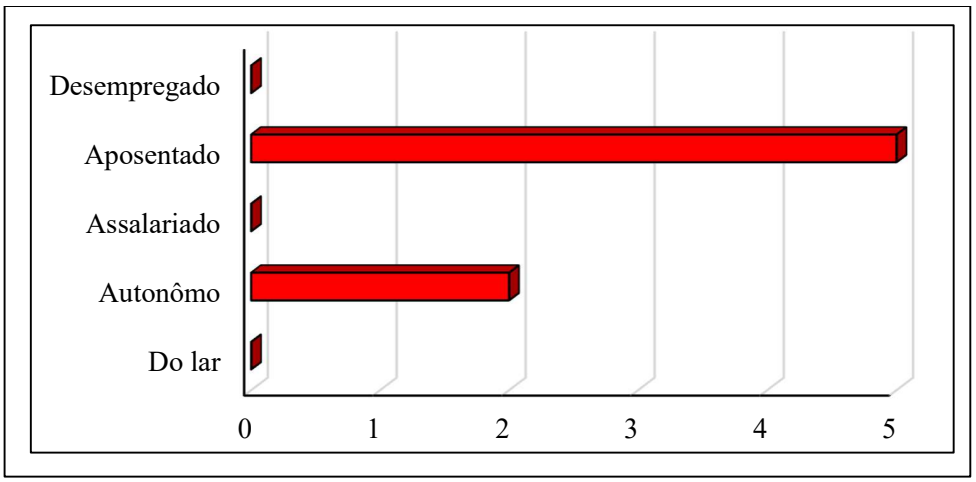
O envolvimento de indivíduos com menor escolaridade, no entanto, demonstra o potencial do programa para capacitar essas pessoas, oferecendo a elas uma oportunidade de aprender e aplicar novos conhecimentos práticos relacionados ao cultivo sustentável.

A AUP, conforme apontado por Dias *et al.* (2018), pode funcionar como uma ferramenta educacional, especialmente para grupos que não tiveram acesso a um sistema formal de ensino completo.

A diversidade de escolaridade entre os participantes das hortas urbanas de Jundiaí reflete a abrangência do programa, que consegue atrair pessoas de diferentes níveis de instrução. Isso demonstra o impacto social positivo das hortas, tanto na promoção da sustentabilidade e segurança alimentar quanto na inclusão de diversas faixas da população, proporcionando benefícios práticos e educativos para todos os envolvidos.

O gráfico 10 abaixo mostra a distribuição ocupacional dos participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí, destacando um perfil predominantemente composto por aposentados. Cinco dos participantes se identificam nessa categoria, o que está relacionado ao fato de que, após a aposentadoria, muitos buscam atividades que lhes proporcionem qualidade de vida e um senso de propósito. A horticultura urbana, com seus benefícios para a saúde física e mental, se encaixa perfeitamente como uma ocupação pós-aposentadoria.

Gráfico 10. Distribuição Ocupacional dos Participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A presença de dois trabalhadores autônomos entre os participantes também é relevante, pois esses indivíduos tem maior flexibilidade em seus horários para se dedicar às hortas. Trabalhadores autônomos frequentemente possuem maior controle sobre suas rotinas, o que facilita o engajamento em atividades extracurriculares, como o cultivo de hortas comunitárias, sem comprometer suas atividades profissionais principais.

Já o baixo número de participantes assalariados, com apenas uma pessoa nessa condição, indica que a rotina rígida de quem possui um emprego formal pode dificultar o envolvimento em projetos que demandam tempo e dedicação contínuos. O compromisso com o trabalho de tempo integral, geralmente associado à jornada de trabalho tradicional, é um fator limitante para a participação em programas como o de hortas urbanas.

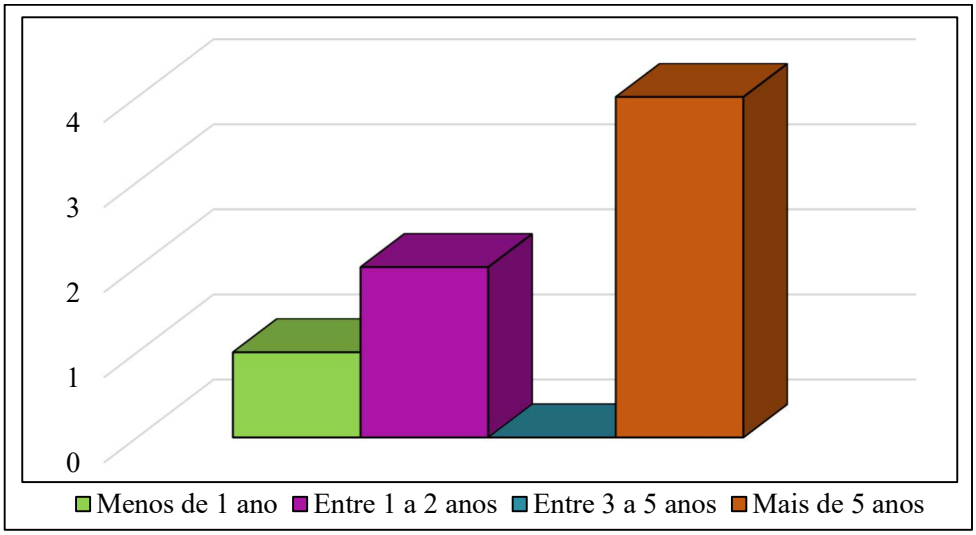
A ausência de pessoas desempregadas ou do lar nos dados analisados é uma indicativa de alguns fatores específicos. No caso dos desempregados, a falta de participação está relacionada à procura ativa por emprego ou ao foco em outras necessidades imediatas. No entanto, é interessante destacar que as hortas urbanas poderiam, potencialmente, servir como uma atividade que proporciona sustento ou complementação alimentar para esses grupos.

Outro aspecto relevante é o baixo número de pessoas identificadas como do lar. Embora se pudesse esperar uma maior participação desse grupo devido ao tempo que, teoricamente, poderiam dedicar à atividade de horticultura, fatores culturais, de acesso ou de interesse pessoal pode ter influenciado essa menor representação. Além disso, questões relacionadas à mobilidade e ao acesso físico às hortas também dificulta a participação ao Programa.

No geral, o perfil ocupacional dos participantes reflete uma tendência observada em outros programas de hortas urbanas, onde aposentados e trabalhadores autônomos são os que mais se envolvem, aproveitando a flexibilidade e o benefício pessoal que a atividade proporciona. Isso reforça a importância de se pensar em estratégias de inclusão para outros grupos, como desempregados e assalariados, que poderiam se beneficiar da participação nessas iniciativas.

O gráfico 11 retrata a distribuição do tempo de envolvimento dos participantes nas hortas urbanas de Jundiaí, com a maioria dos envolvidos há mais de cinco anos, o que representa quatro indivíduos. Esse dado é significativo, pois mostra que o tema da AUP já estava vinculado aos participantes antes da criação do Programa.

Gráfico 11. Distribuição do Tempo de Prática da Agricultura Urbana e Periurbana entre os Participantes do Programa Horta Urbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A segunda maior parcela de participantes está envolvida no programa entre um e dois anos, totalizando dois indivíduos. Esse grupo é composto por aqueles que, embora estejam há menos tempo no programa, estão no processo de consolidar suas atividades dentro da horta, seja para uso pessoal, familiar ou comunitário.

Participantes que estão envolvidos por menos de um ano somam apenas um indivíduo, isso demonstra que os novos participantes do Programa Horta Urbana estão em um processo de adaptação e aprendizado inicial. O tempo necessário para ver resultados nas hortas urbanas, tanto em termos de produção de alimentos quanto de impacto na vida cotidiana, é um fator que influencia essa menor participação em fases iniciais, como apontado por Vasconcelos *et al*., (2020), que destaca a importância do apoio técnico e educativo para os novos horticultores.

A faixa de tempo entre três a cinco anos conta com apenas um participante, isso pode ser explicado por fatores como mudanças nas condições pessoais de vida, dificuldades de manutenção da horta ou até desinteresse. Entretanto, a permanência de pelo menos um indivíduo nessa faixa etária demonstra a resiliência do programa e a relevância que ele mantém ao longo do tempo.

Os dados refletem a importância do tempo como fator determinante para a consolidação das hortas urbanas. Aqueles que permanecem por mais de cinco anos já integraram a horticultura em suas rotinas diárias e compreendem plenamente os benefícios nutricionais, econômicos e sociais que ela pode proporcionar.

Por outro lado, a necessidade de atrair novos participantes representa um desafio para o futuro do programa. Embora seja positivo contar com participantes de longa data, é igualmente importante garantir a entrada constante de novos membros para manter a vitalidade e a expansão do projeto. Programas de hortas urbanas podem se beneficiar de campanhas de sensibilização que mostrem os benefícios de curto e médio prazo para estimular a adesão.

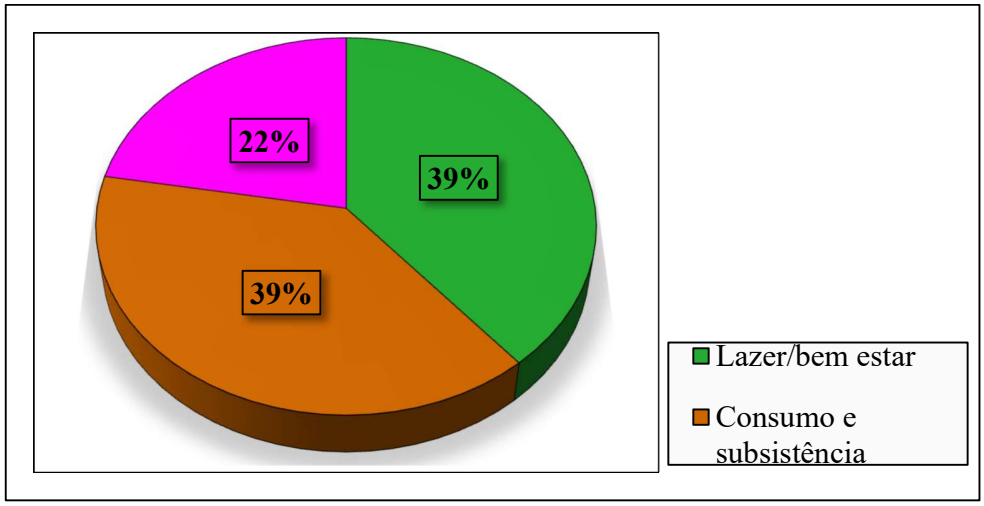
A diversidade no tempo de participação também está relacionada à disponibilidade de infraestrutura e apoio técnico, que podem influenciar o nível de envolvimento dos beneficiários. As hortas urbanas exigem manutenção constante, conhecimento e cooperação entre os membros da comunidade, o que pode ser um desafio para a permanência daqueles que ingressam no programa sem experiência prévia em agricultura.

A introdução de programas com apoio técnico contínuo e capacitação pode reduzir as dificuldades enfrentadas pelos novos participantes, além de contribuir para a consolidação das hortas urbanas como um espaço de aprendizagem e inclusão.

O gráfico 11 revela a necessidade de um planejamento estratégico para garantir a sustentabilidade do programa de hortas urbanas, tanto pela retenção dos membros de longa data quanto pela inclusão de novos participantes. As políticas públicas voltadas à AUP em Jundiaí devem continuar apoiando esses espaços, garantindo suporte técnico, recursos e divulgação para atrair uma participação constante e diversificada.

O gráfico 12 revela as razões que motivam os participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí a se engajarem na AUP. A distribuição dos motivos mostra três categorias principais: lazer/bem-estar (39%), consumo e subsistência (39%) e aumento de renda (22%). Esses aspectos escolhidos pelos usuários do programa, demonstra que o programa tem múltiplas funções e benefícios, desde aspectos recreativos até contribuições diretas para a segurança alimentar e a geração de renda.

Gráfico 12. Razões para a Prática da Agricultura Urbana e Periurbana entre Participantes do Programa Horta Urbana em Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O percentual de 39% atribuído ao lazer e bem-estar destaca como a prática da AUP pode funcionar como uma atividade de relaxamento e de conexão com a natureza, algo corroborado pela literatura sobre o impacto positivo das hortas urbanas no bem-estar psicológico (Mok *et al.*, 2014). Em contextos urbanos, onde o estresse e a falta de contato com áreas verdes são comuns, a criação de hortas comunitárias ou pessoais tem se mostrado uma alternativa eficaz para a promoção da saúde mental.

O mesmo percentual (39%) de participação para o motivo de consumo e subsistência aponta que uma parte significativa dos agricultores urbanos vê na prática uma maneira de complementar sua alimentação. Isso está de acordo com o conceito de soberania alimentar, que defende o direito das populações de terem acesso a alimentos saudáveis e produzidos localmente (Altieri, 2009). A AUP oferece uma solução prática para aumentar a resiliência alimentar das famílias em meio a contextos de crise econômica e inflação dos preços dos alimentos, como a que ocorreu durante a pandemia de COVID-19.

O gráfico 12 também mostra que 22% dos participantes se dedicam à AUP com o objetivo de gerar renda. Embora essa porcentagem seja menor em comparação com as outras categorias, ela reflete uma tendência crescente no uso da AUP como uma estratégia econômica para indivíduos de baixa renda. Diversos estudos indicam que hortas urbanas podem ser uma importante fonte de

produtos frescos e acessíveis, com o excedente da produção sendo vendido em feiras ou mercados locais, o que traz benefícios financeiros para os participantes (Zasada, 2011).

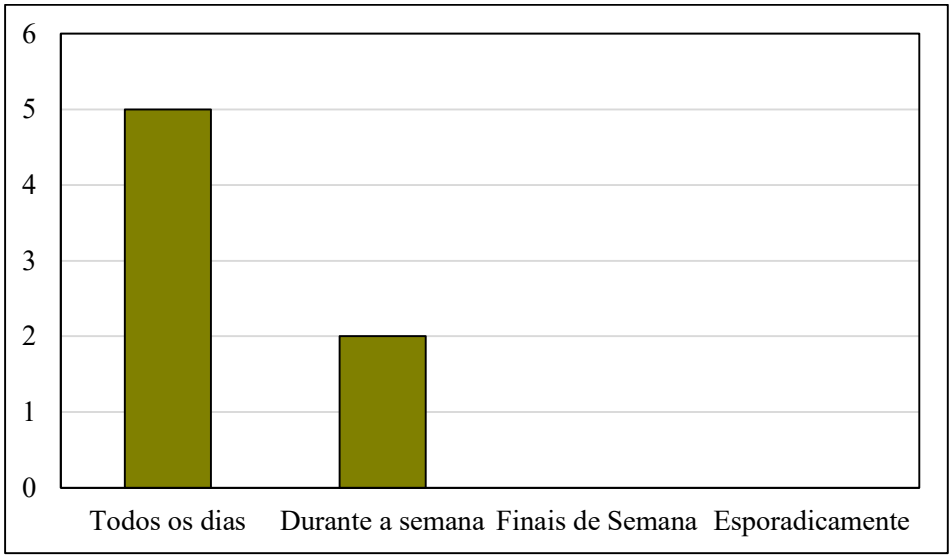
Ao avaliar o impacto geral do Programa Horta Urbana de Jundiaí, observa-se que ele consegue atender a uma diversidade de necessidades entre os participantes. Não apenas oferece oportunidades de subsistência, mas também promove o bem-estar e incentiva a inclusão econômica de grupos sociais marginalizados, como aposentados e autônomos. Além disso, o programa se encaixa em uma tendência global de promoção da agricultura sustentável e do desenvolvimento urbano resiliente, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente os relacionados a cidades sustentáveis e à erradicação da fome (FAO, 2017).

A aprovação do programa pelos participantes, também está vinculado ao apoio institucional que a cidade de Jundiaí oferece. Iniciativas de apoio técnico e educacional para a prática da AUP são fundamentais para garantir que os participantes consigam utilizar práticas agrícolas que aumentem a produtividade, respeitando os princípios da agroecologia e da sustentabilidade ambiental (Silva *et al.*, 2019).

O Programa Horta Urbana de Jundiaí, ao engajar uma comunidade diversificada com diferentes motivações, demonstra o potencial transformador da AUP. Além de fornecer alimentos e gerar renda, as hortas urbanas permitem uma reconfiguração do espaço urbano, promovendo a interação social, o aprendizado colaborativo e a reconexão com os processos naturais.

A análise do gráfico 13 revela que a maior parte dos participantes do Programa Horta Urbana de Jundiaí realiza atividades de AUP diariamente. O número de indivíduos que se dedicam às atividades todos os dias (5 pessoas) é significativamente maior que aqueles que as realizam apenas durante a semana (2 pessoas), enquanto não há registros de participantes que realizam a prática apenas nos finais de semana ou de forma esporádica.

Gráfico 13. Frequência da Realização de Atividades de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Programa Horta Urbana de Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Essa frequência elevada de prática diária está diretamente relacionada ao compromisso dos participantes com a manutenção de suas hortas, o que é uma conexão forte com o espaço de cultivo. A rotina diária é essencial para o manejo das hortas, seja para irrigação, controle de pragas, ou colheita, o que justifica o número expressivo de praticantes diários. Segundo Loures e Costa (2012), a prática da AUP exige acompanhamento constante para garantir a produtividade e a qualidade dos alimentos, o que reflete na dedicação contínua dos agricultores urbanos.

Outro fator que influencia essa alta frequência é o perfil dos participantes do programa, composto em grande parte por aposentados, como mostrado em outros gráficos do estudo. Aposentados, muitas vezes, possuem maior disponibilidade de tempo para se dedicar às hortas, o que pode explicar o engajamento diário. Para esses indivíduos, o cultivo urbano não é apenas uma fonte de alimentos, mas também uma atividade que oferece propósito, bem-estar e conexão com a natureza, fatores que vão além da subsistência.

Além disso, a AUP, quando praticada, pode ser entendida como uma atividade inserida no conceito de “lugar” proposto por Tuan (1980). O espaço da horta se transforma em um lugar com significado emocional e cultural para seus praticantes, à medida que eles interagem com o ambiente de forma constante. A frequência diária reforça essa noção de lugar, em que o participante não apenas ocupa o espaço, mas também o molda e é moldado por ele.

O conceito de "lugar" na geografia vai além da mera localização geográfica. Ele representa um espaço dotado de significados sociais, culturais e históricos, sendo profundamente influenciado pelas interações humanas. No contexto das hortas urbanas em Jundiaí, as práticas de AUP revelam uma relação simbólica entre os indivíduos e o espaço em que essas hortas estão inseridas. Esses espaços, além de serem pontos de produção agrícola, representam um ambiente de convivência, de construção de identidades e de laços comunitários. O cultivo diário ou frequente, como mostrado no gráfico, denota a forte conexão das pessoas com o lugar, reforçando a ideia de pertencimento e apropriação desse espaço.

De acordo com autores como Yi-Fu Tuan (1983), o lugar é resultado das experiências vividas e das emoções que os indivíduos associam a ele. No caso das hortas urbanas de Jundiaí, essa prática frequente transforma o espaço urbano em um "lugar" repleto de significados para os agricultores urbanos, que encontram não só sustento, mas também um ponto de encontro com a natureza e com a comunidade. A interação constante com o ambiente faz com que ele deixe de ser apenas um espaço urbano vazio para se tornar um lugar de significado e interação.

Além disso, o conceito de lugar não se limita às práticas cotidianas e à experiência sensível dos sujeitos, mas é também resultado das relações sociais, econômicas e técnicas que o estruturam. Como destaca Milton Santos (1996), o lugar é a “porção do espaço apropriada pela vida”, mas essa apropriação se dá sob as condições impostas pela técnica e pela divisão territorial do trabalho.

O lugar não é apenas vivido, mas também produzido — e sua forma, função e significado derivam das relações de poder e das estruturas econômicas que se materializam no território. As hortas urbanas, expressam a interação entre a dimensão vivida e a dimensão técnica do espaço, sendo simultaneamente produto das necessidades sociais e das condições materiais que possibilitam (ou restringem) sua existência.

A AUP, quando observada sob essa ótica, reflete as contradições do espaço urbano contemporâneo: ao mesmo tempo em que constitui uma prática de resistência e reprodução social, também se insere em uma lógica mais ampla de uso e controle do território.

Conforme argumenta Carlos (2011), o lugar é o ponto onde as determinações globais se concretizam e onde a vida cotidiana revela a totalidade social. As hortas não apenas reconstroem laços identitários e comunitários, mas também evidenciam a forma como o urbano se reapropria do rural, moldando novos usos do solo e novas territorialidades.

O lugar é aqui entendido como uma síntese das relações sociais, técnicas e econômicas que atravessam o espaço urbano e conferem sentido às práticas agrícolas que nele se desenvolvem.

O conceito de "lugar" também está intimamente ligado à noção de pertencimento. Quando os agricultores urbanos interagem regularmente com as hortas, eles se apropriam do espaço, moldando-o de acordo com suas necessidades e valores. Esse processo de apropriação reforça a identidade local e cria um vínculo afetivo com o espaço, tornando-o um "lugar" único para aqueles que dele fazem uso. As hortas urbanas, são exemplos práticos de como o conceito de lugar se manifesta, materializando-se através da experiência cotidiana de cultivo e interação no Programa Horta Urbana de Jundiaí.

Ainda no contexto do conceito de lugar, a prática diária de AUP no Programa Horta Urbana é um exemplo claro de como o espaço físico pode ganhar um sentido subjetivo, de pertencimento e identidade. Os participantes que se dedicam à horta todos os dias estabelecem um vínculo que vai além da simples prática agrícola. Para esses indivíduos, a horta se torna uma extensão de seu lar, um local onde encontram propósito e satisfação pessoal.

Por outro lado, aqueles que realizam as atividades apenas durante a semana está equilibrando suas responsabilidades com outras demandas, como trabalho ou estudos. Ainda assim, o fato de que essas pessoas conseguem se engajar na AUP várias vezes ao longo da semana demonstra o valor que elas atribuem ao programa. Isso também indica que, mesmo com uma frequência menor, elas percebem a horta como um lugar importante em suas vidas.

Em termos, o conceito de lugar é aplicável tanto para os participantes que frequentam a horta diariamente quanto para aqueles que a utilizam durante a semana. Ambos os grupos desenvolvem uma relação com o espaço cultivado, ainda que em intensidades diferentes.

Segundo Relph (1976), o lugar é constituído pela experiência humana, e nesse caso, o ato de cultivar a terra cria essa experiência e, consequentemente, transforma o espaço físico em um lugar cheio de significados.

A relação entre os gráficos 13 e 14 apresentados e o conceito de lugar é clara e reforçada pela prática da AUP. A constância na prática da AUP reflete não só o compromisso com o cultivo, mas também a transformação do espaço em um lugar de importância pessoal e comunitária. Essa dinâmica ressalta o impacto do Programa Horta Urbana, que vai além da produção de alimentos e atinge dimensões mais profundas de identidade e pertencimento.

O Programa Horta Urbana de Jundiaí se destaca por sua capacidade de criar espaços que se transformam em lugares com significado emocional, cultural e social, especialmente para os participantes que se dedicam diariamente à AUP.

As características gerais abordadas nos gráficos do Programa Hortas Urbanas em Jundiaí revelam dados importantes sobre o perfil dos participantes e suas motivações para a prática da AUP. Os dados indicam que a participação é variada em termos de idade, ocupação e tempo dedicado à atividade. Esses fatores refletem a diversidade socioeconômica e demográfica dos praticantes da AUP, o que enriquece a análise do impacto dessa prática no contexto urbano.

A motivação para a prática da AUP, conforme observado no gráfico 14, revela-se dividida entre lazer/bem-estar, consumo e subsistência, além de aumento de renda. Esses motivos estão profundamente relacionados à função que as hortas desempenham no cotidiano dos participantes, consolidando o conceito de "lugar" como uma construção social e pessoal, conforme abordado por Yi-Fu Tuan (1983). O espaço das hortas se transforma em lugar à medida que ganha significado emocional e utilitário, o que pode ser visto no compromisso dos agricultores urbanos e periurbanos em manter a prática ao longo do tempo.

Ao relacionar a frequência da prática com o conceito de lugar, percebe-se que aqueles que participam todos os dias criam um vínculo ainda mais forte com as hortas. Essa relação cotidiana confere uma identidade ao espaço, um aspecto defendido por Milton Santos (1996), que argumenta que o lugar é uma construção resultante das relações sociais, práticas e interações no espaço. As hortas, nesse contexto, transcendem a função produtiva e passam a integrar a vida dos praticantes, tornando-se parte fundamental de suas rotinas e identidades.

Por fim, a análise dos gráficos sobre o tempo de prática da AUP demonstra que quanto mais tempo o indivíduo está envolvido, maior é o desenvolvimento do conceito de pertencimento e identidade ao lugar. Essa prática a longo prazo solidifica a relação entre as pessoas e o ambiente, convertendo o espaço físico em um "lugar" emocionalmente relevante. Isso reforça que a AUP é não apenas uma forma de subsistência, mas também uma maneira de construir laços e vínculos com o ambiente em que se vive.

A experiência das primeiras turmas de participantes do Programa Hortas Urbanas de Jundiaí já demonstra um impacto positivo no envolvimento da comunidade local, sendo fundamental para a criação de uma cidade mais inclusiva e sustentável. O potencial de crescimento dessas iniciativas é evidente, uma vez que a prática agrícola não apenas oferece benefícios

econômicos e alimentares, mas também fortalece o vínculo entre os moradores e seus bairros, consolidando o sentimento de pertencimento e de “lugar”.

Essa conexão, conforme Yi-Fu Tuan (1983), reforça que o espaço urbano não é apenas um ponto geográfico, mas sim um local repleto de significados e memórias que a prática contínua ajuda a construir.

O crescimento das hortas para novos bairros traz consigo a oportunidade de integrar ainda mais pessoas ao programa, criando redes de cooperação e troca de conhecimentos. Com isso, os benefícios socioambientais se expandem, promovendo não só o aumento da produção de alimentos saudáveis e acessíveis, mas também a criação de espaços de convivência e interação social. Essa expansão é fundamental para que a AUP alcance mais regiões, potencializando sua contribuição para a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana, como preconizam as políticas públicas de várias cidades voltadas para o desenvolvimento de uma infraestrutura verde.

Além disso, a inclusão de novos parceiros no programa fortalece a viabilidade e a resiliência das hortas. Empresas, ONGs e outros setores da sociedade civil podem contribuir com recursos financeiros, tecnológicos e humanos, o que possibilita a diversificação das práticas agrícolas e o aumento da eficiência na gestão dos recursos naturais. A colaboração entre setores também amplia as possibilidades de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e de novos modelos de gestão participativa, ambos essenciais para a longevidade do programa.

A adesão crescente da população e a inclusão de novos parceiros indicam que o programa de hortas urbanas continuará sendo um pilar central na promoção de uma cidade mais justa, equitativa e ecológica. O envolvimento de diversos setores e o comprometimento dos cidadãos com a prática da AUP contribuem para a criação de um futuro mais resiliente, em que os espaços urbanos podem ser reimaginados e ressignificados como lugares de produção, convivência e sustentabilidade.

No próximo subitem, serão abordadas as características específicas das sete hortas ativas do Programa Horta Urbana em Jundiaí, aprofundando a análise sobre o papel dessas iniciativas na construção de um ambiente urbano sustentável, integrado e socialmente inclusivo. Será possível examinar como essas hortas, em particular, demonstram a interação contínua entre os praticantes e o espaço, reforçando ainda mais o conceito de "lugar" no contexto da agricultura urbana.

4.1.1. Análise Contextual e Narrativa: Evidências de Campo no Programa Horta Urbana

Nesse item iremos abordar uma investigação aprofundada das sete hortas ativas do Programa Horta Urbana, explorando suas características, particularidades e impacto no contexto urbano de Jundiaí, oferecendo uma visão ampla das dinâmicas presentes em cada uma das hortas. Esse processo visa destacar tanto os aspectos coletivos quanto as histórias individuais que emergem desse universo.

Cada horta possui especificidades que refletem a diversidade dos espaços cultivados, das práticas agrícolas empregadas e das motivações de seus gestores. As entrevistas realizadas forneceram dados relevantes sobre as dificuldades enfrentadas, as soluções encontradas e os desafios persistentes que envolvem desde questões de infraestrutura até apoio institucional. O trabalho de campo revelou a importância da cooperação comunitária e do papel de cada horta na sustentação alimentar de seus participantes.

A análise também buscou explorar como essas hortas se relacionam com o conceito de "lugar" (Tuan, 1977), mostrando como os agricultores urbanos e periurbanos ressignificam os espaços urbanos através da prática da agricultura. A vivência cotidiana e o cultivo transformam áreas antes subutilizadas em locais de produção e convivência social, refletindo uma nova percepção de pertencimento e identidade no espaço urbano. Essas dinâmicas são ilustradas a partir das narrativas coletadas durante as entrevistas, enfatizando o vínculo emocional e cultural que se constrói em torno das hortas.

Na Turma 1 do Programa Horta Urbana em Jundiaí, há atualmente quatro hortas ativas que desempenham um papel importante na promoção da agricultura urbana e da sustentabilidade. Cada horta é gerida por permissionários que trabalham para cultivar e cuidar dos espaços, proporcionando uma fonte de alimentos frescos e saudáveis para a comunidade.

A primeira horta, localizada na Fazenda Grande, encontra-se na Rua Daniel da Silva, em frente ao nº 460, sob a responsabilidade de E1 em seguida, temos a horta do Jardim do Lago, situada na Rua Luiz de Oliveira Arruda, em frente ao nº 344, gerida por E2. Ambas contribuem significativamente para a educação ambiental dos moradores.

As outras duas hortas ativas incluem a horta Anhangabaú, localizada na Avenida Dona Manoela Lacerda Vergueiro, ao lado do nº 171, com E3 como permissionário, e a horta do Jardim Guanabara, na Rua Norivaldo Martins da Silva, ao lado do nº 161, sob a gestão de E4. Essas

iniciativas são fundamentais para fomentar a conscientização sobre a importância da agricultura local e o cultivo sustentável na cidade.

O mapa 7 apresenta a localização das hortas ativas na Turma 1 do programa Horta Urbana em Jundiaí, destacando as áreas correspondentes a cada horta através de cores distintas. A horta Anhangabaú está sinalizada em roxo, enquanto a Fazenda Grande é representada em vermelho. O Jardim do Lago é destacado em amarelo e a Casa Branca aparece em azul.

Mapa 7. Bairro em que está localizado as Quatro Hortas Ativas da Primeira Turma do Programa Horta Urbana em Jundiaí



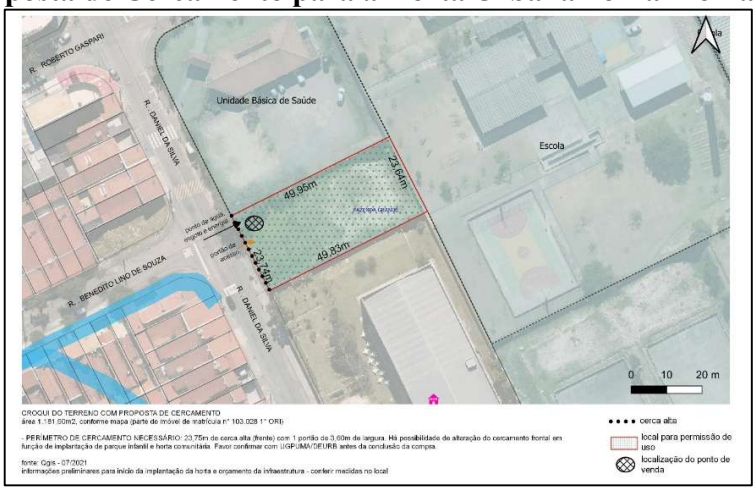
Fonte: *Google Earth* (2024). Organização: Alan da Silva Vinhaes (2024).

A primeira horta que vamos analisar fica localizada no bairro da Fazenda Grande, na Rua Daniel da Silva, bem em frente ao número 460 (figura 46). Essa horta é gerida pela permissionária E1, o espaço serve como um ponto de cultivo comunitário, em que os moradores do bairro têm a oportunidade de adquirir seus alimentos e aprender sobre práticas de agricultura sustentável.

A figura 45 apresentada a proposta de cercamento para a horta localizada no bairro Fazenda Grande, com uma área total de 1.181,60 m². O documento especifica um perímetro de 23,75 metros de cerca alta na parte frontal, incluindo um portão com 3,60 metros de largura. Essa estrutura visa não apenas a proteção da horta, mas também a integração do espaço com a comunidade, possibilitando o desenvolvimento de um parque infantil e uma horta comunitária.

O planejamento do espaço também prevê uma localização específica para a permissão de uso e a instalação de pontos de venda, refletindo um cuidado em garantir a funcionalidade e a acessibilidade do projeto. Essas informações preliminares são essenciais para a implantação adequada da horta e para a organização da infraestrutura necessária.

Figura 45. Proposta de Cercamento para a Horta Urbana no Bairro Fazenda Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A beneficiária que cultiva a horta no Fazenda Grande e, acompanhou o trabalho realizado no terreno. “É uma alegria muito grande poder acompanhar e ver a evolução do programa e a horta começando a ganhar forma. Estou ansiosa para poder começar a semear”, contou E1, que vai plantar ervas, plantas aromáticas e verduras, tudo orgânico. “Quero oferecer qualidade dos alimentos e ajudar as pessoas a utilizarem o alimento de maneira integral” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Figura 46. Preparação do Terreno para a Horta Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

O objetivo do programa é dar uma função social aos terrenos públicos, oferecendo alternativas para promover a segurança alimentar dos munícipes e uma fonte de renda alternativa para a população. Dessa forma, estimula a economia solidária e as práticas comunitárias em espaços públicos, incentivando o contato de crianças e adolescentes com a natureza. É uma contribuição para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

"O plantio do canteiro de flores comestíveis é um modelo que vamos reproduzir nas demais hortas, despertando nas crianças o desejo pela alimentação saudável e o cuidado com a natureza, que se aprendem por meio do contato com a terra", celebrou a diretora do departamento de Urbanismo, Sylvia Barbosa Angelini (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Foi inaugurada no dia 4 de junho a Horta Urbana Fazenda Grande (Figura 48), com a entrega da construção ecológica, realizada em parceria com o Sesc Jundiaí. A inauguração faz parte das comemorações do Dia do Meio Ambiente (Figura 47), celebrado mundialmente em 5 de junho.

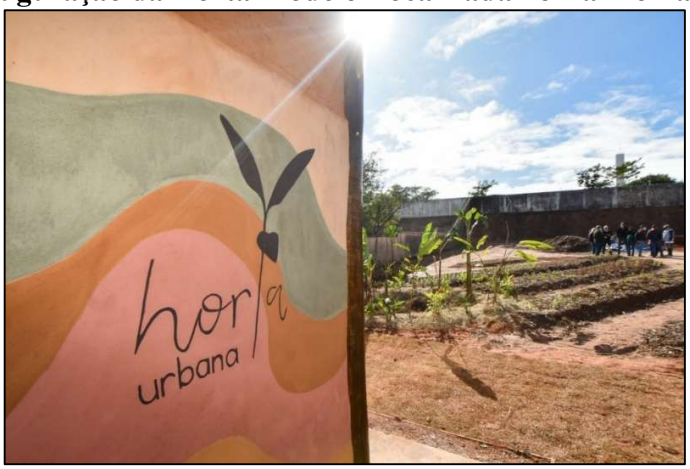
Figura 47. Programação da Semana do Meio Ambiente em 2022



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

No local, que já conta com hortaliças em desenvolvimento, houve também o plantio de um canteiro de flores comestíveis por crianças do bairro, além de mudas nas proximidades, integrando o programa Pé de Árvore (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Figura 48. Inauguração da Horta Modelo Localizada no Bairro Fazenda Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

A horta urbana situada no bairro Fazenda Grande realizou, também o Curso de Capacitação sobre Armazenamento e Utilização da Água da Chuva. O curso tem como objetivo a captação e o uso da água pluvial para a irrigação dos canteiros (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

O projeto contempla a construção de uma mini cisterna destinada à coleta e armazenamento da água das chuvas, promovendo assim uma economia no consumo por meio do reaproveitamento (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

O curso é realizado em colaboração com o SESC e os moradores do bairro da Fazenda Grande têm acesso a uma variedade de hortaliças, como alface, rúcula, couve, além de ervas aromáticas como salsinha, cebolinha e coentro, e até beterraba (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

“A proposta é construir uma base de apoio nas hortas urbanas, um local para armazenar ferramentas, sementes e materiais, com banheiro, lavatório e uma bancada expositora para a venda dos produtos que serão colhidos. Optamos por uma construção sustentável, com uso de materiais locais e técnicas que respeitem o meio ambiente, que estão sendo ensinadas na prática no curso oferecido pelo Sesc”, foi relatado pela senhora Sylvia Angelini.

O curso em 2022 foi distribuído da seguinte maneira: 26 e 27 de abril: Introdução à bioconstrução e confecção de tijolos de adobe, 3 e 4 de maio: Parede de adobe, taipa de pilão e reboco grosso, 17 e 18 de maio: Hiperadobe e reboco fino e 24 e 25 de maio: Tintas naturais, círculo de bananeiras e avaliação (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

A horta urbana do bairro Fazenda Grande, em Jundiaí, se destaca como um modelo exemplar do programa Horta Urbana, promovendo a sustentabilidade e a educação ambiental na comunidade. Nesse espaço, foram realizados cursos de capacitação (Figura 49) que abordaram desde técnicas de cultivo até a importância da agroecologia, proporcionando aos moradores habilidades práticas para o cultivo de alimentos saudáveis.

Além disso, a horta serve como um ambiente de aprendizagem colaborativo, em que as pessoas podem trocar experiências e conhecimentos sobre práticas agrícolas e alimentação saudável.

Figura 49. Participantes do curso criam mapa para a construção da cisterna



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

Rita Stringari de Francesco (Funcionária da Prefeitura Municipal de Jundiaí e Coordenadora do Programa Horta Urbana), acompanhou as atividades, em entrevista ela ressaltou que o trabalho nas hortas urbanas envolve não apenas o cultivo, mas também diversas condições que asseguram a sustentabilidade do processo, com a construção da cisterna sendo uma delas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Os critérios para preenchimento das vagas do curso de capacitação e para escolha das áreas públicas são os indicados no Decreto n° 30.050, de 02 de junho de 2021. Terão preferência as pessoas que façam uso coletivo do espaço, como grupos de vizinhos, associações de bairro e organizações sociais. “Queremos estimular a economia solidária, as práticas coletivas em espaços públicos e ainda favorecer o contato de crianças e adolescentes com a natureza”, explica a diretora de Urbanismo, Sylvia Angelini (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2021).

A Horta Urbana começou a produzir suas primeiras verduras (Figura 50) no ano de 2022, marcando um importante avanço na promoção da alimentação saudável e sustentável na comunidade. Esse projeto não apenas fornece hortaliças frescas para os moradores, mas também representa um espaço de aprendizagem e interação, onde as pessoas podem se envolver no cultivo e na colheita.

Figura 50. Horta Urbana da Fazenda Grande Começa a Produzir as Primeiras Verduras



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

M. L., moradora do bairro Fazenda Grande, tem em sua rotina semanal a visita à Horta Urbana do bairro (Figura 51), lá ela faz a compra de hortaliças e ervas aromáticas, esse novo hábito em sua alimentação é recente e teve início graças a horta. Em suas palavras “com a chegada da horta aqui no bairro passamos a consumir mais verduras em casa. Os produtos aqui são de uma qualidade incrível, sempre frescos porque são colhidos na hora e os preços são bem mais acessíveis” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

De acordo com a M. L.

> A Célia coloca muito amor aqui neste lugar e além de alface, rúcula, coentro, levamos para casa também toda essa dedicação dela. Outro cuidado que ela teve foi colocar alguns brinquedos para as crianças poderem se divertir. Eu sempre trago meu filho, Murilo de 3 anos, e para ele é ótimo porque mexe na terra, fica em contato com a natureza, algo que não temos em casa por falta de espaço (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Figura 51. M. L. Comprando Hortaliças na Horta no Bairro Fazenda Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

Na horta, os moradores da Fazenda Grande encontram variedade de verduras como alface, rúcula, couve, ervas aromáticas como salsinha, cebolinha, coentro e até beterraba. “Estou muito feliz com a horta e as vendas. Muitas pessoas passaram a comprar aqui depois que inauguramos. Desde junho, já foram dois canteiros de alface e rúcula, os preferidos dos clientes até o momento. Agora estou planejando ampliar o cultivo e a variedade” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

De acordo com o prefeito Luiz Fernando Machado o Programa de Horta Urbana “é um exemplo de política pública que promove melhoria na qualidade de vida, alimentação saudável para a população e ainda permite que espaços sem uso sejam produtivos. É um ganho para todos” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

No dia 28 de abril de 2023, 35 alunos do 3º ano “A” da EMEB Nassib Cury (figura 52), localizado na Fazenda Grande, visitaram a Horta Urbana do bairro. Essa atividade faz parte do programa de desemparedamento, que está sendo implementada em toda a rede municipal de ensino através do Programa Escola Inovadora. Durante a visita, os alunos aprenderam sobre o cultivo de alimentos orgânicos e a importância da sustentabilidade. Na horta, tivemos a oportunidade de observar uma variedade de verduras, como alface, rúcula e couve, além de ervas aromáticas como salsinha, cebolinha e coentro, além das PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) e leguminosas diversas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Sob a supervisão dos profissionais da UGPUMA e da Educação, os estudantes fizeram anotações sobre aspectos como textura, núcleo e aroma, explorando o que é cultivado na horta.

Eles também coletaram leguminosas, PANCs e verduras para dar continuidade à análise na escola (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Levar as crianças para conhecer a horta urbana é uma iniciativa positiva que vai muito além de uma simples visita. Essa experiência fornece uma conexão direta com a natureza e ensina conceitos fundamentais sobre alimentação saudável e sustentabilidade. Em tempos de *fast food* e comida industrializada, é importante que os alunos entendam de onde vêm os alimentos e como são cultivados.

Figura 52. Alunos da EMEB Nassib Cury em Visita a Horta no Bairro da Fazenda Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

A prática de ver e tocar as verduras e ervas frescas desperta neles um interesse genuíno por uma alimentação mais consciente, além de estimular a curiosidade e o aprendizado de forma lúdica. É uma maneira de "desemparedar" as mentes, tirando-as do ambiente virtual e trazendo-as para uma vivência real, onde as aulas se tornam mais práticas e envolventes.

Além disso, a interação com a horta contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, como a observação, a paciência e o cuidado. Ao aprender sobre o ciclo de vida das plantas, as crianças assimilam a ideia de que todo processo exige tempo, atenção e responsabilidade. Essa experiência prática se alinha às concepções pedagógicas de John Dewey, para quem a educação deve ser vivenciada de forma ativa e significativa, integrando pensamento e ação: "a experiência não é apenas resultado da interação do indivíduo com o meio, mas também o meio pelo qual o aprendizado se consolida" (Dewey, 1916, p. 89). Ao participar do cultivo, colheita

e preparo dos alimentos, as crianças não apenas ampliam sua consciência sobre alimentação e natureza, mas também desenvolvem um senso de pertencimento à comunidade e ao espaço em que vivem.

A Horta Urbana na Fazenda Grande, atualmente em 2024, representa um importante espaço de aprendizagem e interação comunitária. A foto 5 revela uma estrutura que, embora simples, reflete a essência do projeto de promoção da educação ambiental e da sustentabilidade.

Com a presença de verduras, legumes e PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), a horta é onde crianças e adolescentes podem se conectar com a natureza e entender a importância do cultivo de alimentos saudáveis. A iniciativa vai além do ensino tradicional, incorporando conceitos de educação ambiental.

O ambiente da horta também propicia uma reflexão sobre o papel das comunidades na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente. Com a crescente urbanização, a horta se destaca como um espaço de resistência e uma alternativa ao consumo massivo de produtos industrializados.

A Horta Urbana da Fazenda Grande em 2024 não é apenas um espaço de cultivo, mas um símbolo de mudança e esperança. À medida que as crianças aprendem sobre plantio, colheita e a importância da biodiversidade, elas se tornam agentes de transformação em suas comunidades.

A educação ambiental, em conformidade com a Agenda 2030 da ONU, é importante para a formação de cidadãos conscientes e ativos na luta por um futuro sustentável. Com isso, a horta não só ensina sobre alimentação saudável, mas também instiga os jovens a pensar criticamente sobre suas escolhas e o impacto de suas ações no mundo ao seu redor.

Foto 5. Horta no Bairro Fazenda Grande em 2024



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A permissionária E1 possui ensino médio completo e casada, possui uma rotina que mistura o trabalho na horta com as responsabilidades familiares. Seu esposo, motorista de caminhão, também participa do cultivo, assim como seus filhos, criando um ambiente familiar que valoriza a cooperação e o aprendizado.

Atualmente, a horta (Foto 6) atende cerca de 15 clientes fixos por semana, que em média gastam R$ 35,00. Esse fluxo de clientes demonstra o potencial do cultivo local para atender à demanda da comunidade por produtos frescos e orgânicos. A permissionária da horta é conhecida pela sua variedade de hortaliças e ervas, que inclui alface crespa, alface roxa, alface americana, alface lisa, almeirão, couve-flor, repolho, jiló, couve manteiga, espinafre, cebolinha, salsinha, salsão, coentro, mandioca, cenoura e tomate cereja. Além disso, ela cultiva ervas aromáticas como alecrim, hortelã, manjericão, guaco, capim-cidreira e pimenta dedo-de-moça, e frutas como melancia, maracujá, acerola, limão taiti, entre outros.

Foto 6. Horta no Bairro Fazenda Grande



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A irrigação da horta é feita por meio de mangueiras de jardim, abastecidas pela empresa DAE, que fornece água através de um sistema com caixa d'água (Foto 7). Embora a horta não conte com energia elétrica, a simplicidade do sistema de segurança e o uso de ferramentas manuais como enxada, pá, facão e ancinho mostram como a agricultura pode ser acessível.

A permissionária da horta evita o uso de produtos químicos e corretivos, seguindo as diretrizes do Programa Horta Urbana, que proíbe qualquer pesticida, herbicida ou veneno para indiretamente, priorizando o uso de produtos orgânicos.

Foto 7. Caixa d'água utilizada pela permissionária da área



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A permissionária adota práticas de manejo sustentável (Foto 8), tratando a terra com alternativas naturais como detergente, vinagre de álcool, pó de café, cascas de ovo e cascas de banana. Esse cuidado com o solo é fundamental para a produção de alimentos saudáveis e para a preservação do meio ambiente.

Foto 8. Produção de Hortaliças na horta no bairro Fazenda Grande



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Além disso, a agricultura que ela pratica não visa apenas a subsistência, mas também o lazer e o aumento da renda familiar, que varia entre 2 e 5 salários mínimos. Essa diversidade de objetivos traz um significado mais amplo à horta (Foto 9), conectando a produção de alimentos ao bem-estar da família e à comunidade.

O Programa Horta Urbana, do qual a horta faz parte, recebeu pontuações extremamente positivas por sua contribuição ao desenvolvimento comunitário e à promoção da alimentação

saudável. Os moradores reconhecem a importância da iniciativa, que não apenas fornecem alimentos frescos, mas também educam a população sobre práticas sustentáveis. A interação entre os participantes e o aprendizado sobre cultivo orgânico gerou um forte senso de comunidade, unindo os moradores em torno de objetivos comuns de saúde e sustentabilidade.

Foto 9. Horta Ativa da Primeira Turma do Programa Horta Urbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A experiência da permissionária com a horta urbana, embora ainda jovem com menos de dois anos de prática, demonstra como iniciativas de AUP podem impactar positivamente a vida das pessoas.

O uso de práticas agrícolas orgânicas na horta da Fazenda Grande não apenas garante a qualidade dos alimentos produzidos, mas também ajuda a conscientizar a população sobre a importância do consumo de produtos livres de agrotóxicos. Essa conscientização é fundamental para a formação de consumidores mais críticos e informados, que valorizem a saúde e o bem-estar.

Com o apoio do Programa Horta Urbana, iniciativas como a da permissionária da horta no bairro da Fazenda Grande se destaca como alternativas viáveis para a produção local de alimentos, promovendo a educação ambiental.

A horta (Foto 10) não é apenas um local de cultivo, mas um espaço de aprendizado e integração social, em que a prática agrícola se transforma em um meio de fortalecer laços familiares e comunitários.

A Horta Urbana da Fazenda Grande se consolida como um centro importante da comunidade local, inspirando outros a seguirem o exemplo e a valorizarem o cultivo de alimentos de forma consciente e responsável.

Foto 10. Horta Urbana Integrante do Programa Horta Urbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

No caso da segunda horta visitada, liderada pelo permissionário E2, conhecido pelo apelido “Maradona”, há uma série de particularidades que refletem tanto os desafios quanto as

práticas sustentáveis da AUP. Ele, viúvo e aposentado, é o responsável exclusivo pelo manejo de toda a área, em que vende diretamente ao público os alimentos que cultiva.

A figura 53 apresenta um croqui da horta urbana localizada no bairro Jardim do Lago, com uma área delimitada de aproximadamente 1.306,50 m². A área de uso permitido para a horta está demarcada por uma linha vermelha, com um ponto de venda estrategicamente posicionado próximo ao portão de acesso e ao ponto de água e energia. O perímetro da horta conta com cercamento frontal e lateral direita, e, devido à conformação do terreno, não há necessidade de fechamentos adicionais.

Figura 53. Croqui da Area da Horta localizada no bairro Jardim do Lago

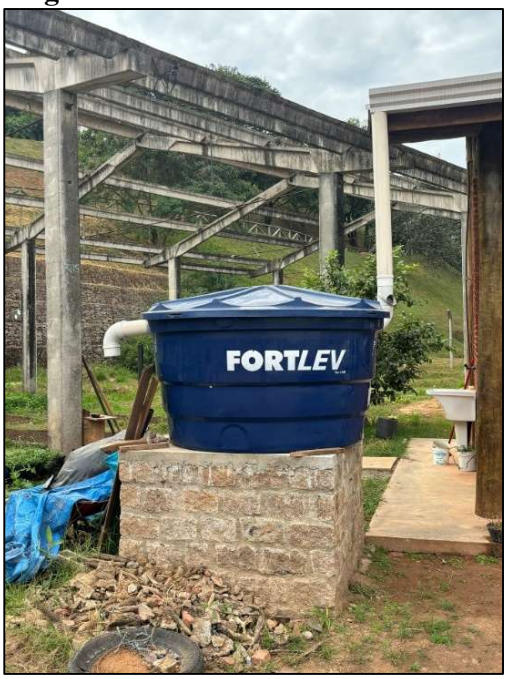


Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

No início da horta, apenas o cercamento do espaço e uma ligação de água potável, unidos ao seu trabalho diário na terra, foram suficientes para que o terreno baldio fosse transformado em um espaço de produção de hortaliças de muita qualidade (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

De acordo com a foto 11, o abastecimento de água da horta é fornecido pelo DAE (Departamento de Água e Esgoto de Jundiaí), mas a horta não possui energia elétrica, o que limita algumas operações que exigem maquinário elétrico. Entre os problemas enfrentados, destaca-se a recorrência de furtos, que incluem desde os alimentos cultivados até instrumentos fundamentais de trabalho, como pá, enxada, cabos de aço e tijolos, comprometendo a continuidade da atividade.

Foto 11. Caixa d'agua da horta localizada no bairro Jardim do Lago



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

De acordo com Rita, o permissionário da horta do Jardim do Lago "nos procurou na primeira edição do Programa Horta Urbana Jundiaí, em 2021, e tinha um sonho de ter uma horta próxima à casa dele. E que os canteiros fossem no formato de letras que formassem as palavras "Jesus Cristo" (Foto 12), e foi desta maneira que eles foram construídos: cada canteiro representa uma letra, e juntos formam as palavras desejadas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

"Na época, Maradona encontrava-se depressivo, hipertenso, com diabetes e obeso, pois havia perdido sua esposa na pandemia. Mesmo com a demora na chegada de todas as infraestruturas projetadas para o espaço, ele construiu o espaço praticamente sozinho" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Com o passar do tempo Maradona saiu da depressão, emagreceu 25kg, controlou a diabetes e a pressão alta, e, hoje, está feliz da vida. De acordo com ele "não vejo a hora de clarear o dia para vir para a horta e cuidar das minhas verduras. E ainda temos ideias para melhorar o espaço, que serão implantadas aos poucos" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Foto 12. Canteiros da horta do Jardim do Lago forma a palavra Jesus Cristo





Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

As hortas urbanas têm sido reconhecidas como importantes aliadas para a saúde mental e o bem-estar, especialmente em contextos urbanos em que o contato com a natureza é limitado. Segundo Kaplan e Kaplan (1989), na Teoria da Restauração da Atenção, os espaços naturais possuem um efeito restaurador, proporcionando o alívio do estresse e da fadiga mental. Ao trabalhar com plantas e cultivar alimentos, os agricultores urbanos experimentam uma reconexão com o meio ambiente que ajuda a reduzir o cansaço e melhorar a capacidade de atenção. No caso

do “Maradona”, o tempo dedicado à horta funciona como uma prática constante de cuidado e atenção plena, elementos que comprovadamente ajudam a estabilizar o humor e a promover um maior sentimento de satisfação, conforme indicado por estudos sobre o bem-estar.

Além disso, o envolvimento em atividades de AUP traz benefícios à autoestima e ao senso de propósito, pois o processo de cultivo exige dedicação e oferece recompensas, como a colheita de alimentos. De acordo com Ulrich (1984), o contato visual e interativo com a natureza tem o potencial de reduzir emoções negativas e aumentar estados de ânimo mais positivos, o que reforça a importância das atividades ao ar livre para a saúde mental.

No caso de agricultores urbanos, como o permissionário da horta localizada no bairro Jardim do Lago, essa prática traz, além de benefícios emocionais, uma ampliação da rede social e um sentimento de pertencimento à comunidade, fortalecendo laços e oferecendo uma sensação de apoio mútuo e segurança.

Estudos de Pretty *et al.* (2007) também evidenciam que a prática de jardinagem e horticultura urbana gera uma liberação de endorfinas, promovendo relaxamento e melhorando o humor. Ao cuidar da horta diariamente, ele encontra uma rotina que equilibra seu dia a dia, minimizando as pressões e promovendo um bem-estar físico e mental que vai além da produção de alimentos. Essa sensação de bem-estar é potencializada pelo valor simbólico de cuidar da terra e ver o ciclo da plantação acontecer, o que, segundo autores como Soga, Gaston e Yamaura (2017), fortalece o senso de realização e a conexão com a natureza, fatores essenciais para a manutenção da saúde mental em ambientes urbanos.

A irrigação das plantas é feita com o uso de uma mangueira, sendo o próprio permissionário responsável por todo o trabalho de supervisão e cultivo. Dentre as espécies cultivadas, destacam-se o coentro, a salsinha, a cebolinha, o alho-poró, a rabanete, a mandioca, a chicória, o almeirão, a couve-manteiga, as alfaces (variando entre lisa, americana, crespa, roxa e mimosa), a rúcula, o agrião, o jiló, a berinjela e a PANC Ora-pro-nóbis[30] (foto 13).

[30] A Ora-pro-nóbis (Pereskia aculeata) é uma Planta Alimentícia Não Convencional (PANC), caracterizada como um arbusto com folhas verdes comestíveis. Kinupp e Lorenzi (2014) descrevem como uma planta de fácil cultivo e alta resistência, adaptando-se bem a solos pobres e demandando pouca manutenção. Ela é utilizada na alimentação humana, principalmente em sopas, refogados e saladas, e seu alto teor proteico.

Foto 13. Produção de Hortaliças na Horta no bairro Jardim do Lago



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Para manter a diversidade e a quantidade da produção, ele adquire cerca de 2.000 mudas por mês (figura 54). A aquisição de mudas é realizada pela empresa Mingotti, um fornecedor local mencionado por todos os outros envolvidos. Devido ao preço acessível, ela se tornou a principal fornecedora das hortas comunitárias da região. Contudo, ele estima que cerca de 20% das mudas

não se desenvolvem, em parte devido às condições climáticas adversas, além de outros fatores que interferem no processo de crescimento das plantas.

Figura 54. Permissionário da área no bairro Jardim do Lago



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022.

O ponto de venda das hortas urbanas (Foto 14), representa uma iniciativa importante para fortalecer o acesso direto da comunidade aos alimentos frescos e produzidos localmente. Esse espaço é estruturado em uma casinha construída com técnicas de bioconstrução e princípios de permacultura, práticas que priorizam materiais naturais e sustentáveis, como terra crua, bambu e madeira de reflorestamento (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Além de contribuir para um ambiente de venda harmonioso e esteticamente integrado ao espaço verde da horta, essa construção ecológica reduz impactos ambientais, respeitando os ciclos da natureza e os recursos locais. O modelo também promove a autonomia e fortalece o senso de responsabilidade ambiental entre os agricultores urbanos, que se tornam agentes ativos na construção e preservação do ponto de venda.

O Programa Horta Urbana em Jundiaí vai além da simples comercialização, incentivando práticas sustentáveis e reforçando a conexão da comunidade com o meio ambiente e com a cadeia produtiva dos alimentos.

Foto 14. Ponto de Venda na Horta



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Apesar das dificuldades, o permissionário não utiliza produtos químicos em suas plantações, respeitando as normas do programa, que restringem o uso de produtos químicos na produção. Em vez disso, ele opta pelo uso de esterco de gado, um fertilizante natural que colabora com a sustentabilidade do cultivo, mantendo a qualidade do solo e reduzindo os impactos ambientais.

O acompanhamento técnico é realizado pela prefeitura, com um engenheiro agrônomo que visita a horta a cada três meses. Durante essas visitas, são avaliadas as condições gerais da plantação e oferecidas orientações específicas para a otimização da produção e a prevenção de possíveis sugestões ou doenças.

No dia a dia, o permissionário da área faz uso de ferramentas manuais como enxada, facão e pá para realizar as tarefas de preparo do solo, plantio e colheita, evidenciando o caráter tradicional do cultivo.

A motivação dele para participar do programa de horta urbana vai além do rendimento financeiro. Ele encontra na prática da AUP uma fonte de lazer e bem-estar, aproveitando o tempo na horta como uma atividade prazerosa e saudável. Além disso, essa prática contribui para o aumento da renda familiar e oferece alimentos frescos para consumo próprio, ampliando sua segurança alimentar.

A dedicação à horta é evidente: ele frequenta o local diariamente e passa a maior parte do seu tempo. Essa presença constante não apenas garante o bom desenvolvimento das plantas, mas também reforça seu compromisso com o espaço, que é simultaneamente uma fonte de subsistência e um ambiente de socialização e convivência.

Ao longo da entrevista, foi destacado vários pontos positivos do Programa Horta Urbana. Ele comentou sobre o apoio que o programa proporciona aos pequenos agricultores, com suporte técnico da prefeitura e visitas regulares do engenheiro agrônomo. Esse acompanhamento ajuda a prevenir problemas nas plantações e traz orientações importantes sobre técnicas de cultivo, além de garantir que o trabalho seja mais eficiente e sustentável.

Outro ponto positivo é a segurança que o programa oferece em relação à concessão do espaço, o que lhe dá mais estabilidade e permite que ele invista seu tempo e energia na horta. Além disso, o programa cria um ambiente de troca e cooperação entre os agricultores urbanos, ajudando a fortalecer a comunidade local e a construir laços com outros permissionários. Ele também informou que a produção gera uma renda adicional e alimentos frescos para a própria família, o que é uma grande vantagem tanto em termos financeiros quanto de saúde.

Apesar dos benefícios, foi apontado alguns pontos negativos do programa: como a falta de segurança no local, que resulta em furtos frequentes de alimentos e ferramentas, prejudicando o trabalho e gerando gastos extras para relatar os itens roubados. Além disso, a ausência de energia elétrica na horta limita o uso de certos equipamentos que poderiam facilitar o cultivo, deixando todas as tarefas mais dependentes do esforço manual, conforme se verifica na foto 15.

Foto 15. Horta Urbana no Bairro Jardim do Lago

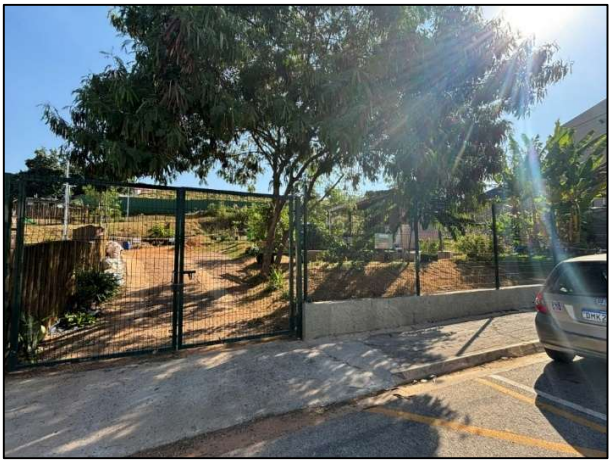


Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A prática de AUP realizada pelo “Maradona”, marcada por sua adaptação às condições limitantes, representa um exemplo importante de AUP tanto em Jundiaí quanto no Brasil, em que a produção de alimentos é integrada ao ambiente urbano e liderada por pequenos produtores em busca de autonomia e sustentabilidade.

A terceira horta (foto 16) que fica localizada no Jardim Guanabara revelou-se um exemplo de integração entre a agricultura urbana e o envolvimento comunitário. A permissionária, identificada como E3, é uma senhora aposentada, com mais de 60 anos e ensino fundamental completo. Apesar de sua idade, dedica-se diariamente à horta, com o apoio esporádico de quatro voluntários, incluindo Joice e o senhor Mário (nomes fictícios), que oferecem ajuda em momentos de maior necessidade.

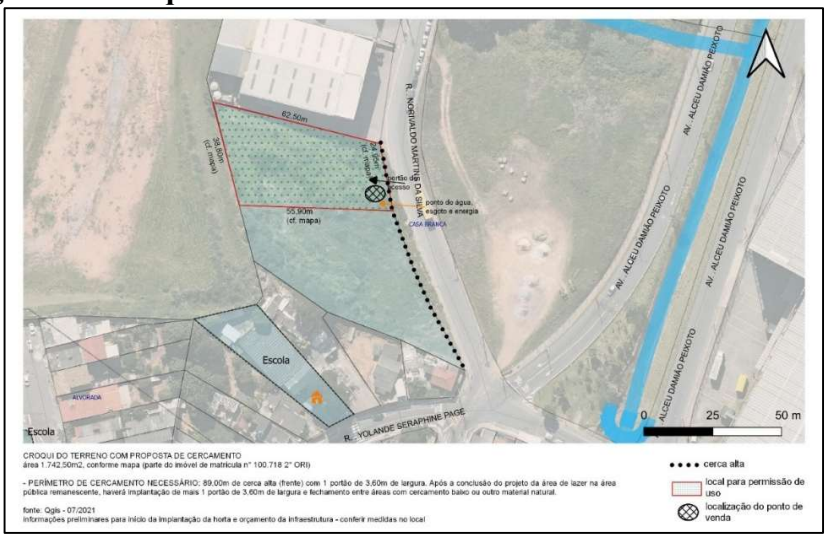
Foto 16. Horta Localizada no Jardim Guanabara



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A figura 55 apresentada mostra um croqui detalhado da área designada para o Programa Hortas Urbanas no bairro Jardim Guanabara, em Jundiaí, com uma área de 1.742,50 m², conforme especificado na matrícula do imóvel.

Figura 55. Croqui da Horta localizado no bairro Jardim Guanabara



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

O ingresso da permissionária ao Programa foi facilitado pelo vereador Daniel Lemos, que a incentivou a utilizar o espaço ocioso, encontrando uma nova fonte de lazer, ocupação e bem-estar na prática da AUP.

A horta administrada possui um sistema de irrigação simples, realizado por meio de mangueiras, e depende principalmente da captação da água da chuva (foto 17).

A permissionária expressou que o sistema atende bem suas necessidades básicas de cultivo: “A água da chuva é uma bênção para nós. Mesmo com os períodos de seca, conseguimos manter a horta graças a esse recurso.” Quanto à eletricidade, a horta conta com a solidariedade da empresa ARTBAN, localizada ao lado do terreno, que disponibiliza energia para pequenas demandas da produção.

Foto 17. Caixa d'agua da Horta no bairro Jardim Guanabara



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Um dos diferenciais da horta é a parceria com escolas locais, incluindo a EMEB Isabel Christina Marques de Oliveira e a EMEB Nelson Álvaro Figueiredo Brito. A cada terça e quinta-feira, alunos visitam a horta e possuem seu próprio canteiro, em que cultivam e acompanham o desenvolvimento das plantas. Esse contato com a agricultura proporciona uma vivência prática de educação ambiental e alimentação saudável para as crianças. A permissionária compartilha sua alegria em ver o envolvimento dos jovens: "É uma felicidade enorme ver a criançada aprendendo sobre o cultivo. Eles ficam encantados quando veem que o que plantaram está crescendo!".

Segundo a diretora do Departamento de Urbanismo, Sylvia Angelini,

> a ocupação desse espaço público é uma diretriz constante no Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiaí, documento elaborado em 2021 pelo Instituto Alana, em parceria com os servidores municipais, apontando ações para aproximar criança e natureza. "A indicação dessa área no Guia tem como objetivo atender prioritariamente os alunos da Emeb Prof. Nelson Álvaro Figueiredo Brito, ampliando as possibilidades de brincar ao ar livre e de cultivar a terra", comenta Sylvia. O projeto do espaço teve como base uma pesquisa feita com as crianças e os pais de alunos das três escolas próximas: EMEB Nelson Álvaro Figueiredo Britto, EMEB Isabel Christina Marques de Oliveira e EMEB Cleonice Adolpho de Faria, entre 09/09 e 11/10/2022, obtendo 200 respostas: 63% dos adultos afirmaram que gostariam de participar de uma horta comunitária; 91% gostariam que o bairro tivesse mais árvores nas calçadas e 76% aceitariam que fosse plantada uma árvore em frente à própria casa; 40% dos alunos nunca brincam em áreas públicas no bairro e 28% nunca têm contato com natureza no bairro, sendo que

> 30% afirmam ter contato com a natureza apenas uma vez por semana (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2022).

Segundo a coordenadora do programa, Rita de Cássia Stringari, “a horta também tem impacto na alimentação das famílias, fornecendo produtos saudáveis e naturais que poderão ser adquiridos pelos moradores”.

Cerca de 70 alunos de três turmas da EMEB Nelson Brito, no Jardim Guanabara visitaram, no dia 03 de junho de 2023, a Horta Urbana do bairro (Figura 56). “A visita faz parte da programação do Mês do Meio Ambiente, promovido pela Prefeitura de Jundiaí, através da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA) e da Fundação Serra do Japi” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Na horta,

> os alunos aprenderam sobre compostagem, o plantio de hortaliças, e sobre a cisterna implantada no espaço, que capta água da chuva. Nós vamos começar uma horta vertical de PANCS e temperos na nossa escola. Então aqui é uma oportunidade que os alunos têm de aprender tudo o que uma horta pode oferecer, além do cuidado com a terra, já que nós teremos um canteiro também aqui na horta”, disse a vice-diretora da EMEB, Ana Lúcia Perboni Kalmar (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Conforme relatos dos estudantes “a gente aprendeu muita coisa: a molhar as plantas, a plantar a semente e esperar a planta crescer no tempo dela”, Yasmin, de 6 anos, e Nycolas, de 5 (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

De acordo com o professor Daniel “esse tipo de ação é extremamente importante para as crianças entenderem o espaço da escola como um espaço para além da escola. A escola é uma comunidade que se estende para o bairro todo, por isso é importante ocuparmos os espaços e mostrarmos para as crianças” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Para a diretora do Departamento de Urbanismo da UGPUMA, Sylvia Angelini, “atividades como esta mostram que as hortas urbanas estão cumprindo seu papel de estimular o contato de crianças e adolescentes com a natureza e a criação de empatia por todas as formas de vida, a partir do contato com a terra, contribuindo para que elas sejam agentes de transformação para uma cidade sustentável” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Esse tipo de discurso evidencia a perspectiva administrativa e pedagógica da gestão municipal, centrada na função educativa e ambiental do projeto. No entanto, a análise empírica

revela que tais iniciativas não se sustentam apenas por meio de orientações institucionais: sua efetivação depende de fatores como a disponibilidade de recursos materiais, o engajamento da comunidade escolar e a integração com políticas públicas de maior alcance.

A horta escolar pode ser compreendida como um espaço de intersecção entre o planejamento técnico e as práticas cotidianas, no qual se manifestam tanto os limites estruturais das políticas locais quanto as possibilidades de uso social do território.

Sob a ótica da geografia crítica, esse tipo de intervenção urbana pode ser entendido como parte das dinâmicas de apropriação e ressignificação do espaço. Como aponta Santos (1996), o espaço é produto das relações sociais e das técnicas que o estruturam; portanto, as hortas escolares expressam, em pequena escala, os desdobramentos da divisão territorial do trabalho e das estratégias de gestão urbana. Elas revelam não apenas a intenção de promover práticas sustentáveis, mas também as contradições inerentes à produção do espaço urbano, onde coexistem racionalidades distintas — a do planejamento institucional e a das práticas sociais cotidianas.

Figura 56. Visita dos Alunos da EMEB Nelson Brito a Horta



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

Para manter a horta, a permissionária e os voluntários organizam a venda dos produtos cultivados, reservando 20% da renda como um “caixa da horta”, destinado à compra de insumos como mudas, esterco e ferramentas. A produção inclui uma diversidade de hortaliças e legumes, como coentro, salsinha, cebolinha, alho-poró, rabanete, mandioca, chicória, almeirão, couve manteiga, além de diferentes variedades de alface — lisa, americana, crespa, roxa e mimosa —, rúcula, agrião, beterraba, jiló, berinjela e quiabo. Entre todos esses, a alface se destaca como o produto de maior demanda e lucro, sendo amplamente consumido pela comunidade local.

Além das hortaliças (Foto 18), a horta também possui ervas medicinais, como capim-cidreira, guaco, hortelã e boldo, que são fornecidas ao posto de saúde do bairro Guanabara para uso em chás terapêuticos. Segundo a permissionária, “essas ervas são muito procuradas e é gratificante saber que nosso trabalho contribui para a saúde de quem precisa.” A produção dessas ervas e chás representa uma importante contribuição para a promoção da saúde comunitária e fortalece a relação da horta com os serviços de saúde locais.

Na horta, as principais ferramentas utilizadas são enxadas, pás e facões. Seguindo o regulamento do programa, a horta urbana não permite o uso de agrotóxicos, herbicidas ou pesticidas, reforçando o compromisso com uma produção saudável e ambientalmente responsável. Essa prática, além de proteger a saúde de quem consome os produtos, ajuda a preservar o solo e os recursos naturais da área. Para ela, essa abordagem é essencial: “A gente aqui planta com o coração, sem veneno. Quem consome nossos produtos sabe que são cultivados com cuidado.”

Foto 18. Produção de Hortaliças na Horta localizada no Jardim Guanabara



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Houve também ao lado da horta a implantação do primeiro Jardim de Chuva, ação do departamento de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), que a Prefeitura Municipal de Jundiaí que inaugurou no Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março de 2023 (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

O jardim de chuva foi realizado com apoio comunitário em área pública, em contexto de educação ambiental, através do Curso "Sistematização de água na paisagem", desenvolvido pelo Sesc-Jundiaí em parceria com a Prefeitura e consultoria da Fluxus Design Ecológico (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A Organização das Nações Unidas (ONU), que instituiu a data comemorativa em 1992, também definiu para 2023 o tema: "Acelerando Mudanças – Seja a mudança que você deseja ver no mundo", com o objetivo de discutir formas de acelerar mudanças para solucionar a crise global da água e saneamento

> E é com este olhar que reconhecemos que todos podemos fazer algo para despertar mudanças de paradigmas em prol de um desenvolvimento sustentável da nossa cidade, e toda pequena ação na área de gestão de recursos hídricos, se escalada e realizada por muitos, faz uma enorme diferença não só na área ambiental, como também econômica e social e de saúde, comenta a diretora da Urbanismo, Sylvia Angelini (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Os Jardins de Chuva contribuem com a preservação da água e de seu ciclo

> na cidade, trazem benefícios com a redução da quantidade e velocidade de escoamento superficial da água em momentos de chuva intensa, diminuindo problemas de enchentes e erosões; com o aumento a infiltração no solo, ampliando a recarga de lençóis freáticos com água de melhor qualidade, pois filtram a poluição difusa da cidade; com o embelezamento da paisagem, melhorando e ampliando a flora e fauna no ambiente construído; tudo isso com um baixo custo de implantação e de manutenção (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Segundo o gestor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Sinésio Scarabello Filho, os jardins de chuva (Foto 19) são ações de microdrenagem urbana que integram as "Soluções Baseadas na Natureza" (SBN). "O que buscamos é que se tornem política pública para a implantação estratégica no território, diminuindo a necessidade de tantas ações de macrodrenagem, que costumam ser muito mais custosas e demoradas para o município implantar, por seu grande porte" ((Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Foto 19. Implantação do Jardim de Chuva



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O jardim de chuva é uma técnica de manejo sustentável que integra princípios de infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza para a gestão de águas pluviais. Trata-se de uma área vegetada, projetada para capturar, filtrar e infiltrar a água das chuvas, reduzindo o escoamento superficial e mitigando enchentes urbanas. Como destacado por França e Ghislandi (2018), esse tipo de intervenção atua como um filtro biológico, removendo poluentes como sedimentos, metais pesados e nutrientes em excesso antes que a água atinja corpos hídricos. Ademais, os jardins de chuva promovem a recarga dos aquíferos, contribuindo para a resiliência hídrica em áreas urbanas, em que a impermeabilização do solo é predominante.

Além de seus benefícios hidrológicos, os jardins de chuva também desempenham um papel importante na promoção da biodiversidade e no embelezamento do espaço urbano. Segundo Lima e Cássia (2020), a incorporação de plantas nativas nesses jardins favorece o *habitat* de polinizadores e pequenos animais, restaurando parte do equilíbrio ecológico perdido nas cidades.

Esses espaços também oferecem benefícios estéticos e psicossociais, criando áreas de lazer e contemplação que melhoram a qualidade de vida da população.

Também ao lado da horta no jardim Guanabara, fica um parque para as crianças ao ar livre (figura 57) além do Jardim de chuva, que foi projetado pela equipe da Prefeitura Municipal de Jundiaí, a partir de um processo de formação oferecido pelo Instituto Alana. O espaço reúne a horta urbana, o jardim de chuva e uma série de possibilidades de brincar ao ar livre, proporcionando novas formas de contato com a natureza (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

O Gestor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), Sinésio Scarabello Filho, que encabeçou o projeto, definiu o espaço como: “ele é fruto da cooperação do Poder Executivo, Legislativo, iniciativa privada e todas as pessoas do bairro. Um lugar que reúne os mais modernos conceitos de urbanismo e cidades do futuro, que promove o contato com a natureza e proporciona ótimos momentos de interação entre as famílias” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A inauguração do parque ocorreu no dia 23 de setembro de 2023, e conforme o ressalta o Gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimosch:

> Jundiaí é a Cidade das Crianças e este espaço contempla tudo o que elas precisam para se desenvolver em sua plenitude. Aqui é possível brincar ao ar livre, ter contato com os elementos da natureza e com uma alimentação saudável e socializar. Com planejamento e organização realizamos mais uma entrega que trará benefícios às pessoas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

O vereador Daniel Lemos, que apresentou a ideia e o projeto para a permissionária da horta e seus voluntários comentou que foi um dia muito feliz. “Aliando muito trabalho em equipe e praticando a política do amor conseguimos entregar um espaço lindo, que valoriza a região e oferece mais qualidade de vida aos moradores do bairro” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Figura 57. Parque ao Livre ao Lado da Horta No Jardim Guanabara



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

A motivação dela para participar do Programa Horta Urbana está atrelada não apenas ao lazer e ao bem-estar, mas também ao consumo próprio e à subsistência. A horta é aberta todos os dias, e a permissionária acompanha de perto cada etapa do cultivo.

Também a permissionária da área elogiou o curso técnico e prático oferecido pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, que tem sido fundamental para seu aprendizado: “Esse curso foi maravilhoso! Aprendi muito sobre técnicas que ajudam na produção, e a prefeitura nos dá suporte sempre que precisamos. A funcionária Alessandra, por exemplo, sempre está à disposição para qualquer dúvida.”

No aspecto emocional, a horta tem um papel significativo para ela, que encontrou ali uma fonte de alívio e renovação após a perda de seu esposo. Junto de outra voluntária, também viúva, dedica-se integralmente à horta, encontrando nela um refúgio e uma atividade que dá sentido aos seus dias. Ela reconhece a importância do Programa Horta Urbana para sua saúde mental: “Essa horta foi minha salvação. Com ela, eu tenho um propósito e uma rotina. A gente se ocupa, trabalha a mente e o corpo, e ainda ajuda outras pessoas.”

A permissionária da área também adquire mudas na empresa Mingotti, localizada no bairro Caxambu, em Jundiaí, conhecida pelos preços acessíveis. Em média, ela compra 1.000 mudas a cada 15 dias, mas enfrenta perdas de 10% a 20%, que não se desenvolvem ou murcham devido a fatores variados, incluindo as condições climáticas adversas, pragas e a qualidade das mudas em algumas ocasiões.

A foto 20 retrata a estrutura de contenção de madeira sustentando um barranco, coberto por vegetação. O uso da madeira como contenção remete a práticas de engenharia naturalística, que buscam aliar a sustentabilidade ao controle da erosão e à estabilização do solo.

Essa técnica é abordada por Rocha e Carvalho (2014), que destaca que materiais biodegradáveis, como troncos, não apenas desempenham funções estruturais, mas também promovem maior porosidade e permeabilidade no solo, favorecendo a absorção e o crescimento das plantas. No contexto da foto 20, a madeira complementa a vegetação, criando um micro ecossistema.

Foto 20. Muro de Contenção na Horta localizada no Jardim Guanabara



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Conforme Penteado (2007), a cobertura vegetal é fundamental para prevenir a erosão, pois reduz o impacto direto das chuvas no solo, minimizando a formação de ravinas e voçorocas. A presença de vegetação, tanto rasa quanto arbórea, desempenha papel importante para a estabilização dessa encosta.

Segundo Wilson (1984), a biodiversidade é enriquecida pela heterogeneidade de habitats fornecidos por ecossistemas naturais e seminaturais. O ambiente aqui representado, mesmo com intervenções humanas, oferece condições para sustentar formas de vida, como habitats de pássaros, e o cultivo de maracujá, conforme exposto na foto 20.

O cenário observado evidencia uma relação de equilíbrio entre a ação humana e os elementos naturais. A adoção de práticas que recorrem a recursos e processos da própria natureza — como o uso da madeira e o cultivo de plantas — expressa o que Sachs (2004) denomina de "soluções baseadas na natureza", nas quais a intervenção humana busca integrar-se aos ciclos naturais de forma equilibrada.

A experiência da permissionária no Programa Horta Urbana reflete a iniciativa em integrar aspectos de sustentabilidade, saúde e bem-estar. A dedicação dela e de seus voluntários, somada ao apoio da comunidade e da prefeitura, permite que a horta funcione não só como um espaço de produção, mas também como um ambiente de aprendizagem e socialização.

O Programa Horta Urbana, com sua proposta inclusiva e sustentável, proporciona benefícios que vão além da produção de alimentos, gerando impactos positivos na vida dos envolvidos e na comunidade ao redor.

Durante o trabalho de campo realizado em 2024 nas sete hortas ativas do Programa Horta Urbana em Jundiaí, a quarta (foto 21) e última visita foi realizada na horta vinculada à Primeira Turma do Programa, em que foi entrevistado o senhor E4.

Foto 21. Horta localizada no Bairro Anhangabaú



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A figura 58 apresenta o croqui da área destinada ao Programa Horta Urbana no bairro Anhangabaú, com um terreno de 1.981,50 m². O local está delimitado por cercas altas que totalizam um perímetro de 124,05 metros, incluindo portões de acesso com largura de 3,60 metros.

A horta está localizada em um espaço urbano cercado por vias movimentadas, como a Avenida Dona Manoela Lacerda de Vergueiro, e áreas residenciais e comerciais, o que favorece o acesso e a interação com a comunidade local. Além disso, a proximidade de praças expõe a integração da horta com outros espaços de convivência e lazer da região.

Figura 58. Croqui da Área da Horta no bairro Anhangabaú



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Há também a previsão de implantação de um parque infantil, além da horta, reforçando o papel social e educativo do espaço. A localização estratégica, em meio a um ambiente urbano diversificado, evidencia o potencial da horta em promover sustentabilidade, segurança alimentar e integração comunitária.

Ele é aposentado por invalidez em decorrência de um acidente de motocicleta que resultou na perda de uma perna. Apesar das adversidades, o permissionário encontrou na prática agrícola urbana um meio de sustento e superação. Sua produção é comercializada diretamente na própria horta, por meio de plataformas digitais, como o aplicativo de *delivery Ifood*, e através de páginas (Foto 22) no *Instagram* e *WhatsApp*, que também são ferramentas importantes para a comunicação com os clientes.

Foto 22. Cartão com os dados Da Horta para os clientes acessarem



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O abastecimento de água na horta é garantido pela DAE, com suporte de uma caixa d'água para captação de água da chuva. Esse recurso sustentável é destinado, principalmente, à irrigação de plantas ornamentais e flores que fica na entrada da horta, bem como, aos pés de bananeira cultivados no local. A horta, embora não disponha de energia elétrica convencional, utiliza lâmpadas alimentadas por energia fotovoltaica[31], demonstrando um compromisso com práticas ambientalmente responsáveis.

A área de cultivo é gerida pelo permissionário e a sua esposa, que divide seu tempo entre as atividades na horta e seu trabalho como professora de ensino infantil em meio período. Além de

[31] A energia solar fotovoltaica é obtida quando a luz solar se converte em eletricidade, utilizando uma tecnologia baseada no efeito fotoelétrico. Trata-se de um tipo de energia renovável, inesgotável e não poluente, que pode ser gerada em instalações que vão desde os pequenos geradores para autoconsumo até as grandes usinas fotovoltaicas (Portal Solar, 2021).

auxiliar na produção de hortaliças, ela colabora no ponto de venda e na gestão dos canais de comunicação *online*. A combinação do trabalho do casal permite um funcionamento eficiente e produtivo da horta, que é reconhecida por sua abordagem sustentável, como o uso de compostagem, e pela adesão às normas do programa, que proíbem o uso de agrotóxicos.

De acordo com o permissionário: “nós atentemos dois públicos distintos, os que gostam de vir a horta buscar suas verduras e ver de perto, e também atendemos o público que gosta de ficar no conforto da sua casa e receber seus produtos sem precisar sair de casa”.

A clientela principal é composta pelos moradores de um condomínio de alto padrão (Condomínio Lindemberg Jundiai) (Foto 23) vizinho à horta, cujos apartamentos possuem valores que variam de 3,5 milhões a 5,5 milhões de reais. Esse mercado garante um retorno financeiro expressivo e a valorização dos produtos orgânicos.

Foto 23. Condomínio Lindemberg em Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Além disso, ele realiza uma importante ação social ao doar semanalmente de 20 a 30 pés de verduras à Casa Transitória de Jundiaí (figura 59), uma instituição com a qual tem uma ligação emocional, pois viveu ali durante sua infância. Esse gesto reforça o impacto positivo das hortas urbanas na comunidade. Os jovens acolhidos pela Casa Transitória, que fica no bairro, também já visitaram a horta e conheceram sobre técnicas de plantio e cuidados com a terra. “Eu fico muito

feliz em mostrar para as crianças como se planta. E a minha ideia é que fiquemos cada vez mais integrados à comunidade", disse o permissionário.

A Casa Transitória é uma organização da sociedade civil (OSC) que

> abriga crianças e adolescentes afastados do convívio familiar. Durante o acolhimento, motivado por decisão judicial por conta de violação de direitos, é realizado um trabalho junto à rede socioassistencial até o retorno à família de origem, à família extensa (parentes próximos) ou, esgotadas as possibilitadas, a adoção (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Figura 59. Jovens da Casa Transitória Visitam a Horta no Anhangabaú



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

“O objetivo da ação é mostrar às crianças e jovens o espaço do bairro, mas também reforçar as habilidades socioemocionais para a vida, como os cuidados com a terra e sobre a relação com a natureza”, relatou a coordenadora do Programa Horta Urbana, Rita Stringari (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

“Nós ficamos muito felizes em mostrar para as crianças e jovens como funciona a horta. Além de ser um espaço importante do bairro, eles aprendem sobre a importância da alimentação saudável. São conceitos que eles levarão para a vida”, relatou a nutricionista da Casa Transitória, Elza Rodrigues (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A área social (Foto 24) construída pelo permissionário na horta destaca-se como um exemplo de espaço multifuncional que promove a convivência comunitária e a inclusão social. Com bancos sob a sombra de árvores e um fogão a lenha, o ambiente é acolhedor e ideal para encontros com os Restaurantes parceiros, como o Bacalhau do Barão.

Além disso, a área social desempenha um papel importante na educação e no bem-estar de crianças e jovens atendidos pela Casa Transitória de Jundiaí, que visitam regularmente a horta. A convivência nesse ambiente estimula o aprendizado sobre sustentabilidade, cultivo e alimentação saudável.

O fogão a lenha é frequentemente utilizado para preparar alimentos colhidos na horta, proporcionando uma experiência prática e interativa de como o alimento chega à mesa. Para muitos desses jovens, o espaço representa não só uma oportunidade de aprendizado, mas também um local de acolhimento e inspiração, reforçando valores de trabalho coletivo, respeito ao meio ambiente e a importância de hábitos alimentares saudáveis. A horta transcende sua função produtiva, tornando-se um verdadeiro espaço de transformação social.

Foto 24. Espaço Social na Horta localizada no bairro Anhangabaú



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

De acordo com a senhora Sylvia Angelini,

> uma horta urbana melhora a qualidade do ar, ameniza ilhas de calor, gera renda para quem cultiva e economia para quem compra produtos mais baratos, favorece o consumo de alimentos saudáveis, possibilita o contato com a natureza e o encontro comunitário. Além disso, permite que espaços sem uso se tornem produtivos, trazendo benefícios ambientais, sociais e econômicos para todos (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A horta possui infraestrutura adequada, com ferramentas como enxadas, pás, facões, pulverizadores e um tratorito, adquirido por meio de rifas organizadas pelo permissionário e sua rede de apoio. Além disso, o solo da horta é analisado trimestralmente por um engenheiro agrônomo, o que assegura a manutenção da qualidade e da produtividade.

O ingresso dele no Programa Horta Urbana ocorreu por meio do portal oficial da Prefeitura Municipal de Jundiaí, após divulgação no Diário Oficial. Desde então, sua principal motivação tem sido revitalizar a área anteriormente abandonada e transformá-la em um espaço socialmente relevante, promovendo o bem-estar dos moradores do entorno e fortalecendo os laços comunitários.

O permissionário frequenta a horta diariamente e dedica-se integralmente às suas atividades, que incluem o cultivo de uma ampla variedade de produtos, conforme se verifica na fotos 25 e 26, como coentro, salsinha, cebolinha, alho-poró, rabanete, mandioca, chicória, almeirão, couve-manteiga, alface (em diversas variedades, como lisa, americana, crespa, roxa e mimosa), rúcula, agrião, beterraba, jiló, berinjela, figo, limão siciliano, entre outros.

Foto 25. Produção de Hortaliças na Horta localizada no bairro Anhangabaú



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A cada mês, ele adquire cerca de 3.000 mudas da empresa Mingotti, localizada em Jundiaí, que foi citada por todos os permissionários entrevistados como referência em qualidade e preço competitivo.

Foto 26. Quadro com os tipos de produtos cultivados na Horta



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Outro ponto a destacar foi que a horta recebeu a visita de representantes de restaurantes de Jundiaí em janeiro de 2024. O proprietário do restaurante Bacalhau do Barão, Ricardo Savoy apoiou a iniciativa. “As hortas conseguem nos atender com produtos variados, como por exemplo, verduras e ervas aromáticas. Essa iniciativa ajuda a levarmos um alimento saudável, orgânico e de qualidade às mesas, além de fomentar a economia local. Se cada restaurante conseguir adotar uma horta, os recursos ficam na cidade” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024).

As políticas públicas voltadas para a AUP têm se consolidado como estratégias fundamentais para promover a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico local. Conforme aponta Silva *et al*., (2023), a implementação de iniciativas como o Programa Horta Urbana de Jundiaí demonstra o papel central das administrações municipais em estimular práticas agrícolas em áreas urbanas, transformando espaços ociosos em territórios produtivos e sociais. Contudo, o sucesso dessas políticas requer acompanhamento contínuo e articulação entre diferentes setores da sociedade, como ocorreu na parceria entre permissionários das hortas e restaurantes da cidade.

O caso do restaurante Bacalhau do Barão ilustra a importância de estabelecer vínculos entre produtores urbanos e o setor gastronômico. A fala do proprietário, Ricardo Savoy, evidencia

como essas parcerias não apenas garantem o fornecimento de alimentos frescos, orgânicos e de qualidade, mas também fortalecem a economia local ao manter os recursos na cidade. Tal iniciativa demonstra o potencial transformador da AUP ao integrar produção e o consumo, que beneficia tanto os agricultores quanto os consumidores finais. Como destaca Godoy (2020), o fomento a cadeias curtas de comercialização, como a venda direta para restaurantes, reduz intermediários, promove o comércio justo e potencializa os ganhos dos pequenos produtores.

Nesse contexto, acompanhar o andamento e os resultados do Programa Horta Urbana é importante para garantir sua continuidade e expansão. Estudos como os de Pereira *et al.* (2019) ressaltam que a avaliação contínua das políticas públicas permite identificar desafios, aprimorar processos e ampliar o alcance das iniciativas.

Em Jundiaí, o sucesso da parceria com restaurantes pode servir como modelo para replicação em outras cidades, desde que acompanhado de investimentos em infraestrutura, capacitação técnica e divulgação das práticas adotadas pelos agricultores urbanos e periurbanos.

Além disso, a relação direta entre os permissionários e os restaurantes promove um consumo mais consciente e sustentável. Os alimentos frescos e sem agrotóxicos não apenas atendem às exigências de qualidade da alta gastronomia, mas também estimulam a educação alimentar dos consumidores, que passam a valorizar produtos locais e a compreender a importância de práticas agrícolas sustentáveis. Como afirma Monteiro (2017), a conexão entre a produção agrícola local e os consumidores é um dos pilares para a transição para sistemas alimentares mais resilientes e menos dependentes de cadeias globais.

A integração entre políticas públicas de AUP e o setor privado, exemplificada por essa parceria, reforça ainda a necessidade de um planejamento urbano que priorize a agricultura como parte do desenvolvimento sustentável das cidades. O apoio de empresários do ramo alimentício não apenas fortalece o mercado para os produtores, mas também legitima a AUP como um componente importante do futuro das cidades. É indispensável que gestores públicos, produtores e empresas ampliem o diálogo e estabeleçam ações conjuntas que promovam o crescimento sustentável, por meio da produção de alimentos.

O permissionário também destacou em sua entrevista a importância do suporte técnico oferecido pelo programa, especialmente no que tange às orientações fornecidas pelos engenheiros agrônomos e pelas capacitações promovidas pela Prefeitura de Jundiaí. Ele ressalta: "Através do programa, aprendi técnicas que nunca imaginei usar. Hoje, aplico tudo que aprendi para melhorar

minha produção e atender aos meus clientes com qualidade e responsabilidade." Essa fala reforça a relevância do apoio governamental na capacitação dos agricultores urbanos e periurbanos.

Em suas palavras o permissionário, destacou que:

> o Programa Horta Urbana mudou a minha vida para melhor, deu uma luz que não tinha, uma nova perspectiva, uma oportunidade de fazer algo para mim e para alguém, eu fui adotado, já te falei, quando li sobre esse programa, eu vi nele a minha motivação que eu faltava, eu tive um acidente muito feio, fiquei acamado, perdi uma perna e poderia esmorecer, mas não, isso me motivou a ajudar alguém, não é fácil cultivar a terra, no meu caso, torna-se muito mais difícil, mas eu te falo, que quanto mais difícil for, maior é o sabor da vitória (...) eu já tenho saboreado esse sabor, os meninos (Casa Transitória de Jundiaí) veio visitar a horta, tem trabalhos da faculdade que veem aqui, a busca de verduras é maior do que eu consigo produzir, me fale, isso não seria uma motivação?!

Contudo, a produção da horta não apenas assegura a subsistência do casal, mas também contribui para o bem-estar físico e mental. A prática agrícola tornou-se uma forma de superar os desafios pessoais decorrentes de seu acidente, além de oferecer uma fonte de renda e propósito diário. A horta também cumpre uma função educativa e inspiradora para a comunidade local, ao demonstrar os benefícios da AUP, e sustentável.

A horta atua como um espaço de inclusão social, mostrando que, mesmo diante de limitações físicas, é possível desempenhar atividades produtivas e integradoras. A dedicação dele e da sua esposa, aliada ao apoio da comunidade e das políticas públicas, evidencia como o programa pode transformar vidas e territórios. O trabalho do permissionário, ancorado em práticas sustentáveis, é um exemplo de resiliência e empreendedorismo dentro do Programa Horta Urbana.

Na segunda turma do Programa Horta Urbana em Jundiaí, estão em funcionamento três hortas ativas (Mapa 8) que desempenham um papel importante na promoção da AUP no incentivo à sustentabilidade.

Esses espaços, contribuem tanto no impacto social, como diretamente na produção de alimentos frescos, saudáveis e acessíveis, atendendo tanto às necessidades da comunidade local quanto aos princípios de uma produção livre de agrotóxicos.

Mapa 8. Localização das Hortas Ativas da Turma Dois do Programa Horta Urbana



Fonte: *Google Earth* (2024). Organização: Alan da Silva Vinhaes (2024).

A primeira horta visitada da segunda turma do Programa Horta Urbana em Jundiaí foi conduzida pelo senhor E5 (*in memorian*), um permissionário aposentado com ensino fundamental incompleto. Junto de sua esposa, também aposentada, ele dedicava-se integralmente ao cultivo e cuidado do espaço, localizado em um terreno antes abandonado da prefeitura.

Esse terreno foi revitalizado há 10 anos, após um levantamento realizado com apoio do vereador Ed Carlos, que o inseriu no programa, bastando que ele concluísse o curso de capacitação oferecido pela prefeitura. Desde então, a horta tornou-se não apenas um espaço produtivo, mas um exemplo de transformação social e ambiental.

A figura 60 apresenta o croqui do terreno destinado à implantação de uma horta urbana no bairro Novo Horizonte, com uma área total de 361,32 m², conforme descrito na matrícula do imóvel de n° 83022. A proposta inclui a delimitação do perímetro do cercamento, especificando medidas de 27,90 metros na frente, 27,70 metros na lateral direita e 8,80 metros no fundo, totalizando um espaço funcional e organizado.

Figura 60. Proposta de Cercamento para Implantação de Horta no Novo Horizonte



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Para o permissionário, a horta (foto 27) representava muito mais do que uma fonte de subsistência. Ele relatava com emoção que o trabalho diário no local foi importante para sua saúde mental e a de sua esposa, funcionando como uma forma de lazer, passatempo e bem-estar. A conexão com a terra, o contato com a natureza e o propósito diário de cuidar do espaço proporcionaram a eles uma rotina saudável e produtiva. Segundo ele, cultivar a horta não era apenas uma tarefa, mas uma verdadeira terapia, especialmente em sua fase da vida.

Foto 27. Horta no Bairro Novo Horizonte



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A horta era sustentável e seguia rigorosamente as normas do programa, com a produção de alimentos livres de agrotóxicos. Para adubação, era utilizado apenas esterco de gado e folhas, mantendo práticas ambientalmente responsáveis.

O manejo era feito com ferramentas simples, como enxada, pá, facão, foice e ancinho, demonstrando uma relação direta e tradicional com a agricultura. O sistema de irrigação era feito de forma manual, utilizando uma mangueira conectada à sua residência, que fica em frente à horta.

O espaço produzia uma ampla variedade de hortaliças, frutas e raízes (Foto 28), como coentro, salsinha, cebolinha, alho-poró, rabanete, mandioca, chicória, almeirão, couve-manteiga, e diversos tipos de alface. Além disso, havia o cultivo de frutas como limão-taiti, limão-cravo, laranja-pera, jabuticaba, acerola, lichia, manga-palmer, entre outras. Ele também produzia batata-doce, maxixe e outros alimentos que contribuíam para a diversidade e riqueza de sua produção.

Foto 28. Produção de Hortaliças na Horta localizada no Jardim Novo Horizonte



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Apesar de sua produtividade ser voltada principalmente ao consumo próprio e à subsistência, ele também vendia parte dos alimentos diretamente na horta, o que gerava um complemento para sua renda.

Um dos pontos destacados foi a compra regular de mudas, realizadas mensalmente junto à empresa Mingotti (Foto 29), localizada em Jundiaí, uma fornecedora mencionada por todos os permissionários entrevistados do programa. Era adquirido cerca de 100 mudas por mês, o que

contribuía para a manutenção e renovação constante de sua horta, garantindo o abastecimento de produtos frescos e saudáveis.

Foto 29. Mudas Adquiridas da Empresa Mingotti em Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Durante a entrevista, ele destacou que não havia aspectos negativos a serem apontados, mas sim apenas aspectos positivos do Programa Horta Urbana. Entre os pontos positivos, ressaltou o cercamento da área, que trouxe mais segurança e organização ao local, e o curso de capacitação, que ampliou seus conhecimentos e técnicas. Além disso, a possibilidade de gerar renda extra, o incentivo para que idosos saiam de casa e se engajem em atividades produtivas, e os benefícios para a saúde mental foram destacados como fatores determinantes para o sucesso da iniciativa.

De acordo com o permissionário: “a coisa mais gostosa e gratificante da vida é plantar, ver nascer e depois colher. Graças ao Programa é que estou vivo”. Logo na entrada da horta, uma floreira cheia de suculentas, que são produzidas pela esposa, “eu gosto muito das plantas. E esse espaço transformou as nossas vidas” (figura 61).

Figura 61. Permissionários da Horta localizada no Jardim Novo Horizonte



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Jundiaí, a horta também ganhará a casinha ecológica em breve, como parte da expansão do Programa. Depois de mais 50 anos em Jundiaí, o permissionário da horta é só gratidão. “estou aqui em Jundiaí desde os 20 anos de idade e gosto muito. O espaço, que não tinha nada, hoje tem uma horta produzindo e que nos ajuda muito no sustento da família” (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

A experiência dele demonstrou como o programa é mais do que uma política pública voltada à AUP. Ele se configura como uma oportunidade de transformação social, promovendo saúde, bem-estar e integração comunitária. Sua história serve de exemplo para outros participantes e reforça a importância de iniciativas que valorizem o idoso, estimulem práticas sustentáveis e fortaleçam os laços entre o poder público e os cidadãos.

A horta, era para ele, não era apenas um local de trabalho, mas um espaço que unia propósito, produção e alegria. A dedicação diária e o compromisso com os princípios do programa, acabou beneficiando não apenas sua família, mas também toda a comunidade ao redor.

Com o falecimento do permissionário, sua esposa, que sempre esteve ao seu lado no cuidado e manejo da horta, assumiu a responsabilidade pela continuidade do trabalho no local. A experiência acumulada ao longo dos anos, ao trabalhar ao lado de seu esposo, proporciona a ela o conhecimento necessário para manter a horta ativa e produtiva, seguindo os princípios sustentáveis e as normas do programa. A transição da gestão da horta para sua esposa reforça o papel das mulheres como agentes fundamentais na AUP na promoção da sustentabilidade.

A segunda horta ativa da segunda turma do Programa Horta Urbana em Jundiaí, fica localizada na Rua Medina Pinto Bento, e revelou diversos aspectos que demonstram a importância da AUP na promoção da segurança alimentar, sustentabilidade e bem-estar-estar da comunidade.

A figura 62 apresenta o croqui do terreno da segunda horta ativa da Turma 2 do Programa Horta Urbana, localizada no Jardim do Lago, Rua Medina Pinto Bento, em Jundiaí. Com uma área total de 1.134,12 m², o espaço foi delimitado para receber um cercamento composto por cercas altas nas extremidades, incluindo um portão frontal de 3,60 m de largura. Na figura é indicado a localização do ponto de venda, situado na porção frontal do terreno.

Figura 62. Proposta de Cercamento para a Horta do Jardim do Lago



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

O senhor E6, um homem aposentado, contou que ingressou no Programa Horta Urbana da divulgação na Prefeitura Municipal de Jundiaí. Desde então, dedica-se diariamente à horta, o trabalho na horta é realizado exclusivamente por ele, com o apoio técnico periódico fornecido pela Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT).

O abastecimento de água da horta é realizado por meio de ligação direta da DAE e complementado com coleta de água da chuva, armazenada em recipientes específicos. A irrigação é feita manualmente, utilizando mangueiras para garantir que todos os canteiros recebam a quantidade necessária de água. Embora a área não tenha energia elétrica convencional, o senhor A. destacou que utiliza ferramentas manuais, como enxadas, pás, facões e ancinhos, para realizar as atividades diárias de preparo do solo e da colheita.

O sistema produtivo da horta segue as diretrizes do programa, proibindo o uso de agrotóxicos e promovendo uma agricultura sustentável. O permissionário utiliza esterco de gado, adquirido de fornecedores locais, e resíduos orgânicos produzidos na própria horta. Ele afirmou que essas práticas não apenas garantem a qualidade dos alimentos, mas também ajudam a manter a fertilidade do solo ao longo do tempo.

Entre os produtos cultivados na horta estão hortaliças (Foto 30) como alface (em diversas variedades), couve-manteiga, rúcula, chicória, almeirão e agrião, além de raízes como beterraba, mandioca e batata-doce. Também cultiva uma série de frutas, incluindo limão taiti, laranja pera e jabuticaba, que são muito procuradas tanto por consumidores do próprio bairro.

Foto 30. Produção de Hortaliças no Bairro Jardim do Lago



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A comercialização dos produtos ocorre diretamente no local, permitindo que o permissionário interaja com seus clientes. Ele também revelou que destina parte da produção para consumo próprio, o que contribui significativamente para a segurança alimentar de sua família. "Eu sempre tenho alimentos frescos em casa. É um prazer saber que tudo que coloco na mesa vem da terra que cultivo com minhas próprias mãos", destacou o permissionário.

Durante a entrevista, ele elogiou o curso técnico e prático fornecido pelo Programa Horta Urbana, que aborda desde o preparo do solo até a comercialização dos produtos. Segundo ele, essas capacitações foram importantes para aprimorar suas técnicas de cultivo e aumentar a produtividade da horta. Ele também afirma que o programa incentiva a inclusão social e oferece uma oportunidade para as pessoas expostas, como ele, mantêm-se ativas e engajadas em atividades significativas.

Questionado sobre os pontos negativos do programa, ele afirmou que não tinha reclamações relevantes. Pelo contrário, ele destacou aspectos positivos, como o cercamento da área, que garantiu maior segurança contra furtos, e o suporte técnico contínuo oferecido pela prefeitura. Ele também elogiou a organização do programa, que incentiva a utilização de terrenos ociosos de maneira produtiva e sustentável.

Também revelou que a prática da AUP trouxe consideráveis benefícios para sua saúde mental e física. Ele explicou que o trabalho na horta funciona como uma terapia diária, conforto bem-estar e conforto o estresse. "A horta é mais do que um lugar para trabalhar; é meu refúgio, meu espaço de paz. Aqui eu encontro propósito, é muito bom estar aqui", disse ele.

Em relação aos desafios enfrentados, ele apresenta que as condições climáticas adversárias representam um problema, especialmente em períodos de seca, no entanto, ele afirmou que o programa tem oferecido suporte técnico para lidar com essas questões, como orientações sobre técnicas de manejo hídrico e diversificação de cultivos.

Por fim, o permissionário da área enfatizou a importância do Programa Horta Urbana como um instrumento de transformação social e ambiental. Ele acredita que iniciativas como essas são fundamentais para promover a segurança alimentar e fortalecer os laços comunitários. “Se mais pessoas tiverem a oportunidade de participar de um programa como este, nossa cidade de Jundiaí irá se tornar mais segura, pois esses terrenos baldios só atraem animais, sujeira, entulho e usuário de drogas, agora quando tem um uso sabe, ele acaba se tornando algo muito útil”.

A terceira e última horta da Turma 2 em execução no Programa Horta Urbana de Jundiaí é referente ao E7, um aposentado com ensino fundamental incompleto que reside com a filha, o genro e dois netos.

A figura 63 apresenta o croqui detalhado da horta urbana localizada no bairro Novo Horizonte, destacando a área destinada ao cercamento, que abrange um total de 966,64 m². O perímetro da cerca alta foi calculado em segmentos: 11,10 m no lado direito, 24,90 m no lado esquerdo, 31,90 m na parte frontal e 19,20 m no lado oposto. O projeto inclui um portão de 3,60 m de largura, posicionado para facilitar o acesso a horta.

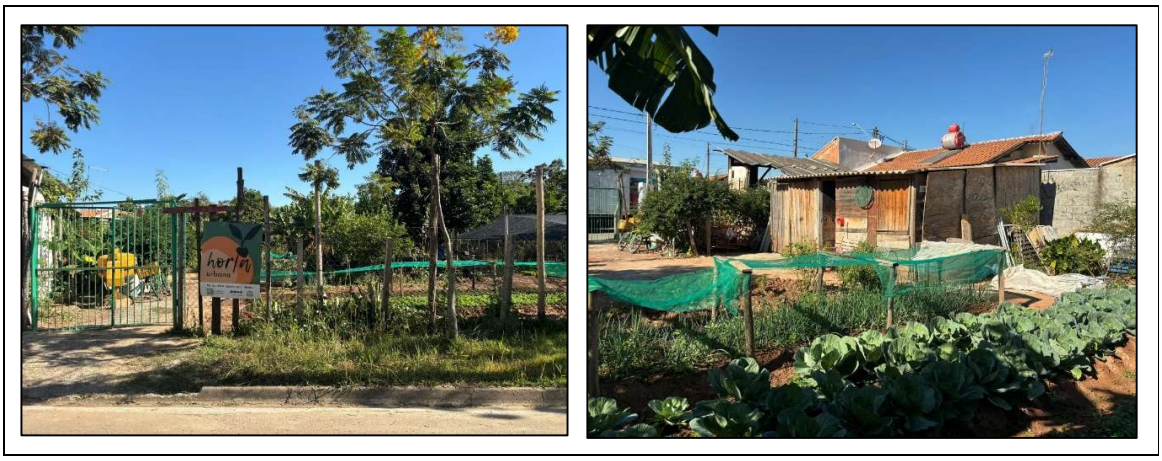
Figura 63. Proposta de Cercamento para Horta Urbana – Turma 2 - Bairro Novo Horizonte



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Durante a entrevista, ele relatou que há oito anos dedica-se ao cultivo no mesmo local, transformando um terreno anteriormente abandonado e tomado por entulhos, galhos e animais peçonhentos em uma horta produtiva (Foto 31).

Foto 31. Horta Urbana Ativa no Bairro Novo Horizonte em Jundiaí-SP



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O processo inicial de limpeza envolveu a remoção de oito caminhões de lixo, tornando o espaço apto para o cultivo. Durante esse processo de limpeza, ele contou com a ajuda dois genros e de duas filhas, para que o espaço tivesse um reaproveitamento, convertendo-os em áreas úteis para a subsistência e o bem-estar social.

O permissionário destacou que a horta desempenha um papel importante em sua saúde mental. Para ele, o cultivo diário é mais do que um trabalho; é um refúgio, um espaço de lazer, um passatempo que proporciona equilíbrio emocional e físico. A rotina na horta também é uma fonte de renda complementar à aposentadoria, visto que ele vende sua produção no local.

O espaço, que é sustentável, conta com um sistema de compostagem e segue as normas do programa para a produção sem agrotóxicos, promovendo uma relação harmoniosa entre o homem e o meio ambiente.

Em termos de infraestrutura, foi realizado investimentos significativos para o funcionamento da horta, incluindo R$ 510,00 na instalação de canos de água e R$ 1.200,00 para a cobertura com telas de proteção solar. Ele relatou que o abastecimento de água é fornecido pela DAE, enquanto a energia elétrica é garantida pela empresa CPFL.

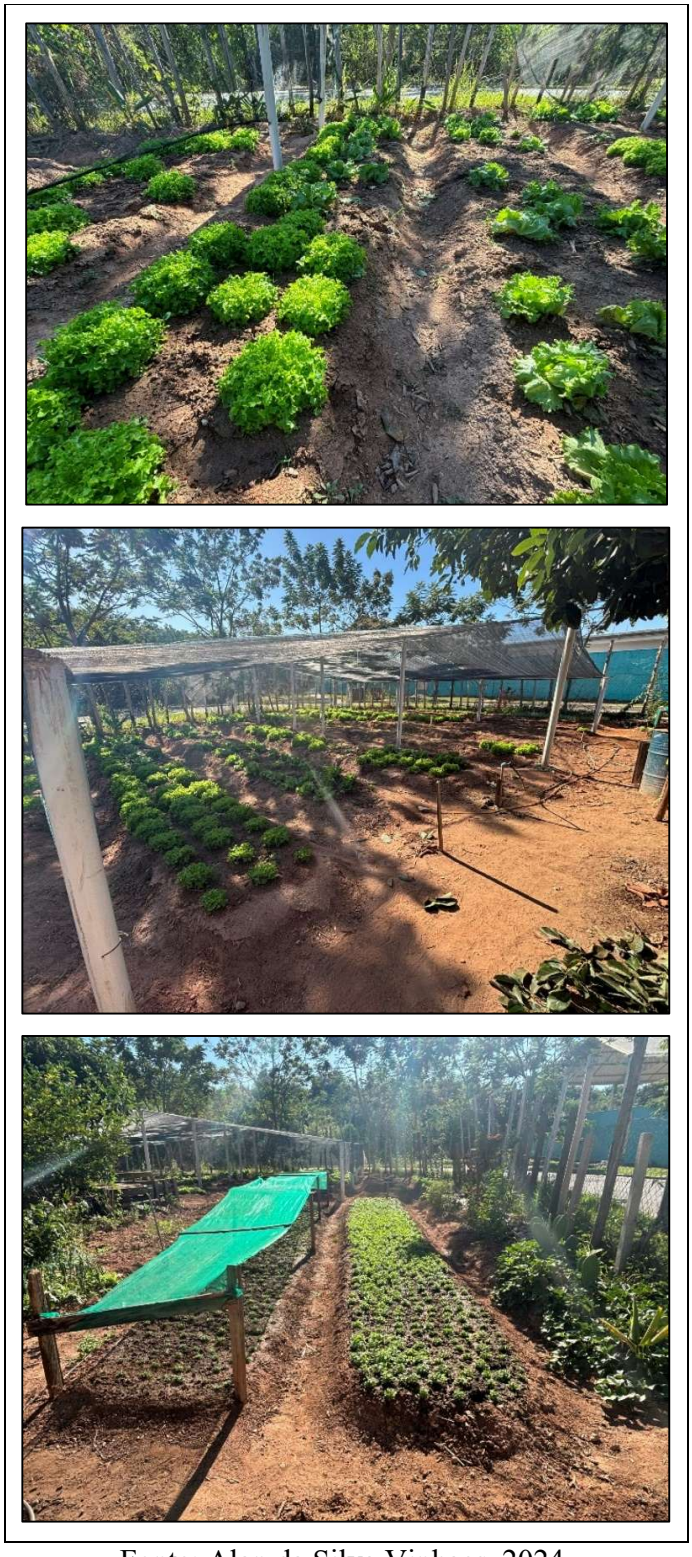
A irrigação é realizada por meio de mangueiras e o cultivo do lote é feito exclusivamente por ele, com apoio esporádico de uma de suas filhas. Apesar das adversidades iniciais e dos custos envolvidos, ele enxerga na horta um espaço de autonomia, consumo próprio e geração de renda.

A diversidade de cultivos na horta é ampla e variada, abrangendo hortaliças, frutas, ervas e raízes. Entre os produtos mais vendidos, destacam-se a alface, o coentro e o repolho, que possuem alta demanda.

O permissionário revelou que, a cada três meses, adquire cerca de 1.000 mudas de alface crespa e 600 mudas de cebolinha e salsinha, entre outras, todas fornecidas pela empresa Mingotti, localizada em Jundiaí. No entanto, assim como os demais permissionários, ele enfrenta uma perda média de 20% das mudas devido a fatores climáticos e variações na qualidade do solo.

A horta produz uma grande variedade de alimentos (Foto 32), organizados da seguinte forma: entre as hortaliças, destacam-se coentro, salsinha, cebolinha, alho-poró, rabanete, mandioca, chicória, almeirão, couve-manteiga, alface (lisa, americana, crespa e mimosa), rúcula, agrião, beterraba, jiló, berinjela, e quiabo.

Foto 32. Horta no bairro Jardim Novo Horizonte transforma áreas ociosas em produtivas



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Na categoria de ervas e temperos, são cultivados hortelã, urucum, alecrim, manjericão, capim-cidreira e açafrão. Em relação às frutas, conforme se verifica na foto 33, a horta conta com banana (nanica, prata e da terra), limão (cravo e taiti), tangerina, laranja-lima, abacate, goiaba (branca e vermelha), acerola, pitanga, caju, manga (espada), coco e pinha. Além disso, cultiva-se a batata Monalisa.

Foto 33. Produção de frutas na horta do permissionário J.B.G.



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

"Além da comercialização, os alunos da EMEB Fatima Damásio dos Santos Pandolpho também fazem ações na horta, como contempla o programa Desemparedamento da Escola, prática educacional de Jundiaí que intensifica o contato com a natureza como ambientes de aprendizagem" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

De acordo com a senhora Sylvia Angelini,

> as hortas urbanas são uma solução muito simples para ocupar os terrenos públicos sem uso e dar a eles uma função social. Além da produção de alimentos e geração de renda, as hortas transformam a paisagem urbana, contribuem para o conforto ambiental, estimulam a economia solidária e oferecem um espaço para integração com a natureza dentro da cidade, onde crianças e adultos podem ter contato com a terra e acompanhar os ciclos naturais (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Para o permissionário da área, "o projeto foi muito importante, porque eu adoro trabalhar. Hoje em dia, eu não paro, mesmo com 74 anos. E a horta foi muito importante para deixar o bairro mais bonito e a rua mais segura" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Em setembro de 2023, cerca de 40 alunos de duas turmas da EMEB Fátima Damásio dos Santos Pandolpho, visitaram a horta (Figura 64), nesta ação, "além de aprender sobre a comercialização, os alunos fizeram ações de educação ambiental na horta" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

De acordo com a professora "essas ações são muito importantes porque as crianças estão conhecendo um espaço da comunidade e que podemos trabalhar diversos conceitos, como alimentação saudável, comércio local e a sensação de pertencimento dos próprios alunos" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Na visita, os alunos também fizeram uma "pulseira da natureza", prática que envolve o recolhimento de folhas e frutos, a colagem na pulseira para discussão em sala de aula. "Com a pulseira da natureza, os alunos exploram as texturas e formas da natureza, e aí conseguimos fazer a categorização do que foi recolhido por eles" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

"Nós insistimos, no dia a dia, para as crianças experimentarem e conhecerem alimentos saudáveis. E depois que explicamos a importância, eles passaram a se interessar e a comer melhor", disse a professora (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

O permissionário da horta, reiterou a satisfação de receber as crianças na horta. "em toda vida gostei de crianças. Então explicar sobre a terra e mostrar a produção são uma felicidade enorme. Por isso a horta está aberta, porque faz parte da educação ambiental também" (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Figura 64. Visita da Escola EMEB Fátima Damasio dos Santos Pandolpho



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023.

A coordenadora do Programa de Hortas Urbanas, Rita Stringari, salienta a importância do programa.

> Essas atividades mostram que as hortas urbanas estão cumprindo um papel importante de estimular o contato de crianças com a natureza, principalmente partindo do ponto de vista da educação ambiental. Elas aprendem muitos conceitos que contribuem para que sejam agentes de transformação para uma cidade sustentável (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Durante a entrevista, ele fez questão de mencionar o vereador Romildo, que o apresentou ao programa e o incentivou a participar do curso de capacitação. Antes disso, ele já havia iniciado o cultivo no terreno, mas a formação formal oferecida pelo programa ampliou seus conhecimentos em técnicas de plantio, tratamento da terra e estratégias de comercialização.

Foi ressaltado também a importância da funcionária Rita, da Prefeitura Municipal de Jundiaí, que foi importante para a ligação de água e energia elétrica na horta e tem acompanhado seu desenvolvimento ao longo dos anos.

O curso de capacitação, realizado em quatro sábados, foi extremamente positivo para o permissionário. Ele relatou que, das 26 pessoas inscritas em sua turma, quatro desistiram ao longo das aulas. Apesar disso, o permissionário destacou que o conteúdo ministrado foi importante, ajudando-o a aprimorar suas habilidades no trato com a terra, cultivo e vendas. Ele afirmou que gostaria que o curso tivesse mais encontros, dada a riqueza das informações e a aplicabilidade prática das técnicas aprendidas.

A adubação é feita exclusivamente com esterco de gado e folhas, seguindo os regulamentos do programa. Essa abordagem não apenas contribui para a preservação ambiental, mas também garante alimentos de alta qualidade, livres de agrotóxicos.

O engenheiro agrônomo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA) realiza visitas trimestrais à horta para coletar amostras de solo e tirar dúvidas. Essa assistência técnica continuada é fundamental para o avanço do programa, pois oferece suporte especializado e promove a troca de conhecimento entre os agricultores urbanos e periurbanos e os profissionais da área.

O permissionário também elogiou o Programa Horta Urbana de forma enfática, afirmando que não possui críticas ou pontos negativos a relatar. Para ele, os aspectos mais positivos são o curso de capacitação, a oportunidade de produção e o aumento da renda familiar. Sua experiência demonstra como iniciativas como essa podem transformar a vida das pessoas, promovendo inclusão social, autonomia econômica e conexão com a natureza.

Do ponto de vista geográfico, a horta urbana em que E7 e os demais seis permissionários representa alguns exemplos concretos do conceito de lugar descrito por Milton Santos (1997). Esse espaço, antes marginalizado, adquiriu um significado singular, constituindo-se como um local de pertencimento, memória e identidade para o permissionário.

O lugar é um espaço humanizado, carregado de valores, práticas e relações sociais que conferem identidade e significado a ele. Além disso, as hortas são um exemplo dessa transformação, antes um terreno abandonado, o espaço foi ressignificado pela prática da AUP, refletem a importância das práticas de AUP como estratégia para o reaproveitamento de terrenos

ociosos, a promoção da segurança alimentar e a sustentabilidade nas cidades, conforme discutido por autores como Ferreira e Silva (2020).

As hortas urbanas passam a integrar as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da comunidade local. Esse processo reforça a capacidade dos indivíduos de moldar os espaços ao seu redor, criando um lugar de pertencimento e produção de sentido.

De acordo com Batista e Monteiro (2018), a utilização de espaços urbanos para agricultura não apenas contribui para a segurança alimentar, mas também promove maior eficiência no uso de recursos naturais. No caso dos sete permissionários, as hortas não só atendem às demandas alimentares da comunidade, mas também se tornaram um exemplo de produção sustentável, integrando-se às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável.

Por fim, o Programa Horta Urbana em Jundiaí evidencia a relevância das políticas públicas no fortalecimento das iniciativas de AUP. Ferreira e Silva (2020) apontam que programas como esse criam condições estruturais e institucionais para que os agricultores urbanos e periurbanos desenvolvam práticas produtivas e sustentáveis, ao mesmo tempo em que promovem inclusão social e geração de renda. Assim, o programa fortalece a relação entre o indivíduo e o espaço urbano, ampliando as possibilidades de ressignificação do território em benefício da coletividade.

Em dezembro de 2023, o Programa Horta Urbana de Jundiaí ganhou uma menção honrosa no 6º Encontro Nacional de Liderança e Gestão Pública, realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em São Paulo. O evento destacou a relevância das iniciativas locais em segurança alimentar e sustentabilidade. Esse reconhecimento ressalta o impacto positivo do programa no fortalecimento da segurança alimentar, na melhoria da qualidade de vida dos moradores e na promoção de práticas sustentáveis, além de evidenciar a importância de políticas públicas inovadoras e participativas (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Para o gestor da UGPUMA, Sinésio Scarabello Filho, após dois anos do programa Horta Urbana, os resultados são bastante satisfatórios:

> Foram duas edições do curso de formação realizadas (julho e novembro de 2021), 33 alunos formados e aptos à participação no programa, 21 áreas concedidas oficialmente para uso agrícola por munícipes, 7 hortas em fase de produção ativa, 4 hortas em fase de implantação e 10 em fase de projeto, em áreas distribuídas por toda a cidade; um conjunto de moradores beneficiados em toda a cidade, uma parceria firmada com o SESC Jundiaí para a difusão de práticas sustentáveis nas hortas urbanas, adotando a área do bairro Fazenda Grande como referência de aprendizagem coletiva, onde agricultores, comunidade, poder público e terceiro

> setor vivenciam, na prática, os desafios e as possibilidades de expansão da iniciativa (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

O reconhecimento nacional do Programa Horta Urbana reforça a importância de iniciativas que promovem a inclusão social e o protagonismo comunitário. Além de gerar impacto positivo no meio ambiente, o projeto fortalece a saúde pública ao proporcionar acesso a alimentos livres de agrotóxicos. Isso demonstra que estratégias locais, quando bem estruturadas e geridas, podem alcançar resultados significativos no enfrentamento de problemas globais, como a insegurança alimentar e a degradação ambiental (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2023).

Por fim, a menção honrosa recebida reafirma o compromisso de Jundiaí com a sustentabilidade e a inovação. Ao adotar um modelo que integra comunidade, governo e recursos urbanos, o município demonstra que é possível construir cidades mais humanas e resilientes, capazes de enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. O programa, não apenas transforma realidades locais, mas também contribui para o debate nacional sobre o papel das práticas urbanas na construção de sociedades mais inclusivas e ambientalmente responsáveis (Prefeitura de Jundiaí, 2023).

4.2. Áreas Inativas no Programa Horta Urbana: Desafios e Oportunidades

O Programa Horta Urbana, em sua implementação nas turmas 1 e 2, tem enfrentado desafios com áreas inativas: duas na turma 1 e doze (a horta do Jardim Tulipas não foi implementada, por desistência do permissionário) na turma 2. Essa inatividade representa uma oportunidade de reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por iniciativas de AUP, como a disponibilidade de mão de obra, gestão de recursos, e o comprometimento dos participantes.

A AUP envolve uma série de requisitos operacionais e logísticos, desde o preparo e manutenção do solo até o planejamento e plantio, exigindo uma participação ativa e constante, o que pode se tornar um obstáculo para os envolvidos, sobretudo em programas que envolvem gestão comunitária ou voluntária.

Segundo Ferrão (2019), a gestão comunitária em hortas urbanas exige estratégias de incentivo e apoio contínuo por parte das administrações públicas para evitar o abandono das áreas cultiváveis. Em Jundiaí, o programa enfrenta o desafio de reativar esses espaços e integrá-los de volta ao ciclo produtivo. A falta de engajamento está associada a fatores socioeconômicos, como a

necessidade de os beneficiários buscarem fontes alternativas de renda e/ou enfrentarem problemas de tempo e disponibilidade, o que gera lacunas no desenvolvimento do programa.

Outro aspecto a ser considerado é a sustentabilidade das hortas urbanas. De acordo com Almeida e Santos (2021), o abandono de áreas cultiváveis em programas como o Horta Urbana reflete as dificuldades de manutenção a longo prazo quando não há acompanhamento técnico e suporte financeiro suficientes. Uma alternativa pode ser a criação de políticas de apoio mais abrangentes, que incluam subsídios e assessoria técnica para os participantes, visando tornar o trabalho na horta mais atrativo e viável.

Por outro lado, a existência de áreas inativas também aponta para oportunidades. Essas áreas podem ser repensadas para novas funções, como espaços de capacitação, educação ambiental ou inclusão social, promovendo maior engajamento dos participantes e da comunidade ao redor. A transformação de áreas ociosas em centros de formação e oficinas pode revitalizar o interesse local e fortalecer o impacto social das hortas urbanas.

A inatividade dessas áreas, embora seja um desafio, também pode impulsionar melhorias na estrutura do programa. Uma possível estratégia seria revisar o perfil dos beneficiários para assegurar que estejam realmente comprometidos e tenham as condições necessárias para manter as hortas ativas. A importância de um processo de seleção que considere a realidade socioeconômica dos participantes, o que pode contribuir para a sustentabilidade e continuidade das áreas de cultivo.

O Programa Horta Urbana de Jundiaí, ao lidar com a inatividade de parte das suas áreas, tem a oportunidade de aprimorar sua abordagem, buscar parcerias com ONGs e redes de apoio, além de reforçar a comunicação e o engajamento da comunidade. O programa, precisa equilibrar os desafios práticos com soluções inovadoras que tragam mais pessoas para o movimento de AUP, promovendo, a segurança alimentar.

Durante o trabalho de campo, foi realizado uma análise a cada uma das áreas inativas identificadas no Programa Horta Urbana, com o objetivo de avaliar as condições dos locais e verificar os desafios que contribuem para a falta de uso.

Essa análise presencial permitiu uma visão prática dos fatores que limitam a produtividade, bem como uma compreensão mais aprofundada das dificuldades enfrentadas para reativar essas áreas no contexto urbano de Jundiaí.

Na turma 1 do Programa Horta Urbana, foram identificadas duas áreas inativas localizadas na Rua Diamante Negro (Foto 34) e na Rua Luiz Rinaldi Júnior (Foto 35) (Substituída por uma nova área localizada na Avenida Dos Imigrantes Italianos (Foto 36).

Essas áreas, inicialmente planejadas para promover o cultivo urbano e incentivar a integração comunitária, encontram-se atualmente sem uso produtivo.

Foto 34. Horta Inativa – Rua Diamante Negro

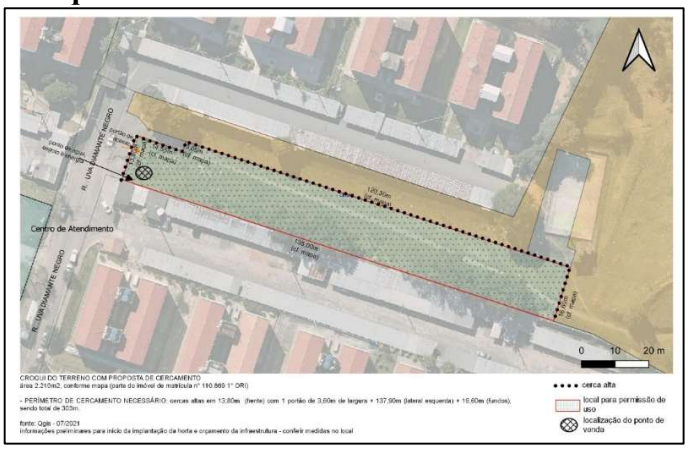


Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Na foto 34, é possível ver que a área já está cercada, mas o cultivo ainda não começou. Além disso, a proximidade com uma área em que há presença de usuários de drogas dificulta a rotina de quem deseja trabalhar no local, tornando desafiador para o permissionário estabelecer uma horta produtiva e constante.

Na figura 65, é demonstrado o croqui da área em que será a horta na Rua Diamante Negro, localizada no bairro da CECAP.

Figura 65. Croqui da Horta Inativa Localizada na Rua Diamante Negro



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A área inativa do programa Horta Urbana, anteriormente localizada na Rua Luiz Rinaldi Júnior (Foto 35), foi distribuída para um novo espaço no Jardim Pacaembu. Observe-se, contudo, que a área original não recebeu nenhum investimento financeiro do programa enquanto estava sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jundiaí.

A falta de suporte financeiro ou de infraestrutura naquela localidade é uma descontinuidade nos esforços de manutenção e desenvolvimento das hortas, o que tem contribuído para a sua substituição por uma nova área.

Foto 35. Horta Inativa – Rua Luiz Rinaldi Júnior



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A foto 36 e a figura 66 apresentam uma área no Jardim Pacaembu projetada para implementação de uma horta urbana. No croqui, vemos que uma área total abrange 497,38 m² e está localizada em um ponto estratégico, rodeada por vias principais como a Avenida dos Imigrantes Italianos e a Rua Pedro Lessa.

Esse croqui detalha o perímetro necessário para o cercamento, incluindo medidas precisas de cada lado e destacando a necessidade de uma cerca alta de 34,32 m, com um portão de acesso para maior controle e segurança no local. Esse planejamento estrutural é essencial para a delimitação e proteção da área destinada ao cultivo, pois essa horta ficará localizada em uma avenida com grande fluxo de automóveis, além disso, há tem um ponto de ônibus em frente ao espaço da horta.

Foto 36. Futura Horta localizada no Jardim Pacaembu



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Além disso, a figura 66 e a foto 36 indica pontos estratégicos como a localização para a instalação de um ponto de venda, o que sugere um potencial econômico para a horta. Com a implementação de uma futura calçada, há também uma tentativa de facilitar o acesso à horta, o que irá estimular a interação comunitária e o envolvimento dos moradores locais.

O planejamento visa criar um espaço que não apenas ofereça a possibilidade de cultivo, mas também contribua para o desenvolvimento urbano e a integração da comunidade ao ambiente agrícola urbano.

A foto 36, por outro lado, mostra o espaço em uma fase inicial de implementação, com alguns elementos estruturais, como a construção da casinha do Programa Horta Urbana com técnicas biodegradáveis em construção, indicando que o desenvolvimento da horta está em fase preliminar. A ausência de sinalização e o aspecto de obra em andamento reforçam a necessidade de investimentos e esforços para finalização do projeto.

Figura 66. Croqui da Área do Jardim Pacaembu



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Comparando a figura do croqui com a foto, percebe-se uma discrepância entre o planejamento e o estágio atual da obra. Embora o croqui apresente um projeto detalhado e promissor, a execução ainda está distante da visão projetada. A implementação da infraestrutura de cercamento e o desenvolvimento dos pontos de venda e calçadas são passos essenciais para que o espaço possa atender todo o potencial esperado.

Na turma 2, são um total de doze (a horta do Jardim Tulipas não foi implementada, por desistência do permissionário) áreas ainda inativas, começando pela área inativa localizada na Rua Londrina, nº 885, na Vila Maringá, conforme demonstrado na foto 37, apresenta vegetação alta e resquícios de queimadas no solo, o que indica uma falta de manejo recente.

Esse cenário dificulta o preparo do solo para o plantio, uma vez que a vegetação crescida e o solo aparentemente empobrecido pela queima exigiriam intervenções significativas antes que a horta pudesse ser instalada. Além disso, há falta de cercas também na área, deixando-a vulnerável ao acesso de pessoas não autorizadas e ao descarte de resíduos.

Foto 37. Horta Inativa – Rua Londrina, 885



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A figura 67 apresentada ilustra o croqui do terreno de 882,95 m², destinado ao uso de horta comunitária e localizado em uma área de lazer em Jundiaí. O espaço, configurado como uma praça, dispensa a necessidade de cercamento e foi planejado para incluir um ponto de venda de produtos, conforme destacado na área delimitada do mapa. A estrutura de acessos e a proximidade com vias urbanas são aspectos favoráveis para a circulação e a visibilidade da horta.

A localização em um bairro residencial como a Vila Maringá oferece um contexto interessante para o desenvolvimento da AUP, pois poderia beneficiar diretamente a comunidade local.

No entanto, a recuperação da área exigirá o engajamento tanto do poder público quanto dos permissionários interessados, que precisariam investir em infraestrutura e em técnicas de restauração do solo para reativar o local.

Figura 67. Croqui da Horta Inativa Localizada na Rua Londrina, 885



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

O espaço destinado à horta comunitária, localizado na Rua Professor Luiz Rivelli (Foto 38), apresenta sinais visíveis de abandono. Até o momento, a área não recebeu nenhum tipo de cercamento ou investimento estrutural, tanto por parte da Prefeitura Municipal de Jundiaí quanto pela permissão responsável.

A falta de infraestrutura básica, como cercas ou demarcação adequada, deixa o local vulnerável a ações de terceiros e dificulta o desenvolvimento de atividades de cultivo. Além disso, o estado de abandono compromete o potencial do espaço para atender ao seu especificamente original, prejudicando a segurança e a atratividade da área para a comunidade que poderia se beneficiar diretamente da produção local de alimentos.

Foto 38. Horta Inativa – Rua Professor Luiz Rivelli



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A Figura 68 apresenta um croqui da horta inativa situado na Rua Professor Luiz Rivelli, em Jundiaí. Infelizmente, a inatividade desse espaço ressalta os desafios enfrentados pela AUP, incluindo a falta de manutenção, apoio institucional e o impacto da urbanização em áreas destinadas à produção de alimentos. A revitalização da horta poderia representar uma oportunidade para reengajar a comunidade, resgatar práticas agroecológicas e fortalecer os laços sociais entre os moradores.

Figura 68. Croqui da Horta Inativa Localizada Rua Professor Luiz Rivelli



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A terceira área inativa do Programa Horta Urbana está localizada na Rua Hans Staden, conforme se verifica na foto 39.

Observe-se que a área da futura horta está cercada por um alambrado, mas há sinais evidentes de abandono, indicando falta de manutenção e cuidados regulares. A cerca de que deveria funcionar como uma medida de proteção contra invasões e depredação, mostra-se insuficiente diante da falta de envolvimento contínuo com o espaço.

O terreno, agora com vegetação descontrolada e resquícios de estruturas degradadas, reflete o descaso e a ausência de políticas que garantam o uso e a preservação desse local. Além disso, a inatividade da horta representa uma perda de oportunidades para a comunidade, uma vez que esse espaço poderia ser revitalizado como um ponto de encontro social, educação ambiental e produção de alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança alimentar local.

Foto 39. Área Inativa na Rua Hans Staden



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Na figura 69 é demonstrado o croqui da área, que seria de uma horta comunitária, porém está inativa, com sinais de abandono e falta de manutenção. A estrutura, que poderia servir como um espaço para cultivo e convivência comunitária, agora exibe vegetação desordenada e pontos de interferência. Esse cenário aponta para o potencial subutilizado da horta, que poderia ser reativado e valorizado como um local de integração social e incentivo à produção sustentável, promovendo benefícios ambientais e sociais para a comunidade local, porém, há falta recursos para o Programa de Horta Urbana, caberia a Prefeitura Municipal de Jundiaí destinar um maior repasse de verbas para que fosse realizado o cercamento correto e a limpeza do local.

Figura 69. Croqui da Área Localizada na Rua Hans Staden

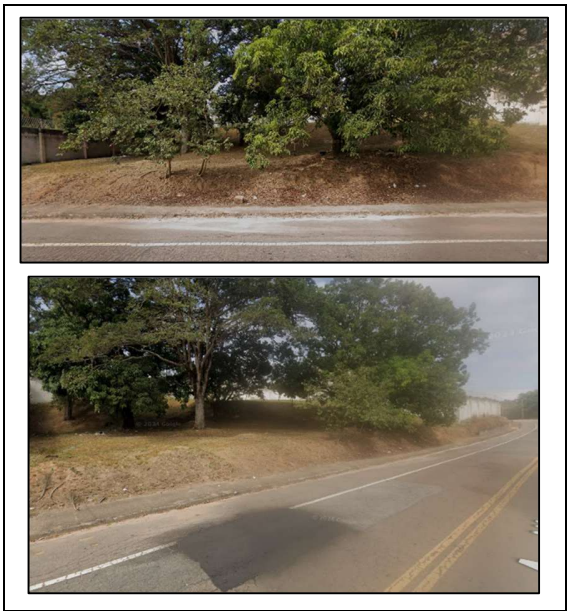


Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A quarta área, situada na Rua Cláudio Lucato (Foto 40), encontra-se aberta e coberta por uma vegetação densa, incluindo várias árvores, mas não há qualquer sinal de intervenção da prefeitura nem designadas de início de obras para a instalação de uma horta.

O local permanece sem infraestrutura básica para um cultivo adequado, como delimitação de canteiros, sistema de supervisão ou placas informativas que indiquem a intenção de transformar o espaço em uma horta do Programa Horta Urbana.

Foto 40. Área localizada na Rua Cláudio Lucato



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A área, encontra-se adjacente a um condomínio de classe média alta (Foto 41). Essa proximidade pode trazer tanto benefícios quanto desafios para os moradores do condomínio. Por um lado, a presença de uma horta, caso venha a ser inovadora, poderia agregar valor ao ambiente, proporcionando um ambiente mais saudável e sustentável. Estudos indicam que áreas verdes e espaços de estudo urbano têm o potencial de melhorar a qualidade de vida, promovendo o bem-estar e incentivando a interação social (Kuo, 2003).

Por outro lado, a falta de cuidado com a área aberta e a possibilidade de abandono podem representar preocupações para os moradores do condomínio. A presença de vegetação desordenada e a ausência de infraestrutura podem se tornar um atrativo para o acúmulo de lixo e a regulamentação de proteção, impactando níveis de estética e segurança do ambiente.

Além disso, questões relacionadas à desvalorização imobiliária podem surgir se o espaço for percebido como negligenciado, conforme aponta a literatura sobre o impacto ambiental nas áreas urbanas (Farr, 2008).

A relação entre o condomínio e a área contígua revela uma dinâmica complexa, marcada tanto por potencialidades quanto por contradições que emergem do modo como o espaço urbano é produzido e apropriado. Essa proximidade evidencia tensões entre diferentes formas de uso e ocupação da terra, exigindo uma gestão atenta às implicações sociais, econômicas e ambientais que dela decorrem.

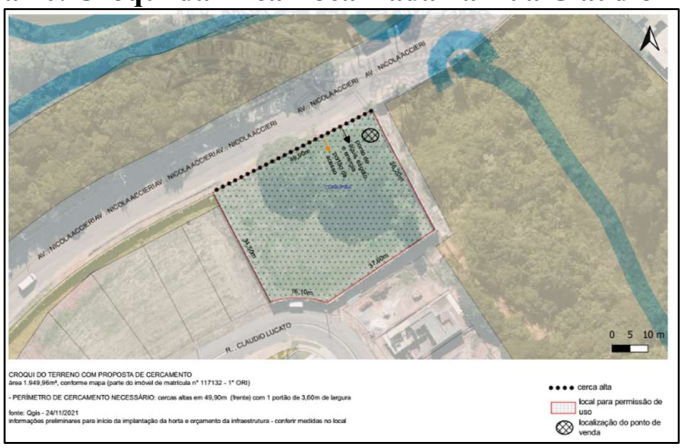
Foto 41. Condomínio de Classe Média Alta ao Lado da Futura Horta



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Na figura 70 é demonstrado o croqui da área da futura horta, nota-se a proximidade com o condomínio fechado de classe média alta, além de, estar próximo a Área de Preservação Permanente (APP).

Figura 70. Croqui da Área Localizada na Rua Cláudio Lucato



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A área mostrada na foto 42, possui potencial para um projeto de horta urbana, mas atualmente está subutilizada. Observa-se que o espaço conta com um solo descoberto e uma vegetação que, embora já estabelecida, não aparenta estar organizada em função de uma produção agrícola.

A área também está cercada, o que pode beneficiar o cultivo de plantas ou o desenvolvimento de uma horta sem interferências externas. Contudo, não há sinais visíveis de infraestrutura básica, como sistemas de irrigação ou divisão de parcelas, o que expõe que a área não foi planejada para o cultivo, pelo menos até o momento.

A presença de árvores e plantas de porte médio nas bordas do terreno oferece uma oportunidade para criar zonas de sombra, o que pode ser útil para o cultivo de espécies que não toleram sol pleno. Entretanto, o espaço também demanda alguma limpeza e organização para se adequar ao cultivo urbano de alimentos, incluindo a remoção de detritos visíveis.

Em resumo, a área apresenta características favoráveis para a criação de uma horta urbana, como espaço aberto, solo exposto e uma delimitação física que assegura proteção. Com alguns ajustes e planejamento adequado, ela poderia se tornar uma horta produtiva e sustentável, capaz de

atender a comunidade local com produtos frescos e, ao mesmo tempo, contribuir para a educação ambiental e a integração social dos participantes.

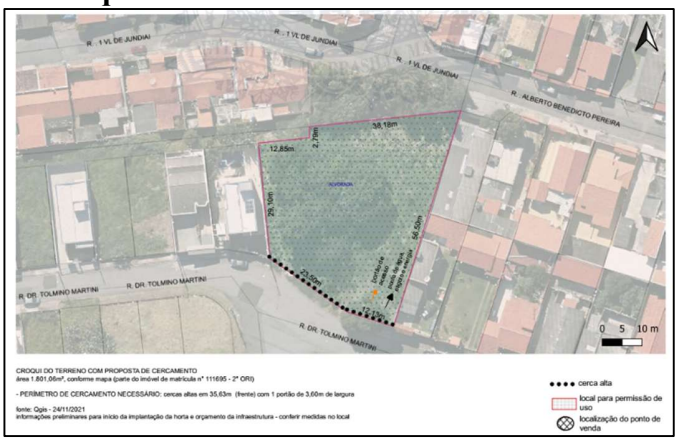
Foto 42. Área Inativa Localizada na Rua Dr. Tolmino Martini



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A figura 71 apresenta o croqui da área de aproximadamente 1.801,06 m² localizada entre as ruas Dr. Tolmino Martini e Vl. de Jundiaí, com uma proposta de cercamento para viabilizar um programa de horta urbana. O perímetro de cercamento necessário é detalhado, indicando cercas altas com 35,63 metros na parte frontal e um portão de entrada de 3,60 metros de largura.

Figura 71. Croqui da Área localizada na Rua Dr. Tolmino Martini



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A análise da área inativa do programa de horta urbana, representada na foto 43, mostra um espaço com potencial significativo para o desenvolvimento de um projeto agrícola comunitário.

A proposta de cercamento contempla uma extensão de 53 metros de frente e 21,20 metros nas laterais, com um portão de 3,60 metros de largura, garantindo segurança e acessibilidade ao espaço, o que é importante para evitar interferências externas e assegurar o andamento das atividades de cultivo.

Foto 43. Vista Geral da Área Inativa para Implantação da Horta Urbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O croqui (Figura 72) revela um planejamento inicial que já considera pontos estratégicos para a instalação de infraestruturas como entrada de água, resíduos e energia, fundamentais para o funcionamento eficiente da horta. Esses elementos, quando bem distribuídos, facilitam o trabalho

dos gestores e voluntários, além de proporcionar condições adequadas para o cultivo de hortaliças e outros alimentos. A presença de pontos de entrada e saída para materiais e resíduos reforça a organização do espaço, minimizando o impacto ambiental e promovendo práticas sustentáveis no manejo da horta.

A área, além de cercada por uma comunidade residencial, está próxima a um distrito industrial, o que favorece o envolvimento da população local e proporcionar oportunidades de parcerias com empresas da região para apoio no desenvolvimento do projeto. Esse tipo de proximidade pode também ajudar a criar uma consciência ambiental e estimular práticas de responsabilidade social e sustentável na comunidade e nas empresas vizinhas.

Figura 72. Plano de Cercamento e Infraestrutura para a Horta Urbana na Rua Armando Rigolo



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Em resumo, a área possui características muito favoráveis para a implantação de uma horta urbana comunitária. O espaço é bem localizado, plano e de fácil acesso, e o planejamento para a instalação de infraestrutura básica está bem definido no croqui. Com um cercamento adequado e a infraestrutura necessária, o local tem o potencial de se tornar um ponto de produção agrícola sustentável e de integração social, beneficiando a comunidade local tanto com produtos frescos quanto com atividades educativas e de conscientização ambiental.

A área inativa do programa de horta urbana, conforme ilustrado na figura 73 e na foto 44, possui características que a tornam adequada para o desenvolvimento de um espaço comunitário de cultivo sustentável.

Com uma extensão de 264,75 m², o terreno está localizado em uma área urbana cercada por vias movimentadas, o que favorece a visibilidade do projeto e o fácil acesso da comunidade. A proposta de cercamento apresentada no croqui (figura 73) indica a utilização de cercas altas de aproximadamente 22 metros na frente, com um portão de 3,60 metros, além de medidas adicionais para cercamento nas laterais e nos fundos.

Figura 73. Projeto de Cercamento e Infraestrutura para Horta Urbana na Rua Ângelo Vettori



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A área apresenta um planejamento estruturado, que inclui a localização de pontos de acesso a recursos como água e energia, fundamentais para a manutenção de uma horta. Esses elementos mostram um planejamento inicial para facilitar o desenvolvimento de atividades agrícolas e de manutenção de forma organizada.

Além disso, a área aberta permite a instalação de canteiros e uma organização eficiente do espaço, possibilitando o cultivo de diferentes espécies de hortaliças e plantas medicinais, dependendo das necessidades locais.

Foto 44. Visão Geral da Área para Implementação da Horta Urbana na Rua Ângelo Vettori



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Em resumo, a área é promissora para a implementação de uma horta urbana, contando com um planejamento que visa tanto a segurança quanto a funcionalidade. Com o cercamento adequado e a infraestrutura necessária, o terreno pode se tornar um ponto de referência para a comunidade, promovendo não só a produção de alimentos frescos, mas também o engajamento social e a conscientização ambiental entre os moradores da região.

A análise da área inativa do programa de horta urbana na Rua Bragança Paulista (Foto 45) revela um espaço amplo, com cerca de 3.215,80 m², que oferece condições favoráveis para o desenvolvimento de um projeto de cultivo sustentável e comunitário.

A figura 74 detalha o plano de cercamento, que prevê cercas altas ao longo dos 60 metros da frente, além das laterais e fundos. A inclusão de um portão de 3,60 metros de largura é uma medida importante para controlar o acesso e garantir a segurança das atividades e dos recursos investidos na horta.

Figura 74. Plano de Cercamento e Estrutura para Horta Urbana na Rua Bragança Paulista



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

A topografia plana e o solo exposto indicam que a área poderá necessitar de preparação adicional, como adubação e tratamento de solo, para se tornar adequada para o cultivo agrícola. No entanto, essa configuração também facilita a instalação de canteiros e sistemas de irrigação, o que otimiza o uso do espaço e permite o cultivo de uma variedade de hortaliças e plantas medicinais.

Foto 45. Área Ampla e Preparatória para Horta Urbana na Rua Bragança Paulista



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Por fim, essa área tem o potencial de se tornar mais um espaço da AUP em Jundiaí, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo o vínculo da comunidade com o meio ambiente.

A implantação da horta não só aumentaria a oferta de alimentos saudáveis, como também ofereceria um espaço para atividades educativas e de integração social. Com o cercamento e a

infraestrutura adequada, o projeto poderá transformar essa área atualmente inativa em um recurso importante para a comunidade local.

A área inativa destinada ao programa de horta urbana na Rua Maria Aparecida Carletti Copelli (Foto 46) apresenta uma extensão de 3.076,24 m², oferecendo um espaço amplo para o desenvolvimento de atividades de cultivo comunitário.

Foto 46. Visão da Vegetação e Estrutura Atual na Área para Horta Urbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A Figura 75 mostra um planejamento detalhado para cercamento, incluindo 47,40 metros de frente, além de portões laterais e uma estrutura com cercas altas, projetada para proteger a horta contra acesso não autorizado. O portão de 3,60 metros de largura permite fácil acesso ao terreno, facilitando o trânsito de pessoas e o transporte de materiais necessários para a manutenção do projeto.

A figura 75 também destaca pontos estratégicos de acesso a recursos, como água e energia, fundamentais para uma horta urbana. Essa infraestrutura é essencial para otimizar o uso do espaço e possibilitar a diversificação das culturas.

A localização do ponto de venda no terreno facilita a comercialização direta dos produtos cultivados, incentivando o consumo local e promovendo uma fonte de renda para a comunidade. Além disso, a proximidade da área com vias movimentadas e residências contribui para a visibilidade do projeto, aumentando o potencial de engajamento dos moradores.

Figura 75. Projeto de Cercamento e Infraestrutura para Horta Urbana na Rua Maria Aparecida Carletti Copelli"



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Em resumo, a área na Rua Maria Aparecida Carletti Copelli apresenta um potencial para ser transformada em uma horta comunitária sustentável e produtiva. A infraestrutura prevista, aliada ao cercamento planejado, garantiria a segurança e o bom uso do espaço.

A análise da área inativa para o programa de horta urbana de Jundiaí, representada na figura 76 e na foto 47, revela um espaço que, embora atualmente subutilizado, apresenta potencial para revitalização e uso comunitário.

A planta apresenta uma área de cerca de 3.070,43 metros quadrados, delimitada por cercas altas e designada para possível implementação de infraestrutura de hortas. Na figura 63, observa-se a localização prevista para o ponto de venda e uma entrada específica, expondo que o espaço está sendo planejado com acessibilidade e uso estruturado, além de indicar pontos de controle para segurança e controle do acesso.

Foto 47. Área Inativa do Programa Horta Urbana Localizada na Avenida Dr. Paulo Moutran



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A análise da foto 47 revela que a área o terreno possui um leve declive, visível nas fotos, e se situa ao longo de vias movimentadas, o que implica uma necessidade de cuidado adicional na questão de segurança e proteção contra poluição, além de possíveis ajustes de nivelamento.

Outro aspecto é o caráter urbano da localização, o que coloca a área em uma posição estratégica para o engajamento da comunidade local no projeto de horta. A proximidade com residências e vias públicas, como mostrado no croqui, expõe que a horta poderá servir não apenas para cultivo, mas também como espaço de convivência, aprendizado e interação social.

A proposta de uma horta urbana nesse local pode transformar uma área subutilizada em um ativo verde que contribua para a sustentabilidade e qualidade de vida da população. Para que a implementação seja eficaz, serão necessários investimentos em infraestrutura, como cercamento completo, limpeza inicial e preparo do solo.

Além disso, o plano de uso deve considerar a manutenção contínua e a participação comunitária para assegurar que a horta permaneça um espaço ativo e bem-cuidado ao longo do tempo.

Figura 76. Plano de Cercamento e Infraestrutura para Horta Urbana



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Em resumo, a área apresenta potencial para o projeto de horta urbana, desde que sejam consideradas medidas de preparação do terreno, segurança e envolvimento social. A proposta inicial delineada no croqui é coerente com os objetivos de aproveitamento sustentável e engajamento comunitário, e, se executada adequadamente, pode agregar valor significativo ao espaço urbano e ao bem-estar local.

Analisando a área inativa do Programa Horta Urbana a partir da Foto 48 e da Figura 77, percebemos que o espaço aparenta estar subutilizado, com pouca infraestrutura instalada e sem nenhum sinal claro de manutenção ou uso ativo.

A vegetação está crescendo de forma desordenada, e há resíduos espalhados no chão, o que reforça o abandono. Esse cenário acaba comprometendo a proposta de uma horta urbana, que deveria ser um ambiente organizado e propício para o cultivo, além de mais atrativo para a comunidade.

Foto 48. Área Inativa do Programa Horta Urbana localizada na Avenida Henrique Brunini

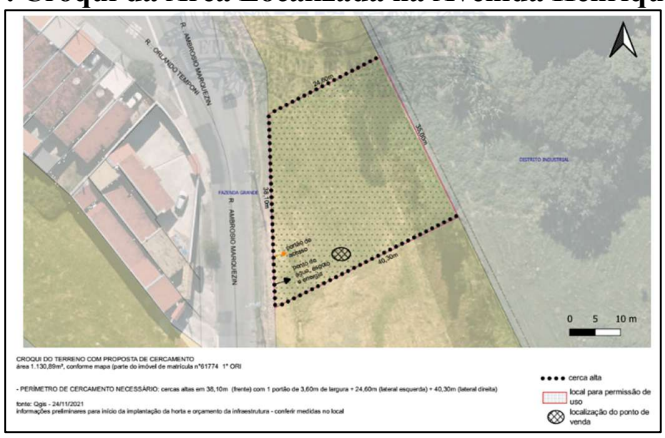


Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

O terreno delimitado na figura 77, com aproximadamente 1.130,89 m², tem potencial significativo, mas a falta de cercamento e a ausência de uma entrada definida impedem o uso seguro e controlado do espaço.

A figura 77 destaca a necessidade de uma cerca alta e uma portão de acesso para restringir o uso indevido e facilitar a organização interna. Sem essas estruturas, é difícil uma horta que possa cumprir sua função social de forma efetiva, principalmente em uma área próxima a residências e ao distrito industrial.

Figura 77. Croqui da Área Localizada na Avenida Henrique Brunini



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Por fim, a integração com a comunidade parece subaproveitada. Uma horta urbana deveria ser um ponto de encontro e interação entre os moradores, promovendo sustentabilidade e educação ambiental.

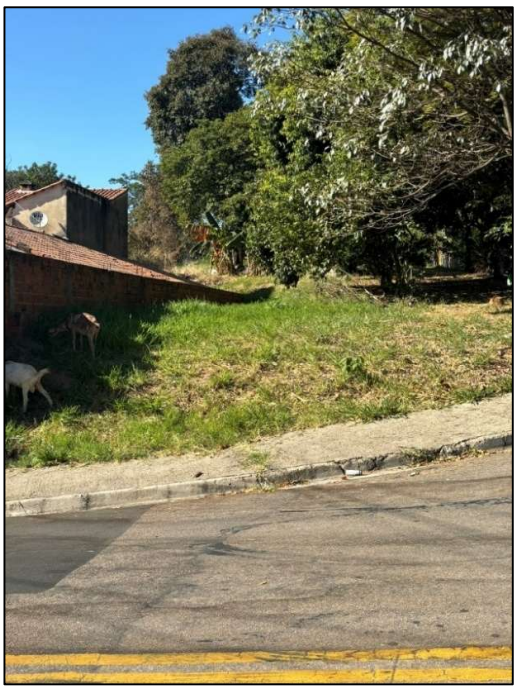
Contudo, a aparência atual do terreno não incentiva essa participação. A área precisaria de um projeto mais elaborado de paisagismo e mobiliário urbano para se tornar atraente e funcional, trazendo mais vida ao espaço e incentivando o envolvimento dos moradores locais.

Analisando a Foto 49 e a figura 78 da área inativa do programa de horta urbana, percebemos que o espaço está atualmente subutilizado e abandonado, o que representa uma perda significativa do potencial do local.

A foto 49 mostra um terreno coberto por vegetação alta e desorganizada, além da presença de animais soltos, o que indica a ausência de controle e cuidados específicos. Este cenário não apenas impede o desenvolvimento de uma horta urbana ativa, mas também desestimula o

envolvimento da comunidade local, que poderia se beneficiar de um espaço bem cuidado e organizado para cultivo.

Foto 49. Área Inativa do Programa Horta Urbana Localizada na Rua Dimas Bento de Almeida

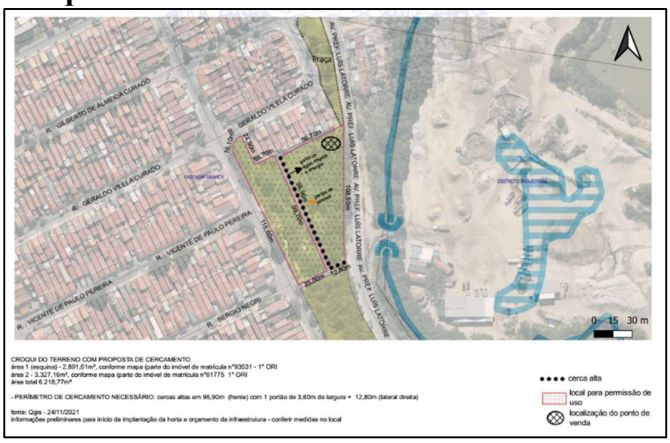


Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A figura 78 apresenta uma área considerável, com um total de 6.218,77 m², dividida em dois setores (uma com 2.891,61 m² e outra com 3.327,16 m²). A proposta de cercamento inclui a instalação de cercas altas para delimitar o terreno e um portão de acesso para facilitar o controle do uso.

Outro ponto crítico é a falta de infraestrutura adequada para suprir as necessidades de uma horta urbana funcional. A figura 78 destaca a localização do ponto de venda e da área de permissão de uso, mas não há sinais visíveis de que essas estruturas foram implantadas. A ausência de pontos de água e energia, essenciais para o cultivo, demonstra que o projeto está ainda em fase inicial e tem enfrentado obstáculos na sua execução.

Figura 78. Croqui da Área Localizada na Rua Dimas Bento de Almeida



Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2024.

Por fim, a falta de planejamento visual e de acessibilidade torna o espaço pouco atrativo para a população local. Espaços verdes e hortas urbanas bem planejados servem como pontos de convivência e lazer, promovendo a integração social.

No entanto, a atual condição da área transmite um aspecto de abandono e descuido, o que dificulta a construção de um ambiente acolhedor e convidativo. Para que o Programa Horta Urbana seja bem-sucedido, é importante que o terreno passe por uma revitalização estrutural e visual, transformando-o em um espaço atraente e funcional para os moradores e promovendo, o engajamento comunitário.

Analisando o contexto das áreas inativas do programa de horta urbana, é fundamental compreender que a inatividade de espaços destinados à produção agrícola urbana representa um desperdício de recursos públicos e uma perda de oportunidade para promover práticas sustentáveis e de engajamento comunitário.

As hortas urbanas, em teoria, são ferramentas poderosas para aumentar a segurança alimentar, proporcionar lazer e até mesmo servir como locais de aprendizado sobre cultivo e sustentabilidade. No entanto, a existência de duas áreas inativas na turma 1 e doze[32] na turma 2 aponta para uma falha na implementação ou no acompanhamento do programa.

A ausência de atividade nesses espaços expõe problemas estruturais ou de planejamento. De acordo com o conceito de planejamento urbano sustentável, uma horta urbana só pode ser bem-sucedida se houver suporte técnico, recursos e participação ativa da comunidade. A teoria do

[32] A horta do Jardim Tulipas não foi implementada, por desistência do permissionário.

planejamento participativo destaca a importância de envolver os beneficiários – nesse caso, a comunidade local – na criação e manutenção das hortas. A falta de uso nesses espaços pode ser indicativa de que o programa não conseguiu mobilizar os usuários finais e/ou que não forneceu as condições necessárias para o cultivo e a manutenção das plantas.

Outro ponto relevante é a questão da manutenção de infraestrutura. Sem cercas, sistemas de irrigação e acesso adequado, as hortas urbanas ficam vulneráveis ao abandono e ao vandalismo, o que pode explicar em parte a inatividade observada.

A diferença no número de áreas inativas entre as turmas também chama a atenção. A turma 1, com apenas duas áreas inativas, teve antemão apenas 6 áreas aprovadas para uso, das quais 4 possui hortas em andamento. Já a turma 2, de 15 áreas aprovadas, doze áreas estão inativas. Essa discrepância pode indicar que houve falhas na organização ou na capacitação da turma 2, o que expõe a necessidade de maior uniformidade nas metodologias e no acompanhamento dos grupos. O apoio técnico e a supervisão constantes são apontados por estudos sobre AUP como fatores críticos para a sustentabilidade dos projetos.

Quando olhamos para a importância de um programa de horta urbana, não podemos ignorar os benefícios sociais e psicológicos que ele pode proporcionar. A Teoria do Bem-Estar Social enfatiza que espaços verdes e de cultivo em áreas urbanas promovem bem-estar, reduzem o estresse e incentivam práticas saudáveis. Com um número expressivo de áreas inativas, o programa está desperdiçando essa oportunidade de melhorar a qualidade de vida dos moradores locais, o que levanta questões sobre a eficácia do projeto.

A estrutura organizacional do programa também precisa ser avaliada. A AUP exige mais do que apenas disponibilizar o espaço; é necessário oferecer treinamentos, monitoramento e recursos contínuos. Sem isso, os participantes podem perder o interesse e/ou não ter as habilidades necessárias para manter as hortas.

Além disso, a ociosidade dessas áreas pode indicar uma desconexão entre a intenção do programa e as necessidades reais da comunidade. Estudos sobre engajamento comunitário em projetos urbanos revelam que, quando as necessidades locais são ignoradas, a adesão ao projeto diminui. Talvez os moradores não tenham interesse ou tempo para cuidar das hortas, ou talvez o modelo de horta urbana oferecido não seja adequado para o contexto deles. A escuta ativa da comunidade antes e durante a implementação do projeto poderia ter evitado esse problema.

Para corrigir essa situação, seria ideal que o programa reavaliasse suas práticas, começando por entender os motivos da inatividade, por exemplo: realizar uma pesquisa junto aos participantes poderia trazer análises sobre as dificuldades enfrentadas e as possíveis melhorias.

Por fim, é importante destacar que o sucesso de uma horta urbana depende de seu impacto visual e funcional para a comunidade. Espaços abandonados tendem a desanimar outros possíveis interessados e reforçam uma imagem negativa do projeto. O programa deveria investir em melhorias visuais e funcionais para essas áreas, como placas informativas, áreas de descanso e até mesmo atividades comunitárias regulares, para revitalizar o interesse e dar vida ao projeto.

Apesar das áreas inativas e das dificuldades enfrentadas, o Programa Horta Urbana em Jundiaí trouxe impactos positivos e significativos para a comunidade, especialmente para aqueles que já conseguiram participar e usufruir dos benefícios. Mesmo com os desafios de infraestrutura e recursos ainda em espera para o cercamento e organização dos espaços, é inegável que o programa, em sua essência, representa uma iniciativa transformadora. Para os permissionários que já têm suas hortas ativas, o programa foi uma oportunidade de aprendizado e crescimento pessoal, promovendo um estilo de vida mais sustentável e incentivando práticas de cultivo que enriquecem o cotidiano.

Além disso, o Programa Horta Urbana tem sido substancial na vida das pessoas ao criar espaços de convivência, mesmo que em escala ainda reduzida. Aqueles que já puderam se beneficiar dessas hortas relatam a importância de ter um espaço para cultivar seus próprios alimentos, desenvolver habilidades agrícolas e fortalecer laços com a comunidade.

Esses primeiros passos, embora ainda incipientes, provam que a ideia é válida e que, com ajustes e investimentos, pode se tornar uma ferramenta essencial para melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas. O programa tem demonstrado, na prática, que os acertos até agora superam os erros e que existe uma base sólida para avançar.

O potencial a longo prazo do programa é promissor, especialmente se houver um olhar atento e cuidadoso para os erros e um compromisso com críticas construtivas. A identificação de falhas e a busca por soluções viáveis permitirão que o programa cresça de forma sustentável, atraindo mais participantes e fortalecendo o engajamento da comunidade. Com o apoio necessário e uma gestão mais organizada, é possível que o número de áreas ativas aumente consideravelmente, alcançando um público maior e consolidando-se como um verdadeiro agente de transformação urbana.

Por fim, o sucesso do programa de horta urbana depende de um compromisso contínuo com a melhoria e a expansão. Apesar das dificuldades iniciais, a experiência acumulada nesses primeiros anos permite identificar claramente os caminhos para evoluir. Ao trabalhar para resolver os problemas existentes, o programa tem o potencial de se tornar uma referência em sustentabilidade e engajamento comunitário. Com o apoio e os recursos adequados, ele pode transformar a vida de mais pessoas e trazer benefícios duradouros para toda a comunidade, tornando-se um modelo exemplar de como iniciativas urbanas bem planejadas podem impactar positivamente a sociedade a longo prazo.

4.3. Agricultores Urbanos e Periurbanos: Práticas Independentes e Desafios Fora do Programa Horta Urbana

O título "Agricultores Urbanos e Periurbanos: Práticas Independentes e Desafios Fora do Programa Horta Urbana" destaca a existência de agricultores que, embora não estejam formalmente inseridos no programa institucional de Jundiaí, seguem suas próprias práticas de AUP. Esses agricultores enfrentam uma série de desafios, tanto estruturais quanto sociais, que significativamente aqueles que estão amparados por programas governamentais ou comunitários. Entre os principais desafios estão a falta de recursos técnicos, dificuldades de acesso a insumos e a ausência de apoio institucional, questões que limitam o potencial de expansão e desenvolvimento dessas práticas independentes.

Para a condução das entrevistas com os agricultores urbanos e periurbanos (AUPs) que não estão inseridos no Programa Horta Urbana de Jundiaí, foi utilizado o critério de saturação, uma abordagem amplamente reconhecida em metodologias qualitativas. O conceito de saturação teórica, proposto por Glaser e Strauss (1967) em sua obra *The Discovery of Grounded Theory*, refere-se ao ponto em que as informações coletadas durante as entrevistas deixam de trazer novos dados relevantes. A pesquisa não se estende indefinidamente e o número de entrevistas realizadas se justifica pela repetição de padrões nas respostas dos entrevistados.

Esse critério é particularmente eficaz em estudos que envolvem grupos sociais heterogêneos, como os agricultores urbanos que operam fora de programas formais. Segundo Charmaz (2006), a saturação teórica permite que o pesquisador compreenda a complexidade dos fenômenos sociais sem a necessidade de entrevistar todos os participantes possíveis, uma vez que as categorias centrais emergem com clareza após um determinado número de interações.

No caso da presente pesquisa, a aplicação desse critério permitiu identificar os principais desafios e motivações enfrentados por esses agricultores, sem que fosse necessário um número excessivo de entrevistas.

Além disso, a saturação teórica facilita a organização dos dados coletados, pois ajuda a determinar quando as informações obtidas são suficientes para a construção de categorias analíticas robustas. Em estudos como este, em que o foco está na compreensão das práticas independentes de AUPs fora do contexto institucional, o uso desse critério garante que os principais temas, como acesso a recursos, infraestrutura, e redes de apoio informais, sejam adequadamente explorados e categorizados. Dessa forma, evita-se a redundância nas informações e otimiza-se o processo de análise.

Outro aspecto importante ao utilizar o critério de saturação é a sua flexibilidade em relação ao tamanho da amostra. Como destacado por Guest, Bunce e Johnson (2006), a saturação pode ser atingida com um número relativamente pequeno de entrevistas, dependendo da homogeneidade ou heterogeneidade do grupo estudado. No caso dos agricultores urbanos de Jundiaí, as entrevistas revelaram padrões comuns de dificuldades e soluções práticas, o que indicou a saturação após oito entrevistas realizadas.

No processo de investigação, foram realizadas entrevistas com oito agricultores urbanos e periurbanos (AUPs) que não fazem parte do Programa Horta Urbana de Jundiaí. Esse número foi determinado com base no critério de saturação, em que, após a oitava entrevista, observou-se que as informações fornecidas pelos entrevistados passaram a se repetir, sem a introdução de novos dados relevantes.

Essa amostra permitiu uma análise representativa das experiências e desafios enfrentados por esses agricultores, assegurando que os principais temas relacionados à prática agrícola independente fossem devidamente explorados e categorizados.

Em resumo, o uso do critério de saturação para as entrevistas com os AUPs independentes em Jundiaí garantiu uma coleta de dados eficiente e significativa, permitindo uma análise profunda das dinâmicas sociais e econômicas sem comprometer a validade ou a diversidade das respostas.

Essa metodologia não apenas otimizou o processo de pesquisa, mas também assegurou que as narrativas centrais dos agricultores urbanos fossem compreendidas e devidamente representadas no estudo.

Do ponto de vista social, os agricultores urbanos e periurbanos que atuam fora do programa formal tem um perfil mais heterogêneo, com motivações que vão desde a subsistência até a produção para consumo familiar ou mesmo venda de excedentes. Esses indivíduos têm uma relação muito próxima com o território em que cultivam, muitas vezes mudando espaços degradados ou desocupados em áreas produtivas. A ressignificação do espaço é um elemento importante para entender essas práticas, já que elas envolvem a adaptação do ambiente urbano para atividades que não se alinham necessariamente ao uso esperado ou planejado pelas políticas públicas urbanas.

No caso dos agricultores urbanos independentes, a apropriação do espaço vai além das regulamentações oficiais, criando formas de resistência e adaptação em um contexto de marginalização e falta de recursos. Essas práticas transformam os espaços urbanos em "lugares" (Tuan, 1977), dotados de significado e valor para aqueles que neles trabalham.

Esses agricultores urbanos e periurbanos também enfrentam desafios sociais, como o estigma associado ao uso de espaços não casuais para a agricultura, além da precariedade de acesso à água, terra e ferramentas. A falta de uma rede formal de apoio muitas vezes leva esses agricultores a recorrerem a estratégias informais de cooperação, trocas e até solidariedade comunitária. Essas redes, embora eficazes em muitos casos, nem sempre oferecem o suporte necessário para a expansão ou a profissionalização da AUP fora do âmbito formal.

Em suma, as práticas de agricultores urbanos e periurbanos que atuam fora do Programa Horta Urbana revelam uma dinâmica social rica e complexa, marcada por desafios estruturais, mas também por uma resiliência significativa. Essas práticas apontam para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, que reconheçam e apoiem essas iniciativas inteligentes, possibilitando sua integração em uma rede mais ampla de AUP e promovendo a segurança alimentar e a sustentabilidade em áreas urbanas.

Ao realizar entrevistas com os oito agricultores urbanos e periurbanos (AUPs) que não fazem parte do programa Horta Urbana de Jundiaí, diversos perfis e dinâmicas produtivas foram identificados. Todos os AUPs apresentou que a principal razão para optar por não participar do programa é a burocracia, mas todos compartilham um envolvimento com a produção de hortaliças, sendo essa atividade fundamental tanto para o sustento quanto para a integração social e econômica.

Entre os entrevistados, a variedade de hortaliças cultivadas é ampla. Os principais produtos cultivados incluem alface crespa, alface mimosa, alface roxa, couve, cebolinha, salsa, rúcula, coentro, mandioca, almeirão e pimenta dedo de moça, que são amplamente aceitos pelo mercado local.

Alguns também se dedicam à produção de hortaliças mais específicas, como espinafre e ervas medicinais, como manjericão e hortelã. Essas plantas atendem a um público que busca produtos frescos e de qualidade, e todos os produtores expressaram satisfação em contribuir com a alimentação da comunidade ao seu redor.

Os AUPs entrevistados têm, em média, entre três e cinco anos de experiência no cultivo urbano. No entanto, dois agricultores destacaram que já produzem há mais de cinco anos, tendo iniciado suas atividades de forma experimental em pequenos terrenos e expandido ao longo do tempo com base nas demandas locais. A comercialização é realizada de maneira direta, principalmente para pequenos mercados, feiras locais e diretamente para consumidores que moram nas redondezas. Esse tipo de venda direta elimina intermediários e permite que os agricultores mantenham maior controle sobre o preço de seus produtos, o que lhes proporciona maior estabilidade financeira.

Em relação à decisão de não ingressar no Programa Horta Urbana, os motivos variaram. Alguns apontaram a burocracia associada à entrada no programa como uma barreira, enquanto outros disseram que já possuem uma base de clientes e infraestrutura própria para o cultivo, o que os faz sentir menos necessidade de integrar-se ao programa municipal. Um dos entrevistados mencionou que já tentou se inscrever, mas que a demora no processo de seleção e o número limitado de vagas disponíveis desmotivaram sua participação. Apesar de não estarem formalmente inseridos no programa, todos afirmaram apreciar as iniciativas da prefeitura para fortalecer a AUP no município.

Em termos de perfil profissional, cinco dos oito agricultores são aposentados que decidiram investir na AUP como uma forma de complementar a renda e manter uma atividade física e mentalmente estimulante. Eles relataram que, além do retorno financeiro, o cultivo lhes traz satisfação pessoal e contribui para o bem-estar. Dois entrevistados são autônomos, com a agricultura sendo sua principal fonte de renda, e um é assalariado que cultiva hortaliças em um terreno familiar nos finais de semana para consumo próprio e venda ocasional.

Uma questão que apareceu de forma recorrente nas entrevistas foi o prazer associado ao ato de produzir alimentos. Todos os entrevistados destacaram que a AUP lhes proporciona um senso de propósito, permitindo que se sintam parte de um movimento maior de autossuficiência e sustentabilidade. A proximidade com a terra e a capacidade de ver o fruto de seu trabalho em pouco tempo foram mencionados como grandes motivadores para continuar com a atividade.

No entanto, alguns desafios também foram levantados. A falta de acesso a equipamentos modernos e insumos agrícolas, bem como a necessidade de aprimorar técnicas de manejo sustentável, foram apontados como dificuldades que esses agricultores enfrentam. Muitos deles expressaram que, embora não façam parte do programa Horta Urbana, sentem que poderiam se beneficiar de treinamentos e assistência técnica oferecidos pela prefeitura ou por organizações parceiras.

Outro ponto relevante é que esses agricultores urbanos e periurbanos não têm o mesmo suporte logístico e institucional que aqueles inseridos no programa, o que os deixa mais vulneráveis a flutuações no mercado e a dificuldades financeiras. Mesmo assim, eles continuam a produzir de forma resiliente, investindo o que têm de tempo e recursos para manter suas pequenas hortas em funcionamento. A maioria destacou que, se houvesse menos barreiras para a entrada no programa, talvez tivessem interesse em participar no futuro.

Os AUPs entrevistados também manifestaram um forte vínculo com as comunidades ao seu redor. As hortas não apenas fornecem alimentos, mas também são um ponto de encontro social, em que vizinhos e clientes podem se encontrar, conversar e trocar informações sobre temas variados, desde o cultivo até questões cotidianas. Esse aspecto social é tão importante quanto o econômico, consolidando a AUP como uma prática com múltiplos benefícios.

Em resumo, as entrevistas revelaram um grupo de agricultores urbanos e periurbanos que, mesmo fora do programa Horta Urbana, são ativos e resilientes em sua prática agrícola. Eles enfrentam desafios, mas também se beneficiam das oportunidades que a proximidade com a cidade e o acesso direto ao consumidor proporcionam.

Com perfis variados, que vão desde seis aposentados até dois autônomos, mas todos compartilham a satisfação de produzir alimentos frescos e saudáveis para suas comunidades.

Além das questões já mencionadas, um ponto levantado nas entrevistas foi a questão da autonomia dos agricultores urbanos e periurbanos (AUPs) que não estão inseridos no programa Horta Urbana. Todos esses agricultores relataram que a agricultura, para eles, não representa

apenas uma fonte de renda ou subsistência, mas também uma forma de autogestão. Eles têm total controle sobre suas práticas, desde a escolha das culturas até o momento de comercializar os produtos. Para esses produtores, essa liberdade de ação é um diferencial importante, e em alguns casos, foi citado como um dos fatores que os afastaram do programa formal, que, por sua natureza, envolve mais regulamentações.

Outro dado é o modo como esses AUPs acessam e utilizam tecnologias agrícolas. Diferentemente dos agricultores que fazem parte de programas governamentais e, muitas vezes, recebem apoio técnico e logístico, os entrevistados que atuam de forma independente têm de buscar por conta própria maneiras de inovar em suas produções.

Alguns relataram que utilizam a *internet* e redes sociais para se informar sobre novas técnicas de cultivo, como a agricultura orgânica ou o uso de compostagem caseira, enquanto outros ainda mantêm métodos mais tradicionais, aprendidos ao longo dos anos em conversas com outros agricultores e/ou com parentes.

Ainda sobre a comercialização, foi possível perceber que, entre os agricultores entrevistados, existe uma grande variedade de estratégias de venda. Embora a venda direta para consumidores finais seja o método mais comum, alguns produtores mencionaram que vendem para pequenos comércios locais próximos da horta e para um feirante.

Além disso, dois agricultores urbanos e periurbanos fazem compras coletivas de insumos, o que permite uma redução nos custos de produção para cada agricultor individualmente. Os demais AUPs entrevistados compram quando é necessário de maneira individual.

Outro aspecto importante nas entrevistas foi a relação dos agricultores com o meio ambiente. Embora muitos desses AUPs não estejam formalmente inseridos em programas de sustentabilidade, como o Horta Urbana, eles demonstram uma consciência ambiental crescente. A maioria dos entrevistados relatou adotar práticas de cultivo que buscam minimizar o impacto ambiental, como o uso de fertilizantes naturais, o aproveitamento da água da chuva e a rotação de culturas para preservar o solo. Alguns afirmaram que optam por cultivar sem o uso de pesticidas químicos, mesmo que isso ocasionalmente reduza a produtividade, como uma maneira de garantir a saúde dos consumidores e preservar o ecossistema local.

As entrevistas também revelaram desafios comuns a esses agricultores independentes, como o acesso à terra. Muitos dos AUPs relataram que cultivam em terrenos alugados ou cedidos por terceiros, o que representa um risco à continuidade de suas atividades. Em alguns casos, o

aumento do preço dos aluguéis ou a especulação imobiliária nas áreas periurbanas forçaram agricultores a mudar de terreno ou até mesmo encerrar suas atividades. A insegurança em relação ao futuro da terra que ocupam foi uma preocupação comum, e alguns expressaram o desejo de um maior suporte governamental na obtenção de terrenos para cultivo a longo prazo.

Na foto 50 é mostrado uma vista ampla de uma horta urbana que se destaca pelo cultivo organizado e pela integração com a paisagem da cidade de Jundiaí de um dos oito agricultores urbanos e periurbanos entrevistado. Ao fundo, é possível observar a presença de moradias, indicando a proximidade entre a zona rural e a urbana, o que é uma característica forte da agricultura periurbana. Esta foto exemplifica a convivência harmônica entre a produção agrícola e o ambiente urbano, proporcionando alimentos frescos para a comunidade local.

Foto 50. Paisagem Produtiva e Integração Urbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A localização desta horta representa o conceito de **agricultura periurbana**, em que áreas de cultivo estão situadas nas periferias das cidades, permitindo o acesso facilitado a recursos

naturais como solo e água, ao mesmo tempo que mantém a proximidade com os centros urbanos para a distribuição dos alimentos. A proximidade com a cidade também favorece a mão de obra local, reduzindo o custo de transporte e incentivando práticas sustentáveis.

A disposição organizada das culturas de hortaliças demonstra a importância de práticas sustentáveis, como o manejo de irrigação e o uso eficiente do espaço. O programa Horta Urbana de Jundiaí também incentiva essas práticas, promovendo a agricultura de baixo impacto ambiental e a inclusão social por meio da valorização do trabalho agrícola local.

A foto 51 mostra uma pequena horta manejada de forma independente, fora do programa oficial de Hortas Urbanas de Jundiaí do segundo entrevistado. Ela apresenta uma estrutura elevada para o cultivo de hortaliças, como alface e cebola, comuns entre os agricultores urbanos e periurbanos (AUPs) da região que não estão integrados ao programa formal.

O uso dessas estruturas de madeira reflete um manejo mais artesanal e adaptado às condições locais, em que a elevação serve para evitar problemas de drenagem e facilitar o manejo das plantas.

Foto 51. Cultivo Independente e Produção Sustentável em Pequenas Hortas Periurbanas



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

A produção mostrada na foto 51 expõe que os AUPs não participantes do programa cultivam produtos primários voltados para o autoconsumo e/ou para a venda direta em pequenos mercados ou para vizinhos. A ausência de tecnologia avançada e de sistemas de irrigação automatizados expõem que as práticas são sustentáveis, mas com limitações de escalabilidade. Isso

reforça um aspecto comum entre esses agricultores: o foco na agricultura de subsistência e no comércio local.

Esses AUPs muitas vezes escolhem não integrar programas como o de Hortas Urbanas por uma série de razões, como a falta de tempo, recursos financeiros limitados para atender às exigências burocráticas ou simplesmente porque preferem manter sua produção em uma escala menor e mais gerenciável.

Outro fator que influencia essa decisão é a autonomia. Muitos produtores independentes gostam de ter controle total sobre sua horta, sem a necessidade de seguir diretrizes externas, o que lhes permite maior liberdade no planejamento e na execução de suas atividades agrícolas.

Esses AUPs, apesar de não estarem vinculados a programas governamentais, desempenham um papel importante na segurança alimentar local e no fornecimento de alimentos frescos para as comunidades urbanas. A continuidade dessas práticas independentes aponta para uma resiliência dessas formas de agricultura, que muitas vezes sobrevivem mesmo diante da urbanização crescente.

A foto 52 retrata uma área produtiva da AUP, em que se observam bananeiras frutificando ao lado de hortaliças do terceiro AUP entrevistado. Esse desenho reflete a diversificação típica de muitos agricultores que, mesmo fora do Programa Horta Urbana de Jundiaí, encontram na produção agrícola uma forma de garantir alimentos para subsistência e, muitas vezes, para geração de renda.

As bananeiras, é uma prática comum entre pequenos produtores pois o cultivo de frutíferas não exige tanta manutenção diária, permitindo que o produtor equilibre a produção de alimentos de ciclo curto, como alface, com culturas perenes.

Foto 52. Bananal e Hortaliças: Diversificação Produtiva em Espaços Periurbanos



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Essas AUPs que optaram por não integrar o programa formal de hortas urbanas de Jundiaí mencionam diversos motivos. Entre eles, é a autonomia que a produção independente proporciona, já que muitos desses agricultores preferem manter o controle total sobre seus métodos e vendas.

No entanto, esta decisão também está relacionada à burocracia envolvida na adesão ao programa, além da preferência por cultivares específicas que, em alguns casos, não estão alinhadas com os objetivos do programa municipal.

A diversificação produtiva, como se observar na imagem, traz vantagens significativas. Ao cultivar tanto frutíferas quanto hortaliças, o agricultor garante uma produção mais estável ao longo do ano, o que ajuda a mitigar os riscos decorrentes das variações climáticas ou do mercado.

Além disso, ao produzir alimentos como a banana e a alface, ele pode diversificar seus canais de venda, atendendo tanto consumidores finais em feiras quanto pequenos comerciantes locais.

Seis desses agricultores urbanos e periurbanos são aposentados que, após longos anos de trabalho, decidiram retornar à terra como forma de lazer e complemento de renda. Para eles, a prática agrícola oferece não apenas um sustento, mas também uma forma de conexão com a terra e com a natureza. Há um senso de bem-estar associado ao trabalho agrícola, o que faz com que muitos continuem cultivando, mesmo quando a produção não é a principal fonte de renda da família.

O quarto agricultor urbano e periurbano entrevistado, na foto 53 abaixo, é possível observar uma horta, em que predominam hortaliças como alface crespa em sua maioria e outras folhas verdes.

A infraestrutura simples e acessível reflete o perfil desses produtores, que, muitas vezes, utiliza terrenos familiares ou comunitários para produzir alimentos tanto para consumo próprio quanto para comercialização em pequena escala.

Foto 53. Práticas de Agricultura Urbana e Periurbana Independente: Sustentabilidade e Resistência



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Ao longo das entrevistas com os oito agricultores urbanos e periurbanos, foi comum ouvir relatos de AUPs que optaram por não se integrar ao Programa Horta Urbana, seja por desinformação, por sentir que o programa não atende às suas necessidades ou por manterem preferirem autonomia nas decisões de produção e venda.

Esse grupo, em sua maioria, vende suas hortaliças diretamente para consumidores em feiras locais ou para pequenos comerciantes da região, promovendo um ciclo curto de comercialização que fortalece a economia local.

Seis desses agricultores urbanos e periurbanos têm uma relação de longa data com a terra e com a produção de alimentos, estando envolvidos com o cultivo há vários anos, em alguns casos até por gerações. Mesmo sem fazer parte do programa oficial, eles continuam desempenhando um papel importante na segurança alimentar e na sustentabilidade urbana. A maioria deles não depende exclusivamente da agricultura para o sustento financeiro, sendo, em muitos casos, remunerados ou complementares que complementam sua renda com a venda de hortaliças.

Os AUPs demonstram grande satisfação em trabalhar com a terra, expressando orgulho por poder contribuir com alimentos frescos para a comunidade e por manter viva uma tradição agrícola em áreas urbanas e periurbanas que, de outra forma, poderiam ser apenas vagas de ocupação irregular ou de especulação imobiliário. O cultivo se torna, uma forma de resistência social e econômica, além de contribuir para a preservação ambiental.

O ciclo de vida dessas hortas, como pode ser observado na foto, representa uma luta diária pela sustentabilidade e pela integração do ambiente urbano com a agricultura, e cada AUP reflete essa busca através de suas práticas independentes e comunitárias.

O quinto AUP, conforme na foto 54, se destaca pela sua produção organizada e com maior demanda produtiva de hortaliças em relação aos demais agricultores urbanos e periurbanos entrevistados que não fazem parte do Programa Horta Urbana.

Foto 54. Produção de Hortaliças



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Este agricultor urbano entrevistado, além de produzir alfaces, também cultiva outros vegetais que não estão visíveis na imagem, mas que fazem parte de sua rotina agrícola, como couve, espinafre, cenoura, cebolinha, salsinha, coentro, almeirão, alface roxa, alface mimosa, mandioca, beringela e quiabo. Além de possuir arvores frutíferas como acerola, bananeira, jabuticabeira, limão cravo e limão taiti.

Mesmo não sendo beneficiado pelos incentivos do programa, ele comercializa seus produtos na própria horta e para um mercado no próprio bairro, além de vender também para um feirante. A proximidade com a comunidade faz com que sua produção tenha um papel importante na alimentação da população ao redor, especialmente por oferecer produtos frescos e livres de agrotóxicos.

Diferentemente dos produtores que recebem apoio institucional, esse AUP depende exclusivamente de recursos próprios e do conhecimento transmitido ao longo de gerações. Embora você queira trabalhar com a terra, ele relata que a falta de estrutura adequada e de incentivos financeiros limitam a expansão de sua produção. No entanto, a resiliência é uma característica marcante desses agricultores, que mesmo enfrentando desafios, continuam a cultivar a terra com orgulho e dedicação.

A escolha de continuar fora do Programa Horta Urbana de Jundiaí foi justificada pela burocracia envolvida e pela incompatibilidade com os requisitos exigidos, além da falta de tempo de ir fazer o curso de capacitação.

O sexto agricultor urbano e periurbano entrevistado, também possui uma produção variada de hortaliças e ervas medicinais, conforme se verifica na Foto 55.

Foto 55. Produção de Hortaliças e Ervas Medicinais em Jundiaí



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Na foto 55, as culturas estão organizadas de forma linear, com destaque para a plantação de alface, cebolinha e coentro, que apresentam um maior investimento financeiro e produtivo. Essa diversidade de produtos evidencia a capacidade de pequenos agricultores de integrar diferentes tipos de hortaliças em espaços reduzidos, aproveitando o terreno disponível ao máximo.

A cebolinha e o coentro, cultivados em fileiras, demonstram a versatilidade das práticas agrícolas desse produtor, que soube adequar sua produção às condições locais. O uso de alvenaria para a separação das parcelas foi uma estratégia de manejo que visou otimizar o crescimento das plantas e facilitar o controle da irrigação e das pragas.

Além disso, a inclusão de alface, em diferentes fases de desenvolvimento, foi apontada pelo entrevistado que é para uma colheita planejada, o que é importante para garantir uma oferta contínua de produtos frescos.

Outro ponto a se destacar é a presença de bananeiras ao fundo, mostrando como este agricultor utiliza o espaço para produção mista. As árvores frutíferas agregam valor ao cultivo de hortaliças, contribuindo para a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, promovendo a biodiversidade no espaço periurbano. Essa combinação de culturas é um exemplo claro de resiliência alimentar, com o agricultor diversificando suas fontes de renda e nutrição.

A horta reflete a importância da AUP na promoção da segurança alimentar das cidades. Ao cultivar uma gama de alimentos, o agricultor contribui para o fortalecimento da cadeia de suprimentos local, reduzindo a dependência de grandes mercados e gerando impacto direto nas comunidades adjacentes.

Na foto 56, observamos a horta doméstica do sétimo agricultor urbano aposentado, que escolheu cultivar alimentos no fundo de sua própria casa, sem pretensões de escalar a produção para feiras ou mercados.

Seu foco é na saúde mental e no uso produtivo do tempo, já que o cultivo serve como uma forma de distração e bem-estar. Ele opta por compartilhar sua produção de forma restrita, vendendo apenas para os vizinhos da mesma rua.

Foto 56. Diversificação de Culturas na Agricultura Urbana e Periurbana



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Entre as hortaliças cultivadas, destaca-se o cultivo de couve e a alface crespa, além de outros vegetais que ocupam o pequeno espaço de maneira organizada. A escolha por variedades nutritivas reforça a ideia de que, mesmo em espaços reduzidos, é possível manter uma horta que contribui significativamente para uma alimentação saudável. Apesar de ser aposentado e sem a necessidade de vender em grande escala, ele vê no cultivo uma maneira de manter-se ativo.

Este AUP, embora tenha sido convidado a integrar o "Programa Horta Urbana", prefere manter-se fora da iniciativa, pois acredita que o programa não atende às suas necessidades ou intenções. Ele demonstra que a AUP pode ser, além de um meio de subsistência, uma ferramenta para o bem-estar mental e social.

O oitavo agricultor urbano e periurbano entrevistado cultiva suas hortaliças no quintal de sua casa e vende apenas para os vizinhos do bairro.

Como na foto 57 apresentada, sua horta é composta por canteiros que incluem alface crespa, beterraba, couve e diversas outras plantas. A variedade de culturas em pequenos espaços demonstra sua habilidade em produzir de forma eficiente, mesmo em um ambiente limitado.

Ele decidiu não se juntar ao Programa Horta Urbana, que oferece apoio a agricultores urbanos, pois acredita que o programa não é necessário para sua realidade. Para ele, a produção limitada que ele realiza já atende às suas expectativas pessoais e à demanda do bairro, além de proporcionar uma sensação de independência e controle sobre sua produção. Ele menciona que, para sua situação, o programa poderia trazer uma burocratização que ele considera desnecessária.

O AUP considera que o cultivo é mais uma prática para distração e bem-estar mental do que uma fonte de renda significativa. Assim, ele prefere manter suas operações em pequena escala, sem grandes compromissos ou exigências externas.

A simplicidade de sua prática permite que ele tenha um ritmo de vida tranquilo e foque no relacionamento direto com os vizinhos, os quais confiam na qualidade de seus produtos.

Foto 57. Produção Sustentável no Quintal: Uma Alternativa para Saúde e Bem-Estar



Fonte: Alan da Silva Vinhaes, 2024.

Essa escolha demonstra a diversidade de perfis e interesses dentro da AUP. Enquanto alguns agricultores buscam expandir suas atividades, outros, como o oitavo entrevistado, encontram satisfação em uma abordagem mais modesta e voltada para o bem-estar pessoal e comunitário.

Ao longo deste item, foram apresentados os perfis de oito agricultores urbanos e periurbanos de Jundiaí que, apesar de suas práticas consistentes de cultivo, decidiram não aderir ao Programa Horta Urbana. Suas motivações são variadas, mas um ponto comum entre todos é o desejo de manter suas atividades de maneira independente e focada nas necessidades locais ou pessoais.

Os primeiros AUPs, por exemplo, se destacaram pela produção para consumo próprio e venda em pequena escala, com ênfase na sustentabilidade e na proximidade com seus clientes, que são, em sua maioria, vizinhos e conhecidos.

Essas hortas, que incluem desde alfaces a cebolinhas e couves, demonstram o uso eficiente dos espaços urbanos disponíveis, transformando quintais em verdadeiros polos de produção alimentar. A venda direta para vizinhos cria laços comunitários, mas, para esses agricultores, expandir sua produção para feiras ou mercados maiores não faz parte de seus planos.

Outro aspecto importante é o cultivo que proporciona bem-estar mental e ocupação para muitos desses agricultores urbanos e periurbanos, especialmente para os aposentados. A produção agrícola é vista como uma atividade que vai além do lucro econômico, oferecendo um espaço de distração e saúde mental. Essa abordagem destaca a importância do cultivo urbano também como

uma ferramenta de qualidade de vida, fortalecendo o sentimento de pertencimento e utilidade na comunidade.

Os AUPs, no entanto, preferem não participar de programas governamentais ou projetos que poderiam formalizar e ampliar suas atividades. As razões vão desde a falta de necessidade de apoio técnico e financeiro até a aversão à burocracia envolvida em iniciativas públicas. Para eles, o atual modelo de operação já atende satisfatoriamente às suas expectativas, seja no que diz respeito ao rendimento ou aos benefícios pessoais que a atividade proporciona.

A decisão de não integrar o Programa Horta Urbana também reflete o desejo desses agricultores urbanos e periurbanos de manterem suas práticas simples e acessíveis, sem a necessidade de expandir suas operações ou lidar com exigências externas. Essa escolha revela uma forte autonomia por parte desses produtores, que preferem controlar completamente o ritmo e a escala de suas atividades agrícolas.

Em síntese, os oito agricultores entrevistados denotam a diversidade de perfis de agricultores urbanos e periurbanos em Jundiaí. Mesmo sem fazer parte de iniciativas institucionais, suas práticas são igualmente importantes para a comunidade, fortalecendo a economia local e contribuindo para a segurança alimentar de suas redes de vizinhança.

Ao manterem suas atividades em pequena escala e focadas em suas próprias motivações, eles evidenciam a pluralidade de formas com que a AUP pode ser praticada e integrada ao cotidiano da cidade.

Além da produção de alimentos, um aspecto que merece destaque é o impacto ambiental positivo gerado por essas hortas urbanas e periurbanas, mesmo as que não fazem parte de programas formais. Ao ocupar espaços que poderiam ser subutilizados ou abandonados, esses agricultores contribuem para a redução da degradação ambiental e para o melhor aproveitamento do solo.

As hortas ajudam a combater a impermeabilização dos terrenos urbanos, promovendo uma maior absorção de água, além de auxiliar no controle da temperatura e na melhora da qualidade do ar, através da vegetação cultivada.

Outro ponto importante que ainda não foi mencionado é o papel educativo dessas hortas dentro das comunidades. Mesmo que muitos desses agricultores não estejam formalmente envolvidos em programas institucionais, suas práticas cotidianas acabam inspirando e ensinando

seus vizinhos e familiares sobre técnicas agrícolas, a importância da alimentação saudável e o cuidado com o meio ambiente.

Essas hortas funcionam como pequenos centros de conhecimento, onde a experiência e o saber popular são compartilhados de maneira informal, mas extremamente valiosa para a disseminação de práticas sustentáveis.

Essas reflexões finais ressaltam a importância de considerar múltiplas abordagens dentro da AUP, respeitando as escolhas e as necessidades de cada agricultor. Mesmo fora do programa formal, suas contribuições para a resiliência alimentar e para o fortalecimento comunitário são inegáveis, mostrando o potencial transformador da agricultura em escala local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa abordam, inicialmente, os conceitos de "lugar" e "urbanização difusa" como chaves para entender as transformações no espaço periurbano de Jundiaí, São Paulo. O conceito de lugar, conforme argumentado por Yi-Fu Tuan, vai além de uma simples coordenada geográfica. Ele envolve relações humanas e culturais que moldam a identidade de um território.

O lugar é um espaço carregado de significados, resultado das interações sociais e dos processos históricos que ocorrem nele. No caso de Jundiaí, o espaço periurbano não é apenas uma área de transição entre o urbano e o rural, mas um território repleto de memórias, práticas agrícolas e redes sociais, que são moldadas pela urbanização e pelas dinâmicas sociais da região.

A urbanização difusa, por sua vez, se refere a um padrão de crescimento urbano que se dá de maneira dispersa, sem um planejamento centralizado, o que resulta em uma ocupação territorial fragmentada.

Esse fenômeno é bastante observado em Jundiaí, em que o espaço periurbano tem sido progressivamente ocupado por empreendimentos imobiliários, áreas industriais e infraestrutura urbana, ao mesmo tempo em que ainda mantém atividades agrícolas tradicionais. Essa dualidade cria tensões entre o uso da terra para fins agrícolas e a pressão por expansão urbana, sendo um dos principais desafios para a preservação da AUP no município.

A análise documental e a literatura regional apontam que Jundiaí manifesta, ao longo de sucessivas décadas, processos de transformação espacial coerentes com a noção de urbanização difusa — entendida como expansão e penetração da lógica urbana sobre áreas historicamente rurais, produzindo territórios híbridos e fragmentados. Estudos dedicados especificamente ao periurbano jundiaiense descrevem a emergência de padrões de ocupação onde usos agrícolas, residenciais e infraestruturas urbanas se sobrepõem, configurando uma paisagem de transição na qual a delimitação tradicional entre “cidade” e “campo” torna-se problemática.

A evidência cartográfica corrobora essa leitura: trabalhos de mapeamento e sensoriamento remoto realizados para a região de Jundiaí-Atibaia também mostraram expansão das manchas urbanas em direção a áreas periurbanas e rurais, processo que, em nível metodológico, legitima a caracterização de urbanização difusa por meio da comparação temporal das feições de uso do solo. Esses levantamentos sinalizam não apenas um acréscimo de área urbanizada, mas também a ocorrência de ocupações descontínuas e de novas polaridades de uso do solo que rompem com a antiga malha urbana compacta.

No plano normativo e de planejamento, o próprio Plano Diretor de Jundiaí (Lei n.º 9.321/2019) favorece a articulação do desenvolvimento urbano e rural, reconhecendo a necessidade de instrumentos de gestão para áreas de transição e indicando a existência de dinâmicas territoriais que escapam à simples divisão urbano/rural. A presença, nas normas municipais, de dispositivos específicos para ordenar usos e proteger funções rurais frente à pressão urbana fornece evidência institucional de que a administração local reconhece — e procura mitigar — processos de incorporação e de reconfiguração espacial típicos da urbanização difusa.

A literatura acadêmica recente sobre Jundiaí reforça essa interpretação ao caracterizar o periurbano como espaço de plurifuncionalidade, resultado de transformações iniciadas sobretudo a partir da segunda metade do século XX e intensificadas nas últimas décadas. Trabalhos de revisão e estudos de caso indicam que a pressão por loteamentos, a expansão de malhas viárias e a difusão de usos residenciais e industriais produziram uma cartografia do território em que parcelas rurais convivem com usos urbanos, exigindo procedimentos de mapeamento e classificação do uso do solo que incorporem essa heterogeneidade.

No campo das políticas e das práticas públicas, as iniciativas voltadas à agroprodução em contextos urbanos e de transição — como o Programa Horta Urbana e outras intervenções de requalificação de áreas públicas — ilustram a materialidade dessas transformações. Embora não sejam sinônimo de urbanização difusa, esses programas evidenciam que a cidade atua sobre o rural por meio de instrumentos de gestão e de novos usos do solo, convertendo terrenos públicos e áreas residuais em espaços com funções produtivas, educativas e sociais. A existência e a regulamentação de tais programas compõem as facetas institucionais e práticas do processo de reconfiguração periurbana.

Os elementos empíricos e documentais disponíveis apontam de maneira consistente para a presença, em Jundiaí, de dinâmicas próprias da urbanização difusa: expansão da mancha urbana, ocupação periurbana de uso misto, pluralidade de atores e demandas por instrumentos normativos específicos.

No entanto, é preciso sublinhar a distinção entre identificação qualitativa do fenômeno e sua quantificação rigorosa: a comprovação exaustiva da intensidade espacial, da cronologia e dos impactos socioeconômicos exige (e recomenda-se) um esforço metodológico complementar, baseado em séries temporais de imagens de satélite, mapas comparativos de uso do solo e

levantamento de campo que permitam mensurar taxas de conversão de uso e mensurar a extensão efetiva da difusão urbana no território municipal.

No espaço periurbano de Jundiaí, as práticas agrícolas convivem com a expansão urbana, gerando um território híbrido, em que o rural e o urbano se misturam. Essa área, muitas vezes vista como "zona de transição", é marcada pela presença de pequenas propriedades, agricultores familiares e produtores que operam em pequena escala.

No entanto, esse espaço não é isento das pressões do mercado imobiliário e da industrialização, o que coloca em risco a continuidade das práticas agrícolas, ao mesmo tempo em que abre espaço para novos atores e novas formas de organização produtiva.

Outro ponto relevante é que a urbanização difusa em Jundiaí não segue um padrão único. Existem áreas em que a ocupação é mais densa e estruturada, enquanto outras mantêm características mais rurais. Essa heterogeneidade faz com que a gestão do território seja complexa, exigindo políticas públicas que consigam equilibrar os interesses urbanos e rurais.

No entanto, a falta de políticas de planejamento territorial mais integradas muitas vezes deixa os agricultores em uma posição de vulnerabilidade, já que suas práticas podem ser interrompidas ou deslocadas pelo avanço urbano.

A análise do espaço periurbano de Jundiaí mostra que a AUP não é apenas uma questão de produção de alimentos, mas também de resistência territorial. Os agricultores que optam por continuar suas atividades nesse espaço estão, de certa forma, lutando contra a homogeneização do território imposta pela urbanização. A AUP desempenha um papel fundamental na manutenção da diversidade do uso da terra, contribuindo para a resiliência territorial e a segurança alimentar da cidade.

O conceito de urbanização difusa também nos leva a refletir sobre as desigualdades territoriais presentes no espaço periurbano. Enquanto algumas áreas recebem investimentos em infraestrutura urbana, outras permanecem marginalizadas, sem acesso adequado a serviços básicos, como água e saneamento.

Para muitos agricultores, essa falta de infraestrutura é um obstáculo significativo, limitando sua capacidade produtiva e dificultando a comercialização de seus produtos. A AUP em Jundiaí não apenas enfrenta as pressões da urbanização, mas também as dificuldades decorrentes da desigualdade territorial.

Além disso, o crescimento desordenado observado na urbanização difusa afeta diretamente a paisagem local. Áreas que antes eram exclusivamente agrícolas agora abrigam conjuntos residenciais e fábricas, o que provoca mudanças na dinâmica socioeconômica e ambiental da região.

Essa transformação gera novos desafios para os agricultores, que precisam adaptar suas práticas a um ambiente cada vez mais urbanizado e com menos espaço para o cultivo. No entanto, essa mudança também abre novas possibilidades, como a integração de práticas agrícolas sustentáveis em áreas urbanizadas, o que pode ser um caminho para a coexistência entre a agricultura e o desenvolvimento urbano.

As práticas agrícolas no espaço periurbano de Jundiaí também são influenciadas por uma rede de interações sociais e econômicas que transcendem os limites do território. Os agricultores periurbanos, mesmo não fazendo parte do "Programa Horta Urbana", muitas vezes mantêm relações com mercados locais, feiras e consumidores de áreas urbanas.

Essas redes são fundamentais para a sustentabilidade da AUP, já que permitem a circulação de produtos e saberes, fortalecendo a economia local e a conexão entre o campo e a cidade. O espaço periurbano de Jundiaí se configura como um ponto de interseção entre diferentes dinâmicas, em que o rural e o urbano se encontram e se transformam mutuamente.

Outro aspecto que merece atenção é a questão ambiental. A urbanização difusa frequentemente provoca a degradação ambiental, com a ocupação desordenada de áreas de preservação e o aumento da poluição do solo e da água. No entanto, a AUP pode atuar como uma estratégia de mitigação desses impactos, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que ajudam a preservar o solo, a água e a biodiversidade local.

Em Jundiaí, muitos dos agricultores entrevistados demonstraram preocupação com a sustentabilidade de suas práticas, adotando técnicas como a compostagem e o uso racional da água, o que mostra o potencial da AUP como uma aliada na conservação ambiental.

O conceito de lugar também nos ajuda a entender como os agricultores periurbanos de Jundiaí se relacionam com o território que ocupam. Para muitos deles, a terra não é apenas um meio de produção, mas um espaço carregado de significado, em que as tradições familiares e culturais são mantidas.

A agricultura, é uma forma de manter viva a identidade local, resistindo às transformações impostas pela urbanização. O espaço periurbano se torna não apenas um local de produção agrícola,

mas um lugar de pertencimento e resistência, em que a memória e a identidade são cultivadas junto com os alimentos.

O estudo do espaço periurbano de Jundiaí também revela a importância de políticas públicas mais integradas, que levem em consideração as especificidades desse território. A urbanização difusa, como já mencionado, gera tensões entre o urbano e o rural, e essas tensões precisam ser mediadas por políticas que reconheçam o valor da AUP para a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana. Isso inclui não apenas a criação de programas como o "Horta Urbana", mas também o apoio a iniciativas autônomas e a implementação de políticas de proteção territorial que garantam o direito dos agricultores de permanecer em suas terras.

O conceito de lugar, aliado à compreensão da urbanização difusa, é importante para analisar as transformações do espaço periurbano e o papel da AUP nesse contexto. Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que a AUP não é apenas uma prática produtiva, mas também uma forma de resistência territorial e uma estratégia para a construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas.

As definições e tipologias da AUP são vastas e abrangem diferentes formas de práticas agrícolas em espaços urbanos e periféricos. A AUP é geralmente definida como o cultivo de alimentos e criação de animais dentro e ao redor de áreas urbanas, promovendo a produção local de alimentos em escalas diversas, que variam de pequenas hortas caseiras a grandes iniciativas comunitárias ou empresariais.

A tipologia da AUP inclui, por exemplo, hortas domésticas, hortas comunitárias, produção em telhados, jardins verticais, além da criação de pequenos animais e apicultura em zonas urbanas. Essa prática não se limita apenas à produção de alimentos, mas envolve também questões sociais, culturais e econômicas, conectando as cidades ao meio ambiente de maneira sustentável.

No contexto global, a AUP tem se tornado uma ferramenta estratégica para enfrentar desafios como a insegurança alimentar, a urbanização crescente e as mudanças climáticas. Em grandes cidades ao redor do mundo, como Nova York, Havana e Tóquio, a AUP surge como uma resposta eficaz para promover a resiliência das populações urbanas, fornecendo alimentos frescos, reduzindo o desperdício e melhorando a gestão dos resíduos orgânicos.

Além disso, a AUP tem contribuído para o fortalecimento de comunidades locais, incentivando práticas colaborativas, promovendo a educação ambiental e proporcionando áreas verdes dentro das cidades, que melhoram a qualidade de vida dos habitantes.

A compreensão da AUP como fenômeno multifuncional também foi significativamente ampliada durante o estágio de doutorado sanduíche realizado na Universidad de Alicante, na Espanha, no âmbito da bolsa do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), com duração de doze meses.

A experiência internacional permitiu não apenas o aprofundamento teórico acerca da AUP em contextos europeus, mas também a observação empírica de práticas, políticas públicas e formas de organização territorial distintas daquelas encontradas no contexto brasileiro. O contato com a literatura especializada produzida na Espanha e em outros países europeus, bem como o intercâmbio acadêmico com pesquisadores da Universidad de Alicante, contribuiu para ampliar a compreensão da AUP para além de sua dimensão produtiva, evidenciando sua articulação com questões relacionadas ao ordenamento territorial, sustentabilidade ambiental e governança.

Além do aprofundamento teórico, o estágio possibilitou a realização de pesquisa de campo junto aos AUP em Alicante, assim como o diálogo com agentes institucionais vinculados à gestão agrícola e territorial. Essa vivência empírica foi fundamental para consolidar a perspectiva comparativa adotada nesta tese, permitindo identificar aproximações e contrastes entre as experiências observadas em Alicante e aquelas analisadas em Jundiaí.

Embora, em ambos os contextos, a AUP se relacione à sustentabilidade, à produção de alimentos e ao fortalecimento de sistemas alimentares locais, observam-se especificidades territoriais importantes. Em Jundiaí, a AUP apresenta forte vínculo com políticas públicas municipais voltadas à inclusão social, geração de renda e segurança alimentar, especialmente por meio do Programa Horta Urbana.

Já em Alicante, a análise evidenciou maior centralidade das discussões relacionadas ao ordenamento territorial, à preservação de áreas agrícolas frente à expansão urbana, à gestão hídrica e à multifuncionalidade dos espaços agrícolas periurbanos. Essas diferenças reforçam que a AUP não constitui um modelo homogêneo, mas assume configurações distintas conforme os contextos institucionais, socioeconômicos e ambientais em que se desenvolve.

Assim, a experiência proporcionada pelo PDSE não se configurou apenas como etapa complementar da formação acadêmica, mas como elemento estruturante para o amadurecimento analítico da pesquisa e para a consolidação de uma leitura mais ampla e internacionalizada sobre a AUP.

No Brasil, a AUP tem passado por uma transformação nas últimas décadas. Historicamente, a agricultura no Brasil foi predominantemente rural, focada em grandes latifúndios voltados à exportação.

Com o avanço da urbanização e a crescente concentração populacional nos grandes centros, emergiu a necessidade de repensar os modos de produção e abastecimento alimentar nas cidades brasileiras. No entanto, é importante reconhecer que a atual valorização da AUP em municípios como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro não surge de forma isolada, mas se apoia em processos históricos de ordenamento territorial e de políticas públicas voltadas à preservação dos cinturões verdes que circundam essas metrópoles. Esses cinturões, estabelecidos em décadas anteriores, resultaram de estratégias estatais voltadas à contenção da expansão urbana e à manutenção de áreas agrícolas próximas aos centros consumidores.

Nas últimas décadas, o que se observa é a reconfiguração dessas áreas e políticas sob novas perspectivas, incorporando temas como segurança alimentar, economia solidária e inclusão social. Programas municipais e iniciativas legislativas, inclusive projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, buscam atualizar o papel dessas zonas de produção, associando-as à mitigação das desigualdades socioeconômicas e à ampliação do acesso a alimentos frescos e saudáveis.

Nesse contexto, a AUP contemporânea se apresenta menos como uma novidade e mais como uma reinterpretação de estruturas históricas que sempre fizeram parte da dinâmica territorial e alimentar das grandes cidades brasileiras.

A AUP no Brasil envolve uma série de atores sociais, incluindo agricultores familiares, ONGs, movimentos sociais, governos municipais e, mais recentemente, a iniciativa privada. Esses atores contribuem para o desenvolvimento e a manutenção de práticas agrícolas urbanas que, além de promover a alimentação saudável, ajudam a fortalecer a economia local.

Apesar dos avanços, a AUP no Brasil ainda enfrenta desafios, como a regularização fundiária, a falta de apoio técnico e a necessidade de maior integração entre as diferentes esferas de governo para garantir a sustentabilidade dessas iniciativas.

Algumas questões fundamentais foram delineadas na **Introdução** da pesquisa tais como: Qual a importância do Programa Horta Urbana para o desenvolvimento da AUP em Jundiaí? O Programa Horta Urbana contribui para fortalecer a economia solidária e promover a segurança alimentar? Quais são as características gerais da AUP em Jundiaí? O poder público municipal de Jundiaí desenvolve ações efetivas para fomentar a AUP?

Em Jundiaí, o “Programa Horta Urbana” tem como objetivo a implementação de hortas comunitárias em bairros urbanos, promovendo a inclusão social, a educação ambiental e a segurança alimentar. As hortas comunitárias de Jundiaí oferecem um espaço de convivência e aprendizado, em que os moradores podem cultivar seus próprios alimentos de maneira sustentável, ao mesmo tempo em que fortalecem os laços comunitários e o cuidado com o meio ambiente.

As considerações finais desta pesquisa reforçam a importância da AUP como uma estratégia relevante para o enfrentamento dos desafios urbanos contemporâneos, como a insegurança alimentar e a pressão da urbanização sobre os territórios rurais.

O "Programa Horta Urbana" de Jundiaí não apenas melhora o acesso a alimentos frescos, mas também atua como um espaço de educação e conscientização ambiental, especialmente para as gerações mais jovens.

O programa incentiva a participação ativa dos cidadãos na manutenção das hortas, promovendo o aprendizado sobre o cultivo de alimentos, o uso responsável da água e a compostagem de resíduos orgânicos. Essa abordagem colaborativa reforça a noção de que a AUP pode ser uma ferramenta na construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios concretos para a segurança alimentar.

Em termos de desafios, o “Programa Horta Urbana” enfrenta algumas dificuldades, como a escassez de recursos financeiros e a necessidade de maior apoio técnico e institucional. Além disso, a expansão das áreas urbanas e a especulação imobiliária representam ameaças à manutenção e ampliação das áreas dedicadas às hortas comunitárias. No entanto, o programa tem obtido sucesso em criar um modelo de AUP inclusiva e participativa, que pode servir de inspiração para outras cidades no Brasil e no mundo.

A AUP em Jundiaí, através do “Programa Horta Urbana”, mostra que é possível integrar práticas agrícolas em áreas urbanas de maneira sustentável, promovendo não apenas a segurança alimentar, mas também a coesão social e a educação ambiental.

No entanto, um ponto significativo que surgiu durante as entrevistas com agricultores urbanos e periurbanos que não fazem parte do "Programa Horta Urbana" é a variedade de motivos que levam esses produtores a não aderirem ao programa. Essa diversidade ressalta a necessidade de políticas públicas mais adaptáveis e inclusivas, capazes de respeitar as especificidades de cada contexto.

Um aspecto importante que a pesquisa destaca é que muitos dos entrevistados não veem a necessidade de formalizar suas práticas agrícolas através do programa governamental. Como observado nas entrevistas, a AUP é uma prática de subsistência ou uma forma de terapia e ocupação de tempo, especialmente para os aposentados.

A falta de interesse em participar do "Programa Horta Urbana" não está necessariamente ligada a uma crítica ao programa em si, mas sim à percepção de que a formalização ou ampliação de suas atividades não é necessária para seus objetivos pessoais. Isso levanta questões sobre a flexibilidade dos programas governamentais e a necessidade de apoio que vá além da formalização, incentivando práticas mais autônomas e descentralizadas.

Outro ponto que emergiu durante a pesquisa é a importância da autonomia para muitos agricultores urbanos e periurbanos. Alguns dos entrevistados demonstraram uma forte preferência por manter suas atividades de maneira independente, sem a necessidade de seguir regulamentos ou participar de um programa formal. Isso se alinha a um desejo de autossuficiência e a uma percepção de que as demandas burocráticas poderiam interferir no modo de vida que eles construíram.

Esses agricultores urbanos e periurbanos veem sua prática agrícola não apenas como uma forma de produção alimentar, mas como uma extensão de seu estilo de vida, na qual o controle sobre o ritmo e a escala da produção é fundamental.

Apesar de a AUP ser frequentemente associada à produção para subsistência, muitos dos agricultores entrevistados possuem uma pequena rede de distribuição dentro de suas próprias comunidades. Esses produtores vendem o excedente de sua colheita para vizinhos ou parentes, criando uma economia informal baseada na confiança e nas relações pessoais. No entanto, ao optarem por não participar do "Programa Horta Urbana", eles também evitam os compromissos e exigências que poderiam advir de uma produção em maior escala ou de uma comercialização mais formal. Isso expõe que, além da função produtiva, essas hortas desempenham um papel social relevante, ajudando a fortalecer laços comunitários e contribuindo para uma economia local mais justa e inclusiva.

Um outro aspecto que se destacou durante as entrevistas é a importância do conhecimento local e da experiência prática desses agricultores, muitos dos quais cultivam suas terras há décadas. Mesmo sem o suporte técnico ou institucional oferecido por programas como o "Horta Urbana", esses agricultores demonstram uma ampla compreensão das dinâmicas da terra e das técnicas de cultivo, muitas vezes adquiridas por meio da prática empírica e da troca de saberes com outros

agricultores. Isso ressalta a importância do conhecimento local e tradicional na promoção de uma agricultura sustentável, e sugere que as políticas públicas poderiam se beneficiar de uma abordagem mais colaborativa, que reconheça e valorize esses saberes.

Além disso, o uso de técnicas simples e sustentáveis também é um traço comum entre os agricultores entrevistados. Eles frequentemente utilizam práticas como a compostagem de resíduos orgânicos e o reaproveitamento de água, o que não apenas reduz os custos de produção, mas também minimiza o impacto ambiental de suas atividades.

Essas práticas sustentáveis são um exemplo de como a AUP pode contribuir para a construção de cidades mais verdes e resilientes. No entanto, o estudo também destaca que a falta de infraestrutura, como acesso à água de qualidade e a insumos agrícolas acessíveis, é um desafio para muitos desses produtores, o que limita seu potencial produtivo.

Uma recomendação para o Programa Horta Urbana é o fortalecimento do apoio técnico e logístico aos agricultores urbanos e periurbanos, com a ampliação da frequência de visitas técnicas e a oferta de capacitações contínuas sobre técnicas de cultivo sustentável e manejo integrado de pragas. Essas ações visam não só aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos, mas também incentivar a adoção de práticas ambientalmente corretas e economicamente viáveis. Além disso, a criação de uma rede de comunicação entre os participantes do programa facilitaria a troca de conhecimentos, experiências e insumos, promovendo uma comunidade mais coesa e resiliente.

A relação entre a AUP e o planejamento urbano também é uma questão central para a pesquisa. Em Jundiaí, como em muitas outras cidades brasileiras, o rápido crescimento urbano tem pressionado as áreas rurais, reduzindo o espaço disponível para a agricultura. Essa dinâmica resulta em um conflito entre o uso da terra para fins agrícolas e o desenvolvimento urbano, e revela a necessidade de políticas de zoneamento que integrem de maneira mais eficaz as áreas rurais e urbanas. A pesquisa sugere que a AUP poderia ser integrada ao planejamento urbano de maneira mais estratégica, não apenas como uma solução temporária para a produção de alimentos, mas como uma parte fundamental da infraestrutura verde das cidades.

Outro fator a ser considerado é a percepção dos agricultores sobre o futuro de suas práticas. Muitos dos entrevistados expressaram preocupações com a continuidade de suas atividades devido à falta de apoio governamental ou ao aumento dos custos relacionados à produção.

No entanto, também foi possível perceber um certo otimismo em relação ao papel que a AUP pode desempenhar na construção de um futuro mais sustentável e saudável para as cidades. Com o apoio certo, essas práticas poderiam se expandir e beneficiar ainda mais as comunidades locais, além de contribuir para a resiliência alimentar em tempos de crise.

A pesquisa evidencia que a AUP em Jundiaí não é uma prática homogênea. As motivações, os desafios e os objetivos dos agricultores são variados, e isso se reflete nas diferentes formas de produção e comercialização que foram observadas.

Essa diversidade destaca a importância de políticas públicas que sejam flexíveis e inclusivas, capazes de atender às necessidades de diferentes tipos de agricultores e de promover uma AUP que seja acessível a todos. Ao longo deste estudo, ficou claro que a AUP desempenha um papel importante não apenas na produção de alimentos, mas também na construção de comunidades mais coesas e na promoção de uma urbanização mais sustentável.

As considerações finais desta pesquisa apontam para a necessidade de uma maior valorização da AUP no contexto das políticas públicas e do planejamento urbano em Jundiaí. Embora o "Programa Horta Urbana" represente um passo importante na promoção dessas práticas, ele não atende a todos os agricultores, o que reforça a importância de soluções mais diversificadas e flexíveis.

O estudo da AUP em Jundiaí-SP revela-se uma análise densa e multifacetada, marcada por expressivas dimensões sociais e territoriais. As evidências observadas indicam que o engajamento da população nessas práticas ultrapassa a lógica produtiva e assume contornos simbólicos, econômicos e comunitários. Trata-se de um movimento que reaproxima o ser humano da terra e ressignifica o uso do espaço urbano, ao mesmo tempo em que expõe as contradições impostas pelo avanço da urbanização e pelas desigualdades que dela emergem.

Além disso, é importante ressaltar que o programa "Horta Urbana", embora ofereça suporte institucional para muitos agricultores urbanos, não abrange todos os indivíduos envolvidos na prática. Muitos agricultores preferem manter suas atividades de maneira independente, expondo a existência de diferentes motivações e abordagens em relação à produção de alimentos nas cidades.

Entre os entrevistados, foi possível observar uma diversidade de perfis e de práticas agrícolas. Alguns agricultores urbanos e periurbanos, como já discutido, têm suas motivações voltadas para o uso recreativo da terra, buscando principalmente o bem-estar psicológico e a

ocupação de tempo. Esses indivíduos, em sua maioria aposentados, valorizam o contato direto com a terra, utilizando a produção para consumo próprio ou para vendas limitadas a vizinhos.

Nesse contexto, a escolha por não participar do "Programa Horta Urbana" aparece como uma forma de manter o controle sobre suas atividades, sem o compromisso de aderir a regulamentos ou processos burocráticos. Este grupo considera suas atividades agrícolas como uma extensão de sua rotina pessoal, e não como uma prática que exija expansão ou formalização.

Por outro lado, há agricultores que, mesmo reconhecendo os benefícios oferecidos pelo programa institucional, optam por manter a autonomia devido às limitações percebidas na oferta de infraestrutura e no alcance das políticas públicas voltadas à AUP. Alguns dos entrevistados mencionaram que o programa, apesar de sua proposta promissora, não seria capaz de atender completamente suas demandas específicas, seja pela escala de suas atividades, pela localização ou pela infraestrutura necessária. Para muitos desses agricultores, a autossuficiência e o baixo custo de operação são aspectos primordiais que os motivam a seguir de forma independente.

Para apoiar os agricultores urbanos que operam de forma independente, uma política de incentivos financeiros é recomendável, como isenção de IPTU dos terrenos de cultivo, subsídios para a compra de mudas, fertilizantes orgânicos e ferramentas. Estes subsídios poderiam ser oferecidos a partir de parcerias com empresas e cooperativas locais, além de se integrarem a programas municipais de desenvolvimento. O suporte financeiro também pode vir de microcréditos específicos para pequenos agricultores urbanos, a serem concedidos em condições facilitadas. Ademais, um sistema de certificação de produção sustentável poderia agregar valor ao trabalho dos agricultores independentes, facilitando sua inserção em mercados locais.

Outra proposta é a criação de incentivos ao uso de técnicas de permacultura e bioconstrução nas hortas urbanas, como ocorre em alguns pontos de venda de alimentos. O uso de materiais naturais e recicláveis para construção e o desenvolvimento de sistemas de captação de água da chuva e compostagem representam práticas que podem ser incentivadas através de parcerias com instituições de ensino e ONGs. Programas de certificação e reconhecimento para hortas que adotem essas práticas sustentáveis fortaleceriam a imagem dos produtos comercializados e estimulariam outros agricultores a aderirem a esses métodos.

Outro ponto relevante destacado pela pesquisa é a flexibilidade da AUP em Jundiaí. A AUP se manifesta em diversas formas, variando desde pequenos quintais com cultivo de hortaliças até terrenos maiores, onde são cultivadas uma grande variedade de plantas, como alface, cebolinha,

rúcula, couve e até ervas medicinais. Cada espaço cultivado traz consigo uma relação simbiótica entre o meio urbano e rural, revelando que mesmo dentro dos limites da cidade há espaços férteis para a sustentabilidade e o fortalecimento da segurança alimentar. Entretanto, os entrevistados expressaram preocupações quanto ao impacto ambiental gerado pela crescente urbanização, que vem pressionando áreas rurais e modificando as dinâmicas de uso da terra.

O "Programa Horta Urbana", com sua proposta de incentivar a produção local de alimentos, também se configura como uma importante ferramenta para o desenvolvimento comunitário.

Contudo, o estudo revela que para sua efetiva expansão e sucesso, é necessário um diálogo contínuo entre os agricultores e os órgãos públicos, visando a criação de políticas mais inclusivas e flexíveis que atendam às necessidades de diferentes perfis de agricultores.

Para fortalecer a AUP é importante que políticas públicas incentivem a destinação de áreas urbanas ociosas para a criação de novas hortas comunitárias. Essas políticas poderiam prever a simplificação do processo de concessão de terrenos públicos e incentivar o uso sustentável desses espaços por meio de contratos de comodato. Além disso, a introdução de legislações específicas para a AUP, com regulamentações claras sobre o uso de insumos e práticas de manejo sustentável, garantiria que a atividade seja conduzida de maneira responsável e alinhada aos interesses ambientais e sociais da comunidade.

A expansão do programa para além dos bairros periféricos e sua adaptação a diferentes contextos locais podem contribuir significativamente para o desenvolvimento ainda maior da AUP.

As entrevistas e observações de campo revelaram uma tendência clara: enquanto alguns agricultores buscam a formalização através de programas como o "Horta Urbana", outros preferem manter práticas mais informais e voltadas ao âmbito familiar e comunitário. A diversidade de motivações e contextos sociais reforça a importância de que a AUP seja abordada de maneira flexível e personalizada, com políticas públicas que respeitem as especificidades de cada agricultor. A autonomia individual é uma característica marcante em muitos dos entrevistados, que optam por estratégias de cultivo que lhes permitem maior liberdade em relação aos programas governamentais.

As práticas agrícolas urbanas, quando observadas no contexto de Jundiaí, revelam-se como uma alternativa viável para enfrentar os desafios impostos pela urbanização e pela

insegurança alimentar, reforçando o papel da AUP na construção de cidades mais resilientes e sustentáveis.

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permite afirmar que a hipótese proposta — a de que a **AUP em Jundiaí** apresenta potencial para mitigar problemas sociais e econômicos, sobretudo entre populações de menor renda — foi parcialmente confirmada. As evidências empíricas demonstram que as hortas urbanas constituem um importante instrumento de inserção social e geração de renda complementar, fortalecendo o vínculo entre o homem e a terra e ampliando as possibilidades de uso social de áreas ociosas. Contudo, tais iniciativas, embora representem uma resposta concreta a determinadas carências urbanas, não se configuram como soluções estruturais capazes de alterar, por si sós, o quadro de desigualdade que marca o espaço urbano jundiaiense.

Os resultados apontam que a AUP cumpre um papel relevante na escala local, sobretudo ao proporcionar meios de subsistência, ocupação e sentido de pertencimento aos participantes do Programa Horta Urbana. A dimensão simbólica dessas práticas, observada nas narrativas dos agricultores, revela uma reaproximação com a natureza e a reconstrução de identidades vinculadas ao trabalho e à memória do campo. No entanto, essa potência simbólica e social encontra limites claros quando confrontada com as condições materiais de sua realização — como a falta de infraestrutura, o acesso restrito à terra e a dependência de apoio institucional contínuo. Embora a AUP contribua para atenuar vulnerabilidades sociais, sua eficácia permanece condicionada às políticas públicas que a sustentam e ao contexto socioeconômico mais amplo.

A análise também evidencia que o Programa Horta Urbana de Jundiaí, ainda que demonstre ser eficaz em aspectos operacionais, apresenta alcance restrito. Com apenas sete hortas em funcionamento, seu impacto permanece localizado, sem produzir transformações mais profundas na estrutura socioespacial da cidade. A ausência de políticas de longo prazo voltadas à ampliação do acesso à terra e à regularização das áreas produtivas limita a expansão do programa e o impede de atingir um caráter mais abrangente de política urbana. A hipótese de que a AUP poderia se consolidar como ferramenta efetiva de enfrentamento das desigualdades urbanas é reafirmada em seu potencial, mas relativizada em sua capacidade de generalização.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o fenômeno da AUP ultrapassa a dimensão produtiva e se projeta como um campo de relações sociais, econômicas e simbólicas. Nesses espaços, as práticas de trabalho, lazer e sociabilidade se articulam de forma integrada, revelando

uma realidade que relativiza as separações tradicionais entre o público e o privado, o formal e o informal, o urbano e o rural. São lugares onde a vida cotidiana se manifesta em sua forma mais concreta, revelando tanto as potencialidades quanto as contradições de um modelo de cidade que ainda busca equilibrar crescimento, equidade e pertencimento.

Compreende-se que a AUP em Jundiaí constitui um fenômeno social relevante e multifacetado, que reflete tanto a criatividade e a resistência das populações em face da exclusão, quanto as contradições de um modelo urbano excludente. As hortas, locais onde se materializa a AUP, se apresentam como territórios de sociabilidade, produção e memória, mas também como espaços que revelam a precariedade das políticas públicas e a fragmentação do planejamento urbano. Essa ambiguidade é constitutiva do próprio espaço urbano contemporâneo, em que as práticas solidárias convivem com as limitações impostas pelas dinâmicas econômicas e institucionais.

As reflexões aqui desenvolvidas não se esgotam neste trabalho, mas se abrem a novas possibilidades de leitura sobre o urbano contemporâneo e suas dinâmicas em cidades médias como Jundiaí. A análise da AUP, das transformações territoriais e das relações sociais que nelas se manifestam revelou que a cidade se estrutura a partir de múltiplas dimensões, nas quais o espaço é permanentemente negociado, apropriado e ressignificado. O espaço urbano jundiaiense não pode ser entendido apenas pela lógica do planejamento técnico, mas também pelas práticas cotidianas que reinventam o território.

Encerrar este estudo é reconhecer que compreender Jundiaí passa por compreender também esses fragmentos de cidade que, muitas vezes, escapam ao olhar técnico ou institucional. A AUP representa uma leitura viva do espaço — uma geografia do cotidiano que resiste ao apagamento e reitera a força das práticas sociais na construção do urbano. Nelas, o cotidiano revela a força das práticas sociais em ressignificar o território e produzir novas formas de habitar, trabalhar e conviver. Que outras pesquisas possam aprofundar os estudos, ampliando os horizontes de análise e revelando, sob novas perspectivas, as múltiplas formas de habitar e significar a cidade.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, S. Saiba o que é bioconstruição e como utilizá-la na sua obra. *Revista Haus*, 2017. Disponível em: https://revistahaus.com.br/haus/sustentabilidade/saiba-o-que-e-bioconstrucao-e-como-utiliza-la-na-sua-obra/. Acesso em: 16 jun. 2024.

ABREU, M. J. de. *Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana* (PNAUP). (Entrevista concedida a Coep sobre agricultura urbana), p. 1-15, 2013.

ACADEMIA LIXO ZERO. "A Importância da Coleta Seletiva e Reciclagem." *Academia Lixo Zero*, 2023. Disponível em: https://www.academialixozero.org. Acesso em: 20 mar. 2023.

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE (INVESTE SP). *Agronegócio movimenta mais de R$ 118 milhões por ano em Jundiaí*. Disponível em: https://www.investe.sp.gov.br/noticia/agronegocio-movimenta-mais-de-r-118-milhoes-por-ano-em-jundiai/> Acesso em: 07. fev. 2023.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Pla del Verd i de la Biodiversitat de Barcelona 2020*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 2013. Disponível em: https://w110.bcn.cat/MediAmbient/Continguts/Documents/Documentacio/PladelVerdiBiodiversitat_BCN2020_CAT.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

ALBARELLO, E. P. A dicotomia entre o rural e o urbano: a urbanização do território. In: *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

ALDINGTON, T. Urban and peri-urban agriculture: some thoughts on the issue. *Land Reform, Land Settlement and Cooperatives*, n. 2, p. 43-44, 1997.

ALENTEJANO, P. R. R. Crise do fordismo, industrialização difusa e transformações na agricultura familiar. *Cadernos do CEAS* (Salvador), Salvador, v. 169, n.3, p. 33-46, 1997.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: Tedesco, João Carlos (org.). *A agricultura familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.147-173.

ALMEIDA, P. R.; SANTOS, T. A. *Políticas públicas e agricultura urbana*: Um estudo sobre viabilidade e suporte. Editora Verde, 2021.

ALKON, A. H.; AGYEMAN, J. (Eds.). *Cultivating Food Justice: Race, Class, and Sustainability*. Cambridge, MA: The MIT Press, 404 p, 2011.

ALTIERI, M. A. Agroecology, small farms, and food sovereignty. *Monthly Review*, v. 61, n. 3, p. 102-113, 2009.

ALVES, J. *A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares:* uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2004.

ALVES, D. de O.; MOURA, A. de Q.; SCHULTZ, G. Agricultura urbana no brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases scopus e web of science. *Rev. Eletronica do*

Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. DRd – Desenvolvimento Regional em debate v. 9, p. 160-178, Campinas, 2019.

ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 12., 1995. Boletim de Geografia Teorética. v. 25, n. 49-50, p. 03-14.

ANGELINI, S. *Horta urbana em Jundiaí: saúde, sustentabilidade e contato com a natureza dentro da cidade*. Trabalho apresentado ao Centro de Liderança Pública (CLP), no âmbito da formação MLG – Turma 5. Jundiaí, 2023.

ARANTES, J. T**.** *Agricultura urbana pode ser resposta criativa à crise climática*. Agência FAPESP, 2024. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/agricultura-urbana-pode-ser-resposta-criativa-a-crise-climatica/50525. Acesso em: 6 dez. 2024.

ARMAR-KLEMESU, M. Urban agriculture and food security, nutrition and health. In: BAKKER, Nico; DUBBELING, Marielle; GUENDEL, Sabine; SABEL-KOSCHELLA, Ulrich; DE ZEEUW, Henk (Eds.). *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda*. DSE, 2000.

ARRUDA, J., *Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola Campinas, 2006.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Relatório Institucional 2022*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2022. Disponível em: https://issuu.com/assembleia.mg/docs/relatorio_institucional_almg_2022> Acesso em: 27 ago. 2023.

AYUNTAMIENTO DE ALICANTE. *Plan de Acción por el Clima y la Energía Sostenible (PACES)*. Alicante: Departamento de Medio Ambiente, 2021. Disponível em: https://www.alicante.es/es/paces Acesso em: 5. nov. 2025.

AYUNTAMIENTO DE ALICANTE. *Plan General de Ordenación Urbana (PGOU)*. Alicante: Ayuntamiento de Alicante, 2022. Disponível em: https://www.alicante.es/es/plan-general. Acesso em: 5 nov. 2025.

AYUNTAMIENTO DE ALICANTE. *Dieciocho centros reciben 18.500 € en ayudas municipales para educación ambiental*. Alicante, 2024. Disponível em: https://www.alicante.es/es/noticias/dieciocho-centros-reciben-18500-eu-yudas-municipales-educacion-ambiental. Acesso em: 14 maio 2026.

AYUNTAMIENTO DE MADRID. *Programa municipal de huertos urbanos comunitarios de Madrid*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2018. Disponível em <Programa municipal de huertos urbanos comunitarios de Madrid> Acesso em: 30 jun. 2026.

AZEVEDO, E. M.; VENTURA, M. V. A.; BESSA, M. M.; ALVES, L. S. Agricultura urbana como alternativa de renda na cidade de Rio Branco - AC. *REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA - NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/NURBA* – v. 4, n. 1, p. 03-10, 2018.

AZEVEDO, F. F. de; PERXACS, H.; ALIÓ, M. À. DIMENSÃO SOCIAL DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA. *MERCATOR* (FORTALEZA. ONLINE), v.19, 2020, p. 01-17.

BAGLI, P. *Novas Territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema*. Relatório de Qualificação apresentado ao programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), FCT/Unesp de Presidente Prudente, 2005.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BALDISSERA, A. D.; RIBEIRO, E.; GALLI, C. P.; MERLO, T. B. S. Urbanização difusa. In: *Anais de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 1, p. 159-170, jun. 2017. Disponível em: https://uceff.edu.br/anais/index.php/cau/article/view/26. Acesso em: 6 dez. 2024.

BARBATI, A.; DI FELICIANTONIO, C. Urban agriculture and urban planning: Innovating on policy and design for food and urban resilience. *Cities*, v. 60, Part A, p. 50-57, 2017.

BARBOSA, C. Segunda Residência e Cidade Difusa. In: *X Colóquio Ibérico de Geografia* - "A Geografia Ibérica No Contexto Europeu," 1–21, 2005.

BARDACH, E. *The implementation game: what happens after a bill becomes a law.* Cambridge, MA: MIT Press, 1977.

BARTOLY, F. S. Debates e perspectivas do lugar na geografia. *GEOgraphia (UFF),* v. 26, p. 66-91, 2011. Disponível em: < http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/454/325>. Acesso em: 20. ago. 2022.

BATISTA, E. E. Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas. *Revista NERA (UNESP*), v. ano 18, p. 101-132, 2015.

BATISTA, L. A.; MONTEIRO, C. M. Agricultura urbana: desafios e perspectivas para a sustentabilidade das cidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 14, p. 34-51, 2018.

BEIGUELMAN, P. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEM, S. F. de. *Conversa de patrimônio em Jundiaí*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

BENEDICT, M. A.; MCMAHON, E. T. Green infrastructure: Linking landscapes and communities. *Island Press*, 2002.

BERNADELLI, M. L. F. da H. Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). *Cidade e Campo*: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BIO RESÍDUOS AMBIENTAL. "Gestão e Coleta de Resíduos Sólidos: Desafios e Soluções." *Bio Resíduos Ambiental*, 2023. Disponível em: https://www.bioresiduosambiental.com.br. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOHN, K.; VILJOEN, A. (ed.). *Second Nature Urban Agriculture: Designing Productive Cities*. London: Routledge, 2014.

BORSDORF, A. Hacia la ciudad fragmentada. Tempranas estructuras segregadas en la ciudad latinoamericana. Scripta Nova. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(122). Disponível em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(122).htm Acessado em 25 abr. 2023.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n. 45, p. 370-396, mai./ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital SESAN/MDS No. 01/2007: *seleção de proponentes para apoio a projetos de agricultura urbana e periurbana*. Brasília, 2007.

BRASIL**.** Decreto nº 11.700, de 2023. Regulamenta [conteúdo específico do decreto]. *Presidência da República*, Brasília, 2023. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11700&ano=2023&ato=8e6MzaU50MZpWT90d. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.700, de 13 de junho de 2023. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20de,de%20Agricultura%20Urbana%20e%20Periurbana.> . Acesso em: 06. dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Portaria%20n.%20467%20-%20Institui%20o%20Programa%20Nacional%20de%20AUP%20e%20suas%20retifica%C3%A7%C3%B5es.pdf> . Acesso em: 12. ago. 2024.

BRASIL. Governo Federal cria o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. *Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar*, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2023/09/governo-federal-cria-o-programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.700, de 2023. Regulamenta o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. *Presidência da República*, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11700.htm. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRINKLEY, C. Evaluating the benefits of peri-urban agriculture. *Journal of Planning Literature*, 27(3), 259-269, 2012.

BRUEGMANN, R. *Sprawl*: a compact history. Chicago, Ill.; London: The University of Chicago Press, 2005.

BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of Food*, n. S2, 2007.

BUECHLER, S.; DEVI, G. Household food security and wastewater-dependent livelihood activities along the Musi River in Andhra Pradesh, India. In: ENSINK, A.; SIMMONS, S.; VAN DER HOEK, W.; KONRADSEN, F.; AMERASINGHE, P. (Eds.). *Wastewater Use in Irrigated Agriculture: Confronting the Livelihood and Environmental Realities*. Wallingford: CABI Publishing, 2003. p. 91-113.

BUTTIMER, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. (org.) *Teoria y Método em la Geografia Anglosajona***.** Barcelona, Ariel, 1985.

CABETTE, A. *Configuração socioespacial da aglomeração urbana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: urbanização difusa e dinâmica demográfica*. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 167p., 2022.

CAIADO, A. S. C.; MONTEIRO, S. M. dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 2, p. 109-123, 2003.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo: o lugar na geografia. In: CASTROGIOVANNI, A. (Org). *Ensino de geografia*: práticas e textualizações no cotidiano. 7ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, p. 83-131, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Parques hortícolas*. Lisboa, 2024. Disponível em: https://www.lisboa.pt/temas/ambiente/estrutura-ecologica/parques-horticolas. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAMOLEZE, J. M. C. *Memória coletiva e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal em Jundiaí - SP*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

CAPEL, H. La definición de lo urbano. *Estudios Geográficos*, n.138-139, febrero-mayo 1975, p. 265-301. Scripta Vetera. Edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sv-33.html. Acesso em: 22. fev. 2023.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. [2007]

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: estudos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2009. 224 p.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CARNEIRO, M. J. Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas. In: CARVALHO COSTA, L. F. e outros (Orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, p. 323-344. 1999.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*: A Era da Informação – Economia, Sociedade e Cultura, Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATALÃO, I. *Différence, dispersion et fragmentation sociospatiale: explorations métropolitaines à Brasilia et Curitiba*. 2013. 190f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon, 2013.

CATHER, M. *NYC Food-Based Community Organization Spotlight: GreenThumb*, 2016. Disponível em: https://www.nycfoodpolicy.org/nyc-food-based-community-organization-spotlight-greenthumb/. Acesso em: 10 fev. 2024.

CHARMAZ, K. *Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis.* London: SAGE Publications, 2006. 208 p.

CHATEL, C.; SPOSITO, M. E. B. Forma e Expansão urbanas no Brasil: fatos e hipóteses. Primeiros resultados do banco de dados BRASIPOLIS. *Revista Cidades*, v. 12, p. 108, 2015.

CHAVES, I. R.; HAIDE, M. H.; QUEVEDO, D. M. de; SANDES, P. A nova ruralidade em São Leopoldo, vale dosinos, Rio Grande do Sul, estudo de caso da agricultura familiar no arroio peão. In: *8º Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, 2016.

CIDADES SEM FOME. Disponível em: https://cidadessemfome.org/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw4MSzBhC8ARIsAPFOuyVBql7Vo0cneEYaIgL8ULn_Vh642g9U0vuJMoVwDB2el7MAh7jesi0aAsIIEALw_wcB. Acesso em: 26. jan. 2024.

COLASANTI, K.; LITJENS, C.; HAMM, M. Growing food in the city: The production potential of Detroit's vacant land. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2010.

COLDING, J.; BARTHEL, S. *The potential of "Urban Green Commons" in the resilience building of cities*. *Ecological Economics*, Amsterdam, v. 86, p. 156-166, 2013.

CONTABILIDADE FINANCEIRA. *Deseconomias de aglomeração*. 2011. Disponível em: https://www.contabilidade-financeira.com/2011/10/deseconomias-de-aglomeracao.html. Acesso em: 07. jul. 2023.

CONTABILIZEI. *O que é CNAE.* Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-cnae/. Acesso em: 15 ago. 2023.

CORBOULD, C. *Feeding the Cities: Is Urban Agriculture the Future of Food Security?* Strategic Analysis Paper. 2013. Disponível em http://www.futuredirections.org.au/ publication/feeding-the-cities-is-urban-agriculture-the-future-of-food-security/ Acesso em: 23 .ago. 2023.

CORELLANO, F. P. El ciclo del agua y la reconversión del paisaje periurbano en las ciudad de la red C-6. In: MONCLÚS, F. J. *La ciudad dispersa* - Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998, p. 111-142 (Urbanismo, ciudad, historia I).

CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, E. V. da. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, R. H. M. R. *Safras-pico e transferência de capital e iniciativas entre campo e cidade*: análise em cinco municípios paulistas. Rio Claro - S. P. 2002. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2002, 198 f.

COSTA-PIERCE, B. A. *Aquicultura Ecológica: A Evolução da Revolução Azul*. Blackwell Publishing, 2002.

COSTA, S. S.; SILVA, J. A. B.; RODRIGUES, A. de J. Um estudo sobre a evolução das cidades para o ensino de geografia. In: *Anais do VII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*, São Cristóvão – Sergipe, p. 1-10, 2013.

COVARRUBIAS, J. D. R. *Agricultura Urbana em Porto Ferreira - SP: mapeamento, caracterização e tipificação*. Dissertação de mestrado apresentada na UFSCAR, 2011, p. 299.

COVARRUBIAS, J. D. R.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2011, p. 62-80.

CUNHA, J. M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, dez. 2005.

DAE JUNDIAÍ. *Esgoto.* Disponível em: https://daejundiai.com.br/esgoto/. Acesso em: 15 fev. 2024.

DELGADO, M. *El espacio público como ideología*. Madrid: Catarata, 2016.

DELGADO, C. Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino: Dinâmicas e potencialidades, Faces de Eva. *Estudos sobre a Mulher*, p. 63-81, 2017.

DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización, ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*, CCCB, Barcelona, 1998.

DEMATTEIS, G. Contraurbanização, periurbanização, cidade dispersa e rede de cidades na Itália. *Cidades: Urbanização Difusa,* v. 12 n.21, p. 14-34, 2015. Disponível em < http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/487 > Acesso em: 27. mar. 2023.

DENZIN, N. K. *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New York: Routledge, 2017.

DE ZEEUW, H., VAN VEENHUIZEN, R., DUBBELING, M. The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries. *The Journal of Agricultural Science*, 149(S1), 153-163, 2011.

DE ZEEUW, H.; DRECHSEL, P. (ed.). *Cities and agriculture: developing resilient urban food systems*. Oxon: Routledge, 2015.

DIAZ, S. *Huertos urbanos en Buenos Aires*, 2019. Disponível em: https://www.agrohuerto.com/huertos-urbanos-en-buenos-aires/. Acesso em: 10 fev. 2024.

DI GIOIA, F. Fotografia de agricultura urbana em Philadelphia. In: *On the Road: Urban Agriculture in Philadelphia*. Penn State Extension, 2025. Disponível em: https://extension.psu.edu/on-the-road-urban-agriculture-in-philadelphia. Acesso em: 6 dez 2025.

DEWEY, J. *Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education*. New York: The Macmillan Company, 1916.

DRESCHER, A. W.; HOLMER, R. J.; IAQUINTA, D. L. Urban and peri-urban food production: A new challenge for the UN Food and Agriculture Organisation (FAO). In: Proceedings of the workshop on *Growing cities, growing food: Urban agriculture on the policy agenda*. Havana, Cuba, 1999.

DUBBELING, M.; MERTZTHAL, G. Sustaining urban agriculture requires the involvement of multiple stakeholders. In: R. Van VEENHUIZEN (Ed.) *Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities*. Leusden: ETC Urban Agriculture. 2006. Disponível em< www.ruaf.org/node/967> Acesso em 02. ago. 2022.

DUBBELING, M.; DE ZEEUW, H.; VAN Veenhuizen, R. *Cities, poverty and food: Multi-stakeholder policy and planning in urban agriculture*. Rugby: Practical Action Publishing, 2010.

DUBBELING, M.; CAMPBELL, M. C.; HOEKSTRA, F.; VEENHUIZEN, R. van. *Cities, Poverty and Food: Multi-stakeholder Policy and Planning in Urban Agriculture*. Practical Action Publishing, 2010.

DUBBELING, M. *Urban agriculture and food security: an overview*. 2013. Disponível em: https://www.ruaf.org/resources/urban-agriculture-and-food-security-overview> Acesso em: 18 dez. 2024.

DUCHEMIN, É.; WEGMULLER, F.; LEGAULT, A. M. Urban agriculture: multi-dimensional tools for social development in poor neighbourhoods. *Field Actions Science Reports*, v. 1, p. 1-8, 2008.

DUNN, W. N. *Public policy analysis: an integrated approach.* New York, NY: Routledge, 2016.

DURÁN, F. E. Cidades sem limites. In: MACHADO, Jorge Alberto (Org.). *Trabalho, Economia e Tecnologia*. Novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendenz, p. 55 – 90, 2003.

DYE, T. R. *Understanding public policy.* Boston, MA: Pearson, 2013.

EFE. *Agricultura urbana en Cuba, orgánica por necesidad*. *Martí Noticias*, 2016. Disponível em: https://www.martinoticias.com/a/agricultura-urbana-cuba-organica-necesidad/114658.html. Acesso em: 27 mar. 2026**.**

EFE. *La Comuna 13 de Medellín, en Colombia, cultiva esperanza en sus terrazas con huertas urbanas*, 2024 Disponível em: https://efe.com/medio-ambiente/2024-03-15/la-comuna-13-de-medellin-en-colombia-cultiva-esperanza-en-sus-terrazas-con-huertas-urbanas/. Acesso em: 30. jun. 2024.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 13-32, 2013.

EMBRAPA. Hortas em pequenos espaços. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*, 2002. Disponível em: https://www.embrapa.br/e-campo/hortas-em-pequenos-espacos. Acesso em: 10 fev. 2024.

EMBRAPA**.** Aquaponia residencial: produção integrada de peixes e vegetais, 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/6298/aquaponia-residencial#:~:text=Produ%C3%A7%C3%A3o%20integrada%20de%20peixes%20e,de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20no%20mesmo%20local. Acesso em: 15 set. 2023.

EMBRAPA**.** *Embrapa lança nova cultivar de feijão com resistência à seca. Show Rural 2024*, 2024. Disponível em: https://news.agropages.com/News/NewsDetail---49213.htm> Acesso em: 19 nov. 2024.

EMPRESAAQUI, 2024. Disponível em < https://www.empresaqui.com.br/listas-de-empresas/SP/JUNDIAI/medeiros> Acesso em 19. mar. 2023.

ESPAÑA, E. D. *La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya*. Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

EVERCONTÁBIL. Disponível em: https://evercontabil.com.br/2022. Acesso em: 29 jul. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Urban and peri-urban agriculture*. Rome: FAO, 2017. Disponível em: https://www.fao.org/urban-peri-urban-agriculture/en. Acesso em: 13 jul. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Sustainable urban agriculture*, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The future of food and agriculture: Trends and challenges*. Roma: FAO, 2017. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food and Agriculture*. Moving forward on food loss and waste reduction. Rome: FAO, 2019.

FOEKEN, D. *To subsidise my income: urban farming in an East African town*. Leiden; Boston: Brill, 2006.

FARR, D. *Urbanismo Sustentável: Design Urbano com Natureza*. Wiley, 2008.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. 1. reimp. São Paulo: USP, 2009.

FERRÃO, C. M. Gestão e sustentabilidade em hortas urbanas: Experiências e lições aprendidas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 15, n. 2, p. 25-34, 2019.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território***.** Rio de Janeiro, ano V, n. 09, julho/dezembro de 2000. p. 65-83.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de**.** Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. *Revista de Geografia*, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, n. 2, p. 06-23, maio/ago. 2007.

FERREIRA, L. C.; SILVA, R. M. A Agricultura Urbana e seus impactos na segurança alimentar e sustentabilidade: um estudo de caso. *Cadernos de Geografia*, v. 40, n. 1, p. 123-140, 2020.

FERREIRA, M. P.; SILVA, R. A. Agricultura urbana e segurança alimentar: práticas sustentáveis no espaço urbano. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 15, n. 2, p. 45-59, 2020.

FILIPPINI, E. *Terra, família e trabalho: o núcleo Colonial Barão de Jundiaí (1887 – 1950).* Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 1990.

FLEURY, A.; BA, A. Multifuncionalidade e sustentabilidade da agricultura Urbana. *Revista de Agricultura Urbana,* p. 7-12, n. 15 de dezembro de 2005.

FONSECA, J. da S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, R, O. *As Operações Logísticas dos Circuitos Espaciais da Produção*: As Interações Espaciais de Jundiaí (SP). Trabalho de Graduação Individual, FFLCHUSP. São Paulo: 2010.

FRANÇA, P. D.; GHISLANDI, D. A. *Sistemas sustentáveis para gestão de águas pluviais em áreas urbanas*. São Paulo: Annablume, 2018.

FRIEDMANN, H. Scaling up: bringing public institutions and food service corporations into the project for a local, sustainable food system in Ontario. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 24, n. 3, p. 389–398, 2007.

FRUMKIN, H.; LOUV, R.; FRANK, L. D. *Urban sprawl and public health: Designing, planning, and building for healthy communities*. Island Press, 2001.

G1 – GLOBO. *Após reforma, estação da CPTM é reinaugurada em Jundiaí.* 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/02/17/apos-reforma-estacao-da-cptm-e-reinaugurada-em-jundiai.ghtml. Acesso em: 04 jul. 2023.

G1 – GLOBO**.** Parque da Cidade, no DF, ganha nova horta comunitária; alimentos serão doados. *G1 Distrito Federal*, 16 nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/16/parque-da-cidade-no-df-ganha-nova-horta-comunitaria-alimentos-serao-doados.ghtml. Acesso em: 8 dez. 2024.

GALLARDO ARAYA, N. L. La agricultura en la ciudad de Buenos Aires. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA, 9., 2012, La Plata. Anais *VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata "Argentina en el escenario latinoamericano actual: debates desde las ciencias sociales*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1916/ev.1916.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

GALSTER, G., HANSON, R., WOLMAN, H., COLEMAN, S. e FREIHAGE, J. Wrestling sprawl to the ground: defining and measuring an elusive concept, *Housing Policy Debate*, v.12, issue 4, Fannie Mae Foundation, p. 681-717, 2001.

GASPAR, J.; AFONSO, N.; ALVES, T. *"O futuro da Educação em Portugal*". Tema 3. Lisboa, 2000.

GAZETA DO POVO. *Projeto Fazenda Urbana promove alimentação saudável em Curitiba*, 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/projeto-fazenda-urbana-alimentacao-saudavel-curitiba/. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIACCHÈ, G.; PORTO, L. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. *Informações Econômicas (Online*), v. 45, p. 45-60, 2015.

GIESBRECHT, R. M. *Estações Ferroviárias do Brasil*. Disponível em < http://www.estacoesferroviarias.com.br/j/jundiai.htm> Acesso em 04. abr. 2023.

GILLHAM, O. *The limitless city: a Primer on the urban sprawl debate*. Island Press, 2002.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967. 271 p.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems*. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

GODOY, L. P. Cadeias curtas de comercialização e agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável. *Revista de Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 12, n. 3, p. 45-59, 2020.

GOLDEN, S. *Urban Agriculture Impacts: Social, Health, and Economic: A Literature Review*. University of California Agriculture and Natural Resources, 2013.

GOMES, I.; PINTO, D. A. N. O urbano, o periurbano e o rural na região metropolitana de Fortaleza. *Sociedade e Território*, Natal, v. 33, n. 2, p. 113–137, mai./ago. 2021.

GONZÁLEZ, M.; ASCENCIO, M. La Agricultura Urbana como Estrategia de Desarrollo Comunitario en Guadalajara. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 77, n. 2, p. 235-260, 2015.

GOTTMAN, J. *Megalopolis, The Urbanized North Eastern Seaboard of the United States*. New York: The Twientieth Century Fund, 1961.

GOTTDIENER, M. *The rise of the postmodern urban sprawl*. New York: HarperCollins, 1997.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.

HANG, S.; CAMERA, L. P.; MURGA, C. *Trabajo, mujeres y resistencias en el Cordón Hortícola Platense*. In: V Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos y III Congreso Internacional de Identidades, 2018, La Plata. Anais... La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2018. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/94710. Acesso em: 27 mar. 2026.

HARVEY, R.O.; CLARK, W.A.V. The Nature and Economics of Urban Sprawl. *Land Economics*,v. 41, n° 1 Feb., p. 1-9, 1965. Disponível em: http://links.jstor.org/sici?sici=00237639(196502)41%3A1%3C1%3ATNAEOU%3E2.0.CO%3B2-9 Acessado em: 04. jul. 2023.

HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, v. 53, p. 23-40, 2008.

HARVEY, D. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. 1. ed. London: Verso, 2012. 322 p.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, 2004.

HERNANDO, A.; MORÁN, R. *Huertos urbanos comunitarios: participación, sostenibilidad y ciudadanía*. *Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales (CyTET)*, v. 54, n. 211, p. 75–92, 2022.

HESPANHOL, R. A. de M.; HESPANHOL, A. N. A agricultura urbana em Camagüey e Cienfuegos - Cuba. *Revista Campo Território*, v. 13, p. 29-57, 2018.

High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE). *Nutrition and food systems*. Rome: Committee on World Food Security, 2017.

HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Tradução de Waldea Barcellos. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 362 p., 2011.

HOLT-GIMÉNEZ, E. *Campesino a campesino: voices from Latin America's farmer to farmer movement for sustainable agriculture*. Oakland: Food First Books, 2006.

HUERTO360. *Alquiler de huerto urbano en Alicante* [s.d.]. Disponível em: https://huerto360.com/alquiler-huerto-urbano-en-alicante/. Acesso em: 13 nov. 2025.

HUERTO360. *Huerto Mediterráneo*. 2025. Disponível em: https://huerto360.com/huerto-sano-2/. Acesso em: 14 mai.2026.

IANNI, O. O mundo agrário. In*:* IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBES – Instituto Brasileiro para Excelência em Saúde. *O que são os aceleradores lineares e como são usados no tratamento do câncer*. 2022. Disponível em: https://www.ibes.med.br/o-que-sao-os-aceleradores-lineares-e-como-sao-usados-no-tratamento-do-cancer/> Acesso em: 06 dez. 2022.

IBERDROLA. O que é hidroponia e vantagens. *Iberdrola*, 2022. Disponível em: https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/o-que-e-hidroponia-e-vantagens#:~:text=perto%20dos%20consumidores.-,O%20que%20%C3%A9%20a%20hidroponia,%2C%20ou%20seja%2C%20sem%20terra. Acesso em: 10 fev. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos do Estado de São Paulo (vários anos: 1950 – 2000). Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Agropecuários do Estado de São Paulo (vários anos: 1970, 1975, 1980,1985 e 1995/96). Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Agrícolas do Estado de São Paulo (vários anos: 1950 e 1960). Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**.** *Síntese de indicadores sociais: 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 317 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv32725.pdf. Acesso em: 24. mar. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html. Acesso em: 10 mar. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agro 2017: Resultados*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html. Acesso em: 15. jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2022. Disponível em< https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em 04. abr. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Histórico de Jundiaí*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/historico. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO ESCOLHAS. *Mais perto do que se imagina: os desafios da produção de alimentos na metrópole de São Paulo. São Paulo*: [s.n.]. Disponível em https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2021/01/Relat%C3%B3rioMais-perto-do-que-se-imagina-os-desafios-da-produ%C3%A7%C3%A3o-dealimentos-na-metr%C3%B3pole-de-S%C3%A3o-Paulo-1.pdf Acesso em: 26. set. 2023.

INSTITUTO ESCOLHAS. *Além dos alimentos: a contribuição da agricultura urbana para o bem-estar da metrópole de São Paulo*. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/Relatorio-Final-AUPSE.pdf Acesso em: 26 set. 2023.

INSTITUTO ESCOLHAS**.** Programa Hortas Cariocas. *100 Políticas Públicas que estão MUDANDO o Brasil*, 2022. Disponível em: https://100politicas.escolhas.org/estudo/programa-hortas-cariocas/. Acesso em: 10 fev. 2024.

INSTITUTO ESCOLHAS**.** Agricultura na metrópole: uma visão integrada sobre os desafios e potencialidades. *Instituto Escolhas*, 2024. Disponível em: https://agriculturanametropole.escolhas.org/. Acesso em: 21. mar. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL FUNDEPAR. *Hortifrutigranjeiros: uma atividade ligada ao cultivo de hortas, frutas e outros produtos agrícolas,* 2016**.** Disponível em: http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1258&evento=3#:~:text=Hortifrutigranjeiros%20%C3%A9%20uma%20atividade%20ligada,de%20renda%20para%20pequenas%20propriedades. Acesso em: 24. set. 2023.

IZAIAS, K. C. da S. *População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí – 1615/1890*. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

JORNAL DE JUNDIAÍ, 2018. Disponível em: https://sampi.net.br/jundiai/categoria/id/7094/jundiai. Acesso em: 16 dez. 2024.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. *The experience of nature: a psychological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KARAKAYACI, Y. THE CONCEPT OF URBAN SPRAWL AND ITS CAUSES. *Revista de Pesquisa Social Internacional*, Vol. 9, Edição 45, p.815-818, agosto de 2016. Disponível em< https://www.researchgate.net/publication/307443639_THE_CONCEPT_OF_URBAN_SPRAWL_AND_ITS_CAUSES> Acesso em 02. mai. 2023.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives, and public policies.* Boston, MA: Little, Brown, 1984.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H**.** *Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas.* São Paulo: Instituto Plantarum, 2014.

KLÖCKNER, L. M.; OLIVEIRA, T. D. de. Hortas urbanas e periurbanas: contribuições para o desenvolvimento de um espaço urbano sustentável. *Revista Amor Mundi*, Santo Ângelo, v. 1, n. 1, p. 53-61, out. 2020.

KNOWD, I.; MASON, D.; DOCKING, A. Urban agriculture: the new frontier. In: *PLANNING FOR FOOD SEMINAR*, 2006, Vancouver. Anais. Disponível em: http://www.agf.gov.bc.ca/resmgmt/sf /plan_food/Presentations/8_Mason.pdf Acesso em: 10. ago. 2023.

KUO, F. E. O papel da silvicultura urbana na melhoria da qualidade de vida em áreas urbanas. *Silvicultura Urbana e Ecologização Urbana*, v. 2, n. 1, p. 3-4, 2003.

LA JORNADA. *Arranca programa de huertos urbanos en Iztapalapa*, 2022. Disponível em: https://www.jornada.com.mx/noticia/2022/09/03/capital/arranca-programa-de-huertos-urbanos-en-iztapalapa-561. Acesso em: 19. mar. 2024.

LANGENBUCH, J. R. *A Estruturação da Grande São Paulo*: um estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 354 p., 1971.

LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions du Seuil, 1968.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. São Paulo: Edições Papirus, 2001. [1974].

LE GALL, J. *Buenos Aires maraîchère: une Buenos Aires bolivienne? Le complexe maraîcher de la Région métropolitaine à l'épreuve de nouveaux acteurs*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Université Panthéon-Sorbonne (Paris I), Paris, 2011.

LEITE, A. Lugar: duas acepções geográficas. In: *Anuário do Instituto de Geociências*. Rio de janeiro: UFRJ, 1998, v. 21. Disponível em: http://www.igeo.ufrj.br/anuario_1998/anuario_1998_v21_09_20.pdf Acesso em 03. mai. de 2023.

LENCIONI, S. *Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro*. e-metropolis, n. 22, p. 6-15, 2015.

LES PARISCULTEURS. *Home*. Disponível em: https://www.parisculteurs.paris/en/home/. Acesso em: 27 abr. 2024.

LINKEDIN. Disponível em: https://www.linkedin.com/in/. Acesso em: 02. out. 2023.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expansão urbana? *Revista Formação*, Presidente Prudente, n. 14, p. 31345, 2007.

LIMONAD, E. URBANIZAÇÃO DISPERSA MAIS UMA FORMA DE EXPRESSÃO URBANA? *Revista Formação*, v. 1, n. 14, 2011. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705 Acesso em: 14 jan. 2024.

LIPTON, M. *Why Poor People Stay Poor: Urban Bias in World Development*. London: Temple Smith, 1977.

LOCATEL, C. D. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. especial (2)., p. 85-102, set. 2013.

LOHRBERG, F.; LIČKA, L.; SCAZZOSI, L.; TIMPE, A. (ed.). *Urban Agriculture Europe*. Berlin: Jovis Verlag, 2016.

LOURES, L.; COSTA, L. A Importância da Agricultura Urbana no Contexto da Sustentabilidade das Cidades. *Revista de Agricultura Urbana*, v. 18, n. 1, p. 25-33, 2012.

LOPES, P. R.; ARAÚJO, M. G. Políticas públicas e agricultura urbana: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 13, n. 2, p. 45-67, 2017.

LUCENA, L. P. de; SILVA, C. E. S. F. da. Modelos de agricultura urbana para a segurança alimentar: um estudo comparativo entre Singapura e Brasil. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.9, n.3, p.379-397, 2018.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: USP, 2005.

MACÊDO, S. M. *Políticas públicas no Brasil: princípios e práticas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. *Agricultura urbana. Planaltina: Embrapa Cerrados*, 2002.

MADALENO, I. M. *Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente*. Lisboa: Instituto Tropical; Portugal; 2001.

MARCUZZO, J. L.; RAMOS, M. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. *Semantics Scholar*, 2005.

MARQUES, J. R. *Jundiaí, um empasse regional – O papel do município de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas*: Campinas e São Paulo. 2008. f. 191. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2008.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

MARTÍNEZ, M. C. *La agricultura como estrategia -informal y/o planificada- de transformación urbana: acción ciudadana y políticas públicas*, 91p., 2022.

MARTINS, J. de S. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MASSEY, D. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias*: a evolução ferroviária de São Paulo, 4. ed., Campinas SP: Pontes, 1990.

MATTEI, L. F. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

MATTEI, L. *Políticas públicas e desenvolvimento: reflexões teóricas e experiências concretas.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

MAYDACHENKO, R. *Are any land plots available?* Petersburg Vedomosti, n 76 (1991), 26 abril, 1999a.

MAZZUIA, M. *Jundiaí e sua História*. Jundiaí: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1979.

McCLINTOCK, N. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment*, v. 19, n. 2, p. 147-171, 2014.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Melhoramentos, [s.d.]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 30 jun. 2026.

MILLER, J. R.; HOBBS, R. J. Conservation where people live and work. *Conservation Biology*, v. 16, n. 2, p. 330-337, 2002.

MOK, H.-F.; WILLIAMSON, V. G.; GROVE, J. R.; BURRY, K.; BARKER, S. F.; HAMILTON, A. J. Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 34, n. 1, p. 21-43, 2014.

MOLDAKOV, O. *City survey on urban gardening in St-Petersburg*, 1999.

MOLDAKOV, O. Os agricultores urbanos de São Petersburgo. *In: RUAF Foundation*. 2000. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf> Acesso em: 18 dez. 2024.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros no Estado de São Paulo*. São Paulo. HUCITEC, 1984.

MONTEIRO, C. A. O sistema alimentar e a transição para dietas sustentáveis: desafios e oportunidades. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 2, 2017.

MONTE-MÓR, R.L.M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In SANTOS, M.; SOUZA, M.A.S; SILVEIRA, M.L. (org.) *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994. p. 169-181.

MORALES, W. F. *A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII*. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa

Interdepartamental da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MORÁN ALONSO, N.; HERNÁNDEZ AJA, A. Historia de los huertos urbanos: de los huertos para pobres a los programas de agricultura urbana ecológica. In: *CONGRESO ESTATAL DE AGRICULTURA ECOLÓGICA URBANA Y PERIURBANA*, 2011.

MORGAN, K. Nourishing the city: the rise of the urban food question in the Global North. *Urban Studies*, London, v. 52, n. 8, p. 1379–1394, 2015.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. etc..., espaço, tempo e crítica, *Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas*. N° 1(3), VOL. 1, p. 55-70, junho, 2007.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. *Revista Formação* (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

MORRIS, D. *It's a Sprawl World After All: The Human Cost of Unplanned Growth -- and Visions of a Better Future*. 1. ed. New York: University Press, 288p, 2005.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana – conceito e definição. *Revista Agricultura Urbana,* nº 01. Julho - 2000. Disponível em http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista> Acesso em: 17. jul. 2023.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potential and risks. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). *Growingcities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Eurasburg: DSE, 2001. Disponível em: http://www.ruaf.org/sites/default/files/Theme1.PDF> Acesso em: 10. jun. 2023.

MOUGEOT, L. J. A. *Agropolis: The Social, Political, and Environmental Dimensions of Urban Agriculture*. London: Earthscan, 2005.

MOUGEOT, L. J. A. *Growing Better Cities: Urban Agriculture for Sustainable Development*. International Development Research Centre, 2006.

MOYOYO, P. *How to grow food in a slum: lessons from the sack farmers of Kibera*. London, 2015. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/may/18/how-to-grow-food-in-a-slum-sack-farmers-kibera-urban-farming. Acesso em: 4 abr 2025.

NAIR, P. K. R. *Uma introdução à agrofloresta*. Springer Science & Business Media, 1993.

NECHYBA, T. J.; WALSH, R. P. Urban Sprawl. *Journal of Economic Perspectives*, v. 18, n. 4, p. 177-200, out. 2004.

NORONHA, E. O. *O espaço rural no contexto da urbanização difusa*: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP). 2008. f. 262. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

NORONHA, E. O.; HESPANHOL, R. A. de M. O espaço periurbano do município de Jundiaí – SP: Características e tendências atuais. *Revista Formação*, n.15 volume 1- p.85-96, 2008.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR**.** Favela do RJ possui a maior horta comunitária da América Latina. *Observatório do Terceiro Setor*, 2024. Disponível em:

https://observatorio3setor.org.br/favela-do-rj-possui-a-maior-horta-comunitaria-da-america-latina/. Acesso em: 12 nov. 2024.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais.*, São Paulo, v. 24, n° 2, p. 277-300, 2007.

OLIVA, J.; GIANSANT, R. *Espaço e modernidade*: temas da geografia mundial. São Paulo: Atual, 1995.

OLIVEIRA, T. M. *Sustentabilidade e agricultura urbana: uma análise das políticas públicas no Brasil.* São Paulo: Editora USP, 2018.

ORNELAS, G. M. *Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte* (1993-2020). Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PARDAL, S.; CORREIA, P. V. D.; LOBO, M. C. Normas Urbanísticas – Volume II: *Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Planos*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

PARISCULTEURS. *Urban Agriculture in Paris,* 2023. Disponível em: https://www.parisculteurs.paris/en/about/urban-agriculture-in-paris/. Acesso em: 10 fev. 2024.

PAULA, B. M. D.; OLIVEIRA, L. do C. A. de; GLORIA, M. B. de A. Cultivando cidades mais produtivas e sustentáveis com a agricultura urbana. In: *Congresso Nacional Universidade, Educação à Distância e Software Livre*, 2016, Congresso on-line. Belo Horizonte: SEMIOTEC/FALE/UFMG, Grupo Texto Livre, v. 1. p. 1-4, 2016.

PENTEADO, D. R. *Erosão do solo: causas, consequências e controle*. São Paulo: Edusp, 2007.

PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. *Qualidade de Vida*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 11, abr./ 2000.

PEREIRA, A. M.; ALVES, C. H. S.; COSTA, D. S. M. A Plurifuncionalidade e o Ordenamento Territorial nos Espaços Periurbanos: breves considerações. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas*, Minas Gerais, v. 1, out. 2012.

PEREIRA, A. S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. *Terra Plural*, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 287-304, jul/dez. 2013.

PEREIRA, M. F.; SILVA, J. R.; OLIVEIRA, R. P. Monitoramento e avaliação de políticas públicas: fundamentos teóricos e aplicabilidade na gestão pública. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 50-72, 2019.

PERFECTO, I.; VANDERMEER, J. *The agroecological matrix as alternative to the land-sparing/agriculture intensification model*. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 13, p. 5786-5791, 2010.

PINHEIRO, C. E. F.; AUGUSTO, H. dos A.; DIAS, C. A.; GONÇALVES, F. da S. Urbanização e alternativas de desenvolvimento: um estudo teórico sobre as contribuições da agricultura urbana para a sociedade. *Anais do V Congresso em Desenvolvimento Social, Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)*, Montes Claros, p. 5-14, 2016.

PINTO, R. S. B. F. F. Hortas Urbanas: *Espaço para o Desenvolvimento Sustentável de Braga*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal, Universidade do Minho, 2007.

PIRES, A. M.; ALMEIDA, F. S. Agricultura urbana e periurbana: uma alternativa sustentável para o desenvolvimento das cidades. *Revista de Planejamento Urbano e Regional*, v. 22, n. 3, p. 89-104, 2020.

PLANO MUNICIPAL DE TURISMO JUNDIAÍ, 2019. Disponível em < https://turismo.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Plano-Municipal-de-Turismo-de-Jundiai-Versao-Final-2019.pdf> Acesso em 05. jul. 2023.

POLIDORO, M., LOLLO, J. A. de, BARROS, M. V. F. IMPACTOS DECORRENTES DO SPRAWL URBANO EM LONDRINA – PR. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território*, v.2, n.1, p. 1-30, 2011.

PONTES, A. de T. *Jundiaí*. Edição Histórica. São Paulo: Escalibur, 1970.

PORTAL SOLAR. *Energia fotovoltaica*, 2021. Disponível em: https://www.portalsolar.com.br/energia-fotovoltaica.html. Acesso em: 16 dez. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POUW, M.; WILBERS, J. Agricultura urbana na Holanda: multifuncionalidade como estratégia organizacional. *Revista de Agricultura Urbana,* p.60-63, n. 15 de dezembro de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Veja como é simples participar de uma das 147 hortas urbanas de Curitiba*. Curitiba, 2023. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/veja-como-e-simples-participar-de-uma-das-147-hortas-urbanas-de-curitiba/67363. Acesso em: 6 dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA. Diadema implanta a 28ª horta comunitária. *Prefeitura Municipal de Diadema*, 2023. Disponível em: https://portal.diadema.sp.gov.br/diadema-implanta-a-28a-horta-comunitaria/. Acesso em: 19 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA. Itupeva comemora 57 anos de emancipação político-administrativa. Disponível em https://itupeva.sp.gov.br/noticias/itupeva-comemora-57-anos-de-emancipacao-politico-administrativa Acesso em: 31.jan.2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2018. Disponível em < https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2018/12/13/varian-inaugura-fabrica-de-aceleradores-lineares-em-jundiai/> Acesso em 23. mai. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**.** Primeira turma de capacitação para cultivo de hortas urbanas recebe certificação. *Jundiaí*, 2021. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/07/03/primeira-turma-de-capacitacao-para-cultivo-de-hortas-urbanas-recebe-certificacao/. Acesso em: 10 mar. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2021. Disponível em https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/06/17/selecionados-no-programa-horta-urbanaparticipam-de-curso-neste-sabado-19/> Acesso em 16.mai.2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2021. Disponível https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/06/19/capacitacao-para-horta-urbana-e-iniciadacom-treinamento-na-unidam/> Acesso em 16.mai.2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Estação Ferroviária*. 2022. Disponível em: https://turismo.jundiai.sp.gov.br/servicos/estacao-ferroviaria/> Acesso em: 06 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**.** *Complexo Fepasa*. Disponível em: *https://turismo.jundiai.sp.gov.br/atrativos/patrimonio-historico/complexo-fepasa/*. Acesso em: 26. jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2022. Disponível em< https://rotasturisticas.jundiai.sp.gov.br/centrohistorico/o-que-visitar/companhia-paulista/> Acesso em 27. mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2022. Disponível em< https://jundiai.sp.gov.br/desenvolvimento-economico/vantagens/a-forca-da-industria/> Acesso em 27. abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Horta urbana do Fazenda Grande recebe curso de capacitação para armazenamento e utilização da água da chuva. 1. ago. 2022. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/08/01/horta-urbana-do-fazenda-grande-recebe-curso-de-capacitacao-para-armazenamento-e-utilizacao-da-agua-da-chuva/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Jundiaí, Terra da Uva*. Disponível em: https://turismo.jundiai.sp.gov.br/a-cidade/jundiai-terra-da-uva/#:~:text=Mais%20da%20metade%20de%20Jundia%C3%AD,de%20uva%20em%20nossa%20cidade> Acesso em: 06 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Festa da Uva*. Disponível em: https://turismo.jundiai.sp.gov.br/atrativos/festa-da-uva/. Acesso em: 07 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Histórico da Festa da Uva*. Disponível em: https://festadauva.jundiai.sp.gov.br/historico-da-festa-da-uva/#:~:text=Por%20conta%20do%20fen%C3%B4meno%20da,as%20tradi%C3%A7%C3%B5es%20iniciais%20da%20Festa. Acesso em: 07 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Qualidade de vida*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/desenvolvimento-economico/vantagens/qualidade-de-vida/> Acesso em> 22. dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Selecionados no Programa Horta Urbana participam de curso neste sábado (19)*. 17 jun. 2021. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/06/17/selecionados-no-programa-horta-urbana-participam-de-curso-neste-sabado-19/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Capacitação para horta urbana é iniciada com treinamento na Unidam*. 19 jun. 2021. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/06/19/capacitacao-para-horta-urbana-e-iniciada-com-treinamento-na-unidam/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Programa Horta Urbana abre novas inscrições para curso de formação*. 16 set. 2021. Disponível em:

https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/09/16/programa-horta-urbana-abre-novas-inscricoes-para-curso-de-formacao/. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana do Fazenda Grande recebe serviços de preparo do terreno*. 15 fev. 2022. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/02/15/horta-urbana-do-fazenda-grande-recebe-servicos-de-preparo-do-terreno/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana Fazenda Grande é inaugurada com plantio de mudas.* 4 jun. 2022. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/06/04/horta-urbana-fazenda-grande-e-inaugurada-com-plantio-de-mudas/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana no Fazenda Grande oferece alimentos orgânicos e é sucesso com a comunidade*. 24 jul. 2022. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/07/24/horta-urbana-no-fazenda-grande-oferece-alimentos-organicos-e-e-sucesso-com-a-comunidade/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana do Fazenda Grande recebe crianças da EMEB Nassib Cury.* 28 abr. 2023. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/04/28/horta-urbana-do-fazenda-grande-recebe-criancas-da-emeb-nassib-cury/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana do Jardim do Lago dá exemplo de saúde e superação.* 27 dez. 2022. Disponível em: *https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/12/27/horta-urbana-do-jardim-do-lago-da-exemplo-de-saude-e-superacao/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Programa Horta Urbana: diretrizes e regulamentação*. Jundiaí: PMJ, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *O que tem de agronegócio em Jundiaí.* Disponível em: https://abastecimento.jundiai.sp.gov.br/o-que-tem-de-agronegocio-em-jundiai/#:~:text=Ao%20todo%20no%20munic%C3%ADpio%20s%C3%A3o,Bairros%20Rurais%20da%20nossa%20cidade. Acesso em: 10. nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *38ª Festa da Uva e 9ª Expo Vinhos bate recorde de números*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/02/07/38a-festa-da-uva-e-9a-expo-vinhos-bate-recorde-de-numeros/. Acesso em: 02. dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Histórico da Festa da Uva.* Disponível em: https://festadauva.jundiai.sp.gov.br/historico-da-festa-da-uva/#:~:text=Por%20conta%20do%20fen%C3%B4meno%20da,as%20tradi%C3%A7%C3%B5es%20iniciais%20da%20Festa.. Acesso em: 15. dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Com aumento de público, quase 54 mil pessoas prestigiam o primeiro final de semana da Festa da Uva.* Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2024/01/15/com-aumento-de-publico-quase-54-mil-pessoas-prestigiam-o-primeiro-final-de-semana-da-festa-da-uva/. Acesso em: 15 jan. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Programa Horta Urbana recebe menção honrosa em São Paulo, 2023. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/12/12/programa-horta-urbana-recebe-mencao-honrosa-em-sao-paulo/. Acesso em: 3. mai. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Prefeito e gestores fazem balanço da Festa da Uva com participantes e sociedade.* Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2024/02/24/prefeito-e-gestores-fazem-balanco-da-festa-da-uva-com-participantes-e-sociedade/. Acesso em: 24. jun. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Programa Horta Urbana de Jundiaí*. Disponível em www.jundiai.sp.gov.br. Acesso em: 6. jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Prefeitura promove ações na comemoração da Semana do Meio Ambiente.* Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/05/30/prefeitura-promove-acoes-na-comemoracao-da-semana-do-meio-ambiente/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana no Jardim do Lago: primeira colheita deve acontecer no fim de janeiro*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/12/28/horta-urbana-no-jardim-do-lago-primeira-colheita-deve-acontecer-no-fim-de-janeiro/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Jardim Guanabara terá horta com parque naturalizado e área para brincar*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2022/12/10/jardim-guanabara-tera-horta-com-parque-naturalizado-e-area-para-brincar/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Jardim Guanabara ganha nova horta e parque naturalizado para brincar livre*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/09/23/jardim-guanabara-ganha-nova-horta-e-parque-naturalizado-para-brincar-livre/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Implantação de Jardim de Chuva integra comemorações do Dia Mundial da Água*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/03/22/implantacao-de-jardim-de-chuva-integra-comemoracoes-do-dia-mundial-da-agua/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta urbana do Jardim Guanabara recebe crianças da Emeb Nelson Brito*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/06/03/horta-urbana-do-jardim-guanabara-recebe-criancas-da-emeb-nelson-brito/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Hortas urbanas transformam paisagens e promovem saúde e participação social*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/07/30/hortas-urbanas-transformam-paisagens-e-promovem-saude-e-participacao-social/. Acesso em: 16 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Jovens acolhidos da Casa Transitória visitam a Horta Urbana do Anhangabaú.* Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/07/21/jovens-acolhidos-da-casa-transitoria-visitam-a-horta-urbana-do-anhangabau/. Acesso em: 17 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Horta Urbana do Anhangabaú recebe visita de representantes de restaurantes de Jundiaí*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2024/01/27/horta-urbana-do-anhangabau-recebe-visita-de-representantes-de-restaurantes-de-jundiai/. Acesso em: 17 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Programa Horta Urbana recebe menção honrosa em São Paulo*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/12/12/programa-horta-urbana-recebe-mencao-honrosa-em-sao-paulo/. Acesso em: 18 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Hortas urbanas do Jardim Novo Horizonte transformam áreas ociosas e promovem saúde e renda*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/09/20/hortas-urbanas-do-jardim-novo-horizonte-transformam-areas-ociosas-e-promovem-saude-e-renda/. Acesso em: 18 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Alunos da Emeb Fátima Pandolpho visitam Horta Urbana do Novo Horizonte*. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2023/09/30/alunos-da-emeb-fatima-pandolpho-visitam-horta-urbana-do-novo-horizonte/. Acesso em: 18. dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. *Lei nº 9.321, de 11 de novembro de 2019: Plano Diretor do Município de Jundiaí — consolidado até a Lei nº 10.177, de 13 de junho de 2024. Jundiaí, 2024.* Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2024/07/lei-9321-2019_consolidacao-junho2024.pdf> Acesso em: 10. jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE**.** *Secretaria Executiva de Agricultura Urbana promove práticas sustentáveis no município*. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-executiva-de-agricultura> Acesso em: 14. nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Primeiro Plano de Agroecologia é apresentado. Diário de Pernambuco*, 2021. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/10/primeiro-plano-de-agroecologia-e-apresentado-pela-prefeitura-do-recife.html> Acesso em: 22. dez. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Cursos e oficinas práticas em agroecologia reforçam ações sustentáveis*. Blog do Alberes Xavier, 2021. Disponível em: https://blogdoalberesxavier.com/noticias/43531/prefeitura-do-recife-e-ministerio-do-desenvolvimento-social-reforcam-acoes-de-agricultura-urbana-e-sustentabilidade> Acesso em: 04. abr. 2023.

PRETTY, J.; PEACOCK, J.; SELLENS, M.; GRIFFIN, M. The mental and physical health outcomes of green exercise. *International Journal of Environmental Health Research*, v. 15, n. 5, p. 319-337, 2007.

PRETTY, J. Agricultural sustainability: concepts, principles and evidence. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 363, n. 1491, p. 447-465, 2008.

RAIS – RELATÓRIO ANUAL INFORMAÇÕES SOCIAIS. Disponível em < http://www.rais.gov.br/sitio/2014/index.jsf > Acesso em 18. nov. 2022.

RATHMANN, R.; HOFF, D. N.; SANTOS, O. I.; PADULA, A. D. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. *RER*, v. 46, n. 2, p. 325-354, abr./jun. 2008.

RED ESPAÑOLA DE CIUDADES POR LA AGROECOLOGÍA. *Informe Anual de Huertos Urbanos en España*. Madrid: Red Española de Ciudades por la Agroecología, 2023. Disponível em: https://ciudadesagroecologicas.eu.> Acesso em: 5 nov. 2025.

REIS FILHO, N. G. *Notas sobre Urbanização Dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 201p., 2006.

RELPH, E. *Place and Placelessness*. Pion Press, 1976.

RESENDE, S. A.; CLEPS JUNIOR, J. A agricultura urbana em Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia (UFU. Online*), v. 07, p. 191-199, 2006.

RIBEIRO, W. C. Do Lugar ao Mundo ou o Mundo no Lugar? *Terra Livre AGB*, n. 11, v. 12, p. 237-242, 1993.

RITTER, K.; LEFEBRE, F.; ADRIAENSEN, S.; ARNOLD, U.; BECKROEGE, W.; BRONNER, C.; DAMSGAARD, O.; DOSTAL, I.; DUFEK, J.; HIRSCH, J.; INTPANIS, L.; KOTEK, Z.; RAMADIER, T.; THIERRY, A.; VERMOOTE, S.; WANIA, A.; WEBER, C. Simulating the impact of urban sprawl on air quality and population exposure in German Ruhr area. Part II: development and evaluation of an urban growth scenario. *Atmospheric Environment Journal.* Volume 42. p. 7070 – 7077. 2008.

ROCHA, R.; CARVALHO, S. P. *Engenharia naturalística: técnicas sustentáveis no controle de erosões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ROCHA, T. R.; HESPANHOL, R. A. M.; VINHAES, A. S. A EXPANSÃO PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ? O CASO DAS CHÁCARAS DE RECREIO NOS BAIRROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ. In: *I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina*, 2018, Londrina. Anais do I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, v. 1, p. 1690-1706. 2018.

ROCHA, T. R. *O turismo rural e a pluriatividade na perspectiva da multifuncionalidade*: as propriedades rurais situadas na Rota Turística da Uva no município de Jundiaí - SP. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 369p., 2022.

RODRIGUES, J. *Primeira horta comunitária desenvolvida no Parque da Cidade*. Brasília: Agência Brasília, 2022. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/11/12/parque-da-cidade-ganha-segunda-horta-comunitaria/> Acesso em: 6 dez. 2022.

RODRÍGUEZ, J. T., CAVIEDES, J., BARREAU, A., PESSA, N. (Eds.). *Huertas familiares y comunitarias: cultivando soberanía alimentaria*. Ediciones Universidad Católica de Chile, 225p., 2019.

RODRÍGUEZ, L.; ACEVEDO, P.; MUÑOZ, M.; HENRÍQUEZ, C. *Agricultura urbana y periurbana: una revisión de los conceptos y experiencias*. *Revista Urbano*, Concepción, v. 21, n. 38, p. 146-159, 2019.

ROESE, A. D. *Agricultura urbana*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 4 p. 2003.

ROLNIK, R. *O que é cidade.* 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 87 p.

ROSA, P. P. POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL. *Revista Geográfica de América Central*, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-17. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica.

ROSA, M. A.; MARINHO, M. D. C.; ROSA, O. Construção do conhecimento no processo de ensinar geografia através da categoria lugar na sala de aula. In: *Anais do VI Congresso Nacional*

de Educação (CONEDU). Realizado de 24 a 26 de outubro de 2019. Disponível em: Plataforma Espaço Digital. Acesso em: 15. dez. 2022.

ROSSET, P. M. *Food is Different: Why We Must Get the WTO Out of Agriculture*. London: Zed Books, 2006.

ROSTOW, W. W. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SACHS, I. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALVIA, R. The Italian peri-urban agriculture: A territorial approach. In: MADUREIRA, A. (Ed.). *Peri-Urban Agriculture, Rural Urbanity and Social Diversity in Europe*. Cham: Springer International Publishing, 2016. p. 33-50.

SAMPAIO, F. T. *Agricultura urbana e segurança alimentar: desafios e oportunidades nas comunidades urbanas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

SÁNCHEZ, B. N.; LÓPEZ, C. D.; JIMÉNEZ, A. R. Los huertos urbanos en la Ciudad de México: Un análisis de su impacto social y ambiental. *Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, v. 12, n. 3, p. 45-68, 2015.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. 2007. Disponível em: http://www.rede-mg.org.br/?iid=56> Acesso em: 08. jul. 2022.

SANTOS, M. *Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1984.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel. 1985.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão.* São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, M. *Manual da geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O espaço geográfico e o pensamento geográfico. In: HAKIM, M. S.; DIAS, C. D. (Org.). *O espaço geográfico na pós-modernidade*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-32.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. – São Paulo: Hucitec, 1998, 308p.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, M. S. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. *Revista de Humanidades*, Natal: UFRN/CERES. v.2, n. 4, jun./jul. 2001. Disponível em: http://www.seol.com.br/mneme/ Acesso em: 22 jan. 2023.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. L. dos. *Interpretação constitucional no controle judicial das políticas públicas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2006.

SANTOS, E. V. M.; HESPANHOL, R. A. de M. As múltiplas leituras do espaço rural. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v. 7, n. 3, p. 81-101, 2013.

SANTOS, B. de S. *Epistemologies of the South*: Justice Against Epistemicide. Boulder: Paradigm Publishers, 426p., 2014.

SANTOS, M.; PEREIRA, L.; OLIVEIRA, R. Educação ambiental e hortas escolares: um estudo de caso em Recife. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 3, p. 345-367, 2021.

SANYÉ-MENGUAL, E.; OLIVER-SOLÀ, J.; MONTERO, J. I.; RIERADEVALL, J. An environmental and economic life cycle assessment of rooftop greenhouse (RTG) implementation in Barcelona, Spain. *International Journal of Life Cycle Assessment*, v. 20, n. 3, p. 350-366, 2015.

SÃO PAULO. *CPTM: oito estações completam hoje 137 anos*. São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/cptm-oito-estacoes-completam-hoje-137-anos/ Acesso em: 03 mar. 2023.

SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, p.13882 – 13894, 2005.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em < https://municipios.seade.gov.br/economia/ > Acesso em 19. ago. 2023.

SEADE – SISTEMA DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS. *Economia.* Disponível em: https://municipios.seade.gov.br/economia/. Acesso em: 10. dez. 2023.

SECCHI, B. Cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS FILHO, Nestor G. (Org.). *Dispersão urbana*: diálogo sobre pesquisas Brasil - Europa. São Paulo: LAP - Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, p. 111-139, 2007.

SECRETARÍA DEL MEDIO AMBIENTE DE LA CIUDAD DE MÉXICO (SEDEMA). *Avanza instalación de huertos urbanos en unidades habitacionales de la Ciudad de México*. Ciudad de México, 2022. Disponível em: https://www.sedema.cdmx.gob.mx/comunicacion/nota/avanza-instalacion-de-huertos-urbanos-en-unidades-habitacionales-de-la-ciudad-de-mexico. Acesso em: 27 mar. 2026.

SILVA, T. R. da. A geograficidade e os saberes tradicionais dos pescadores do lago Guaíba: subsídios para a co-gestão das águas do manancial. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina 2005. *Anais do SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE* Homenageando Lívia de Oliveira. Londrina, 17p., 2005.

SILVA, A. O. Uso do território e indústria em Jundiaí-SP: Lógicas globais, lógicas locais. In: *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 2014, Vitória. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

SILVA, S. *Hortas urbanas mudam paisagem urbana em Diadema*, 2014. Globo Rural, 2014. Disponível em: https://globorural.globo.com/Noticias/Agricultura/Hortifruti/noticia/2014/01/hortas-urbanas-mudam-paisagem-urbana-em-diadema.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVA, R. C.; MENDONÇA, J. A. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da Lei nº 11.947/2009 no PNAE. *Revista de Política Agrícola*, v. 24, n. 1, p. 123-136, 2015.

SILVA, A. M. Agricultura urbana: potencialidades para a sustentabilidade e a segurança alimentar nas cidades. *Revista Brasileira de Geografia Agrária*, v. 13, n. 1, p. 87-102, 2018.

SILVA, R. F.; SOUZA, M. A.; DUARTE, M. L. Agricultura urbana: práticas sustentáveis em áreas urbanas. *Cadernos de Agroecologia*, v. 14, n. 1, 2019.

SILVA, F.; RIBEIRO, A.; COSTA, D. Agricultura urbana e resiliência alimentar: análises e perspectivas. *Estudos de Sustentabilidade Urbana*, v. 12, n. 1, p. 89-110, 2020.

SILVA, S. R. da; DIAS, A. de S.; DIAS, A. C. de S.; OLIVEIRA, A. L. de; TESSAROLO, M. M. M.; DIAS, E. N. Cultivando saúde: o potencial das hortas comunitárias na atenção primária à saúde. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 11, p. 3307-3322, 2023.

SMIT, J.; RATTA, A.; NASR, J. *Agricultura urbana: alimentos, empregos e cidades sustentáveis*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2001. Disponível em: https://www.undp.org. Acesso em: 10. jun. 2024.

SOGA, M.; GASTON, K. J.; YAMAURA, Y. Gardening is beneficial for health: a meta-analysis. *Preventive Medicine Reports*, v. 5, p. 92-99, 2017.

SOLER, F**.** *Direito dos resíduos: jurisprudência*. Felsberg Advogados, 2021. Disponível em: https://www.felsberg.com.br/direito-dos-residuos-jurisprudencia. Acesso em: 16 dez. 2024.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano. (1929) In: MARTINS, J. S. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUSA, M. *Maricá inaugura praça agroecológica de 2 mil m², 2020*.Ciclo Vivo. Disponível em: https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/marica-inaugura-praca-agroecologica-de-2-mil-m2/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR3F0xqMrh5vaBmBTMLIWvLg-T1CJmC6S1qnUiOlIvDcEIE3_ynUhzz5-Z4_aem_ZmFrZWR1bW15MTZieXRlcw. Acesso em: 8. jan. 2024.

SOUSA, M. Jundiaí: terrenos ociosos e hortas urbanas. *Ciclovivo*, 2021. Disponível em: https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/jundiai-terrenos-ociosos-hortas-urbanas/. Acesso em: 10 fev. 2024.

SOUZA, J. S. I. A *agricultura em Jundiaí*: Primeira Parte. Sinopse da história da agricultura em Jundiaí, 1956, p. 7 – 39.

SOUZA, C. *Estado, burocracia e controle político.* Brasília: Editora UnB, 2001.

SOUZA, J. L. A. M. Algumas noções sobre o rural. In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, 6., 2004, Goiânia: AGB/UFG, 2004.

SOUZA, E. D. de. *NOVAS RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO – SE.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS, p. 124, 2015.

SPAROVEK, G., G. C. V. LEONELLI, A. G. O. P. BARRETTO. *A linha imaginária*. Cadernos Pólis, 8 - Anais do Seminário "O município e o solo rural"; São Paulo, 15 de julho de 2003. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1938. 3 v.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO. M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese (Livre Docência), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas de produção do espaço no Estado de São Paulo. In: *REIS,* Nestor Goulart; Portas, Nuno; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Dispersão urbana*: Diálogos sobre Brasil-Europa. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007, p. 38-54.

SPOSITO, M. E. B**.** *Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, E. S. (Org.)**.** *O Novo Mapa da Indústria no Início do Século XXI: Diferentes Paradigmas para Leitura das Dinâmicas Territoriais do Estado de São Paulo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

STAFUZZA, A. M. (Org.). *Revista Museu de Jundiaí*, Jundiaí: Prefeitura Municipal de Jundiaí, n. 1, p. 5-10, 1967.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. Conceito de lugar e suas diferentes abordagens. *Revista UNIOESTE*, Cascavel, v. 9, n. 11, p. 1-19, 2014.

TEIXEIRA, M. A. de C. M. *AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE TERESINA:* HORTAS COMUNITÁRIAS – POLÍTICAS PÚBLICAS OU SEGURANÇA ALIMENTAR? Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Rio Claro, p.180, 2011.

TCHOBANOGLOUS, G.; BURTON, F. L.; STENSEL, H. D. *Wastewater engineering: Treatment and reuse*. McGraw-Hill Education, 2003.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORNAGHI, C. Critical geography of urban agriculture. *Progress in Human Geography*, v. 38, n. 4, p. 551-567, 2014.

TRIBUNA DE JUNDIAÍ. *Turma de capacitação para cultivo de hortas urbanas de Jundiaí recebe certificação,* 2021. Disponível em: *https://tribunadejundiai.com.br/cidades/jundiai/turma-de-capacitacao-para-cultivo-de-hortas-urbanas-de-jundiai-recebe-certificacao/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

TRIBUNA DE JUNDIAÍ. *Horta Urbana do Anhangabaú recebe visita de representantes de restaurantes de Jundiaí*, 2021. Disponível em: https://tribunadejundiai.com.br/cidades/jundiai/horta-urbana-do-anhangabau-recebe-visita-de-representantes-de-restaurantes-de-jundiai/. Acesso em: 17 dez. 2024.

TUAN, Y. F. *Space and Place: The Perspective of Experience*. University of Minnesota Press, 1980.

TUAN, Y. F. *Espaço e Lugar***:** a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TURISMO JUNDIAÍ. Disponível em < https://turismo.jundiai.sp.gov.br/atrativos/festa-da-uva > Acesso em: 10. set. 2023.

TURISMO JUNDIAÍ. Disponível < https://turismo.jundiai.sp.gov.br/institucional/circuito-das-frutas/ > Acesso em 22. set .2023.

TURISMO JUNDIAÍ. Disponível em < https://turismo.jundiai.sp.gov.br/servicos/agencias-de-turismo-receptivo/ > Acesso em: 25. set. 2023.

TVTEC JUNDIAÍ. *Horta urbana do Fazenda Grande recebe serviços de preparo do terreno*. 15 mai. 2024. Disponível em: *https://tvtecjundiai.com.br/news/2022/02/15/horta-urbana-do-fazenda-grande-recebe-servicos-de-preparo-do-terreno/?fbclid=IwAR3n5g7TC8H1fwnOJ2OXgrqkd21_EPGMafKJ9OFz7qds09jfHtuL5zoonZI*. Acesso em: 26 jun. 2022.

TVTEC JUNDIAÍ. *Jundiaí lança o Programa Horta Urbana em espaços públicos ociosos*. 8 jun. 2021. Disponível em: *https://tvtecjundiai.com.br/news/2021/06/08/jundiai-lanca-o-programa-horta-urbana-em-espacos-publicos-ociosos/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

TVTEC JUNDIAÍ. *Horta urbana do Fazenda Grande dá continuidade ao curso técnicas bioconstrutivas e permacultura*. 6 mai. 2022. Disponível em: *https://tvtecjundiai.com.br/news/2022/05/06/horta-urbana-do-fazenda-grande-da-continuidade-ao-curso-tecnicas-bioconstrutivas-e-permacultura/*. Acesso em: 26 jun. 2022.

TVTEC JUNDIAÍ. *Aposentado perdeu a esposa, teve Covid-19 e se reinventou no Programa Horta Urbana,* 2023. Disponível em: https://tvtecjundiai.com.br/news/2022/01/11/aposentado-perdeu-a-esposa-teve-covid-19-e-se-reinventou-no-programa-horta-urbana/?fbclid=IwAR3IK9vWZxniSKjcW6fXgfPbC4FIdkE-yd8Tl7cZC65lz0gFsK8CKGrAe3w. Acesso em: 16 dez. 2024.

ULRICH, R. S. View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, v. 224, n. 4647, p. 420-421, 1984.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities. United Nations Development Programme. New York: *Publication Series for Habitat I*I, v. 1, 1996.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). *Urban agriculture: A resource guide for municipalities*. 2016. Disponível em: https://www.usda.gov. Acesso em: 29 abr. 2024.

URBAN REDEVELOPMENT AUTHORITY (URA). *Urban Farming.* Singapore, 2024. Disponível em: https://www.ura.gov.sg/Corporate/Get-Involved/Plan-Our-Future-SG/Innovative-Urban-Solutions/Urban-Farming> Acesso em: 14 maio 2025.

VALE, A. R. do**.** *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP).* 2005. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2005.

VALENT, J. Z.; OLIVEIRA, L. de; VALENT, V. D. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, v. 7, n. 2, p. 4-19, 29 out. 2017.

VAN VEENHUIZEN, R.; DANSO, G. Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture. Rome: *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, 2007.

VASCONCELOS, C. S.; OLIVEIRA F. I.; MEDRADO, P. L. R.; BRITO, A. P. B. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. *Desafios-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, v. 7, n. Especial, p. 75-80, 2020.

VELASCO, A. F.; KUHN, E. A. Investigação de uma tipologia de edificação para agricultura urbana contextualizada aos assentamentos informais brasileiros. In: *XI SEPesq - Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação*, Porto Alegre, 2015.

VINHAES, A. da S. *A agricultura urbana em Porto Ferreira - SP: o que é? Como é? E para quem é*? 2021. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT, Presidente Prudente, 2021.

VINHAES, A. da S.; Hespanhol, A. N. A agricultura urbana em Porto Ferreira - SP: o que é? Como é? E para quem é?. *Revista De Geografia*, p.165–185, 2022.

VITIELLO, D.; NAIRN, M. *Community gardening in Philadelphia: 2008 harvest report*. Philadelphia: Penn Planning and Urban Studies, University of Pennsylvania, 2009.

VITIELLO, D.; WOLF-POWERS, L. Growing food to grow cities? The potential of agriculture for economic and community development in the urban United States. *Community Development Journal*, v. 49, n. 4, p. 508–523, 2014.

VITIELLO, D.; GRISSO, J. A.; WHITESIDE, K. L.; FISCHMAN, R. From commodity surplus to food justice: food banks and local agriculture in the United States. *Agriculture and Human Values*, v. 32, n. 3, p. 419–430, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: 2000.

WANDSCHEER, E. A. R.; MEDEIROS, R. M. V. Agricultura Urbana em Porto Alegre: Dinâmicas Socioeconômicas no Espaço Local. GEOSABERES: *Revista de Estudos Geoeducacionais,* v. 6, p. 298-312, 2015.

WILSON, E. O. Biophilia. *Cambridge*: Harvard University Press, 1984.

WHITACKER, A. M. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO; M. E. B.;

WHITACKER, A. M. (org.); *Cidade e Campo* – relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 131 – 155, 2006.

YANJARÍ, S. Fotografia publicada na reportagem *Un 'boom' de huertos urbanos para pintar de verde el gris Santiago de Chile*. *El País – América Futura*, 4 abr. 2023. Disponível em: https://elpais.com/america-futura/2023-04-04/un-boom-de-huertos-urbanos-para-pintar-de-verde-el-gris-santiago-de-chile.html> . Acesso em: 4 abril. 2025.

ZASADA, I. Multifunctional peri-urban agriculture—A review of societal demands and the provision of goods and services by farming. *Land Use Policy*, v. 28, n. 4, p. 639-648, 2011.

ZAZO MORATALLA, A. El parque agrario: estructura de un espacio agrícola periurbano de calidad. In: YACAMÁN, C.; ZAZO, A. (ed.). *El Parque Agrario: una figura de transición hacia nuevos modelos de gobernanza territorial y alimentaria*. Madrid: Heliconia, 2015.

ZEZZA A.; TASCIOTTI L. Urban agriculture, poverty, and food security: Empirical evidence from a sample of developing countries. Agricultural Development Economics Division, Food and Agriculture Organization (FAO). *Food Policy*, 265-273, Rome, Italy, 2010.

APÊNDICE

A - FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS COM OS AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA HORTA URBANA COM HORTAS ATIVAS

PESQUISADOR: Alan da Silva Vinhaes
ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

I – NOME DO ENTREVISTADO E CARACTERÍSTICAS GERAIS:
DATA ____/_____/____
ENTREVISTADO(A)_____

PERFIL DO PRODUTOR

1. Sexo:
( ) Feminino
( ) Masculino

2. Faixa etária (em anos):
( ) Menos de 20
( ) Entre 20 e 30
( ) Entre 31 e 40
( ) Entre 41 e 60
( ) Acima de 60

3. Estado civil:
( ) Casado(a) ou com união estável
( ) Solteiro(a)
( ) Divorciado(a)
( ) Viúvo(a)

4. Número de filhos:
( ) Não tem
( ) 1
( ) 2 – 3
( ) Acima de 3

5. Grau de escolaridade:
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo
( ) Superior incompleto
( ) Superior completo

6. Profissão:
( ) Do lar
( ) Autônomo
( ) Assalariado
( ) Aposentado
( ) Desempregado
( ) Agricultor

2- RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS DO LOTE:

2.1- O abastecimento de água é feito por:
_____
_____
2.2. O abastecimento de energia é feito por:
_____
_____
2.3. Como é feito o sistema de irrigação:
_____
_____

3- EXPLORAÇÃO DO LOTE:

1- TAMANHO E LOCALIZAÇÃO
1.1 - Tamanho da propriedade em metros quadrados:_____
DIMENSÃO DA ÁREA CULTIVADA (em metros quadrados)
1.2 - Localização: _____
1.3 - Distância do centro da cidade (em km): _____
1.4 - Há alguma linha de ônibus urbano que passa pela local?
( ) sim ( ) não

2.1- A exploração do lote é feita:
( ) pelo proprietário ( ) por administrador terceirizado
( ) pela família ( )pela família e outras pessoas/agregados

2.2 - Caracterização da família (quando for o caso):
2.2.1 - Nº de membros: _____
2.2.2 - Idade dos membros (em anos):
( ) entre 0 e 5
( ) entre 6 e 10
( ) entre 11 e 15
( ) entre 16 e 20

( ) entre 21 e 25
( ) entre 26 e 30
( ) mais de 30 anos

2.2.3 - Escolaridade dos membros:
( ) analfabeto
( ) semi-analfabetos
( ) alfabetizados
( ) fundamental completo (antigo ginásio)
( ) ensino médio
( ) Superior

2.2.4 - Quantos vivem da renda da exploração agrícola?

_____

3. - O senhor(a) possui outro lote para a produção agrícola ou outra atividade?
( ) sim ( ) não

3.1.1- Caso a resposta seja positiva:
( ) No mesmo bairro
( ) Em bairros próximos
( ) Atua como membro familiar

3.2. O senhor(a) possui outras atividades ou outras fontes de renda:

_____
_____

4- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RENTABILIDADE:

4.1- As atividades desenvolvidas na propriedade são de tipo:
( ) agrícola
( ) não-agrícola (arranjos florais)
( ) agrícolas e não-agrícolas (arranjos florais-agregado)

4.2- Qual a atividade principal?

_____
_____

4.3 – Quais são os principais produtos cultivados?

_____
_____

4.4- Qual a atividade que gera maior renda é?

_____
_____

4.5- O total da renda familiar mensal é de:

( ) Menos de 1 Salário Mínimo (SM)
( ) Entre 1 e 2 SM
( ) Entre 2 e 5 SM
( )Entre 5 e 10 SM
( ) Acima de 10 SM

4.6- A produção comercializada é vendida:
( ) na própria área de produção
( ) A domicílio
( ) para grandes supermercados
( ) para mercados de bairros
( ) ruas e praças do bairro
( ) outros/Qual? _____

5- EQUIPAMENTOS QUE PERMITEM DIVERSIFICAR E AUMENTAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

5.1- Instrumentos de trabalho existentes para a produção
( ) Enxada
( ) Pá
( ) Plantadeira Manual
( ) Facão
( ) Ancinho
( ) Pulverizador
( ) Tratorito
( ) Encanteirador
( ) Outros: Qual_____

5.2- Utilização de adubos e corretivos na lavoura
Adubos Químicos ( )Sim ( )Não
Insumos Químicos ( )Sim ( )Não
Corretivos ( )Sim ( )Não

5.3 – Qual a forma de controle de pragas e doenças?
( ) Biocidas (agrotóxicos)
( ) tratamentos orgânicos
( ) métodos naturais (coleta das folhas e queima)
( ) outros

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.1. - Que órgão fornece assistência técnica?
( ) Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA)

( ) Sindicato Rural
( ) Associação de Moradores
( ) Outros: _____

7.CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA:

7.1- Há quanto tempo pratica a agricultura urbana?

( ) menos de 1 ano ( ) entre 1 e 2 anos
( ) entre 3 e 5 anos ( ) mais de 5 anos

7.2- Qual a razão para a prática da agricultura urbana:

( ) Lazer/ bem estar ( ) Aumento de renda
( ) Consumo e subsistência ( ) Outra _____

7.3- Quando é realizada a atividade:

( ) Todos os dias ( ) Durante a semana
( ) Finais de semana ( ) Esporadicamente

7.4- O que o senhor(a) acha necessário para ter sucesso na agricultura?
( ) trabalhar na própria terra
( ) dispor de sementes de boa qualidade
( ) ter acesso à máquinas para trabalhar
( ) transformar seus próprios produtos agregando-lhes mais valor
( ) ter assistência técnica regularmente
( ) outros

7.3. Qual a principal razão que levou a praticar a agricultura urbana?
( ) tradição com agricultura
( ) consumo e subsistência
( ) aumento da renda com a venda dos produtos
( ) desemprego
( ) outros

7.4. Quanto tempo do dia é dedicado para a atividade?
( ) menos de 1 h
( ) entre 1 e 2 horas
( ) entre 3 e 4 horas
( ) 5 horas
( ) durante todo o dia

8. O PROGRAMA HORTA URBANA:

8.1. Como o senhor(a) teve acesso ao Programa Horta Urbana?

_____
_____

8.2. A realização do curso técnico e prático permitiu que ao senhor(a) auxiliou a cultivar os espaços desde o trato com o solo, plantio, colheita até a comercialização?

_____
_____

8.3. O senhor(a) realizou o curso fornecido pelo Programa de Técnicas Bioconstrutivas e Permacultura? Se sim, o senhor(a) já realiza em sua área de cultivo? Se não, por que não realizou o curso ou por que não realiza a técnica em sua área de cultivo?

_____
_____

8.4. Com relação ao Programa Horta Urbana, no que ele é negativo?

_____
_____

8.5. Com relação ao Programa Horta Urbana, no que ele é positivo?

_____
_____

8.6. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas?

_____
_____

8.7. Quais são os produtos cultivados em seu lote? E quais são comercializados?

_____
_____

8.8. Quais dos produtos cultivados na AU é utilizado na alimentação da família?

_____
_____

8.9. Como é feita a aquisição de sementes e mudas?

_____
_____

8.10. O senhor(a) conta com a orientação técnica do Departamento de Agronegócio da Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT)?

_____
_____

8.11. O senhor(a) possui a certificação IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural) Orgânico? Se sim, a quanto tempo? Se não, o senhor(a) tem interesse no futuro de adquirir?

_____
_____

8.12. Há produção orgânica em seus produtos? Se sim, quais? Se não, o senhor(a) pretende futuramente se inserir nessa modalidade?

_____
_____

B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS COM A DIRETORA DE URBANISMO DA UNIDADE DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE (UGPUMA)

PESQUISADOR: Alan da Silva Vinhaes
ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Data: _____ Dados Pessoais:
Nome:_____
Função:_____

Questões

1- Qual é a data de criação do Programa Horta Urbana e quais foram os motivos que levaram à sua implementação?

_____
_____

2- Os objetivos do Programa Horta Urbana foram fundamentados em algum programa de hortas pré-existente?

_____
_____

3- Em referência ao Programa Horta Urbana, criada no município no ano de 2021, quais foram os motivos? Quem participou do conselho do Programa? Quanto tempo demorou para ser implementado?

_____
_____

4- Já teve contato com programas e/ou projetos relacionados à Agricultura Urbana e Periurbana? Se houve, descreva quais foram e como foi sua participação.

_____
_____

5- Quem foi responsável pela elaboração do curso de capacitação e qual é a duração desse curso?

_____
_____

6- Além do curso de capacitação, existem outros cursos oferecidos pela prefeitura municipal relacionados ao programa?

_____
_____

7- Existe acompanhamento técnico nas hortas em execução? O engenheiro agrônomo realiza coleta de solo? Em caso afirmativo, com que frequência anual?

_____
_____

8- Qual foi o orçamento destinado para a primeira turma do Programa Horta Urbana e quais atividades foram contempladas por este orçamento?

_____
_____

9- Por que, dentre os 15 selecionados para a primeira turma do Programa Horta Urbana, apenas 4 hortas estão em execução? O que aconteceu com os demais participantes?

_____
_____

10- Considerando que foram selecionadas apenas 6 áreas para a execução das hortas da primeira turma, onde seriam alocadas as outras pessoas selecionadas que não possuíam áreas definidas?

_____
_____

11- Qual foi o orçamento destinado para a segunda turma do Programa Horta Urbana e quais atividades foram contempladas por este orçamento?

_____
_____

12- Por que, dentre os 26 selecionados para a segunda turma do Programa Horta Urbana, apenas 3 hortas estão em execução? O que aconteceu com os demais participantes?

_____
_____

13- Considerando que foram selecionadas apenas 16 áreas para a execução das hortas da segunda turma, onde seriam alocadas as outras pessoas selecionadas que não possuíam áreas definidas?

_____
_____

14- Qual foi a justificativa para a criação da segunda turma do Programa Horta Urbana, sendo que as hortas da primeira turma ainda não estavam totalmente executadas? Houve uma falta de planejamento?

_____
_____

15- Existe a perspectiva de criação de uma terceira turma para o Programa Horta Urbana, considerando que desde 2021 apenas duas turmas foram formadas?

_____
_____

16- Foi realizada uma análise de campo das áreas destinadas às hortas, e algumas se encontram em estado de abandono, com entulho e matagal. A prefeitura tem monitorado essas áreas? Em caso afirmativo, com que frequência?

_____
_____

17- A horta localizada na Rua Medina Pinto Bento, ao lado do nº 212, de José Aparecido, está situada em área particular ou pertence à prefeitura, visto que o local não apresenta vínculo com o Programa Horta Urbana?

_____
_____

18- É permitido o uso de agrotóxicos ou outros insumos químicos nas hortas do programa?

_____
_____

19- O Programa Horta Urbana é avaliado pelo poder público municipal de maneira positiva ou negativa? Por que?

_____
_____

20- Com as novas eleições municipais em 2024, há alguma informação sobre o Programa Horta Urbana como, terá continuidade, investimentos ou poderá ser finalizado?

_____

_____

21- O senhor(a) gostaria de compartilhar mais alguma informação a respeito do Programa de Horta Urbana que não foi mencionado neste roteiro de entrevistas?

_____

_____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS COM OS AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS QUE NÃO ESTÃO INCLUIDOS NO PROGRAMA HORTA URBANA

PESQUISADOR: Alan da Silva Vinhaes
ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Data: _____ Dados Pessoais:
Nome:_____
Função:_____

Questões

1- Há quanto tempo você está envolvido na agricultura urbana/periurbana?

_____
_____

2- Como você começou a praticar a agricultura urbana/periurbana?

_____
_____

3- O que o motivou a iniciar a agricultura urbana/periurbana?

_____
_____

4- Quais são os principais benefícios que você percebe na prática da agricultura urbana/periurbana?

_____
_____

5- Quais tipos de cultivos você mantém em sua horta?

_____
_____

6- Que técnicas de cultivo você utiliza (por exemplo, orgânicas, bioconstrutivas, hidroponia)?

_____
_____

7- De onde você obtém suas sementes e insumos?

_____
_____

8- Quais desafios você enfrenta em relação ao espaço para cultivo?

_____
_____

9- Você possui algum tipo de apoio ou infraestrutura para suas práticas agrícolas?

_____
_____

10- Quais são os principais desafios que você enfrenta na agricultura urbana/periurbana?

_____
_____

11- De que forma as mudanças climáticas afetam suas práticas agrícolas?

_____

_____

12- Você comercializa os produtos da sua horta? Se sim, onde e como?

_____

_____

13- Como você avalia a receptividade da comunidade em relação aos produtos agrícolas urbanos?

_____

_____

14- Quais são os principais consumidores dos seus produtos?

_____

_____

15- Você adota práticas sustentáveis em sua horta? Se sim, quais?

_____

_____

16- Como você lida com a questão dos resíduos orgânicos?

_____

_____

17- De que forma a agricultura urbana/periurbana contribui para a sustentabilidade ambiental na sua visão?

_____

_____

18- Você recebe apoio ou participa de redes comunitárias de agricultores urbanos/periurbanos?

_____

_____

19- Qual é a relação entre você e outros agricultores urbanos/periurbanos na sua área?

_____

_____

20- Você conhece o Programa Horta Urbana de Jundiaí? O que acha dele?

_____

_____

21- Quais são suas percepções sobre o apoio do governo local aos agricultores urbanos/periurbanos?

_____

_____

22- Que tipo de apoio adicional você gostaria de receber das autoridades municipais?

_____

_____

23- Quais são suas expectativas para o futuro da sua horta? O que você gostaria de ver no futuro em termos de políticas e apoio para a agricultura urbana/periurbana em Jundiaí?

_____

_____

24- Você participa de algum programa ou curso de capacitação em agricultura urbana periurbana?

_____

_____

25- De que forma você compartilha seu conhecimento sobre agricultura urbana e periurbana com outras pessoas?

_____
_____

26- Como a prática da agricultura urbana/periurbana impacta a sua saúde e a da sua família?

_____
_____

27- Quais são os principais alimentos que você cultiva e consome?

_____
_____

28- Você percebe uma melhoria na qualidade da alimentação desde que começou a praticar a agricultura urbana?

_____
_____